



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



Aline dos Santos Lima

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NA LAVOURA DE MANDIOCA: a
educação pelo trabalho da Aliança Estratégica do Amido no município de Laje
(BA)**

SALVADOR (BA)

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



Aline dos Santos Lima

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NA LAVOURA DE MANDIOCA: a
educação pelo trabalho da Aliança Estratégica do Amido no município de Laje
(BA)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Geografia da Universidade Federal da Bahia,
para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Análise do Espaço
Geográfico.

Linha de Pesquisa: Análise Urbana e Regional
Eixo de Interesse: Organização do Espaço Rural
Orientadora: Profa. Dra. Guiomar Inez Germani

SALVADOR (BA)

2017

Modelo de ficha catalográfica fornecido pelo Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA para ser confeccionada pelo autor

L732 dos Santos Lima, Aline dos
A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NA LAVOURA DE MANDIOCA: a
educação pelo trabalho da Aliança Estratégica do Amido no
município de Laje (BA) / Aline dos dos Santos Lima. --
Salvador, 2017.
377 f.

Orientador: Guiomar Inez Germani.
Tese (Doutorado - Geografia) -- Universidade Federal da
Bahia, Instituto de Geociências, 2017.

1. Questão agrária. 2. Fundação Odebrecht. 3.
Territorialização do capital. 4. Campesinato. 5. Mandioca. I.
Inez Germani, Guiomar. II. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NA LAVOURA DE MANDIOCA: A
EDUCAÇÃO PELO TRABALHO DA ALIANÇA ESTRATÉGICA DO AMIDO
NO MUNICÍPIO DE LAJE (BA)**

ALINE DOS SANTOS LIMA

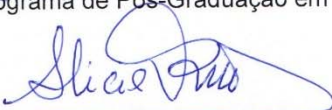
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Guiomar Inez Germani (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFBA), Brasil



Profa. Dra. Gilca Garcia de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFBA), Brasil



Profa. Dra. Alícia Ruiz Olalde
Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Brasil



Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Júnior
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil



Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio
Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil

Aprovada em Sessão Pública de 28 de junho de 2017

DEDICATÓRIA

Dedico essa Tese a minha família:

Alberto Dantas de Lima
Alei dos Santos Lima
Carlos Alberto dos Santos Lima
Floriste Martins dos Santos
Gilberto Ferreira Sena Júnior
Thiane de Jesus Santos

AGRADECIMENTOS

Parafrazeando Claude Raffestin, escrever uma Tese “é uma operação solitária, mas que supõe uma rede de múltiplas amizades” (RAFFESTIN, 1993, p. 8). Nesse sentido, é impossível não reconhecer que ser orientanda de Guiomar Inez Germani é ser sua amiga e ser amiga de seus amigos. Mais do que isso, ser orientanda de Guiomar é transformar os muros frios da Universidade em festa e risos, (re)significando a luta diária em busca de um mundo melhor. Gratidão Guiomar! Gratidão, também, aos Geografandos, aos de hoje e aos de ontem, aos que estão perto e aos que estão longe, especialmente Adriano Lima, Aline Nascimento, Avelar Júnior, Brisa, Bruno Araújo, Denílson Alcântara, Edite Diniz, Érica Azevedo, Gilca de Oliveira, Héder, Hingryd Freitas, Janeide Santos, Kássia Rios, Laura Chamo, Lucas Antonino, Maicon Leopoldino, Manuela Pinto, Marcelo Mota, Marize Batista, Mateuz Radek, Paula Adelaide, Sílvio Márcio, Taíse Alves e Tiago Santos.

Agradeço imensamente aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Turma 2013, pelo carinho e apoio diante das angústias, dúvidas e incertezas que giram em torno do fazer-se em um Mestrado e em um Doutorado. Agradeço aos professores do POSGEO que, distintamente, ensinaram a arte do pensar, de maneira especial aqueles com os quais convivi e vivi em sala de aula, como Ângelo Serpa, Cristóvão Brito, Gilca de Oliveira, Guiomar Germani, José Antônio Lobo e Wendel Henrique. Agradeço, ainda, aos servidores e funcionários do Instituto de Geociências da UFBA, especialmente Alberto, Carlos Antônio (Bossal), Conceição, Detinha, Dirce, Itanajara e Sílvia. Estendo os agradecimentos aos professores da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA (Antônio Câmara e Jair Batista) e dos Programas de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (Marco Antônio Mitidiero) e da Universidade Federal de Pernambuco (Cláudio Ubiratan, Nilo Américo e Ruy Moreira, este último na condição de colaborador daquela instituição) com os quais cursei disciplinas optativas.

Agradeço, também, aos professores João Cleps Júnior, da Universidade Federal de Uberlândia, Angelina Herrera Sorzano, da *Facultad de Geografía* da *Universidad de La Habana* e a Jesús Cruz Reyes, da *Facultad de Economía* da *Universidad de la Habana*. Sem o apoio de vocês não teria realizado meu estágio acadêmico em Cuba. Em tempo, estendo o carinho aos amigos cubanos Yamira

Valdés, Maria Victória e Ricardo Fleitas. A vocês meu agradecimento mais que especial, pois possibilitaram que eu construísse meu próprio imaginário sobre o que é ser um país comunista em meio a hegemonia do capital.

Agradeço aos lajistas, de nascença e de coração, que me ajudaram a conhecer esse município, em especial Antoniel, Cidália, Cosmerina, Dazinha, Eduardo Neto, Eliane Pereira (Gorda), Honorato (Renato do Sindicato), Jairo Santos, José Bomfim (Zé de Hilda), Josimário, Jucélia, Manoel Graciliano (Gal), Manuel do Ribeirão, Maria José, Maria Lourenço, Moacir, Naiara, Núbia, Reinaldo (Tchê), Samuel, Sereno, Sucata, Uelington e Zinha do Rio de Areia. Reservo aqui um agradecimento muito especial as pessoas que foram entrevistadas.

De igual modo, agradeço aos professores que aceitaram o convite da Banca Examinadora: Alícia Olalde, que já me acompanha desde o mestrado; Gilca de Oliveira, por quem nutro um imenso carinho e com quem compartilho não apenas as utopias, mas o desejo de seguir na vida bailando; a José Levi, que com sua leveza me proporcionou valorosas orientações; e a Marco Mitidiero, a quem devo agradecimentos desde 2012, quando, mesmo impossibilitado de andar devido ao rompimento dos ligamentos do pé, me ouviu sem ao menos de conhecer. Gratidão Marco, por continuar me ouvindo e me atendendo até hoje, sobretudo por aceitar participar desse rito de passagem tão especial.

Agradeço aqueles que sempre estiveram comigo, sobretudo ao (mais que) companheiro Gilberto (Giba) por ter estado comigo durante a fase, que Ellen Fensterseifer Woortmann descreveu como, de “neurose de tese”. Agradeço também a Adriana Conceição, Alei Lima, Ângela Calhau, Arlene Malta, Benjamin, Cristina Assis, Cristiane Batista, Cristiane Puridade, Dislene Brito, Eli Estrela (*in memoriam*), Fabiane Andrade, Gilvania Chaves, Iara Nancy, Joanildo Borges, Jurana Cunha, Kelma Costa, Luciana Cristina, Manuel das Neves, Márcia Cleide, Maria Aparecida (Cida), Paty Santana, Rute Castro, Sandra Oliveira, Suzana Andrade e Valdirene Santos.

Agradeço o apoio institucional concedido por Cláudio Francisco, da Associação dos Agentes Comunitário de Saúde de Laje; Daíse da Silva e Queli Gracinda, da Câmara de Vereadores de Laje; Cremilda dos Santos, Bibliotecária do Museu Eugênio Teixeira Leal; Iracema Menezes, Geisa, Genir Andrade, Itamar Brito, Juciléia Oliveira e Neuza Araújo, da Secretária de Saúde de Laje; José Williams da Silva, da Coordenação de Cartografia e Geoprocessamento da SEI; Luana Rodrigues, da

Coordenação de Pesquisas Sociais da SEI; e Rubens Andrade, do Departamento de Tributos e Arrecadação de Laje.

Apesar de concluir essa Tese em um tempo difícil, em um tempo de sucessivos Golpes, tenho que reconhecer o apoio do Estado através do afastamento integral das atividades docentes junto ao Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus* Santa Inês, bem como a Bolsa concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.

RESUMO

Essa Tese foi construída a partir da necessidade de compreender o processo de territorialização do capital na produção camponesa, centrando o estudo na lavoura de mandioca no município de Laje (BA). O município de Laje, que é um dos principais produtores de mandioca da Bahia, se destaca pela permanência da questão agrária e pela presença de 72,6% da população no campo dedicando-se, especialmente, as formas convencionais de plantar mandioca para fazer farinha. Essas condições territoriais, somadas à história fundiária, foram fundamentais para que a Fundação Odebrecht escolhesse o município de Laje, em 2009, como sede de um projeto educacional e de geração de trabalho e renda, voltado à produção industrial de mandioca, denominado de Cooperativa Estratégica do Amido (CEA). Para tanto, o objetivo do presente trabalho é compreender os processos dos movimentos territoriais relacionados aos meandros da criação, da territorialização e do funcionamento da Cooperativa Estratégica do Amido e de sua estrutura interna, composta por uma Cooperativa (COOPAMIDO), uma indústria (BAHIAMIDO) e uma instituição voltada para a formação do campesinato (IPHA). A metodologia adotada pautou-se na pesquisa bibliográfica, documental e trabalho de campo. Para o levantamento dos dados empíricos, foram realizadas oficinas, entrevistas com moradores locais e lideranças, além do acompanhamento das atividades promovidas em torno da mandiocultura. O que se pode revelar é que a Fundação Odebrecht, ao territorializar um projeto voltado para o campesinato lajista, transformou a visão de mundo do engenheiro-empresário Norberto Odebrecht, numa estratégia de *marketing* sustentada pelo Estado. Ademais, as empresas que compõem os negócios da *holding* Odebrecht S.A. vêm se apropriando de terra, de água, de matérias-primas (amido) e do trabalho camponês ainda mais subordinado, porém qualificado em concordância com a lógica do capital.

PALAVRAS-CHAVE: questão agrária; Fundação Odebrecht; territorialização do capital; campesinato; mandioca.

ABSTRACT

This Thesis was built in order to understand the process of territorialization of the capital in peasant production, focusing the study upon cassava farming, which is produced in Laje, a small city of Bahia, Brazil. Laje is well-known as one of the main producers of cassava in Bahia, and it stands out due the permanence of the agrarian question and by the presence of 72,6% of the population in the countryside, where they paid attention, especially, on the conventional ways of planting cassava, with the purpose to make flour. These territorial conditions, added to the history of land ownership, were fundamental to that Odebrecht Foundation had chosen the city of Laje, in 2009, as the headquarters of an educational project, that also could bring income and work generation, focused on the industrial production of cassava, called *Cooperativa Estratégica do Amido* (CEA). The aim of the present work is to understand the territorial movements processes related to the meanderings of the creation, territorialisation and operation of the *Cooperativa Estratégica do Amido* and its internal structure, composed by one cooperative (COOPAMIDO), one industry (BAHIAMIDO), and one institution directed to the formation of the peasantry (IPHA). The methodology adopted was based on bibliographical, documentary and fieldwork research. In order to gather the empirical data, it was realized workshops, interviews with local residents and leaders, besides, there was monitoring of the activities promoted by the culture of cassava. What it can be revealed is that the Odebrecht Foundation, by territorializing a project aimed at the lajista peasantry, turned the worldview of the engineer-entrepreneur Norberto Odebrecht, into a marketing strategy supported by the State. In addition, the companies that make up the business of the holding company Odebrecht S.A. have been appropriating land, water, raw materials (starch) and peasant work, which is even more subordinate, but qualified in accordance with the logic of the capital.

KEY WORDS: agrarian question; Odebrecht Foundation; territorialisation of capital; peasantry; cassava.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Área de atuação da Cooperativa Estratégica do Amido (CEA), Bahia, 2017	30
Figura 2 –	Comunidades rurais do município de Laje (BA) identificadas pelo SINTRAF, 2017	54
Figura 3 –	Plantio de mandioca na forma familiar em Laje (BA)	108
Figura 4 –	Variedade de mandioca IAC-90 pronta para ser comercializada nas comunidades rurais de Laje (BA)	111
Figura 5 –	Sede da COOPERFARINHA em Laje (BA)	124
Figura 6 –	Levantamento parcial das unidades de beneficiamento de mandioca georeferenciadas no município de Laje, Bahia, 2017	127
Figura 7 –	Casas de farinha comunitárias no município de Laje (BA)	137
Figura 8 –	Casas de farinha da forma comercial no município de Laje (BA)	141
Figura 9 –	Casas de farinha da forma familiar no município de Laje (BA)	142
Figura 10 –	Fabricação de farinha na forma familiar em Laje (BA)	146
Figura 11 –	Esquema do beneficiamento da mandioca na feccularia para produção de amido em Laje (BA)	177
Figura 12 –	Esquema do beneficiamento da mandioca na casa de farinha em Laje (BA)	179
Figura 13 –	Produção artesanal de goma em casas de farinha do município de Laje (BA)	182
Figura 14 –	Territorialização dos projetos educacionais e de geração de trabalho e renda da Fundação Odebrecht na Bahia, 2017	217
Figura 15 –	Modelo da filosofia educacional da Fundação Odebrecht para o campo baiano	230
Figura 16 –	Cooperativa Estratégica do Amido no município de Laje (BA)	234
Figura 17 –	Localização parcial das fazendas parceiras da COOPAMIDO na Bahia, 2017	235
Figura 18 –	Parceiros da Cooperativa Estratégica do Amido	238
Figura 19 –	Fluxograma agrícola da COOPAMIDO	253
Figura 20 –	Placa de parceria agrícola na Fazenda Gavião, Laje (BA)	261
Figura 21 –	Poda e seleção de ramos de mandioca na Fazenda Gavião, Laje (BA)	264

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Estabelecimentos com dimensão igual ou superior a 1000 hectares no Brasil, 1920-2006	47
Quadro 2 –	Índice de Gini Brasil, 1967-2006	49
Quadro 3 –	Índice de Gini Bahia, 1920-2006	49
Quadro 4 –	População do município de Laje (BA), 1920-2016	53
Quadro 5 –	Índice de Gini município de Laje (BA), 1920-2006	58
Quadro 6 –	“Evolução” da população do município de Laje (BA), 1920-2010	79
Quadro 7 –	Comparativo da “evolução” da estrutura fundiária de Laje (BA): estabelecimentos e área ocupada em valores relativos, 1970-1975	87
Quadro 8 –	Estrutura fundiária das propriedades com até 5 ha em Laje (BA), 1920-2006	88
Quadro 9 –	Rebanho bovino no município de Laje (BA), 1974-2015	90
Quadro 10 –	Média da área plantada, da área colhida e da quantidade produzida das lavouras do município de Laje (BA) por ordem de área plantada, 1990-2012	97
Quadro 11 –	Média da área plantada, da área colhida e da quantidade produzida de mandioca no município de Laje (BA), 1974-2015	98
Quadro 12 –	Área plantada, quantidade produzida e rendimento na lavoura de mandioca no município de Laje (BA), 2009-2015	99
Quadro 13 –	Classificação das formas de produção na lavoura de mandioca	102
Quadro 14 –	Técnicas empregadas na fabricação convencional de farinha em Laje (BA)	151
Quadro 15 –	Comparativo das despesas, receita e lucro na produção de mandioca e fabricação de farinha nas formas familiar e comercial em Laje (BA) referente 1 hectare de área cultivada	165
Quadro 16 –	Preços da raiz e da fécula de mandioca monitorado pelo CEPEA ESALQ, junho de 2015	187
Quadro 17 –	Arrecadação do ISS no município de Laje (BA), 2009-2015	187
Quadro 18 –	Mudanças no perfil das intervenções da Fundação Odebrecht	220
Quadro 19 –	Instituições criadas para territorialização da Fundação Odebrecht no Baixo Sul da Bahia	228
Quadro 20 –	Alianças Estratégicas da Fundação Odebrecht no Baixo Sul da Bahia	232
Quadro 21 –	Formas de apoio das instâncias e órgãos públicos às atividades da Cooperativa Estratégica do Amido	239
Quadro 22 –	Número de cooperados da COOPAMIDO, 2009-2014	244
Quadro 23 –	Técnicas empregadas no plantio de mandioca em Laje (BA)	258
Quadro 24 –	Propriedades onde se realiza a produção agrícola de mandioca da COOPAMIDO	272
Quadro 25 –	Classificação das propriedades onde se realiza a produção agrícola de mandioca da COOPAMIDO	281

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Estrutura fundiária Brasil, 2006	47
Tabela 2 –	Estrutura fundiária Bahia, 2006	48
Tabela 3 –	Estrutura fundiária do município de Laje (BA), 2006	55
Tabela 4 –	Formas espaciais na agricultura em Laje (BA), 2006	57
Tabela 5 –	Comunidades rurais do município de Laje (BA) com o maior número de sócios no SINTRAF, dezembro de 2016	64
Tabela 6 –	“Evolução” do crédito rural do PRONAF em Laje (BA), 2000-2014	121
Tabela 7 –	Natureza e situação funcional das casas de farinha identificadas no município de Laje (BA)	126
Tabela 8 –	Natureza e situação funcional das casas de farinha georeferenciadas no município de Laje (BA)	126
Tabela 9 –	Casas de farinha comunitárias pertencentes a Prefeitura Municipal de Laje (BA), 2012	134
Tabela 10 –	Custos da forma familiar de plantar mandioca e fazer farinha em 1 hectare na comunidade de Gameleira, maio de 2017	159
Tabela 11 –	Despesas e receita da forma familiar de plantar mandioca e fazer farinha em 1 hectare na comunidade de Gameleira, maio de 2017	161
Tabela 12	Custos da forma comercial de plantar mandioca em 1 hectare na comunidade de Engenheiro Pontes, maio de 2017	162
Tabela 13 –	Custos da forma comercial de fabricar farinha numa lavoura de 1 hectare na comunidade de Engenheiro Pontes, maio de 2017	163
Tabela 14 –	Despesas e receita da forma comercial de plantar mandioca e fazer farinha em 1 hectare na comunidade de Engenheiro Pontes, maio de 2017	163
Tabela 15 –	Sexo do trabalhador formal ocupado na fabricação de amidos e féculas no município de Laje (BA), 2011-2012	183
Tabela 16 –	Faixa etária do trabalhador formal ocupado na fabricação de amidos e féculas no município de Laje (BA), 2011-2012	184
Tabela 17 –	Escolaridade do trabalhador formal ocupado na fabricação de amidos e féculas no município de Laje (BA), 2011-2012	185
Tabela 18 –	Rendimentos do trabalhador formal ocupado na fabricação de amidos e féculas no município de Laje (BA), 2011-2012	186
Tabela 19 –	Propriedades onde se realiza a produção industrial de mandioca da COOPAMIDO	274
Tabela 20 –	Dominialidade dos estabelecimentos onde se realiza a produção industrial de mandioca da COOPAMIDO	274
Tabela 21 –	Extensão agrícola e não agrícola das propriedades onde se realiza a produção industrial de mandioca da COOPAMIDO	275
Tabela 22 –	Área de preservação permanente das propriedades onde se realiza a produção industrial de mandioca da COOPAMIDO	275
Tabela 23 –	Reserva legal das propriedades onde se realiza a produção industrial de mandioca da COOPAMIDO	276
Tabela 24 –	Nascentes existentes nas propriedades onde se realiza a produção industrial de mandioca da COOPAMIDO	277
Tabela 25 –	Custos da forma de alta tecnologia de plantar mandioca em 1 hectare	300
Tabela 26 –	Comparativo das despesas na produção de mandioca para 1 hectare de área cultivada	300

LISTA DE SIGLAS

ABAM	Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca
ADAB	Agência de Defesa Agropecuária da Bahia
AGRISA	Agrícola Seringalista da Bahia S.A.
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
BAHIAMIDO S.A.	BAHIAMIDO Serviços Agroindustriais Sociedade Anônima
BNDDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEA	Cooperativa Estratégica do Amido
CEPEA ESALQ	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
CEPLAC	Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira
CFR/PTN	Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNO	Construtora Norberto Odebrecht
CNPMF	Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca Fruticultura Tropical
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPALM	Cooperativa dos Produtores de Palmito do Baixo Sul
COOPAMIDO	Cooperativa de Produtores de Amido de Mandioca do Estado da Bahia
COOPATAN	Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves
COOPECON	Cooperativa dos Aquicultores de Águas Continentais
COOPEMAR	Cooperativa Mista de Marisqueiros, Pescadores e Aquicultores do Baixo Sul da Bahia
COOPRAP	Cooperativa das Produtoras e Produtores Rurais da Área de Proteção Ambiental do Pratigi
COPESES	Coordenação de Pesquisas Sociais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CREA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
DAP	Declaração de Aptidão para acessar o PRONAF
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FETAG	Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
IAC	Instituto Agrônomo de Campinas
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDES	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul
IF Baiano	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPHA	Instituto de Promoção Humana do Amido
ISS	Imposto Sobre Serviços
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MEAF	Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários
MEPF	Ministério Extraordinário de Política Fundiária
MIRAD	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MME	Ministério de Minas e Energias
MP	Medida Provisória
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
NAC	Núcleo de Apoio ao Cooperado
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAM	Produção Agrícola Municipal
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário
PDCIS	Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade do Mosaico de Áreas de Proteção Ambiental do Baixo Sul da Bahia
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
POSGEO	Programa de Pós-graduação em Geografia
PPM	Produção Pecuária Municipal
PQA	Paradigma da Questão Agrária
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PROCERA	Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RIOCON	Fazendas Reunidas Rio de Contas Ltda.
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SAICI	S.A Ituberá Comércio Indústria
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEAGRI	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAN	Secretaria do Planejamento da Bahia
SIAB	Sistema de Informação de Atenção Básica
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

SIPAF	Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TEO	Tecnologia Empresarial Odebrecht
UDR	União Democrática Ruralista
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
USF	Unidade Saúde da Família
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	17
	PARTE I	
2.	QUESTÃO AGRÁRIA, ACESSO À TERRA E A ESPACIALIZAÇÃO DA MANDIOCULTURA EM LAJE (BA)	44
2.1	A PERMANÊNCIA DA QUESTÃO AGRÁRIA: BRASIL, BAHIA E LAJE	45
2.2	LAJE (BA): PERMANÊNCIA RURAL E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA	52
2.2.1	Novas formas de subordinação em Laje (BA)	60
2.2.1.1	A relação do SINTRAF com as novas formas de subordinação em Laje (BA)	65
2.3	LAJE (BA): HISTÓRICO DE ACESSO À TERRA E A ESPACIALIZAÇÃO DA MANDIOCULTURA	72
2.3.1	Estrutura fundiária, população e a espacialização da mandiocultura em Laje (BA)	78
2.3.1.1	A produção agrícola do município de Laje (BA)	96
3.	A FORMA FAMILIAR DE PLANTAR MANDIOCA PARA FAZER FARINHA EM LAJE (BA)	101
3.1	A FORMA FAMILIAR DE PLANTAR MANDIOCA EM LAJE (BA): O PREPARO DA TERRA, O PLANTIO E OS TRATOS CULTURAIS	107
3.2	A FORMA FAMILIAR DE FAZER FARINHA EM LAJE (BA)	123
3.2.1	As formas espaciais de beneficiamento da mandioca em Laje (BA)	123
3.2.1.1	Perfil das casas de farinha comunitárias em Laje (BA)	133
3.2.1.2	Perfil das casas de farinha da forma comercial e da forma familiar em Laje (BA)	140
3.2.2	Da raiz ao alimento: as contradições e os descompassos na fabricação de farinha de mandioca em Laje (BA)	145
3.2.2.1	Os custos da produção de mandioca para fazer farinha em Laje (BA)	158
3.2.3	Destruição das casas de farinha? Reflexões sobre a “legislação discriminatória” e sobre o Projeto Reniva	168
3.2.4	Notas sobre a produção de amido (goma) de mandioca	175
3.2.4.1	A extração de amido na fecularia e a produção de goma das casas de farinha em Laje (BA)	176
	PARTE II	
4.	GRUPO ODEBRECHT: DA CONSTRUÇÃO CIVIL MUNDIAL A EDUCAÇÃO PELO TRABALHO NO CAMPO BAIANO	189
4.1	ODEBRECHT: MIGRAÇÃO, NEGÓCIOS E O INTERESSE PELO CAMPO BAIANO	189
4.1.1	O território teórico da educação do campo na perspectiva do Grupo Odebrecht	192
4.2	AS INVESTIDAS DE NORBERTO ODEBRECHT NO BAIXO SUL DA BAHIA	201
4.3	A CONSOLIDAÇÃO DO GRUPO ODEBRECHT E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO INTERESSE PELO CAMPO	208
4.3.1	A territorialização dos projetos educacionais e de geração de trabalho e renda da Fundação Odebrecht no campo baiano: Serra da Pipoca e Baixo Sul	216
4.3.1.1	O papel da Fundação Odebrecht na execução da educação pelo trabalho no campo baiano	218

4.3.1.2	Fazenda Serra da Pipoca e Indústria Kieps: o começo da educação pelo trabalho no campo baiano	221
4.3.1.3	Baixo Sul: a consolidação educação pelo trabalho no campo baiano	226
5.	A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NA LAVOURA DE MANDIOCA:	234
	A Cooperativa Estratégica do Amido	
5.1	AS PESSOAS JURÍDICAS DA COOPERATIVA ESTRATÉGICA DO AMIDO: COOPAMIDO, BAHIAMIDO E IPHA	240
5.2	A COOPAMIDO E AS NOVAS RELAÇÕES DA FORMA DE ALTA TECNOLOGIA	243
5.2.1	As novas relações da forma de alta tecnologia: a formação do camponês-cooperado	247
5.2.2	O fluxograma agrícola da COOPAMIDO: novas relações, novos problemas	252
5.2.2.1	O preparo da terra e o uso “correto” de agroquímicos	255
5.2.2.2	O plantio mecanizado das manivas de laboratório	262
5.2.2.3	Os tratos culturais da forma de alta tecnologia	266
5.2.2.4	A colheita de mandioca na forma de alta tecnologia: a contratação de diaristas e os conflitos em torno da remuneração	267
5.2.3	O velho problema da questão agrária na nova forma de alta tecnologia	271
5.2.4	As incoerências das novas relações da forma de alta tecnologia	284
5.2.4.1	A apropriação das estratégias de reprodução camponesa	284
5.2.4.2	As limitações do ambientalmente correto e do socialmente justo	287
5.2.4.3	A formação política do capital e a participação dos cooperados nos processos decisórios	293
5.2.4.4	PRONAF, o financiador da COOPAMIDO	301
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	305
	REFERÊNCIAS	311
	GLOSSÁRIO	336
	APÊNDICES	337
	ANEXOS	369

1. INTRODUÇÃO

A construção de uma Tese é algo complexo. Trata-se de um árduo e solitário trabalho, embora permeado de parcerias e solidariedades tanto na Universidade quanto fora de seus muros. Além do trabalho de conclusão de um curso significar refletir, e, quiçá, contribuir com a mudança da sociedade, antes é preciso mudar enquanto pesquisador. É preciso situar-se no mundo e posicionar-se de modo prático e teórico.

O fazer dessa Tese expressa esse processo. Além de construir uma Tese, me construí enquanto professora-pesquisadora, pois há uma unidade entre pensar/ser e teoria/prática. Para Camacho (2013, p. 52), a “relação teoria-prática dá origem ao que podemos denominar de *práxis*”. Para Chauí (1980, p. 8; 30), “no grego, *praxis* significa um modo de agir no qual o agente, sua ação e o produto de sua ação são termos intrinsecamente ligados e dependentes uns dos outros, não sendo possível separá-lo”. Nesse sentido, para essa autora, “a história é ‘os indivíduos fazendo-se uns aos outros, tanto física quanto espiritualmente’. Este ‘fazer-se-uns-aos-outros’ é a *praxis* social”.

Essa construção não foi fácil. Apesar das tentativas, as palavras não são suficientes para dar conta de tantas rupturas. Além da necessidade de compreender as etapas da construção do conhecimento, foi preciso compreender as correntes teóricas que embasam esse conhecimento. Foi preciso compreender o mundo e suas contradições¹. Foi preciso compreender a Universidade como espaço de disputas, como campo de lutas e como base de múltiplas territorialidades.

O primeiro choque foi participar efetivamente de um Grupo de Pesquisa e conviver com pessoas que tinham uma questão central em suas vidas: lutar na trincheira de Universidade Pública pela questão agrária e pelos sujeitos do campo. Foi preciso me inserir entre camponeses cujas histórias de vida eram marcadas pela expropriação material (do acesso e posse da terra) e imaterial (do acesso à educação) do/no campo. Não que eu tivesse ficado isenta de todas essas questões, o fato é que grande parte das pessoas com as quais eu passei a conviver e a me envolver, eram cientes desse emaranhado, enquanto eu iniciava meu percurso teórico-epistemológico.

¹ Para Triviños (1987, p. 54), a contradição é uma categoria essencial que “se apresenta na realidade objetiva” pela “interação entre aspectos opostos”. Para Chauí (1980, p. 31), a contradição “é a existência de uma relação de negação interna entre termos que só existem graças a essa negação”.

Foi preciso entender que a trajetória de minha família e a nossa posição social e política (ou a falta de compreensão sobre a mesma) foi o resultado de um processo histórico de ocupação territorial que sempre se deu no sentido da proteção e manutenção da grande propriedade rural. Foi preciso entender que as cercas que demarcavam o latifúndio (requalificado como agronegócio) também foram construídas imaterialmente através de uma educação alienadora na qual eu fui formada (para o consenso)².

Driblar esses desafios não foi a única “cerca” que eu tive de derrubar. Na academia, outras “cercas” surgiram. Estas reforçavam a Tese do consenso fazendo com que eu me apartasse daquilo que verdadeiramente precisava perseguir. Em parte, isso ocorria porque muitas concepções em voga tratam a questão agrária, a contradição, a luta de classes, as disputas e as conflitualidades como discussões desconectadas espaço-temporalmente do século XXI. De fato, a aurora do novo século trouxe inovações e mudanças, mas não foi capaz de escamotear, tampouco destruir velhos problemas.

Essas questões, relacionadas ao processo de construção do conhecimento, não estavam devidamente apreendidas quando o objeto dessa Tese foi “escolhido”. Essa “escolha” ocorreu assim que ingressei como professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) *Campus* Santa Inês, em dezembro de 2010.

Foi no percurso entre o morar, na cidade de Santo Antônio de Jesus (BA), e o trabalhar, no município de Santa Inês (BA), que minha visão abarcou na paisagem a Fazenda Novo Horizonte Sede. A observação daquela materialidade se qualificou na medida em que passei a representar o IF Baiano *Campus* Santa Inês no Núcleo Técnico do Colegiado Territorial do Vale do Jiquiriçá, no primeiro semestre de 2012. Desde então, o que era um mero aspecto visível daquele conjunto de formas (SANTOS, 1997) deu vazão para problematizações e discussões sobre o que ocorria nos municípios que compunham aquele Território de Identidade.

Esses aspectos contribuíram para a submissão, em meados do segundo semestre de 2012, do anteprojeto “Permanência camponesa e agronegócio:

² Sobre esse uso dos aparelhos do Estado, cabe lembrar as colocações de Camacho (2013, p. 398), quando esse dizia que a formação para o consenso é fundamental como estratégia de “conservação da ordem estabelecida por parte das classes dominantes”, especialmente através do ensino formal, pois a “escola capitalista” não pode estimular a insubordinação, isso afetaria a alienação necessária para a reprodução do modo de produção.

conflitualidade territorial na produção do espaço agrário no Vale do Jiquiriçá (BA)” na seleção para aluna regular da Turma 2013 do Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEO) na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Na ocasião, buscava analisar as contradições decorrentes das lógicas antagônicas de apropriação do espaço geográfico estabelecidas pelas normatizações da cadeia produtiva da mandioca (agronegócio) em choque com os elementos da reprodução social para subsistência (modo de vida camponês).

A Fazenda Novo Horizonte Sede é parte de um projeto de vida idealizado e executado pelo engenheiro-empresário Norberto Odebrecht. Em outras palavras, é uma experiência que concilia a dimensão do trabalho e um *hobby* e que atende pelo nome de Aliança Estratégica do Amido. Uma Aliança Estratégica é uma abstração, um conceito criado e difundido pelo seu idealizador para territorializar sua concepção filosófica de educação pelo trabalho. Além da Aliança Estratégica do Amido, existe a Aliança Estratégica da Mandioca (2000), a Aliança Estratégica da Aquicultura (2003), a Aliança Estratégica do Palmito (2004), a Aliança Estratégica da Piaçava (2005) e a Aliança Estratégica da Construção Civil (2010).

Nesse sentido, a Aliança Estratégica é o conteúdo que sustenta as formas que Norberto Odebrecht, através da Fundação Odebrecht, criou para se territorializar. Essa territorialização ocorre em propriedades rurais que abrigam um conjunto de fixos, chamados de módulo ou complexo agroindustrial, e que tem como função implementar projetos educacionais e de geração de trabalho e renda. Cada projeto se conforma filosófica, popular e juridicamente do seguinte modo:

- a) na perspectiva filosófica, tem um nome conceitual (Aliança Estratégica do/da...);
- b) popularmente tem, ou pode ter, um nome fantasia que é o nome como a projeto é conhecido na sociedade;
- c) e, no aspecto jurídico, possui uma, duas ou até três pessoas jurídicas, como, por exemplo, uma cooperativa (trabalho), uma indústria (trabalho) e uma instituição de ensino/escolarização (educação).

Em Laje, a Aliança Estratégica do Amido, que se materializa no módulo agroindustrial situado na Fazenda Novo Horizonte Sede, atende pelo nome fantasia

Cooperativa Estratégia do Amido³ (CEA). A CEA funciona sob o registro de três pessoas jurídicas: a Cooperativa de Produtores de Amido de Mandioca do Estado da Bahia (COOPAMIDO), a BAHIAMIDO Serviços Agroindustriais Sociedade Anônima (BAHIAMIDO S.A.) e o Instituto de Promoção Humana do Amido (IPHA).

A COOPAMIDO corresponde ao setor primário do complexo agroindustrial. Esta “Cooperativa” é a responsável pela produção industrial de mandioca através da integração dos camponeses locais. São esses camponeses que, na condição de cooperados, executarão a produção industrial de mandioca, ou seja, o plantio, os tratos culturais e a colheita seguindo das determinações da forma de alta tecnologia⁴. A BAHIAMIDO, é o setor secundário, ou seja, o responsável por beneficiar as raízes de mandioca colhidas nas glebas dos cooperados. Toda produção é comercializada também pela BAHIAMIDO S.A., que assume a posição de setor terciário. A dinâmica desses setores funciona a partir do princípio da educação pelo trabalho difundido em forma de premissas estratégicas, sob a supervisão do Instituto de Promoção Humana do Amido (BAHIAMIDO S.A., 2013, 2014, 2015).

Desde o começo do Doutorado, havia a certeza sobre a escolha do objeto de pesquisa: a Cooperativa Estratégica do Amido. Entretanto, duas questões não estavam dadas. Em primeiro lugar, era inimaginável as desventuras da história política recente do país, na qual as Organizações Odebrecht se tornaram o centro de um escândalo político sem precedentes e cuja dinâmica afetou o projeto educacional e de geração de trabalho e renda.

Em segundo lugar, a certeza sobre o objeto de pesquisa, esbarrava na falta de clareza sobre o foco da análise. Até então, se compreendia parcialmente as colocações de Milton Santos, quando este dizia que para estudar o espaço era preciso apreender sua relação com a sociedade. Isso implicava em entender os elementos fundamentais da produção do espaço (e sua interdependência) através das categorias do método geográfico: forma, função, estrutura e processo (SANTOS, 2008, p. 67-69). Ao enxergar somente a paisagem da Fazenda Novo Horizonte Sede, o “aspecto

³ Quando a Aliança Estratégica do Amido entrou em funcionamento, em abril de 2009, no município de Laje, ela era conhecida pelo nome fantasia de Aliança Cooperativa do Amido. Mas, no decurso de suas atividades, passou a ser designada por outro nome: Cooperativa Estratégica do Amido. Todavia, permanecia na fachada o nome antigo. Mais recentemente, o nome popular e as ações do projeto sofreram outras modificações passando a ser difundido, apenas, como BAHIAMIDO S.A.

⁴ A forma de alta tecnologia é o modo como a Fundação Odebrecht tecnificou a produção de mandioca. Essa forma se concretiza na medida em que o campesinato é formado para aprender a lidar e a executar a produção industrial da mandioca, através do arrendamento de terras, da mecanização, do uso de agroquímicos e de plantas geneticamente modificadas.

visível da coisa” (complexo agroindustrial da Fundação Odebrecht) e a “atividade elementar” desempenhada (cultivo de mandioca para produção de amido) adquiriram relevância e foram o ponto de partida da pesquisa.

O primeiro passo, foi conhecer e entender como se dava a produção de mandioca no município de Laje, já que lá estava a sede da Cooperativa Estratégica do Amido. Ora, centrava esforços na discussão sobre a mandiocultura cultivada no complexo agroindustrial, ora sobre a gestão e o funcionamento do mesmo. Apesar das tentativas, não se conseguia estabelecer uma conexão entre as duas questões.

Nesse primeiro momento, a Cooperativa Estratégica do Amido era entendida como uma típica empresa capitalista cujo foco era somente produzir e comercializar amido de mandioca. Notava-se que o Grupo Odebrecht, através da Fundação, estava atento ao fato de que o amido de mandioca vinha se qualificando como um importante recurso para os setores petroquímico, alimentício, de cosméticos e de celulose, além de ser cada vez mais requisitado na gastronomia fina, na confecção de embalagens biodegradáveis e pelos celíacos (CARDOSO, 2003; CNPMF, 2011a; LOPO, 2013).

Desse modo, aquela “empresa tornada global” estava colada na busca pelo aumento de sua “esfera de influência e de ação”, independentemente do potencial de mercado da lavoura de mandioca ou da posição que Laje exercia na dinâmica econômica, pois

Todos os mercados, por menores que sejam, são fundamentais (...) por menor que seja um lugar, por mais insignificante que pareça, no mundo da competitividade este lugar é fundamental porque as empresas globais dependem de pequenas contribuições para que possam manter o seu poder (SANTOS, 1999, p. 11).

Desse modo, foi preciso entender como a lavoura de mandioca se especializou geograficamente no Brasil, na Bahia e em Laje, desde a formação territorial do país até a contemporaneidade. Constatou-se que, de modo geral, a produção de mandioca foi, historicamente, cultivada sem grandes aportes tecnológicos e considerada como “atividade acessória”, “lavoura desprestigiada”, “lavoura de manutenção”, “lavoura dos pobres”, “lavoura secundária” e “pequena lavoura” (RIBEIRO, 1982) servindo de alimento para indígenas e camponeses *in natura* ou como farinha (DE LÉRY, 1967; GUIMARÃES, 1968; VILHENA, 1969; ANDRADE, 1973; CONCEIÇÃO, 1981; AGUIAR, 1982; RIBEIRO, 1982; SANTA INEZ, 1982; REIS & AGUIAR, 1996;

ARAÚJO, 2002; BARICKMAN, 2003; SOARES, 2007; MARTINS, 2010; CASCUDO, 2011; MOREIRA, 2011; ALMEIDA & MOTTA, 2012; MARCENA, 2012).

Notou-se, tanto nos dados secundários quanto no plano empírico, que o município de Laje se destacava entre os maiores produtores de mandioca no estado da Bahia e entre os principais fabricantes de farinha do seu entorno. No plano concreto, observou-se que havia uma forma convencional de plantar mandioca para fazer farinha material e imaterialmente territorializada naquele município⁵. Desse modo, a produção de mandioca como gênero alimentício, as relações de trabalho e as sociabilidades relacionadas ao modo de plantar, cuidar e colher a mandioca para fazer farinha por índios e camponeses persistiam nas formas e no conteúdo do espaço rural lajista.

Num segundo momento, a ênfase passou a ser dada a Cooperativa Estratégica do Amido, em detrimento à lavoura de mandioca. Nessa leitura, o complexo agroindustrial foi concebido como uma forma que, ao articular agricultura (COOPAMIDO) e indústria (BAHIAMIDO), tinha como função integrar a produção camponesa às grandes corporações, no caso as Organizações Odebrecht através da Fundação. Essa temática já era debatida nas ciências humanas em geral, encontrando aderência em Santos (1978), Sandroni (1980), Sorj *et al.*, (1982) e Wanderley (1985). Na Geografia, em particular essa questão foi identificada em Etges (1991), Paulino (2003), Conceição (2007), Pertile (2008) e Belusso (2011).

Desse modo, o foco da Tese passou a ser a integração do campesinato lajista à Cooperativa Estratégica do Amido. Desconsiderando o movimento, a estrutura, o processo e as leis da dialética, se aventava duas hipóteses: a) os camponeses se integrariam a COOPAMIDO e se sujeitariam aos ditames do capital; b) os camponeses recusariam a integração a “Cooperativa” e resistiriam à ofensiva de subordinação proposta pela forma de alta tecnologia. Construído esse arcabouço, entendido como

⁵ Para Carvalho (2008), o concreto é a instância empírica. Mas, o concreto não é o que estamos vendo e sim o resultado das múltiplas determinações que incidem sobre determinado objeto, sobre um dado realizado, ou seja, é produto de uma construção teórica e não é coisa dada imediatamente aos nossos sentidos. Para Marx (2008, p. 258-259), “o concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida”. Chauí (1980, p. 19), complementa afirmando que é preciso entender o conceito de determinação empregado por Karl Marx quando esse diferencia abstrato/concreto. Para a autora, não se deve entender o conceito de determinação “como sinônimo de conjunto de propriedades ou de características, mas como os resultados que constituem uma realidade no processo pelo qual ela é produzida. Ou seja, enquanto o conceito de ‘propriedades’ ou de ‘características’ pressupõe um objeto como dado e acabado, o conceito de ‘determinação’ pressupõe uma realidade como um processo temporal”.

o resultado do avanço das relações capitalistas no campo, tentou-se, a todo custo, encaixar a realidade na ideia maniqueísta de sujeição ou de resistência. Com isso, o objetivo era provar a permanência da questão agrária no campo baiano, em especial na continuidade da concentração da terra e na destruição do modo de vida camponês.

Essa leitura evidenciava uma adesão, ainda que involuntária, aos elementos da lógica formal através da qual a realidade é tomada de modo dicotômico, como uma coisa ou outra, ignorando que os fenômenos fazem parte de um movimento dinâmico e permeado por transformações. Porém, ao longo da pesquisa, uma realidade bem mais complexa foi se apresentando e os momentos anteriores da pesquisa serviram como etapas em direção ao conhecimento.

Nesse trajeto, o olhar voltava-se mais para um dos setores da CEA, a Cooperativa de Produtores de Amido de Mandioca do Estado da Bahia. O cooperativismo foi eleito como a questão estruturante. Foi feito um levantamento bibliográfico sobre a temática. Identificou-se inúmeras referências sobre a questão nas ciências humanas, inclusive, a existência do “Observatório do Cooperativismo”, criado em 2008, por pesquisadores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP) e por membros da Organização das Cooperativas Brasileiras⁶ (OCB).

No âmbito da Geografia, identificou-se algumas teses que tinham no cooperativismo seu eixo central. Conclui-se que a maioria delas mantinha relação direta com o campo brasileiro. Por vezes, alguns desses estudos expunham como as cooperativas eram usadas pelo capital para sua reprodução ampliada através de produtos que possuem alto valor comercial, não raro integrando a pequena produção familiar nessas relações, como é o caso das teses de Paulino (2003), Fajardo (2007) e Belusso (2011). Em outro caso, o levantamento apresentou como a forma cooperativa é adotada pelos movimentos sociais e nas áreas de reforma agrária, tal como abordou Fabrini (2002). Diferenciava-se dessas perspectivas a tese de Silva (2007), na qual o autor se debruçou sobre a relação trabalho-cooperativismo-redes

⁶ A Organização das Cooperativas Brasileiras é o órgão máximo de representação das Cooperativas no país. A OCB foi criada em 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo. Dentre as atribuições dessa entidade, é importante destacar seu papel na promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista, em todas as instâncias políticas e institucionais. É de sua responsabilidade, também, a preservação e o aprimoramento desse sistema, o incentivo e a orientação das sociedades cooperativas existentes em todos os setores da economia (OCB, 2015).

sociais ao discutir a gestão e as condições de vida e de trabalho dos cooperados da Cooperativa de Trabalhadores de Produtos Recicláveis de Presidente Prudente⁷.

Ao centrar o foco de análise na COOPAMIDO, optou-se por entender os meandros do cooperativismo, seu histórico, concepções e as tendências existentes. Inclusive, foi feito um estágio acadêmico em Cuba (em 2015), com o propósito de entender essa forma de organização produtiva e confrontar a experiência cubana e o modelo implementado pela Fundação Odebrecht⁸ (LIMA, 2015; LIMA & GERMANI, 2015; LIMA, GERMANI & REYES, 2015).

Somente num terceiro momento do processo de construção dessa Tese é que, como diria Lefebvre (1995), o salto qualitativo se deu. Ou seja, o movimento do conhecimento, tal qual uma espiral, percorreu a curva plana que gira em torno de um ponto central: a questão agrária e o campesinato. Nesse percurso espiralado, os movimentos anteriores foram se superpondo e contribuindo para uma maior clareza das questões. Marcos Aurélio Saquet explica essa trajetória do seguinte modo

Num primeiro momento (didaticamente pensado), na produção do conhecimento e do próprio pensamento, há uma impressão, uma sensação, que pode ser efêmera ou não, dependendo da prática investigatória de cada pesquisador (...) num segundo momento, a percepção, a reflexão mais profunda, apreensão do mediato, das conexões e interações permitem a compreensão cada vez mais completa e mais ampla das relações, das contradições, dos conflitos, das transições, do movimento (SAQUET, 2011, p. 35).

Com um olhar mais qualificado, foi possível observar que a Fundação Odebrecht adotava uma forma particular de se territorializar no espaço rural, sempre com a anuência e o envolvimento do Estado em suas três instâncias. Constatou-se o *know-how* da Fundação em implementar projetos educacionais e de geração de

⁷ Cabe ressaltar, ainda, que o primeiro estudo sobre cooperativismo identificado no âmbito da Geografia foi a tese “As Cooperativas agrícolas mistas do estado de São Paulo”, defendida por Manoel Fernando Gonçalves Seabra, em 1973, na USP. Outro trabalho, foi a dissertação “Cooperativas de reforma agrária: um enfoque distinto visando sua inserção no negócio agrícola” de Roberto de Assumpção defendida também na USP, em 2003. Esses dois estudos aparecem na lista de trabalhos defendidos no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, entre 1940-2007, mas não são encontradas no banco de dados eletrônico dessa Universidade.

⁸ O estágio acadêmico em Cuba foi realizado a partir do projeto “Estado, Capital e Campesinato no desenvolvimento das políticas de produção de alimentos e agrocombustíveis no Brasil e Cuba. Semelhanças e Diferenças” (Projeto: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Ministério de Educação Superior da República de Cuba – Projeto 161/12). O Projeto foi coordenado na *Facultad de Geografía da Universidad de La Habana* pela Dra. Angelina Herrera Sorzano e no Brasil pelo Dr. João Cleps Júnior da Universidade Federal de Uberlândia.

trabalho e renda no campo baiano desde a década de 1980 (PRATA, 1994; SILVA, 2002; ODEBRECHT, 2004; MARTINS, 2008; PORTO, 2016). Em tais projetos, famílias camponesas passavam a ter acesso à educação formal e/ou informal e eram estimuladas a participar de organizações produtivas nos segmentos agrícola, aquícola e pecuário.

Em Laje, o projeto educacional e de geração de trabalho e renda se caracterizou pela oferta de educação informal (IPHA) e organização produtiva (COOPAMIDO) com foco no cultivo industrial de mandioca para produção de amido, além de propor a formação de uma nova classe média rural para os camponeses que se integrassem ao projeto. Desse modo, a mandioca, historicamente plantada de modo convencional para fazer farinha, passou a ser produzida com a finalidade de extrair o subproduto mais “nobre”, o amido⁹ (CONCEIÇÃO, 1981; CBM, 1992).

Isso significa que o território lajista passou a concentrar múltiplas territorialidades na mandiocultura, ou seja, passou a abarcar a coexistência de dinâmicas distintas. Essas relações sociais indicam o contínuo e contraditório desenvolvimento das forças produtivas em prol da construção de diferentes territórios. Esse processo faz com que frações de um mesmo território conheçam processos e projetos desiguais de desenvolvimento (OLIVEIRA, 1995).

Diversas áreas do conhecimento utilizam o conceito de território. No âmbito da Ciência Política, o território é considerado a partir de relações de poder. Na Economia, ele é tratado como fator locacional ou como uma das bases da produção. Já para a Antropologia, o território é entendido a partir do estudo simbólico das sociedades tradicionais. A Sociologia enfoca o conceito de território nas relações sociais. Na Psicologia, o território é incorporado à construção da subjetividade. Na Geografia, o território está relacionado a materialidade em suas múltiplas dimensões, sobretudo na interação sociedade-natureza (HAESBAERT, 2006).

É importante enfatizar que para a Geografia, o território é uma das categorias de análise. Este campo do saber tem na sociedade o seu tema principal e no espaço geográfico o objeto, pois como dizia Milton Santos “o espaço que nos interessa é o espaço humano ou espaço social, que contém ou é contido por todos esses múltiplos

⁹ O amido pode ser encontrado em todas as formas de vegetais de folhas verdes, seja nas suas raízes, caules, sementes ou frutas. Um exemplo, é o amido de mandioca, também conhecido como fécula, polvilho doce ou goma, e que é um pó fino, branco, inodoro, insípido (REVISTA ADITIVOS E INGREDIENTES, 2009; ABAM, 2014).

de espaços” (SANTOS, 2002a, p. 151). Mesmo que Milton Santos não conceba a luta de classes como base para sua definição conceitual, suas reflexões são fundamentais na medida em que o espaço que interessa é o humano, não porque é habitado pelo homem, mas porque é transformado pela dimensão do trabalho, como diz o próprio autor.

É a partir do espaço que o território se forma (SPOSITO, 2004; CAMACHO, 2013; SAQUET 2015a). Na medida em que a sociedade manifesta a intenção de se apoderar do espaço há um processo de conformação do território. O território é, portanto, um espaço onde se projetou um trabalho e que está marcado por relações de poder. Toda a sociedade produz território. O Estado produz território quando cria um projeto que prevê a construção de campos experimentais para multiplicação de manivas (Projeto Reniva). Também produz território uma corporação que cria um complexo agroindustrial para plantar mandioca e extrair amido. O território também é produzido por aquele indivíduo que constrói uma casa de farinha, ou por outro que planta uma roça de mandioca.

Nessa Tese, a análise do espaço geográfico ocorre mediante a operacionalização da categoria território. A adoção dessa categoria se justifica pela possibilidade de expor os conflitos, as disputas e as conflitualidades em torno da territorialização do capital nessa lavoura historicamente destinada ao autoconsumo camponês. Ou seja, essa categoria permite identificar quem são os explorados, mas, também, quem explora, como explora e as conflitualidades decorrentes dessa exploração no campo lajista.

Na medida em que um grupo social se territorializa – ou, como bem colocou Saquet (2015a), se apropria de um fragmento do espaço – ele concretiza sua territorialidade. No plano teórico, a territorialidade são as relações e as práticas materiais e simbólicas estabelecidas pelos sujeitos na sociedade no sentido de garantir a apropriação do espaço e a construção de um território (RAFFESTIN, 1993; CORRÊA, 2002; FERNANDES, 2006; HAESBAERT, 2006; SAQUET, 2015b). Essas práticas são observadas nas diferentes formas de plantar e beneficiar a mandioca.

Na mandiocultura, cada modo de fazer situa suas bases territoriais distintamente, pois a territorialização é um processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos, sendo que, cada indivíduo necessita, como um “recurso” básico, territorializar-se. O ato de territorializar-se está relacionado com a criação de mediações espaciais. São estas

mediações que propiciam um efetivo “poder” sobre a reprodução dos grupos sociais, “poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e ‘apropriação’ ao mesmo tempo” (HAESBAERT, 2006, p. 97).

No município de Laje, existe uma dinâmica convencional de produção de mandioca. Atrelado a isto, pode-se afirmar que so existe uma forma familiar de plantar mandioca para fazer farinha pelo campesinato lajista. Essa forma familiar se caracteriza por uma produção destinada ao autoconsumo e à venda do excedente. Portanto, baseada no valor de uso (QUANI, 1979; VERGÉS, 2011; MARX, 2013).

O processo histórico de diferenciação interna entre esses sujeitos provocou mudanças no modo de vida camponês. Parte desses camponeses, deixou de ser apenas o agricultor que planta mandioca e fabrica farinha com mão de obra familiar. Isso significa que a atividade agrícola ficou em segundo plano na medida em que se passou a privilegiar a fabricação e a comercialização de farinha com mão de obra, predominantemente, remunerada. Em casos como esse, bem comuns em Laje, a produção de farinha passou a ter como finalidade o mercado. Ou seja, se estrutura no valor de troca (QUANI, 1979; VERGÉS, 2011; MARX, 2013) constituindo uma segunda dinâmica no município, aqui denominada de forma comercial.

A terceira dinâmica, que emergiu a partir de 2009, demarca a territorialização material e imaterial do capital na mandiocultura conformando o processo ora denominado como forma de alta tecnologia. Essa dinâmica institucionaliza a produção industrial da mandioca através de “novas” formas de plantar, tratar, colher, beneficiar e comercializar essa planta. Essas relações qualificam, ainda mais, o cultivo de mandioca como mercadoria, especialmente para produção de amido (valor de troca) em prol da reprodução ampliada do capital (QUAINI, 1979; SANTOS, 1978).

Esta terceira dinâmica, vem desenvolvendo territorialidades e formas de organização e de controle da produção e do tempo distintas da dinâmica local, uma vez que adota um pacote de alta tecnologia numa lavoura que esteve associada, historicamente, ao autoconsumo camponês. Desse modo, a territorialidade do capital tanto se apropria quanto disputa com as territorialidades locais (forma familiar e forma comercial de plantar mandioca para fazer farinha). Esse contexto permite observar que no município de Laje estão presentes “usos contrastados do mesmo espaço segundo diversas perspectivas que se abrem aos diferentes atores” (SANTOS, 1997, p. 22), não é exagero dizer que, muitas vezes, essas múltiplas territorialidades desembocam em conflitos, às vezes, velados, às vezes explícitos.

Quando a Fundação Odebrecht, situou suas bases territoriais em Laje com a mediação da Cooperativa Estratégica do Amido, essa fração do capital manteve a “vocação” da lavoura de mandioca, mas alterou sua forma e seu conteúdo. O capital se territorializou e adquiriu poder sobre os camponeses lajistas ao impor uma territorialidade bastante particular. O poder da Cooperativa Estratégica do Amido é identificado tanto no plano material (apropriação da terra) quanto no imaterial (imposição de um “novo” modo de fazer na lavoura de mandioca).

Essa territorialidade se concretiza quando os camponeses “concordam” em se integrar à COOPAMIDO e passam a adotar a forma de alta tecnologia no trabalho com a lavoura de mandioca. Essa integração, como diria Klaas Woortmann, se dá na transferência de uma ordem moral para uma ordem econômica (WOORTMANN, 1990). Ou seja, ela ocorre na medida em que um dos membros do núcleo familiar camponês ingressa na “Cooperativa” (trabalho). Em consonância com o proposto pela Fundação Odebrecht, todos os membros da família passam a ter acesso a alguns serviços básicos e a certos direitos sociais, com destaque para o processo de escolarização formal e informal (educação), através do qual se qualificam para atender a contento as demandas produtivas da fração da classe dominante.

Na medida em que esses camponeses incorporam os conhecimentos técnicos e tecnológicos para lidar na lavoura de mandioca com alta tecnologia eles se tornam cooperados. Como a grande parte do campesinato lajista não possui terra ou, quando possui, não atende às exigências da COOPAMIDO, em termos de extensão e de topografia, é preciso firmar um contrato de arrendamento com propriedades situadas no município de Laje e adjacências, o que é feito pelos colaboradores (ou funcionários) da “Cooperativa”. Ao se cooperar, o camponês assume a responsabilidade de seguir à risca as orientações da forma de alta tecnologia. Na prática, isso significa cumprir as determinações do fluxograma agrícola da COOPAMIDO e repassar a produção para a BAHIAMIDO. Para arcar com todas as despesas na sua área de terra, ou melhor, na sua gleba, os cooperados são obrigados a fazer um financiamento através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

A escolha do município de Laje como sede da Cooperativa Estratégica do Amido não foi aleatória. Em primeiro lugar, Laje tem uma estrutura fundiária concentrada, o que significa uma grande extensão de terra nas mãos de poucas pessoas com as quais é possível negociar o arrendamento. Por outro lado, esse município é um dos principais produtores de mandioca do estado da Bahia, sendo que

essa raiz é a principal lavoura em termos de área plantada e área colhida. Outro dado interessante, é que o município tem um elevado percentual de pessoas vivendo no campo. Esses aspectos, inclusive, foram identificados pelos pesquisadores do Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca Fruticultura Tropical (CNPMT), ao colaborar para a escolha do município de Laje como sede da CEA, através da realização de um “diagnóstico da cultura” (CNPMT, 2010b, p. 6).

Em segundo lugar, Laje está geograficamente próximo dos municípios que compõem o Território de Identidade Baixo Sul, onde se concentra o núcleo dos projetos educacionais e de geração de trabalho e renda da Fundação Odebrecht. Além disso, está geograficamente próximo de outros municípios produtores de mandioca e que fazem parte da área de atuação da Cooperativa Estratégica do Amido – são eles Castro Alves, Conceição do Almeida, Jaguaripe, Santo Antônio de Jesus, São Miguel das Matas, Sapeaçu e Valença, conforme Figura 1.

Além de tudo isso, o município de Laje é “cortado” pela Rodovia Governador Mário Covas, conhecida como BR 101, o que facilita a recepção da matéria-prima e o escoamento da produção com a garantia da apropriação da renda diferencial (tanto a diferença da fertilidade natural dos solos quanto a localização das terras). Ademais, desde a implementação do projeto, a gestão municipal de Laje foi bastante sensível às demandas da Cooperativa Estratégica do Amido (LAJE, 2011, 2014).

Apesar de todas as vantagens locais que porventura o município de Laje oferecesse à Cooperativa Estratégica do Amido no sentido de gerar lucros, o foco da Tese não é o circuito espacial produtivo em si. Esse olhar passou a nortear a pesquisa na medida em que se observou outras intencionalidades, para além do cultivo de mandioca para produção e comercialização de amido, não obstante essa demanda não possa ser considerada insignificante. Contribuiu para esse salto qualitativo, a compreensão de que o campo brasileiro, historicamente, foi marcado por disputas entre os agentes do capitalismo agrário e os grupos ligados ao campesinato, pois “todas as dimensões da realidade estão sendo disputadas: a educação, a cultura, a política, o controle sobre a produção, distribuição, circulação e consumo etc. São disputas por modelos distintos de sociedade e pela construção de territórios antagônicos” (CAMACHO, 2013, p. 750). Nesse sentido, a questão agrária ganha centralidade ao tempo em que não se restringe a estrutura fundiária, pois “não é só luta pela terra que está em questão, é uma luta contra um modelo de desenvolvimento que privilegia um único tipo de propriedade” (FERNANDES, 1999, p. 31).

Figura 1

Área de atuação da Cooperativa Estratégica do Amido (CEA), Bahia, 2017



Em determinados contextos espaço-temporais, essas disputas foram caracterizadas pela violência, pela exclusão e pela expropriação, não somente do acesso à terra, mas também do acesso ao conhecimento e a possibilidade de desenvolvimento pleno do modo de vida, em especial daqueles grupos sociais que tem no espaço rural as bases de sua existência material e simbólica (KUHN, 2015).

Contudo, essas disputas têm adquirido um tom diferente. A escravidão, a monocultura e o latifúndio, que por muito tempo expropriou e tratou o campesinato com violência, deu lugar a processos mais complexos de obtenção da renda da terra e da sujeição do trabalho ao capital com inovações tecnológicas e maior produtividade. As últimas décadas do século XX marcaram esse momento histórico do capitalismo em sua fase monopolista (OLIVEIRA 1986b, 2007; KUHN, 2015) com os contratos de integração entre o campesinato e grandes corporações (SANTOS, 1978; SANDRONI, 1980; SORJ *et al.*, 1982; WANDERLEY, 1985; ETGES, 1991; PAULINO, 2003; CONCEIÇÃO, 2007; PERTILE, 2008; BELUSSO, 2011). Ou seja, com a mundialização do capital no espaço rural (OLIVEIRA, 2012).

No bojo desse movimento, se conforma um processo ainda mais complexo. O capital vem assumindo formas cada vez mais elaboradas para subordinar o trabalhador do campo ao dificultar a luta pela/na terra. Frações do capital, com a anuência do Estado, ao invés de excluir e expropriar o campesinato através da produção de *commodities*, passou a adotar outras estratégias, em especial ao recriar os mecanismos de subordinação. A forma como o Grupo Odebrecht vem organizando esse processo numa base material (trabalho via cooperativização) e numa base imaterial (educação via ensino do capital) é inovadora. Digamos que a Fundação Odebrecht desenvolveu uma forma específica de entrar no campo. Isso não significa que não haja violência. Significa que há uma mudança na forma e no conteúdo de promover a violência no campo.

Nesse sentido, a violência como “prática de classe” deixa de ser apenas física e passa a ser, também, simbólica. Ou seja, é “uma violência estruturante” que expõe “velhos e novos padrões de conduta e de pensamento, e impede o reconhecimento do outro mediante o uso da força ou da coerção” (BRUNO *et al.*, 2010, p. 523). A pauta não é expulsar do campo, mas recriar o camponês dentro de um modelo de desenvolvimento no qual ele se qualificará (educação), incorporará tecnologia e se integrará ao mercado (trabalho) em consonância com as expectativas do capital, mas permanecerá sem a posse da terra.

Diante disso, é possível assegurar que o processo de territorialização do capital na lavoura de mandioca tem relação direta com a agricultura familiar camponesa. É com ela que o capital busca interagir, pois é esse o grupo que o capital propõe envolver e integrar à produção industrial da mandioca. Logo, se observa que os meandros da criação, da territorialização e do funcionamento da Cooperativa Estratégica do Amido, assim como nos outros projetos educacionais e de geração de trabalho e renda existentes no campo baiano, almejam, no plano teórico, dar vazão às análises construídas pelos estudiosos do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA).

Os adeptos desse Paradigma se esforçam, no plano concreto, para formar agricultores que não vivenciam a conflitualidade como parte inerente ao processo de desenvolvimento do capitalismo. Ou seja, a sustentação teórica-política-ideológica dessa perspectiva entende que o campesinato construirá seu futuro na medida em que se integrar ao capital, independentemente da questão agrária. Essas proposições divergem do Paradigma da Questão Agrária (PQA), cuja compreensão de todas essas questões está no plano estrutural, logo, sua solução só pode ser alcançada em outro modelo social, pois esses problemas são causados pelo desenvolvimento desigual do capitalismo no campo na medida em que problematizam a permanência da questão agrária.

Para alguns autores, isso ocorre na medida em que o camponês, metamorfoseando-se num agricultor familiar pelo crescente processo de tecnificação, se transforma em produtor profissional e se integra ao mercado capitalista (FELÍCIO, 2011; CAMACHO 2013). Em outras palavras, quando o camponês se torna “um sujeito compatível com as relações de mercado” e deixa “de ser uma classe e um modo de vida anticapitalista para ser mais um excelente reproduzidor de atividades essenciais para o mercado e gerador de desenvolvimento em conjunto com o agronegócio” (CAMACHO, 2013, p.640; 719).

No caso específico dessa Tese, os camponeses que integram o projeto da Fundação Odebrecht são formados para: utilizar um pacote de alta tecnologia em lavouras antes tratadas como secundárias; ignorar os conflitos em torno do acesso à terra; substituir as discussões sobre as disputas para entrar e permanecer na terra, a conflitualidade e a luta de classes, pela proposição de compor a nova classe média rural; acreditar que é possível atingir o bem-estar individual e coletivo sob o modo de produção capitalista.

Isso ocorre com a mediação das noções de imaterialidade e materialidade utilizadas pela Cooperativa Estratégica do Amido. Essa correlação acontece de duas maneiras: a) capacitação e desenvolvimento das competências dos cooperados para que eles saibam lidar com a forma de alta tecnologia (território imaterial); b) compra e arrendamento de fazendas devastadas e improdutivas para produção industrial de mandioca, além da adoção de um pacote de alta tecnologia que envolve o uso de mecanização, agroquímicos e de plantas geneticamente modificadas (território material).

O modo como o Grupo Odebrecht vem implementando seus projetos educacionais e de geração de trabalho e renda no campo baiano, merece uma reflexão especial. Em primeiro lugar, porque não é conduzida por uma *agro-holding* (OLIVEIRA *apud* FABRINI & MARCOS, 2010) ou por uma empresa transnacional que controla o mercado de sementes e insumos. Tampouco, por uma corporação conhecida e reconhecida por desenvolver atividades agrícolas no campo brasileiro.

Na verdade, os diversos projetos são criados e implementados por uma Fundação, e não por uma organização econômica que comumente se destina a produção ou venda de mercadorias ou serviços tendo como único objetivo o lucro. Ademais, essa Fundação é um dos segmentos de um grupo empresarial (Odebrecht) que tem como “carro-chefe” a engenharia/construção civil e, em segundo lugar, a química/petroquímica. Por isso, essas investidas podem ser compreendidas como um pacto de aliança de classes em que “grandes proprietários de terra modernizados, as empresas transnacionais, o capital financeiro e a mídia” se unem pela “institucionalização da ideia de agronegócio no país” (FONEC, 2012, p. 7-8).

Vale salientar que, de modo semelhante ao Grupo Odebrecht, outras empresas globais de “capital nacional”, que igualmente exploram a construção civil, o mercado imobiliário, as concessões de serviços públicos, o petróleo e gás e as finanças, investem, também, no campo brasileiro. Porém, essas empresas intervêm no campo, exclusiva e diretamente, em busca de lucro, ou seja, não têm o propósito de criar e implementar projetos que atendam as populações pobres do campo. Esse é o caso da Queiroz Galvão e da Votorantim que atuam em frações do capital como a

silvicultura e a produção de alimentos (frutas, pescados e gado) integrando agricultura e pecuária à indústria¹⁰.

De acordo com Aparecida Tiradentes, há muitos conglomerados vinculados à produção agropecuária (o que não é o caso do Grupo Odebrecht), executando a chamada educação corporativa no Brasil. A difusão desse modelo no “território da formação humana” tem provocado a “descaracterização dos movimentos sociais” e a incorporação de uma “ideologia pactualista que desqualifica a ação das lutas no campo e na cidade” (TIRADENTES, 2012, p. 250). Essas experiências de educação corporativa são criadas com múltiplos objetivos como, por exemplo, fazer o monitoramento e o controle social em face da atuação em atividades de risco (Vale), como responsabilidade social ou, ainda, como estratégia de *marketing* (BASF, Bayer, Souza Cruz e Monsanto). O diferencial é que o Grupo Odebrecht vem realizando suas estratégias de responsabilidade social e *marketing* há bastante tempo, antes dessas ações se tornarem “moda”, a partir dos anos 1990 (PELIANO, 2001), o que estaria relacionado com as características de personalidade de Norberto Odebrecht.

Em segundo lugar, a forma de alta tecnologia na produção de mandioca envolve uma lavoura associada ao plano secundário e caracterizada por fazer parte do modo de vida camponês. Diante disso é importante considerar que atuação do capital é mutável, tanto que alguns estudiosos chegaram a considerar que a territorialização do capital não abarcaria lavouras que não são tipicamente agroexportáveis (MARTINS, 1983; CAMACHO, 2013). Portanto, a expansão ocorreria nas fazendas de cana, eucalipto ou soja, mas dificilmente nos setores de produção de alimentos como o “feijão, milho, mandioca, uva, tomate, etc.” (MARTINS, 1983, p. 174). Esse ponto de vista já não corresponde à realidade.

Por fim, cabe mencionar as relações interinstitucionais da Fundação Odebrecht (e dos seus projetos) com empresas e instituições públicas que tem relação direta ou indireta com a agropecuária brasileira, sem que haja qualquer debate sobre a reforma agrária. Dentre essas relações, é possível citar o envolvimento com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), através da Comissão Executiva de

¹⁰ A “Queiroz Galvão Participações Indústria e Agropecuária” investe no setor rural brasileiro desde 1960. Atualmente, a área de alimentos reúne investimentos em fruticultura, pecuária de corte e criação de camarões no Vale do São Francisco, em Pernambuco, no Pará e no Rio Grande do Norte (QUEIROZ GALVÃO, 2014).

Já a Votorantim, opera na produção e exportação de suco de laranja e seus subprodutos com domínio sobre toda a cadeia produtiva, desde a produção de mudas no viveiro até a entrega em terminais espalhados pelo mundo com fazendas e fábricas no estado de São Paulo (VOTORANTIM, 2014).

Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e o CNPMF da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); o Ministério da Educação, através do IF Baiano e da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); o Ministério da Fazenda, através do Banco do Brasil; o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); o Ministério da Integração Nacional; o Ministério de Minas e Energias (MME), através da Petrobras; o antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da então Secretaria da Agricultura Familiar (SAF); e o antigo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), através do seu então Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)¹¹.

Isso significa que o modelo de educação pelo trabalho se sustenta na articulação de algumas políticas públicas ou setoriais criadas pelo Estado. Dito de outro modo, o capital se articula com uma base organizacional formada por instituições públicas para manter o camponês, e toda a sua família, subordinado e dificultar a luta para entrar e permanecer na terra.

Todas essas análises e variáveis foram fundamentais para que o município de Laje se conformasse como o recorte espacial dessa Tese. Considerando a importância da concepção multidimensional, ou seja, da relação espaço-tempo na análise geográfica (SAQUET, 2015b), o recorte temporal abrange o período compreendido entre 2009-2015. Entretanto, esses “cortes” não são estáticos. Quando necessário, a escala de análise abarca o Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (onde Laje está localizado) e outros Territórios de Identidade, como Baixo Sul, Chapada Diamantina, Médio Rio das Contas e Recôncavo, sem se furtar de

¹¹ As mudanças no cenário político nacional, provocaram a reformulação da organização da Presidência da República. Como esse processo alterou denominações e hierarquias no âmbito ministerial, é preciso apontar as transformações que afetaram órgãos constantemente mencionados nessa Tese. Com o afastamento de Dilma Rousseff, o presidente interino Michel Temer (12/05 à 31/08/2016) editou a Medida Provisória (MP) n°. 726 de 12/05/2016 reduzindo de 32 para 23 o número de ministérios. Com a cassação do mandato de Dilma Rousseff, o então vice-presidente assumiu definitivamente o cargo de presidente da república, revogou a MP 726/2016 e a converteu na Lei n°. 13.341 de 29/09/2016 (BRASIL, 2016a, 2016b). Essa reforma provocou, dentre outros, as seguintes medidas:

a) extinção do MDA e transferência de suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Posteriormente, através do Decreto n°. 8.780 de 17/05/2016, Michel Temer transferiu as competências do MDA, que estavam com o MDS, para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), vinculada à Casa Civil da Presidência da República (MDA, 2017);

b) o MDS foi transformado em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA);

c) o MTPS foi transformado em Ministério do Trabalho. As competências do antigo MTPS, foram “fatiadas”, pois o INSS passou a compor a estrutura organizacional do atual MDSA.

compreendê-los a partir de sua inserção em nível nacional e mundial. A escala local contempla todas as 46 comunidades rurais identificadas pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (SINTRAF) para o município de Laje.

Todavia, serão priorizadas aquelas comunidades cujos moradores contribuíram durante o trabalho de campo através da presença e da participação nas Assembleias, na “Escolinha Sindical” ou em eventos promovidos pelo SINTRAF, Associações Comunitárias, Secretaria de Agricultura e COOPAMIDO. Dentre as comunidades do município de Laje, Gameleira e Engenheiro Pontes se destacam por representar, respectivamente, a forma familiar e a forma comercial de plantar mandioca para fazer farinha.

Em relação a forma de alta tecnologia, é muito difícil assegurar que uma única comunidade seja capaz de representar essa dinâmica. Em primeiro lugar, porque os cooperados estão espalhados nas comunidades rurais de Laje e dos outros municípios que compõem a área de atuação da Cooperativa Estratégica do Amido. Em segundo lugar, pela dificuldade de se precisar quantitativamente o número desses cooperados, embora tenha sido possível identificar alguns. A identificação dos cooperados não significou um amplo diálogo, pois o silêncio é um traço comum entre todas as pessoas que mantêm uma relação direta com a CEA, seja cooperado, colaborador, parceiro agrícola e/ou prestador de serviços¹².

Mesmo com essas limitações, a comunidade de Cruzeiro possui uma estreita relação com as pessoas jurídicas da Cooperativa Estratégica do Amido. Essa afirmação se baseia: a) nos diálogos travados durante o trabalho de campo com cooperados, colaboradores da CEA e lideranças comunitárias; b) na identificação de alguns cooperados, colaboradores e gestores da COOPAMIDO que residem na comunidade de Cruzeiro e em outras comunidades – como Areia Fina, Km 17, Km 22, Outeiro, Rio de Areia, Riacho da Lama, Serra do Frio e Sobradinho – que convergem em torno da forma de alta tecnologia, compondo um núcleo articulado ao complexo agroindustrial da Fazenda Novo Horizonte Sede.

¹² Ao longo do trabalho de campo, foi possível identificar uma parte dos cooperados que vivem nas comunidades de Areia Fina, Cruzeiro, Km 17, Km 22, Outeiro, Riacho da Lama, Rio de Areia, Serra do Frio e Sobradinho. Embora não tenha sido possível identificar, havia cooperados em outras comunidades, como Água Vermelha, Capão, Engenheiro Pontes, Entroncamento de Laje, Itaparica, Pindoba e Quilombo – como consta no mapa intitulado “Área de abrangência” da Aliança Cooperativa do Amido (BAHIAMIDO S.A., 2014). Relação dos cooperados, Apêndice A.

Em que pese à dimensão temporal, o marco inicial é a criação e o funcionamento do módulo agroindustrial da Cooperativa Estratégica do Amido, em 2009. Ocorre que, a partir de 2015, o projeto educacional e de geração de trabalho e renda passa por mudanças e se volta exclusivamente à produção e comercialização do amido. Com isso, deixa de lado a série de ações socioeducativas que promovia.

É a partir desse quadro que se busca compreender o processo de territorialização do projeto educacional e de geração de trabalho e renda da Fundação Odebrecht no município de Laje, através da lavoura de mandioca. O que está em pauta, é a observação de um movimento desencadeado por uma empresa de origem brasileira (Organizações Odebrecht) que se internacionalizou e diversificou sua carteira de investimentos e, numa etapa de maximização de lucros, retomou ao setor primário (agricultura) no espaço rural (campo) de uma região caracterizada historicamente por “perdas” (Nordeste/Bahia) para produzir e processar uma “lavoura de pobre” (mandioca).

Deriva de tudo isso, uma questão central a ser problematizada: qual a realidade e as contradições em torno da territorialização do projeto educacional e de geração de trabalho e renda promovida pela Fundação Odebrecht, através da Cooperativa Estratégica do Amido, na lavoura de mandioca no município de Laje (BA)? À questão principal acrescentam-se outras de caráter complementar:

- a) Existe conflito entre os valores difundidos pela Cooperativa Estratégica do Amido e os saberes anteriores dos camponeses que se tornaram cooperados e que lidavam com as formas convencionais de plantar mandioca para fazer farinha?
- b) De que forma a Cooperativa Estratégica do Amido vem organizando seu projeto de educação pelo trabalho para os sujeitos, até então, vinculados às formas convencionais de produção de mandioca?
- c) É notório para os camponeses-cooperados e não-cooperados que o ingresso na COOPAMIDO possibilita a permanência no campo? Mas, em que condições essa permanência se dá? Há continuidade na exploração do trabalhador?
- d) Quais as implicações do arrendamento de terras para a reforma agrária?
- e) Como os camponeses-cooperados e não-cooperados avaliam o uso da alta tecnologia nas atividades da cadeia produtiva de mandioca da COOPAMIDO?

- f) Os cooperados têm a noção de que a integração ao capital não significa consumir o espaço em sua plenitude, tão pouco se apropriar da riqueza gerada?

Essas questões de pesquisa sintetizam-se no objetivo geral da Tese, qual seja: analisar como e por que uma multinacional consolidada no ramo da construção civil e com reconhecida “tecnologia empresarial” vem se territorializando na produção de mandioca, uma lavoura historicamente associada ao autoconsumo camponês, através de um projeto educacional e de geração de trabalho e renda. Em complemento, objetiva-se:

- a) Apresentar as dinâmicas da produção de mandioca no município de Laje e sua relação com a questão agrária;
- b) Descrever a produção de mandioca em Laje identificando as especificidades na fabricação de farinha (casa de farinha) e de amido (fecularia);
- c) Compreender como a Cooperativa Estratégica do Amido propõe formar a nova classe média rural;
- d) Explicar como funciona a proposta de educação pelo trabalho da Cooperativa Estratégica do Amido;
- e) Expor como o projeto educacional e de geração de trabalho e renda voltado para a produção de mandioca para extração de amido é recebido pelos sujeitos envolvidos direta e indiretamente nesse processo.

A operacionalização dessas questões e desses objetivos ocorreu através da “metodologia pés no chão”. Esta metodologia consiste na forma de fazer pesquisa e de fazer extensão no âmbito do Projeto GeografAR, ou seja, uma junção entre observações, oficinas, entrevistas e representações cartográficas¹³. A expressão “metodologia pés no chão” e os seus procedimentos ainda carecem de reflexão por parte dos membros do Grupo, mas um pouco do que tem sido feito é explicitado na tese de Tiago Rodrigues Santos, ao afirmar que

¹³ O Projeto Integrado de Pesquisa "A Geografia dos Assentamentos na Área Rural" – Projeto GeografAR – vem, desde 1996, desenvolvendo pesquisas com o propósito de analisar o processo de (re) produção do espaço geográfico no campo baiano em suas distintas temporalidades, espacialidades e territorialidades tendo como pressuposto a permanência da questão agrária (GeografAR *apud* FREITAS, 2009, p. 25).

De posse da leitura do mundo e da leitura da palavra [estamos] refletindo e incorporando procedimentos metodológicos e técnicas de pesquisa para que – através do texto – pudesse exprimir a apreensão do real. Os caminhos percorridos, que chamo aqui de ‘metodologia pés no chão’ – sob inspiração da educação popular –, [exige] (...) uma série de técnicas que vão desde a revisão bibliográfica, perpassando por análise cartográfica, até a observação participante e a pesquisa participante (SANTOS, 2017, p. 31).

A escolha dos meios da investigação tem por finalidade garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais, sobretudo no referente à obtenção, ao processamento e à validação dos dados pertinentes à problemática que está sendo investigada (GIL, 2008). Por outro lado, a escolha dos meios técnicos, para além de simples procedimentos ou regras, tem afinidade com o método científico em sua correlação histórica e sua dimensão filosófica (SPOSITO, 2004).

Milton Santos já dizia que a questão do método é indispensável, já que se trata da “construção de um sistema intelectual que permita, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista. Este não é um dado em si, um dado *a priori*, mas uma construção. É nesse sentido que a realidade social é intelectualmente construída” (SANTOS, 1997, p. 62-63). Nesses termos, adota-se o método dialético, pois essa corrente doutrinária, com suas leis, permite que se busque explicações coerentes e lógicas para entender e explicar os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento a partir do movimento e da contradição (CHAUÍ, 1980; TRIVIÑOS, 1987; LEFEBVRE, 1995).

No que se refere aos procedimentos metodológicos, partiu-se da observação participante (TRIVIÑOS, 1987; RICHARDSON, 2012). A observação permitiu acompanhar o movimento em curso no município de Laje e ir além da “simples coexistência observada”, “penetrar” na “riqueza do conteúdo” e “apreender conexões” mais profundas com o propósito de “captar solidamente as *contradições* e o *movimento*” (LEFEBVRE, 1995, p. 238-241).

Nem sempre essa observação foi participativa. Em algumas ocasiões, ela se limitou a presenciar os acontecimentos, a exemplo das atividades promovidas pela Cooperativa Estratégica do Amido, como a aula inaugural do curso “Inovação na Produção de Mandioca”, em março de 2014; durante a III Semana Eco Mani, em junho de 2014; no XV Congresso Brasileiro da Mandioca, em outubro de 2013, em Salvador; e na EXPOMANDICOA, em dezembro de 2013, em Santo Antônio de Jesus.

A observação participante foi adotada durante as assembleias, eventos, manifestações e reuniões promovidas pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do município de Laje e pelas Associações Comunitárias Rurais. Muitas vezes, as observações estenderam-se, também, no âmbito da informalidade, em ocasiões como as confraternizações familiares, eventos religiosos e passeios.

A observação foi fundamental para evitar a separação entre as reflexões teóricas e a fundamentação empírica. Ao mesmo tempo em que as questões conceituais eram discutidas no espaço formal da Universidade e dos eventos científicos elas eram problematizadas no trabalho de campo. Como já dizia Milton Santos, há uma necessidade do trabalho empírico, mas este deve ser “um trabalho teórico-empírico” no qual é preciso “ir recolher no real *o que ele é*, peça por peça, mecanismo por mecanismo, ilação por ilação, e desse conjunto das coisas e das relações que as animam, examinando à luz de conjuntos maiores, extrair significações”. São essas significações que, “particulares ao caso estudado”, trazem uma “dimensão universal, e encerram um germe ou uma promessa de abstração factualmente construída” (SANTOS, 1982, p. 132).

Em consonância com a “metodologia pé no chão” foram realizadas seis oficinas com o apoio do SINTRAF. Quatro oficinas foram realizadas nas comunidades de Gameleira, Ceasa, Riachão e Rio de Areia e as outras duas correram na sede do Sindicato com os membros da “Escolinha Sindical”, reunindo jovens e adultos das comunidades de Areia Fina, Baixa de Areia, Beira do Rio, Boa Vista, Borges, Cutia, Deus Dará, Engenheiro Pontes, Outeiro, Riachão, Ribeirão, Rio de Areia, Ronco d’água e Tourinho e Serra do Frio. Nessas ocasiões, era facultado o preenchimento de um formulário que inquiria dados pessoais, nome da comunidade onde viviam, tamanho da propriedade da família, atividades produtivas realizadas na comunidade de origem e distância da comunidade até a sede do município, dentre outros.

Em cada uma das atividades realizadas era apresentado um panorama da questão agrária na Bahia em articulação com a realidade dos participantes. O eixo estruturante das discussões sempre era a produção de mandioca, mais especificamente aquelas questões que envolviam o beneficiamento, a identificação das casas de farinha do município e a coleta de informações sobre a infraestrutura das unidades produtivas. Na medida em que determinada questão carecia de aprofundamento era proposta uma entrevista semiestruturada (TRIVIÑOS, 1987) para

deslindar as lacunas, especialmente com agricultores, representantes do poder público, lideranças das organizações sociais, cooperados e colaboradores da Cooperativa Estratégica do Amido.

Contudo, a realização das entrevistas não se constituiu numa tarefa simples, em especial para os indivíduos que mantinham alguma relação com a Cooperativa Estratégica do Amido. Entre esses, sejam colaboradores ou cooperados, predominou a cautela, o receio em “falar demais” e, até mesmo, a recusa em autorizar a gravação do que estava sendo dito. Buscando assegurar que a realização da oficina e das entrevistas não acarretaria nenhum tipo de constrangimento ou prejuízo para os entrevistados, cada entrevista foi qualificada com um número. Foram realizadas 23 entrevistas, sendo 12 homens e 11 mulheres. Desse total 5 eram cooperados e 18 não-cooperados¹⁴. Além disso, realizou-se entrevistas com o Secretário Municipal de Agricultura (2013-2016), com a Secretária Municipal de Ação e Desenvolvimento Social (2013-2016) e com a coordenadora do SINTRAF (2009-2012) e (2013-2016).

O cuidado e o receio no falar deixaram muitas questões sem resposta. Mas, a publicidade do que era silenciado foi revelado nos materiais institucionais e documentos oficiais. No que tange a Odebrecht, recorreu-se as páginas eletrônicas da Organização, da Fundação e da Cooperativa Estratégica do Amido. Foram constantes as desativações dessa última, mas para evitar transtornos tudo que era disponibilizado foi salvo e impresso. Foram capturadas e sistematizadas 144 notas veiculadas entre abril de 2010 e julho de 2014. Somente em fevereiro de 2017 é que o funcionamento da página eletrônica foi restabelecido, trazendo ao domínio público as mudanças que ocorrem na gestão e no funcionamento do complexo agroindustrial.

Houve, ainda, o acesso ao folheto impresso “Informe COOPAMIDO” e “Info Amido” com tiragem semestral e as cópias do Estatuto Social e do Regimento Interno da “Cooperativa”. Foram fundamentais algumas publicações da Fundação Odebrecht, como os Relatórios Anuais da Odebrecht S.A. e da Odebrecht Agroindustrial, a revista eletrônica “Odebrecht Informa” e alguns dos livros publicados por Norberto Odebrecht (2011b, 2011a, 2004, 1993, 1991, 1987). Outras fontes permitiram o cruzamento de informações, como as matérias do jornal “A Tarde” e sua revista semanal “Muito”; os diversos documentos publicados pelo CNPMF da EMBRAPA, em especial o “Informativo Raiz & Fruto”; as atas das reuniões da Câmara Setorial da Mandioca

¹⁴ Relação do perfil das pessoas entrevistadas, Apêndice B.

Nacional, disponíveis na página eletrônica do MAPA; e os documentos sobre o Projeto Reniva, no *síte* do Ministério da Integração Nacional.

A plataforma digital do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) também foi de fundamental importância. A partir dele os cidadãos podem encaminhar pedidos de acesso à informação referente aos órgãos e entidades do Executivo Federal. Essa plataforma foi utilizada para ter acesso aos dados referentes ao município de Laje, como as séries históricas da população, da produção agropecuária e das informações referentes ao PRONAF.

Por fim, adotou-se a cartografia como representação da realidade e com a intencionalidade de explicitar a materialidade dos conflitos (GeografAR, 2016). Nesse sentido, a representação cartográfica foi usada para espacializar a área de atuação da Cooperativa Estratégica do Amido; localizar as comunidades rurais de Laje; indicar a localização das unidades de beneficiamento de mandioca no município; mostrar a expansão dos projetos da Fundação Odebrecht na Bahia; e apresentar as fazendas onde é realizada a produção industrial de mandioca da COOPAMIDO.

A Tese está estruturada em duas partes. Na primeira parte, composta por dois capítulos, a ênfase foi dada à realidade do campo baiano a partir de Laje, mais especificamente, através da forma familiar de plantar mandioca para fazer farinha com o objetivo de dar protagonismo a quem estava no campo antes da “chegada” da Fundação Odebrecht, em 2009. Contudo, para enriquecer a análise, houve a necessidade de dialogar com o contexto lajista pós-Odebrecht. A segunda parte, composta por dois capítulos, aborda os meandros da implementação do projeto educacional e de geração de trabalho e renda da Fundação Odebrecht e a integração do campesinato lajista à produção industrial de mandioca.

O primeiro capítulo, “Questão agrária, acesso à terra e a espacialização da mandiocultura em Laje (BA)”, buscou apresentar o município de Laje enfatizando o contexto espaço-temporal da questão agrária, sua relação com a lavoura de mandioca e a permanência da população rural lajista em face da concentração da estrutura fundiária. O segundo capítulo, “A forma familiar de plantar mandioca para fazer farinha em Laje (BA)”, destacou o modo campestino de lidar na produção de mandioca para fazer farinha a partir da tríade terra-trabalho-família. Essa incursão foi necessária para conhecer a realidade sobre a qual a Fundação Odebrecht optou por intervir e implementar sua proposta de educação pelo trabalho.

O terceiro capítulo intitulado “Grupo Odebrecht: da construção civil mundial a educação pelo trabalho no campo baiano”, tem como foco a apresentação da trajetória do grupo empresarial que, apesar de não ter o campo como o *locus* de suas atividades econômicas mais significativas, tem implementado projetos educacionais e de geração de trabalho e renda no espaço rural baiano, desde a década de 1980. Em consonância com tal análise, buscou-se expor as três fases da territorialização da educação pelo trabalho da Fundação Odebrecht na Bahia e discutir o papel que vem sendo exercido pelo capital na educação do/no campo.

O quarto e último capítulo, “A territorialização do capital na lavoura de mandioca: a Cooperativa Estratégica do Amido”, objetiva expor a última fase da territorialização da educação pelo trabalho da Fundação Odebrecht, em curso no município de Laje através da produção industrial de mandioca para extrair amido. Aborda-se a organização e o funcionamento da Cooperativa Estratégica do Amido através da caracterização dos seus arranjos institucionais – COOPAMIDO, BAHIAMIDO e IPHA. Além disso, propõe apresentar como esse projeto educacional e de geração de trabalho e renda, se territorializou material e imaterialmente em Laje. Para tanto, foi fundamental entender como a comunidade lajista compreendeu esse processo enfatizando as novas relações e os velhos problemas que permanecem no campo.

Por fim, as Considerações Finais, que não objetivam concluir, apresentam o modo como a questão agrária está sendo tratada em Laje, pelo capital e pelos camponeses através de sua representação sindical, bem como as mudanças em torno da Cooperativa Estratégica do Amido. Essas problemáticas ensejam a continuidade da pesquisa para melhor compreender os processos em curso no campo lajista (e da Bahia), ao mesmo tempo em que apontam a necessidade da extensão com vistas a promover uma contínua e dialética relação teoria-empíria e/ou Universidade-realidade.

2. QUESTÃO AGRÁRIA, ACESSO À TERRA E A ESPACIALIZAÇÃO DA MANDIOCULTURA EM LAJE (BA)

O objetivo desse capítulo é mostrar o município de Laje, mais especificamente o campo lajista salientando quem e como se vivia nesse campo antes da “chegada” da Fundação Odebrecht. Para tanto, faz-se um esforço de articulação entre o processo histórico, a população (migração) e a estrutura fundiária vinculado na relação espacial Brasil e Bahia tratando do que chega à Laje. Esses elementos são imprescindíveis para estudar a territorialização do capital naquele município, pois “é fundamental reconhecer aspectos do movimento conjuntural intimamente ligado ao processo histórico” (SAQUET, 2015b, p. 28). Porém, isso não significa uma interpretação isolada. Sempre que for necessário aprofundar as discussões e expor as contradições, se procede ao entrelaçamento do contexto antes e depois da territorialização do projeto educacional e de geração de trabalho e renda.

O município de Laje, possui três importantes características para este estudo: a) tem uma estrutura fundiária concentrada; b) está entre os principais produtores de mandioca do estado da Bahia; c) possui uma população majoritariamente rural e que tem notório saber na lida com a mandioca. Esses aspectos permitem constatar que a dinâmica socioespacial de produção de mandioca em Laje se baseia na relação terra-trabalho-família. Essas três categorias, embora não sejam exclusivas, são fundamentais para entender o universo camponês, pois se contrapõem ao “modelo individual” das “sociedades modernas, individualizadas e voltadas para o mercado” (WOORTMANN, 1990, p. 23).

A tríade terra-trabalho-família é a principal característica do modo de vida camponês, é a particularidade com a qual esse sujeito se relaciona com a sociedade (QUEIROZ, 1976; SANTOS, 1978; CHAYANOV, 1981; MARTINS, 1983; WANDERLEY, 1985, 1996; OLIVEIRA, 1986b, 2007; MOURA, 1988; WOORTMANN, 1990; WOORTMANN, 1995; FABRINI, 2002; PAULINO, 2003; SHANIN, 2005; IANNI, 2009; VERGÉS, 2011; CAMACHO, 2013). Para o campesinato, como tão bem expressou Woortmann (1990, p. 23), “não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família”. É justamente essa ordem moral que sustenta a ética camponesa, ou campesinidade, como prefere o autor.

O uso dos termos camponês e campesinato são recentes no Brasil. A expressão campesinato tem pouco tempo de existência no português e sua utilização

nas Ciências Sociais brasileiras é uma tradução de *paysannerie* (francês) e *peasantry* (inglês), o que significa um conjunto de “indivíduos rústicos” que habitam o campo (QUEIROZ, 1976, p. 15). Já para Martins (1983, p. 23), a expressão campesinato foi importada da “realidade russa dos fins do século XIX e do começo do século XX” para a realidade brasileira, por partidos políticos da esquerda interessados em dar conta das lutas dos trabalhadores do campo. Apesar disso, o uso do termo camponês foi contestado por “grupos de direita” que tentaram substituí-lo pela palavra “rurícola”, sem maior aceitação (ANDRADE, 2000, p. 6).

Apesar dessas lacunas, existiam denominações próprias no Brasil para designar o sujeito camponês: caipira em São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul; caiçara no litoral paulista; tabaréu no Nordeste; e caboclo em outras partes (QUEIROZ, 1976; MARTINS, 1983; CAMACHO, 2013). Na medida em que as lutas dos sujeitos do campo ingressavam no debate político nacional, essas expressões vão deixando de ser usadas, pois, de modo geral, eram empregadas com sentido depreciativo (MARTINS, 1983). O termo camponês passa, então, a expressar a unidade das respectivas situações de classe e adquire foro de identidade política em esfera nacional (CAMACHO, 2013).

Também recentes são os estudos sobre o meio rural brasileiro. Estes surgiram no final do século XIX como fruto da curiosidade dos “cidadinos” em relação aos “estilos de vida” conservados no interior. Contudo, os estudiosos pioneiros na temática – como Sylvio Romero, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre – sequer iam ao campo, o que muda, somente, a partir dos trabalhos de Caio Prado Júnior, Jacques Lambert, Manoel Correia de Andrade, Nice Lecocq Muller e Antônio Cândido (QUEIROZ, 1976).

Diante desse panorama, é fundamental travar uma discussão que problematize a questão agrária em suas múltiplas escalas (Brasil-Bahia-Laje) relacionando-a a organização, a posse e a utilização das terras pelo campesinato no município de Laje. Esses aspectos são fundamentais para entender como as famílias camponesas lajistas se relacionam com a terra e com o trabalho, especialmente através da mandiocultura.

2.1 A PERMANÊNCIA DA QUESTÃO AGRÁRIA: BRASIL, BAHIA E LAJE

A concentração da propriedade da terra no Brasil tem origens históricas que se reproduzem com o processo de expansão do capitalismo no campo, confirmando a

permanência de uma questão agrária. Por questão agrária se entende as questões relativas às relações sociais de produção, ou seja, envolve, dentre outros, como e de que forma se produz no campo. Aspectos que remetem à estrutura de propriedade da terra e às relações sociais de produção que são estabelecidas entre os distintos e antagônicos grupos sociais que coexistem no tempo-espaço (GERMANI, 2009, 2010).

A questão agrária tem como “pano de fundo” a contradição estrutural do modo de produção capitalista que, historicamente, se reproduz pela concentração dos meios de produção (terra e água) e pela exploração da força de trabalho. Em diferentes momentos da história, a questão agrária se apresentou com características diversas tornando sua compreensão uma tarefa complexa (FERNANDES, 2001; OLIVEIRA, 2007), o que se expressa nas várias acepções conceituais atribuídas à temática, pois como salienta João Pedro Stédile

Na literatura política, o conceito ‘questão agrária’ sempre esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político. Na sociologia, o conceito ‘questão agrária’ é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola. Na Geografia, é comum a expressão ‘questão agrária’ para explicar a forma como as sociedades e as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. Na História, o termo ‘questão agrária’ é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra (STEDILE, 2011, p. 15).

Portanto, a questão agrária tem uma complexidade que é inerente as suas várias dimensões. Por sinal, uma importante dimensão é a territorial. Isso se revela na medida em que a questão agrária “é uma abstração, mas adquire concretude e materialidade através da apropriação privada da natureza pelos grupos sociais e que se manifesta na estrutura da propriedade da terra” (GERMANI, 2010, p. 272). Nesse sentido, a questão agrária incorpora a luta para entrar e permanecer na terra. Na ciência geográfica, a disputa pela terra é entendida como um “conflito territorial” (CAMACHO, 2013). Como Germani (2009, p. 353) já havia dito, se trata de uma “questão territorial” que “perpassa e articula a questão agrária com os grupos sociais em sua luta para ‘entrar’ ou ‘permanecer’ na terra, ou melhor, para garantir a conquista ou manutenção dos seus espaços de vida”.

Essa discussão contribui para entender a lógica pela qual os diferentes sujeitos se apropriam da terra conformando um conflito territorial. O conflito territorial pode ser dimensionado numericamente ao se observar que “por 86 anos – mais de três quartos de século –, quase metade das terras do País estão concentradas nas mãos do grupo de proprietários com mais de 1.000 ha” (GERMANI, 2010, p. 273-274), conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Estabelecimentos com dimensão igual ou superior a 1000 hectares no Brasil, 1920-2006:

Ano	Estabelecimento		Área total		Área média
	Número	%	Área (ha)	%	
1920	26.315	4,0	110.980.624	63,4	4.217
1940	27.812	1,5	95.529.649	48,3	3.435
1950	32.628	1,6	118.102.270	50,9	3.620
1960	32.885	1,0	125.537.925	47,3	3.817
1970	36.874	0,7	116.250.000	39,5	3.152
1975	41.468	0,8	138.819.000	42,8	3.348
1980	47.841	0,9	164.557.000	45,1	3.440
1985	50.411	0,9	163.940.461	43,7	3.252
1995	49.358	1,0	159.493.949	45,1	3.231
2006	46.911	0,91	146.553.218	44,42	3.124

FONTE: IBGE. Censo Agrícola e Agropecuário 1920-2006 *apud* Germani (2010, p. 274).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Esses dados confirmam a herança histórica de um modelo de exploração centrado na proteção e manutenção da grande propriedade rural, situação que apresenta repercussões nos dias atuais, basta notar a estrutura fundiária brasileira dimensionada no Censo Agropecuário 2006, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Estrutura fundiária Brasil, 2006:

Grupo de área	Estabelecimento (n°)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
Menos de 10 ha	2.477.071	7.799.000	50,34	2,36
10 a menos de 100 ha	1.971.577	62.893.000	40,07	19,06
100 ha a mais	471.817	259.250.000	9,59	78,58
TOTAL	4.920.465	329.942.000	100,0	100,0

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário 2006 *apud* Hoffmann & Ney (2010, p. 18).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Constatou-se que 2.477.071 estabelecimentos agropecuários (50,34%) estão concentrados no grupo de área com menos de 10 ha e detém apenas 7.799.000 da

área total (2,36%)¹⁵. Enquanto, 1.971.577 estabelecimentos (40,07%) estão entre 10 a menos de 100 ha e ocupam 62.893.000 da área (19,06%). Por outro lado, identificou-se que 471.817 dos estabelecimentos (9,59%) possuem 259.250.000 ha (78,58%) da área distribuída nos grupos de área com mais de 100 hectares (ha).

Há divergências entre os dados do Censo 2006, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da parceria entre o MDA e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e o trabalho “Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação”, publicado pelo MDA em 2010. Nota-se um desacordo em relação a quantidade de estabelecimentos. Enquanto o Censo 2006, informa que o Brasil possui 5.175.489 estabelecimentos numa área total de 329.941.393 hectares, o trabalho organizado por Hoffmann & Ney (2010) informa que existem 4.920.465 estabelecimentos distribuídos em 329.942.000 hectares.

Considerando-se o número de estabelecimentos e a área ocupada, percebe-se a permanência da alta concentração da propriedade da terra no Brasil. Com base no Censo de 2006, a leitura destes dados para o estado da Bahia indica que 455.754 estabelecimentos (59,85%) estão no grupo de área de menos de 10 hectares e detém 1.369.883 da área (4,68%). Por outro lado, 3.414 estabelecimentos (0,45%) estão acima de 1.000 hectares e detém 10.390.531 da área (35,62%), conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Estrutura fundiária Bahia, 2006:

Grupo de área	Estabelecimento (n°)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
Menos de 10 ha	455.754	1.369.883	59,85	4,68
10 a menos de 1000 ha	302.360	17.420.145	39,7	59,7
1000 ha a mais	3.414	10.390.531	0,45	35,62
TOTAL	761.528	29.180.559	100,0	100,0

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário 2006 *apud* GeografAR (2011).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Para explicitar ainda mais o nível de concentração da terra no país utiliza-se o Índice de Gini em uma série de 1967 a 2006, conforme Quadro 2. Esse indicador, calculado com base nos dados do IBGE e do Instituto Nacional de Colonização e

¹⁵ Considera-se estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independentemente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária (IBGE, 2006 *apud* FREITAS, 2009, p. 125).

Reforma Agrária (INCRA), aponta que no Brasil, durante todo este período, este índice sempre foi maior que 0,800. Portanto classificado, como “forte a muito forte”¹⁶ (MDA, 2001; GERMANI, 2010).

Quadro 2 – Índice de Gini Brasil, 1967-2006:

Período	Índice de Gini
1967	0,836
1972	0,837
1978	0,854
1992	0,831
1998	0,843
1999	0,847
2000	0,802
2006	0,858

FONTE: MDA (2001, p. 7; 37); Germani (2010, p. 276).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Na Bahia, a série histórica de 1920 a 2006, apresenta um comportamento semelhante, como pode ser observado no Quadro 3.

Quadro 3 – Índice de Gini Bahia, 1920-2006:

Período	Índice de Gini
1920	0,734
1940	0,784
1950	0,794
1960	0,779
1970	0,795
1975	0,805
1980	0,821
1985	0,835
1995/1996	0,829
2006	0,838

FONTE: IBGE. Censo Agrícola e Agropecuário 1920-2006 *apud* Alcântara (2011).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

¹⁶ O Índice ou Coeficiente de Gini é uma média estatística de dispersão ou concentração de riquezas com valores que variam de 0,0 a 1,0. Quanto mais o resultado aproxima-se de zero, menor o grau de concentração (concentração nula). Quanto mais se aproxima de um, maior o grau de concentração (concentração absoluta) (BARICKMAN, 2003; FREITAS, 2009; GERMANI, 2010). Para interpretação do Índice de Gini, é utilizada a categorização de Lourival Câmara que, com base na Escola Italiana de Estatística, classificou a concentração de terra no Brasil do seguinte modo: (0,000 a 0,100 = nula); (0,101 a 0,250 = nula a fraca); (0,251 a 0,500 = fraca a média); (0,501 a 0,700 = média a forte); (0,701 a 0,900 = forte a muito forte); e (0,901 a 1,000 = muito forte a absoluta) (CÂMARA, 1949, p. 516-517).

Constata-se a permanência deste índice na classificação “forte a muito forte”. É importante notar que o processo de concentração de terra na Bahia é crescente. Não há de fato uma redução, mas oscilações pequenas em apenas dois momentos: 1960 e 1996. Em 2006, os dados mostram que a concentração de terra alcançou os índices mais altos já vistos no estado, desde que existe a possibilidade de mensurar o fenômeno (ALCÂNTRA, 2011).

A série histórica do Índice de Gini mostra que a estrutura fundiária brasileira permanece concentrada. Especula-se que entre 1990-2006, houve uma modificação da base técnica da produção e o desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura brasileira, mas isso não alterou a estrutura fundiária, como aponta a série histórica do Índice de Gini para o Brasil e a Bahia.

Na verdade, os avanços na solução das questões agrícolas – isto é, dos aspectos ligados às mudanças na produção, ou seja, o que se produz, onde se produz e quanto se produz – foram exitosos, não obstante o agravamento da questão agrária (GRAZIANO DA SILVA, 1981). Esse processo se caracterizou pela passagem do ‘complexo rural’ para uma dinâmica comandada pelos ‘complexos agroindustriais’, ou seja, a transformação de uma “produção agrícola fechada em si mesma” para uma “regulação macroeconômica mais ampla” com uma inserção maior do circuito financeiro (FABRINI, 2002, p. 141). Apesar disso, há uma permanência da questão agrária, mesmo quando alguns intelectuais acreditam ser “um tema superado pelo ‘paradigma do capitalismo agrário’ no qual se defende a territorialização do capital no campo como estratégia para a promoção do desenvolvimento territorial rural” (GERMANI, 2010, p. 270). Essa nova situação pode ser interpretada pelo seguinte modo: “passamos de uma agricultura múltipla, que aproveitava os mais diversos modos e recursos naturais para empregar a capacidade familiar de trabalho, para um modelo especializado, depredador do meio ambiente e incompatível com a disponibilidade doméstica braçal” (VERGÉS, 2011, p. 82).

Ao lado do discurso da base técnico-produtiva há um silenciamento sobre o agrário, ou melhor, há um encobrimento da questão agrária como se não houvessem conflitos no campo. Há reticências à discussão sobre reforma agrária, permanecendo restrita apenas em alguns grupos de pesquisa. Ao mesmo tempo, há uma glorificação

do setor modernizado, como expôs Leonilde Servolo de Medeiros¹⁷. Ademais, não se coloca “a outra face da modernização”, qual sejam os problemas do emprego sazonal em precárias condições, as extensas jornadas, o trabalho infantil, a falta de direitos trabalhistas e a favelização nas periferias (MEDEIROS, 2003, p. 30-31).

Esse silenciamento é incompatível com a articulação de sujeitos que se politizaram e começaram a construir novas formas de organização social constituindo um movimento sócio-territorial rural de contestação ao não cumprimento da lei da reforma agrária pelo Estado, a partir da aglutinação de expropriados cujas histórias de vida, em sua maioria, foi de proletarização urbana ou rural (OLIVEIRA, 2007).

Esse cenário se contabiliza nos números da reforma agrária na história do Brasil. Entre 1986 e 2014, foram assentadas no país, em todas as modalidades de acesso à terra, 1.320.463 famílias em 9.127 assentamentos numa área total de 88.297.609 hectares. Na Bahia, nas mesmas condições, foram assentadas 66.846 famílias em 658 assentamentos numa área total de 1.960.269 hectares¹⁸ (INCRA, 2015).

Além dos indicadores já citados, é possível constatar a permanência e mensurar a violência da questão agrária a partir do monitoramento dos conflitos no campo. O que, por outro lado, comprova que a modernização tecnológica não foi capaz de extirpar a “vitalidade da luta por terra” (MEDEIROS, 2003, p. 7). Segundo registros da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 1985-2014, houve 1.591 assassinatos no campo brasileiro (CPT, 1985-2014). Esses dados dão sustentação para argumentos como o de Oliveira (2007, p. 153), para quem, em pleno século XXI, “os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da reforma agrária no Brasil” e as “elites concentradoras de terra respondem com a barbárie”.

¹⁷ Palestra ministrada pela professora Leonilde Servolo de Medeiros em sua participação na mesa redonda “Conjuntura agrária e conflitos por terra”. A atividade, realizada na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, em 12 de setembro de 2014, foi promovida pelo Projeto GeografAR e pelo Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais daquela Universidade com o apoio da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia.

¹⁸ No Brasil, existem 9.127 assentamentos de reforma agrária. Desse total, 7.035 assentamentos (77,08%) tem como origem um decreto desapropriatório. Foram 1.296 desapropriações até 1994. Nos governos Fernando Henrique (1995-1999) e (1999-2003), foram 3.536 desapropriações. Nos dois governos Lula (2003-2007) e (2007-2011) foram 1.987 desapropriações. No governo Dilma (2011-2014) foram 216. Na Bahia, dos 658 assentamentos, 635 (96,5%) tiveram a emissão de decreto desapropriatório. Foram 81 desapropriações até 1994. Nos governos Fernando Henrique (1995-2003) foram 269. Nos governos Lula (2003-2011) foram 266. Já no governo Dilma (2011-2014), foram 19 desapropriações (INCRA, 2015).

Refutando as teses leninistas-kautskyanas, que defendem a inevitável extinção do campesinato, a realidade aponta que, apesar da forma espacial da agricultura familiar abarcar 84,4% dos estabelecimentos do país e dispor de apenas 24,33% da área agricultável, são responsáveis por proporções significativas da produção agropecuária. Segundo Oliveira (2007, p. 134), os “teimosos camponeses” respondem por “mais de 50% da produção de batata-inglesa, feijão, fumo, mandioca, tomate, ágave, algodão em caroço arbóreo, banana, cacau, café, caju, coco, guaraná, pimenta-do-reino, uva e a maioria absoluta dos hortigranjeiros”. Produzem, também, “mais de 50% do rebanho suíno, das aves, dos ovos e do leite”. Além de todos esses dados, é interessante complementar que, no Brasil, o “pessoal ocupado no estabelecimento” alcançou o patamar de 16.567.544 pessoas. Desse total, 12.322.225 pessoas (74,38%) estavam ocupadas na agricultura familiar, enquanto 4.245.319 pessoas (25,62%) estavam ocupados na agricultura não familiar (IBGE, 2006).

É válido reforçar que a questão agrária “engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer” (MARTINS, 1994, p. 12-13). Desse modo, a questão agrária está presente em nosso cotidiano mesmo que não sejamos do campo e pode ser encontrada em diversos territórios materiais e imateriais (FERNANDES, 2001, 2008a; CAMACHO, 2013). Por isso, a questão agrária na Bahia não é diferente do que acontece no Brasil e o município de Laje se insere nesse contexto.

2.2 LAJE (BA): PERMANÊNCIA RURAL E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA

Laje alcançou a categoria de município em 1905, ao ser desmembrado de Aratuípe (IBGE, 1958). É possível verificar a quantidade de pessoas vivendo naquele município, a partir do Censo Populacional de 1920. Já a distribuição dessa população, no campo e na cidade, pode ser observada a partir do Censo de 1940 até os dias atuais, conforme Quadro 4.

Quadro 4 – População do município de Laje (BA), 1920-2016:

Período	População total	Urbana N°	Rural N°	Urbana %	Rural %
1920	14.710	--	--	--	--
1940	11.565	1.334	10.231	11,5	88,5
1950	11.646	1.529	10.117	13,1	86,9
1960	15.043	2.108	12.935	14	86
1970	14.635	2.200	12.435	15	85
1980	15.743	2.987	12.756	19	81
1991	18.319	3.849	14.470	21	79
2000	19.601	5.118	14.483	26	74
2010	22.201	6.080	16.121	27,4	72,6
2016	24.112*	--	--	--	--

* Estimativa.

FONTE: IBGE. Censo Populacional 1920-2010 *apud* e-SIC (2014); IBGE (2017).

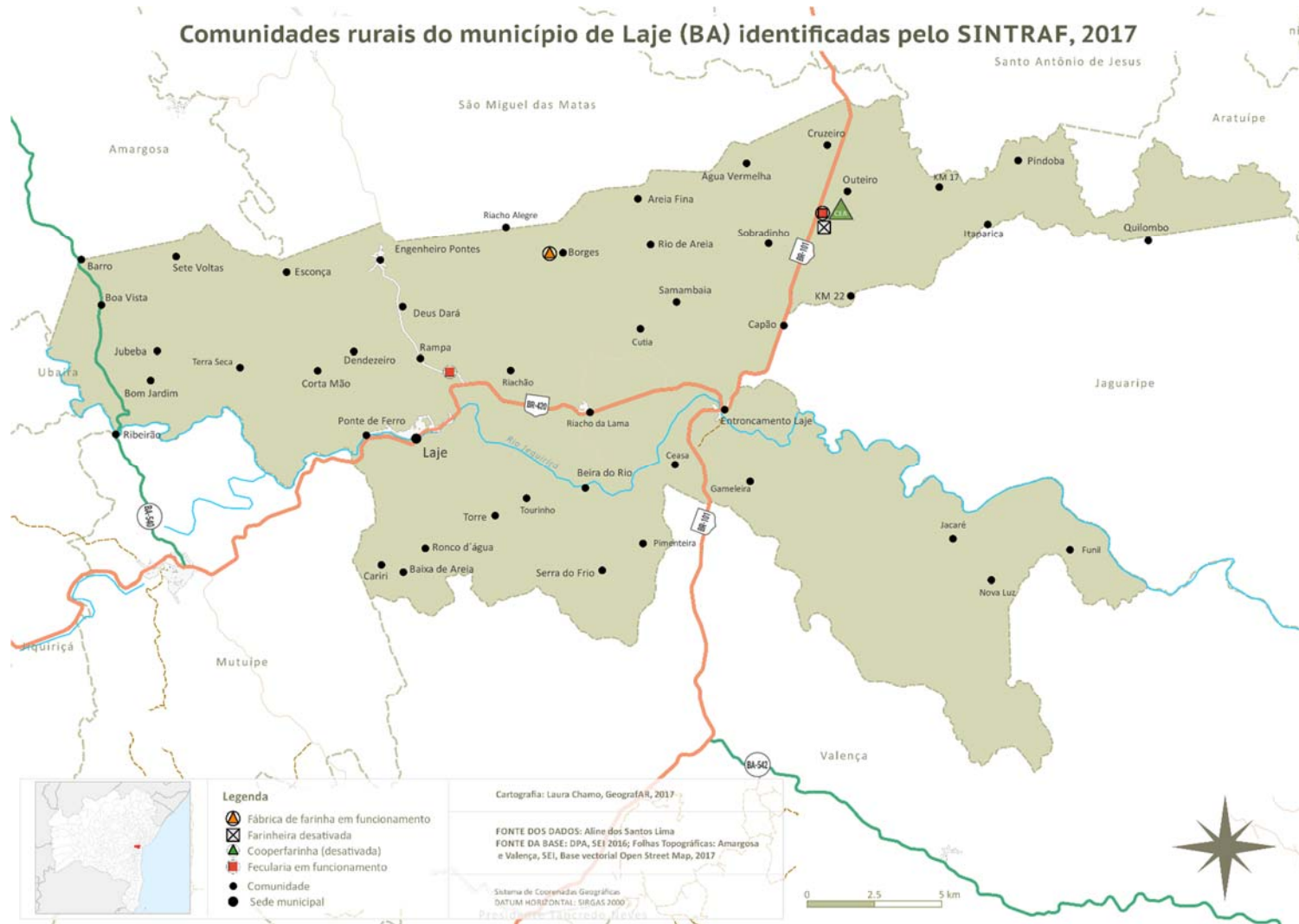
ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Os dados apresentam as variações da população no intervalo de cada década. Constata-se que Laje teve um crescimento da população rural total, apesar do seu decréscimo relativo. Estes números de aumento absoluto da população rural são muito diferentes de outros municípios, que mostram um decréscimo desse indicador¹⁹. E, principalmente, indicam que a tendência de urbanização não atingiu o município de Laje, ou seja, a população desse município permaneceu predominantemente rural numa conjuntura em que tem sido comum o esvaziamento do campo (SILVA & SILVA, 1991; KAGEYAMA, 2008). Inclusive, em 2010, Laje estava entre os 50 municípios baianos que se mantinham rural num contexto de concentração populacional na cidade (PNUD, 2010).

Nota-se que o município de Laje tem 22.201 pessoas distribuídos numa área territorial de 457,740km². Desse universo, 6.080 pessoas (27,4%) vivem na área urbana, enquanto 16.121 pessoas (72,6%) permanecem no campo (IBGE, 2013). Essa população majoritariamente rural, vive nas comunidades rurais distribuídas pelo município, conforme Figura 2.

¹⁹ O município de Laje está localizado no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, assim como os municípios de Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (SEPLAN, 2015). Nesse Território, além de Laje, outros municípios continuam com mais da metade da população vivendo no campo, esse é o caso de Brejões, Elísio Medrado, Irajuba, Jiquiriçá, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, São Miguel das Matas e Ubaíra (IBGE, 2013).

Figura 2



De acordo com o SINTRAF, o território rural do município de Laje se divide em 46 comunidades. São elas: Água Vermelha, Areia Fina, Baixa de Areia, Barro, Beira do Rio, Boa Vista, Bom Jardim, Borges, Capão, Cariri, Ceasa, Corta Mão, Cruzeiro, Cutia, Dendezeiro, Deus Dará, Engenheiro Pontes, Entroncamento de Laje, Esconça, Funil, Gameleira, Itaparica, Jacaré, Jubeba, KM 17, KM 22, Nova Luz, Outeiro, Pimenteira, Pindoba, Ponte de Ferro, Quilombo, Rampa, Riachão, Riacho Alegre, Riacho da Lama, Ribeirão, Rio de Areia, Ronco d'água, Samambaia, Serra do Frio, Sete Voltas, Sobradinho, Terra Seca, Torre e Tourinho²⁰ (TRABALHO DE CAMPO, 2014).

A população que mora no campo lajista, convive com a estrutura fundiária altamente concentrada, o que pode ser observado a partir do Censo Agropecuário 2006²¹, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Estrutura fundiária do município de Laje (BA), 2006:

Grupo de área	Estabelecimento (n°)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
Produtor sem área	25	0	0,85	0
Até 2 ha	1.187	1.205	40,4	2,97
2 a menos de 5 ha	813	2.530	27,67	6,23
5 a menos de 10 ha	388	2.711	13,21	6,68
10 a menos de 20 ha	224	3.091	7,62	7,62
20 a menos de 50 ha	182	5.635	6,19	13,89
50 a menos de 100 ha	63	4.293	2,14	10,58
100 a menos de 200 ha	25	3.511	0,85	8,65
200 a menos de 500 ha	27	7.474	0,92	18,42
500 a menos de 1000 ha	2	X	0,07	X
1000 a menos de 2500 ha	1	X	0,03	X
2500 a mais	1	X	0,03	X
TOTAL	2.938	40.571	100	100

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário 2006 *apud* GeografAR (2011).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Constata-se que, 1.187 estabelecimentos (40,4%) estão no grupo de área com até 2 hectares e ocupam apenas 1.205 ha (2,97%) da área total. É importante informar

²⁰ O nome de algumas das comunidades rurais do município de Laje tem relação com a hidrografia e com os acidentes geográficos do seu território. Segundo o IBGE (1958, p. 386), “o território municipal é bastante irregular, podendo-se estimar em um terço a porção acidentada de sua área. Os principais acidentes geográficos são as montanhas de Areia Fina, Esconsa, Alto Sêco, Capão e Cavada; as serras de Areia Fina, do Frio e Bom Jardim; os rios Jiquiriçá, Riachão, Corta-Mão e, da Dona (...) vários dos seus rios e riachos possuem cachoeiras, sendo as principais: Itapissuma, Pedro Farias, Esconso, Branco, Banco, Sete e Estouro”. Outros nomes, como Km 17 e Km 22, se referem as comunidades que se formaram ao longo da rodovia que existia antes da criação da BR 101 (TRABALHO DE CAMPO, ABRIL DE 2017).

²¹ Série histórica da estrutura fundiária do município de Laje 1920-1995/1996, Apêndice C.

que no município de Laje, a fração mínima da propriedade é de 2 hectares²². Os estabelecimentos com a área entre 2 a menos de 5 hectares equivalem a 813 estabelecimentos (27,67%) e ocupam 2.530 ha (6,23%) da área. Aqueles com a área entre 5 e 20 hectares correspondem a 612 estabelecimentos (20,83%) e ocupam 5.802 ha (14,3%) da área. Os estabelecimentos com a área entre 20 e 100 hectares equivalem a 245 estabelecimentos (8,33%) e ocupam 9.928 ha (24,47%) da área. Os estabelecimentos com a área entre 100 e 200 hectares são apenas 25 estabelecimentos (0,85%) e ocupam 3.511 ha (8,65%) da área. No outro extremo, 27 estabelecimentos (0,92%) com mais de 200 a menos de 500 hectares ocupam 7.474 ha (18,42%) da área total. Sem contar que existe outros 3 estabelecimentos (0,1%) com mais de 500 hectares até aquelas com uma área inferior a 2.500 hectares sobre as quais não se sabe a extensão, o mesmo se repete com 1 estabelecimento (0,03%) que tem mais de 2.500 hectares. Ressalta-se, ainda, os 25 estabelecimentos (0,85%) categorizados como produtor “sem área”²³.

Este município se caracteriza, também, pela especialização no cultivo da mandioca, pelo que não seria muito aventurado afirmar que este cultivo, por utilizar bastante mão de obra nas diversas fases do processo produtivo, tem contribuído para a ocupação e permanência da população rural. Isso reforça a ideia de que a produção artesanal de farinha criou ocupação e renda na região. Possivelmente o acesso ao crédito (PRONAF), fortaleceu essa permanência.

Outro aspecto a ser mencionado a partir da estrutura fundiária do município de Laje, é que sendo a fração mínima 2 hectares, se supõe que muitas dessas 1.187 propriedades não puderam ser subdivididas devido ao limite de desmembramento determinado para esse município, mas na prática podem pertencer a vários herdeiros. Isso não é exclusivo de Laje, vez que essas pequenas propriedades são muito mais divididas do que os números oficiais indicam.

Vale lembrar que, em Laje, o módulo fiscal é 35 hectares²⁴ (GeografAR, 2011). Considerando que uma pequena propriedade corresponde aos estabelecimentos com

²² A fração mínima é a menor área em que um imóvel rural, num determinado município, pode ser desmembrado para venda (INCRA, 2015).

²³ A categoria produtor “sem área” foi criada no Censo Agropecuário 2006 enquanto referência às produções agropecuárias desenvolvidas pelos produtores/empregados que não estão diretamente subordinadas aos produtores/proprietários dos estabelecimentos (FREITAS, 2009).

²⁴ O módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando o tipo de exploração predominante, as condições edafoclimáticas renda obtida com tal exploração ou com outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam

área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais, em Laje, uma propriedade pequena pode variar entre 35 e 140 hectares. Já as propriedades com menos de 35 hectares são minifúndios. No entanto, os grupos de área utilizados pelo IBGE não permitem saber o número de estabelecimentos com menos de 35 hectares. Por isso, fazendo-se um corte em 50 hectares (classe de área superior a 35 ha) tem-se que 2.794 estabelecimentos (95,09%) têm até 50 ha e ocupam somente 15.172 ha (37,39%) da área total (Tabela 3).

Ademais, é importante lembrar, que o conceito de minifúndio adotada pelo INCRA se embasa no Estatuto da Terra e tem como parâmetro a empresa rural, seja familiar ou empresarial, que é definida como modelo ideal. Quer dizer que o Estatuto da Terra foi pensado numa perspectiva “geoeconômica”, como colocou Santos (1978, p. 53). Nesse sentido, não se aplicaria exatamente à produção camponesa que pressupõe reprodução simples (SANTOS, 1978; QUAINI, 1979). Além disso, há uma imprecisão nesses módulos, que foram fixados há muito tempo atrás.

A concentração das terras pode ser observada, também, ao se comparar a quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar. De um total de 2.938 estabelecimentos rurais, 2.688 estabelecimentos (91,5%) são da agricultura familiar e ocupam 17.147 ha (42,26%) da área total. Já as unidades patronais, correspondem a somente 250 estabelecimentos (8,5%), porém ocupam 23.423 ha (57,74%) do território do município, conforme Tabela 4.

Tabela 4 – Formas espaciais na agricultura em Laje (BA), 2006:

Forma espacial	Estabelecimentos (n°)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
Agricultura familiar	2.688	17.147	91,5	42,26
Agricultura não familiar	250	23.423	8,5	57,74
TOTAL	2.938	40.570	100,0	100,0

FONTE: IBGE (2006).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Outro dado que contribui para dar uma dimensão da questão agrária é o Coeficiente de Gini, indicador que expõe a lógica contraditória do desenvolvimento desigual e combinado do modo capitalista de produção. No município de Laje, essa

significativas em função da renda ou da área utilizada e o conceito de propriedade familiar (MEDEIROS, 2003; INCRA, 2015).

lógica contraditória do modo de produção é reforçada na série histórica do Índice de Gini entre 1920-2006, conforme Quadro 5.

Quadro 5 – Índice de Gini município de Laje (BA), 1920-2006:

Período	Índice de Gini
1920	0,865
1940	0,389
1950	0,562
1960	0,617
1970	0,652
1975	0,622
1980	0,655
1985	0,725
1996	0,762
2006	0,816

FONTE: Censo Agrícola e Agropecuário 1920-2006 *apud* GeografAR (2011).
ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Em Laje, temos, então, uma estrutura agrária concentrada tanto pela existência de grandes propriedades como pela proliferação de pequeníssimos produtores. Isto é comum a outros municípios da Bahia e ao Brasil, de maneira geral. No entanto, há diferenças a serem consideradas. Enquanto no Brasil (Quadro 2) e na Bahia (Quadros 3) a concentração permaneceu sistematicamente alta, no município de Laje os índices eram sensivelmente inferiores na década de 1940 (Quadro 5) e foram aumentando sistematicamente até quase convergir com o índice de concentração fundiária a nível nacional. Tanto assim, que o Coeficiente de Gini de Laje manteve-se na classificação “média a forte” em cinco momentos (1950, 1960, 1970, 1975 e 1980) e seguida da “forte a muito forte” (1920, 1985, 1996 e 2006).

Essas estatísticas não são exclusivas do município de Laje, resultam de um processo histórico no qual se privilegiou o “capitalismo selvagem” que prioriza um “modelo econômico concentrador da riqueza e voltado para fora”, como dissera José Francisco da Silva na apresentação da obra “As lutas camponesas no Brasil”, publicada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), no começo da década de 1980, com o objetivo de dar visibilidade ao trabalho que vinha sendo realizado pela entidade. Portanto, pautado numa política agrária de estímulo a concentração da propriedade e de uma política agrícola governamental de favorecimento à grande propriedade e à produção para exportação (CONTAG, 1981).

A desigualdade no acesso à terra tem rebatimento em diversos indicadores²⁵. Basta observar que 24,7% da população lajista se encontrava em “situação de extrema pobreza”, em dezembro de 2014. Ou seja, 5.488 pessoas tinham renda *per capita* abaixo de R\$ 70,00. Desse universo de pessoas em “extrema pobreza”, 940 pessoas (17,1%) eram moradores do campo e 4.548 (82,9%) da cidade (MDS, 2015). Esses dados demonstram a desigualdade social no município, já que, em 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) de Laje alcançou pouco mais de R\$ 126 milhões e o PIB *per capita* atingiu R\$ 5.684,61 (SEI, 2012, p. 216).

Outra evidencia da desigualdade social no município de Laje pode ser identificada a partir do “Relatório de Programas e Ações” do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Em dezembro de 2014, o Relatório apontava que Laje possuía 4.870 famílias inscritas no Cadastro Único²⁶. Desse total, havia 3.784 famílias (77,7%) com renda *per capita* mensal de R\$ 0,00 até R\$ 77,00; 423 famílias (8,7%) na faixa entre R\$ 154,01 e 1/2 salário mínimo; 366 famílias (7,5%) entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00; e 297 famílias (6,1%) com renda *per capita* mensal acima de 1/2 salário mínimo (MDS, 2015).

Esses dados são muito sugestivos e, por isso, não dá só para citá-los. É preciso questionar: Como se falar em uma nova classe média rural, tal qual propõe a Fundação Odebrecht, num município em que 24,7% da população está na faixa de “extrema pobreza”? Como são as condições de vida na área urbana de Laje, se a cidade concentra o maior percentual dos extremamente pobres? Que estrutura urbana se mantém com esses dados? Por outro lado, qual o mistério do campo em Laje? Como se explica o fato do campo ter uma estrutura fundiária concentrada, a população se manter nesse campo e, mesmo assim, esse espaço não reunir o maior número de pobres? Com uma renda tão baixa, quanto tempo será necessário para que essa população componha a nova classe média rural proposta pela Fundação Odebrecht? Como vai se dar esse processo?

²⁵ Em 2006, dos 417 municípios baianos, Laje ocupava a 104ª posição em relação ao Índice do Nível de Saúde. Entretanto, no mesmo período, estava na 208ª posição em relação ao Índice de Infraestrutura; 275ª posição do Índice de Desenvolvimento Social; 304ª no Índice de do Nível de Educação; e 323ª no Índice dos Serviços Básicos (SEI, 2012, p. 213).

²⁶ O Cadastro Único para Programas Sociais ou CadÚnico, é um “instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal” (BRASIL, 2007).

Laje é um enigma que cabe ser decifrado! Mesmo que tenha apenas um “taco” (pedaço) de terra, o camponês pode ter dignidade. Esses sujeitos travam diariamente uma luta pela/na terra, seja ao permanecer ou ao trabalhar nessa terra, que muitas vezes nem é sua. Mas, infelizmente a questão agrária não vem sendo reconhecida por sua entidade de classe como o principal mecanismo para a relativa autonomia. Apesar e por causa disso, há uma forte tendência de aumento da concentração fundiária no município de Laje, especialmente por conta do processo de aquisição de terras adotado pelo projeto educacional e de geração de trabalho e renda da Fundação Odebrecht.

2.2.1 Novas formas de subordinação em Laje (BA)

A partir de 2009, a subordinação dos camponeses lajistas alcançou outro patamar com a possibilidade de integração à COOPAMIDO, também conhecida como o setor primário da Cooperativa Estratégica do Amido. Os camponeses que se tornassem cooperados poderiam sair da situação de excluídos e ascender à condição de agricultores profissionais membros da nova classe média rural.

Essa subordinação veio disfarçada da possibilidade de autonomia. Era justamente a autonomia que muitos camponeses-cooperados, de formas distintas, almejavam. Porém, identifica-se um entrave entre aquilo que a Cooperativa Estratégica do Amido espera do agricultor profissional – que será recriado através da educação pelo trabalho – e o que o camponês espera alcançar ao se integrar à COOPAMIDO.

Por ora, basta informar que a ascensão à condição de membro da nova classe média rural, exige que o camponês, ao se vincular a “Cooperativa”, passe por quatro fases previstas no plano de carreira do cooperado: exclusão, sobrevivência, crescimento e perpetuidade (SEMANA ECO MANI, 2014). A expectativa é a de que no estágio de perpetuidade, o camponês excluído dê lugar ao cooperado de sucesso, ou melhor, ao agricultor profissional cuja lavoura tenha elevada produtividade²⁷.

Ter uma lavoura produtiva não significa ter a posse da terra de trabalho. Mas, que o cooperado tenha capacidade de administrar uma lavoura de 20 hectares por ano e aufera uma renda de, até, sete salários mínimos (SEMANA ECO MANI, 2014).

²⁷ Plano de carreira dos cooperados da COOPAMIDO, Apêndice D.

Para isso, ele pagará para ter assistência técnica e para usar máquinas e implementos necessários à produção industrial de mandioca. A terra, por sua vez, será arrendada pela “Cooperativa” nas propriedades da Odebrecht ou dos parceiros agrícolas.

Parte-se do pressuposto de que um camponês excluído é um sujeito que não detém os meios de produção (terra). Em Laje, esse sujeito é aquele que não tem terra ou tem em quantidade incompatível com as necessidades da reprodução social, mas que encampa a luta pela/na terra no dia-a-dia, resistindo e plantando (principalmente) mandioca²⁸.

Uma mostra de que o campesinato lajista permanece sem ter a posse da terra ou com pouca terra, pode ser notado a partir dos dados do SINTRAF. Em dezembro de 2016, dos 529 sócios quites com a mensalidade, apenas 84 (15,9%) eram proprietários de terra²⁹. Os demais filiados, ou seja, 445 sócios (84,1%), não tinham terra própria, sendo classificados como parceiros ou comodatários. Portanto, a quase totalidade dos sindicalizados pagavam renda da terra em espécie, trabalho ou produto para ter acesso à terra³⁰ (SINTRAF, 2017).

²⁸ Nesse sentido, vale lembrar que as origens do campesinato nacional são marcadas pela exclusão ou pela interdição da propriedade. Quem não tivesse sangue limpo e não dispusesse de renda estava excluído de toda e qualquer participação na estrutura de poder, como o voto e a concessão de terra pela sesmaria. O camponês foi escamoteado conceitualmente no processo histórico brasileiro, tornando-se um inferior, um ausente. Essa exclusão não foi apenas política, foi ideológica e histórica e está relacionada com o projeto de sociedade e de campo que se almeja (MARTINS, 1983).

²⁹ Em novembro de 2016, o SINTRAF possuía 11.732 sócios cadastrados em sua base de dados. No mesmo período, apenas 301 estavam com as mensalidades quitadas naquele mês. Segundo os coordenadores da entidade, a quantidade de cadastrados à época (11.732 sócios) não correspondia à realidade, pois muitas pessoas já faleceram, mudaram-se do município ou já não tem interesse em continuar no Sindicato. Por isso, há uma previsão de recadastramento dos filiados para, posteriormente, excluir os sócios inativos da base de dados. Verifica-se, então, que o pagamento da mensalidade é o elemento definidor do número de sócios ativos (TRABALHO DE CAMPO, NOVEMBRO DE 2016). Quantidade de sócios do SINTRAF por comunidade e por categoria de acesso à terra, Apêndice E.

³⁰ A renda da terra é uma relação social. Do ponto de vista histórico existe a renda pré-capitalista e a renda capitalista. Antes do advento do capitalismo, nos países europeus, a cobrança da renda da terra era uma relação binária, ou seja, um tributo pessoal no qual o proprietário extraía uma renda diretamente da produção. Isso ocorria quando o camponês lidava na terra do senhor pagando uma licença para usá-la diretamente ao seu titular, sem intermediários. Do ponto de vista das formas de realização, a renda pré-capitalista se divide em três modalidades: renda-trabalho, renda-produto e renda-dinheiro (MARTINS, 1979, 1983; OLIVEIRA, 1986a, 1986b, 2007).

O advento do capitalismo não fez cessar essa prática. No processo social, o capital transformou a renda da terra em renda capitalizada (MARTINS, 1979; OLIVEIRA, 2007). Isso significa que a condição natural de produção da terra foi dissolvida (SANTOS, 1978). A existência da renda capitalizada da terra significa “renda antecipada”, ou seja, que o capitalista que “nela emprega o seu dinheiro” tem “possibilidades diferentes de enriquecimento”, pois “com o passar do tempo, com o trabalho, a terra não se desgasta, ela melhora, ela se enriquece, ela enriquece o proprietário” (MARTINS, 1983, p. 166-167). Para Oliveira (1986b, p. 14-15), a renda capitalista é uma “relação trinária de classes, envolvendo o capitalista locatário, o proprietário rural e o proprietário fundiário”. Desse modo, a “renda capitalista difere da renda pré-capitalista em pelo menos três pontos básicos: é uma relação trinária, uma fração da mais-valia operária e está referenciada ao lucro médio” (OLIVEIRA, 1986b, p. 14-15). Do ponto de

É importante conhecer um pouco mais sobre esses sócios. Para efeitos didáticos, foram escolhidas três comunidades que representariam as três dinâmicas em torno da produção de mandioca em Laje. Gameleira seria um exemplo de comunidade que adota a forma familiar de plantar mandioca para fazer farinha. Engenheiro Pontes, por sua vez, representaria a forma comercial. Já a comunidade de Cruzeiro, seria a que mais se “aproxima” da forma de alta tecnologia³¹.

A comunidade de Gameleira é composta por cerca de 40 famílias. Essas famílias, plantam amendoim e milho, mas a mandioca é a lavoura responsável pela fonte de renda de, aproximadamente, 95% dos moradores (TRABALHO DE CAMPO, FEVEREIRO DE 2014). A preponderância da lavoura de mandioca como principal fonte de renda, foi o motivo que justificou a escolha da comunidade de Gameleira para a realização da primeira oficina desta pesquisa, em fevereiro de 2014, com o apoio do SINTRAF e da Secretaria Municipal de Agricultura de Laje³².

A oficina contou com a participação de 23 pessoas que se autodeclararam agricultores, plantadores de mandioca e donos de casas de farinha. Os motivos para a escolha da comunidade de Gameleira são destacados pelo então Secretário Municipal de Agricultura (2013-2016). Em suas palavras, a indicação da comunidade de Gameleira seguiu o seguinte critério:

Não foi por ser a mais bonita, nem a mais feia, nem por ser do 13, nem do 15 nem do outro. Eu escolhi por aqui porque eu vejo que aqui vocês são específicos plantadores de mandioca, né? Aqui vocês podem observar que a cultura de vocês é a mandioca. Se você chegar em outro lugar aí, você vai ver que tem gente que tem o gado, que tem o cacau que tem a laranja que tem a lima que tem o coco que tem isso. E quando a gente chega aqui, sabe que vocês vivem aqui quase que da mandioca mesmo, né? Então gente, por conta disso, que escolhi a comunidade da Gameleira. Não é por que tenho parente aqui, não foi

vista das formas de realização, a renda capitalista pode ser de três tipos: a renda absoluta, a diferencial e a de monopólio.

³¹ Para a Secretária Municipal de Saúde de Laje, o município é dividido em sete áreas. Cada área tem uma USF. Existem duas USFs na “zona urbana” e cinco na “zona rural”. A comunidade de Gameleira, está na área de atuação da USF José Spósito, localizada na comunidade de Entroncamento de Laje, para atender as 1.172 famílias dessas duas e de outras nove comunidades, são elas: Ceasa, Capão, Funil, Itaparica, Jacaré, Km 22, Nova Luz, Pindoba e Quilombo. Na comunidade de Engenheiro Pontes, existe a USF Urcisínio Pinto de Queiroz, que atende 708 famílias de sua sede e da comunidade de Deus Dará. A comunidade de Cruzeiro, por sua vez, tem a USF Neylton Assis que atende 1.256 famílias da sua sede e de outras sete comunidades, são elas: Areia Fina, Água Vermelha, Km 17, Outeiro, Rio de Areia, Sambambaia e Sobradinho (SIAB, 2014).

³² A oficina na comunidade de Gameleira foi realizada com recursos do projeto “Questão agrária e luta na terra: contribuições sobre/para o campesinato no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá” do Programa Popularização de Oficinas Comunitárias do IF Baiano/ Chamada Interna n° 06/2013/Pró-Reitoria de Extensão/IF Baiano.

por nada disso, foi porque aqui tem mandioca mesmo (TRABALHO DE CAMPO, FEVEREIRO DE 2014).

A comunidade de Engenheiro Pontes, é reconhecida administrativamente desde 1933, quando um lugarejo então denominado como “Toca” foi alçado à categoria de distrito com o nome de “Pontes” e, posteriormente, Engenheiro Pontes em homenagem ao “encarregado da construção do trecho ferroviário” que ligava Amargosa ao porto de Nazaré (IBGE, 1958, p. 386). Essa comunidade possui cerca de 720 famílias, muitas das quais tem seus membros trabalhando de forma remunerada nas casas de farinha espalhadas pela comunidade. Além da mandioca, a população local também planta banana, cacau, eucalipto, feijão, maracujá e milho. Todas essas lavouras são lembradas, há mais de cinco décadas, em alegorias que desfilam pelas ruas da comunidade durante o mês de maio, em comemoração ao dia do trabalho, em homenagem aos agricultores e ao padroeiro local, São José Operário. Nessa comunidade, existe uma Unidade Saúde da Família (USF), além de creche, escola, quadra esportiva, salão de beleza, igreja católica, igrejas evangélicas, panificadora, mercadinhos, bares, loja especializada em produtos agrícolas e posto de medicamentos, sem contar que as ruas principais são pavimentadas com calçamento (TRABALHO DE CAMPO, 2014-2017).

A comunidade de Cruzeiro, assim como Engenheiro Pontes, tem uma infraestrutura diferenciada do restante do município. Possui a USF, escola, quadra esportiva, diversos mercadinhos, lojas, espaço para eventos e restaurantes que servem comida caseira, especialmente a “galinha de quintal”, o que atrai clientes de toda a região, sobretudo nos finais de semana. Nessa comunidade vivem, aproximadamente, 216 famílias, mas o fluxo de pessoas é muito grande, o que é atribuído a sua localização, às margens da BR 101 (TRABALHO DE CAMPO, MAIO DE 2014).

Observou-se, então, o envolvimento da população dessas três comunidades (Gameleira, Engenheiro Pontes e Cruzeiro) na condição de filiados ao SINTRAF, conforme Tabela 5.

Tabela 5 – Comunidades rurais do município de Laje (BA) com o maior número de sócios no SINTRAF, dezembro de 2016:

Comunidade	Quantidade	%
Rio de Areia	53	10
Km 17	45	8,5
Engenheiro Pontes	37	7
Cruzeiro	28	5,3
Outras	363	68,6
Gameleira	3	0,6
Total	529	100,0

FONTE: Trabalho de campo no SINTRAF-Laje (2016).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Os dados apontam que Gameleira está entre as comunidades com o menor número de filiados ao SINTRAF, apenas 3 pessoas (0,6%). Verificou-se, ainda, que nenhum possui terra, sendo enquadrados, portanto, como comodatários. Apesar do pequeno percentual de sindicalizados, é preciso considerar que a comunidade possui em torno de 40 famílias. Desse modo, 7,5% das famílias são sindicalizadas.

A comunidade de Engenheiro Pontes tem mais representatividade no âmbito do Sindicato, com 37 filiados (7%). É possível que essa posição esteja relacionada a situação de vulnerabilidade provocada pelas relações de trabalho nas casas de farinha da forma comercial. Nesse sentido, ser filiado e estar com as mensalidades quitadas, significa (ou significava, antes do Golpe) ter direito a aposentadoria e a benefícios dos programas sociais. Outra informação relevante é que dos 37 sócios dessa comunidade, 36 não tem a própria terra (97,3%). Entretanto, o percentual de filiados na comunidade é menor que Gameleira se se levar em conta que das 720 famílias apenas 37 são filiadas ao SINTRAF (5,13%).

A comunidade de Cruzeiro, por sua vez, tem 28 sócios “ativos” (5,3%), dos quais 23 são comodatários (82%), ou seja, não possuem a própria terra. Essa adesão é interessante, pois Cruzeiro representa o núcleo ativo em torno da Cooperativa Estratégica do Amido. Ademais, se for avaliar o percentual de sindicalizados em relação as 216 famílias, nota-se que 13% dos moradores são sindicalizados.

Cabe fazer algumas colocações sobre a comunidade de Cruzeiro. Em primeiro, lugar é importante indicar como a COOPAMIDO compreende o papel do Sindicato da Agricultura Familiar. Na verdade, a “Cooperativa” incentivava a filiação patronal dos cooperados, sob o argumento de que os mesmos não seriam agricultores familiares, mas produtores (que se tornariam agricultores profissionais). Logo, na visão da

COOPAMIDO, seus cooperados não teriam aderência com o SINTRAF e sim com o Sindicato dos Produtores e Empregadores Rurais de Santo Antônio de Jesus.

Em segundo lugar, era de se esperar que a postura da COOPAMIDO provocasse uma separação entre os camponeses-cooperados do Sindicato Patronal (de Santo Antônio de Jesus) e os camponeses do Sindicato da Agricultura Familiar (de Laje). Mas, na prática, essas posições políticas não são tão distintas, não obstante a população de Cruzeiro seja reticente à participação das atividades realizadas pelo SINTRAF. Inclusive, os jovens de Cruzeiro não participaram de nenhuma das atividades promovidas pela “Escolinha Sindical” entre 2013-2016. Ademais, o SINTRAF também não foi convidado a fazer parte da reunião de reativação da Associação Beneficente dos Moradores e Agricultores do Cruzeiro, em maio de 2014. Outra observação é com relação ao formulário de cadastro dos membros da Associação Beneficente dos Moradores e Agricultores do Cruzeiro. A “ficha de matrícula/cadastral” dessa Associação diverge das de outras comunidades que seguem a “linha” da Central das Associações. Mas, mesmo assim, dos 529 sócios ativos do SINTRAF, em dezembro de 2016, 5,3% pertenciam a essa comunidade.

2.2.1.1 A relação do SINTRAF com as novas formas de subordinação em Laje (BA)

A partir do acesso à base de dados do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Laje, foi possível deduzir que a categorização proprietário e/ou comodatário é o único elemento usado pela entidade para qualificar a questão agrária. Nesse sentido, não é exagero afirmar que a questão agrária não tem centralidade para o SINTRAF-Laje, o que se repete em outros sindicatos do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá.

Essa afirmação se baseia na seguinte reflexão: se o SINTRAF-Laje não tem como agenda a luta pela/na terra, é porque a questão agrária também não é pautada pela Federação a qual está vinculado. Considerando que a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) tem sindicatos filiados em Laje, Cravolândia, Jiquiriçá, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra, em todos eles a (ausência da) questão se repete³³ (FETRAF, 2017).

³³ A FETRAF é uma organização sindical, criada em 2004, a partir da necessidade de construir “um novo sindicalismo”. O marco desse processo foi o I Congresso da Agricultura Familiar na Bahia, realizado no período de 14 a 16 de abril de 2004, no município de Simões Filho. Embora a Federação

É sabido que a FETRAF disponibiliza um sistema eletrônico de dados para os sindicatos filiados unificarem seus registros. Em Laje, por exemplo, esse sistema é adotado desde 2007. Como já dito, a “ficha de inscrição do associado”, impressa no ato de filiação cadastral, apenas informa a “categoria” do sindicalizado, ou seja, se ele é proprietário ou comodatário³⁴. Em qualquer um dos casos, não se informa a extensão da área de terra. Portanto, o Sindicato e a Federação trabalham negligenciando o real perfil dos seus membros.

A negação da questão agrária se reproduz em algumas associações comunitárias do município de Laje, diferentemente da situação identificada em outras pesquisas sobre sindicatos rurais e associações comunitárias no estado da Bahia (SOUZA, 2010). O SINTRAF promoveu uma articulação entre todas as associações rurais criando uma Central das Associações que se reúne com frequência, especialmente para tratar da comercialização dos produtos da agricultura familiar³⁵.

Contudo, essa articulação não fomentou uma reflexão em torno da questão agrária, ao menos é o que se percebe a partir “ficha de matrícula/cadastral” da Associação Beneficente dos Moradores e Agricultores do Cruzeiro e da “ficha de inscrição do associado” da Associação de Desenvolvimento Comunitário e Beneficente de Engenheiro Pontes. Essa problemática permite questionamentos: Como uma associação de moradores trabalha sem conhecer seus membros? Como funciona uma associação para o desenvolvimento comunitário sem saber onde os seus membros trabalham, se tem terra e sua extensão?

Vale ressaltar, que para a Associação Comunitária dos Moradores e Agricultores do Riachão, a informação sobre o acesso à terra é importante. Tanto que

afirme desenvolver ações “para a construção de conhecimentos sobre o trabalho rural, educação do campo, desenvolvimento sustentável e solidário, fortalecimento das lutas pelo acesso a terra e políticas públicas para o meio rural”, é notório que, na prática, suas ações são tímidas em relação a questão agrária. Tanto é que a FETRAF assume três aspectos como seu eixo de atuação: habitação, educação, assistência técnica (FETRAF, 2017).

³⁴ Ficha de inscrição do associado ao SINTRAF, Anexo A.

³⁵ Ainda não foi possível identificar como ficará o funcionamento da Central das Associações após as eleições municipais de outubro de 2016 e a vitória do atual prefeito Kledson Duarte Mota, do Partido Socialista Brasileiro (2017-2020). A criação dessa Central pelo SINTRAF, era uma mostra da articulação política estabelecida entre Secretaria Municipal da Administração, Secretaria da Agricultura, Sindicato e Associações Rurais. O objetivo era fomentar a produção e a comercialização dos produtos da agricultura familiar para atender, principalmente, as demandas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Portanto, era uma prática de cunho político firmado na gestão do Partido dos Trabalhadores (2013-2016) com a população rural lajista organizada via Sindicato.

existe um item que questiona a existência de “área propriedade rural” em “tarefas”³⁶. Talvez, isso seja resultado do processo de formação vivenciado pelo jovem presidente, já que o mesmo é graduando no curso Licenciatura em Educação do Campo, na UFRB *Campus Amargosa*. É possível que a sensibilidade em incorporar outras dimensões no cadastro dos seus pares tenha sido resultado desse processo formativo³⁷ (TRABALHO DE CAMPO, JANEIRO DE 2017).

Ao contrário dessas entidades, a Cooperativa Estratégica do Amido reconhece a questão agrária como uma estratégia de atuação, como será exemplificado a partir de uma situação relatada durante uma das atividades promovidas pelo SINTRAF e ocorrida na comunidade de Deus Dará. Com isso se observa que o capital atribui centralidade à questão agrária. Mas, é óbvio, que o capital não se preocupa em possibilitar o acesso à terra. Na verdade, é com esses descolamento que o capital se preocupa. Ou seja, o capital se preocupa em não possibilitar o acesso à terra. Essa é a origem da acumulação primitiva e da exploração do trabalhador, justamente o que está ocorrendo em Laje, já que o camponês é um camponês sem-terra. Portanto, é válido ratificar que a ausência de terra é uma forma de subjugação, pois não ter terra faz com que o campesinato se submeta ao capital, questão amplamente debatida como um dos elementos que permitiram a consolidação do modo de produção capitalista (MARX, 2013).

Na comunidade de Deus Dará vivem cerca de 100 famílias que tem o sustento atrelado a produção agrícola de amendoim, banana, caju, feijão, milho, e, principalmente, mandioca e cacau. Dentre os moradores, existe um fazendeiro que tem uma propriedade onde a exploração se baseia na parceria com os camponeses locais. O proprietário permite que os camponeses plantem todo tipo de vegetais, raízes e legumes para o autoconsumo, cobrando-lhes a renda em produto somente

³⁶ É importante registrar que em Laje o termo tarefa tem duplo sentido. Tanto significa uma atividade laborativa, quanto dimensão territorial. Como extensão, 1 tarefa corresponde a um quadrado no qual cada lado possui 66 metros, resultando em 4.356m². Essa medida é muito usada em toda Bahia para indicar o tamanho das propriedades. Como medida agrária, seu uso comumente é comparado em hectares. Por sua vez, 1 hectare segue a mesma regra, onde cada lado possui 100 metros resultando em 10.000m². Sendo assim, 1 hectare corresponde a 2,29 tarefas (ARAÚJO, 2002). Mas, em Laje, a população associa 1 hectare a 2,5 tarefas, referência que é usada na Tese (TRABALHO DE CAMPO, FEVEREIRO DE 2014).

³⁷ Ficha de matrícula/cadastral da Associação Beneficente dos Moradores e Agricultores do Cruzeiro, Anexo B 1. Ficha de inscrição do associado da Associação de Desenvolvimento Comunitário e Beneficente de Engenheiro Pontes, Anexo B 2. Ficha de inscrição da Associação Comunitária dos Moradoras e Agricultores do Riachão no município de Laje, Anexo B 3. Não foi possível ter acesso ao mesmo documento referente a comunidade de Gameleira devido as mudanças no grupo gestor da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Gameleira.

na lavoura de mandioca (TRABALHO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2016). Esse tipo de relação é preponderante nas comunidades rurais de Laje, o que explica, em parte, como sobrevive a população do campo: cultiva pequenas áreas, vende ocasionalmente o dia de trabalho e faz parcerias.

A importância da parceria no município de Laje, seja em Deus Dará ou em outras comunidades, exige que se apresente um pouco sobre o seu significado na literatura. Para Queiroz (1976, p. 194), o sistema de parceria se forma quando o “pequeno proprietário completava suas roças com um suplemento plantando em terra alheia, pagando o aluguel da terra com parte da colheita”. Para Martins (2002, p. 62), o parceiro é aquele que “paga o aluguel da terra entregando ao proprietário uma parte de sua produção”, sendo que uma das formas da parceria é a meação, ou seja, a “entrega de metade da colheita ao dono da terra”. Por sua vez, para Ariovaldo Umbelino de Oliveira, no Brasil, são muitas as combinações da parceria. Há casos em que o proprietário

(...) simplesmente cede a terra no estado em que se encontra, e o camponês entra com o trabalho familiar e as sementes. Outras vezes, o proprietário entra com as sementes, ou então, como no caso da uva, o proprietário coloca todos os insumos necessários para a vinha, inclusive adianta dinheiro ou autoriza crédito em casa comercial para o meeiro o que precisa para viver durante o ano. Em seguida, na safra, abatem-se os gastos realizados pelo proprietário, dividindo-o entre ambos, evidentemente, apenas os gastos com os insumos (OLIVEIRA 2007, p. 60-61).

A existência de um grupo de camponeses produzindo mandioca à meia em uma propriedade na comunidade de Deus Dará despertou a atenção do capital. Não demorou, até que o proprietário da fazenda fosse convidado a arrendar suas terras à COOPAMIDO e tornar sua propriedade parceira da “Cooperativa”. Afinal, já haviam fazendas parceiras da COOPAMIDO relativamente próximas desta comunidade, como as fazendas Cavalo Preto, Floresta, Gavião, Rio de Areia e São Jorge.

Isso significa que a Cooperativa Estratégica do Amido estaria tentando recriar, em novas bases, algo que já era tradicional na região. A Entrevista 1, expõe alguns detalhes da relação construída pelo fazendeiro com a comunidade e a tentativa da COOPAMIDO em fazer dele um parceiro agrícola

De repente começou a arrendar as terras. Eu tenho uma comunidade aqui vizinha que se chama Deus Dará que no dia que eles já tava

convencendo um grande um homem que tem a maior quantidade de terra lá, Sr. P. Sr. P ia arrendar terra a eles. Eu, na reunião, perguntei: ó Sr. P, o senhor vai arrendar suas terras? E ele disse: 'vou'. Ô gente a maioria do povo dessa comunidade todo mundo trabalha a meia nas terra de Sr. P. Ele planta mandioca, na boca da cova planta feijão, não é assim que faz? Planta milho, do lado planta feijão. Sr. P só cobra mesmo a meia da mandioca e todo mundo vive bem lá nessa comunidade.

Sr. P disse: 'não, mas é que eu arrendo a eles e esse mesmo povo vai trabalhar'. Eu digo: não vai trabalhar! Quer ver porque não vai? Perguntei pra uma pessoa assim: a senhora é capaz de tomar 18 mil emprestado por um banco hoje? [Refere-se ao financiamento do PRONAF que cada cooperado da COOPAMIDO é obrigado a fazer] Ela disse: 'deus me livre de banco'. Outro disse: 'deus me livre de banco'. Eu disse: e além desses dois ou três que disse 'deus me livre de banco' nós temos também uma outra população que tá com nome no SPC, e no SERASA. Tem tudo, nas comunidade. A gente encontra todo mundo desse tipo. Não vai ter CPF livre pra tomar esse empréstimo, tá fora da terra deles, não é não Sr. P? O Senhor vai fica com dois ou três que vai plantar suas terras e o senhor vai perder todo aquele vínculo gostoso que tem com a comunidade que todo mundo planta, colhe e é a agricultura familiar mesmo, certo? Regime de economia familiar ou então a gente acaba com isso e vai dá valor ao agronegócio. Então Sr. P pulou fora, e lá no Deus Dará eles não entrou (TRABALHO DE CAMPO, FEVEREIRO DE 2014).

As colocações apresentadas na Entrevista 1 trazem à baila duas categorias de análise do uso social da terra, propostas por José de Souza Martins³⁸. Há uma terra de trabalho e há uma terra de exploração. A terra de trabalho, como está subentendido, "é a terra para trabalhar e produzir". Já a terra de exploração, "é a terra para especular e explorar o trabalho alheio" (MARTINS 1983, p. 145).

A partir dessas categorias é possível concluir, que quando os colaboradores da COOPAMIDO buscam parceiros agrícolas e quando Sr. P cede parte de suas terras aos camponeses de Deus Dará, ambos estão promovendo a terra de negócio. Talvez essa exploração se dê em maior proporção quando promovida pela "Cooperativa", mas ela ocorre também na cobrança da renda em produto pelo fazendeiro.

Essa situação fica ainda mais complexa na medida em que um grupo de camponeses da comunidade de Deus Dará, que também planta a meia na terra de Sr. P, passou a compor a equipe de diaristas que se deslocam pelas fazendas parcerias da COOPAMIDO para colher a mandioca nas glebas dos cooperados. O fato é que esse grupo de camponeses trabalha de segunda a sexta como diaristas para "a firma",

³⁸ As categorias do uso social da terra são compartilhadas por outros autores, como Moura (1988), Woortmann (1990), Wanderley (1996) e Ianni (2004).

como é tratada a Cooperativa Estratégica do Amido. Com essa remuneração eles pagam para outros camponeses plantarem suas lavouras nas terras de Sr. P. Desse modo, o camponês se submete à exploração de Sr. P, mas o que permite essa submissão é ser explorado pela COOPAMIDO (TRABALHO DE CAMPO, JULHO DE 2014).

Essas relações compõem um ciclo no qual todos utilizam estratégias de aumento de renda: Sr. P explora o camponês ao cobrar renda em produto, o camponês explora outro camponês e vai ser explorado pela Cooperativa Estratégica do Amido que quer explorar e/ou explora a todos. Ademais, o camponês que explora o seu igual aumenta a renda, mas, mesmo assim, ele sequer entra na fila da nova classe média rural, pois nem mesmo é um cooperado.

O fato da questão agrária não estar sendo pautada pelo movimento sindical lajista, no mesmo momento em que o capital estabelece relações de arrendamento e de compra de terras em Laje e região, é um contrassenso. Entretanto, seria leviano não reconhecer que as lideranças do SINTRAF, embora não soubessem detalhes do projeto da Cooperativa Estratégica do Amido, já desconfiavam sobre seus possíveis impactos na região³⁹. Isso aponta que a divulgação do projeto econômico, com seus componentes ideológicos, não se deu num vácuo. Quer dizer, havia também um trabalho de resistência das organizações sociais. Isso não invalida a argumentação de que as organizações sociais, e em especial os sindicatos, não tenham colocado a questão do acesso à terra no centro das suas reivindicações, mas aponta que houve disputa no plano ideológico. Outrossim, o SINTRAF exerceu e exerce um importante lugar social no município de Laje. Também por isso, atribui-se ao SINTRAF, o crédito de ter promovido, ao longo de sua trajetória, a realização de espaços comunicativos e interativos e de formação política de parte de seus sócios, ainda que com limitações⁴⁰.

³⁹ Inclusive, houve muito debate na Câmara de Vereadores e discussões nos programas de rádio no município de Laje envolvendo uma liderança sindical que compunha o Legislativo na gestão 2008-2012. Esse vereador sofreu muitas críticas com o argumento de que estaria inviabilizando o desenvolvimento do município.

⁴⁰ A partir das reflexões em torno da multidimensionalidade do espaço de socialização política construída pelos trabalhadores em luta pela terra, Bernardo Mançano Fernandes criou os conceitos de espaço comunicativo e espaço interativo. O primeiro seria etapa inicial da “dimensão do espaço de socialização política construída no processo de organização social”. O segundo, compreenderia um “estágio mais avançado do processo de luta em que os sujeitos em movimento, no processo de organização, já possuem o conhecimento crítico da realidade e a consciência da possibilidade da ação” (FERNANDES, 1999, p. 237-238).

É importante registrar duas situações que ilustram a recusa do campesinato em se integrar a COOPAMIDO, na comunidade de Gameleira e de Rio de Areia. Pautados na ética camponesa (WOORTMANN, 1990), alguns agricultores decidiram manter a terra como meio de vida (terra de trabalho) e não como meio de produção (terra de negócio). Entretanto, essa decisão é complexa na medida em que o tamanho médio das propriedades dos camponeses lajistas não permite esse tipo de escolha. O camponês não tem poder para escolher, porque ele não tem terra e quando tem seu tamanho é insuficiente. Mesmo que ele não se integre à COOPAMIDO, ele precisa firmar parceria com algum fazendeiro ou vender o dia, até mesmo na gleba dos cooperados.

A comunidade de Gameleira fica relativamente próxima das principais fazendas onde ocorre a produção da COOPAMIDO – como as fazendas Capela Alto do Jaguaripe, Novo Horizonte I, Novo Horizonte II, Novo Rumo e Sombra Verde –, além de estar distante apenas 4 km da Rodovia BR 101. Apesar dessas vantagens locacionais, e de ser uma das principais produtoras de mandioca do município de Laje, nenhum dos moradores de Gameleira quis se tornar um cooperado, ao menos até fevereiro de 2014. A recusa tem relação direta com a posse da terra. Esta, ainda, que em pequena extensão garante autonomia e serviu de justificativa para não aceitar a integração ao capital, conforme a Entrevista 2

A gente que participou da reunião aqui. Aí eles dava, dão um papel, dá aquela inscrição a pessoa que se a pessoa quiser é só se cadastrar, pegar CPF, identidade, tudo, bota lá na mão deles (..) A pessoa vai contrata aquela hectare de terra na faixa de 8 tarefa 7 tarefa (...) Até outro dia tava lá [a ficha para se cadastrar], mas acho que joguei fora (...), meu marido pegou e jogou fora, como achou que não ia se cadastrar naquilo que aquilo não ia ser bom pra ele, se é pra fica na roça trabalhando pro outro, ele preferiu ficar trabalhando pra nós, então ele resolveu não entrar nesse projeto (TRABALHO DE CAMPO, FEVEREIRO DE 2014).

A Entrevista 2 demonstra que ter a terra, ainda que em pequena extensão, significa a possibilidade de escolher se ingressa ou não nas pessoas jurídicas da CEA. Essa relação não se conforma apenas no setor primário. O mesmo procede em relação aos camponeses que se assalariaram na BAHIAMIDO Serviços Agroindustriais. Como exemplo, é possível citar o caso da Entrevista 3 com um jovem da comunidade de Rio de Areia.

Em 2011, esse jovem trabalhou por seis meses na indústria com a tarefa de fazer testes para identificar a quantidade de amido presente nas variedades de mandioca cultivadas no campo experimental do CNPMF instalado na Fazenda Nova Horizonte Sede. Motivado por uma doença que acometeu sua mãe, o jovem pediu demissão. Quando questionado sobre a saída da “firma” e da perda do salário fixo e das garantias trabalhistas, ele assegurou que isso não é um problema, pois além de ter a profissão de cabelereiro ele possuía sua própria terra na qual podia trabalhar para si próprio e organizar suas atividades como lhe aprouvesse (TRABALHO DE CAMPO, AGOSTO DE 2016). É a posse da terra que permite ao jovem aceitar ou recusar trabalhar na “indústria”, como popularmente o setor secundário é conhecido. Ou seja, a terra é a garantia de sua relativa autonomia, pois quem tem a terra pode produzir, mesmo com as limitações na produção relacionadas à qualidade dessa terra, ao acesso ou não a água e ao tipo de semente usada.

Dado que a terra em Laje é para poucos, são poucas as pessoas que tem a autonomia necessária para recusar a proposta de se tornar um agricultor profissional da COOPAMIDO. É justamente o contexto histórico que cerceou a posse da terra em Laje, em articulação com a espacialização da mandiocultura, que será tratado na próxima seção.

2.3 LAJE (BA): HISTÓRICO DE ACESSO À TERRA E A ESPACIALIZAÇÃO DA MANDIOCULTURA

A atual situação agrária do município de Laje, bem como a condição de vida do campesinato tem suas origens históricas na restrição do acesso à terra e nas relações precárias de trabalho. A terra permanece concentrada e o trabalho, para muitos, continua baseado na “venda do dia na roça”, o que não é diferente da maior parte dos municípios brasileiros, especialmente os baianos. Essa situação estrutural tem suas raízes na ocupação do território nacional e na concessão de terras iniciada desde o “‘Encobrimento’ do Brasil”⁴¹. Ou melhor, resulta da apropriação privada da natureza e da organização do espaço agrário como monopólio de classe e em favor dos que

⁴¹ Expressão usada por Carlos Walter Porto-Gonçalves, ao se referir ao início da espoliação portuguesa no Brasil, durante sua apresentação na conferência “As lutas sociais no campo latino-americano”. A atividade, realizada na Universidade Federal do Pará, entre 7 a 11 de novembro de 2011, foi parte da programação do “V Simpósio Internacional de Geografia Agrária: Questões Agrárias na Panamazônica no século XXI: usos e abusos do território”.

frequentavam a intimidade do poder (MARTINS, 1979, 1983; GERMANI, 1993, 2005; OLIVEIRA, 2000; IANNI, 2004; MITIDIERO JÚNIOR, 2008; KUHN, 2015).

Segundo Ana Maria Carvalho dos Santos Oliveira, a apropriação das terras na região em que o município de Laje está inserido ocorreu através do regime sesmarial (1530-1822), na segunda metade do século XVI, com a introdução das culturas de cana, mandioca e fumo. Segundo a historiadora,

A colonização do Recôncavo Sul teve início após a segunda metade do século XVI e as culturas introduzidas foram da cana, da mandioca, do fumo e da pecuária. O sertão de baixo, entretanto, foi incorporado à área econômica da capitania no século XVIII quando o povoamento se estendeu pelos vales; uma ocupação gradual, assentada sobre o trabalho dos roçeiros, lavradores de mandioca e fumo, além dos pequenos proprietários de terras, engenhos e escravos (OLIVEIRA, 2000, p. 50).

Milton Santos também fez algumas considerações acerca do processo de ocupação da região em que o município de Laje está inserido. Para o autor, essa região situava-se numa “faixa intermediária entre a zona litorânea e o sertão baiano, tendo ao norte a região econômica do fumo e ao sul a de cacau”. Em suas palavras

Algumas culturas tradicionais do Recôncavo ali se instalaram: em pequena escala, a mandioca e a cana-de-açúcar. O fumo, a mais antiga dessas lavouras, é mais intensamente cultivado; parece que, recuou do litoral na segunda metade do século XVIII, atingindo o município de Castro Alves, depois Amargosa. O café sombreado veio de Maragogipe e espalhou-se, largamente, pelas encostas íngremes, que foram plantadas com culturas de subsistências para alimentar pequenas casas de farinha, alambiques e engenhocas (SANTOS, 1963, p. 3)

Já para Alícia Ruiz Olalde, em parceria com outros pesquisadores, a ocupação histórica do Vale do Jiquiriçá, onde Laje está localizado administrativamente, com exceção do seu extremo oeste, se deu a partir do Recôncavo Sul com a expansão e diversificação da produção de gêneros alimentícios para exportação e mercado interno, processo que atingiu as zonas mais interioranas culminando com a fundação de cidades ao longo do Rio Jiquiriçá (OLALDE *et. al.*, 2009).

O historiador Bert Jude Barickman acrescenta, que na medida em que a lavoura de mandioca se expandia para o Recôncavo Sul, durante o século XVIII, aumentava também a “produção de açúcar, fumo e café”. Ainda de acordo com o autor, “essa expansão mudou a geografia agrícola da Bahia, transformando o sul do Recôncavo e

outros distritos litorâneos produtores de mandioca em centros da agricultura de exportação” (BARICKMAN, 2003, p. 174).

Essa situação permitiu a criação de extensas redes de comércio que abasteciam as cidades com provisões, tecidos e outras manufaturas, pois as exportações de açúcar, fumo e café garantiam excelentes lucros, mas todos precisavam comer (BARICKMAN, 2003). Esse processo, abriu caminho para que populações pobres do campo formassem a pequena propriedade no Brasil (GUIMARÃES, 1968; PRADO JÚNIOR *apud* GERMANI, 2005). Para Germani (1993, 2005), ao traçar a trajetória histórica e social que forjou as bases para a estrutura e a organização do espaço rural no Brasil, esse processo foi permeado por três fases: a fase do escambo, que vai do descobrimento à ocupação efetiva do território (1500-1530); o regime das sesmarias, do período colonial a independência (1530-1822); e o regime das posses (1822-1850).

Foi justamente durante o chamado “regime das ‘posses’”, que “cultivadores pobres livres”, sem acesso ao sistema sesmário legal de doação de terras (PALACIOS, 2009), formaram ‘comunidades de subsistência’ (RIBEIRO, 1982). Ou seja, passaram a ocupar áreas entre as grandes plantações, terras consideradas de ninguém e, também, terras cedidas das grandes plantações, normalmente em solos com menor fertilidade e longe das grandes cidades para produzir essencialmente gêneros alimentícios (MARTINS, 1979, 1983; GERMANI, 1993, 2005; OLIVEIRA, 2000). Como já dizia Queiroz (1976, p. 194), a “sociedade rural tradicional” brasileira era constituída por uma “agricultura de abastecimento” caracterizada por “pequenas empresas agrárias de tipo familiar” e “fazendas do tipo ‘*plantation*’, orientadas para uma agricultura de exportação”.

Segundo Oliveira (2000, p. 55), “Laje emancipou-se de Aratuípe em 1905, entretanto, no século XIX, formava termo com a freguesia de Santo Antônio de Jesus”. Para o IBGE

A ausência de documentos que indiquem de maneira concreta e precisa as origens históricas do município [de Laje] faz-nos recorrer à tradição corrente entre os mais antigos moradores locais. Afirmam eles que uma enchente, desviando o curso do rio Jiquiriçá, provocou total destruição de uma povoaçãozinha existente na sua margem direita. Os principais habitantes do local sinistrado, reunidos, edificaram uma capela sob a invocação de Nossa Senhora das Dores e teve, assim, início a uma nova povoação, situada agora na margem esquerda do rio (...) Em virtude da existência de enormes lajedos, nas

proximidades, o povoado tomou a denominação de Nova Laje (...) Os fatos (...) mencionados, são, provavelmente anteriores a 1850, porquanto somente a 2 de maio de 1864, pela Lei provincial número 929, foi a povoação elevada à categoria de freguesia, subordinada eclesiasticamente à freguesia de São Miguel e sob a denominação de Nossa Senhora das Dores de Nova Laje (...) Em 1870, pela Resolução provincial número 1.100, de 9 de abril, a sede da freguesia foi transferida para a capela de Nossa Senhora da Conceição do Cariri, localidade próxima; porém, pouco depois, em 1884, a sede da freguesia retorna a Laje, agora sob a designação de Nossa Senhora da Conceição do Cariri de Nova Laje (...) Com a criação da vila de Aratuípe, em 1899, foi a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Cariri de Nova Laje anexada ao seu território, dêle fazendo parte até 1905. Nesse ponto convém esclarecer que, antes da criação de Aratuípe [o que ocorre em 1899], o território do atual município de Laje integrava o do hoje município de Jiquiriçá que, por sua vez fôra desmembrado do de Nazaré. Em 1901, os trilhos da Estrada de Ferro de Nazaré alcançavam o Quilometro 86, sendo aí edificada a estação de Laje. Êsse acontecimento (...) deu grande impulso à povoação, aumentando consideravelmente o número de habitações, que se concentravam em tôrno da referida estação, hoje centro da cidade (...) Em virtude desse melhoramento (...) viu-se o distrito de Nova Laje elevado à categoria de município, através da Lei estadual número 595, de 20 de junho de 1905 (IBGE, 1958, p. 385-386).

Segundo Aguiar (1979, p. 245), no século XIX, “todo o distrito de Laje é montanhoso, coberto de matas e cortado de pequenos rios; sendo por isso da maior fertilidade para todo o gênero de lavoura, especialmente para mandioca, café e fumo de que faziam avultada exportação”. Parte dessa lavoura de exportação, era vendida para comerciantes de Amargosa, pois alguns deles tinham lojas na Europa, como, por exemplo, Pedro Calmon Freire Bittencourt, que tinha uma filial na capital francesa da sua loja “Casa Paris na América” (LINS, 2007). Outra opção era comercializar os produtos agrícolas em Nazaré das Farinhas, cidade que exercia a posição de entreposto comercial⁴² (SANTOS, 1963; RIBEIRO, 1982).

Nos dois casos, toda a produção era transportada pela *Train Road Nazareth*, ferrovia que seguia o traçado do antigo caminho de boiadas, conhecido desde o início do século XIX. O primeiro trecho da Estrada foi inaugurado, em 1875, partindo de Nazaré, atravessando o Vale do Rio Jiquiriçá até alcançar seu ponto extremo em Jequié, uma distância de 290 km que só foi completada em 1927. Ainda em 1892, foi construído o Ramal da Estrada de Ferro, interligando Amargosa ao porto de Nazaré.

⁴² A toponímia Nazaré das Farinhas explicita o papel desse município em relação a sua condição de entreposto comercial desde o século XVIII, em cujas feiras se vendiam cerca de 10 a 12.000 alqueires de farinha de mandioca por dia (RIBEIRO, 1982).

O principal objetivo desta ferrovia era o escoamento da produção agrícola ligando as zonas produtivas do interior com os portos do litoral. A linha férrea incluía, também, serviços urbanos agenciados regionalmente como telégrafo, correio e outras atividades sociais e comunicativas, como o transporte de passageiros (REBOUÇAS, 1992; ZORZO, 2000; JESUS, 2007; LINS, 2007). Isso ocorreu até a decadência da ferrovia, a partir de 1945, ou seja, quando houve a “morte do trem” e a progressiva implantação do sistema rodoviário (SANTA INEZ, 1982).

Entre os fins do século XIX até a primeira década do século XX, a cafeicultura era o sustentáculo da economia na área que Milton Santos denominou como “Região Amargosa” – e que envolvia os municípios de Amargosa, Brejões, Laje, Santa Terezinha e São Miguel das Matas. Esse período de “prosperidade” ficou materializado na paisagem através dos casarões, dos armazéns de café com torrefadoras e máquinas beneficiadoras, além das unidades de beneficiamento de fumo e fábrica de charutos⁴³ (SANTOS, 1963; LINS, 2007). Existe, também, o registro de que, em Laje, havia “pequenos engenhos ou engenhocas que eram movidos por bois ou a vapor”, o que facilitava o beneficiamento dos produtos que atendiam às demandas dos moradores, abasteciam a feira de Nazaré e alimentavam o circuito comercial da exportação (OLIVEIRA, 2000, p. 56).

Entretanto, na segunda metade do século XIX, a prosperidade descrita por Santos (1963) e ratificada por Aguiar (1979), não atingia integralmente a população da freguesia de Nova Laje⁴⁴. Essa afirmação se baseia em Oliveira (2000, p. 113-114), segundo a qual “através do Mapa Estatístico da Divisão Administrativa Judiciária e Eleitoral da Província da Bahia de 1876 (...) para os 10.108 habitantes da paróquia de Laje, havia 25 eleitores”.

Em meados do século XIX, a condição de eleitor era regulamentada pela Lei nº. 387, de 19 de agosto de 1846. Essa lei tinha uma “natureza restritiva”, pois instituíam um “sistema eleitoral censitário”, ou melhor, baseado na renda. Conseqüentemente, a maior parte da população não fazia jus a participação política, o que pode ser

⁴³ No Brasil oitocentista, a cafeicultura era considerada uma cultura nobre (QUEIROZ, 1976, p. 216). Um dos fatores para o desenvolvimento dessa lavoura nas terras brasileiras foi a destruição dos cafezais do Haiti pelos negros sublevados na guerra de independência (1791-1804) (ALMEIDA, 2009, p. 83). Entretanto, a expansão da lavoura de café na Bahia ocorreu a partir da segunda década do século XIX (BARICKMAN, 2003, p. 62).

⁴⁴ Para Durval Vieira de Aguiar, típico representante do modelo de escritor nacionalista, em Laje, “verdadeira pobreza raramente é encontrada; porque em qualquer domicílio rural vê-se plantações e pequenas criações para revelarem os recursos relativos dos respectivos moradores” (AGUIAR, 1979, p. 245).

identificado “pela diferença entre o número de habitantes e o número de eleitores” (OLIVEIRA, 2000, p. 113). Houve, inclusive, uma tentativa no sentido de associar a farinha de mandioca como estalão monetário. A proposta de criação da chamada Constituição da Mandioca, apresentada em setembro de 1823, propunha que a capacidade eleitoral e a elegibilidade dos cidadãos fossem definidas pelas suas rendas anuais avaliadas pela quantidade de alqueires de mandioca produzidos⁴⁵ (AGUIAR, 1982; ROSÁRIO, 1986; ALMEIDA & MOTTA, 2012)

Nessa época, a maioria da população “sobrevivia do trabalho agrícola, utilizando-se da mão de obra escrava, da mão de obra familiar e da ‘gente livre’, meeiros, rendeiros e pequenos proprietários, sendo poucos aqueles que recorriam a outros meios para garantir o sustento”⁴⁶ (OLIVEIRA, 2000, p. 62). A produção do café era considerada como uma “atividade de fazendeiros abastados”, ou melhor, era a “cultura do rico, a cultura do ‘forte’” para a qual se utilizava a “mão-de-obra do pequeno lavrador” (SANTOS, 1963, p. 7).

Entre o final do século XIX e começo do século XX, na região onde o município de Laje está inserido, o café era o principal produto comercial, mas não era exclusivo. Comumente se plantava feijão, milho e mandioca. Estas lavouras eram consideradas “do pobre, do ‘fraco’”, ou seja, eram “culturas de suporte econômico e alimentar” executadas para a “subsistência” (SANTOS, 1963) e intercaladas à “lavoura nobre”⁴⁷. Essa articulação da produção de café (do “forte”) com a produção de mandioca e outros gêneros alimentícios do “fraco” pressupõe o sistema do “rendeiro” ou “agregado”, do famoso complexo latifúndio-minifúndio. Mas, ao longo do século XX, a cafeicultura foi deixando de ser a atividade dos “fazendeiros abastados”, posição que passou a ser ocupada pela criação de gado. Contudo, a mandioca permaneceu como uma cultura “de suporte econômico e alimentar”.

⁴⁵ A proposta de Constituição da Mandioca, é narrada em versos por Almeida & Motta (2012, p. 15-16), “a 1º Constituição, que à elite convinha, propugnava só votar quem possuísse farinha. Um alqueire de farinha, medida equivalente a 13,8 litros, era moeda corrente. Quem tivesse 150, na paróquia votaria. Com 250, na província opinaria. Para ser candidato, multiplicava o penhor: 500 para deputado e 1.000 para senador. Mas D. Pedro I, um imperador popular, tal projeto excludente decidiu não aprovar”.

⁴⁶ Bert Jud Barickman, contestou a tese de que apenas a lavoura de cana recorria à mão de obra escrava e mencionou que “vários censos e levantamentos sugerem que, no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, o típico lavrador escravista de mandioca do sul do Recôncavo e de outras partes do litoral baiano possuía de dois a oito escravos” (BARICKMAN, 2003, p. 248).

⁴⁷ A expressão lavouras nobres é empregada no sentido de que determinadas culturas eram exportadas e tinham alto valor comercial, especialmente na Europa, a ponto de receberem essa alcunha. Isso ocorria, por exemplo, com a cana para fabricação de açúcar (MOURA, 1988) e com o café (QUEIROZ, 1976), esse último também cultivado na região em que Laje está localizado (SANTOS, 1963).

2.3.1 Estrutura fundiária, população e a espacialização da mandiocultura em Laje (BA)

Ao longo do século XX, a estrutura fundiária de Laje se apresentava bastante concentrada. Nas primeiras cinco décadas, esse processo esteve relacionado à produção agrícola, especialmente o café. Porém, a crise na cafeicultura, afetou a economia nacional e teve rebatimento na chamada “Região Amargosa” (SANTOS, 1963; LINS, 2007). Milton Santos realizou um levantamento para averiguar as condições infraestruturais para a produção do café despulpado na região⁴⁸. Foi identificado o seguinte

[Em Amargosa] a produção de café que, em 1890, era de 200.000 sacos, 80.000 em 1924, 30.000 (...) passa a ser de 10.000, em 1962 (...). Em Amargosa só existe um armazém com despulpador; os 8 outros armazéns compram o café das fazendas que já o fornecem despulpado, ou então, o café de terreiro, de péssima qualidade, que será imediatamente vendido ao I.B.C. Em Brejões existem 4 despulpadeiras na cidade e 4 arredores, incluindo a fazenda Bendengó (...) (SANTOS, 1963, p. 12-13; 24).

Desde o Censo Agrícola de 1920, é possível dimensionar a propriedade da terra em Laje através da estrutura fundiária, ou seja, pela representação numérica da apropriação privada da natureza (GERMANI, 2010). Entretanto, esses dados não são devidamente confiáveis pela fragilidade na coleta, o que prevalece até a década de 1970, a partir de quando os instrumentos passam a ser mais sofisticados.

O Índice de Gini, calculado para 1920, apontou que Laje tinha uma estrutura fundiária concentrada. Nessa década, o município atingiu a pior marca da série histórica daquele indicador, sendo classificado em 0,865 como “forte a muito forte”.

⁴⁸ Num primeiro momento, a imigração europeia “subvencionada” pelo Estado contribuiu para a expansão de fazendas cafeeiras em São Paulo, o que provocou a superprodução do grão, a ponto do plantio de cafezais ser suspenso em 1903 (MARTINS, 1979, p. 84). As dificuldades na lavoura cafeeira tiveram novo impulso com os desdobramentos da “Crise de 1929” que afetou os Estados Unidos. A recessão provocou a redução dos preços das matérias-primas brasileiras exportadas. O café foi o produto mais vitimado, isso numa fase de aumento da produção. Para proteger o setor cafeeiro do colapso, o governo adotou a “decisão de queimar os excedentes” e pagar “ao cafeicultor uma parte do valor do café destinado à queima” (IANNI, 2004, p. 197).

Contudo, o principal impacto na produção de café na “Região Amargosa”, ocorreu como desdobramento das medidas tomadas pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC). O Instituto passou a exigir a produção de “café despulpado” para exportação. Essa determinação requeria a adoção de equipamentos de alto custo, o que impedia a aquisição dos mesmos por parte dos lavradores pobres. Estes continuavam a produzir “café de terreiro”, ou seja, aquele em que a planta é sombreada juntamente com a mata nativa e cujo produto final tem qualidade inferior não alcançando, portanto, bom preço no mercado (LINS, 2007, p. 93).

Nesse mesmo período, Laje tinha uma população de 14.710 pessoas. Somente a partir de 1940, os órgãos oficiais passaram a contabilizar separadamente a população rural da urbana. Na ocasião, Laje tinha uma população de 11.565 pessoas. Desse total, 10.231 pessoas (88,5%) viviam no campo, enquanto 1.334 (11,5%) na cidade.

Na passagem entre as décadas de 1920 para 1940, esse município sofre a pior perda populacional de sua série histórica, conforme Quadro 6.

Quadro 6 – “Evolução” da população do município de Laje (BA), 1920-2010:

Período	População total	Intervalo da variação	Percentual de variação (%)
1920	14.710		
1940	11.565	1920-1940	-21,4
1950	11.646	1940-1950	+0,7
1960	15.043	1950-1960	+29,1
1970	14.635	1960-1970	-2,7
1980	15.743	1970-1980	+7,5
1991	18.319	1980-1990	+16,3
2000	19.601	1990-2000	+7
2010	22.201	2000-2010	+13,2

FONTE: IBGE. Censo Populacional 1920-2010 *apud* e-SIC (2014).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima e Gilberto Ferreira Sena Júnior.

A população total que era de 14.710 (em 1920), passou para 11.565 (em 1940). Essa situação traduz-se matematicamente num déficit de 21,4%. Atribui-se esse fato a decadência da cafeicultura e, conseqüentemente, à migração para outras áreas do estado e do país, principalmente Paraná e São Paulo (IBGE, 1958; SANTOS, 1963).

Por outro lado, entre 1920-1940, os indicadores de distribuição da terra apontam um processo de desconcentração fundiária. No intervalo de 10 anos, o índice de Gini variou de “forte a muito forte” (0,865 em 1920) para “fraca a média” (0,389 em 1940). Uma explicação para essa mudança pode ser apresentada a partir das reflexões feitas por Milton Santos quando discutia “a propriedade e a estrutura” na chamada “Região Amargosa”. Segundo o autor, “em casos particulares, a divisão da propriedade é feita com o intuito de sonegar o impôsto, dividindo entre os filhos, pois as propriedades, com valor inferior a 100.000,00 não pagam impôsto sobre a renda” (SANTOS, 1963, p. 13).

Outra explicação foi apresentada por Luciene Santos de Almeida, em sua dissertação de mestrado sobre a implantação e as implicações da cacauicultura nos municípios de Mutuípe, Jiquiriçá, Laje e Ubaíra. A autora afirma que a melhoria do indicador não foi uma exclusividade de Laje. Segundo ela, o mesmo teria ocorrido com

Jiquiriçá onde o Índice de Gini passou de 0,828 (1920) para 0,443 (1940) e Ubaíra de 0,975 (1920) para 0,516 (1940)⁴⁹. A explicação seria a seguinte

Jiquiriçá, Laje e Ubaíra que apresentam dados sobre o índice de Gini desde a década de 1920, observa-se que de 1920 para 1940 houve uma queda brusca no mesmo índice. Esse fato é decorrente, muito provavelmente, por conta de os fazendeiros terem se desfeito de suas fazendas após o fim do cultivo do café (ALMEIDA, 2008, p. 63).

Considerando a insuficiência do Coeficiente de Gini e as inconsistências nos instrumentos de coleta de dados da estrutura fundiária, é preciso refletir essas questões situando o município de Laje em outras escalas de análise. De acordo com Rômulo Barreto de Almeida, entre os anos de 1920 e 1940, a Bahia mandou “excesso de braços para São Paulo”. Alguns municípios enviaram 50% de sua população. Essa situação foi o resultado das sucessivas descapitalizações enfrentadas ao longo do século XIX, bem como em decorrência de outros aspectos, como o cólera (1855), a seca (1857-1861) e o descontrole de crédito que desembocou em falências (ALMEIDA, 2009, p. 99).

Para Almeida (2009), apesar da Guerra de Secessão dos Estados Unidos (1861-1865) ter favorecido a exportação baiana de algodão, logo veio a Guerra do Paraguai (1864-1870). Conseqüentemente, os exportadores baianos não puderam aproveitar os lucros. Logo a seguir, veio à moléstia da cana; a concorrência dos diamantes da África do Sul; a escassez de gêneros alimentícios; e o êxodo de escravos para o Sul do país⁵⁰. O desgaste foi grande: “Negros para o café’ e soldados para a guerra”. A economia reanimou-se no começo dos anos 1890, mas logo veio à seca de 1893. E, embora a produção do cacau começasse a crescer a partir de 1900, seu preço sofria frequentes flutuações e sobressaltos. Enquanto isso, as crises de “origem climática” e as especulações nos preços internacionais contribuía para a migração (ALMEIDA, 2009, p. 99). Observa-se que a análise de Rômulo Almeida não

⁴⁹ Observou-se, ainda, que a queda do Índice de Gini, entre 1920-1940, se repetiu em Amargosa, passando de 0,970 (1920) para 0,589 (1940); Maracás, passando de 0,906 (1920) para 0,662 (1940); e São Miguel das Matas, passando de 0,937 (1920) para 0,499 (1940) (IBGE. Censo Agrícola 1920-1940 *apud* GeografAR, 2011).

⁵⁰ De acordo com Barickman (2003, p. 230), “entre 1851 e o início da década de 1880, cerca de duzentos mil cativos foram obrigados a migrar do Sul e do Nordeste para as províncias produtoras de café do Sudeste”, região que se tornou o “centro dinâmico” da economia brasileira na primeira metade do século XIX. Esse “novo tráfico interprovincial transformou a Bahia” de “importador em exportador líquido de escravos. Em três décadas e meia, a partir de 1850, 24 mil escravos deixaram a província, a maioria com destino às fazendas de café do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais”.

considera a falta de acesso à terra como condição principal para a migração, mas a falta de emprego.

Entre os anos 1940-1950, foram encabeçadas as primeiras discussões sobre a distribuição de terras no Congresso Nacional, sendo que as primeiras propostas de lei sobre a reforma agrária surgiram após a Constituição Federal de 1946 (OLIVEIRA, 2007). Esse debate foi o resultado da pressão exercida pelos movimentos organizados, principalmente as Ligas Camponesas (MEDEIROS 2003; OLIVEIRA, 2007). Contudo, essas discussões, aparentemente, não surtiram efeitos no Brasil todo e em Laje também, basta observar o Índice de Gini variando de “fraca a média” (0,389 em 1940) para “média a forte” (0,562 em 1950) (Quadro 5).

A concentração da terra em Laje nesse período chamou a atenção de Milton Santos. Segundo esse autor, “a concentração é mais expressiva em Laje e São Miguel das Matas. Em 1940, o primeiro município possuía 123 propriedades rurais de um a dois hectares, passando para 13, em 1950. Surgiram nesse mesmo ano, 25 propriedades de mil a três mil hectares em Laje” (SANTOS, 1963, p. 13).

Entre 1940 e 1950, a população lajista praticamente não sofreu alteração. Passou de 11.565 pessoas (em 1940) para 11.646 (em 1950), um aumento de 7%. Em 1950, bem mais da metade da população lajista vivia no campo. A maioria eram lavradores, como eram chamados os camponeses na época⁵¹ (SANTOS, 1963). Os resultados do Recenseamento de 1950, apontaram que a atividade econômica preponderante no município era a agrícola e a maior fonte de renda da lavoura provinha da “mandioca e do café, merecendo relevo especial as culturas de fumo e cacau, êste último ainda em escala reduzida” (IBGE, 1958, p. 387).

Na década de 1940, a região em que o município de Laje está inserido passa a produzir cacau (SANTOS, 1957). Apesar disso, a cacauicultura baiana desponta em

⁵¹ Nesse período, a categoria lavrador abarcava todas as relações de trabalho existentes no campo na “Região Amargosa”. Segundo Queiroz (1976, p. 35), a categoria lavrador engloba os camponeses, ou seja, aqueles “cuja produção é orientada para a subsistência”. Para Moura (1988, p. 16), lavrador “contém na raiz a palavra latina *labor*, esta não só quer dizer trabalho, mas possui também a conotação de esforço cansativo, dor e fadiga”. Em Laje, na década de 1950, a categoria lavrador, abarcava o agregado, o meeiro, o rendeiro, o trabalhador braçal ou assalariado e o vaqueiro, como colocou Milton Santos, “Os assalariados, trabalhadores braçais dos campos e vaqueiros, são os que têm as condições de vida mais inferiores. A remuneração desses trabalhadores está na dependência da procura da mão-de-obra, volume da produção, preço dos produtos (...) O rendeiro fica comprometido, por um contrato ‘de boca’, a prestar três dias de trabalho, na terra do proprietário (...) O espaço que lhe é arrendado nunca ultrapassa a 10 tarefas (4 hectares) (...) Outra forma de ‘fôro’ para o arrendamento é o ‘cambão’, ou seja, a obrigação de trabalhar um dia, sem remuneração, a terra do proprietário (...) O meeiro difere do rendeiro pelo fato de pagar o ‘fôro’ em espécie” (SANTOS, 1963, p. 16).

meados dos anos 1920, inclusive, a demanda por construções relacionadas ao escoamento da produção, foram determinantes para a vinda da família Odebrecht para Salvador (ODEBRECHT, 1991, 2004).

Segundo Santos (1957), o município de Laje, junto com Jaguaquara, Mutuípe, Santa Inês e Ubaíra passaram a produzir “cacau em bagas” entre 1943-1947. Toda a produção ia para Jaguaquara que, por sua vez, a comercializava através do porto de Ilhéus. Mas, de acordo com Almeida (2008), somente na década de 1950, o Vale é inserido no circuito espacial produtivo do cacau, através do “Plano de Diretrizes para a Expansão da Cacaucultura Nacional” do governo federal. Mas, a cacaucultura adquire maior relevância a partir de 1970, com a implantação das unidades da CEPLAC nos municípios de Ubaíra (em 1971), Mutuípe (em 1973) e Laje (em 1978).

A partir da década de 1950, o Brasil passa por um processo de avanço da industrialização e do crescimento urbano (FERNANDES, 1999). Contribuiu para isso, a “nova fase” do “processo de acumulação capitalista”, iniciado desde os anos 1930, caracterizado por um contexto de favorecimento à expansão das multinacionais, concentração e centralização do capital e hegemonia econômica e política da classe dos industriais (WANDERLEY, 1985).

Os anos 50 do século XX marcam, também, uma nova etapa na história agrícola e agrária nacional com a transformação na sua estrutura produtiva. Segundo alguns autores, baseado num novo padrão de acumulação do capital, esse modelo decreta que a terra se tornou o elemento menos importante na agricultura (BUAINAIN *et al.* 2013). Desde então, a internacionalização da economia passou a ditar as regras sobre como produzir no campo, já que a produção agrícola (*commodities*) passou a ser controlada pelos monopólios mundiais (OLIVEIRA, 2012).

Mesmo com todas as mudanças em curso na década de 1950 – reforma agrária sendo discutida, industrialização, crescimento urbano, redefinição da aliança política entre as classes dominantes e mudança da base tecnológica nacional – apenas 14,76% da população lajista sabia ler e escrever enquanto 85,24% não sabia. Os dados, sistematizados por Milton Santos, indicam que houve uma piora em relação a 1940. Contribuiu para isso, a existência de uma “rede escolar deficiente, a relação de trabalho, o baixo nível de vida de grande percentual da população” (SANTOS, 1963, p. 30).

Entre 1950-1960, o Índice de Gini “salta” de 0,562 (1950) para 0,617 (1960), sem sair da classificação “média a forte”, enquanto 86% da população de Laje vivia

no campo. Nesse intervalo, a população lajista aumentou 29,1%, passando de 11.646 (1950) para 15.043 (1960). No final da década de 1950 e início de 1960, os lavradores permaneceram como a quase totalidade da “sociedade rural” lajista. O cotidiano desse universo continuava marcado pela falta de assistência médico-sanitária, alto índice de mortalidade infantil e, até mesmo, casos de morte por carência alimentar. Situação semelhante ocorria na educação com poucas escolas, elevado nível de analfabetismo e baixo percentual de alunos matriculados, com destaque para a frequência das filhas de “comerciantes fortes e de fazendeiros”. As condições de moradia eram, normalmente, rústicas. As casas, em geral, compreendiam uma habitação “de taipa” ao redor da qual se faziam “roça de aipim” ou de culturas destinadas ao complemento alimentar mediante o envolvimento de todos os membros da família (SANTOS, 1963, p. 16; 31).

Todo esse contexto, aliado à crise do café e à migração, facilitou o avanço da pecuária em Laje e região. Para a transformação das lavouras em pastagens, os fazendeiros tinham o apoio do Banco do Brasil na concessão de crédito⁵² (SANTOS, 1963). Essa situação remete as colocações de Andrade (1979, p. 23), segundo o qual, embora o pequeno agricultor estivesse juridicamente protegido para acessar o crédito, os gerentes dos bancos eram mais operativos em emprestar dinheiro àqueles que “possuem bens que garantam o empréstimo e que sejam facilmente fiscalizáveis, que a numerosos pequenos proprietários que tem dificuldade de comprovar a sua idoneidade financeira”.

Esse processo, que resultou no desemprego de muitos agricultores, pode ser associado aquilo que Andrade (1979, p. 10) denominou como “imperialismo do boi”, ou seja, quando o animal passa a “substituir ao homem como ocupante de áreas de povoamento antigo”. Ademais, para o campesinato, a propriedade pecuarista, assim como a monocultura, representa a negação do trabalho, ou melhor, “é como se fossem, do ponto de vista de uma moralidade camponesa, terras sem sentido. Ao invés de serem a base da liberdade, conduzem ao cativeiro” (WOORTMANN, 1990, p. 42).

⁵² Na “Região Amargosa”, até a década de 1960, o sistema bancário preferia investir seus recursos nas atividades de interesse dos fazendeiros, como a produção de café e fumo, e, posteriormente, a pecuária. Essas atividades não eram comumente exploradas pelos “pequenos”. Em 1962, a agência do Banco do Brasil, em Amargosa, aplicou “73% do financiamento total à pecuária, 9,5% à mandioca, 7,8% em maquinarias, e 4,2% em café”. A criação de gado absorvia “o maior percentual dos empréstimos do Banco do Brasil” e “somente os grandes proprietários que comercializam o gado conseguem movimentar capitais no Banco” (SANTOS, 1963, p. 12; 17).

O estímulo à pecuária fez com que a criação de gado passasse a ocupar as áreas anteriormente tomadas por atividades agrícolas, o que se traduz numericamente na reconcentração fundiária retomada com uma tendência crescente a partir de 1950. Atento a essa situação, Milton Santos fez uma análise bastante pertinente em relação a “Região Amargosa” no período compreendido entre 1940-1960. Segundo ele

Desde 1940 até 1960, a estrutura agrária da região Amargosa tem sofrido modificações quanto ao tamanho das propriedades, em consequência de uma série de fatores (...) A situação dos responsáveis é, aparentemente, a mesma do período áureo do café; poucos são os rendeiros e administradores. Mas, uma modificação da estrutura é notada a partir de 1940, com tendência à concentração em detrimento das propriedades de 1 a 5 hectares. Como a região fundamentava sua economia, principalmente, na cultura do café a queda da produção, associada à política do produto despulpado pelo IBC, concorreu, sobremaneira, para reestruturação agrária e com a concentração ativada pela pecuária. O café tende a ser substituído pela criação (...).

O pequeno lavrador, não possuindo condições econômicas para a aquisição de maquinário, não pode produzir o café despulpado. O café de terreiro não encontra bom preço, no mercado, e ele se vê forçado a vender sua terra e partir para outras áreas do país, principalmente para São Paulo e Paraná. A pecuária, em franco desenvolvimento, é fator positivo para o despovoamento e concentração da propriedade.

A divisão se faz, comumente, por herança, ou, então, as terras são vendidas em leilões judiciais, e absorvidas pelos proprietários (...).

O fenômeno da concentração é um fato concreto, consequência, sobretudo, da decadência do café, e da implantação intensiva da pecuária que tende, efetivamente, a substituir a antiga economia regional, como uma repetição do que ocorreu no vale do Paraíba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro (SANTOS, 1963, p. 12-14).

A década de 1960 é marcada, também, por acontecimentos que tem repercussão em nível nacional. Em março de 1964, ocorreu o golpe militar (1964-1985). Nesse novo contexto, o Estado brasileiro optou por um projeto de “modernização conservadora” traduzido no binômio “fronteira agrícola-modernização da agricultura” (WANDERLEY, 1985).

Ao longo desse regime, mais especificamente no período conhecido como “milagre brasileiro” (1968-1973), as pequenas propriedades “são engolidas pelas grandes, no que se convencionou chamar, à semelhança do fenômeno biológico onde as grandes bactérias engolem e digerem as pequenas à sua volta, ‘processo de fagocitose’” (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 31). Ao bem da verdade, foi criada uma

legislação para proteger o homem do campo (Lei nº. 4.214 de 2 de março de 1963 ou Estatuto do Trabalhador Rural) e para fazer a reforma agrária (Lei nº. 4.504 de 30 de novembro de 1964 ou Estatuto da Terra). Entretanto, predominaram os grandes projetos de colonização, em especial na Amazônia, cujo objetivo principal era eliminar os focos de tensão e de conflitos agrários onde eles aconteciam e promover a agricultura capitalista (MARTINS, 1979, 1983; GRAZIANO DA SILVA, 1981; FERNANDES, 1999; OLIVEIRA, 2002, 2007).

Concomitantemente, o país vai deixando as características rurais para caminhar no sentido de um país mais urbanizado com a ascensão e o fortalecimento do capital industrial, um processo iniciado no começo dos anos 1930 (WANDERLEY, 1985; OLIVEIRA, 2007). O fortíssimo movimento migratório, em curso desde a primeira metade do século XX e acelerado, em especial, durante as décadas de 1960 e 1970, mudou rapidamente a distribuição espacial da população (BUAINAIN *et al.*, 2014). Primeiro na região Sudeste, em decorrência da expansão do parque industrial que atraía grande massa de população migrante originária de áreas de estagnação econômica, até que, em 1960, o efetivo urbano ultrapassou o rural⁵³ (IBGE, 2001, p. 13-15). Apesar dos processos migratórios e da concentração da terra, a população de Laje mantinha-se no campo.

A própria industrialização criou o mercado de que necessitava para sua expansão, contando sempre com o apoio do Estado. Ao mesmo tempo em que a agricultura se industrializava o campo ia expulsando a população anteriormente dedicada às atividades agropecuárias. Contribuiu para isso a manutenção de uma estrutura agrária concentrada. Milhares de camponeses iam perdendo as terras que possuíam sem ter nova oportunidade na agricultura (ANDRADE, 1979; GRAZIANO DA SILVA, 1981). Para ganhar a vida muitos ficaram nas grandes cidades num processo definido como “urbanização da população ativa” (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 39).

⁵³ Na “Região Amargosa”, na década de 1960, a migração era a “válvula de escape para aliviar a tensão” motivada “pelas relações de trabalho, financiamento e comercialização”. Impossibilitados de continuar no campo, muitos camponeses buscaram na migração para São Paulo e norte do Paraná, novas condições de existência. Conseqüentemente, muitas pequenas vilas “tiveram mais da metade da sua população ativa deslocada pelo êxodo” (SANTOS, 1963, p. 18; 33). Pode-se concluir, com base em José Vicente Tavares dos Santos, ainda que em outro contexto de análise, que a estratégia da migração era a única alternativa frente “as condições insatisfatórias de vida”, não obstante repleta de contradições, pois a cidade que representa a adesão a um trabalho mais “leve” e com garantias sociais significa também a perda da “condição de camponês” e a “impossibilidade de realizar o projeto de autonomia” (SANTOS, 1978, p. 148; 155-156).

A expropriação camponesa proporcionou um mercado consumidor de alimentos nas cidades para o qual se desenvolveu uma produção mercantil em demanda crescente. O apoio do Estado, ao implantar políticas agrícolas e conceder crédito para a modernização tecnológica em alguns setores da agricultura, colaborou para que a forma de produzir passasse a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da indústria produtora de insumos (ANDRADE, 1979; GRAZIANO DA SILVA, 1981; DELGADO, 1985; FERNANDES, 1999; PERTILE, 2008).

Nesse mesmo período histórico, Norberto Odebrecht já havia se consolidado como importante empresário no ramo da construção civil. Inicialmente, suas obras se limitaram à Bahia. Por conta dos incentivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Construtora Norberto Odebrecht (CNO) conquistou o mercado na região Nordeste. Os incentivos da SUDENE permitiram, também, que o empresário realizasse diversos investimentos no campo baiano e, inclusive, criasse a Fundação Emílio Odebrecht (1965) que, anos depois, passaria a desenvolver projetos educacionais e de geração de trabalho e renda (PRATA, 1994). A partir de 1960, as obras de engenharia avançaram para o Sudeste brasileiro tornando a empresa conhecida nacionalmente. Com construções na maioria dos estados brasileiros, em duas décadas, a simples construtora se internacionaliza e diversifica sua “carteira de investimentos”⁵⁴ (ODEBRECHT, 2004; GONÇALVES, 2003; ORGANIZAÇÃO ODEBRECHT, 2015).

Enquanto os processos de industrialização e urbanização se destacam nacionalmente, a escala local passa pelo aumento da concentração fundiária, o que se traduz no Índice de Gini que se eleva de 0,617 (1960) para 0,652 (1970), mantendo a correlação de forças. Nesse sentido, para Guiomar Inez Germani

A estrutura da propriedade da terra representa a concretização no espaço da forma como os diferentes grupos atuam e se relacionam na sociedade. A continuidade da alta concentração da estrutura agrária revela, também, as contradições e a ‘ordem’ existente e está na base das tensões e conflitos que historicamente marcam o campo brasileiro (GERMANI, 2009, p. 349-350).

⁵⁴ O Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961) foi um marco na história da engenharia nacional, o que repercutiu sobre a Construtora Norberto Odebrecht uma vez que “a empresa cresceu e encerrou a década de 50 com a necessidade de se expandir para além dos limites da Bahia” (GONÇALVES, 2003, p. 115).

Esse período carece de outras análises, especialmente por demarcar o fechamento da fronteira agrícola no município de Laje. Quer dizer, os dados de área total, em 1940, apontam uma área de quase 20 mil hectares em Laje. Em 1975, essa área atinge quase 50 mil hectares, depois disso, a varia bastante mais não aumenta. Entre o Censo Agropecuário de 1970 e 1975, as maiores propriedades diminuem percentualmente, conforme Quadro 7.

Quadro 7 – Comparativo da “evolução” da estrutura fundiária de Laje (BA): estabelecimentos e área ocupada em valores relativos, 1970-1975:

Grupo de área	1970		1975	
	Estabelecimento (%)	Área (%)	Estabelecimento (%)	Área (%)
Até 5	15,74	1,28	9,96	0,74
5 < 20	40,95	10,97	37,93	9,05
20 < 100	35,84	38,62	41,85	36,56
100 < 200	4,44	14,91	4,43	11,94
200 < 500	2,68	20,07	5,03	30,47
500 < 1000	0,17	2,88	0,7	9,07
Mais de 1000	0,16	11,27	0,1	2,16

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário 1970-1975 *apud* GeografAR (2011).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Constata-se que, em 1970, o maior estabelecimento tinha uma área de 4.356 hectares, enquanto em 1975, o maior estabelecimento existente tinha uma área de 1.063 ha. Essa leve melhora apresenta seus reflexos no Índice de Gini que passa de 0,652 (1970) para 0,622 (em 1975).

Por outro lado, entre 1970-1975, as menores propriedades diminuem percentualmente. Mas, a área média da faixa até 5 hectares, aumenta de 3,29 ha (em 1970) para 3,67 ha (em 1975), conforme Quadro 8.

Nesse período, o setor agrícola brasileiro assumiu uma nova função: além de produzir alimentos e matérias-primas passou a “absorver parcela da indústria de maquinários voltados à agricultura”. Esse processo implicou numa maior intensificação no uso de mecanização, adubos químicos, agrotóxicos e no aumento do número de agricultores integrados às agroindústrias instaladas no país (PERTILE, 2008). Conseqüentemente, o capitalismo monopolista passou a se fazer cada vez mais presente no campo brasileiro, ou melhor, grandes empresas industriais passaram a atuar tanto diretamente na produção agropecuária como na comercialização e no fornecimento de insumos. O sentido dessas transformações é

elevar a produtividade, o que significa produzir mais. Para isso, o sistema capitalista aumenta a jornada e o ritmo de trabalho intensificando a produção através dos produtos da sua indústria: adubos, máquinas, veneno, fertilizantes, ou seja, industrializando a própria agricultura.

Quadro 8 – Estrutura fundiária das propriedades com até 5 ha em Laje (BA), 1920-2006:

Ano	Estabelecimento (n°)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)	Média área (ha)
1920	--	--	--	--	--
1940	22	73	3,44	0,37	3,32
1950	44	146	6,49	0,62	3,32
1960	69	233	8,03	0,65	3,38
1970	188	618	15,74	1,28	3,29
1975	99	363	9,96	0,74	3,67
1980	434	1.308	31,87	3,57	3,01
1985	847	2029	46,01	4,81	2,39
1996	1.203	2.401	54,22	6,41	1,99
2006	2.000	3.735	68,07	9,2	1,87

FONTE: IBGE Censo Agrícola e Agropecuário 1920-2006 *apud* GeografAR (2011).
ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Por outro lado, o incremento tecnológico e a forte demanda por alimentos modificaram as relações de trabalho. Muitas empresas passaram a adotar o modelo da integração, no qual agricultores e suas famílias criam e/ou produzem matérias-primas (aves, bichos-da-seda, cana-de-açúcar, laranja, milho, uva, suínos) para as indústrias (SANTOS, 1978; SORJ *et al.*, 1982; ETGES, 1991; PAULINO, 2003; CONCEIÇÃO, 2007; PERTILE, 2008).

Na década de 1980, o município de Laje tem um leve aumento da concentração fundiária. Embora o número de estabelecimentos com até 5 hectares tenha passado de 99 (em 1975) para 434 (em 1980), a área média caiu de 3,67 ha (em 1975) para 3,01 ha (em 1980). Nos demais Censos, esse tamanho vai diminuindo 2,39 ha (em 1985), 1,99 ha (em 1995) até atingir, somente, 1,87 ha em 2006.

No outro extremo, em 1975, os maiores estabelecimentos estavam na faixa entre 1.000 a menos de 2.500 ha e, nessa faixa, havia um único estabelecimento com área de 1.063 ha. Em 1980, os maiores estabelecimentos estavam na faixa entre 500 a menos de 1.000 ha e, nessa faixa, havia dois estabelecimentos, cuja média da área era de 731 hectares. Essa aparente melhora não apresenta reflexos tão significativos

no Índice de Gini, que passa de 0,622 (em 1975) para 0,655 (em 1980) sem sair da classificação “média a forte”.

Atrelado à diminuição da área das menores propriedades rurais está o aumento exponencial do número dos pequenos produtores a partir de 1980. Em 1940, havia 22 pequenos produtores com estabelecimentos menores de 5 hectares no município de Laje, o que representava menos de 5% do total de propriedades. Em 2006, “surgem” 2000 produtores com menos de 5 hectares, o que representava quase 70% dos estabelecimentos.

Essa reflexão é importante porque esses produtores, que deveriam ser o público da reforma agrária, se transformam em alvo do projeto de geração de renda da Fundação Odebrecht. Se observa que em 1940, a maior participação era de estabelecimentos de 20 a 50 hectares (36,82% dos estabelecimentos ocupavam 35,99% da área), enquanto estas propriedades representam apenas 6,19% dos estabelecimentos em 2006 e ocupam 13,89% da área.

Assim, essas propriedades de 20 a 50 hectares, que estariam próximas ao módulo fiscal, e portanto, permitiriam a reprodução da produção familiar, foram substituídas pela polarização entre grandes e pequeníssimos estabelecimentos rurais, refletindo-se num índice de 0,816 para o município de Laje, em 2006. Nesse sentido, vale destacar que para evitar essa polarização teriam sido necessárias políticas públicas tendentes à redistribuição da terra, fato contrário ao que realmente aconteceu. Sem contar, a omissão das organizações de classe, com relação à reivindicação da reforma agrária. Logicamente, isso se explica pelas “alianças” que representam os recentes governos de esquerda, das quais os sindicatos foram parte. Nesse caso, os 2.000 produtores do Censo 2006, de menos de 5 hectares, foram incluídos na categoria de “agricultores familiares” e assistidos por políticas públicas, como por exemplo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e PRONAF.

Buscando-se compreender os processos que desencadearam a elevação do número de estabelecimentos com até 5 hectares e, portanto, dos pequenos produtores, infere-se, no mínimo, quatro vias de análise. A primeira, seria o fechamento da fronteira agrícola e a conseqüente impossibilidade da reprodução da produção camponesa através da ocupação de novas áreas. Outro elemento seria a questão da subdivisão da terra pela herança. Outro fator seria o confronto entre a

morada de favor e a evolução na legislação trabalhista, a partir dos anos 1960. É fato conhecido que muitos fazendeiros expulsaram “moradores” (agregados ou outras denominações do tipo) para não criar vínculos trabalhistas. Atrelada a questão das mudanças na legislação trabalhista, emerge o quarto e último aspecto que está relacionado a ampliação do número de pequenos produtores em Laje. Trata-se da “pecuarização” da grande propriedade, o que exige menos mão de obra, como já foi tratado.

A questão da “pecuarização” exige um detalhamento dos dados da Produção Pecuária Municipal (PPM), sistematizado pelo IBGE desde 1974. Somando o contingente bovino de Laje por década e tirando a média identifica-se que, em 1970, o rebanho era de 13.160 cabeças. Esse número passa por muitas variações 17.194 (em 1980), 31.748 cabeças (em 1990), 20.109 (em 2000) e 19.366 (2010-2015), conforme Quadro 9.

Quadro 9 – Rebanho bovino no município de Laje (BA), 1974-2015:

Período	Total do rebanho por período	Média anual	Percentual de variação sobre a média anual (%)
1974-1979	78.962	13.160	--
1980-1989	171.938	17.194	+30,65
1990-1999	317.483	31.748	+84,64
2000-2009	201.098	20.109	-36,66
2010-2015	116.201	19.366	-3,71

FONTE: PPM-IBGE *apud* e-SIC (2014); PPM-IBGE (2017).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Esse período coincide temporalmente com a redemocratização do país após 21 anos de Ditadura Militar. Com o fim do Regime Militar (1964-1985), a questão agrária foi considerada tema central da “Aliança Democrática”, coligação de forças políticas que assumiu o governo após a Ditadura (MEDEIROS, 2003, p. 34).

Em abril de 1985, foi criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e as propostas de assentamento foram sintetizadas no I Plano Nacional de Reforma Agrária⁵⁵ (PNRA). O I PNRA foi anunciado, em maio de 1985,

⁵⁵ O Decreto n°. 87.457, de 16 de agosto de 1982, cria o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF). O MEAF foi extinto e substituído pelo MIRAD, cuja origem é o Decreto n°. 91.214, de 30 de abril de 1985. O MIRAD também foi extinto através da MP n°. 29, de 15 de janeiro de 1989, que reorganizou a o sistema ministerial. As competência dos MIRAD foram incorporadas pelo Ministério da Agricultura. Isso ocorreu até que o Decreto n°. 1.889, de 29 de abril de 1996, criasse o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF). A MP n°. 1.911-12 de 25 de novembro de 1999, transforma o MEPF em Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar. Este último teve o nome alterado pela MP n°. 1999-13 de 14 de dezembro de 1999 passando a ser chamado como Ministério da Política

durante o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais realizado em Brasília pela CONTAG. O I PNRA, que deveria seguir o Estatuto da Terra, foi recortado “pelas contradições inerentes a uma ampla aliança política, que envolvia forças com interesses bastante diferenciados”⁵⁶ (MEDEIROS, 2003, p. 34).

Esse contexto, embora marcado pela derrota da reforma agrária na Constituinte de 1988 e pelo fracasso do I PNRA, se caracterizou, também, pela articulação de sujeitos que se politizaram e começaram a construir novas formas de organização social, constituindo aquilo que Oliveira (2007, p. 131) chamou de “nascentes movimentos sócio-territoriais”.

A Igreja Católica teve papel preponderante nesse processo, sobretudo através das Comunidades Eclesiais de Base que se formaram no início da década de 1960, contribuindo para o crescimento das organizações de trabalhadores que passaram a exigir um projeto de reforma agrária nas décadas de 1970 e 1980⁵⁷ (FERNANDES, 1999; MEDEIROS, 2003; OLIVEIRA, 2007; MITIDIERO JÚNIOR, 2008).

Uma das principais organizações formada no início dos anos 1980, foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A trajetória desse Movimento, fez com que Oliveira (2007, p. 138-140), o considerasse como a “organização mais sólida” de caráter nacional. Não menos importante foram as observações tecidas por Germani (2009, p. 355), ao afirmar que a “organização e consolidação” do MST permitiu que ele se tornasse “um movimento pedagógico” que contribuiu “para o surgimento de um grande número de outros movimentos”.

Esses “outros movimentos” de que fala Germani (2009) são os “novos personagens” que já falava Medeiros (2003). Basta lembrar a luta dos povos indígenas, dos atingidos por barragens, dos brasiguaios e dos brasileiros, dos boias-

Fundiária e do Desenvolvimento Agrário. Por fim, o Decreto n° 3.338, de 14 de janeiro de 2000, extingue esse último e cria o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O MDA foi reformulado pelo Decreto n° 4.723 de 6 de junho de 2003, mas manteve o mesmo nome (MDA, 2017).

⁵⁶ O balanço dos números e da espacialização das famílias assentadas pelo I PNRA demonstraram, mais uma vez, o poder da elite rural. Os ruralistas, coordenados nacionalmente pela União Democrática Ruralista (UDR), vetaram quaisquer possibilidades de Reforma Agrária no Brasil (FERNANDES, 1999; OLIVEIRA, 2002, 2007; MENDONÇA, 2003). O I PNRA (1985-1989) tinha como meta assentar 1.400.00 famílias numa área de 43.090.000 hectares. Porém, somente conseguiu assentar 89.950 famílias (6,4%) em 4.800.00 hectares (1,5%). Desse percentual, 24.385 famílias (27,1%) era da região Nordeste (OLIVEIRA, 2007, p. 129; FREITAS, 2009, p. 44; 46).

⁵⁷ O posicionamento da Igreja Católica se tornou visível com o documento “Igreja e problemas da terra” (1980), produzido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Associação Brasileira de Reforma Agrária, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, Centro Ecumênico de Documentação e Informação e Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (MEDEIROS, 2003, p. 32).

frias, dos camponeses, dos posseiros, dos peões, dos seringueiros, do Movimento Grito da Terra Brasil e das marchas nacionais da Via Campesina (MEDEIROS, 2003; OLIVEIRA, 2007).

Na escala local, esse contexto favoreceu a criação, em janeiro de 1988, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Laje vinculado a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG). Desde 1999, o Sindicato é liderado pelo mesmo grupo político, cujos membros são filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT). Também não se pode esquecer da influência da Igreja Católica nesse processo, o que se observa na mística e nas orações que antecedem quaisquer espaços comunicativos promovido pelos membros do Sindicato.

Dentre os membros do grupo vinculado ao PT, o primeiro a assumir a presidência do Sindicato foi HMS (1999-2003) sucedido por MLMS (2004-2008). Ambos incentivaram a criação, em 2007, da “Escolinha Sindical”, um espaço de formação que debate as problemáticas relacionadas ao contexto dos membros do Sindicato, especialmente os jovens. Agora denominada “Formação Sindical”, a iniciativa tem promovido a realização de atividades preparatórias para o processo seletivo do curso Licenciatura em Educação do Campo na UFRB *Campus* Amargosa. Além disso, está se conformando como um espaço de socialização política na medida em que vem formando as novas lideranças sindicais. Tal qual ocorreu com os dois mandatos da jovem JNB (2009-2012) e (2013-2016) e do seu sucessor ECSN (2016-atual).

Cabe ressaltar, que HMS assumiu uma cadeira no legislativo municipal entre 2008-2012, mas não conseguiu se reeleger. Tanto ele, quanto MLMS, se tornaram gestores em secretarias do executivo municipal na gestão do PT (2013-2016). Além disso, a jovem JNB pleiteou vaga no legislativo para a gestão 2017-2020, mas não obteve o quociente eleitoral necessário para ocupar a cadeira⁵⁸.

Com todo esse movimento, o grupo sindical vinculado ao PT em Laje, desenvolve uma série de projetos e ações em prol dos sujeitos do campo, como: educação para população rural, através da parceria com o Projeto Semear da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional⁵⁹ (FASE); alfabetização

⁵⁸ A líder sindical JNB, e mais 21 candidatos, compuseram a coligação “Juntos de novo com a força do povo”. Dos 22 candidatos, 6 foram eleitos (27,3%) para compor o legislativo de Laje na gestão 2017-2020 (TRE-BA, 2017).

⁵⁹ A FASE é uma organização não governamental de caráter educacional, beneficente e de assistência social fundada em 1961. Sua missão é contribuir para a construção de uma sociedade democrática e

para pessoas de 15 anos ou mais, através do Programa Todos pela Educação em parceria com o governo do Estado da Bahia; formação política de lideranças através “Escolinha”, transformada em “Formação Sindical”; assessoria nas questões relativas a aposentadoria rural; apoio no acesso aos benefícios sociais, como o salário-maternidade e o auxílio-saúde; construção de casas populares em consonância com o PNHR; emissão de Declaração de Aptidão para acessar o PRONAF (DAP); formação e articulação de associações comunitárias; assistência técnica rural; fomento à geração de renda em parcerias com a FASE e Petrobras, especialmente para adesão ao PNAE e PAA. Diante de tudo isso, impossível não questionar: como ficarão todas essas ações diante da contínua perda de direitos que vem acometendo o povo brasileiro, especialmente, a partir de maio de 2016?

Cabe informar que, em julho de 2014, o Sindicato passou por uma reestruturação formalizando uma situação que já vigorava. Em conformidade com as deliberações dos seus sócios reunidos em Assembleia, o STR foi extinto e, formalmente, o SINTRAF foi criado (BRASIL, 2014). Com essa mudança oficializou-se, também, a adesão à FETRAF. Durante o trabalho de campo, notou-se que dois motivos foram fundamentais para a mudança da filiação institucional do Sindicato através da passagem STR-SINTRAF.

Um dos motivos foi a relação entre o Partido dos Trabalhadores, em suas três instâncias (Brasil, Bahia e Laje), o grupo político que estava à frente do Sindicato e a FETRAF Bahia. O outro, relacionado ao primeiro, foi o objetivo de pleitear políticas públicas para os membros do Sindicato, em conformidade com a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2011b). Os coordenadores do Sindicato alegaram que, com a migração da categoria trabalhador rural (STR) para agricultor familiar (SINTRAF), as possibilidades de acesso ao mercado se ampliariam. Ou seja, enquadrados como agricultores familiares teriam mais possibilidades de comercializar seus produtos em face da citada Lei (TRABALHO DE CAMPO, JULHO DE 2014).

atuante em favor de alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente, com justiça ambiental e universalização de direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais, civis e políticos. Para atingir sua missão, a FASE se organiza em dois programas nacionais e seis programas regionais que atuam no Pará, Pernambuco, Mato Grosso, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro (REVISTA DE SISTEMATIZAÇÃO FASE, 2012, 2015).

Cabe pensar: Qual estratégia de atuação do SINTRAF? É viável ter como estratégia apenas o acesso as políticas públicas e ao mercado? Por que a reforma agrária não está sendo pautada? A direção e o membros do SINTRAF-Laje não percebem que o acesso à terra garante ao campesinato uma relativa autonomia? Não se percebe que um Sindicato cujos membros praticamente não tem terra são obrigados a pagar a renda da terra e isso lhes posiciona no mercado em desvantagem e em condições desiguais? Por que o Sindicato em Laje migrou da condição de STR-FETAG para a condição de SINTRAF-FETRAF e a luta pela/na terra continua sem ser a prioridade? Ao capital não interessa facilitar o acesso à terra, pois essa condição é fundamental para que os trabalhadores continuem subjugados, mas é assustador pensar que os camponeses e seus representantes sindicais não tenham a clareza dessa questão.

Ao longo dos anos, a história sindical em Laje, não conseguiu mudar a situação agrária. Tanto que o Índice de Gini só piora, passando de 0,655 (em 1980) para 0,725 (em 1985) e 0,762 (em 1996). Isso significa que o município saiu da classificação “média a forte” passando para “forte a muito forte” permanecendo nessa categoria até o último Censo de 2006. Esses números ratificam aquilo que Germani (2009, p. 350) qualificou como a “negação histórica do direito à base material para a reprodução da vida”.

Ademais, a conjuntura nacional, que já não era favorável, também não prometia melhorias, basta lembrar que os três primeiros governos da “Nova República” (1985-2003) foram marcados pelo fortalecimento de um modelo de desenvolvimento econômico para a agropecuária que priorizou as demandas dos agricultores capitalistas.

É importante resgatar, especialmente, os mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1999) e (1999-2003). Esse governo marcou o início da inserção do país na economia e consumo globalizados, submetendo a população aos interesses dos grandes grupos econômicos mediante o enfraquecimento do papel do Estado e uma política agrária voltada para o que se consolidaria como agronegócio. Além disso, atingiu os camponeses em sua essência ao propor mecanismos que privilegiavam o capital e o mercado em detrimento dos trabalhadores, como, por exemplo, ao extinguir o Programa Lumiar de Assistência Técnica; promover a política de compra e venda de terras pelo Banco da Terra/Programa de Crédito Fundiário; criar a Reforma Agrária pelos Correios; substituir o Programa Especial de Crédito para

a Reforma Agrária (PROCERA) pelo PRONAF; e implementar o Programa Novo Mundo Rural (FERNANDES, 2001, 2008a; OLIVEIRA, 2007; RAMOS FILHO, E. da S., 2008).

Nesse mesmo período, é criada a primeira experiência de reforma agrária na região ora denominada Território de Identidade Vale do Jiquiriçá. Trata-se do Projeto de Assentamento Palestina, criado em dezembro de 1998 no município de Cravolândia. O Assentamento, inicialmente ocupado por 180 famílias, teve sua origem com a ocupação do Fazenda Palestina/Timbó/Salobro que pertenceu a família Cravo, cuja trajetória tem forte ligação com a terra e a produção do café, principal produto de exportação da propriedade até o final da década de 1970⁶⁰ (LIMA, *et al.*, 2012).

No limiar do século XXI, tem-se a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo federal com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007) e (2007-2011). O acesso do PT ao governo federal possibilitou a criação do “II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural”. Entretanto, as metas do II PNRA não foram cumpridas e o governo não elaborou o III Plano, desobrigando-se de fazer a reforma agrária⁶¹ (OLIVEIRA, 2006).

Esses aspectos levaram Oliveira (2011), a concluir que a reforma agrária do PT esteve marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio do *agribusiness* e fazê-la apenas nas áreas onde ela possa “ajudar” o *agribusiness*. Ou seja, deu início a um processo de contra-reforma agrária na qual destinava terras públicas para os latifundiários que as ocupavam ilegalmente (grileiros).

Apesar dessas incongruências, o Partido dos Trabalhadores permaneceu a frente do governo federal por catorze anos (2003-2016), está à frente do governo baiano por uma década (2007-atual) e esteve à frente da gestão municipal em Laje por quatro anos (2013-2016). Na esfera local, o fortalecimento dessa articulação em três esferas, somava-se a Secretaria Municipal de Agricultura, a Secretaria Municipal

⁶⁰ O Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, possui 16 Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, 5 Projetos de Crédito Fundiário, 2 Programas Cédula da Terra e 12 acampamentos (GeografAR, 2011; LIMA, 2011). Segundo Freitas (2009), esses 23 assentamentos correspondiam a 3,6% do total existente na Bahia. Por outro lado, os 12 acampamentos representavam apenas 3,4% de todos que haviam naquele estado.

⁶¹ A meta do II PNRA (2003-2006), era assentar 400 mil famílias, além de outras 130 mil terem acesso à terra por meio do crédito fundiário e outras 500 mil adquirirem a estabilidade na terra com a regularização fundiária (BRASIL, 2003, p. 20). Ou seja, o Plano do governo Lula deveria assentar (regularizar) o total de 1 milhão e 50 mil famílias, além de prever o reconhecimento, demarcação e titulação das terras quilombolas (OLIVEIRA, 2011). Mas, segundo Oliveira (2011, p. 2), o II PNRA chegou ao final e “nem mesmo um balanço das metas alcançadas pelo plano foi divulgada quer pelo (...) INCRA, quer pelo (...) MDA”.

de Ação e Desenvolvimento Social e ao SINTRAF. As políticas públicas, os debates, o acesso à educação do campo no campo e o movimento sindical não foram suficientemente propositivos para mudar a estrutura fundiária. Resultado: as forças hegemônicas e os pactos entre as frações da classe dominantes foram mais fortes. Tudo que foi construído a “duras penas” está sob ameaça.

Mesmo assim, Laje continua a surpreender com o grande número da população no campo. Lembrando que os números tanto revelam quanto ocultam é importante reforçar que o município de Laje “chega” ao século XXI com a menor extensão das propriedades com menos de 5 hectares de toda série histórica, ou seja, 88,9% dos estabelecimentos estão abaixo do módulo fiscal. Enquanto isso, não se sabe ao certo a extensão de suas maiores propriedades, pois o IBGE não divulga as informações dos estabelecimentos que estão acima de 500 hectares.

É instigante ter uma situação de tantos estabelecimentos em grupo de área com tão pouca terra e uma população rural tão expressiva como é a do município de Laje. Quais as lavouras que garantem o autoconsumo e a venda do excedente? Quais as estratégias de sobrevivência e de reprodução destas famílias?

2.3.1.1 A produção agrícola do município de Laje (BA)

Como já foi amplamente discutido, o município de Laje tem 72,6% da sua população vivendo no campo. Esse dado expressa uma correlação de forças na medida em que a terra foi apropriada e controlada por uma fração de classe que exerce o domínio político-econômico (MARTINS, 1983; FERNANDES, 1999), pois 40,4% dos estabelecimentos lajisttas tem menos 2 hectares. Apesar disso, não é o campo que concentra as pessoas em situação de extrema pobreza, já que 82,9% delas estão na cidade. Esse contexto, instiga a refletir quais as lavouras que garantem as estratégias de sobrevivência e de reprodução das famílias que permanecem no campo em Laje.

Os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), apresentam a relação das lavouras que existem no município de Laje, conforme Quadro 10. Na série histórica 1990-2012, é possível identificar os cultivos que faziam parte das lavouras permanentes, como banana, cacau, café, coco, dendê, guaraná, laranja, limão, mamão, maracujá, pimenta do reino e urucum. Também é possível identificar as

lavouras temporárias e que abrangiam os cultivos de abacaxi, amendoim, batata-doce, cana, feijão, mandioca, melancia e milho⁶² (PAM-IBGE *apud* e-SIC, 2014).

Quadro 10 – Média da área plantada, da área colhida e da quantidade produzida das lavouras do município de Laje (BA) por ordem de área plantada, 1990-2012:

Lavoura	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade (toneladas)
Mandioca	4.154	4.153	51.605
Cacau	2.089	2.051	913
Banana	366	362	3.597*
Cana	115	115	5.632
Milho	96	96	94
Maracujá	96	96	2.225
Feijão	76	76	59
Coco	59	59	284**
Laranja	51	50	1.908
Amendoim	30	30	30
Mamão	29	29	517
Café	19,3	19,3	19
Abacaxi	19	18	336**
Guaraná	11	10	4,4
Pimenta do reino	3,4	3,3	4,7
Dendê	3	3	12
Urucum	2,1	2	2,3
Melancia	1,7	1,7	20
Batata-doce	0,22	0,22	1,1
Limão	0,17	0,17	14

* Cachos

** Mil frutos

FONTE: PAM-IBGE *apud* e-SIC (2014).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Constata-se uma diversidade de cultivos no município de Laje, mas a mandioca (lavoura temporária) e o cacau (lavoura permanente) são os que ocupam a maior parte da área plantada do município. Entre 1990-2012, a produção de mandioca ocupou uma área média anual de 4.154 ha produzindo, uma média, de 51.605 toneladas (ton)

⁶² Desde 1975, o IBGE contabiliza a produção agrícola nacional. Entre 1974-1989, todas as lavouras eram agregadas em uma única base de dados. A partir de 1990, as lavouras permanentes e as temporárias passaram a ser sistematizadas separadamente. Entre 1974-1989, as principais lavouras do município de Laje, segundo a média da área plantada por hectare, eram as seguintes: mandioca (1.124 ha), cacau (554 ha), fumo (139 ha), cana (127 ha), caju (70 ha), café (60 ha), laranja (41 ha), milho (37 ha), amendoim (31 ha), coco (29 ha), batata (26 ha), feijão (24 ha), arroz (16 ha), abacaxi (5 ha), manga (5 ha), limão (4 ha) e tangerina (4 ha) (PAM-IBGE *apud* e-SIC, 2014). Optou-se por apresentar a série histórica 1974-1989 e 1990-2012 separadamente por conta da divergência na forma de contabilizar a quantidade produzida em algumas lavouras.

de raiz ao ano. O cacau, por sua vez, ocupou uma área média de 2.089 ha e produziu, em média, 913 ton de frutos por ano na série histórica (PAM-IBGE *apud* e-SIC, 2014). Dada a importância que a lavoura da mandioca tem para esse município, exige-se um maior detalhamento de sua produção ao longo dos anos, conforme Quadro 11.

Quadro 11 – Média da área plantada, da área colhida e da quantidade produzida de mandioca no município de Laje (BA), 1974-2015:

Período	Média da área plantada (ha)	Média da área colhida (ha)	Média da produção (t)	Produtividade t/ha
1974-1979	1.033	1.033	20.373	19,7
1980-1989	1.177	1.177	18.267	15,5
1990-1999	3.676	3.676	44.567	12,3
2000-2009	4.836	4.836	58.854	12,2
2010-2015	3.279	3.279	50.084	15,3

FONTE: PAM-IBGE *apud* e-SIC (2014); PAM-IBGE (2017).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Entre 1974-1989, a área de produção de mandioca manteve-se estável não ultrapassando 1.300 ha. Porém, a produtividade tem uma oscilação significativa na medida em que o rendimento despencou de 19,7 para 15,5 ton/ha. A década de 1990, é um período com mudanças bruscas nos dados de área plantada, produtividade e rendimento da mandiocultura. Embora a área da lavoura triplicasse em relação ao período anterior, é o quando a lavoura tem o menor rendimento médio da série histórica, sem evolução na década de 2000.

O ano de 2009 é o marco na “chegada” da Cooperativa Estratégica do Amido. Em 2010, a COOPAMIDO inicia a produção agrícola e, em 2011, a “Cooperativa” faz a primeira colheita dos cooperados. Desde então, a área plantada seguiu uma tendência de redução e a produtividade em aumento, conforme Quadro 12. Constatou-se que o ano de 2011, quando é feita a primeira colheita dos cooperados, o rendimento é de 15 ton/ha, o mesmo que no ano anterior. Em 2012-2013, a área plantada, a produtividade e o rendimento diminuíram. Essa situação pode ter sido provocada pela seca que afetou a lavoura e elevou o preço da farinha (BRITO, 2014). O aumento conjuntural do preço da farinha, fez com que alguns fazendeiros diminuíssem a área de pastagem e plantassem mandioca. O mesmo foi feito pela COOPAMIDO. Porém, esse aumento na área cultivada foi irrisório, pois nem mesmo é notado nos dados estatísticos.

Quadro 12 – Área plantada, quantidade produzida e rendimento na lavoura de mandioca no município de Laje (BA), 2009-2015:

Ano	Área Plantada Mandioca (ha)	Produtividade Mandioca (t)	Rendimento (t/ha)
2009	3.900	50.700	13
2010	3.800	57.000	15
2011	3.600	54.000	15
2012	3.000	39.000	13
2013	3.000	39.000	13
2014	2.500	50.000	20
2015	3.778	61.507	16,2

FONTE: PAM-IBGE (2017).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

O ano de 2014 se destaca pela redução da área plantada com mandioca em Laje, que só vinha aumentando desde 1999. Por outro lado, 2014 marca um significativo aumento de produtividade e de rendimento na lavoura. A diminuição da área cultivada com mandioca explica-se, em parte, pela queda no preço da farinha logo após um período de alta. Ilustra esse processo a situação do agricultor da comunidade de Gameleira que concedeu a Entrevista 7. Ele planta mandioca há 24 anos, tanto em sua propriedade, que tem 1,6 hectares, quanto em regime de meia com fazendeiros do entorno. No entanto, devido ao baixo preço da farinha e as despesas na sua fabricação, ele resolveu diminuir a área plantada a partir de 2014. Ademais, tem preferido vender a roça “em pé” do que beneficiar a mandioca (TRABALHO DE CAMPO, MAIO DE 2015).

Essa afirmação ratifica o que os números da Produção Agrícola Municipal indicam para aquele ano, ou seja, na safra de 2013 o cultivo de mandioca em Laje ocupava 3.000 ha e, em 2014, cai para 2.500 ha. Em relação a produtividade, atribui-se a forma de alta tecnologia. Em dezembro de 2013, quando o cooperado HDN recebe um prêmio voltado para as cadeias produtivas do agronegócio baiano, ele comemora a produtividade alcançada pela COOPAMIDO que, naquele ano, já havia sido de 24 ton/ha (LESSA & RAMOS, 2013).

Em 2015, os dados indicam para o município de Laje 3.778 hectares cultivados, com uma produção de 61.507 toneladas e uma produtividade de 16,2 ton/ha (PAM-IBGE, 2017). Portanto, houve uma redução da área e um aumento significativo do rendimento, mas ainda distante do resultado alardeado pela COOPAMIDO (24 ton/ha). Não há um número exato de produtores de mandioca no município de Laje, porque não aparece nas estatísticas, mas pressupondo que a maioria dos produtores

produz também mandioca e que a área total cultivada é de 3.778 hectares, parece lógico supor que a maior parte dos cultivos sejam de menos de 2 ha.

Observa-se, ainda, que o rendimento em Laje está acima da média nacional, que, em 2015, foi de 15,2 ton/ha (PAM-IBGE, 2017). O Brasil é o segundo maior produtor mundial de mandioca, sendo que todas as unidades da federação plantam a raiz (GAMEIRO *et al*, 2003). De acordo com os dados da Produção Agrícola Municipal, na safra de 2015, a produção brasileira de mandioca foi estimada em pouco mais de 23 milhões de toneladas. Essa produção foi plantada em aproximadamente 1,5 milhões de hectares⁶³ (PAM-IBGE, 2017).

A estrutura fundiária, a distribuição da população lajista e a posição do município de Laje no *ranking* dos principais produtores de mandioca da Bahia foram os três aspectos centrais desse capítulo. Constatou-se que ao campesinato lajista foi vetado do acesso à terra e que suas relações de trabalho sempre se basearam na subordinação aos grandes fazendeiros (seja como trabalhadores na produção de “lavouras nobres”, na formação de pastos para a pecuária e na criação de gado como agregados nas fazendas) ao mesmo tempo em que a produção de mandioca sempre esteve presente em seus pequenos roçados como garantia de alimento, renda e sociabilidade. Identificada que a mandioca é a principal lavoura do município de Laje, deduz-se que essa cultura é a responsável pela alimentação e geração de trabalho e renda para a população camponesa lajista. Nesses termos, é fundamental apresentar e discutir as estratégias de sobrevivência e de reprodução destas famílias.

⁶³ Na série histórica 1990-2015, os principais estados produtores de mandioca, por quantidade produzida, foram, respectivamente, Pará, Bahia e Paraná. Porém, desde 2009, são os estados de Pará e Paraná que lideram, respectivamente, a maior produtividade nacional. Em 2015, o Pará lidera o maior cultivo de mandioca no país com 309.164 ha de área plantada e 4.695.735 toneladas produzidas, mas o melhor rendimento foi para o estado do Acre com 29 ton/ha, enquanto a média nacional é de 15,2 ton/ha (PAM-IBGE, 2017).

Outro dado interessante, é a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que aponta as principais regiões consumidoras da planta. Segundo essa base de dados, em 2008, as regiões Norte e Nordeste eram as principais consumidoras de mandioca na forma de farinha. Ainda em 2008, a média *per capita* de consumo de farinha no país foi de 5,3 kg/ano, sendo a região Norte a principal consumidora com aquisição *per capita* anual de 23,5 kg; seguida pelo Nordeste, com 9,6 kg/ano; Centro-Oeste, com 1,2 kg/ano; Sudeste, 1,1 kg/ano; e Sul, com 0,8 kg/ano. Já o consumo nacional da mandioca *in natura*, em 2008, equivaleu a 1,7 kg *per capita* ao ano. A principal região consumidora da raiz bruta foi o Sul, com 4,1 kg/ano, seguida pelas regiões Norte com 2,7 kg/ano; Centro-Oeste, 2,03 kg/ano; Nordeste, com 1,3 kg/ano; e Sudeste, com 0,9 kg/ano (POF-IBGE, 2016)

3. A FORMA FAMILIAR DE PLANTAR MANDIOCA PARA FAZER FARINHA EM LAJE (BA)

São inúmeras as fontes que indicam a importância da mandioca e que destacam sua origem, plantio, tratos culturais e colheita nos mais distintos contextos espaço-temporais (DE LÉRY, 1967; GUIMARÃES, 1968; VILHENA, 1969; CONCEIÇÃO, 1981; AGUIAR, 1982; RIBEIRO, 1982; SANTA INEZ, 1980, 1982; ARAÚJO, 2002; BARICKMAN, 2003; CARDOSO, 2003; SOARES, 2007; MARTINS, 2010; CASCUDO, 2011; MOREIRA, 2011; ALMEIDA & MOTTA, 2012; ASSARÉ, 2012; MARCENA, 2012).

Muitas dessas obras abordam que a mandioca é uma lavoura que requer muito trabalho. Algumas delas, indicam que a raiz tem a vantagem de produzir bem em qualquer tipo de terra, outras pontuam que ela origina vários subprodutos (amido, goma, fécula ou polvilho; manipueira; puba ou carimã), outras, ainda, informam que a planta serve de base para diversos pratos (bolo, beiju ou tapioca, maniçoba, mingau sagu e tucupi), mas todas são unânimes em mencionar a fabricação da farinha⁶⁴.

A importância da mandioca e o processo de fabricação da farinha são narrados em cartas, documentos e livros desde o século XVI⁶⁵. A partir do século XIX sua representação passa a ser feita, também, nas artes plásticas. Ao longo do século XX, a reverência à mandioca permanece como temática nas artes, em especial na literatura e na música⁶⁶. Todas as representações em torno da mandioca têm como “pano de fundo” o fato dessa planta ser importantíssima, sobretudo no que se refere a sua condição de “patrimônio alimentar” (ALMEIDA & MOTTA, 2012).

⁶⁴ Possibilidades de utilização da mandioca, Anexo C.

⁶⁵ No livro “Mandioca: o pão do Brasil”, Manoel Pinto de Aguiar faz uma compilação das obras que descrevem a cultura de mandioca e a fabricação dos seus derivados entre os séculos XVI-XIX (AGUIAR, 1982).

⁶⁶ No âmbito artístico, a representação da mandioca pode ser observada em distintos contextos. No século XIX, há destaque para as artes plásticas com imagens produzidas pelo alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858), pelo norte-americano Daniel Parish Kidder (1815-1891) e pelo francês Jean Victor Frond (1821-1881) (AGUIAR, 1982). Ao longo do século XX, várias produções brasileiras fazem referência à lavoura. Na literatura, é possível citar a obra “São Bernardo” (1934) de Graciliano Ramos (1892-1953); a poesia de Antônio Gonçalves da Silva (1909-2002), mais conhecido como Patativa do Assaré, no livro “Cante lá que eu canto cá: filosofia de um trovador nordestino” (1978); e o romance “Estradas da esperança” (1982) do lajista Antônio Leal de Santa Inez (1927-1995). Na música, há também as letras de “A massa” do baiano Raimundo Sodré (1947-); “Farinha” de Djavan Caetano Viana (1949-); “Farinhada”, do pernambucano José de Sousa Dantas Filho (1921-1962); “Farinhada” da agremiação amazônica Boi Caprichoso (1913-); e “Nóis é jeca mais é joia” do tocantinense Juraildes da Cruz (1954-). Ressalta-se, ainda, a pintura, através da serigrafia “Casa de farinha” de Djanira da Motta e Silva (1914-1979).

A importância da mandioca é tão grande que essa planta chegou a ser taxada como a “rainha do Brasil” (CASCUDO, 2011) e os seus derivados como o ‘pão da terra’ ou ‘pão dos pobres’ (VILHENA, 1969; AGUIAR, 1982; RIBEIRO, 1982; ARAÚJO, 2002; BARICKMAN, 2003; CASCUDO, 2011). Mas, nas últimas décadas, a mandioca passou a ser muito requisitada em vários ramos industriais, especialmente por conta do seu subproduto mais “nobre”: o amido. Essas diferentes demandas têm promovido diversas formas de fazer na lavoura, conforme Quadro 13.

Quadro 13 – Classificação das formas de produção na lavoura de mandioca:

Forma	Grupo social envolvido	Objetivo	Finalidade
Familiar	Campesinato	Farinha para consumir	Valor de uso
		Farinha para vender (excedente)	Valor de troca
Comercial	Pequenos e médios produtores rurais	Farinha para comercializar	Valor de troca
		Farinha para consumir	Valor de uso
Alta tecnologia	COOPAMIDO via cooperados	Amido para comercializar	Valor de troca
		Farinha para comercializar	Valor de troca

FONTE: Trabalho de campo (2013-2016).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

A classificação das formas de produção na lavoura de mandioca indica que existem três dinâmicas em torno da mandiocultura. Essas dinâmicas podem ser associadas às tipologias e caracterizações propostas por Maria Isaura Pereira de Queiroz ao estudar os sitiante paulistas na década de 1970. A classificação, proposta pela autora naquele, naquele contexto específico, pode ser transposto do seguinte modo:

- a) a forma familiar de plantar mandioca para fazer farinha tem semelhanças com a chamada “agricultura espontânea”: aquela em que o trabalho agrícola é organizado a partir da “experiência adquirida informalmente” e que “não necessitou de nenhum aprendizado prévio, a não ser o que resultou de lidar desde a infância com a tarefas de campo, delas participando na medida do crescimento de suas forças” (QUEIROZ, 1976, p. 227);
- b) a forma comercial de plantar mandioca para fazer farinha guarda semelhanças com a chamada “agricultura sistemática”: aquela em que o trabalho agrícola recorre a “especialização das funções, separando de um lado os indivíduos encarregadas do trabalho efetivo, e de outro os que regem e orientam o trabalho”, sendo que essa agricultura sistemática pode ser “exercida sem

aprendizado prévio; emprega, porém, conhecimentos sistemáticos obtidos por meio de cursos específicos” (QUEIROZ, 1976, p. 227-228);

- c) a forma de alta tecnologia tem semelhanças com a chamada “agricultura planejada”: aquela concebida e construída ‘a partir de premissas racionais e de conhecimento válido da realidade’, o que exige não apenas o “conhecimento científico do solo e das plantas”, mas, também o “domínio de noções econômicas adequadas, de normas racionais de organização de empresas e de contabilidade” (QUEIROZ, 1976, p. 228-229).

Em Laje, a forma familiar de plantar mandioca, é aquela realizada pelo campesinato com o objetivo de fazer farinha para o autoconsumo e para a venda do excedente (valor de uso). A primeira etapa desse processo, consiste no plantio que, comumente, ocorre nas roças dos camponeses e/ou nas propriedades dos fazendeiros, em regime de meia. Nesta forma, a limpeza da área, o preparo do terreno, o período mais indicado para o plantio, os cuidados com a lavoura e a colheita se baseiam na sabedoria popular, trabalho manual, mecanização e uso de insumos. O uso de tecnologias depende do contexto, das necessidades da produção e sobretudo, aos recursos financeiros.

A segunda etapa, que compreende o processamento da planta e sua transformação em farinha, ocorre nas casas de farinha que pertencem a família do camponês ou mesmo em estabelecimentos comunitários, estes últimos construídos com recursos públicos e administrados por Associações⁶⁷. Vale lembrar que, no Norte e Nordeste, e em Laje, as unidades produtivas onde se fabrica a farinha, são chamadas de “casas de farinha”. Como disse Soares (2007), se chamam “casas”, pois, além do beneficiamento, estão presentes laços de solidariedade que embasam o modo de produzir. Complementa essa observação, as colocações de Aguiar (1982, p. 87) ao afirmar, no início da década de 1980, que as casas de farinha no Nordeste eram “operadas na base do *grupo* familiar, isto é, todos os membros da família cooperam recebendo remuneração *in natura*: alimento, moradia e roupa. E outros em regime de parceria, recebendo os homens que as operam parte da produção: em geral 25%”.

⁶⁷ O município de Laje possui 52 associações, sendo que 41 estão localizadas no campo (79%) e 11 na cidade (21%). Relação associações comunitárias do município de Laje, Apêndice F.

De maneira geral, toda a família se envolve do processo do trabalho, no campo e na casa de farinha. Somente quando necessário, é que se recorre à participação de membros da comunidade, seja pela ajuda mútua, parceria ou contratação. A ajuda mútua, é usada para suprir o trabalho coletivo familiar e por não dispor de recursos para manter trabalhadores na unidade produtiva. Já a parceria, é acionada tanto para não contratar trabalhadores quanto para ampliar a área de cultivo. A contratação temporária, nas poucas vezes que ocorre, visa complementar a força de trabalho familiar, especialmente, em épocas de colheita e da raspagem da mandioca. Diante disso, é possível afirmar que o trabalho é o “meio de ganhar a vida através da troca do produto criado pela sua própria atividade” (SANTOS, 1978, p. 140). Ou melhor, o trabalho visa satisfazer as necessidades da unidade econômica familiar, o que depende do tamanho e da composição da família, do número de membros capazes de trabalhar e do grau de esforço dos seus componentes⁶⁸ (CHAYANOV, 1981, p. 138).

Assim, o plantio/colheita da mandioca e o fabrico de farinha são momentos de trabalhos que se transformam em diversão e de socialização. É nesse momento que os camponeses se conhecem, se ajudam, que seus filhos se conhecem e que se iniciam os laços afetivos, de namoro e até de casamento. É o momento em que a comunidade se reúne para colaborar com o vizinho. É o momento em que o trabalhar se mistura com o brincar, o cantar e o contar histórias sempre buscando expor as experiências e retratar os acontecimentos diários. Bem diferente da lógica capitalista em que as formas de sociabilidade se estruturam em “relações de exploração, dominação, concorrência, antagonismo de indivíduos, grupos, classes e Estados” (MASCARO, 2013, p. 111).

É bem comum que esse camponês mantenha uma relação de trabalho em outras formas de produção. Nesse caso, ele se torna um trabalhador temporário sem

⁶⁸ Segundo Moura (1988, p. 58; 61), o economista russo Alexander Vasilevich Chayanov demonstrou a lógica da produção camponesa partindo da ideia de que sua economia se caracteriza no âmbito das unidades de produção familiares. Isso implica num “cálculo econômico específico”, diferente do econômico capitalista. Tal especificidade faz com que unidade econômica familiar de trabalho camponês se sujeite “a outras leis de circulação”. Assim, diferentemente estrutura da economia capitalista – que pressupõe um sistema “funcionalmente interdependente”, no qual, se uma das categorias fundamentais (como preço, capital, salário, juro e renda) for retirada, todo o sistema se desagrega (MOURA, 1988, p. 58) – o que determina a “atividade econômica e a quantidade de trabalho a ser desprendido” entre os camponeses é a “composição da família” (CHAYANOV, 1981, p. 138; MOURA, 1988, p. 61). Esse quadro fez com que Vergés (2011, p. 13; 17), afirmasse que o processo produtivo camponês “não contém em seu interior a chave da exploração do trabalho”, pois seu objetivo é “sua própria reprodução como unidade imediata de trabalho e consumo”.

assalariar-se. Na condição de trabalhador acessório, o camponês garante temporariamente sua autoconservação e reprodução. Ao mesmo tempo, ele garante vantagens para seus empregadores, pois o tempo de trabalho excedente do camponês permite que aqueles se reproduzam enquanto possuidores dos meios de produção, enquanto ele é explorado, pois, como disse Vergés (2011), parte do trabalho do camponês lhe escapa na forma de produtos.

Para Woortmann (1990, p. 14; 43), quando o camponês se submete ao trabalho temporário ele se aproxima do cativo, pois ele passa a “viver alugado” e, quem “vive do alugado”, “não pode ‘dar o tempo’ nem ‘dar o chão’”, pois não controla nem o tempo nem a terra (...). Ainda segundo o autor, nas “representações camponesas do Nordeste”, tanto a escravidão quanto a proletarização “se fundem e se expressam pela categoria cativo”. Complementa essas questões, a posição de Wanderley (1996, p. 13), para quem se deve considerar que o trabalho externo, muitas vezes, se torna “uma necessidade estrutural. Isto é, a renda obtida neste tipo de trabalho vem a ser indispensável para a reprodução, não só da família, como do próprio estabelecimento familiar”.

Por sua vez, a forma comercial de plantar mandioca para fazer farinha, é aquela realizada por pequenos e médios produtores rurais para a comercialização (valor de troca) e, também, para a alimentação da família (valor de uso). Em alguns casos, o plantio ocorre nos estabelecimentos rurais dos próprios produtores, seja em forma de trabalho remunerado ou em parceria com os camponeses. Mas, tem sido muito comum, que esse produtor compre a “roça de mandioca em pé” das famílias que vivem no seu entorno. Adquirida a mandioca, a fabricação da farinha ocorre no estabelecimento desse produtor com trabalho remunerado.

De modo geral, os pequenos e médios produtores de mandioca não podem ser enquadrados na forma familiar. Como propor uma classificação implica sempre num risco, surgem questionamentos: O que seria um agricultor familiar camponês? E o que seria um pequeno ou médio produtor rural? Principalmente, o que seria um médio produtor rural em Laje (BA)? Apesar dessas limitações, foi preciso elaborar didaticamente uma tipologia. Porém, não significa que se queira enquadrar a realidade, mas buscar entendê-la.

Em muitos casos, esses sujeitos eram camponeses que alcançaram um nível de diferenciação interna em suas trajetórias, posicionando-se na qualidade de produtores mais capitalizados. Nessa condição, passaram a exercer uma

superioridade social e econômica sobre os demais, a ponto de contratar a força de trabalho camponesa. De acordo com Camacho (2013, p. 160), para Alexander V. Chayanov havia a “possibilidade de diferenciação do campesinato a partir da presença dos fatores geradores de renda da terra, como localização e fertilidade, e do equilíbrio favorável da força de trabalho”, pois *‘Con una alta productividad de su fuerza de trabajo la familia campesina tenderá naturalmente no sólo a cubrir sus necesidades personales sino también a ampliar la renovación de capital y, en general, a acumular capital’*.

Embora dê margem para questionamentos, não se pode furtar de observar que os pequenos e médios produtores de mandioca são mais capitalizados, usam técnicas (um pouco) mais sofisticadas e tem como finalidade o mercado nas escalas regional e, em alguns casos, estadual e até nacional. Apesar dessas observações, se reconhece que a relação com o mercado (e tecnologia) não diminui a campesinidade (WOORTMANN, 1990). Também o nível de renda ou a capitalização não deve ser o definidor do que é e do que não é camponês. A noção mais aceita (embora criticada) é a existência de exploração do trabalho. Ou seja, se o pequeno produtor explora mais trabalho assalariado/pago do que a mão de obra familiar, ele não pode ser considerado camponês. É claro que essa “matemática” objetiva não ajuda integralmente nas noções antropológicas e sociológicas, mas serve como referência mais objetiva do que a simples capitalização e tecnificação.

Por fim, a forma de alta tecnologia, é aquela quem vem sendo territorializada pela Fundação Odebrecht como um projeto educacional e de geração de trabalho e renda. O objetivo é produzir e comercializar amido de mandioca e outros subprodutos, mas, também, promover a inclusão social do campesinato. Nessa forma, o plantio tanto pode ocorrer em fazendas próprias, quanto em estabelecimentos arrendados para esse fim. Já o processamento da mandioca, ocorre na fecularia (no caso do amido) e na farinheira (no caso da farinha). Além disso, opera numa escala de produção muito superior às formas convencionais (familiar e comercial), intercala relações de cooperativismo (com os camponeses) e mão de obra assalariada (através dos seus colaboradores) e adota um modelo agrícola que consiste no uso de insumos, mecanização e manivas modificadas em laboratório⁶⁹.

⁶⁹ Essa forma se aproxima do que seria a mandiocultura capitalista e que está concentrada no Centro-Sul e Sudeste do país, tanto na fabricação de farinha (farinheiras), quanto na produção do amido (indústria feculeira ou fecularia) (COSTA, 2012).

3.1 A FORMA FAMILIAR DE PLANTAR MANDIOCA EM LAJE (BA): O PREPARO DA TERRA, O PLANTIO E OS TRATOS CULTURAIS

De acordo com a Entrevista 2, com uma agricultora da comunidade de Gameleira, a forma familiar de plantar mandioca no município de Laje compreende as seguintes etapas

Fazer as terras, arar, gradear, arranjar maniva e plantar, limpar, adepois que tá madura... colocar adubo. Arar e gradear é uma grade. Tem grade que deixa a terra grossa. E tem grade que deixa a terra toda fina. Adepois que tá madura, tá madura com um ano, um ano e dois meiz, né não [cita o nome de um agricultor]? Um ano e um mês um ano e dois meiz... a gente ranca. Faz farinha, faz a farinha, aí vende”, (TRABALHO DE CAMPO, FEVEREIRO DE 2014).

As etapas descritas na Entrevista 2, preparo do solo, plantio, tratos culturais e colheita da mandioca pela forma familiar, estão representadas na Figura 3. Em Laje, a forma familiar de plantar mandioca para fazer farinha se caracterizou historicamente por um significativo percentual de “trabalho vivo” (SANTOS, 1978), já que os meios de trabalho não eram mecanizados. Mas, nas últimas três décadas, os maquinários começaram a fazer parte do “processo de trabalho camponês” (SANTOS, 1978), inclusive na mandiocultura, intercalando-se e, em alguns casos, substituindo o trabalho manual.

Desde as duas últimas décadas do século XX, tem sido cada vez mais difícil encontrar um camponês que “faça a terra” (preparo do solo para o plantio) manualmente. De modo geral, se recorre a mecanização com instrumentos simples como a grade aradora puxada por um “trator besouro”, conforme Figura 3b. Apesar disso, a queima do solo, prática recorrente na produção de mandioca até o século XIX (AGUIAR, 1982; BARICKMAN, 2003), continua sendo comum nas comunidades de Laje, conforme Figura 3a. Por sua vez, as covas, o plantio, a limpa, conforme Figura 3c, 3e e 3f e o arranque da raiz são feitos manualmente, com ajuda da enxada e, em algumas situações, com o auxílio de agroquímicos. Entretanto, a maioria dos agricultores familiares não dispõe dos maquinários. Por isso, o uso desses equipamentos somente é possível através da locação. (TRABALHO DE CAMPO, FEVEREIRO DE 2014).

Figura 3 – Plantio de mandioca na forma familiar em Laje (BA):



3a – Preparo do solo: queimada na comunidade de Torre



3b – Preparo do solo: aração na comunidade de Sete Voltas



3c – Coviamento na comunidade de Sete Voltas



3d – Maniva trocada entre camponeses para o plantio na comunidade de Terra Seca



3e – Plantio das manivas na comunidade de Sete Voltas



3f – Limpeza mandioca na comunidade de Deus Dará

FONTE: Trabalho de campo (2014-2017).

AUTORA: Aline dos Santos Lima; Cláudio Francisco Sousa dos Santos.

Figura 3 – Plantio de mandioca na forma familiar em Laje (BA):



3g – Consórcio mandioca e laranja na comunidade de Pindoba



3h– Mandioca pronta para ser colhida na comunidade de Ceasa



3i – Raiz “madura” e pronta para ser colhida na comunidade de Ceasa



3j – Mandioca da roça para casa de farinha na comunidade de Cruzeiro



3l – Mandioca da roça para casa de farinha na comunidade de Gameleira



3m – Mandioca entregue na casa de farinha na comunidade de Gameleira

FONTE: Trabalho de campo (2014-2017).

AUTORA: Aline dos Santos Lima; Cláudio Francisco Sousa dos Santos.

Segundo Antônio José da Conceição, a mandioca é uma planta de “propagação” assexuada que se multiplica por meio de “segmentos da haste ou rama, conhecidos vulgarmente por maniva”. A mandioca possui uma grande variedade de espécies classificadas e diferenciadas pela cor do caule, pelos recortes da folha, pela cor e conformação da raiz, etc. Essas diferentes espécies dividem-se em dois grupos: mansa/brava e mansa/mesa e brava/tóxica, essa última utilizada para fazer farinha⁷⁰ (CONCEIÇÃO, 1981, p. 134).

As principais variedades de mandioca brava plantadas em Laje para fazer farinha são a “corrente” e a “vassoura-preta”⁷¹. A escolha pela variedade ocorre, de modo geral, pela duração do intervalo entre o plantio e a colheita. A “vassoura-preta” pode ser colhida a partir de 9 meses. A “corrente” somente pode ser arrancada entre 12 a 18 meses, ou seja, seu tempo de maturação é mais longo, mas tem um maior rendimento e a farinha produzida tem melhor qualidade (TRABALHO DE CAMPO, FEVEREIRO DE 2014).

Apesar disso, observou-se que a variedade chamada Instituto Agrônomo de Campinas-90 (IAC-90), antes restrita ao plantio dos cooperados da COOPAMIDO, está sendo comercializada com os camponeses de Laje e região⁷². Ao longo do trabalho de campo, era consenso entre os diferentes entrevistados, que essa variedade não servia para a produção de farinha. Dentre as pessoas que alegavam

⁷⁰ A mandioca mansa, conhecida como aipim ou macaxeira, é consumida como os demais tubérculos: cozida, frita, em purês ou em doces. Já a mandioca brava, da qual se fabrica a farinha, possui um alto teor de ácido cianídrico, muito tóxico e venenoso. Para se tornar própria para o consumo a mandioca brava precisa passar por um processo de extração do veneno, o que pode ser feito pela ação do calor, já que esse facilita a liberação da toxidez o que acontece quando a farinha está sendo torrada no alguidar (CONCEIÇÃO, 1981, p. 108-109). A presença do ácido cianídrico na mandioca brava fez com que essa raiz fosse denominada no Brasil holandês como “tubérculo venenoso” e “mortíferas peçonhas” (MARCENA, p. 2012, p. 41-42). Inclusive, em diversas passagens da obra “Mandioca, o pão do Brasil”, há relatos sobre o uso da manipueira para envenenar pessoas, curar abscessos e feridas e como antídoto para mordida de cobras (AGUIAR, 1982).

⁷¹ Segundo Ribeiro (1982, p. 4), no século XIX, a variedade mais preferida nas principais zonas produtoras de farinha era “vulgarmente denominada joao-dos-santos, por ser resistente ao apodrecimento sob a terra”. O escritor Antônio de Santa Inez, também abordou as variedades da mandioca plantadas em Laje. A menção aos tipos de mandioca foi abordada na obra “Estradas da esperança” a partir do personagem Marcelo, “grande plantador de mandioca”. Segundo o autor, Marcelo “tinha a mania, ou a sabedoria” de plantar as suas roças sem misturar espécies e “plantava durante todo ano. Conhecia e possuía, em suas roças, todas as espécies de mandioca, venenosa ou mansa (aipim). E se sucediam, desde roças maduras até plantações recentes, tarefas de ‘graveto’, de mandioca preta, de aipim ‘grande’, ‘saracura’, aipim cacau, aipim peixe, aipim pacaré, aipim pão, aipim Paraguai, manteiga, vassourinha, cambraia... Marcelo queria saber quais as espécies mais rentáveis, mais produtivas, de farinha mais alva, mais cheirosa” (SANTA INEZ, 1982, p. 26).

⁷² A IAC-90 é uma variedade de mandioca originalmente produzida no Instituto Agrônomo de Campinas. Esse Instituto, realiza pesquisa em sistemas de produção de plantas desde que foi criado, em 1887, pelo Imperador D. Pedro II (IAC, 2014).

que a IAC-90 não servia para fazer farinha, é possível citar a cooperada que concedeu a Entrevista 11. Segundo a cooperada, que lida em casas de farinha desde a infância, essa variedade tem muito líquido o que impossibilita fazer farinha. Em suas próprias palavras “Nas roças deles lá é uma mandioca cheia de água que não serve nem pra gente fazer farinha, só serve pro amido, é cheia de água, não é enxuta como a da a gente não... Não presta porque essas mandioca daqui pra gente fazer farinha é enxuta” (TRABALHO DE CAMPO, JULHO DE 2014).

Mas, um comerciante da comunidade de Cruzeiro está vendendo a IAC-90, conforme Figura 4. Essa variedade pode ser colhida com 8 meses. Esse fator fez com que alguns agricultores testassem seu uso para a fabricação de farinha. Descobriu-se a viabilidade da produção e um diferencial: o saco com 50 kg de farinha da IAC-90 tem um volume menor que o das outras variedades o que facilita o transporte (TRABALHO DE CAMPO, ABRIL DE 2017).

Figura 4 – Variedade de mandioca IAC-90 pronta para ser comercializada nas comunidades rurais de Laje (BA):



FONTE: Trabalho de campo (2017).
AUTORA: Aline dos Santos Lima.

A entrada da IAC-90 é um risco. Sua adoção poderá provocar a perda de diversidade das manivas comumente plantadas na região e que são garantidoras da soberania alimentar. Os camponeses de Laje já sofrem com a dependência do trabalho, da terra e, possivelmente, perecerá com a perda da diversidade das manivas crioulas. Apesar da relação de compra e venda da IAC-90, na forma familiar de plantar mandioca, a troca de manivas prevalece entre vizinhos, parentes e amigos (Figura 3d). Na medida em que se faz a retirada das raízes, os agricultores socializam os

pedaços de rama. Essa troca tem dois sentidos. Primeiro, tem como propósito a manutenção da maniva crioula, ou da “diversidade virtuosa” como diria Vergés (2011). Em segundo lugar, é um traço que demonstra a filiação da população rural lajista às práticas de sociabilidade campesina, ou seja, é um dentre tantos qualificativos que identificam, em diferentes períodos e sociedades, a particularidade dos agricultores familiares camponeses.

A troca de manivas faz com que as famílias camponesas possam plantar a mandioca em qualquer época do ano, basta alguém realizar uma colheita. Isso se confirma, por exemplo, na Entrevista 4 com um agricultor e dono de casa de farinha da comunidade de Gameleira

A semente é emprestada, é praticamente emprestada. Quando eu vou colher a roça e que eu não preciso da maniva eu passo pra ele se precisar, ou pra um outro. Então ele faz a mesma coisa também, então a maniva não é comprada essa semente. É doada. Ela dura na roça, no tempo de agora ela dura até 30 dias da boa. Agora no tempo do sol não guenta, guenta muita menos (TRABALHO DE CAMPO, FEVEREIRO DE 2014).

Apesar disso, a troca de manivas pode provocar a transmissão de parasitas e patógenos (CONCEIÇÃO, 1981, p. 134). A busca por um material propagativo (maniva) livre de agentes infecciosos foi o principal argumento utilizado pelos pesquisadores do CNPMF que estavam envolvidos na criação da “Rede de multiplicação e transferência de materiais propagativos de mandioca com qualidade genética e fitossanitária”, também conhecido como Projeto Reniva.

Mas, os próprios camponeses têm ciência do risco de utilizar manivas impróprias e criam suas próprias estratégias, como a relatada na Entrevista 5 com um agricultor da comunidade de Ceasa. Este agricultor aprendeu com o pai a cuidar das manivas para que elas durem mais tempo e permaneçam saudáveis

Pra dá mais um pouco você tem que tirar o torço dela, fofar a terra e botar ela toda em pé. Por exemplo, arranja dois pau, enfia um lá, outro cá e amarra outro atravessado. Aí você vai botando ela toda em pé pra ela ficar assim oi...Aí ela aguenta mais um tempo, uns 90 dias, é uma forma de conservar mais (TRABALHO DE CAMPO, MARÇO DE 2014).

A troca de manivas ocorre em todas as 46 comunidades rurais do município de Laje. Mas, nas comunidades cujos moradores são médios e grandes produtores

especializados na produção de farinha para o mercado (forma comercial), as manivas são compradas, como ocorre, principalmente, em Cruzeiro, Engenheiro Pontes, Km 17, Pimenteira e Serra do Frio. Entretanto, nos períodos de queda do preço da farinha, as manivas são disponibilizadas facilmente a quem desejar obtê-las.

Como informou a agricultora da Entrevista 2, da comunidade de Gameleira, arranjada a maniva é só plantar (Figura 3e). Em Laje, tem sido cada vez mais frequente a aplicação de adubos na lavoura de mandioca. O adubo pode ser utilizado na cova antes do plantio ou três meses após o florescimento da planta. No primeiro caso, o adubo promove o crescimento saudável da planta, além de fornecer nutrientes para o solo. No segundo caso, o adubo ou bioestimulante vegetal, é usado para engrossar a raiz da mandioca (TRABALHO DE CAMPO, FEVEREIRO DE 2014). Segundo os camponeses entrevistados em Ceasa e em Gameleira, o uso do adubo não tem contraindicações e, na maior parte das comunidades, a planta só nasce com a introdução desse insumo.

Mas, a dependência dos insumos nem sempre foi uma realidade entre o campesinato lajista. Para o agricultor da Entrevista 4, da comunidade de Gameleira, na sua mocidade, “Não existia. Nós plantava sem adubo”. Entretanto, hoje seu uso é indispensável, pois “Certamente que as terras cansaram a aí já não produz mais” (TRABALHO DE CAMPO, FEVEREIRO DE 2014). Mas, independentemente de deixar a terra descansar é preciso repor os nutrientes do solo, mesmo que seja usando matéria orgânica ou com plantio de forrageiras. Caso contrário é preciso adubar. Além disso, deixar terra descansar (ficando exposta) provoca a erosão.

Uma das justificativas para o uso constante do adubo é a impossibilidade de deixar a “terra descansar” entre um ciclo e outro, pois como informa esse agricultor da Entrevista 4

É rancando e plantando (...) quando descansa a produção é mais. Mas só que é... pelo, a quantidade de área que tem (...). Se a terra é pouca como vai esperar? Se tirar a roça toda, já tá no planejamento já de meter o trator ou a enxada pra continuar de novo” (TRABALHO DE CAMPO, FEVEREIRO DE 2014).

A opinião do camponês acerca do uso de adubos no plantio da mandioca indica que a terra não é suficiente para a reprodução da família camponesa. Diante disso, cabe ratificar: Qual o tamanho médio das propriedades das 16.121 pessoas que vivem no campo em Laje? A terra é suficiente? Em que condições vivem essas famílias?

Qual a quantidade de terra ideal para uma vida digna no campo? Como já foi abordado, o acesso à terra pelos camponeses lajistas não é suficiente para uma reprodução social digna.

Para o campesinato, ter terra significa a preservação da autonomia. Segundo Queiroz (1976, p. 27-28), a relação do camponês brasileiro com a terra sempre foi muita variada: existem camponeses proprietários; posseiros, que usam a terra devoluta ou terra já apropriada sem a autorização do dono; parceiros, que pagam aluguel a terra com porcentagem da colheita ou o equivalente em dinheiro; arrendatários, cujo aluguel da terra é fixo; moradores ou agregados, que cultivam a terra do patrão e pagam pela permissão com dias de trabalho.

Para Santos (1978, p. 138), a terra é a “base da estabilidade da condição social do camponês”, portanto fundamental “para a reprodução de sua situação social”, sobretudo pela transmissão da propriedade como herança. Para Chayanov (1981, p. 140), sem a terra, a família camponesa não desenvolve sua “plena capacidade de trabalho sob formas ótimas de organização, ou seja, aquelas que proporcionem o maior rendimento de trabalho possível”. Em Laje, a maioria dos camponeses não tem terra ou tem pouca terra, o que se confirma tanto nos dados dos filiados ao SINTRAF quanto na estrutura fundiária⁷³.

Como bem salientou Oliveira (2007, p. 41), o fato de não ter a terra não desqualifica o campesinato. Existem três situações que podem se colocar para o camponês “ele ser *camponês-proprietário*, ser *camponês-rendeiro* (pagar renda para poder ter acesso à terra), ou ser *camponês-posseiro* (recusar-se a pagar a renda e apossar-se da terra)”. Por isso, a produção agrícola se realizou historicamente através das relações de arrendamento. Na condição de parceiro, o camponês sempre

⁷³ É possível fazer um cálculo do acesso à terra no município de Laje através da relação entre o número estabelecimentos rurais e o número de famílias no campo. Foram feitas três estimativas:

a) a primeira, cruzou os dados do SIAB (2014) com o Censo Agropecuário (2006). Os agentes comunitários de saúde que “alimentaram” o SIAB cadastraram 14.901 pessoas e 4.356 famílias (3,4 pessoas por família). O resultado foi 4.356 famílias para 2.938 estabelecimentos rurais. Ou seja, 1.418 famílias não teriam a posse da terra;

b) a segunda, cruzou os dados do Censo Populacional (2010) com o Censo Agropecuário (2006). O Censo indicou 16.121 pessoas vivendo no espaço rural lajista. Adotando como parâmetro 3,4 pessoas por família (SIAB) existiriam, então, 4.741 famílias nessa hipótese. O resultado foi 4.741 famílias para 2.938 estabelecimentos rurais. Ou seja, 1.803 famílias não teriam a posse da terra;

c) a terceira também cruzou os dados do Censo Populacional (2010) com o Censo Agropecuário (2006). O Censo indicou 16.121 pessoas no campo em Laje. Adotando como parâmetro a base de dados do SINTRAF (2016) que previa 5 pessoas por família, existiriam, então, 3.224 famílias nessa hipótese. O resultado foi 3.224 famílias para 2.938 estabelecimentos rurais. Ou seja, 286 famílias não teriam a posse da terra.

precisou pagar o aluguel da terra entregando ao proprietário uma parte de sua produção (renda em produto) ou trabalhando na própria terra (renda em trabalho).

Citar esses números implica entender, como ensina Martins (1983, p. 169), que a “propriedade fundiária não se concentra nem se divide sem a mediação do capital”, pois no capitalismo a terra não é “unicamente um instrumento de produção”, ou seja, a “propriedade da terra no capitalismo não é, como parece, apenas um dado, um número, um tamanho. *A propriedade da terra é uma relação social*”. Isso significa que concentração fundiária nesse município é fruto das relações sociais de ocupação do território brasileiro e baiano e da prioridade ao latifúndio e a produção de lavouras para exportação.

Essa situação é acirrada com a Lei nº. 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, criada pela elite política, que também era a elite rural. Como sugere Germani (2005, p. 17), “é importante lembrar que o seu projeto foi apresentado em 1843 e a lei aprovada em 1850. Tardou, portanto, sete anos de longas discussões, muitas resistências e alterações e foi aprovada apenas duas semanas depois da extinção legal do tráfico negreiro” – recorda-se que a lei que reprimiria o tráfico de africanos no Império foi a Lei nº. 581 de 4 de setembro de 1850, mais conhecida como Lei Eusébio de Queiroz. Consequentemente, a terra, não estaria mais livre para ser ocupada, mas livre para ser mercantilizada entre os que tivessem condições, o que permitiria a renda capitalista e vetaria seu acesso aos recém-libertos e aos imigrantes. Essa Lei revelava, portanto, que o fim do cativo do escravo coincidia com o começo do cativo da terra (MARTINS, 1979; GERMANI, 1993, 2005).

Os números e a explicação teórica sobre a concentração fundiária são observados empiricamente a partir das entrevistas com os próprios agricultores. Para o agricultor da Entrevista 4, morador da comunidade de Gameleira e proprietário de uma casa de farinha, a quantidade de terra suficiente para plantar e viver dignamente é entendida da seguinte maneira

Se suficiente é para a pessoa trabalhar ali e ela não trabalhar fora, então não! Quase todos não têm a terra suficiente. Por isso, trabalham de meia (...), que nem lá mesmo do meu lado, lá ninguém a terra dá pra trabalhar só ali não, porque são tudo terra pequena. Outros têm demais (TRABALHO DE CAMPO, FEVEREIRO DE 2014).

Ao longo do trabalho de campo, foi feita uma enquete com algumas das pessoas que participaram das oficinas, com os cooperados entrevistados e durante o levantamento das unidades produtivas de beneficiamento da mandioca. Um total de 63 pessoas, de 21 comunidades, se disponibilizaram em informar o tamanho da propriedade da família. No levantamento, para 46 pessoas (73%) a propriedade da família tinha até 5 hectares. Nessa situação, o tamanho médio das propriedades foi de 1,52 ha. Esse dado é bem próximo do que indica o Censo 2006, na medida em que 1.187 estabelecimentos (40,4%) de Laje tem menos de 2 ha (Tabela 3). Para as outras 17 pessoas (27%), com propriedades que variavam entre mais de 5 e menos de 180 hectares, o tamanho médio das propriedades foi de 18,9 ha. Por outro lado, o tamanho médio das 63 propriedades identificadas, entre mais de 0,6 e menos de 180 hectares, foi de 6,3 ha. Lembrando que a área média das 2.688 propriedades da agricultura familiar em Laje é 6,37 hectares⁷⁴ (Quadro 4).

Retomando ao plantio da mandioca, vale resgatar a opinião da agricultora da Entrevista 2 da comunidade de Gameleira. Para ela, a melhor forma de plantar a raiz é a seguinte: “Um palmo em torno de 20 centímetros, só não pode botar de olho pra traz, se plantar de olho pra traz não nasce”. O conhecimento popular, ensinado dos pais para os filhos, indica que as manivas devem ser plantadas em buracos (covas) feitos, normalmente, com enxadas em solo arado e gradeado. As hastes (manivas) devem ser colocadas horizontalmente e, nos períodos chuvosos, devem ser cobertas parcialmente, pois, a parte externa, no caso, “o olho”⁷⁵, deve ficar exposto na superfície. Já nos períodos de estiagem a maniva deve ser totalmente coberta com terra por causa do sol para não esquentá-la ou, como preferem os camponeses, “para não assar ela”.

As descrições feitas pelos camponeses sobre o plantio (Figura 3e) estão em consonância com as indicações da literatura científica. A literatura orienta que um bom sistema de plantio consiste em fazer “sulcos de 10 cm de profundidade, em solo arado e gradeado, usando manivas de boa grossura e sadias, e de 20 cm de comprimento (...) colocadas horizontalmente, depois cobertas totalmente com terra” num “espaçamento de 1,00 m x 0,50 m a 0,60 m” que permita menor “consumo de material

⁷⁴ Levantamento parcial do tamanho das propriedades no município de Laje, Apêndice G.

⁷⁵ Na botânica, o “olho” ou “gema” é uma “protuberância” em “caule ou em ramo, e que dá origem a folha, flor, outro ramo ou caule” (FERREIRA, 1999, p. 979).

de propagação” e menos trabalho na “execução das limpas” (CONCEIÇÃO, 1981, p. 152; 154).

Porém, entre os camponeses lajistas, não há precisão no que se refere ao espaçamento entre um “pé” e outro de mandioca. Para o agricultor da Entrevista 4, morador de Gameleira, o plantio é “na bistunta, mas, mais ou menos 40 cm de distância entre um pé e outro”. Já na forma de alta tecnologia, não se planta “na bistunta”, ou seja, “de cabeça” ou “no olho, sem medir”. Nas fazendas “parceiras” da COOPAMIDO, há todo um espaçamento devidamente determinado para a circulação das máquinas que fazem o preparo do solo, o plantio, a limpa e a colheita da raiz, compondo aquilo que Queiroz (1976) chamou como “agricultura planejada”.

Para aqueles que dispõem de capital, sobretudo no Centro-Sul e Sudeste do país, a mecanização vem sendo adotada para solucionar alguns aspectos considerados como entraves mandiocultura, especialmente no período dos tratos culturais, tais como: as exigências da legislação trabalhista; o valor da diária do trabalhador rural; e a escassez de mão de obra provocadas em decorrência da extenuante rotina e dos riscos para a saúde do trabalhador. Essas limitações estão sendo cada vez mais superadas através do uso de equipamentos mecânicos que realizam o plantio (preparo, plantio e adubação) e a colheita (afofamento da terra, arranquio e despinicamento da raiz) da mandioca (CBM, 2013).

O uso de equipamentos requer adequações na lavoura. A adoção de maquinários exige o “melhoramento varietal” para que as ramas se acomodem às plantadeiras; tratos culturais que controlem o nascimento de mato; e mudanças no plantio, com espaçamento que permita a circulação de implementos para fazer as “limpas no mandiococal” e o arrancamento das raízes (CMB, 2013). Todo esse modo de fazer, qualificado como forma de alta tecnologia, desqualifica o modo de fazer do campesinato lajista.

Contudo, a maioria dos camponeses não têm condições financeiras de adquirir os equipamentos que fazem a mecanização da lavoura. Ademais, o caráter policultor do campesinato faz com que estes consorciem a mandioca com outras lavouras (Figura 3g), pois é preciso se alimentar enquanto a mandioca “não está madura” (Figura 3j). Entretanto, essa estratégia de aproveitamento do espaço dificulta a circulação de maquinários durante os tratos culturais.

Além desses fatores, em Laje, há outro inconveniente para o investimento em capital fixo: a estrutura fundiária. Esta, normalmente, não permite a circulação de

máquinas pela reduzida extensão das propriedades camponesas. Vale lembrar, que o Censo Agropecuário 2006 apontou que 68,07% dos estabelecimentos existentes em Laje tem até 5 hectares e detêm, em média, a 1,86 hectares (Tabela 3). Sem contar que os minifúndios camponeses, de modo geral, ocupam as áreas mais íngremes o que, também, inviabiliza a movimentação das máquinas.

Mesmo na “bistunta”, os camponeses mantem certa distância entre as plantas com o objetivo de garantir a circulação para a retirada de matos (limpa), ou melhor, os tratos culturais (Figura 3f). Segundo o agricultor da Entrevista 4, “Tem veia de terra que aparece muito mato. Pra limpar ela menos vezes tem que ter a data do plantio. Pra a gente limpar ela menos vezes (...) a gente planta ela em setembro, aí agora vai diminuir o trabalho” (TRABALHO DE CAMPO, FEVEREIRO DE 2014).

Manoel Pinto de Aguiar, em sua obra “Mandioca – o pão do Brasil”, tratou da limpeza do mandiocal com base em um trecho da obra “Segunda viagem ao interior do Brasil” de Auguste Saint-Hilaire. Aguiar (1982, p. 73), transcreveu que os tratos culturais eram realizados do seguinte modo: ‘No fim de três meses, limpava-se o solo, arrancando-se-lhe as ervas daninhas com a mão e, de três em três meses, se repetia o mesmo trabalho, até o momento da colheita, que se costuma fazer 18 meses depois da plantação’.

Muito embora todos os camponeses que contribuíram com a pesquisa aleguem fazer a limpa manualmente, de modo semelhante ao relatado pelo naturalista francês citado por Aguiar (1982), é sabido que alguns optam por usar agroquímicos. O principal é o glifosato da marca *Roundup*⁷⁶. O uso desse tipo de veneno está sendo adotado indistintamente, na forma familiar, na forma comercial e na forma de alta tecnologia. Além disso, o *Roundup* tem custo acessível. Nas lojas existentes na cidade de Laje, ou nas vendas do espaço rural, um vaso (1 litro) custava R\$ 30,00, em fevereiro de 2014. Para usá-lo, basta diluir 200 mil do líquido para cada 20 litros de água (TRABALHO DE CAMPO, FEVEREIRO DE 2014).

O uso desse herbicida é tão peculiar que tem gerado um posto de trabalho específico: o aplicador de *Roundup*. Afinal, muitos precisam trabalhar e se habilitam

⁷⁶ Esse herbicida é fabricado pela Monsanto, na década de 1970, a partir da síntese do glifosato. Em 1974, o *Roundup* foi registrado pela primeira vez para uso na Malásia e no Reino Unido e, dois anos depois, nos Estados Unidos. O Brasil recebeu sua primeira amostra para testes em 1972. Em 1978, o produto passa a ser importado para comercialização e, a partir de 1984, passa a ser produzido internamente (MONSANTO, 2014). Vale lembrar, que no segundo semestre de 2016, houve um contrato de fusão e a Monsanto foi adquirida pela Bayer.

em dominar as técnicas do uso “correto do veneno”. Inclusive, a COOPAMIDO, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), promoveu um curso sobre “Aplicação de Agrotóxico” (BAHIAMIDO S.A., 2013), o que não é de todo ruim, pois, ao menos, orienta sobre a utilização do veneno. O ruim é estimular o uso pela técnica.

Normalmente, os agricultores que usam o herbicida não acreditam que ele cause algum prejuízo, o que se justifica no fato de que os efeitos negativos de sua manipulação não são instantâneos. Considerando que é preciso vários dias de trabalho para retirada dos matos, alguns entendem que é mais vantajoso usar o agroquímico. Dois ou três dias depois de aplicar o *Roundup*, o mato está morto. Muitas pessoas, inclusive camponeses, tem usado esse veneno baseando-se na seguinte lógica: o veneno custa R\$ 30,00 e a diária do trabalhador que faz a aplicação gira em torno de R\$ 100,00. Em apenas um dia de trabalho com o custo de R\$ 130,00 resolve-se o problema das limpas da roça (TRABALHO DE CAMPO, MARÇO DE 2014).

Para o agricultor que concedeu a Entrevista 5, da comunidade de Ceasa, o uso de *Roundup* na lavoura de mandioca é uma das mudanças que vem acometendo a produção. Seu uso demonstra as diferenças na forma familiar de plantar e cuidar da raiz hoje e “antigamente”. Conseqüentemente, o ritmo mais lento nos cuidados com a terra e as “barreiras impostas pela Natureza à produção agropecuária vão sendo gradativamente superadas” (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 14). Segundo o agricultor da Entrevista 5

A primeira fase que são quatro limpa, três, quatro limpa no ano. É a primeira (...) quer dizer hoje tão usando isso, a forma antigamente era de a capina é (...) a forma artesanal. Hoje já tão se usando o *Roundup* (...). Faz a primeira limpa, a primeira limpa porque a mandioca tá pequena, a primeira limpa faz com uns 60 dias a depender do mato, vai de 60 a 90 dias. Aí na segunda limpa já se tão usando o *Roundup*. Rapaz, tem gente que tem raiva de mim por causa disso, eu sou contra veneno (...) se a gente diz ó: o *Roundup* mata, causa câncer e isso e aquilo. Eles acha, diz: que nada rapaz, eu uso já tem 10 anos. Eles só acredita assim: se usou morreu. Usou matou na hora, aí eles acredita, mas ao contrário...Hoje usa em tudo, em tudo... (TRABALHO DE CAMPO, MARÇO DE 2014).

Apesar da facilidade em fazer a aquisição do *Roundup* nas “vendas” do município de Laje, sua compra em lojas especializadas em produtos agropecuários na cidade de Santo Antônio de Jesus – principal centro comercial próximo a Laje –

não é tão simples. É necessário que o comprador informe seu nome completo, o número do seu cadastro de pessoa física e o nome da propriedade onde o produto será utilizado. As lojas que vendem esse produto precisam ter um agrônomo que oriente seu uso e adquirir um *software* que emita notas fiscais de venda. Esses estabelecimentos são fiscalizados por equipes do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) e da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB) (TRABALHO DE CAMPO, NOVEMBRO DE 2014).

Cabe ressaltar que o uso de insumos é uma das pautas de discussão dos segmentos ligados à cadeia produtiva da mandioca (forma de alta tecnologia), notadamente em relação ao registro do glifosato. À frente dessa demanda está a EMBRAPA que, desde 2010, mobiliza essa discussão e, em março de 2012, formalizou a solicitação de “registro de agrotóxicos para a cultura da mandioca” junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (REUNIÃO CÂMARA SETORIAL DA CADEIA PRODUTIVA DA MANDIOCA E DERIVADOS, 2012).

A adoção de insumos (bioestimulantes, fertilizantes e herbicidas) e os instrumentos de trabalho (“besouro”, grade aradora, enxada, foice, dentre outros) estão cada vez mais presentes na mandiocultura. Esses meios de produção não são fabricados pelos próprios camponeses. Isso significa que, embora o campesinato responda a uma teleologia moral, ele não se acomoda, ou seja ele é multifuncional e se adapta às mudanças⁷⁷ (VERGÉS, 2011). Essa questão desemboca numa segunda e que está relacionada ao acesso ao crédito para comprar os meios de produção necessários. O que vem sendo feito, especialmente, com o crédito do PRONAF⁷⁸.

⁷⁷ Para Queiroz (1976, p. 29), o acesso do camponês ao mercado, para aquisição de meios de produção e de meios de trabalho, seria um dos elementos determinantes para o seu desaparecimento. Isso porque, para a autora, um traço característico do campesinato era a capacidade de ser “um consumidor de seus próprios produtos” recorrendo ao mercado apenas secundariamente. Já para Vergés (2011), o acesso ao mercado pode ser compreendido pelo viés da multifuncionalidade, na qual o camponês se adapta às mudanças, seja no que refere aos pacotes tecnológicos (agroquímicos e maquinários), as “mudanças tecnológicas virtuosas” (agricultura orgânica e policultivos agroflorestais) ou às pautas comuns de um movimento internacional camponês (ambientalismo, segurança alimentar, gênero e direitos relativos a autonomia).

⁷⁸ Não obstante as críticas relacionadas ao PRONAF (FERNANDES, 2001, 2008a), essa política pública permite que o campesinato tenha acesso ao crédito, uma reivindicação antiga (CONTAG, 1981). Vale lembrar, que na década de 1960, na região onde Laje está inserido, os lavradores tinham inúmeras dificuldades para conseguir crédito, em especial no Banco do Brasil. Ademais, esses camponeses tinham receio de ir às agências bancárias “por medo de comprometerem suas terras (...) incapacidade de comunicação, ou por não terem a propriedade da terra”. Além de tudo isso, aquele Banco, priorizava investir na “cultura do forte” (SANTOS, 1963, p. 17).

Na Bahia, entre 2000-2014, foram realizados 2.148.312 contratos do PRONAF com um valor contratado de R\$ 4.696.384.123,29. Em Laje, no mesmo período, foram feitos 12.840 contratos com o valor de R\$ 21.095.757,57, conforme Tabela 6.

Tabela 6 – “Evolução” do crédito rural do PRONAF em Laje (BA), 2000-2014:

Safra	Nº contratos	Valor contratado R\$
2000-2001	72	108.406,29
2001-2002	66	137.535,38
2002-2003	111	211.167,25
2003-2004	360	840.006,41
2004-2005	307	612.376,04
2005-2006	1.048	1.867.278,78
2006-2007	1.624	2.110.991,27
2007-2008	1.233	1.582.030,32
2008-2009	1.424	1.319.527,25
2009-2010	1.366	1.807.729,57
2010-2011	1.383	2.106.066,51
2011-2012	1.438	2.501.295,57
2012-2013	1.402	3.548.901,01
2013-2014	1.006	2.342.445,92
TOTAL	12.840	21.095.757,57

FONTE: SAF-MDA *apud* e-SIC (2014).
ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Observa-se a partir da Tabela 6 que o número de contratos chegou a um máximo de 1.624, em 2006-2007, e se manteve na maior parte dos anos acima de 1.000 contratos, o que significa que a maior parte dos agricultores familiares teve acesso ao PRONAF no município. Quer dizer, aqueles 2.000 pequenos produtores identificados pelo Censo 2006 e cujo estabelecimento está abaixo de 5 hectares (Tabela 3), foram incluídos na categoria de “agricultores familiares” e assistidos por essa política pública. Contudo, os valores dos empréstimos são baixos, com uma média de R\$ 1.642,97, o que está de acordo com as pequenas propriedades e pequenas áreas de cultivo desses produtores. Mas, contrasta muito com os R\$ 20 mil que o projeto da Odebrecht propõe (ou exige) que os camponeses-cooperados tomem de empréstimo.

Por outro lado, o acesso ao crédito e a aquisição de mercadorias significa que o camponês cria produtos, lança-os no mercado e, ao mesmo tempo, obtém desse mesmo mercado outros produtos que consome (VERGÉS, 2011). Essa situação provoca “uma das formas de expropriação do sobretrabalho camponês pelo capital industrial”, pois ocorre a “penetração de mercadorias industrializadas, com maiores preços relativos, na unidade produtiva camponesa” o que desemboca em “condições

desiguais da troca” e a “transferência de parte do valor incorporado no produto camponês para o capital industrial, por intermédio dos preços que o camponês deverá pagar por aqueles bens, preços superiores aos que recebe pela venda de seu produto como matéria-prima para a indústria” (SANTOS, 1978, p. 59-60).

Retomando a produção da mandioca, segue-se o trajeto definido pela agricultora da Entrevista 2, da comunidade de Gameleira. Segundo ela, o plantio e os tratamentos culturais na lavoura de mandioca prosseguem até quando a planta estiver “madura” (Figura 3i). Daí “a gente ranca”. Com variações entre 9 a 18 meses a mandioca está pronta para ser colhida e levada para as casas de farinha (Figura 3h).

O processamento deve ser iniciado o mais rápido possível, uma vez que a fermentação das raízes começa logo após a colheita⁷⁹. De modo geral, em todo o município, o transporte da raiz das roças até as unidades de beneficiamento é realizado em panacuns presos ao lombo de animais (Figura 3j, 3l e 3m), em motocicletas que puxam uma espécie de carroceria ou de trator.

Tem sido cada vez mais comum a venda das roças de mandioca “em pé”. Os camponeses plantam a mandioca e vendem a área cultivada, quando está pronta para colheita, para os donos de casas de farinha. O principal motivo dessa decisão são os elevados custos do beneficiamento da mandioca. Quando essa é a decisão tomada, o trabalho do camponês se encerra com a colheita. Nesse caso, o comprador (seja um atravessador ou um proprietário da casa de farinha) assume a responsabilidade de fazer o transporte da produção da roça até a unidade produtiva. Essa prática tem se tornado comum entre os camponeses que não tem casa de farinha e, principalmente, entre aqueles que vivem perto das comunidades que se especializaram na forma comercial de fazer farinha. Um caso bem ilustrativo é da comunidade de Esconça, onde os camponeses têm plantado a mandioca, espremidas entre as fazendas com gado, para ser vendida “em pé” aos donos de casa de farinha de Engenheiro Pontes (TRABALHO DE CAMPO, ABRIL DE 2017).

⁷⁹ A alta perecibilidade é uma das principais dificuldades enfrentadas pelos que se dedicam a esta atividade. O tempo entre a colheita e a industrialização não deve exceder a 36 horas, devido à tendência de escurecimento da matéria-prima e consequente perda de qualidade do amido (SUFRAMA, 2003).

3.2 A FORMA FAMILIAR DE FAZER FARINHA EM LAJE (BA)

O começo do processo de fabricação da farinha se dá com o encerramento do trabalho no campo, ou seja, após o plantio, os tratos culturais e a colheita da mandioca. De acordo com Barickman (2003, p. 274), ao tratar da produção de farinha entre 1780-1860, “muito mais trabalhoso do que o cultivo da mandioca era o preparo da farinha”. Para o jornalista francês Charles Ribeyrolles, na década de 1840, para eliminar o “veneno violento”, ou o ácido cianídrico das raízes de mandioca e transformá-las em farinha, eram necessárias seis tarefas: raspar, lavar, ralar, prensar, peneirar e torrar (CHARLES RIBEYROLLES *apud* AGUIAR, 1982, p. 78). Para Guimarães (1968, p. 7), a fabricação da farinha requeria “experiência de trabalho de tipo mais elevado”.

Na opinião de Antônio de Santa Inez, em seu romance sobre o cotidiano em Laje e região, a mandioca “é uma lavoura que dá muito trabalho a quem se dedica a ela”, a vantagem “é que produz bem em qualquer tipo de terra, não se precisa de comprar as sementes”. É preciso “cavar a terra, plantar corretamente, limpar, quando as plantinhas estivessem com dez ou vinte centímetros, tornar a limpar aos cinco ou seis meses, desgalhar, combater as saúvas, combater as lagartas, escolher onde plantar, porque no terreno úmido apodrece, na sombra não cresce”. Depois é só “arrancar, às vezes com dificuldade, as raízes profundas, o chão endurecido, levar em lombo de burro, para a casa de farinha” (SANTA INEZ, 1982, p. 26; 38). Mas, antes de expor o processo de fabricação da farinha de mandioca em Laje, é importante apresentar um panorama das unidades produtivas de beneficiamento da mandioca nesse município.

3.2.1 As formas espaciais de beneficiamento da mandioca em Laje (BA)

No município de Laje, existem seis tipos diferentes de unidades de beneficiamento da mandioca. Estas se distinguem pela finalidade da produção (autoconsumo e/ou comercialização), pelas condições técnicas do estabelecimento e pelo tipo de subproduto que se almeja fabricar (farinha e/ou amido):

- a) Casa de farinha comunitária: construída e equipada pelo poder público com o objetivo de atender os camponeses que não possuem a unidade produtiva em suas próprias comunidades;

- b) Casa de farinha particular: abarca tanto as casas de farinha do campesinato, quanto as unidades produtivas dos médios e grandes produtores rurais;
- c) Cooperativa de farinha: construída e equipada pelo poder público com o objetivo de centralizar a produção e a comercialização de farinha dos camponeses do município, ou seja, visa atender aqueles que não tem a unidade produtiva e que possui dificuldades para comercializar sua produção;
- d) “Fábrica” de farinha: são armazéns onde os comerciantes locais ensacam a farinha comprada “na mão” dos camponeses locais ou nas farinheiras do Centro-Sul do país;
- e) Farinheira: planta industrial com elevada capacidade de processamento de mandioca e fabricação de farinha;
- f) Fecularia: indústria onde se extrai o amido de mandioca.

Identificou-se no município de Laje, a existência de uma cooperativa de farinha; uma “fábrica” de farinha; uma farinheira industrial; uma fecularia; e 190 casas de farinha espalhadas por 35 comunidades rurais e na sede do município de Laje⁸⁰.

A cooperativa de farinha, ou COOPERFARINHA, foi construída na gestão do então prefeito Luiz Hamilton de Couto Júnior (2009-2012). A unidade produtiva, nunca funcionou e está abandonada, conforme Figura 5. Sua localização foi pensada estrategicamente, pois está perto da BR 420, num trecho que dá acesso a Engenheiro Pontes, comunidade que se destaca pela produção de farinha da forma comercial.

Figura 5 – Sede da COOPERFARINHA em Laje (BA):



FONTE: Trabalho de campo (2017).
AUTORA: Aline dos Santos Lima.

⁸⁰ Relação das casas de farinha identificadas e georeferenciadas no município de Laje, Apêndice H.

Estima-se que a sede da COOPERFARINHA tenha custado cerca de R\$ 150 mil. A unidade produziria três tipos de farinha, mas a resistência no trabalho coletivo teria sido o motivo da falta de sucesso dessa cooperativa (TRABALHO DE CAMPO, OUTUBRO DE 2015). Na tentativa de reverter essa situação, o então gestor da Secretaria da Agricultura de Laje, HMS (2013-2016), tentou reativar a unidade produtiva. Sua meta era comercializar não apenas a farinha, mas todos os produtos do campesinato lajista. Por isso, sua proposta de reativação da unidade não contemplaria as pretensões da COOPERFARINHA e sim sua substituição pela Cooper Laje. Seus esforços tiveram início em setembro de 2013, seu mandato findou e todas as estratégias usadas não foram capazes de reverter esse quadro de desperdício dos recursos públicos.

A “fábrica” de farinha foi identificada na comunidade de Borges. Nessa “fábrica”, como é chamado o armazém onde se mistura e ensaca a farinha, o proprietário mantém uma equipe responsável por empacotar e usar sua marca na farinha comprada “na mão” dos camponeses do próprio município, do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá ou de outras cidades baianas, como Vitória da Conquista (TRABALHO DE CAMPO, AGOSTO DE 2016). Em Laje, essa situação é pontual. Mas, em São Miguel das Matas, essa realidade é complexa⁸¹.

A farinheira industrial, construída na Fazenda Novo Horizonte Sede, tem capacidade de processamento de 10 toneladas de farinha por dia. A obra foi concluída em 2015, mas não tem licença ambiental para funcionar (TRABALHO DE CAMPO, 2015). Já a fecularia é a planta industrial onde se extrai o amido de mandioca, como ainda será detalhado.

Das 190 casas de farinha, 164 casas (86,3%) são particulares (forma familiar e forma comercial) e 26 (13,7%) são comunitárias. Entre as 164 casas de farinha de caráter particular 106 (64,6%) estão funcionando, 33 (20,1%) estão desativadas e sobre outras 25 (15,3%) não se tem informação. Já em relação as 26 casas de farinha de caráter comunitário, sobre 12 (46,1%) não se tem informação, 10 (38,5%) estão funcionando, 4 (15,4%) estão desativadas, conforme Tabela 7.

⁸¹ Em São Miguel das Matas, há uma empresa atacadista especializada no fracionamento, acondicionamento e comercialização de farinha. Essa empresa, fundada em 1997, compra, semanalmente, vários caminhões tipo carreta carregadas de farinha nos estados do Sul e Sudeste. O saco de 50 kg de farinha em São Paulo custa R\$ 39,00. Com o frete chega em São Miguel por R\$ 51,00 (TRABALHO DE CAMPO, OUTUBRO DE 2015).

Tabela 7 – Natureza e situação funcional das casas de farinha identificadas no município de Laje (BA):

Situação funcional	Comunitária		Particular	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Casa de farinha desativada	4	15,4	33	20,1
Casa de farinha em funcionamento	10	38,5	106	64,6
Casa de farinha sem informação	12	46,1	25	15,3
TOTAL	26	100,0	164	100,0

FONTE: Trabalho de campo (2014-2017)

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Dentre as 190 casas de farinha identificadas no município de Laje, 127 (66,8%) foram georeferenciadas e espacializadas, conforme Figura 6. Das 127 casas de farinha georeferenciadas, 113 (89%) são particulares (forma familiar e forma comercial) e 14 (11%) comunitárias. Das 113 casas de farinha de caráter particular georeferenciadas, 88 (78%) estão funcionando e 25 (22%) estão desativadas. Já em relação as 14 casas de farinha de caráter comunitário georeferenciadas, 10 (71,4%) estão funcionando e 4 (28,6%) estão desativadas, conforme Tabela 8.

Tabela 8 – Natureza e situação funcional das casas de farinha georeferenciadas no município de Laje (BA):

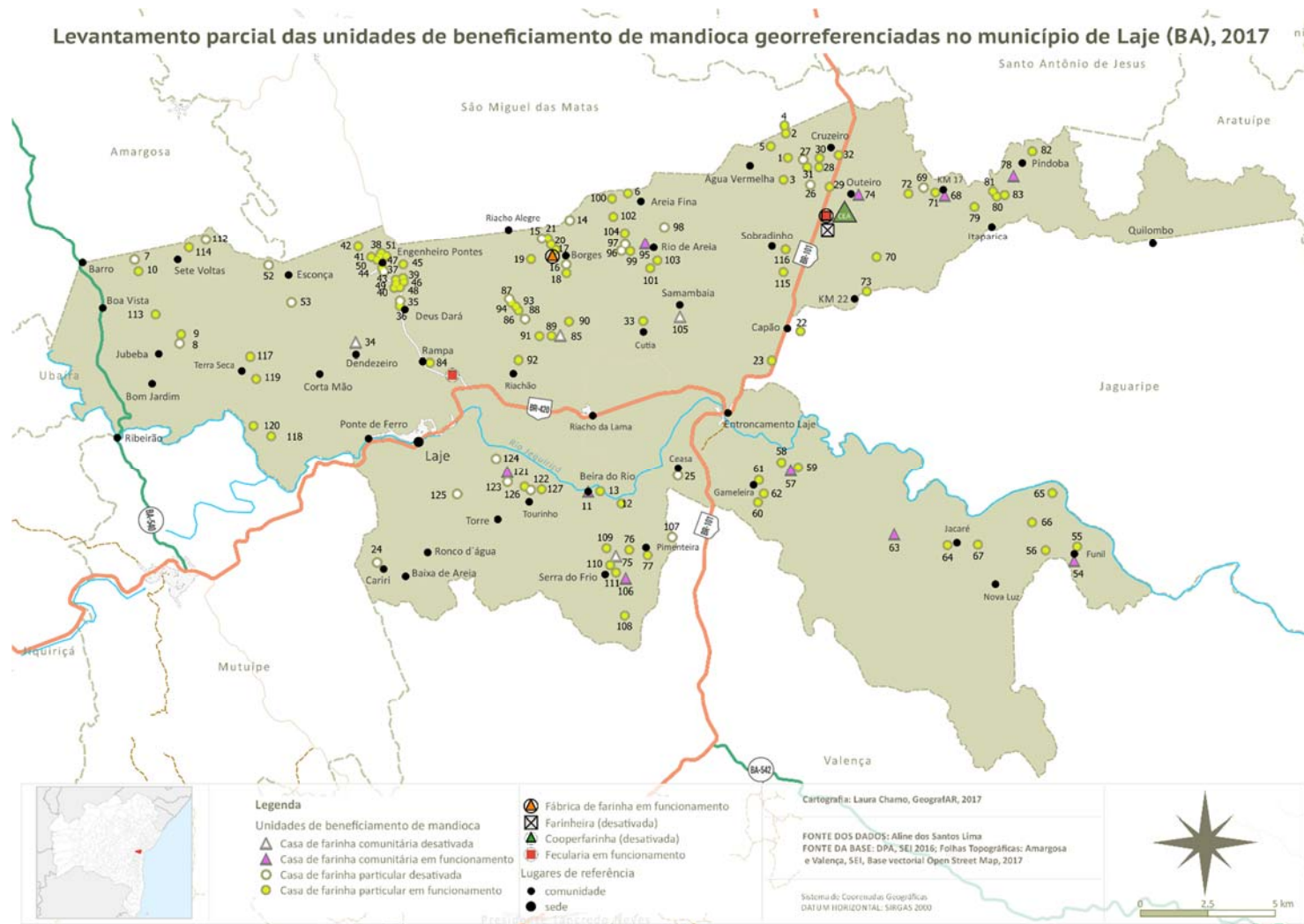
Situação funcional	Comunitária		Particular	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Casa de farinha desativada	4	28,6	25	22
Casa de farinha em funcionamento	10	71,4	88	78
TOTAL	14	100,0	113	100,0

FONTE: Trabalho de campo (2014-2017)

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Como exposto acima, a situação das 190 casas de farinha identificadas são as mais diversas. Algumas estão desativadas (37). Sobre outras não se sabe a situação funcional (37). Muitas continuam funcionando (116), algumas de modo eventual, outras com maior regularidade. Mas, muitas outras, já foram fechadas. Identificá-las na paisagem não é fácil, pois uma parte já foi demolida e seus equipamentos vendidos. Outra parte, cujos equipamentos também foram vendidos, foi aproveitada para guardar os instrumentos de trabalho, criar galinha, servir como local de brincadeira das crianças, estender roupa em dia de chuva, etc. Existem explicações distintas e uma datação também distinta para as duas situações.

Figura 6



A primeira situação é o fechamento (desativação) das casas de farinha. A segunda, é a irregularidade no funcionamento das casas de farinha que estão em atividade. É importante registrar que a identificação desses marcos temporais só foram possíveis, porque os agricultores entrevistados associaram esses processos – de desativação e/ou de irregularidade no funcionamento das unidades produtivas que pertenciam a sua família, ao seu vizinho ou aos seus conhecidos que viviam em outras comunidades – a partir de acontecimentos de ordem pessoal. As principais referências usadas foram o nascimento de um filho ou de um neto, a morte de um ente querido, o casamento de filho ou, ainda, o próprio casamento. Dito isto, o auge do fechamento das casas de farinha em Laje ocorreu há, aproximadamente, duas décadas atrás. Para tanto, foram apresentadas duas versões complementares para a desativação das casas de farinha em Laje.

A primeira versão é a seguinte: quem fabrica farinha são os pequenos agricultores. Como os fazendeiros da região começaram a comprar as terras “dos pequenos” para fazer pasto, os camponeses começaram a se espremer entre as cercas das grandes propriedades. Sem ter a posse da terra, esses camponeses não podiam plantar mandioca. Como os fazendeiros priorizavam criar gado, já não cediam suas terras para os camponeses plantarem mandioca em regime de meia. Sem o acesso a terra para plantar a mandioca, não tem raiz para as casas de farinha. Resultado: sem matéria-prima, muitas casas de farinha fecharam as portas.

Essa versão encontra respaldo na medida em que observamos um aumento contínuo do Índice de Gini no município de Laje. Esse indicador que era de 0,655 (em 1980), passa para 0,725 (em 1985) e para 0,762 (em 1996). Ou seja, está confirmado o processo de concentração fundiária e de compra das terras dos camponeses na década de 1990⁸² (TRABALHO DE CAMPO, ABRIL DE 2017).

Outro dado que atesta essa primeira narrativa, é que a década de 1990 representa a maior expansão da “pecuarização” em Laje, com uma média anual de quase 32 mil cabeças de gado e um aumento de quase 85% em relação a década de 1980 (Quadro 9). Porém, se se observar a média da área plantada com lavoura de

⁸² A versão de que as casas de farinha fecharam porque os camponeses compraram as terras dos pequenos foi apresentada por agricultores das comunidades de Baixa de Areia, Cariri e Ronco d'água. Porém, “andando” pelo campo lajista, é visível que algumas comunidades estão cercadas de pasto (Cariri, Ceasa, Corta-mão, Dendezeiro, Esconça, Terra Seca e Tourinho) ou com monocultura de mandioca (Gameleira, Jacaré, Km 17, Km 22, Nova Luz, Outeiro, Pindoba, Riachão, Riacho da Lama, Rio de Areia, Sobradinho) e os camponeses estão espremidos no meio (TRABALHO DE CAMPO, ABRIL DE 2014-2017).

mandioca em Laje, na década de 1990, ficará explicitado que essa versão não se sustenta (Quadro 11). Entre 1990-1999, a média da extensão territorial com plantio de mandioca em Laje é de 3.676 ha/ano. Ou seja, é mais que o triplo do período anterior, pois, entre 1980-1989, a média era de 1.177 ha. Conclusão: é preciso estudar melhor os números.

Deixando a média de lado e “olhando” o rebanho bovino e a área destinada ao plantio de mandioca em Laje, ano a ano, será possível verificar que, de fato, no final da década de 1990, especialmente 1995-1998, há uma brusca redução da área territorial destinada ao plantio de mandioca. Ou seja, existe verossimilhança para o argumento de que os fazendeiros compraram as terras e os pequenos não tiveram onde plantar mandioca⁸³.

A segunda versão para o fechamento das casas de farinha em Laje, foi a “chegada” da luz elétrica, o que, em Laje, ocorre a partir de 1927 (IBGE, 1958, p. 386). Porém, nem todas as comunidades rurais foram assistidas na primeira metade do século XX. Na verdade, algumas nem são assistidas ainda⁸⁴. Mesmo assim, há quem atribua a desativação de parte das casas de farinha do município à “chegada” da luz. Na comunidade de Outeiro, por exemplo, o serviço de eletricidade data dos anos 1990. Ora, muitas das casas de farinha da forma familiar eram manuais, puxadas pela força animal e/ou humana. Na medida em que a “luz chega”, muitas dessas casas de farinha são fechadas. Nesse processo, outras unidades produtivas que tem eletricidade e, portanto, equipamentos elétricos, são criadas, especialmente as comunitárias que atendem a forma familiar. Estas casas de farinha mais “modernas” (leia-se com equipamentos movidos a eletricidade) são capazes de abarcar, e até superar a capacidade de processamento de muitas outras manuais.

Essas duas explicações ajudam a entender a situação das casas de farinha em Laje. Entre 1974-1990, quando o rebanho bovino, praticamente, aumentava a cada ano, a extensão territorial das lavouras de mandioca não ultrapassa 1.300 hectares. Deduz-se: aumento do pasto, redução da área de mandioca e fechamento das casas de farinha manuais. Entre 1990-2004, quando o rebanho bovino lajista nunca foi

⁸³ Relação entre o rebanho bovino e a extensão das áreas plantadas com mandioca no município de Laje 1974-2015, Apêndice I.

⁸⁴ É importante registrar, que a universalização do acesso e uso de energia elétrica não atingiu as 46 comunidades rurais de Laje nem mesmo após o Programa Luz para Todos, instituído pelo Decreto Presidencial 4.873 de 11/11/2003. Durante o trabalho de campo foi identificado, por exemplo, que na comunidade de Ceasa, até março de 2014, não tinha eletricidade. Outro caso, foi o da comunidade de Sambambaia que tem problemas com o fornecimento desse serviço, como será tratado adiante.

inferior a 21 mil cabeças ao ano e a área de produção de mandioca passa por variações entre 1.100 a 6.500 hecatres, é que a luz elétrica chega em algumas comunidades. Desde 2005-2015, as casas de farinha manuais já estão fechadas e as elétricas assumem a produção oriunda da área plantada com mandioca no município, que se mantém, em média, com uma extensão de 3.782 ha/ano.

Por outro lado, a situação da irregularidade no funcionamento das casas de farinha em Laje tem outra explicação. Trata-se de algo mais recente, cerca de dez anos. O motivo para tal situação é a concorrência da farinha produzida em outras regiões do país, especialmente São Paulo e Paraná. A estratégia é a seguinte:

- a) O comerciante da região de Laje compra a farinha do Centro-Sul por um preço atrativo, o que se explica do seguinte modo: nesses estados privilegia-se a produção de mandioca para extração de amido, notadamente pelo valor agregado⁸⁵. Somente, após a “retirada” desse subproduto “nobre” é que se faz a farinha. Conseqüentemente, o preço da farinha, com menor teor de amido, é mais baixo.
- b) Como a farinha “importada” tem menos teor de amido, ela não é muito apreciada pelos clientes que irão consumi-la (seja a população local, regional, de outras partes da Bahia e até de outros estados do país). Diante disso, o comerciante da região de Laje adquire uma parte de farinha produzida no município e ajacências com a quantidade integral de amido. Isso garante o funcionamento das casas de farinha, ainda que eventualmente. A farinha “importada” é “traçada” (misturada) à produção local nas “fábricas” de farinha e comercializada.

Além das situações descritas acima, existem outras duas que complementam o quadro de desmantelamento das casas de farinha em Laje. Seguindo a lógica temporal, há que se mencionar a criação da Cooperativa Estratégica do Amido, em 2009. Em 2010, o setor primário daquele complexo agroindustrial entra em atividade. Em 2013, o preço da farinha de mandioca aumenta bruscamente⁸⁶ (BRITO, 2014). Só

⁸⁵ É possível ter uma noção do valor agregado ao amido de mandioca em relação a farinha a partir dos dados sistematizados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (CEPEA/ESALQ). Em dezembro de 2013, o CEPEA cotou uma tonelada de amido em R\$ 2.799,74 e uma tonelada de farinha por R\$ 545,58. (CEPEA/ESALQ/USP, 2013).

⁸⁶ Segundo matéria publicada pela jornalista Juliana Brito, no jornal A Tarde, no início do segundo semestre de 2012, o preço do saco com 50kg de farinha oscilava em torno de R\$ 125,00. Contudo, no ano de 2013, houve aumento no preço da farinha. Essa alta foi provocada, em parte, pelas condições

para ter uma noção dessa alta, em dezembro de 2013, um saco de farinha (50 kg) era vendido pelos agricultores de Laje ao atravessador por R\$ 250,00. No mês de fevereiro de 2014, esse mesmo saco passou a ser vendido por R\$ 80,00. Em outubro de 2015, os 50 kg de farinha “saía das mãos” do agricultor por R\$ 60,00 (TRABALHO DE CAMPO, 2013-2015).

O aumento repentino do valor da farinha foi causado pela seca que, por sua vez, provocou a escassez do produto no mercado. Diante desse quadro, alguns fazendeiros da região desfizeram parte dos pastos e plantaram mandioca. Inclusive, o Banco do Nordeste concedeu crédito para estimular essa produção (TRABALHO DE CAMPO, JUNHO DE 2015). Essa informação procede na medida em que o próprio Banco divulgou nota informando que investiria mais de R\$ 350 milhões para crédito emergencial na linha “Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-Estíagem”, em 2013⁸⁷. Parte desse recurso, mais especificamente R\$ 200 milhões, seria direcionado aos beneficiários do PRONAF. A outra parte, R\$ 150 milhões, para produtores rurais não participantes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

De acordo com o trabalho de campo, a aplicação dos recursos do PRONAF teria provocado um aumento na área plantada com mandioca, já que os fazendeiros teriam substituído uma parte do pastos por mandioca usando o crédito público. Parte desse crédito também teria sido acessado pelo campesinato. Porém, a liberação do recurso via PRONAF, passou a ser feita por etapas, ao invés de liberada de uma única vez antes de iniciar o plantio, e isso provocou o desinteresse dos agricultores familiares (TRABALHO DE CAMPO, AGOSTO DE 2016). Como os dados estatísticos não apontam uma ampliação da área cultivada com mandioca para Laje, entre 2009-2014, imagina-se que os investimentos foram insuficientes.

Levada por essa mesma conjuntura, a COOPAMIDO, em articulação com a Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves (COOPATAN), também passou a produzir farinha de mandioca. Inicialmente, de modo pontual até

climáticas. A seca “fez o preço da mandioca disparar nos últimos 18 meses”. A matéria, que expôs os dados do CEPEA da USP apontou que a “tonelada da raiz chegou ao final de 2013 ao valor médio de R\$ 535,00 uma variação de 71% em relação a janeiro”. Contudo, a estimativa feita pela Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca (ABAM) era a de que “esse valor tenha uma redução de 30% em 2014, reflexo da expansão de 9,8% da área plantada, podendo descer para R\$ 300,00”. O que de fato ocorreu, pois entre dezembro e janeiro “houve uma queda no valor médio da raiz de 7,7%” (BRITO, 2014).

⁸⁷ A matéria foi “Nordeste recebe crédito emergencial para minimizar efeitos da Seca”. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

tornar essa prática comum entre as duas “Cooperativas”. O agricultor que concedeu a Entrevista 5, e que vive na comunidade de Ceasa, à beira da Rodovia BR 101, afirma

Dizem que a COOPAMIDO, é que esse projeto não era pra se fazer farinha. Esse projeto era pra fazer o amido e o resíduo da mandioca ia ser feito ração, farelo, alguma coisa assim, mas já tão se levando a mandioca pra COOPATAN pra fazer farinha (...) COOPAMIDO pra COOPATAN, que é tudo da mesma família. Porque de certeza eu já vi que eles trabalham num contêiner, né? naqueles cacambão, eu já vi passar o carro subindo e passar uma raiz de mandioca passando aqui sem querer, eu já vi, subindo. Poxa, se a fábrica não é lá é cá e gente no Entroncamento de Laje já viu, fica assim em cima do corte passando (...) (TRABALHO DE CAMPO, MARÇO DE 2014).

A Entrevista 14, com uma ex-cooperada, confirma o fabrico de farinha pelos cooperados da COOPAMIDO ao esclarecer que “Deixaro! Teve gente que fez até 10 sacos quando a farinha tava de R\$ 500,00, eles deixara é, é...tirar e fizeram um bom dinheiro” (TRABALHO DE CAMPO, MAIO DE 2014). Apesar disso, o presidente da COOPAMIDO, assegura que não fabricam farinha. O mesmo discurso foi adotado por um dos colaboradores da “Cooperativa” e que concedeu a Entrevista 12 (TRABALHO DE CAMPO, JUNHO E OUTUBRO DE 2013).

O projeto educacional e de geração de trabalho e renda da Fundação Odebrecht não foi o responsável pelo fechamento das casas de farinha em Laje. Essa situação até diverge de outros contextos em que a abertura de feculares esteve relacionado com o fechamento de unidades produtivas onde se fabricava farinha, como ocorreu no Mato Grosso do Sul (COSTA, 2012). Entretanto, não se sabe até quando essa situação se manterá. Há uma forte tendência da Cooperativa Estratégica do Amido assumir o papel hoje exercido pelos estados do Centro-Sul do país, no que se refere a produção de amido e também de farinha de mandioca. As condições objetivas para isso já estão postas.

Nem mesmo o fato de existir uma premissa estratégica que afirme “não concorrer com o mercado local (farinha de mandioca)”, significa muita coisa. Não há garantias de que a CEA não provocará o fechamento de outras casas de farinha por três motivos. O primeiro, já apresentado, seria a “parceria” entre COOPATAN e COOPAMIDO. Em segundo lugar, como também já foi indicado, em 2015, finalizaram-se as obras da farinheira instalada na Fazenda Novo Horizonte Sede. E, por fim, as fazendas parceiras da COOPAMIDO estão espalhadas pelo município, o que pode

(futuramente) interferir na dinâmica das casas de farinha, especialmente da forma familiar.

É importante deixar claro que a Tese dá destaque aos contrastes entre produção familiar de mandioca e o sistema de produção proposto pela Odebrecht, além do suposto significado simbólico dessa mudança como “progresso”. Contudo, é preciso ter o cuidado de não atribuir ao projeto educacional e de geração de trabalho a ameaça exclusiva à reprodução da produção camponesa. A própria produção camponesa revela vários fatores que comprometem a continuidade da produção familiar, além da atuação da Cooperativa Estratégica do Amido, como: a própria fragmentação da estrutura agrária e a ameaça da produção industrial de outras regiões com custos menores. Ou, como será apresentado, a baixa participação dos jovens na produção familiar e não assimilação das práticas agrícolas por estes jovens, além da circulação da remuneração nas relações de trabalho, mesmo familiares.

Por fim, visando aprofundar a questão das formas espaciais onde se realiza o beneficiamento da mandioca, a próxima seção apresentará um perfil das casas de farinha de Laje, somente depois é que será discutido a forma familiar de fazer farinha nesse município.

3.2.1.1 Perfil das casas de farinha comunitárias em Laje (BA)

Como já sinalizado, durante o trabalho de campo, identificou-se parte das casas de farinha existentes no município de Laje. Algumas dessas unidades produtivas são comunitárias, como consta na “Relação de Bens Patrimoniais da Prefeitura Municipal de Laje em fevereiro de 2012”. Segundo o documento, no município existiriam 25 casas de farinha comunitárias construídas em 2008 com recursos públicos, conforme Tabela 9. Pelo documento, a construção das 25 unidades produtivas custou aos cofres públicos um total de R\$ 287.344,04. Em média, cada casa de farinha teria sido R\$ 11.493,76. Esse valor é incompatível com o orçado no documento “Projeto padrão casa de farinha com um forno unidade elétrica” referente ao Programa Produzir da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). Segundo o orçamento do Programa Produzir, o valor de um empreendimento seria de R\$ 90.818,27 sendo 72% do valor para construção civil e 28% para equipamentos (SEPLAN, 2005, p. 12).

Tabela 9 – Casas de farinha comunitárias pertencentes a Prefeitura Municipal de Laje (BA), 2012:

	Comunidade	Data aquisição	Valor original (R\$)
1	Água Vermelha	15/01/2008	17.159,24
2	Areia Fina	14/03/2008	10.000,00
3	Beira do Rio	16/01/2008	10.159,24
4	Cutia	15/01/2008	32.159,24
5	Cruzeiro	14/01/2008	12.000,00
6	Dendezeiro*	15/01/2008	10.159,24
7	Deus Dará	15/01/2008	10.159,24
8	Distrito Torre**	14/01/2008	10.159,24
9	Entroncamento Laje	15/01/2008	10.159,24
10	Fazenda Poço do Óleo	14/01/2008	4.000,00
11	Funil	16/01/2008	10.159,24
12	Gameleira	15/01/2008	10.159,24
13	Jacaré	16/01/2008	10.159,24
14	Outeiro	15/01/2008	8.000,00
15	Pimenteira*	16/01/2008	10.159,24
16	Pindoba	16/01/2008	10.159,24
17	Quilombo	16/01/2008	10.159,24
18	Riachão*	15/01/2008	10.159,24
19	Rio de Areia	15/01/2008	12.159,24
20	Samambaia*	15/01/2008	10.159,24
21	Sede (Praça ACM)	14/01/2008	19.159,24
22	Serra do Frio	16/01/2008	10.159,24
23	Sobradinho	15/01/2008	10.159,24
24	Torre**	16/01/2008	10.159,24
25	Tourinho	14/01/2008	10.159,24
	TOTAL		287.344,04

* Desativada.

** Nessa relação a comunidade de Torre aparece duas vezes. Por outro lado, não consta a casa de farinha comunitária da comunidade de Km 17 identificada no trabalho de campo.

FONTE: Setor de Vigilância Sanitária da Secretária Municipal de Saúde de Laje (2014).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Ainda com base na relação de bens patrimoniais da Prefeitura de Laje, todas as casas de farinha teriam sido construídas em 2008, o que não procede. Trata-se, na verdade, de construções ergidas em sucessivos mandatos do executivo municipal mediante a articulação com a CAR. Quando foram construídas, as casas de farinha receberam uma placa com o nome do prefeito e a data da inauguração. Mas, dentre as casas de farinha visitadas, somente a placa da unidade produtiva da comunidade de Jacaré está conservada e datada, em junho de 1994. Na comunidade de Outeiro, a data está na fachada, 1996/1997. Na comunidade de Tourinho, há um letreiro meio apagado com o nome do prefeito responsável, no caso Raimundo José de Almeida (1997-2000) e (2001-2004). Na comunidade de Funil, a responsável informou que a unidade produtiva havia sido construída na gestão da prefeita Ilma Maria Barreto

(2005-2008) e entregue durante o mandato de Luiz Hamilton de Couto Junior (2009-2012).

O propósito da casa de farinha comunitária, é permitir, às pessoas que não possuem esse bem, a possibilidade de usufruir coletivamente dos serviços de beneficiamento da mandioca. Para isso, é necessário que todos contribuam com a taxa pelo direito do uso, o que varia entre 20 e 25% sobre o que foi produzido (renda em produto). Com o pagamento da renda, a Associação responsável pela unidade produtiva se responsabiliza por cevar e torrar a farinha, as outras funções são assumidas pelo “dono da terefa”⁸⁸.

Mas, no caso específico, em que o trabalhador cede parte de sua produção pela cessão do direito de usar a casa de farinha, esse tributo não é pago a uma fração da classe dominante que detém a propriedade privada dos meios de produção. De modo geral, essa cobrança ocorre entre os próprios camponeses. Seja através de um camponês, que não possui a casa de farinha, e arrenda essa unidade produtiva de outro camponês que detém a posse da mesma. Ou, ainda, entre o camponês e a Associação Comunitária formada pelos próprios camponeses da comunidade onde a casa de farinha está localizada.

Para tanto, a implantação desse tipo de empreendimento, tem como pré-requisito a existência de uma associação comunitária organizada para gerir coletivamente o bem, observando aspectos como: horário e sistemática de funcionamento; estruturação do trabalho; cronograma de atendimento; cobrança da taxa de utilização das instalações; calendário de limpeza e manutenção dos equipamentos e da construção (SEPLAN, 2005; BEZERRA, 2006; RIBAS, 2010).

As casas de farinha comunitárias devem construídas observando uma série de pré-requisitos e possuir todos os equipamentos necessários à fabricação de farinha (SEPLAN, 2005; BEZERRA, 2006; RIBAS, 2010). Entretanto, esses aspectos não são sinônimo de um funcionamento eficiente. Há casas de farinha comunitárias que nunca funcionaram, como aconteceu nas comunidades de Pimenteira e Riachão, conforme Figura 7h e 7j. Outras não funcionam há mais de 15 anos, como ocorre em Dendezeiro, conforme Figura 7b. Em outros casos, alguns membros da própria comunidade se apropriaram dessas unidades produtivas e realizam a administração

⁸⁸ O termo tarefa, além de indicar a extensão de um terreno, significa trabalhar na lavoura de mandioca. Vale ressaltar, que o uso da expressão “tarefar” como sinônimo de trabalho somente foi identificado no município de Laje.

como se fossem estabelecimentos privados, o que foi observado nas comunidades de Beira do Rio, Funil, Gameleira, Jacaré, Km 17, Outeiro, Pindoba, Riachão e Serra do Frio, conforme Figura 7a, 7c, 7d, 7e, 7f, 7g, 7i, 7j e 7m. Em outros, ainda, o poder público realizou toda a construção, mas o resultado não satisfaz as demandas da comunidade, sendo necessário a realização de uma série de ajustes e substituição de equipamentos, como foi na comunidade de Samambaia, conforme Figura 7l.

Na comunidade de Riachão, a casa de farinha comunitária foi totalmente construída e equipada, mas nunca entrou em operação (Figura 7j). Com o passar dos anos, foi sendo depredada e os equipamentos furtados. A unidade foi construída no terreno de uma família que nunca realizou a doação oficial da área para a Prefeitura. Por conta disso, com a migração da família para o município de Valença e a sucessão do poder público local por adversários políticos (2013-2016), seus membros passaram a exigir uma indenização para a concessão do bem à comunidade. Algumas reuniões da Associação local ocorreram no espaço. Mas, após sucessivos conflitos com os proprietários, os encontros passaram a ser realizados na casa do presidente da Associação Comunitária dos Moradores e Agricultores do Riachão. Enquanto isso, a comunidade se organiza para a construção da sede própria. Atualmente, a unidade produtiva se encontra bastante depredada e sem os equipamentos (TRABALHO DE CAMPO, JULHO DE 2014).

Na comunidade de Outeiro, duas pessoas da mesma família se apropriaram do fixo e organizam o seu funcionamento como se fossem os proprietários (Figura 7g). A renda de sua exploração é restrita aos dois, muito embora a Prefeitura continue pagando despesas como água e energia elétrica, assim como faz na casa de farinha comunitária da comunidade de Funil (Figura 7c) (TRABALHO DE CAMPO, JULHO DE 2014).

Figura 7 – Casas de farinha comunitárias no município de Laje (BA):



7a – Comunidade de Beiro do Rio



7b – Comunidade de Dendezeiro



7c – Comunidade de Funil



7d – Comunidade de Gameleira

FONTE: Trabalho de campo (2014-2017).
AUTORA: Aline dos Santos Lima.



7e – Comunidade de Jacaré



7f – Comunidade de Km 17

Figura 7 – Casas de farinha comunitárias no município de Laje (BA):



7g – Comunidade de Outeiro



7h – Comunidade de Pimenteira



7i – Comunidade de Pindoba



7j – Comunidade de Riachão

FONTE: Trabalho de campo (2014-2017).
AUTORA: Aline dos Santos Lima.



7l – Comunidade de Samambaia



7m – Comunidade de Serra do Frio

Na comunidade de Gameleira uma casa de farinha comunitária foi construída no terreno de uma ex-gestora pública e se encontra sob os cuidados de um parente da mesma (Figura 7d). No trabalho de campo, foi informado que a unidade produtiva não funcionava havia dois meses. O motivo apresentado para a falta de uso do estabelecimento foi a concorrência com a farinha dos estados de Paraná e São Paulo, o que vem desestimulando o plantio de mandioca em Laje e região. Por conta disso, a família continua fazendo farinha apenas para o próprio consumo. Como está praticamente desativado, o estabelecimento é usado como uma fábrica improvisada de polpa de frutas de graviola e cacau, plantas que vem substituindo as antigas roças de mandioca da família (TRABALHO DE CAMPO, OUTUBRO DE 2015).

Outra situação inusitada ocorre na comunidade de Jacaré (Figura 7e). A unidade foi construída, em 1994, numa propriedade que tem 10 tarefas e cuja matriarca vive com seus 10 filhos. A casa de farinha está funcionando como depósito, espaço para as crianças brincarem e local para estender roupa em dias de chuva. A família fazia farinha regularmente, até que cinco, dos 10 filhos, passaram a trabalhar como diaristas “na firma”. Como a farinha “não tem bom preço” e os cinco jovens chegam extenuados do trabalho na colheita da COOPAMIDO, a casa de farinha permanece sem uso. Já em Serra do Frio, o responsável pela casa de farinha comunitária arrendou a unidade para terceiros ao custo de R\$ 500,00 ao mês, decisão tomada após detectar problemas de saúde que lhe impedia de trabalhar (Figura 7m) (TRABALHO DE CAMPO, OUTUBRO DE 2015).

Por sua vez, a casa de farinha comunitária da comunidade de Rio de Areia tem uma gestão eficiente. Contudo, a situação favorável só foi atingida quando a população, organizada na Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Rio de Areia, retomou o controle da unidade produtiva e passou a gerir coletivamente aquele bem público que havia sido apropriado por uma pessoa da comunidade⁸⁹ (TRABALHO DE CAMPO, 2014-2015).

⁸⁹ A Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Rio de Areia foi criada em 1998. Atualmente, tem 90 membros, embora menos da metade (variando entre 30 e 35) contribuam com a mensalidade de R\$ 2,00. Mesmos assim, os sócios são muito proativos e, inclusive, se revezam para fazer a limpeza da sede que dispõe de cozinha, sala de reuniões, escritório e dois banheiros, além de um anexo. Neste anexo, após reivindicação, passou a funcionar um posto de saúde que, a cada 15 dias, recebe um médico cubano do Programa Mais Médicos. Antes disso, a população local precisava se deslocar até a comunidade de Cruzeiro para ter acesso aos serviços de saúde, distante 12km. Outra fonte de renda para a Associação, é o aluguel da sua sede como prédio escolar municipal, além da geração de renda proveniente da venda de bolos e sequilhos para serem comercializados no PNAE e PAA. Além disso, os associados são parceiros da FASE e da Petrobrás no projeto “Jovens gerando renda na agricultura

O mesmo procede na comunidade de Boa Vista, na qual a casa de farinha é de responsabilidade dos gestores da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Boa Vista. A unidade produtiva serve à comunidade e, quando a demanda local é atendida, os gestores disponibilizam as instalações para pessoas de outras comunidades, em especial a comunidade de Ribeirão, distante 6km de Boa Vista (TRABALHO DE CAMPO, ABRIL DE 2014).

Outra situação interessante foi identificada na comunidade de Samambaia (Figura 7I). Devido a péssima situação da casa de farinha comunitária, os dirigentes Associação Comercial Beneficente dos Pequenos Produtores Rurais da Samambaia pleitearam junto aos órgãos públicos a construção de uma nova unidade produtiva. Com recursos da CAR uma nova casa de farinha elétrica foi construída e entregue a comunidade, em 2013 (TRABALHO DE CAMPO, AGOSTO DE 2016).

Ocorre que mesmo com o alerta dos associados que acompanharam a obra, o projeto não permitia as mudanças solicitadas pela comunidade, pois era preciso atender rigidamente as orientações do documento “Projeto padrão casa de farinha com um forno unidade elétrica” elaborado pela Secretaria do Planejamento da Bahia (SEPLAN). Resultado: foi preciso reformar as instalações e comprar vários itens. Se não bastasse tudo isso, a casa de farinha não está funcionando por causa da instabilidade na corrente elétrica na comunidade o que provocou, inclusive, a queima do motor da sevadeira e de equipamentos eletroeletrônicos de moradores próximos (TRABALHO DE CAMPO, AGOSTO DE 2016).

3.2.1.2 Perfil das casas de farinha da forma comercial e da forma familiar em Laje (BA)

Das 190 casas de farinha identificadas no município, 164 são unidades particulares, ou seja, correspondem as formas comercial e familiar de fazer farinha. Essas unidades produtivas foram construídas com recursos do proprietário e/ou com a ajuda de terceiros, pois é comum o apoio de familiares na construção desse bem que servirá para toda a família.

As casas de farinha da forma comercial, estão concentradas nas comunidades de Engenheiro Pontes, Pimenteira e Serra do Frio, conforme Figura 8b, 8d e 8e. Mas

familiar” através do Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania, com o apoio do SINTRAF (TRABALHO DE CAMPO, JULHO DE 2014).

elas existem, também, em outras comunidades, como Cruzeiro e Km 17, conforme Figura 8a e 8c. Embora não seja uma regra, essas unidades produtivas tem uma estrutura e gestão mais compatível com as exigências ambientais e sanitárias.

Figura 8 – Casas de farinha da forma comercial no município de Laje (BA):



8a – Comunidade de Cruzeiro



8b – Comunidade de Engenheiro Pontes



8c – Comunidade de Km 17



8d – Comunidade de Pimenteira



8e – Comunidade de Serra do Frio

FONTE: Trabalho de campo (2014-2017).
AUTORA: Aline dos Santos Lima.

Enquanto as casas de farinha da forma comercial estão concentradas em determinadas comunidades que se especializaram na produção e venda de farinha (valor de troca), as casas de farinha da forma familiar estão espalhadas pelo município. Algumas dessas unidades produtivas podem ser observadas na Figura 9.

Figura 9 – Casas de farinha da forma familiar no município de Laje (BA):



9a – Comunidade de Água Vermelha



9b – Comunidade de Barro



9c – Comunidade de Borges



9d – Comunidade de Ceasa

FONTE: Trabalho de campo (2014-2017).
AUTORA: Aline dos Santos Lima.



9e – Comunidade de Funil



9f – Comunidade de Gameleira

Figura 9 – Casas de farinha da forma familiar no município de Laje (BA):



9g – Comunidade de Jacaré



9h – Comunidade de Km 17



9i – Comunidade de Pindoba



9j – Comunidade de Rio de Areia
FONTE: Trabalho de campo (2014-2017).
AUTORA: Aline dos Santos Lima.



9l – Comunidade de Sobradinho



9m – Comunidade de Tourinho

As casas de farinha particulares, sobretudo as da forma familiar, são construções simples, geralmente, compostas por um salão e uma varanda. O salão abriga os instrumentos para o processamento da mandioca aproveitando todo o espaço disponível e, em muitos casos, serve de depósito para guardar os diversos utensílios usados na lida da roça. A varanda fica disposta nas laterais e na parte de trás do salão. Na parte lateral, é onde ocorre a limpeza e o descascamento das raízes assim que chegam da roça. Na lateral traseira é onde está a fornalha, a lenha que abastece o forno e por onde escoam os resíduos da produção (manipueira). O funcionamento, a limpeza e a manutenção dos equipamentos estão ao encargo do proprietário que define a gestão a depender dos seus interesses pessoais.

A maioria dessas casas de farinha da forma familiar têm as paredes caiadas ou são de taipa. O piso é cimentado (“chão grosso”), a fiação fica à mostra e o teto é coberto com telhas velhas ou de “Eternit” e sem forro. Os cochos são dos mais distintos materiais (madeira, plástico, cimento). Quando algum equipamento é danificado, especialmente a sevadeira, são os próprios donos que fazem as adaptações e somente recorrem ao serviço especializado em último caso. O mesmo vale para a prensa, que é de ferro ou de madeira e funciona manualmente (de parafuso ou alavanca). Já os fornos são movidos à lenha. Muitas unidades já tem o forno elétrico, mas existem outras com o forno manual, o exige a presença constante do torrador ou mexedor que, com ajuda do rodo, reviram a farinha até ficar bem torrada. De modo geral, é comum a presença de animais e crianças circulando nas casas de farinha. Existe energia elétrica, mesmo que a origem seja de um “gato” puxado da casa mais próxima. Aquelas que não possuem eletricidade comumente estão desativadas. Normalmente, não possuem banheiros e não tem água encanada.

Como já foi detalhado, das 127 casas de farinha georeferenciadas, 98 unidades produtivas (77,2%) estavam funcionando e 29 delas (22,8%) estavam desativadas (TRABALHO DE CAMPO, 2014-2017). Das 98 unidades produtivas em funcionamento foi possível aplicar um questionário em 26, cujos proprietários ou responsáveis aceitaram responder às questões propostas. Entre as 26 casas de farinha ativas e que participaram da enquete, 19 casas (73%) possuíam energia elétrica; 5 unidades produtivas (19,3%) não dispunham desse serviço; e 2 casas de farinha (7,7%) tinham ligação clandestina. Em relação a água encanada, 16 estabelecimentos (61,5%) possuíam esse serviço. Já em relação ao banheiro das 26 unidades, 17 casas (65,4%) não possuíam esse tipo de instalação.

Esses dados demonstram a situação precária das casas de farinha em Laje, especialmente em relação à carência de banheiros, o que torna as unidades produtivas um alvo fácil para os setores de Vigilância Sanitária. Com isso, espera-se ter apresentado o panorama das unidades de beneficiamento da mandioca em Laje enfatizando o perfil das casas de farinha comunitária e particular. Desse modo, na seção seguinte, serão tratados os principais aspectos relacionados à fabricação de farinha com base na forma familiar correlacionando, quando for o caso, com a forma comercial e a forma de alta tecnologia.

3.2.2 Da raiz ao alimento: as contradições e os descompassos na fabricação de farinha de mandioca em Laje (BA)

No município de Laje, a forma familiar de produzir farinha de mandioca é resumida pela agricultora que concedeu a Entrevista 9. Para a entrevistada, que é moradora da comunidade de Capão e é membro da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Ceasa, o processo ocorre do seguinte modo

Levo a carga pra casa de farinha e lá vai raspar a mandioca, quando terminar de raspar mandioca, bota na prensa, aperta a prensa, tira a massa, enxuga. Vou passar no motô e passar que de primeiro era rodo, hoje é motor. Aí secou, coou, pegou o rolão e passou no moinho e ensaca e vai vender.

Em face da quantidade de trabalho, a agricultora que concedeu a Entrevista 2, completa: “E aí, isso aí ainda fica na terça metade, isso aí ainda vai ficar na terça metade por que se for começar da plantagem, do zero, tem muita coisa a conversar” (TRABALHO DE CAMPO, FEVEREIRO DE 2014).

Essa síntese pode ser observada na sequência de imagens que tentam captar a forma familiar de fazer farinha nas diversas unidades produtivas visitadas e georeferenciadas durante o trabalho de campo, conforme Figura 10. Entretanto, nem a entrevista nem as imagens são capazes de captar a complexidade que envolve a transformação da mandioca em alimento na casa de farinha.

Figura 10 – Fabricação de farinha na forma familiar em Laje (BA):



10a – Mandioca chegando na casa de farinha na comunidade de Outeiro



10b – Mulheres raspando mandioca na comunidade de Gameleira



10c – Mandioca passando pela “bola” na comunidade de Km 17



10d – Mandioca após passar pela “bola” na comunidade de Serra do Frio



10e – Mulheres fazendo a repinicação da mandioca após passar pela “bola” na comunidade de Jacaré
FONTE: Trabalho de campo (2014-2017).
AUTORA: Aline dos Santos Lima.



10f – Monitoramento da produção das raspadeiras na comunidade Rio de Areia



10g – Mandioca raspada, pronta para ser sevada na comunidade Funil



10h – Mandioca passando na sevadeira na comunidade Gameleira

Figura 10 – Fabricação de farinha na forma familiar em Laje (BA):



10i – Mandioca sevada ou massa de mandioca na comunidade de Funil



10j – Massa de mandioca sendo apertada na prensa na comunidade de Jacaré



10k – Manipueira escorrendo na comunidade de Sobradinho



10l – Massa de mandioca após ser prensada na comunidade de Gameleira



10m – Farinha sendo torrada na comunidade de Gameleira



10n – Farinha sendo cessada na comunidade de Beira do Rio



10o – Farinha passando pelo moinho na comunidade de Rio de Areia



10p – Farinha pronta para ser comercializada na comunidade Gameleira

FONTE: Trabalho de campo (2014-2017).
AUTORA: Aline dos Santos Lima.

O funcionamento das casas de farinha depende da disponibilidade da matéria-prima⁹⁰. Nos estabelecimentos da forma familiar, a família é a encarregada pelo processo de trabalho. A esposa, filhas, amigas e vizinhas raspam a mandioca. Essa relação pode ser remunerada ou baseada nos códigos de ajuda mútua. A existência de relações não remuneradas na raspagem da mandioca indica que o trabalho na forma familiar de fabricar farinha é permeada por aquilo que Woortmann (1990) denominou como princípios de parentesco e reciprocidade.

O marido, quando proprietário da unidade produtiva, se encarrega das outras funções com o apoio dos filhos ou parentes: são eles os responsáveis por triturar a raiz (sevar), tirar todo o líquido da massa (prensar) e torrar a farinha (torrar). Vale lembrar, que o apoio dos vizinhos, amigos e parentes se respalda numa “obrigação bilateral” (CANDIDO, 2009), na qual todos tem a responsabilidade de servir para ser servido. Quando não se tem a casa de farinha, o trabalho ocorre na unidade produtiva da associação comunitária.

Na forma comercial, o proprietário da casa de farinha contrata trabalhadores para todas as funções. Nesse caso, o proprietário-produtor supervisiona os trabalhadores e se responsabiliza pela comercialização do produto. Em algumas situações, compra toda a produção dos camponeses do entorno e a revende na cidade de Laje ou em municípios próximos.

Em geral, o trabalho na casa de farinha ocorre de segunda a sexta-feira, salvo os dias santos⁹¹. A jornada começa antes do amanhecer e não tem hora certa para findar, seja na forma familiar ou comercial⁹². Trata-se de uma rotina extenuante marcada pelo descompasso entre o elevado desgaste físico e a parca remuneração. Segundo a Entrevista 4, com um agricultor e proprietário de casa de farinha na comunidade de Gameleira (Figura 9f), a lida com a mandioca é sintetizada em uma única expressão

⁹⁰ Até fevereiro de 2014, 65 casas de farinha da forma familiar do município de Laje haviam sido georeferenciadas. Nestas, a produção semanal, era, em média, 1.500 quilos (30 sacos com 50kg) (TRABALHO DE CAMPO, FEVEREIRO DE 2014).

⁹¹ Os “dias santos” só são respeitados por donos de casas de farinha que são católicos. Nas famílias de base religiosa protestante os dias santos não são “guardados”, ou seja, se trabalha normalmente (TRABALHO DE CAMPO, AGOSTO DE 2016).

⁹² Por conta da falta de parâmetros legais para a jornada de trabalho nas casas de farinha, a coordenação e as diretorias do SINTRAF-Laje tem orientado que os camponeses que trabalham nesses estabelecimentos exijam o cumprimento de uma jornada semelhante à dos trabalhadores urbanos. O que tem provocado embates. Mesmo assim, essa postura reativa não é regra (TRABALHO DE CAMPO, JUNHO DE 2014).

Ô trabaieira! A gente vê que depois que a mandioca, já na hora de comer, tem muito trabalho, né? E outra coisa não se faz isso com uma pessoa só não, não faz não. E é por isso que a maioria dos jovem hoje não quer ir pra roça mais, não quer porque tá vendo que o nos enfrenta, e não é brincadeira (TRABALHO DE CAMPO, FEVEREIRO DE 2014).

De modo semelhante, a Entrevista 10, com uma agricultora e ex-presidente de uma associação comunitária rural, fez uma descrição mais rigorosa sobre a fabricação de farinha na antiga unidade produtiva da família (Figura 9d), onde funciona, de modo improvisado, a sede da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Ceasa. Segundo a agricultora

Quando chegava a mandioca a gente raspava ela, sevava. A gente vê se tinha ruim ou boa. A gente rapava [sem lavar], sevava, era aqui, tinha o lugar de sevar. Aí sevava a mandioca, depois de sevar a gente botava na prensa, a prensa era aqui. Tinha prensa aí. Apertava. Aí botava aí pra tirar a água. Hoje é lavada. Aí botava na prensa, tirava a água toda, tirou. Ali tem até o cano, a água caia embaixo, entendeu? Caía aí. Descia a água aí por esse tubo, descia a água lá pra baixo. Depois a gente tirava ela aí, botava no coxo. Quebrava a massa, pra passar... ficava aquele bolo grande. Quebrava ela e botava aqui pra sevar de novo, é. Sevava aí saía a massa fininha, aí jogava ali pra torrar. Aí torrava e já caía no cocho, já cai aí seca. A gente ficava rodando, rodando direto, o motor ficava ligado aqui por vida, o motor a gasolina, com diesel era diesel. Aí ligava ficava aí, funcionando o motor. Já cansei de ficar aqui na casa de farinha até nove horas da noite. Já cansei de sair de casa pra lá, ficava só pra, pra virar a farinha e também pra olhar pra não queimar, que se a gente deixasse e não fizesse isso ela queimava. Tinha que ficar ligado no movimento. Era aí e no fogo.

Virava massa. Jogava pra prensa pra enxugar. Da, da prensa, tirava e jogava no cocho. Quebrava ela. Jogava pro... motor aqui pra sevar ela novamente pra ficar fina, que era pra poder torrar ela. A prensa aqui era manual, a gente apertava, tinha um ferro, num tá mais aqui, tinha um ferro que a gente apertava, tinha o parafuso aqui e a gente apertava [ficava apontando o local dos equipamentos]. Ficava fininha. Ficava isso aqui rodando direto, rodando, sevando. Os dias, depende da quantidade de farinha, da quantidade de mandioca. Tinha vez que a gente torrou aqui 20 sacos de farinha, 30. Aí ficou só os negócios [os maquinários]. É como diz, eu já suei aqui nessa casa de farinha. E tu sabe como carregava mandioca até aqui? No jegue, no burro, os panacuns tá ali, a cangaia tá ali (TRABALHO DE CAMPO, MARÇO DE 2014).

Esse excesso de trabalho, somado à baixa remuneração, é um dos motivos pelos quais os mais jovens se recusam a lidar com a mandioca, como bem pontuou o agricultor da Entrevista 4. Esse agricultor que é proprietário de uma casa de farinha

comenta sobre a falta de interesse dos jovens em aprender a lida no campo, o que se reproduz em sua própria família. Na Entrevista 4, esse senhor informa, ainda, que consegue produzir a maior parte dos meios de trabalho que necessita para a lida na roça. Entretanto, não conseguiu passar esse saber para os seus filhos, pois estes se recusaram a participar desse processo de aprendizagem. Como ele mesmo relata

Vai ter muitas coisas da diferença do povo jovem pra o povo mais velho que vai faltar. Porque tem coisa que eu sei fazer hoje e que serve pra o município e que as pessoas novas não fazem, não sabem fazer e também não querem fazer. E são coisa que tem é precisão de usar. Então isso vai fazer falta na frente. Eu sei fazer um bocado de coisa. Vem o equipamento do animal, esteira de cangaia, vem o pau de cangaia, vem o panacum, vem o cabresto. Quem é o novo que sabe fazer aqui? Ninguém. Então eu já tô, eu já passei dos 50, então o negócio vai diminuindo um pouco. Lá na frente, aquilo que eu fazia que não tiver outro que faça aquela parte ali já zerou. Então a gente pensa no futuro do que a gente vê já em casa na família dagente: 'ah, eu vou querer isso nada rapaz, pra que isso'? (TRABALHO DE CAMPO, FEVEREIRO DE 2014).

Alguns têm optado pelos estudos como possibilidade para mudar de vida. Por outro lado, os mais velhos tem preferido vender o dia em outra ocupação mais rentável. Esta situação tem se tornado mais comum a partir do funcionamento da “firma”, já que a “Cooperativa” tem remunerado os diaristas que prestam serviço nas glebas dos cooperados com um valor acima da média local/regional⁹³.

Ironicamente, esse valor diferenciado e acima da média, tem provocado efeitos negativos para os donos de casa de farinha da forma comercial, que já não conseguem contratar mão de obra com os preços comumente pagos. Nesse caso, eram os médios e grandes produtores rurais do município de Laje, ou até mesmo alguns camponeses, explorando o campesinato lajista e tendo como limite a taxa de lucro. Como a COOPAMIDO tem outras estratégias para se manter funcionando (como os recursos do PRONAF, por exemplo) ela permite o pagamento de uma diária diferenciada.

As raízes de mandioca arrancadas da roça são levadas para a casa de farinha (Figura 10a). Daí em diante, os procedimentos são diferentes a depender da natureza do processo (forma familiar ou forma comercial), ou seja, do estabelecimento onde a

⁹³ Claramente, um projeto da magnitude do da Odebrecht, pode ter muito impacto na região, como no valor da diária. Porém, o encarecimento da diária, também se dá por outros fatores, como programas sociais e crescimento econômico regional.

farinha será fabricada, do nível técnico das instalações/equipamentos, do tamanho da “roça” de mandioca a ser “tarefada” e da quantidade de pessoas trabalhando. Essas diferenças, promovem o uso de técnicas distintas nas casas de farinha no município de Laje, conforme Quadro 14.

Quadro 14 – Técnicas empregadas na fabricação convencional de farinha em Laje (BA):

Fases	Casa de farinha particular		Casa de farinha comunitária
	Forma familiar	Forma comercial	
Recepção	-panacum	-panacum -carrocinha com moto	-panacum -carrocinha com moto
Lavagem raiz	-não	-em algumas	-sim
Descascamento	-faca	-faca -lavador-descascador	-faca -lavador-descascador
Ralação	-sevadeira manual	-sevadeira manual -sevadeira automática	-sevadeira automática
Prensagem	-prensa manual	-prensa manual -prensa automática	-prensa manual -prensa automática
Torração	-forno a lenha manual -forno automático	-forno a lenha manual -forno automático	-forno automático

FONTE: Trabalho de campo (2013-2015).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

A partir do Quadro 14, nota-se como os equipamentos e utensílios usados na fabricação de farinha se modificam a depender da forma espacial onde se realiza o trabalho. Embora nominalmente esses equipamentos realizem as mesmas funções, como diria Milton Santos, “a sua eficiência, todavia, não é a mesma”. As unidades produtivas da forma comercial guardam semelhanças com as unidades produtivas comunitárias. Em ambas, a força do dinheiro permite a aquisição de equipamentos mais sofisticados, se comparado às unidades produtivas particulares onde se realiza a forma familiar. Ou seja, há uma prevalência de equipamentos automatizados e semi-automatizados nas duas primeiras em relação a essa última, onde prevalece os equipamentos manuais. Esse tipo de análise deve levar em consideração a “idade dos elementos” ou a “idade das variáveis”, pois o “grau de modernidade só pode ser aferido dentro do sistema como um todo”, sob o risco de provocar um aparente contínuo (SANTOS, 2008, p. 23).

A produção de farinha requer o trabalho de, em média, 10 pessoas envolvidas em distintas tarefas. A primeira delas é o “desmanche da mandioca” (ARAÚJO, 2002). Em Laje, o desmanche (raspagem) da mandioca é uma tarefa feminina e, não por coincidência a etapa que tem a menor diária. Isso não impede que o dono da “tarefa” contribua no trabalho de raspar a mandioca. Mesmo assim, não foi identificada a presença masculina desempenhando essa atividade como um trabalho que requer remuneração⁹⁴.

Um grupo de mulheres, sentadas no chão de faca em punho, retiram a casca das raízes ao mesmo tempo em que verificam a sanidade do material⁹⁵ (Figura 10b). As mulheres trabalham numa espécie de parceria. Uma mulher retira a metade da casca e joga a raiz, metade descascada e metade com casca, para sua parceira. A parceira, com as mãos mais limpas, segura a mandioca pela parte descascada, retira a outra parte de película e joga num recipiente (cocho, cesto, caixa de plástico ou panacum)⁹⁶. Quando o recipiente já está cheio, é levado para o salão onde ficam os maquinários do beneficiamento (Figura 10g).

Na forma comercial de fazer farinha, esse tipo de parceria, assim como outros aspectos, vem passando por transformações. Nessa forma, sempre houve cobrança por produtividade, o que tem se agravado com a mudança na forma de remuneração. O trabalho da raspadeira, convencionalmente feito por diária, passou a ser feito por produtividade, ou seja, passou a se basear na quantidade de mandioca raspada. A justificativa para a mudança é a de que muitas mulheres “enrolavam” e no final do dia a mandioca não estava toda raspada (Figura 10f).

Raspar a mandioca, que era uma mistura de trabalho e diversão, passou a ser sinônimo de conflito, ou seja, a remuneração adquiriu maior centralidade que o prazer

⁹⁴ Segundo Araújo (2002, p. 118-119), em sua dissertação de mestrado sobre as estratégias de produção e reprodução dos camponeses em oito distritos rurais de Feira de Santana, o não envolvimento dos homens no “desmanche” ou descascamento das raízes deve-se ao fato de que essa tarefa é considerada como um trabalho inferior. Portanto, destinada as mulheres e as crianças.

⁹⁵ O descascamento da raiz, comumente, é feito com o uso de uma faca de cozinha, mas, vários outros utensílios foram usados desde que os primeiros nativos recorreram à mandioca como patrimônio alimentar. Manoel Pinto de Aguiar, ao sistematizar os principais relatos na fabricação de farinha ao longo dos séculos XVI-XIX, destacou que a raspagem da mandioca já foi feita usando pedra, prancha de madeira com pedras, casca de árvores com pedras, roda com lâminas em chapa de cobre, ralador de latão e cobre, casca de ostra e faca quebrada (AGUIAR, 1982, p. 25-78).

⁹⁶ Esse tipo de parceria não é uma novidade. Inclusive, já foi relatada ficticiamente por Santa Inez (1982, p. 39), que a descrevia do seguinte modo “Algumas pessoas, em sua maior parte mulheres e mocinhas raspavam metade das raízes, segurando, com a mão enlameada, a casca escura e terrosa das raízes, enquanto outro grupo, os ‘tomadores’, seguravam a parte já raspada e completavam o trabalho de limpeza das raízes”.

da sociabilidade. Quer dizer, a mudança na remuneração por produtividade afeta a relação entre trabalho e socialização. Isso mostra que a produção camponesa também está em transformação. Diante disso, na ânsia de encher logo sua “caixa” com mandioca descascada (Figura 10g), as mulheres disputam as raízes maiores. Com esse tipo de mercantilização das relações de trabalho, o dinheiro passou a “intermediar até mesmo o que antes era considerado uma forma de ajuda mútua entre pequenos produtores” (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 87).

No primeiro semestre de 2014, a diária de uma raspadeira de mandioca equivalia a R\$ 20,00 nas comunidades de Gameleira, Outeiro e Sobradinho. Nesse mesmo período, o preço da caixa com a raiz, que não ultrapassa 25 kg, estava em R\$ 2,50. Em média, uma mulher raspa entre 7-8 caixas de mandioca por dia, o que acaba aproximando ao valor recebido por diária (R\$ 20,00). O diferencial é que o pagamento por produtividade acaba transformando a raspagem de uma prática lúdica e geradora de excedentes em uma atividade apenas destinada a comercialização. Em outros termos, essa dinâmica acelera o processo de trabalho e muda os tempos camponeses.

A mudança na remuneração tem afetado a relação entre trabalho e socialização. As casas de farinha sempre foram consideradas como um universo lúdico (SANTA INEZ, 1982; ARAÚJO, 2002; MARTINS, 2010; ASSARÉ, 2012). Por isso, em meio a rotina do trabalho, as brincadeiras sempre serviram como atenuantes, seja através das conversas, das histórias, dos “causos”, das novelas, dentre outros.

Essa perspectiva fica evidente até na literatura de ficção, pois como bem escreveu Antônio Leal de Santa Inez na seção “Trabalho – divertimento da farinha de mandioca”, a produção de farinha significava trabalho, mas “era um pouco de festa. Talvez estivesse aí um dos segredos do fascínio. Aliado ao fato da farinha ser prato indispensável a todas as mesas” (SANTA INEZ, 1982, p. 38-39). Os versos de Patativa do Assaré complementam essa interpretação ao contar em seu poema “O puxador de roda”, as brincadeiras durante a farinhada: “...Quando os galo miudava/ os trabaiadô já tava cantando suas toada” era a “mió distração/ tudo ali é união/ prazer, alegria e paz” com as “rapadêra” cada “quá mais contente/ dando risada gostosa/ alegre e dizendo prosa/ jogando casca na gente” (ASSARÉ, 2012, p.340-348). Entretanto, as disputas e os conflitos gerados em torno da busca por produtividade tem diminuído essas práticas e o binômio trabalho-diversão vem perdendo a intensidade.

A socialização das crianças é outro aspecto que passa por mudanças. Historicamente, o trabalho coletivo feminino de raspar a mandioca se caracterizou como sinônimo de socialização das crianças no mundo do trabalho, pois segundo Woortmann (1990, p. 43), a simples transmissão da terra (herança) não transforma esse bem em terra de trabalho, tampouco em patrimônio familiar. Para esse autor, a “autonomia do processo de trabalho” precisa ser transmitido “de pai a filho”. Assim, cada mãe que ia “tarefar” levava consigo as crianças.

Em Laje, sempre foi comum a presença das crianças na casa de farinha (Figura 10n), brincando e ajudando no trabalho dos adultos como parte do processo de socialização no modo de vida camponês. No romance “Estradas da Esperança”, o lajista Antônio Leal de Santa Inez demonstra claramente esse processo ao apresentar o diálogo entre Bento e Lourenço

– Manda o menino buscar a palha, que eu acho que vai chover.

– Já mandei. Tá prá chegar.

A palha eram palma de pindoba, que serviriam para forrar a prensa, onde a mandioca, ralada, seria comprimida para extrair-lhe a seiva e facilitar o trabalho de secar a farinha (SANTA INEZ, 1982, p. 39).

A obra literária explicita a reprodução da força de trabalho familiar através da “iniciação da criança como personagem da divisão social do trabalho” (SANTOS, 1978, p. 45). Concordando com Santos (1978), Ariovaldo Umbelino de Oliveira complementa que a socialização do camponês “é importante elemento da produção camponesa, pois é através dela que as crianças são iniciadas (...) quando criança camponesa é pequena, brinca com miniaturas dos instrumentos de trabalho; quando é criança crescida, já trabalha com esses instrumentos” (OLIVEIRA, 2007, p. 41).

Como bem disse Camacho (2013, p. 333-334), o trabalho como atividade educativa e socializadora “propicia a reprodução da campesinidade”. Porém, é importante ter clareza, que a elite brasileira sempre fomentou a exploração infantil como “uma relação social capitalista baseada na exploração do trabalho”. Esse processo sempre foi uma constante na histórica socialização da criança no mundo do trabalho, não apenas na mandiocultura, mas no campo de modo geral (LIMA, 2008). Isso tem relação direta com o discurso da ideologia dominante, pois as oligarquias agrárias sempre defenderam que aprender a ler e a escrever para os camponeses era inútil e supérfluo. O argumento era o de que a natureza do trabalho camponês não necessitava de formação escolar (CAMACHO, 2013).

Nas últimas décadas, o processo de socialização durante as jornadas de raspar mandioca tem sofrido modificações. A obrigatoriedade dos pais de enviar os filhos para a escola, sobretudo como exigência para o acesso aos benefícios sociais, distancia um pouco mais as crianças desse espaço de trabalho/diversão⁹⁷. Outra importante ação fiscalizadora foi o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Como muitas famílias que inseriam as crianças no mundo do trabalho desde cedo, hoje, tem acesso a políticas públicas, ir para a casa de farinha deixou de ser a única opção. As famílias, mesmo que com limitações, passaram a ter a opção de escolher se preferem inserir os filhos na socialização pelo trabalho ou na escolarização (LIMA, 2008). Lastima é que tenha que ser um ou outro.

Retomando ao fabrico da farinha, cabe ressaltar, que em algumas casas de farinha existem equipamentos que facilitam a raspagem da mandioca e que, quando usados, reduzem o tempo de trabalho das raspadeiras. Trata-se de um equipamento chamado popularmente como “bola”. A “bola” ou o lavador-descascador rotativo é uma espécie de cilindro movido a eletricidade e que funciona com areia e água (Figura 10c). Quando usada, a “bola” realiza um procedimento duplo: lava as raízes para retirada da sujeira e descasca. Nas casas de farinha que dispõe desse equipamento não é preciso raspar a mandioca. Nesse caso, as raspadeiras fazem um repasse manual (Figura 10e), também chamado “repinicação”, para retirar películas e cascas ainda aderidas às raízes, de difícil descascamento (Figura 10d). No final dessa etapa, recomenda-se outra lavagem para retirar impurezas ainda remanescentes, mas quase nunca isso ocorre.

As raízes descascadas ou raspadas são levadas para o salão onde estão os principais equipamentos (Figura 10g). Não existe uma pessoa específica para realizar serviços intermediários como o de levar a mandioca para ser sevada. Mas, na forma

⁹⁷ Cabe indicar que, em dezembro de 2014, o Programa Bolsa Família atendeu 3.775 famílias lajistas num montante de R\$ 622.963,00 (MDS, 2015). Uma divisão do valor total de recursos financeiros pagos naquele mês indica que, em média, cada família contemplada recebeu R\$ 165,02. O valor mensal desse benefício correspondeu, na época, a menos de uma semana de trabalho como diarista na zona rural de Laje. Mesmo assim, muitos optam por uma construção gradativa da própria dignidade e recusam vender o dia para receber uma diária de R\$ 40,00.

Outrossim, não se ignora que o aumento do “fluxo os recursos financeiros governamentais canalizados para as políticas compensatórias” (como a Bolsa Família) são inversamente proporcionais a política oficial de reforma agrária (OLIVEIRA, 2011, p. 11). Por isso, segundo Bernardo Mançano Fernandes, em entrevista concedida para a tese de Ednizia Ribeiro Araújo Kuhn, o Bolsa Família tem arrefecido a luta pela terra, pois “muitas famílias que acampavam hoje ela avalia se vale a pena você ir [acampar]. A renda de um assentado hoje tá muito menor do que a renda de quem vive na cidade” (FERNANDES *apud* KUHN, 2015, p. 70).

familiar, normalmente esse papel integrador é de responsabilidade do dono da roça de mandioca que está sendo “tarefada”. No salão, as raízes são acondicionadas numa espécie de cocho para, depois, serem submetidas à moagem, ralação ou trituração. Os cochos são feitos de diversos materiais e formas, a depender do grau de capitalização do seu proprietário, podendo ser de madeira (escavada e lisa com formato de calha), tanque plástico (tipo “PVC”), cimento batido ou de cimento revestido com azulejos.

Aos poucos, as raízes vão sendo retiradas do cocho e jogadas na “boca” de uma máquina chamada sevadeira⁹⁸ (Figura 10h). Movida pela força humana ou com motores a gasolina ou elétrico a sevadeira tritura a raiz de mandioca transformando-a em uma massa (Figura 10i). A sevadeira é um equipamento que, se mal utilizado, pode provocar acidentes, muito embora se encontre no mercado máquinas mais aperfeiçoadas tecnicamente que minimizam as chances dessas ocorrências. Embora não seja contabilizado oficialmente, o município de Laje tem histórico de trabalhadores que perderam parte das extremidades dos membros superiores no trabalho nas casas de farinha. Conforme a Entrevista 4, com um agricultor e proprietário de uma casa de farinha na comunidade de Gameleira: “Teeem acidente! Não pode bater pestana não”. Caso contrário, uma fatalidade pode ocorrer⁹⁹.

Ao passar pela sevadeira a mandioca se desintegra e forma uma espécie de massa encharcada que naturalmente entra em estágio de fermentação e de escurecimento (Figura 10i). Por isso, logo após ter passado pela sevadeira a massa é depositada num cocho e, depois, colocada dentro de sacos chamados popularmente como “saco de linhagem”. Estes sacos são amarrados e acomodados em um equipamento chamado de prensa que pode ser manual – de parafuso ou alavanca – ou elétrica – com pistão hidráulico (Figura 10j). A prensa tem um dispositivo que

⁹⁸ As primeiras máquinas usadas para processar a mandioca e fazer a farinha (como as sevadeiras) foram inventadas em meados do século XIX por Frederico Heyatmann, engenheiro da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Alguns desses equipamentos chegaram a Província da Bahia em 1858. Contudo, ao invés dos equipamentos serem disponibilizados aos pequenos produtores, foram instalados, por ordem do Presidente da Província, em propriedades de senhores de engenho. (RIBEIRO, 1982; FLEXOR, 2004).

⁹⁹ Embora, a Secretária de Saúde do município e o SINTRAF não disponham de dados oficiais sobre os acidentes, a literatura regional dá indícios de sua existência. Ao abordar o momento em que as “raízes brancas” são transformadas em “farelos”, Santa Inez (1982, p. 40), destacava que uma das personagens ia apanhando as raízes no monte e deixando-as ao alcance das mãos da outra que “ativa e cuidadosa, evitava que as serrilhas do aparelho lhe ferissem os dedos. Era uma técnica especial, em que uma raiz empurrava o restinho da anterior”.

comprime e achata a massa de mandioca ensacada¹⁰⁰. Esse processo serve para que a massa perca parte da umidade e elimine o ácido cianídrico em forma de líquido altamente tóxico e poluente chamado de manipueira¹⁰¹.

A manipueira tem muitas serventias. Há experiências do seu uso na confecção de tijolos (Ceará), na produção de cachaça (Maranhão), como fertilizante, sabonete (Bahia) e na fabricação de goma usada em vários pratos (TRABALHO DE CAMPO, 2013-2014). Mas, na maioria das casas de farinha do município de Laje, a manipueira não tem a destinação adequada e o líquido escorre ao longo das propriedades (Figura 10k). Em alguns poucos casos, parte do líquido é captado para a produção de goma ou amido com o qual se fará os chamados beijus, como será tratado ainda nesse capítulo. Já na Cooperativa Estratégica do Amido, a manipueira é usada como biodigestor (TRABALHO DE CAMPO, NOVEMBRO DE 2015).

A massa uniforme e compactada que sai da prensa é jogada, novamente, no cocho (Figura 10l). Dentro do cocho a massa é esfarelada, ou melhor, “quebrada” para ser passada, novamente, pela máquina sevadeira (Figura 10h). Após passar pela segunda vez pela sevadeira a massa é levada para um tacho de formato circular (bacia ou alguidar) confeccionado de barro, cobre ou ferro (Figura 10m). Dentro desse tacho a farinha crua será torrada com o auxílio de um rodo de madeira que vai sendo manipulado manual ou eletricamente. O aquecimento do tacho depende de sua junção a um forno cuja “alimentação” é feita pelas “bocas”, ou melhor, aberturas existentes nas paredes laterais do salão de acordo com a necessidade de calor.

A torração só é finalizada quando a farinha atinge a qualidade e o sabor de acordo com os hábitos de cada região (mais fina ou mais grossa, mais ou menos seca, com mais ou com menos amido), o que depende do tempo de torração e da temperatura do forno¹⁰². A farinha torrada é, então, sessada em peneiras

¹⁰⁰ A prensa, assim como a sevadeira, foi sendo modificada e aperfeiçoada no decorrer dos séculos. Os povos indígenas, assim como os camponeses que historicamente fabricam farinha, usaram diversos instrumentos rústicos para retirar o ácido cianídrico da mandioca. Aguiar (1982, p. 25-78), elencou alguns deles, como a folhagem de palmeira, saco de folhas vegetais, engenho de palma, saco de palha e cesta de tacoara, dentre outros.

¹⁰¹ Como bem disseram Almeida & Motta (2012, p. 24), em “Canção da manipueira”, a manipueira “é o líquido amarelo resultante da prensagem, da raiz da mandioca durante a farinhagem. É resíduo do processo, de industrialização dessa popular raiz, de tão viva tradição. É o ouro que escorre das raízes generosas da excelsa mandioca planta muito prestimosa”.

¹⁰² Segundo Araújo (2002, p. 124), a torração requer “larga experiência do trabalhador”, pois é ele que controla “a qualidade e a uniformidade da farinha” uma vez que a “super ou subtorrefação torna a farinha de qualidade inferior para os padrões aceitáveis de consumo e mais exigente ainda para o comércio”. Durante o trabalho de campo, um proprietário de caso de farinha informou que a temperatura alta (quente) faz a farinha ser mais grossa e a temperatura mais baixa (fria) faz a farinha ser mais fina.

popularmente chamadas de urupemas (Figura 10n). A parte que passou pela peneira é colocada, outra vez, no cocho. A parte mais grossa é processada no moinho (Figura 10o) e, depois, misturada a parte que já estava no cocho. Toda a produção é ensacada em sacos de 50 kg para ser consumida e/ou comercializada (Figura 10p).

Na maioria das vezes, essa rotina desgastante que envolve muitas pessoas só dá resultados satisfatórios para alguns. Na maioria das comunidades de Laje, toda farinha produzida é vendida para uma única pessoa da comunidade de Capão. Esse atravessador recolhe todo o produto em veículo próprio e paga à vista¹⁰³. A compreensão do papel do atravessador é notado na Entrevista 2. Segundo a agricultora “O atravessador se chama atravessador que vem e travessa na frente comprando mais barato. Quem compra pra revender ganha o dobro do que a gente ganha” (TRABALHO DE CAMPO, FEVEREIRO DE 2014).

Isso significa que os trabalhadores tem a compreensão de que o lucro do trabalho não é apropriado por eles. Também são cientes de como mudar esse quadro, que é vender diretamente a sua produção, mas não podem fazê-lo, pois não tem como “quebrar” esse ciclo sem recursos. Diante do contexto de um município que se destaca na produção de mandioca, sendo essa a lavoura responsável pela fonte de renda de muitas famílias exige-se uma noção básica dos seus custos e da receita que a mesma permite, o que será tratado a seguir.

3.2.2.1 Os custos da produção de mandioca para fazer farinha em Laje (BA)

Apresentada a forma familiar de plantar mandioca e de fazer farinha, torna-se indispensável expor os custos desses processos produtivos. Para efeitos comparativos, optou-se por mostrar esses dados para a comunidade de Gameleira, que representa a forma familiar, e Engenheiro Pontes, que representa a forma comercial.

Mas, é a hora de cessar (a depender da peneira) que se define a espessura da farinha (TRABALHO DE CAMPO, ABRIL DE 2017).

¹⁰³ A presença de atravessadores na comercialização de farinha remete ao século XIX. Segundo Reis & Aguiar (1996, p 152), ao discutir o movimento “carne sem osso e farinha sem caroço” e a carestia dos gêneros alimentícios na Bahia oitocentista, a especulação em torno da farinha foi uma das variáveis responsáveis pelo aumento de preços daquele produto. Em 1807, já havia denúncias sobre os “lancheiros” que ‘têm o costume de andar nas embarcações a fretes, atravessando e revendendo os mantimentos’, ação que era bloqueada através de posturas das vilas que criavam barreiras a ação dos atravessadores de alimentos.

Para Gameleira, os custos se referem a família do agricultor que concedeu a Entrevista 4. A propriedade da família é de 2 hectares, e é onde ele trabalha com a esposa e seus 6 filhos, 4 homens e 2 mulheres. É importante ratificar que os filhos buscaram outras alternativas, para além do trabalho no campo. Um deles já concluiu a graduação em Licenciatura em Geografia na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) *Campus* Santo Antônio de Jesus e outros dois estão cursando Licenciatura em Letras e Licenciatura em História na mesma instituição. Além disso, o agricultor que concedeu a Entrevista 4 tem uma casa de farinha, em sociedade com um irmão, que funciona há, aproximadamente, 35 anos (Figura 9f).

A família planta mandioca para fazer farinha durante todo o ano em toda a propriedade mantendo a seguinte dinâmica: em um período fazem o plantio da mandioca em um “eito” (pedaço da roça); em outra ocasião, fazem a colheita de outro “eito” e fabricam farinha; em outro momento fazem os tratos culturais de outro “eito”; na sequência, trabalham a meia ou terça nas propriedades de fazendeiros da região, já que a área de terra da família é insuficiente para o sustento. O processo de trabalho da família do agricultor que concedeu a Entrevista 4, com certeza serve como referência para o que se está chamando forma familiar de plantar mandioca para fazer farinha. A partir dessa realidade, projetou-se o custo de plantio de mandioca e de fabricação de farinha para a forma familiar, conforme Tabela 10.

Tabela 10 – Custos da forma familiar de plantar mandioca e fazer farinha em 1 hectare na comunidade de Gameleira, maio de 2017:

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor	
			Unitário	Subtotal
1. Preparo do solo				600,00
Roçagem	Horas	3	50,00	150,00
Aragem	Horas	6	50,00	300,00
Gradagem	Horas	3	50,00	150,00
2. Plantio				1.070,00
Adubo	Saco 50kg	15	70,00	1.050,00
Formicida	Pacote	1	20,00	20,00
3. Tratos culturais				0,00
Força de trabalho familiar	--	--	--	--
4. Colheita				0,00
Força de trabalho familiar	--	--	--	--
5. Fabricação farinha				0,00
Força de trabalho familiar	--	--	--	--
6. Custos casa de farinha				50,00
Eletricidade	Conta	--	--	50,00
Total				1.720,00

FONTE: Trabalho de campo (2017).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Constata-se que, com exceção do preparo do solo, as demais etapas (plantio, tratos culturais e colheita) são feitos manualmente pelos filhos, sob a orientação do pai. O agricultor que concedeu a Entrevista 4 “faz” a terra de modo mecanizado. Como não dispõem dos equipamentos, a família contrata os serviços por hora. Lembrando que o trator e os implementos (arado, grade e roçador) são de modelo “antigo”, o que torna o serviço mais demorado se se comprar à forma comercial. Também é importante registrar que não é preciso fazer a roçagem da terra toda vez que se iniciar um ciclo agrícola. Se “fizerem” metade da propriedade da família de uma única vez são necessárias 12 horas de “máquina”, o que totaliza uma despesa de R\$ 600,00. A família do agricultor não compra as manivas. Caso não tenham na própria roça eles pegam com os parentes ou com os vizinhos.

Durante o plantio, gastam uma quantia significativa com o adubo, algo em torno de R\$ 1.050,00, o que demonstra a perda da fertilidade natural do solo na região. Também usam formicida, mas 1 pacote é suficiente para praticamente todo o ano. Outro ponto importante é que não precisam pagar pelo trabalho de fazer as covas nem de plantar, tampouco fazer os tratos culturais e a colheita, já que tudo é assumido pela mão de obra familiar. Embora os custos do trabalho familiar não estejam colocados há um custo-sombra, pois abdicam da “venda do dia” de trabalho. Ou seja, estão deixando de fazer um trabalho remunerado para os fazendeiros do entorno. Feito o plantio, a família procede aos tratos culturais. Normalmente, essa fase tem três etapas: uma limpa no terceiro, outra no sexto e a última no nono mês do ciclo. Nessa fase, a retirada dos matos é feita manualmente e sem o uso de agroquímicos¹⁰⁴. A colheita também é manual e toda a produção é levada para a casa de farinha da família nos panacuns pendurados no lombo do jegue.

Na casa de farinha, a única despesa contabilizada pela família é a conta de luz. Por isso, optou-se por concentrar todos os custos numa única tabela. Toda a família participa do processo produtivo. A esposa e as filhas raspam a mandioca e as atividades de seivador, preneiro e torrador são assumidas pelos homens. O saco para o armazenamento da farinha é de responsabilidade do atravessador que compra toda a produção. A lenha é retirada na própria roça. Segundo o Entrevistado 4, na área

¹⁰⁴ É interessante observar que durante a oficina realizada na comunidade de Gameleira, em fevereiro de 2014, ninguém assumiu usar o *Roundup*. Porém, foram apresentados os custos desse produto bem como o modo como seu uso é feito.

plantada com 1 hectare de mandioca, a família produz entre 120 e 150 sacos de farinha com 50 kg. Cada saco de farinha vendido por R\$ 150,00.

Visando tornar a análise mais próxima da realidade, considerou-se que a forma familiar empregada pelo Entrevistado 4 produz, em média, 135 sacos de farinha (com 50 kg cada) em 1 hectare de área cultivada com mandioca. Nesse caso, haveria uma receita de 20.250,00. Descontadas as despesas, que totalizam R\$ 1.720,00, obtém-se o lucro líquido de R\$ 18.530,00 conforme Tabela 11. Porém, essa receita não é alcançada de uma única vez. Em média, esse processo de produção de mandioca e fabricação de farinha, nos moldes da forma familiar, dura 2 meses. Como diz o agricultor, a colheita é “lenta”, mas suficiente para garantir da cesta básica e a compra de alguns itens necessários para os membros da família (TRABALHO DE CAMPO, MAIO DE 2017).

Tabela 11 – Despesas e receita da forma familiar de plantar mandioca e fazer farinha em 1 hectare na comunidade de Gameleira, maio de 2017:

Atividade	Despesa R\$	Receita R\$
Preparo do solo	600,00	--
Plantio	1.070,00	--
Custos casa de farinha	50,00	--
135 sacos farinha (135x R\$ 150,00)	--	20.250,00
Subtotal	1.720,00	20.250,00
Lucro da produção	R\$ 18.530,00	

FONTE: Trabalho de campo (2017).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Este caso representa a família que possui casa de farinha. Aquelas que não possuem, precisam fazer o preparo do solo, o plantio, os tratos culturais, a colheita, a raspagem e entregar sua produção na casa de farinha de um parente, amigo ou vizinho. Feito isso, o dono do estabelecimento se encarrega de sevar, prensar, torrar, peneirar e ensacar a produção mediante a cobrança de uma taxa de 25% em relação ao que foi produzido. Uma alternativa são os mutirões nos quais as pessoas se organizam para realizar o trabalho coletivamente.

Na comunidade de Gameleira, a estratégia do mutirão foi usada há cerca de 10 ou 15 anos atrás, mas não foi dado prosseguimento. Um caso interessante de organização do processo de trabalho baseado no mutirão é o da comunidade de Ribeirão, que foi mencionado pelo agricultor que concedeu a Entrevista 8. O entrevistado, que ocupou uma diretoria no SINTRAF (2013-2016), faz parte do

“Mutirão Azul”. Esse grupo, reserva todas as segundas-feiras para o trabalho coletivo em suas propriedades em regime de rodízio. Quando não há trabalho em seus lotes de terra “vendem o dia” na roça de terceiros e repartem a remuneração ou fazem farinha (TRABALHO DE CAMPO, JUNHO DE 2015). Vale dizer que esse tipo de relação de “troca de tempo” de trabalho, para além de necessidade prática, tem significado simbólico “não se está apenas produzindo um roçado; está-se reproduzindo uma comunidade” (WOORTMANN, 1990, p. 32).

Para Engenheiro Pontes, os custos foram apresentados pelo técnico agrícola que concedeu a Entrevista 12 e que acompanha a produção daquela comunidade, conforme Tabela 12.

Tabela 12 – Custos da forma comercial de plantar mandioca em 1 hectare na comunidade de Engenheiro Pontes, maio de 2017:

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor	
			Unitário	Subtotal
1. Preparo do solo				570,00
Aração solo (arado disco)	Horas	4	60,00	240,00
Gradagem do solo	Horas	2	60,00	120,00
Correção solo (calcário)	Diária	1	50,00	50,00
Calcário	Sacos	20	8,00	160,00
2. Plantio				1.800,00
Manivas	--	--	--	--
Pré-emergente	Pacote 100g	1	75,00	75,00
Coviamento	Diária	5	50,00	250,00
Plantio	Diária	10	50,00	500,00
Aubos	Saco 50kg	15	65,00	975,00
3. Tratos culturais				1.874,00
Limpa manual I (3º mês)	Diária	10	50,00	500,00
Limpa manual II (6º mês)	Diária	18	50,00	900,00
Limpa química I (9º mês)	Litros	3	24,00	72,00
Lima química II	Litros	3	24,00	72,00
Formicida	Pacotes	5	6,00	30,00
Aplicação agroquímicos	Diária	3	100,00	300,00
4. Colheita				750,00
Colheita manual	Diária	15	50,00	750,00
Total			4.994,00	

FONTE: Trabalho de campo (2017).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

O Entrevistado 12 deu um panorama de como funciona a produção comercial de mandioca em Engenheiro Pontes contabilizando todos os possíveis os custos. Esse processo demora entre 10 e 12 meses, mas isso depende da variedade de mandioca. Colhida a mandioca tem-se início ao fabrico da farinha e cujos custos pode ser observado na Tabela 13.

Tabela 13 – Custos da forma comercial de fabricar farinha numa lavoura de 1 hectare na comunidade de Engenheiro Pontes, maio de 2017:

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor		
			Unitário	Subtotal	
1. Mão-de-obra				1.350,00	
Raspagem da raiz	Diárias	20	25,00	500,00	
Sevar	Diárias	5	60,00	300,00	
Prensar	Diárias	5	60,00	300,00	
Torrar, peneirar e ensacar	Diárias	5	50,00	250,00	
2. Outros custos				300,00	
Saco para ensacamento	Unidades	120	2,50	300,00	
Água*	--	--	--	--	
Areia*	--	--	--	--	
Depreciação equipamentos*	--	--	--	--	
Eletricidade*	--	--	--	--	
Lenha*	--	--	--	--	
Total			1.650,00		

*Custos não estimados pela fonte.
 FONTE: Trabalho de campo (2017).
 ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Na comunidade de Engenheiro Pontes, com o sistema produtivo adotado, produz-se entre 90 e 120 sacos de farinha com 50 kg em 1 hectare de mandioca. Cada saco de farinha é vendido por R\$ 150,00. Considerando a média de 105 sacos, 1 hectare cultivado com mandioca resultaria numa receita de R\$ 15.750,00. Descontadas as despesas com o plantio R\$ 4.994,00 e com o beneficiamento R\$ 1.650,00 obtém-se um lucro de R\$ 9.106,00, conforme Tabela 14. Diferentemente da forma familiar essa produção e a realização do trabalho pode ocorrer toda semana ou toda quinzena.

Tabela 14 – Despesas e receita da forma comercial de plantar mandioca e fazer farinha em 1 hectare na comunidade de Engenheiro Pontes, maio de 2017:

Atividade	Despesa R\$	Receita R\$
Preparo do solo	570,00	--
Plantio	1.800,00	--
Tratos culturais	1.874,00	--
Colheita	750,00	--
Mão-de-obra fabricação farinha	1.350,00	--
Outros custos	300,00	--
105 sacos farinha (105x R\$ 150,00)	--	15.750,00
Subtotal	6.644,00	15.750,00
Lucro da produção	R\$ 9.106,00	

FONTE: Trabalho de campo (2017).
 ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

A apresentação dos dados das Tabelas 13 e 14 foi uma tentativa de precisar os custos e o lucro na forma comercial. Porém, parte dos custos da fabricação da farinha não foram contabilizados. O técnico agrícola que concedeu a Entrevista 12 informou que é muito complicado assegurar a quantidade/despesas com areia, água, eletricidade e lenha usadas nas unidades produtivas, já que são poucos os produtores que costumam fazer esse tipo de cálculo. Ele alega, ainda, que esse tipo de informação é bem mais imprecisa entre aqueles que trabalham na forma familiar.

Se foi difícil precisar os custos na fabricação de farinha da forma comercial, ainda mais complicado é precisar os custos da produção de mandioca no campo¹⁰⁵. Essa dificuldade faz com que o lucro apresentado para a forma comercial tenha sido subestimado. Isso ocorre porque existem relações muito peculiares no trabalho de plantar, tratar e colher a mandioca, o que amplia o lucro na forma comercial.

Tem sido cada vez mais comum entre os donos de casa de farinha da forma comercial comprar a roça de mandioca “em pé”. Um agricultor planta a mandioca e quando está na fase de colheita ele oferece a produção para o dono da casa de farinha. No ato, o agricultor sugere um preço. No “olhometro”, o dono da casa de farinha oferece o seu preço. Se eles se entenderem com relação ao valor fecha-se o acordo de compra e venda naquele momento. O dono da casa de farinha se encarrega de fazer a colheita e é possível que tenha um lucro superior ao que receberia se ele arrendasse sua unidade produtiva para receber a renda em espécie. Segundo o técnico agrícola que concedeu a Entrevista 12, é complicadíssimo precisar o valor de uma roça de mandioca em “pé”. Essa determinação é feita na hora. E é justamente essa a “jogada”. Ele afirmou que a variedade “corrente” é a que garante o melhor preço, pois o seu rendimento é o melhor. Inclusive, já acompanhou a venda de 1 hectare de mandioca “corrente” ser vendida em “pé” por R\$ 10 mil (TRABALHO DE CAMPO, MAIO DE 2017).

É importante registrar que durante o trabalho de campo na comunidade de Gameleira, o agricultor que concedeu a Entrevista 7 comentou que teria vendido uma roça “em pé” com uma extensão de 0,4 ha. Na época, junho de 2014, a venda teria sido feita por R\$ 600,00, sendo que, até o momento da entrevista não havia recebido o pagamento (TRABALHO DE CAMPO, MAIO DE 2015).

¹⁰⁵ Também não foi possível precisar o valor gasto com as manivas, embora ela seja comercializada, alguns fazendeiros tem mais de uma roça com mandioca. Assim, na medida em que desfazem uma roça eles tem a maniva para o plantio na outra propriedade.

Retomando para a questão do lucro na forma comercial, é bem comum que o dono da casa de farinha também seja um fazendeiro. Nesse caso, ele costuma firmar relações de parceria (a meia ou a terça) com os camponeses e obter um lucro acima do estimado na Tabela 14. Identificou-se duas situações:

- a) o fazendeiro faz um contrato de meia com o camponês. O fazendeiro entrega o solo preparado – ou seja, ele custeia a aragem, a gradagem e a correção do solo. O camponês, por sua vez, se encarrega de todo o resto, quer dizer plantio, tratos culturais e colheita. Cabe entre eles discutir quem custeará o adubo necessário para o plantio. Existem casos em que a responsabilidade pelo fertilizante é do fazendeiro, em outros é do camponês, há situações, também, em que ambos dividem essa despesa. Mas, em qualquer situação, o camponês é o responsável pela aplicação do produto;
- b) o fazendeiro faz um contrato de terça com o camponês. O fazendeiro entrega a terra ao camponês e não interfere em nada na produção. Cabe ao camponês assumir todas as etapas da produção sozinho. No final do ciclo, a produção é dividida em três partes, uma parte para o fazendeiro dono da terra e duas partes para o camponês.

Feitos os cálculos para o plantio de mandioca e a fabricação de farinha para as formas familiar e comercial, é indispensável comprar as despesas, a receita e o lucro de ambas, conforme Quadro 15.

Quadro 15 – Comparativo das despesas, receita e lucro na produção de mandioca e fabricação de farinha nas formas familiar e comercial em Laje (BA) referente 1 hectare de área cultivada:

Despesas plantio/beneficiamento mandioca	Forma Familiar	Forma comercial
Preparo do solo	600,00	570,00
Plantio	1.070,00	1.800,00
Tratos culturais	--	1.874,00
Colheita	--	750,00
Mão-de-obra fabricação farinha	--	1.350,00
Outros custos fabricação farinha	50,00	300,00
Subtotal	1.720,00	6.644,00
Receita comercialização farinha	Forma Familiar	Forma comercial
135 sacos farinha (135x R\$ 150,00)	20.250,00	--
105 sacos farinha (105x R\$ 150,00)	--	15.750,00
Lucro líquido	18.530,00	9.106,00

FONTE: Trabalho de campo (2017).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Constata-se que na forma comercial, se comparado a forma familiar, há uma maior diversidade de agroquímicos, desde o preparo do solo, quando é feita a aplicação de calcário; passando pelo plantio, com a aplicação de pré-emergente que inibe o nascimento dos matos; aos tratos culturais, com o uso de herbicida para evitar os matos e diminuir os custos com o pagamento de diaristas para fazer a limpeza dos tratos culturais. Além disso, a forma comercial gasta com a remuneração dos diaristas no campo e na casa de farinha. Outro ponto divergente entre as duas formas é a distorção em relação aos custos com a mecanização. O trabalho de campo apontou que a forma familiar necessita de 12 horas para “fazer as terras”, já a forma comercial necessita de 6 horas. É possível que a forma familiar demande mais tempo devido a declividade do terreno e a defasagem técnica dos tratores e implementos alugados, se comparado aos utilizados na forma comercial.

Tais aspectos fazem com que a forma comercial tenha quase o triplo de despesas em relação a forma familiar. Seguindo esse raciocínio, o lucro da forma familiar seria o dobro da auferida pela forma comercial, ainda que com distintas temporalidades na realização da produção no mercado. Enquanto, a forma familiar obtém essa renda em cerca de dois meses. Na forma comercial, a realização é mais rápida e contínua. Mas, essas conclusões não são tão simples e nem parecem plausíveis. Na forma familiar, a força de trabalho não é contabilizada como despesa, pois é assumida pela família. Contudo, dadas as especificidades das relações de trabalho no campo lajeista não se pode considerar que os donos das casas de farinha remunerem os camponeses que lavram suas terras como apresentado pelo Entrevistado 12. Se deduzíssemos as diárias da forma comercial em relação a força de trabalho responsável pela produção de mandioca no campo (referente a R\$ 3.250,00) o lucro da forma comercial seria de R\$ 12.356,00. Ou seja, os custos da forma comercial estão superestimados, como já foi explicado.

Sem contar que a produção de 120-150 sacos de farinha pela forma familiar em 1 hectare de área cultivada foi contestada pelo Entrevistado 12. De acordo com ele, com 1 tonelada de mandioca se fabrica entre 5-6 sacos de farinha. Como a média de rendimento da mandioca em Laje, na safra 2015, foi de 16,2 ton/ha, ele assegura que a quantidade máxima em 1 hectare seria 100 sacos de 50 kg. Além disso, o entrevistado afirma que somente a forma comercial seria capaz de atingir essa produção máxima, devido aos investimentos em tecnologia e o uso de variedades que

permitem um maior rendimento, o que não seria uma realidade entre o campesinato¹⁰⁶ (TRABALHO DE CAMPO, MAIO DE 2017).

Apesar de todas as conflitualidades que foram expostas, para os agricultores familiares de Laje, a mandioca é considerada uma “lavoura mãe” por três motivos. Primeiro, porque com ela não é possível enriquecer, mas é possível se alimentar em qualquer época do ano. Em segundo lugar, a mandioca funciona como uma reserva, uma espécie de poupança, que fica embaixo da terra para épocas de maior necessidade¹⁰⁷. E, por fim, por que, ao contrário de outras lavouras, ela não pode ser plantada e beneficiada pelo agricultor sozinho. É preciso muita gente para a lida na mandioca. Todo mundo ganha, pouco mais ganha. No final da “tarefa” todos vão para casa com um saquinho de farinha e um pouco de dinheiro.

Mesmo reconhecendo a importância da lavoura, rememorando a felicidade por ver a mandioca amadurecer e ir para a casa de farinha, os agricultores de Laje vêm alertando que nunca viveram um período de tamanha desvalorização. Essa situação não é uma novidade e outras pesquisas já apontaram o mesmo. Nos anos 1960, Milton Santos já dizia que a produção de farinha era “defeituosa e espoliadora guarda para si o principal dos resultados do trabalho dos lavradores” (SANTOS, 1963, p. 39). Situação semelhante foi pontuada na dissertação de Wodis Kleber Oliveira Araújo, na medida em que parte das pessoas entrevistadas durante o seu trabalho de campo, afirmaram que a casa de farinha não representa a principal fonte de renda, pois o preço da farinha é incompatível com o tempo destinado a sua produção. Nas palavras do próprio autor

A importância favorável da casa de farinha em sua situação sócio-econômica é de 75%, porém 25% alegaram que não há importância na casa de farinha, pois a farinha ali produzida é barata. O desinteresse destes pela casa de farinha advém do preço final do produto que teve valor médio de R\$ 11,50, por saco de 60kg e o tempo destinado para a transformação das raízes em farinha de mandioca não é inferior a 2 dias de trabalho exaustivo (ARAÚJO, 2002, p. 116).

¹⁰⁶ De qualquer modo, outro agricultor da comunidade de Gameleira, que também realiza a forma familiar de plantar mandioca para fazer farinha, e que concedeu a Entrevista 7, informou que em um “eito” de 0,4 hectares de sua propriedade ele já produziu 50 sacos de farinha, mas, também, já conseguiu fazer 120 sacos. Para ele, a quantidade final do produto depende da qualidade da terra. Segundo o agricultor, no período da entrevista, ele tem conseguido produzir cerca de 85 sacos de farinha nos 0,4 hectares plantados com mandioca (TRABALHO DE CAMPO, MAIO DE 2015).

¹⁰⁷ Segundo Cardoso (2003, p. 8), a capacidade de a mandioca poder ficar armazenada no próprio solo por um período razoável é uma importante “característica agrônômica” da planta. Além disso, se a lavoura for bem manejada a permanência sob o solo pode, inclusive, aumentar o rendimento.

Ainda assim, prevalece a mensagem de Djavan: a “farinha tá no sangue do nordestino, eu já sei desde menino o que ela pode dar”. Com esse mote, muitos persistem na produção de mandioca para fazer farinha. O interessante é que outrora, apenas “o cabra que não tem eira nem beira, lá no fundo do quintal tem um pé de macaxeira”. Em Laje, a mandioca já não representa a “lavoura de pobre”, agora é “lavoura nobre”. O fato de o capital se territorializar nessa lavoura levanta uma série de questões, como será visto na Parte II. Mas, antes disso, é importante apresentar como as casas de farinha são alvo de fiscalização e de como isso poderia contribuir para o fechamento dessas unidades produtivas. Acrescenta-se que o fechamento dessas unidades produtivas poderia ser uma pressão do capital que avançaria, também, pela lavoura de mandioca para fabricar tanto farinha quanto amido. Dada a importância que vem sendo atribuída ao amido (goma) de mandioca serão apresentadas algumas questões sobre a sua produção na fecularia (amido) e na casa de farinha (goma).

3.2.3 Destruição das casas de farinha? Reflexões sobre a “legislação discriminatória” e o Projeto Reniva

Em Laje, algumas casas de farinha têm passado por pequenas reformas e modificações nas instalações. Ou melhor, muitos proprietários de casa de farinha têm feito ajustes na estrutura física, adquirido equipamentos e adaptado as instalações às normas de segurança, sanitárias e de higiene. Entretanto, as mudanças não são uniformes, pois os custos são elevados para quem se dedica a uma produção com preços oscilantes.

Em parte, essas reformas são fruto de iniciativa pessoal de camponeses e/ou produtores mais capitalizados que buscam melhorar seus bens, até porque a posse da casa de farinha já foi, e ainda é, símbolo de distinção (ANDRADE, 1979; ARAÚJO, 2002). Em outros casos, as transformações resultaram das determinações que são executadas na escala local pela Secretária Municipal de Saúde através do Setor de Vigilância Sanitária¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Em 2012, o Setor de Vigilância Sanitária do município de Laje, vistoriou 27 casas de farinha e emitiu parecer técnico com orientações sobre reparos e reformas que deveriam ser cumpridas no prazo de 45 dias, sob a pena de iniciarem um “processo administrativo sanitário” que poderia, até mesmo, levar ao fechamento de algumas unidades produtivas (TRABALHO DE CAMPO, JUNHO DE 2014).

A exigência de adequação das casas de farinha às normas sanitárias soa para algumas lideranças como uma estratégia em prol do capital. Durante uma das reuniões da Câmara Técnica de Agricultura Familiar do Território Vale do Jiquiriçá, a pauta foi a cadeia produtiva da mandiocultura e a elaboração do “Plano Territorial da Cadeia Produtiva da Mandioca”. Na ocasião, o foco do debate girou em torno da hipótese de que o excesso de regulamentações levaria ao fechamento das casas de farinha da agricultura familiar camponesa, de modo semelhante ao que ocorreu, a partir da década de 2000, com o abate de animais que não atendia as normas de manejo e bem-estar, ou melhor, que não seguiam as normas do chamado abate humanitário adotado pelas redes de frigoríficos oficiais (TRABALHO DE CAMPO, NOVEMBRO DE 2014).

A reflexão dos membros da Câmara Técnica não é de todo exagero. É importante levar em conta que, na medida em que o desenvolvimento do capitalismo chega ao campo, ele tende a se apropriar de todos os setores de produção, expropriando os trabalhadores de seus instrumentos e recursos (FERNANDES, 1999). Desse modo, não seria possível manter a produção de mandioca nos moldes convencionais. Seria preciso criar “novas” relações

Por outro lado, vale observar aquilo que José Vicente Tavares dos Santos chamou de “legislação discriminatória” em relação as normatizações expedidas no Rio Grande do Sul para viticultura artesanal do final da década de 1930 (SANTOS, 1978). No caso da lavoura de mandioca, a aplicação da “legislação discriminatória” por parte do poder público local poderia, também, destruir a “indústria doméstica rural” de farinha não fossem dois elementos.

Em primeiro lugar, não existe monitoramento das orientações passadas pelo Setor de Vigilância, tampouco um acompanhamento sistemático das notificações em prol do fechamento das casas de farinha. Pesa contra esse tipo de fiscalização, o fato de se tratar de um município cuja maioria da população vive no campo e, direta ou indiretamente, tem relação com as casas de farinha fazendo com que o poder público faça “vista grossa” para a situação, pois, ao fim e ao cabo, se tratam de eleitores.

Apesar disso, as 27 notificações feitas pelo Setor de Vigilância Sanitária municipal ocorreram na gestão do prefeito Luiz Hamilton de Couto Júnior (2009-2012). Esse gestor era parceiro da Cooperativa Estratégica do Amido, tanto que encaminhou o Projeto de Lei Complementar n.º 001 de 16 de maio de 2011, com o propósito de alterar os “dispositivos do artigo 9º Lei Complementar n.º 010, de 30/12/2003, e dá

outras providências”. O projeto de lei do Executivo Municipal tratava da redução do Imposto Sobre Serviços (ISS), de 5 % para 2% “desde que prestados para implantação, apoio ou desenvolvimento de cadeia produtiva de amido a partir da mandioca” (LAJE, 2011). Entretanto, o referido Projeto de Lei foi indeferido pela Câmara Municipal¹⁰⁹.

Em segundo lugar, especula-se a partir de matérias jornalísticas e em documentos da EMBRAPA, que uma importante iniciativa para favorecer a formação de uma indústria capitalista de farinha foi iniciada, embora sem muito sucesso. Trata-se do Projeto Reniva, cuja proposta era a multiplicação e a distribuição de “manivas indexadas” para os agricultores familiares dos estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, norte de Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Sergipe¹¹⁰ (BRASIL, 2013b; EMBRAPA, 2013).

Infere-se que os agricultores familiares envolvidos no Projeto Reniva, seriam os fornecedores de manivas com qualidade genética, fitossanitária e agrônômica para o plantio das “Cooperativas” que explorariam a produção de derivados de mandioca como, por exemplo, a COOPAMIDO. Essa suposição se baseia, dentre outros, nas entrevistas concedidas pelo então gestor da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia (SEAGRI), Eduardo Seixas de Salles (2010-2014). No “Informativo Raízes & Frutos”, Salles afirmara que

Esse projeto [Projeto Reniva] vai mudar a realidade da mandiocultura do estado porque vamos levar para os agricultores material genético desenvolvido pela Embrapa com alta qualidade, e vamos juntos fazer a reprodução desse material e entregá-lo para as comunidades mais carentes, de zonas que já têm a estruturação da mandiocultura. Esse projeto de produção de manivas para doação a pequenos produtores

¹⁰⁹ Projeto lei complementar do poder executivo de Laje para alterar a alíquota do ISS, Anexo D.

¹¹⁰ O Termo de cooperação para descentralização n°. 21, firmado entre a a EMBRAPA e o Ministério da Integração para execução do Projeto Reniva, propunha o acesso dos agricultores familiares às variedades de mandioca produzidas pelo “Programa Nacional de Melhoramento Genético da Mandioca” coordenado pelo CNPMF. Para sua execução, que teria duração de seis anos, seriam descentralizados R\$ 5.500.00.00 de créditos orçamentários originários do Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (BRASIL, 2013b).

O documento não deixa claro como será a distribuição das manivas, mas fica implícito sua gratuidade. No documento consta, por exemplo, que: a) a “rede ‘Reniva Nordeste’ possibilitará ainda o acesso dos agricultores, em sua grande maioria de base familiar, às variedades de mandioca produzidas pelo Programa Nacional de Melhoramento Genético”; b) o Projeto Reniva propõe estabelecer uma “rede de multiplicação de manivas-sementes” “disponibilizando aos produtores nordestinos materiais propagativos” (BRASIL, 2013b). É interessante considerar a intencionalidade dessa doação. Os camponeses teriam acesso a transferência de um material propagativo de qualidade, mas perderiam a maniva crioula.

não é uma ação imediata, mas, sem dúvida, vai estruturar a cadeia da mandiocultura (CNPMPF, 2012b, p. 11).

Em outra ocasião, o então gestor da SEAGRI comentou acerca do “cenário” favorável à lavoura e sobre as empresas que atuam no ramo do amido na Bahia

Nesse momento importante da mandiocultura baiana, com as fábricas de fécula e amido modificado que foram conseguidas nos últimos anos, a Coopasub [Cooperativa Mista Agropecuária de Pequenos Agricultores do Sudoeste da Bahia], em Vitória da Conquista, e a Coopamido [Cooperativa dos Produtores de Amido e Mandioca do Estado da Bahia], no município de Laje (...) a Bahia, que, não tenho dúvidas, em breve será o maior produtor de mandioca do país (CNPMPF, 2012a, p. 4).

Outro indício está presente no texto do “Termo de cooperação para descentralização nº 21” firmado entre a EMBRAPA e o Ministério da Integração Nacional para execução do Projeto Reniva. Segundo o documento

Esse projeto servirá também como âncora onde se agregarão novas propostas voltadas, por exemplo, para a modernização do sistema de produção e a agregação de valor aos produtos de mandioca, que ajudarão a dar sustentabilidade aos arranjos produtivos dessa cadeia em todo o Nordeste do Brasil (BRASIL, 2013b).

Ademais, mesmo antes que o “Reniva” fosse apresentado oficialmente na “Câmara Setorial da Mandioca”, em 2011, o jornal A Tarde já veiculava matéria sobre a “articulação de “Cooperativas” com os governos estadual e federal” possibilitando “ganhos para os produtores de mandioca na Bahia nos próximos meses”. Os ganhos na “cadeia produtiva” ocorreriam pelo funcionamento, entre o final de 2010 e começo de 2011, de “pelo menos três fábricas de fécula de mandioca” nos municípios “de Laje, Vitória da Conquista e Ilhéus”. Estas seriam as primeiras “unidades produtoras do tipo” no estado já que a “fécula usada na Bahia é comprada de fábricas do Paraná” (DIEDER, 2010).

A reportagem detalhava, também, que em Laje, a administração da fábrica de fécula de mandioca ficaria a cargo da COOPAMIDO. Em Vitória da Conquista, a fábrica seria gerida pela Cooperativa Mista Agropecuária de Pequenos Agricultores do Sudoeste da Bahia. Em Ilhéus, a Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia, administraria a agroindústria. Além disso, a “demanda gerada pela instalação das indústrias no agronegócio da mandioca,

constituído em sua quase totalidade por agricultores familiares, chegará a cerca de 100 toneladas por dia nas unidades de Vitória da Conquista e Laje, e 12 toneladas em Ilhéus” (DIEDER, 2010).

Deduz-se que o Projeto Reniva serviria à COOPAMIDO, tanto pela relação mantida entre a “Cooperativa” e os idealizadores do Projeto, quanto pelas parcerias com os técnicos da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. (EBDA) responsáveis pela sua execução¹¹¹. Além disso, a expectativa era “chegar em 2017 com aproximadamente 33% da atual área produtiva do estado cobertos com o material [maniva] originado desse trabalho” (CNPMF, 2012b, p. 11). Ou seja, tempo suficiente para a COOPAMIDO se territorializar, enquanto o Estado se organizava para lhe garantir o acesso à produção e multiplicação das manivas isentas de doenças.

É sabido que o Projeto Reniva foi interrompido. Mas, antes que isso acontecesse, houve tentativas de alinhá-lo com outras propostas do governo federal, como o Plano Brasil Sem Miséria e o Programa Vida Melhor¹¹² (CNPMF, 2012b; EMBRAPA, 2013, 2015). Inclusive, o Programa Vida Melhor foi executado na Bahia pela SEAGRI (BAHIA, 2012a). O Programa Estadual de Inclusão Produtiva Vida Melhor, propunha fortalecer sete cadeias produtivas no campo baiano, uma delas era a mandiocultura¹¹³.

A suspensão do Projeto Reniva atrapalhou, mas não inviabilizou o apoio do Estado à territorialização do capital na lavoura de mandioca. Houve uma

¹¹¹ Existem evidências que demonstram a articulação entre a COOPAMIDO e o Projeto Reniva. Uma delas é a nota que informa a vinda de “uma comitiva composta por 15 técnicos” da extinta EBDA. Na ocasião, os técnicos estavam participando de um curso de capacitação referente ao Projeto na cidade de Cruz das Almas, em março de 2013. O curso “teve como foco o trabalho de pesquisa na área de reprodução de materiais de plantio para a cadeia produtiva da mandioca”. A visita a COOPAMIDO foi “parte da programação do curso” com “o intuito de conhecer o sistema de produção de mandioca da Coopamido, que envolve alta tecnologia, sustentabilidade e agricultura familiar” (BAHIAMIDO, S.A., 2014). Outra demonstração é o convênio entre a COOPAMIDO e a antiga EBDA. O acordo, no valor de R\$ 31.500,00, vigorou entre outubro de 2014 e setembro de 2015. O objeto era a “instalação de 01 (uma) unidade didática de campos de multiplicação de manivas-semente de mandioca com qualidade genética e fitossanitária em 2 (dois) hectares (ha) no município de Lage para distribuição aos agricultores familiares, apoiada pela assistência técnica na transferência de tecnologia” (BAHIA, 2014b).

¹¹² Na Bahia, a instituição responsável pela execução do Projeto Reniva – EBDA – foi extinta. Um dos responsáveis pelo “Reniva” na EBDA confirmou, durante atividade do Câmara Técnica de Agricultura do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, na cidade de São Miguel das Matas, que o Projeto havia sido interrompido (TRABALHO DE CAMPO, NOVEMBRO DE 2015).

¹¹³ O Programa Estadual de Inclusão Produtiva Vida Melhor foi regulamentado pelo Decreto nº 13.167 de 11 de agosto de 2011 (BAHIA, 2011). A proposta era atuar “em três componentes no campo: assistência técnica, fomento das atividades da agricultura familiar e promoção dos empreendimentos populares rurais. Por meio dessa estratégia, pretende-se fortalecer as sete principais cadeias produtivas da agricultura familiar na Bahia: mandioca, mel, aquicultura e pesca, fruticultura, bovinocultura do leite, ovinocaprinocultura e oleaginosas” (BAHIA, 2012a, p. 37).

instrumentalização do Estado em favor do capital no sentido de estimular essa “cadeia produtiva”. Isso ocorreu, por exemplo, através da criação da “Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca e Derivados”¹¹⁴ (BRASIL, 2006a, 2009) e da “Agenda Estratégica da Mandioca: 2010-2015”¹¹⁵ (BRASIL, 2011b).

Ademais, a COOPAMIDO sempre contou com o apoio do CNPMF. Um exemplo, foi o “diagnóstico da cultura” elaborado pelos pesquisadores daquela unidade da EMBRAPA para definir a “escolha” do município onde seria construído o complexo agroindustrial. Em nota, publicada no “Informativo Raiz & Fruto”, foi exposto o seguinte

A Embrapa Mandioca Fruticultura também é parceira nesse projeto, com ações de cooperação técnica. O chefe geral da Unidade, Domingo Haroldo Reinhardt, lembra que a parceria começou em 2009, quando a Unidade prestou um serviço de levantamento do sistema de produção da mandioca na região. ‘ Fizemos um diagnóstico da cultura, do sistema de produção, do perfil dos produtores [IDH], análise das condições ambientais, do clima e do solo em cerca de 15 municípios da região. Com base nesse levantamento, realizado durante três meses, é que foi definida a região para instalação da indústria’, explica Haroldo (CNPMF, 2010b, p. 6).

Mas, a relação do CNPMF com a Fundação Odebrecht antecede a criação da CEA. Em 2003, o CNPMF desenvolveu um

Programa de revitalização da cultura da mandioca na região’ e fez a montagem de ‘campo de demonstração de tecnologias para a cultura

¹¹⁴ Na escala nacional, o MAPA criou 31 Câmaras que representam diferentes setores e temas do agronegócio nacional, dentre as quais a “Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca e Derivados” composta por representantes de 26 órgãos/entidades (BRASIL, 2006a). O funcionamento das Câmaras Setoriais ocorre com base na identificação dos problemas de cada cadeia produtiva. As questões são discutidas internamente e as propostas elaboradas para solucionar os entraves são encaminhadas para Coordenação-Geral de apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas. Este setor identifica o órgão responsável e encaminha a demanda dos integrantes da Câmara. Cada órgão competente repassa os desdobramentos da decisão executada para a Coordenação-Geral que, por sua vez, responde à Câmara (BRASIL, 2009, p. 12). Na Bahia, a SEAGRI reproduziu o modelo do MAPA e criou 18 Câmaras e cinco Subcâmaras que representam os diversos segmentos da agropecuária baiana, dentre as quais a “Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca”, criada em dezembro de 2010. As Câmaras propõem agregar pessoas ligadas ao setor agropecuário que terão oportunidade de interagir e influenciar nas relações econômicas e na eficácia das políticas públicas direcionadas ao setor agropecuário, bem como contribuir na elaboração do Planejamento Estratégico da Agropecuária do Estado da Bahia (SEAGRI, 2010, p. 3; 5).

¹¹⁵ A Agenda Estratégica da Mandioca, por sua vez, é um documento elaborado por um grupo de trabalho formado por integrantes da “Câmara Setorial da Mandioca”, sob a orientação da Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CNPMF, 2011a, p. 8). Esse documento é uma agenda de trabalho com o objetivo de se ampliar as discussões da cadeia produtiva, além de pensar nas estratégias para o futuro ao construir planos e projetos que permitam competitividade e sustentabilidade (BRASIL, 2011b).

da mandioca, na época o maior campo experimental fora de suas bases físicas. Um verdadeiro laboratório a céu aberto, em que foram introduzidas tecnologias disponíveis que se adaptassem aos sistemas de produção vigentes. Os produtores passaram a absorver as novas tecnologias, e a média de produtividade (...) saltou de 9 para 25 toneladas por hectare em um período de dois ciclos' (CNPMF, 2010b, p. 4).

Esses relatos demonstram, que o apoio concedido pelo CNPMF à Fundação Odebrecht, permite que os produtos que resultarem de um dos projetos de geração de renda origine uma renda monopolista (HARVEY, 2005, p. 222). Ou seja, permite que o setor primário de cada projeto detenha o “controle exclusivo” de um “item, direta ou indiretamente comercializável, que é, em alguns aspectos, crucial, único”. Isso significa que Estado consente e contribui com pesquisas que favorecem a razão instrumental (utilitarista) que o capital tenta introduzir nos espaços-geográfico-sócio-cultural do campesinato (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Diante dessas relações, confirma-se que a tendência do capital é dominar todas as dimensões da vida. Mas, isso não ocorre de modo autônomo. É bem comum que capital e Estado aliem-se nesse tipo de propósito. Mas, é importante advertir que esses dois poderes não compõem uma única esfera, ao contrário, fazem parte de planos distintos. O capital representa o poder econômico e Estado o poder político, embora nem sempre tenha sido assim. Para Mascaro (2013), o Estado, tal qual se apresenta na atualidade, não se constituiu como uma forma de organização política vista em sociedades anteriores. Nos modos de produção pré-capitalistas não havia uma separação estrutural entre aqueles que dominavam economicamente e aquele que dominavam politicamente. Nas sociedades de modo de produção escravagista, o poder econômico e político era indistinto e a ação política era formada por arranjos instáveis, ora marcados pelo mando centralizado – como, por exemplo, ocorria entre os egípcios – ora mais pulverizadas – tal como entre os gregos e os romanos. Na Idade Média, também prevalecia a natureza coincidente dos poderes e, embora o poder clerical fosse forte, estava submetido a concordância dos senhores feudais.

Dado todo esse contexto, torna indispensável saber um pouco sobre o amido de mandioca, subproduto que é o mote da territorialização do projeto educacional e de geração de trabalho e renda com o apoio do Estado brasileiros em suas três instâncias.

3.2.4 Notas sobre a produção de amido (goma) de mandioca

A “possibilidade de aplicações industriais do amido de mandioca são praticamente inesgotáveis” (REVISTA ADITIVOS E INGREDIENTES, 2009, p. 36), uma vez que o amido é requisitado em diversos segmentos, como nas áreas papelreira, química, de medicamentos, têxtil, metalúrgica, petrolífera, de construção civil e alimentar¹¹⁶ (CARDOSO, 2003; SUFRAMA, 2003; REVISTA ADITIVOS E INGREDIENTES, 2009; COSTA, 2012; ABAM, 2014). Por conta disso, é possível afirmar que a mandioca vem alcançando o *status* de um dos “mais dinâmicos produtos da agricultura mundial” (FELIPE *et al.*, 2013). Essa demanda, tem qualificado a mandioca como uma planta estratégica (CONCEIÇÃO, 1981; AGUIAR, 1982; CNPMF, 2011c; O PIB DA MANDIOCA, 2011; CBM, 2013; REINHARDT, 2013) e até mesmo uma *commodity*¹¹⁷ (CBM, 2013; REINHARDT, 2013).

A procura pelo amido de mandioca tem provocado o aumento de sua produção no Brasil¹¹⁸. Nas três últimas décadas, a produção de amido aumentou de 170 mil/toneladas (1990) para mais de 543 mil/toneladas (2010), uma alteração de 219,41%¹¹⁹. Entre 2003-2012, os principais estados produtores do amido de mandioca foram, respectivamente, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, seguidos por Santa Catarina, Goiás, Pará, Minas Gerais, Bahia e Ceará, esses últimos produzindo

¹¹⁶ Entre 2003-2009, o setor que mais consumiu amido de mandioca no Brasil foi o de papel/papelão, que liderou o mercado consumidor em quatro dos sete anos pesquisados, seguido pelo de frigoríficos e do de massas/biscoito/panificação. Entre 2010-2013, o principal segmento consumidor foi, respectivamente, massa/biscoito/panificação seguido por frigorífico e papel/papelão (ABAM, 2014).

¹¹⁷ A tentativa de tornar a mandioca uma *commodity* ficou explícita durante a 15ª edição do Congresso Brasileiro da Mandioca, realizado em 2013, na cidade de Salvador, com o tema “Inovação e sustentabilidade: da raiz ao amido”. Essa intencionalidade ficou bastante evidente na conferência e abertura, intitulada “Inovação, sustentabilidade e desenvolvimento rural: o papel estratégico da cultura da mandioca”, proferida por Valter Bianchini, então Secretário Nacional da Agricultura Familiar do MDA (CBM, 2013). Apesar disso, a mandioca não está entre os produtos do “Índice de *Commodities* Agrícolas da Bahia” (SEI, 2013).

¹¹⁸ Dados da produção de amido de mandioca no Brasil, Apêndice J.

¹¹⁹ A demarcação da importância do amido de mandioca pode ser observada, além dos indicadores de produção, através da criação da Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca, em maio de 1991, na cidade de Paranavaí-PR. Essa Associação incentiva a busca de alternativas tecnológicas que contribuam para o desenvolvimento do setor e atuando no estabelecimento de políticas setoriais que beneficiem a cadeia produtiva de mandioca. Atualmente, a ABAM é formada por 29 empresas do Mato Grosso do Sul, Paraguai, Paraná e São Paulo (ABAM, 2013, 2014).

É importante ressaltar que a Odebrecht não faz parte da ABAM. Tampouco isso importa, já que essa corporação não precisa fazer parte de associação para comercializar o amido no Brasil e no mundo. Muito pelo contrário. Ingressar numa Associação desse tipo significa disputas para “dá a linha”, um desgaste desnecessário. Por outro lado, embora a Bahia esteja fora dessa rede de empresários que se dedicam a exploração da mandioca com fins industriais, desde a década de 1960, um grupo de professores-pesquisadores vinculados a então Escola de Agronomia da UFBA vem desenvolvendo pesquisas no sentido de promover a lavoura de mandioca à categoria de “cultura industrial” (CBM, 1979-2015; CONCEIÇÃO, 1974, 1981; SBM, 2009; CNPMF, 2013). Esse grupo também é composto por pesquisadores do CNPMF, importante parceiro da CEA.

quantidades bem inferiores aos três primeiros¹²⁰ (ABAM, 2014). A Bahia ingressou no cenário dos subprodutos “nobres” da mandioca no primeiro decênio do século XXI. Mas, diferentemente do ocorrido nos principais estados produtores, esse processo se deu a partir de um projeto educacional e de geração de trabalho e renda – não obstante, o estado baiano já possuísse, desde a década de 1980, “a Cianor [Companhia de Amidos do Nordeste], destinada ao aproveitamento do amido de mandioca (...) instalada no município de Inhambupe, com produção destinada ao Sul do país” (SILVA, 2002, p. 68).

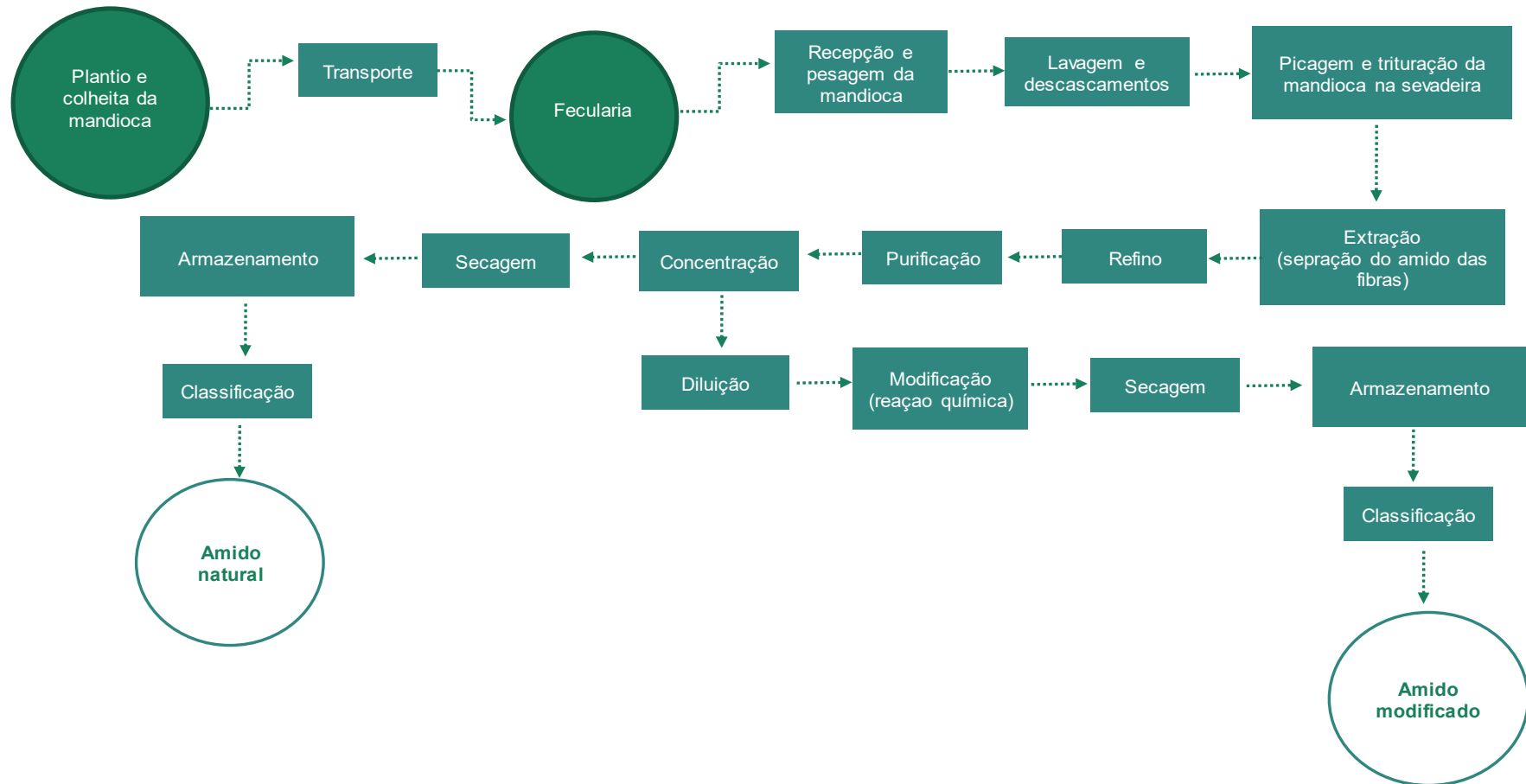
3.2.4.1 A extração de amido na fecularia e a produção de goma das casas de farinha em Laje (BA)

A produção do amido, fécula, goma ou polvilho de mandioca pode ser tanto industrial quanto artesanal, a bem da verdade sua denominação está sujeita a forma espacial onde o mesmo foi fabricado. Durante o trabalho de campo, notou-se que quando o subproduto “nobre” da mandioca é produzido na indústria ou fecularia costuma-se chamá-lo de amido ou fécula. Mas, quando o mesmo ocorre de modo artesanal nas casas de farinha ele é chamado de goma¹²¹. Para além da denominação existem outras diferenças. Na fecularia, a raiz de mandioca passa por um processo industrial de produção, conforme Figura 11. Esse processo, requer o domínio de técnicas do saber científico associadas a habilidade de operar distintos equipamentos, o que só é possível com uma força de trabalho qualificada para tal.

¹²⁰ Cerca de 96% das unidades industriais de produção de fécula de mandioca estão situadas na região compreendida pelos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo (GAMEIRO *et al.*, 2003; SUFRAMA, 2003; COSTA, 2012). Vale lembrar, que o estado do Paraná, tem tradição de cultivar mandioca para fabricação de farinha desde os tempos da Colônia. A antiga província já abastecia o mercado baiano em épocas de crise desde o século XIX (RIBEIRO, 1982) e essa posição não se desfez com o passar dos séculos (SILVA *et. al.* 1996; PAULINO, 2003; COSTA, 2012), já que o estado paranaense se aperfeiçoou na lavoura e passou a explorar o amido.

¹²¹ É importante informar que a literatura consultada trata o amido e a fécula de mandioca como sinônimos (CARDOSO, 2003; SUFRAMA, 2003; CUNHA, 2007; REVISTA ADITIVOS E INGREDIENTES, 2009; ATHAYDE, 2011; COSTA, 2012; ABAM, 2014), muito embora alguns até cheguem a pontuar que existe diferença entre as duas expressões (CARDOSO, 2003; SUFRAMA, 2003; CUNHA, 2007). Essa equivalência entre amido e fécula destoa das orientações da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos, que considera amido como “o produto amiláceo extraído das partes aéreas comestíveis dos vegetais (sementes), etc.)” e a fécula como “o produto amiláceo extraído das partes subterrâneas comestíveis dos vegetais (tubérculos, raízes e rizomas)”. Desse modo, a designação amido ou fécula depende do nome do vegetal de origem: amido de milho e de arroz e fécula de batata e de mandioca (ANVISA, 1978, p. 23-25). Apesar das divergências, será adotada a expressão amido de mandioca, pois é assim que a Cooperativa Estratégica do Amido trata esse subproduto.

Figura 11 - Esquema do beneficiamento da mandioca na fecularia para produção de amido:



FONTE: SUFRAMA (2003); ABAM (2014); BAHIAMIDO S.A. (2017).
ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

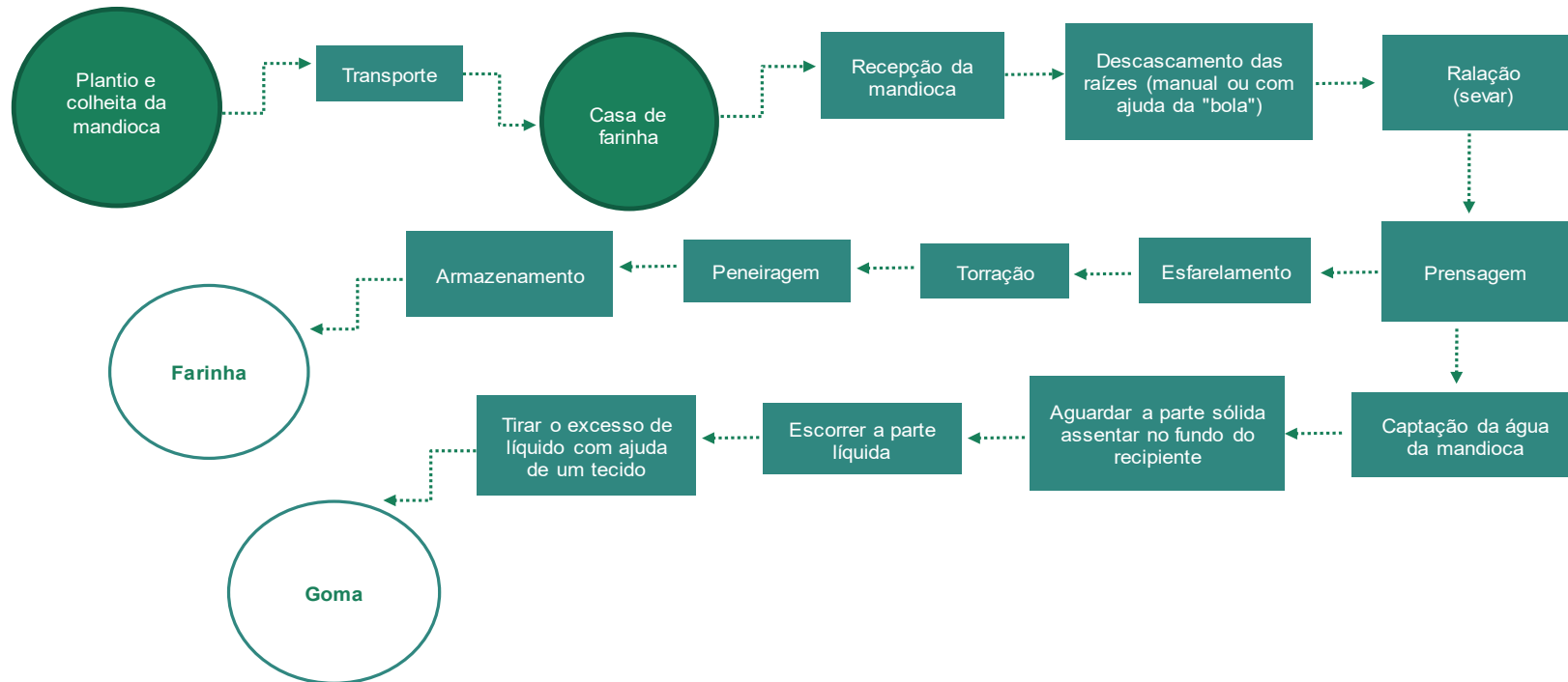
O processo industrial de produção do amido no setor secundário da Cooperativa Estratégica do Amido consiste nas seguintes etapas: recepção e pesagem das raízes que são transportadas de caminhão até a plataforma de descarga; as raízes são descarregadas em “canha de armazenamento”; em seguida, passam por um processo simultâneo de lavagem e de descascamento seguido de verificação visual de impurezas; após a vistoria e a retirada de possíveis impurezas as raízes são picadas e encaminhadas em quantidades uniformes para a sevadeira; na sequência, há uma separação do amido e das fibras de mandioca seguida de um refino que consiste em separar as fibras finas e retirar a polpa; o resultado é uma espécie de “leite” no qual o amido fica em suspensão; em contato com água, esse leite é purificado e passa para a concentração segue para ser concentrado (BAHIAMIDO S.A., 2017).

A partir desse momento, as linhas de produção se diferenciam podendo produzir o amido natural ou o amido modificado. No caso do amido natural, basta que aquele “leite” concentrado passe por um processo de secagem, armazenamento, classificação (para uniformizar o diâmetro dos grãos) para, então, ser ensacado e comercializado. No caso do amido modificado, o “leite” concentrado daquela primeira etapa passa por processo de diluição e é enviado para um tanque reator. Neste tanque, ocorre a reação química, também chamada de modificação. A partir daí o processo é o mesmo de fabricação do amido natural, ou seja, secagem, armazenamento, classificação, ensaque e comercialização¹²² (BAHIAMIDO S.A., 2017).

Essa descrição aponta que no processo industrial de produção de amido de mandioca há uma prevalência da composição orgânica do capital (IANNI, 2004), ou seja, o elevado uso de tecnologia com máquinas e equipamentos. Esse processo, difere do modo como as famílias camponesas beneficiam a mandioca, seja para fazer farinha ou para retirar a goma usada na fabricação de beijus e bolos produzir alimentos nas casas de farinha, conforme Figura 12.

¹²² Embora o amido de mandioca seja usado na indústria em geral, ele tem tido muita demanda no setor alimentício (ABAM, 2014; REVISTA ADITIVOS E INGREDIENTES, 2009). Entretanto, é importante observar que existe uma diferença na linha de produção. Isso deve-se ao fato de que o amido de mandioca apresenta algumas restrições no setor de alimentos. Na “forma não modificada, os amidos tem uso limitado na indústria alimentícia”. Ou seja, esse subproduto são “perfeitamente adaptados aos produtos feitos na hora, preparados sem muita preocupação com conservação”. Mas, na fabricação de alimentos congelados é preciso efetuar a modificação dos amidos para “incrementar ou inibir suas características originais e adequá-lo as aplicações específicas” (REVISTA ADITIVOS E INGREDIENTES, 2009, p. 29; 30).

Figura 12 - Esquema do beneficiamento da mandioca na casa de farinha:



FONTE: Trabalho de campo (2014-2016).
ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Constata-se que o “acontecer social” na feclaria (produção e modificação de amido) e na casa de farinha (fabricação de farinha e de goma) não é o mesmo. Logo, no “espaço geográfico, se as temporalidades não são as mesmas, para os diversos agentes sociais, elas todavia se dão de modo simultâneo” já que os “eventos não são sucessivos, mas concomitantes” (SANTOS, 1997, p. 20-22; 126).

A lavoura de mandioca tende a se tornar uma “racionalidade concorrente”, desde que o projeto da Odebrecht consiga beneficiar sua capacidade diária de processamento. Quer dizer, a forma de alta tecnologia representa uma “ordem universal” qualificada como uma “racionalidade dominante” ou uma “racionalidade hegemônica” (SANTOS, 1997) que produz o “território ‘unifuncional’ proposto pela lógica capitalista hegemônica” (HAESBAERT, 2005, p. 6.775).

Por outro lado, nas casas de farinha, existe uma “contra-racionalidade” ou uma “racionalidade paralela” fruto de uma “ordem local” (SANTOS, 1997) e produtora de um “espaço-tempo vivido” no qual o território “é sempre múltiplo, ‘diverso e complexo’” (HAESBAERT, 2005, p. 6.775). Em outras palavras, nessas formas há uma predominância de temporalidades não-hegemônicas. Ou seja, aquelas que respondem com “tempos mais lentos”, estão associadas às experiências concretas e que se tensionam em face das determinações do “tempo hegemônico” ditado pelas grandes organizações e Estado (SANTOS, 1998; FERNANDES, 1999). Em que pese a força do capital, a forma familiar de plantar mandioca para fazer farinha ainda é a preponderante em Laje, o que exige-se conhecê-la um pouco.

Essas diferenças são notadas pelos próprios camponeses. Alguns observam as diferenças na prática, na medida em que se integraram a COOPAMIDO. Esse é o caso da Entrevista 11 com uma cooperada da comunidade de Sobradinho. Essa cooperada planta mandioca como mercadoria (produção de mandioca para extração de amido como matéria-prima industrial na “Cooperativa”), mas continua plantando, também, como modo de vida (em sua roça de 10 tarefas para fabricar farinha). A partir da Entrevista 11 observa-se que, tanto na casa de farinha quanto na feclaria, se produz o amido de mandioca, o que difere são as técnicas empregadas

Tem muita diferença. Tem. Porque só o jeito que eles bixiam [fazem] com a mandioca lá que mostrou a gente. A prensa, tudo a gente, é muito processo que eles passa pra chegar no amido, é. A gente entrou tudo de máscara lá dentro pra ver os amido. O amido na verdade é uma goma, a goma. A gente (...) tirava essa goma pra fazer tapioca pra vender (...) mas agora a gente não faz mais porque... era na casa

de farinha de rodo, hoje é aquela motorizada que não faz beiju mais. A minha irmã mesmo pegava a massa, colocava água, espremia no pano e deixava. Aí no outro dia tava aquele negócio, aquela goma, aquilo é o amido que eles tira lá é esse. Só que eles o processo é diferente, passa por muita coisa (...) (TRABALHO DE CAMPO, JULHO DE 2014).

As diferenças também são notadas na Entrevista 6, com outro cooperado da comunidade de Sobradinho. Segundo ele, “na firma”

(...) é meio mundo de coisa, rapaz. A mandioca, você joga num lugar, já sai em outro. Depois ali já passa pra outro. Aí vai distribuindo. Cada máquina é pra fazer uma coisa. É uma pra descascar mandioca, aquela pelo bem fininha. Quer dizer que um contêiner de mandioca, dá o que? 20 tonelada... a casca que sai não dá um carro-de-mão. Sai bem fininha... ali não perde nada, nada sai tudo empacotaduzinho. Os pessoal vai tudo arrumando [de acordo com o camponês-cooperado, na casa de farinha] (...) passa mandioca na sevadeira. Coloca um tanto da mandioca sevada numa vasilha. Depois coloca água, aí deixa de um dia pra outro, né? Aí aquela goma assenta toda no fundo da vasilha e aquela água a gente joga fora e depois bota pra torrar, né? (TRABALHO DE CAMPO, JULHO DE 2014).

As diferenças entre o modo de extrair o amido de mandioca na feclaria e nas casas de farinha não se resumem ao aparato tecnológico e ao saber científico. A finalidade do subproduto também é diferente entre esses dois territórios. Nas feclarias, o amido é produzido apenas com fins comerciais (reprodução ampliada e valor de troca), ou seja, para sua utilização industrial. Já nas casas de farinha, especialmente da forma familiar, a produção da goma tem dupla função: tanto ocorre para iniciar as crianças no mundo do trabalho (socialização), quanto para a alimentação da própria família através da fabricação de beiju e tapioca (valor de uso), conforme Figura 13.

Essas diferenças entre a feclaria e as casas de farinha apontam que a produção camponesa e a produção do capital produzem territórios diferentes, em especial porque o camponês organiza seu território para sua “existência” para “desenvolver todas as dimensões da vida” (território do campesinato). Enquanto, isso o capital organiza seu território “para a produção de mercadorias” (território do agronegócio) (FERNANDES, 2008b, p. 40). Outra importante diferença entre a goma produzida nas casas de farinha e o amido produzida nas feclarias se refere a força de trabalho. A tarefa de tirar a goma nas casas de farinha é essencialmente feminina e, muitas vezes, conta com a colaboração das crianças. Para isso, a única exigência

é ter aprendido com os pais o modo de tirar a água da mandioca, deixar assentar (Figura 13a), pegar a parte concentrada que ficou armazenada no recipiente (Figura 13b), enxugá-la (Figura 13c) e está feita a goma que será usada para fazer beijus¹²³ (Figura 13d).

Figura 13 – Produção artesanal de goma em casas de farinha do município de Laje (BA):



13a – Água de mandioca assentando na comunidade de Funil



13b – Crianças enxugando a goma de mandioca na comunidade de Rio de Areia



13c – Crianças enxugando a goma de mandioca na comunidade de Rio de Areia



13d – Fabricação de beiju na comunidade de Tourinho

FONTE: Trabalho de campo (2015-2016).
AUTORA: Aline dos Santos Lima.

Na feccularia, a produção de amido exige um trabalhador formal, aspecto que pode ser observado a partir das informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Os dados do emprego formal no setor “Indústria de transformação” e na classe “Fabricação de amidos e fécculas de vegetais e de óleos de milho” começam a aparecer em Laje a partir de 2011, ano da inauguração da BAHIAMIDO S.A¹²⁴.

¹²³ Nas casas de farinha, caso o líquido que sai da mandioca, ou “água da mandioca”, seja captado, ela produzirá a goma. Essa goma se forma pela decantação da “água” ficando concentrada no fundo do recipiente onde for coletada (ARAÚJO, 2002, p.121).

¹²⁴ A RAIS, instituída pelo Decreto nº 76.900 de 23/12/1975, é um registro administrativo, de âmbito nacional, com periodicidade anual, obrigatório para todos os estabelecimentos do mercado de trabalho formal. Criada para fins estatísticos e administrativos, a RAIS sistematiza suas informações segundo o número de empregos e a movimentação de mão de obra empregada (admissões e desligamentos), por gênero, por faixa etária, por grau de instrução, por rendimento médio e por faixas de rendimentos em salários mínimos. Os resultados da RAIS são divulgados segundo dois recortes: a) o geográfico, que

No município de Laje, em 2010, quando a BAHIAMIDO Serviços Agroindustriais foi criada, não havia pessoas trabalhando formalmente na “fabricação de amidos e féculas de vegetais e de óleos de milho”. Em 2011, quando aquela indústria é inaugurada, identifica-se 37 pessoas trabalhando na “fabricação de amidos e féculas”. Em 2012, quando iniciam as operações na BAHIAMIDO S.A., o número de empregados formais praticamente dobra, passando para 69 pessoas.

A partir da Relação Anual de Informações Sociais, agregadas pela Coordenação de Pesquisas Sociais (COPES) da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), é possível elaborar um perfil dos trabalhadores formais da indústria de “fabricação de amidos e féculas” no município de Laje.

Em 2011, dos 37 trabalhadores, 28 eram do sexo feminino (76%) e 9 eram do sexo masculino (24%). Em 2012, quando o número total de empregados era 69 pessoas, 58 eram do sexo feminino (84%) e 11 do sexo masculino (16%), conforme Tabela 15. Os dados permitem afirmar que, no quesito de gênero, a mão de obra feminina predomina na produção de goma e/ou amido, tanto nas casas de farinha quanto na indústria.

Tabela 15 – Sexo do trabalhador formal ocupado na fabricação de amidos e féculas no município de Laje (BA) (2011-2012):

Sexo	2011		2012	
	Número	%	Número	%
Feminino	28	76	58	84
Masculino	9	24	11	16
TOTAL	37	100	69	100

FONTE: COPES/SEI *apud* Rodrigues (2014).
Elaboração: Aline dos Santos Lima.

A maior parte do trabalhador formal ocupado na fabricação de amidos e féculas estava na faixa etária entre 30 a 39 anos. Em 2011, das 37 pessoas ocupadas, 16 estavam na faixa etária entre 30 a 39 anos (43,3%). Em 2012, das 69 pessoas ocupadas, 27 estavam naquela mesma faixa etária (39,1%), conforme Tabela 16.

permite monitorar as informações em nível municipal; b) e o setorial, que viabiliza a agregação de dados seguindo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (IBGE, 2015).

As informações da RAIS não discriminam as empresas empregadoras. Desse modo, as informações obtidas não são relativas às pessoas jurídicas que compõem a Cooperativa Estratégica do Amido. Os dados abrangem todas as empresas do município de Laje que tenham atividades no setor/classe definido pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas. Como Laje não dispõe de outras empresas voltadas para o segmento de amidos e féculas vegetais, deduz-se que as informações sejam específicas para BAHIAMIDO S.A.

A faixa etária com menos pessoas ocupadas na fabricação de amidos e féculas estava entre 40 e 49 anos. Em 2011, das 37 pessoas ocupadas, 4 estavam com 40 a 49 anos (10,8). Em 2012, das 69 pessoas ocupadas, 7 estavam com idade entre 40 a 49 anos (10,2%), conforme Tabela 16.

Tabela 16 – Faixa etária do trabalhador formal ocupado na fabricação de amidos e féculas no município de Laje (BA) (2011-2012):

Faixa etária	2011		2012	
	Número	%	Número	%
18 a 24 anos	5	13,5	12	17,4
25 a 29 anos	12	32,4	23	33,3
30 a 39 anos	16	43,3	27	39,1
40 a 49 anos	4	10,8	7	10,2
TOTAL	37	100	69	100

FONTE: COPES/SEI *apud* Rodrigues (2014).

Elaboração: Aline dos Santos Lima.

A partir dos dados é possível deduzir, também, que os trabalhadores ocupados formalmente na fabricação de amidos e féculas é minimamente escolarizado. Esse aspecto é muito importante, pois esses trabalhadores precisam frequentemente decodificar signos escritos em suas atividades. Em 2011, das 37 pessoas ocupadas, 22 haviam completado o Ensino Médio (59,5%), enquanto apenas 2 haviam apenas concluído o primeiro ciclo do Ensino Fundamental (5,4%). Em 2012, o perfil de escolarização se manteve, já que entre as 69 pessoas ocupadas, 36 concluíram o Ensino Médio (52,1%), enquanto apenas 2 haviam concluído somente o primeiro ciclo do Ensino Fundamental (2,9%), conforme Tabela 17.

É importante salientar, também, a existência de 2 pessoas com Ensino Superior completo, provavelmente ocupando os cargos de gerência. Outro dado interessante, era a existência de outros trabalhadores cursando o Ensino Superior. Em 2011, essa situação era comum para 6 trabalhadores (16,2%). Em 2012, esse número aumenta para 10 trabalhadores (14,5%), conforme Tabela 17.

Tabela 17 – Escolaridade do trabalhador formal ocupado na fabricação de amidos e féculas no município de Laje (BA) (2011-2012):

Escolaridade	2011		2012	
	Número	%	Número	%
5° completo fundamental	2	5,4	2	2,9
6° a 9° fundamental	3	8,1	9	13,1
Fundamental completo	1	2,7	4	5,8
Médio incompleto	1	2,7	6	8,7
Médio completo	22	59,5	36	52,1
Superior incompleto	6	16,2	10	14,5
Superior completo	2	5,4	2	2,9
TOTAL	37	100	69	100

FONTE: COPES/SEI *apud* Rodrigues (2014).

Elaboração: Aline dos Santos Lima.

A predominância de um trabalhador mais qualificado na indústria feculeira tem reflexo nos rendimentos salariais. Em 2011, das 37 pessoas ocupadas na fabricação de amidos e féculas, 17 recebiam entre 1 e 1,5 salários mínimos (48,6%). Em 2012, quando haviam 69 pessoas ocupadas formalmente na fabricação de amidos e féculas, 21 recebiam entre 1 e 1,5 salários mínimos (30,4%), conforme Tabela 18.

Vale lembrar, que em 2014, o salário mínimo era de R\$ 714,00 (BRASIL, 2013c). Nessa ocasião, o trabalhador formal da fecularia produzia amido recebendo entre R\$ 714,00 e R\$ 1.071,00. Enquanto, isso o trabalhador informal de uma casa de farinha receberia, se trabalhasse de segunda a sexta durante todo o mês, cerca de R\$ 800,00. Por outro lado, em dezembro de 2014, o município de Laje tinha 24,7% de sua população em “situação de extrema pobreza” (MDS, 2015). Ou seja, tinha renda *per capita* abaixo de R\$ 70,00.

No outro extremo, nos dois anos consecutivos, havia 1 pessoa recebendo entre 10 e 15 salários mínimos. Um adendo deve ser feito em relação as duas pessoas que receberam rendimentos “não classificado” em 2011 e 2012, conforme Tabela 18. É possível que essas pessoas sejam as mesmas que tem o Ensino Superior completo e, possivelmente, percebem um valor mensal superior a 15 salários mínimos¹²⁵.

¹²⁵ Em seus primeiros anos de funcionamento, a Cooperativa Estratégica do Amido foi “liderada” por uma equipe do estado do Paraná. Em sua dissertação de mestrado, Ucleber Gomes Costa comentou sobre a vinda de um paranaense, que trabalhava no município de Glória de Dourados-MS, para se vincular na produção de amido de mandioca na Bahia. Segundo o autor, o funcionário “saiu da empresa (...) e ingressou numa fecularia no Estado da Bahia do grupo empresarial Odebrecht que entrou no ramo feculeiro recentemente” (COSTA 2012, p. 145).

Tabela 18 – Rendimentos do trabalhador formal ocupado na fabricação de amidos e féculas no município de Laje (BA) (2011-2012):

Rendimentos	2011		2012	
	Número	%	Número	%
Não classificado	2	5,4	2	2,9
1,01 a 1,5 salário mínimo	17	46	21	30,4
1,51 a 2 salários mínimo	3	8,1	17	24,6
2,01 a 3 salários mínimo	4	10,8	13	18,9
3,01 a 4 salários mínimo	2	5,4	6	8,7
4,01 a 5 salários mínimo	3	8,1	3	4,4
5,01 a 7 salários mínimo	4	10,8	4	5,8
7,01 a 10 salários mínimo	1	2,7	2	2,9
10,01 a 15 salários mínimo	1	2,7	1	1,4
TOTAL	37	100	69	100

FONTE: COPES/SEI *apud* Rodrigues (2014).

Elaboração: Aline dos Santos Lima.

Outro ponto fundamental é que a complexidade e o aparato técnico da produção de mandioca na fecularia (indústria) possibilita um valor agregado à produção a ponto de qualificar a mandiocultura como uma “cultura de rico” (amido), não obstante a apropriação do trabalho impeça que a formação do valor agregado do amido seja revertido na mesma proporção para os cooperados. Esse valor agregado é mais visível a partir dos dados apresentados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (CEPEA ESALQ) da USP.

O CEPEA-ESALQ monitora e divulga semanalmente os preços da raiz de mandioca, fécula e farinha em determinadas sub-regiões do país, são elas: Centro-Oeste, Sudeste e Sul¹²⁶. Inclusive, os contratos firmados entre a COOPAMIDO e os cooperados segue como referência o “valor médio da mandioca” sistematizados pelo CEPEA (COOPAMIDO, 2013, p. 1). No mês de junho de 2015, o valor médio da tonelada de raiz de mandioca custava R\$ 144,32 enquanto o amido custava quase sete vezes mais, ou seja, R\$ 1.023,98, conforme Quadro 16.

¹²⁶ É importante registrar que os dados se concentram nos estados que compõem a principal região produtora de amido de mandioca no país e que fazem parte da ABAM, com exceção de Santa Catarina que não tem empresa ligada a Associação.

Quadro 16 – Preços da raiz e da fécula de mandioca monitorado pelo CEPEA
ESALQ em junho de 2015:

Sub-região	Raiz de mandioca (R\$/tonelada)	Fécula de mandioca (R\$/tonelada)
Extremo Sul Sul-mato-grossense (região de Naviraí)	130,38	967,17
Sudeste Sul-mato-grossense (região de Ivinhema)	131,93	1.005,44
Centro-Oeste Paranaense (região de Araruna)	146,23	995,55
Extremo Oeste Paranaense (região de Marechal Cândido Rondon e de Realeza)	151,16	979,74
Noroeste Paranaense (região de Paranavaí)	137,96	983,17
Alto Vale do Itajaí (região de Rio do Sul)	168,28	1.137,07
Litoral Sul-catarinense (região de Capivari de Baixo)	--	1.095,51
Assis de São Paulo (região de Assis)	--	1.028,22

FONTE: CEPEA ESALQ USP (2013).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Contudo, os dados sistematizados pelo Departamento de Tributos e Arrecadação da Prefeitura Municipal de Laje não tem identificado uma relação entre o valor agregado ao amido e o aumento na receita do ISS do município, conforme Quadro 17.

Quadro 17 – Arrecadação do ISS no município de Laje (BA), 2009-2015:

Ano	Arrecadação ISS (R\$)		
	Retido na fonte	Qualquer natureza	Total
2009	--	--	551.640,54
2010	169.016,79	514.015,91	683.032,70
2011	152.527,28	187.448,40	339.975,68
2012	115.397,07	63.409,09	178.806,16
2013	124.356,12	76.376,76	200.732,88
2014	170.208,44	102.302,20	272.510,64
2015	180.647,83	12.209,29	192.857,12

FONTE: Trabalho de campo na Prefeitura Municipal de Laje (2016).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Imaginava-se que as receitas com o ISS seriam ampliadas a partir de 2012 quando a BAHIAMIDO S.A. começou a processar a primeira colheita dos cooperados. Esses dados são intrigantes, pois a redução na arrecadação coincide justamente com as atividades da indústria. A explicação para essa diminuição, poderia ser os desdobramentos do Projeto de Lei do Executivo Municipal para redução da alíquota do ISS para o amido de mandioca (LAJE, 2011). Contudo, o trabalho de campo identificou que os vereadores indeferiram o citado Projeto.

Todo esse panorama compreende a totalidade do processo familiar de plantar mandioca para fazer farinha e sua relação com as outras dinâmicas. Por tudo que foi colocado é possível entender como a população rural lajista, sobretudo o campesinato, se reproduziu espacialmente tornando-se um “alvo fácil” para o capital em seu processo de territorialização. Nesse sentido, é fundamental conhecer todas as dimensões da iniciativa de uma multinacional que quer aparecer ao público como uma empresa “preocupada” com o desenvolvimento social, como será abordado no próximo capítulo.

4. GRUPO ODEBRECHT: DA CONSTRUÇÃO CIVIL MUNDIAL A EDUCAÇÃO PELO TRABALHO NO CAMPO BAIANO

A proposta desse capítulo é apresentar a trajetória de formação e consolidação do Grupo Odebrecht e expor o processo pelo qual Norberto Odebrecht, seu fundador, enveredou pela criação de projetos educacionais e de geração de trabalho e renda no campo baiano. O interesse do engenheiro-empresário pelo espaço rural brasileiro se manifesta tanto na forma de típicas empresas capitalistas, quanto em projetos que integram famílias camponesas (ou unidades-família) na organização produtiva e na educação para o empreendedorismo. É isso que se observa no município de Laje, desde 2009, com a criação e funcionamento da Cooperativa Estratégica do Amido.

4.1 ODEBRECHT: MIGRAÇÃO, NEGÓCIOS E O INTERESSE PELO CAMPO BAIANO

A origem das Organizações Odebrecht remonta ao século XIX quando o primeiro membro da família chegou ao Brasil seguindo o fluxo da imigração germânica após as frustradas tentativas de unidade nacional no antigo Reino da Prússia. Saindo da Pomerânia, atual estado de Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental, o jovem Emil Odebrecht chegou ao Vale do Itajaí, em Santa Catarina (1856). Em 1859, se naturalizou brasileiro e voltou para a Prússia, onde se diplomou engenheiro na Universidade de Greifswald. Em 1861, retornou para Santa Catarina passando a trabalhar com Hermann Bruno Otto Blumenau (1819-1899) na demarcação de lotes para a construção de uma colônia de imigrantes alemães (ODEBRECHT, 1991; CASTRO, 2003; GONÇALVES, 2003; REVISTA ODEBRECHT INFORMA, 2004).

A presença alemã nas províncias mais meridionais ocorreu a partir de 1824, pois, com a Independência (1822), era preciso coibir os ataques argentinos ao sul e dos indígenas no interior. O governo brasileiro, então, resolveu colonizar as matas. Para isso, precisava de um colono que fosse ao mesmo tempo soldado e agricultor, ou melhor, que defendesse e cultivasse a terra nos atuais estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (SANTOS, 1978; WAIBEL, 1979).

A vinda dos colonos de origem germânica antecedeu a promulgação da Lei de Terras (1850) e a chegada dos imigrantes italianos (1875), o que lhes permitiu ocupar áreas férteis. As colônias eram fundadas em localidades onde os caminhos de tropa e de gado entravam e saíam da selva. A primeira delas foi a de São Leopoldo (1824),

ao norte de Porto Alegre, no Vale dos Sinos. Posteriormente, foram criadas as colônias de Rio Negro (1829), que corresponde ao município de mesmo nome entre Paraná e Santa Catarina, e São Pedro de Alcântara (1829) no Vale do Maruim (SANTOS, 1978; WAIBEL, 1979).

Segundo Waibel (1979, p. 237), em 1850, foi fundada a Colônia Blumenau, no Baixo Vale do Itajaí, criada por Hermann Blumenau sendo que “Em 1874, a colônia tinha 7.000 habitantes, todos de origem alemã (...) Em 1882, a colônia possuía 16.000 habitantes, dos quais 71% eram germânicos”. Entre os primeiros moradores da Colônia Blumenau estava Emil Odebrecht e seus descendentes. Como representante da primeira geração da família Odebrecht no Brasil, Emil Odebrecht (1836-1912) notabilizou-se pelos trabalhos de engenharia-agrimensura-cartografia na própria Colônia, na implantação do sistema telegráfico no planalto catarinense e servindo na Guerra do Paraguai¹²⁷ (CASTRO, 2003).

A terceira geração da família, representada por Emílio Odebrecht (1894-1962), participa da introdução da chamada “era do concreto armado” na indústria da construção brasileira, trajetória que o consagraria como “o pioneiro” na narrativa oficial produzida pelo Grupo Odebrecht¹²⁸ (ODEBRECHT, 1991). Emílio participa da construção de importantes obras no Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. Primeiro foi para o Rio de Janeiro (1914). A carência de obras demandadas pelo surto da agroindústria açucareira o “levaram” para a cidade de Recife (1917). Atenuada a fase de construções em Pernambuco, Emílio muda-se para Salvador (1925) atraído pelas obras ligadas aos negócios do fumo e do cacau, lavouras que estavam em alta no mercado internacional (ODEBRECHT, 1991, 2004; GONÇALVES, 2003; REVISTA ODEBRECHT INFORMA, 2004; ORGANIZAÇÃO ODEBRECHT, 2015).

Nessa trajetória de migração e de negócios na construção civil e pesada, Emílio Odebrecht se casa com Hertha Hinsch e tem três filhos, dentre os quais Norberto Odebrecht (1920-2014). Como representante da quarta geração da família Odebrecht

¹²⁷ Genealogia da família Odebrecht, Apêndice K.

¹²⁸ Em 1920, Emílio Odebrecht se torna sócio da construtora “Isaac Gondin e Odebrecht Ltda.” Em 1923, a construtora foi transformada em “Emílio Odebrecht & Cia.”, na qual Emílio se tornou o principal sócio-proprietário. Segundo a narrativa oficial, a “Emílio Odebrecht & Cia”, era uma das construtoras mais ativas da Bahia e do Nordeste realizando várias edificações no período entre guerras. Mas, em decorrência da segunda guerra mundial (1939-1945), os materiais de construção vindos da Europa tornaram-se caros e escassos, deflagrando uma crise no setor. Com a falência da empresa, Emílio retirou-se dos negócios que passam a ser assumidos por Norberto Odebrecht, a partir de 1941 (ODEBRECHT, 1991, 2004; REVISTA ODEBRECHT INFORMA, 2004; ORGANIZAÇÃO ODEBRECHT, 2015).

no Brasil, Norberto ingressa no curso de engenharia na então Escola Politécnica de Salvador (1938-1943). Antes de concluir os estudos, assume os negócios da família (1941) até fundar a firma Norberto Odebrecht Construtora Ltda. (1944). Fazendo jus à alcunha de “o fundador”, tal qual apresentado nos documentos publicados pelo Grupo Odebrecht, em 1954, a empresa passa a se chamar Construtora Norberto Odebrecht S.A. Anos mais tarde, essa sociedade anônima torna-se um importante grupo com atuação em escala mundial¹²⁹ (ODEBRECHT, 1991; REVISTA ODEBRECHT INFORMA, 2004; ODEBRECHT, 2004).

É importante acrescentar que desde a infância, Norberto Odebrecht aprendeu a conciliar educação e trabalho. Ao assumir os negócios da família, motivado pela falência da empresa criada pelo seu pai, quando tinha 21 anos, o jovem adaptou os princípios da educação familiar ao mundo empresarial¹³⁰. Para tanto, se baseou naquilo que Harvey (2012, p. 79), chamou de “códigos de honra e de ação” e/ou “redes

¹²⁹ Com a substituição da empresa Norberto Odebrecht Construtora Ltda para Construtora Norberto Odebrecht S.A., passou-se da condição de sociedade limitada para sociedade anônima. Em uma sociedade limitada, também chamada sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a responsabilidade de cada sócio “é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social” (BRASIL, 2002). Por sua vez, em uma sociedade anônima, também chamada de companhia, o capital é “dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas” (BRASIL, 1976).

¹³⁰ Segundo o próprio Norberto Odebrecht, sua infância foi marcada por uma rígida educação luterana e uma formação que mesclava conhecimentos teóricos (educação) e práticos (trabalho). Ainda criança, tinha aulas particulares com um preceptor luterano (pastor Arnold), no bairro de Nazaré – na época “o bairro mais rico da Bahia”. Concomitantemente, frequentava os canteiros de obras na região da Pituba, então periferia da cidade de Salvador formando-se como um “aprendiz de empresário” (ODEBRECHT, 1991; JACOBINA, 2008). Essa educação familiar destoava das relações que caracterizavam a capital baiana nas primeiras décadas do século XX. Segundo Odebrecht (1991, p. 87-89; 113), naquela época, a Bahia “era uma autêntica província, e Salvador, uma pequena cidade submetida aos então hegemônicos interesses do mundo rural”. A vida social era “regulada por uma pequena elite” de grandes atacadistas, banqueiros e fazendeiros na qual imperava a concepção “de ser o trabalho, sobretudo o trabalho manual, algo degradante”. E a engenharia, era tratada como uma profissão “pouco nobre, destinada aos estrangeiros ou então aos filhos de imigrantes e de outras famílias consideradas de ‘baixa extração social’”.

No trabalho de campo para sua tese de doutorado, Alicia Ferreira Gonçalves participou da Reunião Anual do Grupo Odebrecht na Costa do Sauípe, em dezembro de 2001. Em julho de 2002, a pesquisadora entrevistou Norberto Odebrecht na sede do Grupo, em Salvador. Segundo ela, o engenheiro-empresário atribuía o êxito da Odebrecht a “um modelo e de cultura empresarial (TEO) norteada basicamente por sua visão de mundo que está intimamente influenciada pelos valores protestantes recebidos em sua educação familiar”. A autora concluiu o seguinte, “nas entrelinhas podemos notar que o jovem Norberto aplica no local de trabalho a mesma disciplina e organização que a sua mãe aplicava no lar”. Nesse sentido, com a Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), o engenheiro-empresário imprimiu um discurso de “ética baseada na valorização do trabalho”, o que se contrapõe ao “discurso negativo sobre o trabalho reproduzido pelas elites agrárias da sociedade baiana dos anos 30”. Essa sua concepção de mundo é aplicada como um modelo gerencial. Ademais, esses “valores familiares transplantados para o mundo dos negócios” são explorado pelo fundador como um “traço distintivo do Grupo Odebrecht e que lhe confere identidade e o contrasta (com outros grupos econômicos no Brasil)” (GONCALVES, 2003, p. 48-49; 75-80).

de confiança entre si”. Como consta nos documentos do Grupo, ele construiu uma relação de “parceria” e firmou um “pacto social” com os operários que trabalhavam para seu pai. A estratégia adotada lhe permitiu reerguer o patrimônio, sanar as dívidas e voltar a crescer (ODEBRECHT, 1991; ODEBRECHT S.A., 2013a, 2014).

Essa bagagem pessoal foi sendo aprimorada e deu sustentação para a construção da sua filosofia empresarial, a Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO). Esse processo pode ser observado tanto nas páginas eletrônicas vinculadas ao Grupo, nos relatórios anuais da *holding* Odebrecht S.A. e das empresas que estão ligadas a mesma, assim como nas várias obras publicadas pelo próprio Norberto Odebrecht, como, por exemplo: “De que necessitamos” (1968), “O Essencial em Pontos de Referência” (1970), “Pontos de Referência” (1970), “Sobreviver, Crescer e Perpetuar” (1983), “Influenciar e Ser Influenciado” (1984) e “Educação pelo Trabalho” (1991).

4.1.1 O território teórico da educação do campo na perspectiva do Grupo Odebrecht

Ao longo de sua vida, Norberto Odebrecht construiu sua filosofia empresarial (TEO) com o propósito de formar todos aqueles que mantinham relação com os negócios do Grupo. Desde os anos 1980, esse engenheiro-empresário passou a enveredar pelo campo da ação social, o que foi sendo assumido pela Fundação Odebrecht. E, assim como construiu uma filosofia empresarial para o mundo dos negócios, Norberto Odebrecht construiu uma filosofia educacional para suas ações sociais, ambas pautadas no princípio da educação pelo trabalho.

No âmbito da filosofia educacional, a educação pelo trabalho é um “modelo de educação para a empresariabilidade”. Quer dizer tem o propósito de preparar o ser humano para ser um produtor de riqueza, em outras palavras para ser um empreendedor (ODEBRECHT INFORMA ON LINE, 2016). Na opinião de Silva (2002, p. 38), o empreendedorismo é um conjunto de ações levadas a cabo por indivíduos que desejam “entrar no mercado de forma autônoma” conjugando “recursos físicos, humanos e capital de forma inovadora”. Para isso, essas pessoas precisam ter “conhecimento técnico, capacidade de identificar boas oportunidades de negócios, de atrair recursos financeiros e de tomar decisões rápidas em face de situações relacionadas ao seu ramo de negócio”.

Entende-se, portanto, que o empreendedorismo é uma das principais utopias dos teóricos que defendem a manutenção do capitalismo. Por isso, concorda-se com Camacho (2013, p. 720), quando esse autor coloca que a concepção do empreendedorismo tem como cerne a ideia de que “os mais eficientes tem a possibilidade de progredir e ascender socialmente e economicamente. E a crença no empreendedorismo vai além, pois pode ser a solução para gerar e distribuir a renda”.

Embasado nessa crença, Norberto Odebrecht projetou seu modelo de educação pelo trabalho para além dos muros da corporação. Parte-se do pressuposto que esse modelo educativo esteja relacionado à formação moralista e religiosa do seu idealizador. Mas, para além disso, tem uma relação estreita com as discussões que versam sobre educação empreendedora, educação corporativa, educação neoliberal no campo, educação do capital e educação rural, o que exige um pouco de atenção ao significado político de cada uma dessas expressões.

De acordo com Tiradentes (2012, p. 247; 249), a educação corporativa corresponde a um modelo de formação que surgiu nos Estados Unidos, na década de 1950. Neste modelo, a empresa ocupa o lugar da escola, desenvolvendo programas de “educação formal, informal e não formal de trabalhadores, de fornecedores e da comunidade, para aumento de produtividade, valorização do capital de marca e como estratégia hegemônica de difusão da concepção de mundo da classe dominante”. O objetivo inicial da educação corporativa era “treinar os trabalhadores de algumas indústrias”. Sua origem tem relação direta com a estratégia de negócios e com o sistema de formação de pessoas com base em competências vinculadas aos propósitos, valores, objetivos e metas empresariais.

A noção das competências se fundamenta em teorias educacionais que visam atender ao sistema capitalista. Para isso, é necessário a construção de um modelo educativo que valorize a produtividade e a competitividade, valores a serem alcançados numa educação cuja ideologia atenda às classes dominantes. Como disse Camacho (2013, p. 661), o objetivo é ir moldando o “comportamento das classes subalternas de acordo com as necessidades do capital em sua fase da acumulação flexível”, basta que essas competências sejam difundidas por meio “de técnicas a serem apreendidas por uma metodologia de ensino-aprendizagem que garanta o seu desenvolvimento, o adapte as transformações atuais e o inclua de maneira subalterna no modo de produção capitalista”.

Esse formato de educação, baseado na pedagogia das competências, visa manter a exclusão social das camadas populares. Sendo assim, o que se apresenta como concessão de um direito social é, na verdade, a difusão da ideologia neoliberal que, ao invés de engendrar um projeto de emancipação humana

(...) pode levar a reprodução de uma ideologia que faz com que as classes subalternas pensem que estão livres emancipados por estarem se apropriando do direito a educação, que foi historicamente negado, quando na verdade é mais uma forma de garantir a manutenção da lógica desigual do capital (CAMACHO, 2013, p. 744).

No contexto neoliberal, a educação corporativa adquiriu maior expressão atrelada a duas questões inter-relacionadas. De um lado, a ideologia de desqualificação do Estado social, abrindo espaço para que outros sujeitos assumissem funções que até então eram suas. Do outro, as mudanças nas bases técnicas e de gestão que exigem do trabalhador a incorporação dos valores das empresas. A junção desses dois aspectos fez com que um número cada vez maior de corporações passasse a promover programas de formação intelectual e técnica dos seus funcionários sempre em aderência a lógica do capital (TIRADENTES, 2012).

Vale lembrar que, no Brasil, o início dos anos 1990, foi marcado pela junção de vários processos que culminaram no comportamento social do setor privado, dentre os quais: abertura da economia; privatização das empresas estatais; crise política e econômica; fortalecimento da sociedade civil; maior envolvimento das organizações não-governamentais; busca de melhoria na qualidade dos processos de gestão das empresas nacionais, acompanhado de mudanças no mercado de trabalho, redução na capacidade de atuação do Estado e no crescente envolvimento das empresas privadas em ações sociais (PELIANO, 2011).

É importante registrar, que o comportamento social ou a responsabilidade social do setor privado se refere à maneira pela qual o empresariado “participa de ações sociais de caráter público” como, por exemplo, através de “atividades ou doações não obrigatórias realizadas pelas empresas para atender ou ajudar a comunidade com serviços de assistência, alimentação, saúde e educação, entre outros” (PELIANO, 2001, p. 13; 26). Por muito tempo, essas práticas não eram de conhecimento público devido ao baixo interesse das empresas e da mídia na sua divulgação, bem como pela escassez de trabalhos acadêmicos sobre o assunto, o que

passa a mudar justamente a partir dos anos 1990, em decorrência dos processos destacados acima, o que desembocou no crescimento do número de empresas que adquiriram o comportamento dito social.

Dentre os aspectos elencados, atribui-se relevância as mudanças no mercado de trabalho e a abertura da economia. O primeiro, teve importante relação com a introdução de novas tecnologias. Em meio a esse processo, houve um aumento do desemprego, o crescimento da informalidade e a terceirização das atividades de produção. Por outro lado, o Estado já não conseguia responder às crescentes demandas sociais (PELIANO, 2011). Nesse bojo, ganharam força as teses que sustentam a formação de novos agentes sociais, como as empresas privadas (PELIANO, 2001) e as organizações não-governamentais (SILVA, 2002).

Foi justamente esse contexto que permitiu a difusão da educação pelo trabalho do Grupo Odebrecht para além dos muros das empresas que integram a *holding*. Esse processo se deu de duas formas. Uma delas foi a implementação de projetos educacionais e de geração de trabalho e renda pela Fundação Odebrecht. A outra forma ocorreu com a formação de mão de obra para ser ligada a um dos negócios da Organização (ODEBRECHT S.A., 2013a, p. 7). Esse processo formativo também passou a ser feito com os colaboradores que já integravam o Grupo, especialmente para que se incorporassem continuamente os valores e concepções da empresa.

No caso da educação pelo trabalho voltada para os colaboradores ou futuros colaboradores, pode-se inferir que o Grupo Odebrecht tem como propósito preparar seus funcionários para aquilo que Luc Boltanski e Éve Chiapello denominaram como “mercantilização das relações sociais”, ou seja, exige-se um perfil específico de trabalhador, o de “homem conexcionista”, um indivíduo apto a conviver com a realidade perturbadora de um mundo flexível “em que os seres se modificam ao sabor das situações que encontram” (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p. 420).

Conclui-se, então, que os gestores da Organização Odebrecht identificaram a escassez de indivíduos com o perfil “conexcionista” – ou, como colocou o próprio Norberto Odebrecht, compreendeu-se que os

Seres Humanos dotados de *inteligência, conhecimento, talento e criatividade* na medida exigida pela *sociedade global* em que vivemos, são escassos e tenderão a tornar-se cada vez mais raros. Os países vão precisar investir maciçamente na *educação e formação* de Seres Humanos deste tipo e as *organizações também* (ODEBRECHT, 1991, p. 451).

Por conta disso, a Odebrecht S.A. optou por partilhar e executar os princípios de uma “educação eficaz” no entorno das obras construídas pelo Grupo. Ao posicionar-se na dianteira desse movimento, o Grupo compreendeu que, assim como os “países vão precisar investir maciçamente na educação e formação de seres humanos”, as organizações, também, precisam fazê-lo (ODEBRECHT, 1991, p. 413; 451). Por isso, desde a década de 1980, o Plano de Ação do Grupo Odebrecht passou a priorizar a identificação, a seleção e a formação de jovens através da educação pelo trabalho.

Nesse sentido, o Grupo Odebrecht possui um programa institucional voltado para o desenvolvimento de pessoas em parceria com universidades e centros de formação como, por exemplo, o Programa Acreditar e o Programa Acreditar Júnior. Esses programas visam qualificar e contratar a população local em cada região que a Odebrecht se instala, seja no Brasil ou no exterior, envolvendo adultos (Programa Acreditar) e/ou jovens (Programa Acreditar Júnior). No Brasil, em parceria com o antigo MDS, os Programas priorizaram os beneficiários do Programa Bolsa Família do governo federal (ODEBRECHT S.A., 2015, 2014, 2013a, 2012, 2011, 2010). Desde 2008, o Programa Acreditar já havia contratado 3.034 pessoas que foram capacitadas nessas ações (ODEBRECHT S.A., 2015, p. 33).

O forte apelo e empenho do Grupo Odebrecht na formação de mão de obra também está em consonância com o que Boltanski & Chiapello (2009) denominam por espírito do capitalismo, ou seja, um conjunto de crenças que contribui para justificar e sustentar a ordem capitalista e legitimar os modos de ação e as disposições coerentes com ela, tornando-a aceitável e até desejável. A justificativa moral do capitalismo é pertinente pela importância em se refletir os motivos pelos quais esse sistema pôde criar uma série de representações capazes de guiar a ação, a ponto de ser aceito como a melhor das ordens possíveis.

Elementos como “motivação material” (salário), “empenho forçado” (coerção) e o nexos entre inspiração religiosa e práticas econômicas já se mostraram insuficientes em apontar razões morais para aliar-se ao capitalismo. Na contemporaneidade, a injunção desse sistema vem sendo interiorizada e justificada. Uma das vias utilizadas pela ordem capitalista para transmitir seus valores é a escolarização (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009). Como porta-vozes desse discurso em favor do “espírito do capitalismo” estão envolvidos grandes executivos de importantes empresas, tal qual o Grupo Odebrecht. Essas iniciativas garantem a difusão da Tecnologia Empresarial

Odebrecht para sujeitos que não fazem parte do conjunto de colaboradores da Odebrecht S.A., como os camponeses que são o alvo dos projetos educacionais e de geração de trabalho e renda Fundação Odebrecht.

A educação pelo trabalho promovida pela Fundação Odebrecht no interior da Bahia, também pode ser pensada como uma concepção de educação neoliberal no campo ou educação do capital. A educação do capital propõe “formar sujeitos que sejam funcionais à reprodução do capital, buscando inculcar ideologias dominantes, contribuindo para a perpetuação das desigualdades sociais e manutenção da sociedade de classes”, ou seja, está voltada para a formação de jovens rurais com o propósito de construir um “agronegócio inclusivo” ou uma “agricultura familiar empreendedora” (CAMACHO, 2013, p. 348; 702).

Com base em Kuhn (2015), o modelo de educação pelo trabalho se aproxima da chamada educação rural. Não que a filosofia educacional do Grupo Odebrecht esteja associada à precariedade e a má qualidade típica desse modelo histórico. O ponto em comum é fruto do novo ciclo de retorno da educação rural que avançou nos aspectos práticos, mas reproduz o modelo produtivista do campo, pois permanece com pouca crítica da realidade, prossegue com a escolarização descontextualizada e, principalmente, mantém a ausência de preocupação com a transformação das relações sociais e econômicas.

Seja com o nome de educação empreendedora, educação corporativa, educação neoliberal no campo, educação do capital ou educação rural, o que importa é que no modelo de educação pelo trabalho do Grupo Odebrecht, os camponeses não são protagonistas do processo, porque continuam sendo subalternos aos interesses do capital. Significa, também, que quando o capital passa a propor o ensino para o campesinato existe uma disputa teórica-política-ideológica pelo território imaterial da educação.

Essas disputas perpassam também no âmbito das políticas públicas. Vale lembrar, por exemplo, que o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998, se tornou uma política de Estado em 2010 (CAMACHO, 2013). O PRONERA foi a primeira grande conquista material da luta em defesa da educação do campo por ter se consolidado como “espaço de resistência” (FONEC, 2012, p. 9) pela capacidade orgânica de articular questão agrária e educação (KUHN, 2015).

As disputas no âmbito das políticas públicas para a educação do campo se tensionam, a partir de 2012, com a criação do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). Esse Programa expressa uma contradição por destoar da “radicalidade pedagógica” pleiteada pelo campesinato organizado (CALDART, 2010) e agregar tanto o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) quanto o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Este último, indica a hegemonia do capital, pois tem o SENAR e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) como seu principal formulador e, além disso, atende a lógica da formação técnico-profissional com o objetivo de garantir a preparação da mão de obra para o agronegócio e/ou diminuir os focos de conflito com os camponeses. Ou seja, é uma política de educação profissional que serve ao mercado (FONEC, 2012; KUHN, 2015).

Contudo, antes mesmo que essas políticas específicas fossem criadas, é válido mencionar o papel do Estado na criação do PRONAF (1996), na criação do Programa Novo Mundo Rural (1999) e na criação e institucionalização da categoria agricultor familiar (2006). Essas três políticas públicas demarcam as disputas entre os distintos modelos de sociedade para o campo. Ainda que propor classificações não seja uma tarefa simples, é possível afirmar que essas disputas em torno da educação e do campo estejam demarcadas teoricamente entre o Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário.

O território teórico do Paradigma da Questão Agrária é o que dá sustentação a Educação do Campo ligada aos movimentos territoriais. Este Paradigma se contrapõe a educação rural e propõe a educação territorial que, por sua vez, se caracteriza por três premissas: educação de qualidade no campo; educação contextualizada; posição política e ideológica contra o capital. Além disso, tem concepções específicas sobre o campo (territórios em disputa), o camponês (classe social e modo de vida) e a educação (emancipação humana). Em outras palavras, o campo é a centralidade analítica e os sujeitos do campo são os protagonistas do processo de transformação das relações sociais, em contraponto a noção de campo apenas como a base física ou o cenário em que os processos educativos se davam e onde os grupos sociais não precisavam de uma educação de qualidade (CALDART, 2010; CAMACHO, 2013; KUHN, 2015).

Por sua vez, o Paradigma do Capitalismo Agrário, defende uma educação que promova o diálogo harmonioso entre agricultores familiares e agronegócio. Isso se dá

a partir da negação do conflito e da homogeneização das diferenças entre as formas de agricultura construídas sobre a base de relações sociais distintas. Baseada na ideologia neoliberal, seu objetivo principal é a diluição das diferenças entre projetos distintos de desenvolvimento na medida em que trata o campo do agronegócio como se fosse o mesmo campo do campesinato (CAMACHO, 2013).

A disputa pelo território da educação no campo pode ser explicitada, também, nos princípios que sustentam cada uma das vertentes. No caso da educação corporativa, sustentada teoricamente no Paradigma do Capitalismo Agrário, os princípios demarcam a “perspectiva ideológica da classe dominante” e são “convenientes ao capital e à reprodução de seu modo de produção da existência” (TIRADENTES, 2012, p. 248). Nesse caso, a educação corporativa tem como princípios a competitividade, a conectividade, a parceria, a perpetuidade, a cidadania, a sustentabilidade e a disponibilidade (ÉBOLI *apud* TIRADENTES, 2012). Contrapondo essas orientações, a educação do campo contra o capital se caracteriza pelo embate entre saberes populares e saberes científicos e tem como princípios a inclusão, a participação, a interação, a multiplicação e a parceria (CAMACHO, 2013; KUHN, 2015).

Para Caldart (2010, p. 115-116), existem três razões principais para explicar a entrada do capital na disputa pela educação do campo¹³¹. A primeira razão seria a chamada reestruturação produtiva que exige uma mão de obra cada vez mais qualificada. Essa demanda faz com que o empresariado rural passe a discutir a formação e a educação profissional. O segundo motivo está relacionado a chamada modernização da agricultura. Esse contexto, faz com que a escolarização básica para o chamado agricultor familiar passe a ser aceita, pois significa a formação de “exército de reserva” para as empresas que comandam os negócios agrícolas. Além disso,

¹³¹ Cabe citar três exemplos de grupos econômicos que vem adotando a lógica utilitarista da educação corporativa: a) Bayer realiza experimentos de transgenia ao mesmo tempo em que apoia práticas agroecológicas dos pequenos produtores; b) Basf, uma das maiores fabricantes de agrotóxicos do mundo e representante dos interesses do agronegócio, apoiam iniciativas que legitimam a importância da população do campo. Em 2013, por exemplo, essa empresa alemã patrocinou a escola de samba “Unidos de Vila Isabel”, associando sua imagem com a biodiversidade já que o tema do samba-enredo cantou “Brasil celeiro do mundo, água no feijão que chegou mais um...” (GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA UNIDOS DE VILA ISABEL, 2013); c) Monsanto, tem produzido materiais didáticos, sobre agricultura e meio ambiente, que são difundidos em cursos de formação para professores ofertados em parceria com universidades e secretarias de educação (CAMACHO, 2013); d) Souza Cruz possui um Instituto responsável pela oferta de cursos do chamado “Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural” (CAMACHO, 2013); e) a Vale promove a capacitação e a formação através da Valer, uma universidade corporativa da empresa (TIRADENTES, 2012).

possibilita que o Estado, ao invés de construir um sistema público de educação no próprio campo, possa atender às demandas específicas do capital. O terceiro motivo apresentado pela autora, está relacionado ao fato de que o empresariado rural passou a entender que as escolas são um excelente veículo de difusão da ideologia do agronegócio.

Outra explicação, para o que chama de educação empreendedora, foi apresentada por Rodrigo Simão Camacho em sua tese de doutorado. Para esse autor, o movimento chamado antes de educação empreendedora pode ser compreendido como uma adaptação da educação corporativa que se requalificou através da “ideologia da responsabilidade social”. Com esse discurso, importantes corporações favorecem suas “cadeias produtivas” ao criar institutos que conseguem “realizar uma tripla intencionalidade: formar seus fornecedores (...) difundir a sua visão de mundo para o restante da sociedade e fazer um *marketing* da empresa valorizando seu *status* diante do mercado” (CAMACHO 2013, p. 743).

A entrada recente do capital na disputa pela educação no/do campo está demarcada temporalmente no ciclo de “retorno da ‘educação rural’ ao cenário brasileiro”. Segundo Kuhn (2015), existem três ciclos da educação do campo¹³². O primeiro ciclo ou período de sistematização (1997-2002), compreende a fase em que a Educação do Campo foi inserida na agenda da sociedade e do Estado. O segundo ciclo ou período de expansão (2002-2008), ocorreu com a realização de importantes eventos e com afirmação da Educação do Campo no interior da estrutura de Estado (em especial no Executivo)¹³³. Já o terceiro ciclo (2008-), que está em curso, se caracteriza pela consolidação do direito à Educação do Campo por parte do Estado, inclusive com sua ampliação. Mas, contraditoriamente, esse ciclo em movimento está

¹³² No Brasil, a educação escolar do campo historicamente teve um caráter “periférico” e “residual” o que repercute no ordenamento jurídico (CAMACHO, 2013, p. 412). As Cartas Magnas mantiveram silêncio acerca da educação rural. A atenção ao tema só foi dada a partir da Constituição de 1934, mesmo assim “com um viés evolucionista, visando a superação do atraso dos camponeses” (KUHN, 2015, p. 38). Já as Constituições de 1937 e de 1946 adquirem um tom diferente ao expor a mudança de poder da elite agrária para as emergentes elites industriais. No contexto da indústria nascente, a educação foi integrada como forma de trabalho (CAMACHO, 2013). É somente na Constituição de 1988 que a educação é promulgada como direito de todos, apesar de não mencionar a educação do campo (BRASIL, 2001; CAMACHO, 2013).

¹³³ Além dos vários eventos, destaca-se a criação da Coordenação Geral de Educação do Campo, no Ministério da Educação (2005); a criação de uma Coordenação Geral de Educação do Campo, no INCRA/MDA (2006); a criação do “Programa Saberes da Terra” (2005) e a criação do “PROCAMPO – Licenciatura em Educação do Campo” (2006) (KUHN, 2015).

em consonância com as “novas demandas de reprodução do capital no campo” (FONEC, 2012, p. 2; KUHN, 2015, p. 54).

Este ciclo e essa tendência de retorno da educação rural têm como “pano de fundo” a nova fase do capitalismo brasileiro, ou seja, estão atrelados às opções que estão sendo feitas em relação ao tipo de inserção do país na economia mundial e o lugar específico que o agronegócio passou a ter nessa estratégia (FONEC, 2012).

Contudo, a proposição da educação pelo trabalho do Grupo Odebrecht antecede, e muito, essa cronologia de “retorno da ‘educação rural’”. Portanto, vale atentar que a inculcação da ideologia dominante não está dada, ela é construída. Para entender essa construção e sua relação com a lavoura de mandioca no município de Laje é preciso incursionar pela trajetória do Grupo Odebrecht observando os meandros desse processo.

4.2 AS INVESTIDAS DE NORBERTO ODEBRECHT NO BAIXO SUL DA BAHIA

O perfil empreendedor de Norberto Odebrecht parte da sua concepção acerca do que seria um “empresário autêntico”. Para ele, um empresário é um “Ser Humano insatisfeito com o mundo, tal qual ele existe” e, por isso, é preciso “transformar o mundo, tornando-o melhor para si próprio e para seus semelhantes, inovando e criando, sem cessar, melhores e maiores riquezas para a comunidade” (ODEBRECHT, 1991, p. 139).

A concepção odebrechtiana de “empresário autêntico” pode ser interpretada com base em Milton Santos, como aquele que detém a capacidade de decididor. Um decididor é “aquele que pode escolher o que vai ser difundido e, muito mais, aquele capaz de escolher a ação que, nesse sentido, se vai realizar”. De modo geral, os “grandes decididores” são “os governos, as empresas multinacionais, as organizações internacionais, as grandes agências de notícias, os chefes religiosos” (SANTOS, 1997, p. 65). É fato que Norberto Odebrecht se tornou um decididor.

A postura de um “empresário autêntico” e de um homem “decididor”, fez com que Norberto Odebrecht investisse, entre as décadas de 1940-1950, na região que atualmente compreende o Território Baixo Sul no estado da Bahia¹³⁴. Seus feitos

¹³⁴ O Território Baixo Sul é formado por 15 municípios: Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães (SEPLAN, 2015).

nessa região alcançaram tal proporção, que o economista Marcel Bursztyn, ao fazer apresentação de uma das obras do engenheiro-empresário, colocou-o no mesmo patamar que o Barão de Mauá, ambos considerados como “mentes inovadoras” e “homens de visão” dos quais a nação precisava (BURSZTYN *apud* ODEBRECHT, 2004, p. 19).

Segundo Norberto Odebrecht, na década de 1940, as condições objetivas do Baixo Sul não eram favoráveis para investimentos. Somente com o apoio do Estado seria possível mudar esse quadro. Como ele mesmo afirma

Estamos no final da década de 1940. Desde o século anterior, a navegação de cabotagem era a maior força motriz das cidades estuarinas do Baixo Sul. Os barcos cuidavam basicamente do transporte dos principais produtos regionais: a piaçava, os pescados e o cacau (...) Com a construção da BA-002, atual BR-101, tal realidade mudaria. O transporte passaria a ser feito por terra, o que provocaria a desativação da navegação de cabotagem e o início de um processo de decadência das cidades em formação. O governo federal, reconhecendo a delicadeza da situação, tentou intervir (...) e implementou um plano de estímulo à pequena navegação de cabotagem em todo o litoral Sul da Bahia. Visando à melhoria da movimentação de cargas, obras como pontes de atracação e armazéns para depósito de mercadorias foram projetadas (...) Para sua feitura, foi contratada a Construtora Norberto Odebrecht S.A. (ODEBRECHT, 2004, p. 71-73).

Em decorrência dessas obras, Norberto Odebrecht precisou fazer diversas viagens ao Baixo Sul, o que o levou a declarar-se encantado com as belezas e riquezas naturais da “região de Ituberá”¹³⁵ (ODEBRECHT, 2004). Ressalta-se que essa é uma das regiões de maior diversidade ambiental e paisagística do planeta (FLEXOR, 2004). Esses atributos foram fundamentais para o povoamento secular de comunidades tradicionais, a exemplo dos quilombolas e pescadores artesanais dedicados a mariscagem, a pesca e as atividades extrativistas (SILVA, 2013; GONÇALVES, 2014; PORTO, 2016). Eram essas as pessoas que viviam na região antes da “chegada” do engenheiro-empresário.

Como se considerava um “empresário autêntico”, Norberto Odebrecht ousou explorar outros ramos para além da construção (ODEBRECHT, 1991). Foi essa a

¹³⁵ Segundo o próprio Norberto Odebrecht, “Em decorrência, nas diversas viagens que passei a fazer ao Baixo Sul, pude atestar a existência de intensas riquezas naturais que compunham a região (...) passei a vislumbrar a geração de riquezas, o desenvolvimento econômico e o alcance social dos investimentos produtivos naquela região esquecida e ainda sem qualquer articulação econômica com a Capital do Estado” (ODEBRECHT, 2004, p. 74-75).

conjuntura que o levou a investir no Baixo Sul em atividades industriais e agrícolas através, respectivamente, da S.A Ituberá Comércio Indústria (SAICI) e da Agrícola Seringalista da Bahia S.A. (AGRISA) (ODEBRECHT, 1991, 2004; GONÇALVES, 2014; PORTO, 2016).

A SAICI foi criada, em 1953, em sociedade com os príncipes de Orleans e Bragança. Suas atividades consistiam na geração e distribuição de energia elétrica e na extração, transporte e beneficiamento de madeira, o que contou com o apoio do Estado em suas três instâncias¹³⁶ (BRASIL, 1951, 1959; ODEBRECHT, 1991, 2004; REVISTA ODEBRECHT INFORMA, 2004).

Outro ponto relevante, é que Norberto Odebrecht conseguiu atrair para o Baixo Sul importantes grupos empresariais. Além do mais, fez vários investimentos infraestruturais na região para atrair mão de obra qualificada¹³⁷ (ODEBRECHT, 1991, 2004). Esse tipo de atitude se encaixa nas análises que Piquet (1998) propôs ao discutir o modo como importantes grupos econômicos buscam diversificar suas “carteiras de inversões”. A posição de crescimento exige novas condições de

¹³⁶ Consta que, devido ao fato de a SAICI atender “aos anseios de prefeitos e vereadores de cinco municípios da região”, alguns políticos locais “pediram ao governo do Estado” – Luiz Régis Pacheco Pereira (1951-1955) – a “construção de 62 km de rodovias para interligá-los” (REVISTA ODEBRECHT INFORMA, 2004). Segundo Odebrecht (1991, p. 168), foi feito um “convênio com o Governo do Estado e o município de Ituberá para melhorar as estradas e construir pontes de concreto”, pois as existentes eram de madeira e não suportavam o intenso tráfego. Na escala nacional, foi indispensável a colaboração do poder público na realização de transações econômicas para a compra de dólares destinados a aquisição de equipamentos importados que seriam utilizados nas obras no Baixo Sul. Para isso, contou-se com o apoio do governador Luiz Régis Pacheco Pereira; de Eunápio Peltier Queiroz, então Secretário de Viação e Obras Públicas (1951-1954); e de Rômulo Barreto de Almeida, na época, Assessor Econômico da Presidência da República (1951-1953) no governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Sem contar, a concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira Pancada Grande durante 30 anos (BRASIL, 1951), mas interrompido com o encerramento das atividades da SAICI (BRASIL, 1959).

¹³⁷ Norberto Odebrecht, atraiu para o Baixo Sul, a *Standard Oil* (Esso), que instalaria um terminal de combustível para distribuir derivados de petróleo; as Indústrias Reunidas Matarazzo, que plantaria dendezeiros para fazer óleo; e a Companhia *Firestone*, que plantaria seringueiras para fazer pneus (ODEBRECHT, 1991). De acordo com Gonçalves (2014, p. 78), em 1984, a *Firestone* foi vendida para a *Michelin* que continua presente na região e foi, segundo Chesnais (1996, p. 124), o grupo francês mais mundializado de todos nessa fase de mundialização do capital. Em relação aos investimentos em infraestrutura, é possível citar que Norberto Odebrecht construiu uma “vila residencial, além de aduzir, tratar e distribuir água” e edificou um “campo de pouso e uma estação de passageiros”, para o qual fez um acordo com a empresa “Transportes Aéreos Salvador” negociando o agenciamento de pousos e de voos semanais (ODEBRECHT, 1991, p. 164-166). Essas obras de infraestruturas, ou, como diria Santos (2008, p. 17), esse “trabalho humano materializado e geografizado”, promoveram significativa mudança na dinâmica socioespacial da região. Tanto assim, que segundo o próprio Norberto Odebrecht: “Em 1953, Ituberá estava transformada. Seu comércio pulsava graças ao dinheiro circulante (...) Aviões lotados trafegavam diariamente no recém construído campo de pouso. Consideravam-me um benfeitor, a ponto de meu nome ser emprestado para um bairro da cidade” (ODEBRECHT, 2004, p. 76). Inclusive, há outro bairro em Ituberá chamado “Compensado”, localizado nas imediações do antigo galpão onde funcionava a fábrica de compensados da SAICI (GONÇALVES, 2014).

produção e padrões locacionais diversos, muitas vezes não disponíveis na escala local. Por isso, empresários como Norberto Odebrecht são levados a investir em itens complexos e dispendiosos como meio de comunicação e oferta de serviços educacionais e de saúde, ou seja, criam condições gerais de produção particulares.

Porém, como nenhum dos ramos da SAICI era individualmente lucrativo e exigiam um árduo trabalho de articulação empresarial para manutenção do seu equilíbrio financeiro, a empresa foi liquidada em 1954 (ODEBRECHT, 2004; GONÇALVES, 2014). Segundo a narrativa oficial, após a falência da SAICI, Norberto Odebrecht passou a trabalhar no sentido de recuperar-se economicamente através das atividades da sua Construtora que “recomeçou a crescer rapidamente” e expandiu suas atividades para a região Nordeste na década de 1960 (ODEBRECHT, 1991, p. 267). Não é demasiado lembrar que esse “recomeço” teve o apoio da SUDENE.

A concentração de terras foi outra estratégia de territorialização adotada por Norberto Odebrecht. Segundo Gonçalves (2014, p. 73), na década de 1940, o empresário “adquiriu grande quantidade de terras do Estado” na região Baixo Sul. Essa aquisição teria originado duas propriedades, a Agrícola Contendas S.A., no município de Ituberá, e a AGRISA no município Igrapiúna, esta última com uma extensão de 4.820 hectares¹³⁸ (ODEBRECHT, 1974; GONÇALVES, 2014).

Apesar da área da AGRISA ter sido “adquirida” na década de 1940, a fazenda foi fundada na década de 1950 e sua exploração passou a ser realizada na década de 1960 (GONÇALVES, 2014). Ou seja, a AGRISA teve sua área coberta de mata até 1965, quando a propriedade foi atendida pelo “primeiro projeto para o Nordeste brasileiro da extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE” (FAZENDAS REUNIDAS VALE DO JULIANA, 2015).

A principal produção da AGRISA era a borracha, até que a crise na heveicultura estimulou os primeiros plantios de cacau (FAZENDAS REUNIDAS VALE DO JULIANA, 2015). O regime de trabalho adotado inicialmente foi o “contratista”, através do qual “um contratante interessado em explorar uma porção de terras na fazenda

¹³⁸ Em uma das seções do “Boletim Odebrecht Informa”, publicado na década de 1970, havia uma matéria intitulada “Também fazemos agricultura e pecuária” na qual eram apresentados a produção, a equipe técnica e as instituições do Estado que apoiavam as ações dos estabelecimentos “Agrícola Contendas S.A.” e “Agrícola Seringalista da Bahia S.A.” (ODEBRECHT, 1974, p. 5). Segundo Gonçalves (2014, p. 79), essa “grande fazenda, a Contendas” foi “vendida na década de 1970 e dividida em duas”.

poderia organizar um grupo de trabalhadores através de um contrato com duração de alguns anos”. Esse sistema foi posteriormente substituído pelo regime de “parceria”, através do qual “os parceiros, organizados em unidades familiares, ocupavam glebas e as exploravam num sistema de divisão da porcentagem da produção com o proprietário da fazenda” (GONÇALVES, 2014, p. 76). Nota-se que desde então Norberto Odebrecht já “ensaiava” o seu modelo de “alianças estratégicas” no campo baiano.

A AGRISA já não existe formalmente, desde 1993 (PORTO, 2016). Sua área foi dividida em estabelecimentos menores, mas o complexo dessas propriedades é chamado de Fazendas Reunidas do Vale do Juliana. Segundo Porto (2016, p. 264), a antiga fazenda AGRISA foi “repartida em quatro grandes propriedades, subdivididas ainda em 97 glebas”. Na transição AGRISA para Fazendas Reunidas Vale do Juliana, a propriedade passou a ser gerida pelas concepções filosóficas da TEO, especializando-se em negócios voltados para aquicultura, energia, meio ambiente e lavouras de cacau e de pupunha. Com isso, “a antiga visão latifundiária” deu lugar a uma “nova proposta de empreendimento” que alia “justiça social, produtividade e preservação do meio ambiente, a serviço da missão de ‘oferecer serviços e produtos, com responsabilidade social e ambiental, para atender a clientes diferenciados e contribuir com o desenvolvimento regional’” (FAZENDAS REUNIDAS VALE DO JULIANA, 2015).

Além de ter adquirido terra suficiente para criar uma fazenda que se tornaria um empreendimento agrícola modelo, Norberto Odebrecht também fez “doações” de grandes áreas ao longo da década de 1950. Segundo o próprio Norberto, “a partir da doação feita por mim ao núcleo de colonização do Ministério da Agricultura, imigrantes japoneses instalaram-se no município, trazendo do oriente novas cultura e tecnologias de cultivo” (ODEBRECHT, 2004, p. 76). Há autores que asseguram que o objetivo da criação da “Colônia Agrícola de Ituberá”, em 1953, era o de atrair mão de obra imigrante para ampliar as áreas de exploração madeireira (PORTO, 2016) comuns naquela região desde o período colonial (GONÇALVES, 2014). Outra parte das terras, “foi passada às mãos de grandes grupos econômicos”, como a *Firestone* que recebeu uma área de 9.000 hectares (GONÇALVES, 2014, p. 78-79).

O que os documentos oficiais do Grupo Odebrecht não apontam, é a violência adotada na “aquisição” das terras no Baixo Sul. Esse ponto traz à baila as discussões

sobre a acumulação primitiva (MARX, 2013) e de sua atualidade como acumulação por espoliação¹³⁹ (HARVEY, 2012).

Segundo Gonçalves (2014, p. 80), embora as terras fossem devolutas elas não estavam desocupadas. Eram, ao contrário, “secularmente povoadas por comunidades tradicionais, que desenvolveram ali seu modo de vida e cultura particulares. Eram terras de negras e negros”. A expulsão dos moradores nas áreas que deram lugar as grandes fazendas de importantes grupos econômico, foi relatada pela autora a partir de entrevistas com a população local. Há relato de que “Não vinha comprando nada não, era chegando e invadindo. (...) Eram muitos moradores que tinha aqui. A distância de tiro, não era perto não. Muita gente aí. Saiu tudo. Só ficou nois aqui...”. Outra entrevista reforça a violência na medida em que coloca o seguinte “Porque aqui trabalhou um cidadão chamado Zé Veneno – ele já morreu. Entendeu? Mas ele foi meu capataz quando eu cheguei aqui, ele foi meu capataz. E ele contava pra gente, que o pessoal não saía, tocavam fogo nas casa”.

Segundo José Renato Sant’Anna Porto, os fazendeiros que se apropriavam das terras devolutas na região agiam com “truculência e o uso de práticas opressivas”. No caso de Norberto Odebrecht

(...) a pessoa responsável pela organização das campanhas mata adentro para a expulsão dos posseiros foi Joaquim Sampaio de Aragão, conhecido também na região como Joaquim Epaminondas (...) pelos serviços prestados, que garantiram a Odebrecht uma enorme quantidade de terras e fortaleceram ainda mais o poder político do empresário na região, Joaquim recebeu uma homenagem de Norberto, uma estátua que está localizada na Fazenda Juliana, a principal propriedade da família Odebrecht nos vales do Baixo Sul (PORTO, 2016, p. 258).

¹³⁹ A acumulação do capital pressupõe um movimento anterior denominado acumulação primitiva. Esse ponto de partida é o acúmulo de riquezas gerado por uma elite que se assenhoreou do principal meio de produção (terra) mediante a subjugação, o assassinio e a violência, não obstante a economia política tenha privilegiado uma leitura idílica no qual a acumulação da riqueza teria sido fruto do direito e do trabalho (MARX, 2013, p. 785-786). Uma atualização desse debate é apresentada a partir da acumulação por espoliação proposta por David Harvey. A acumulação original se difundiu a partir da expropriação dos camponeses e da tomada de suas terras tornando-os livres para vender a única mercadoria que possuíam: a força de trabalho. Já a discussão de acumulação por espoliação se refere aos mecanismos inteiramente novos como, por exemplo, os direitos de propriedade intelectual, o patenteamento e o licenciamento de material genético e a transformação das formas culturais e históricas da criatividade intelectual em mercadoria (HARVEY, 2012, p. 123).

Em seu trabalho de campo, Porto (2016) entrevistou um assentado do Projeto de Assentamento Josinei Hypolito. Este fez as seguintes afirmações

(...) ele tinha uma grande quantidade de terra, que trabalhava mais os avô e os pais dele, naquela época. E que tudo aquilo ali, Norberto, através de um tal Joaquim, chegaram lá, ofereceram casa, ofereceram uns recursozinhos para eles abandonar aquilo ali, passar aquilo ali e ir embora. Como ele não quis, o que foi que aconteceu? Expulsaram o pobre do velho lá da roça. Tomaram na roça. Lá no fundo da fazenda. Joaquim era o capanga e era terrível. (...) Ele era um homem muito respeitado por Norberto e foi muito as área do povo que eles tomaram. [...] os que resistiram, tiveram que sair à força. Não teve jeito. Montaram o império (PORTO, 2016, p. 258).

É importante registrar, que a concentração de terras por parte de Norberto Odebrecht, nos anos 1940, não se limitou ao Baixo Sul. Foi identificado, também, que o empresário fez aquisições no litoral norte baiano. Parte das terras, que compuseram o maior latifúndio do mundo, pertencente aos Garcia D'Ávila, foi sucessivamente vendida e dividida por herdeiros formando novas fazendas. Outra parte, foi abandonada dando lugar a quintais e roças de pequenas comunidades rurais que passaram a produzir por conta própria. A área que compreende a praia de Massarandupió, por exemplo, foi transferida para diversos proprietários até que o “Banco de Londres” a vendeu, no final da década de 1940, “por um preço simbólico à empresa Construtora Norberto Odebrecht (CNO) que, por quase 50 anos, não deu um uso específico à área” mantendo-a como terreno de “engorda”¹⁴⁰ (SOUZA, 2009, p. 54).

É inquietante observar que no Baixo Sul a produção da borracha, a Colônia e diversas outras relações tem tudo a ver com a família Odebrecht. A impressão que passa é que no vácuo institucional em que atuavam se sentiram deuses. Mas, para isso, Norberto Odebrecht lançou mão de informações privilegiadas e contou com a

¹⁴⁰ Segundo Souza (2009, p. 113), apenas na década de 2000 é inaugurado o complexo hoteleiro em Sauípe, próximo a Massarandupió. A Construtora Odebrecht, proprietária da terra desde o século XX, tinha 2% na sociedade do “Costa do Sauípe”, cabendo os 98% ao sócio majoritário, no caso, o Fundo de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

Isso significa que a terra foi apropriada para especulação imobiliária, ou seja, não tinha outra finalidade além do lucro que pode gerar. Para Fabrini (2002, p. 147), ter terra para especular é importante para os capitalistas, pois, nem sempre, a “acumulação e territorialização” do capital no campo ocorrem através da produção, já que nem sempre os proprietários “estão interessados em produzir naquela terra. Eles estão interessados mais no direito de assenhorar-se da mais-valia produzida socialmente e que será repassada a eles em forma de renda absoluta da terra”. Quando isso ocorre é porque a terra adquiriu o caráter de “reserva de valor, reserva patrimonial”. Nesse caso, a terra é apropriada principalmente com fins especulativos e não para produzir. Ou seja, os capitalistas, veem na terra um “investimento seguro”, que não se “desvaloriza” (OLIVEIRA, 2007, p. 64).

cumplicidade do Estado para limitar a concorrência, alcançar situações de monopólio e conservá-las. Como diriam Boltanski & Chiapello (2009, p. 557-558), citando Fernand Braudel, no afã de realizar lucros, os agentes do capitalismo envolvem-se nos denominados “jogos capitalistas” situados na esfera do ‘inabitual’ ou, de forma mais ácida, que transgridem as regras do mercado”. Em outras palavras, o “fundador” do Grupo Odebrecht contou com fator fundamental em sua trajetória: as articulações políticas com agentes públicos e econômicos. O resultado desse processo é configuração atual do Grupo através de negócios, fundos de investimentos e empresas auxiliares espalhadas por quase três dezenas de países, como será detalhado na próxima seção¹⁴¹.

4.3 A CONSOLIDAÇÃO DO GRUPO ODEBRECHT E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO INTERESSE PELO CAMPO

Nos últimos anos da década de 1960, como “o ritmo de investimentos na área da SUDENE começou a cair”, os dirigentes da Construtora Norberto Odebrecht notaram que a “continuidade do crescimento” dependia “da conquista de novos Clientes no Sudeste” (1969-1973). Também nesse período foi criada a Fundação Emílio Odebrecht. Com a busca de novos clientes, o Grupo passou a se concentrar

¹⁴¹ A formação da Construtora Norberto Odebrecht foi possível especialmente “pelos pactos políticos e econômicos realizados pelo jovem engenheiro nos anos 30, 40 e 50 em Salvador” (GONÇALVES, 2003, p. 110). O próprio Norberto Odebrecht admitia que “o relacionamento pessoal, àquela época, era um pré-requisito indispensável para a conquista de um novo cliente” (ODEBRECHT, 2011b, p. 156). Como fruto dessas relações políticas, a empresa passou a se relacionar com pessoas como o banqueiro Fernando de Góes, o empresário e professor Miguel Calmon e até mesmo representantes das administrações estaduais, como os governadores Octávio Mangabeira (1947-1951) e Juracy Magalhães (1959-1963). Essas relações possibilitaram o envolvimento de Norberto Odebrecht na “lógica que ordenava e ordena até hoje o funcionamento do campo das construtoras no Brasil” uma vez que ele “ajudou a construir e, ao mesmo tempo, reproduziu ao longo do tempo ‘as regras do jogo’” no campo da construção civil (GONCALVES, 2003, p. 113). Para José Renato Sant’anna Porto, a família Odebrecht “figura, a pelo menos cinco décadas, como um ator importante, de peso político, que negocia com o Estado brasileiro”, sendo que “participa, pauta e se beneficia diretamente das políticas de desenvolvimento elaboradas pelo Estado desde 1960” (PORTO, 2016, p. 222).

O poder de barganha da Odebrecht mantém-se presente nos dias atuais como mostra todo o processo de corrupção revelado com a prisão de Marcelo Bahia Odebrecht, então diretor-presidente da Odebrecht S.A., (2008-2015). Marcelo Odebrecht, foi preso na 14^o fase da “Operação Lava Jato”, chamada de “Erga Omnes” (19/06/2015), sob a acusação de ser mandante de pagamentos de propina com o objetivo de obter vantagens em contratos com estatal Petrobras. Ademais, na 26^o fase da “operação” intitulada como “Xepa” (22/03/2016), verificou-se que a Organização Odebrecht possuía um esquema de contabilidade paralela, destinado ao pagamento de vantagens indevidas a terceiros (POLÍCIA FEDERAL, 2016). Esse fato chega a ser irônico se se levar em consideração que a Organização Odebrecht dispõe de Código de Ética e de Código de Conduta (ODEBRECHT S.A., 2003b, 2013b). Cabe inferir que os desvios de conduta que levaram Marcelo Odebrecht a prisão não era tratado pela Grupo como corrupção, mas as regras do jogo.

“em obras de tecnologia especial” como “emissários submarinos, pontes com fundações profundas, aeroportos, usinas nucleares e siderúrgicas” (ODEBRECHT, 1991, p. 268). Para se dedicar a esse ramo, a empresa precisou investir em pesquisa e desenvolvimento, pois a tecnologia se tornou uma dimensão central dos grandes grupos industriais mundiais, inclusive, como um fator de competitividade cada vez mais importante no plano internacional (CHESNAIS, 1996; GONÇALVES, 2003).

A partir da década de 1970, graças as “suas políticas de reinvestimento e diversificação”, a CNO adquiriu uma abrangência nacional (1973-1975). Em 1973, a Odebrecht já contava mais de 500 obras a seu crédito. Já no final dos anos 70, a empresa havia alcançado a internacionalização ao assinar os primeiros contratos fora do país – no Peru e no Chile – além de passar a atuar na área química (ODEBRECHT, 1991; ORGANIZAÇÃO ODEBRECHT, 2016).

Na década de 1980, a ampliação geográfica em nível internacional e a diversificação de investimentos exigiram à criação da *holding* Odebrecht Sociedade Anônima¹⁴². Essa *holding* é uma agregação de pequenas empresas ligadas entre si “por laços confederativos” cujos resultados são consolidados na empresa Odebrecht S.A. onde os acionistas coordenam o conjunto de investimentos da Organização (ODEBRECHT, 1991; ODEBRECHT S.A., 2013a).

Cada pequena empresa atua como uma “unidade de negócio”, que pode ser um contrato de construção, uma unidade industrial ou uma concessionária de serviços públicos. A pequena empresa é “liderada” por um “empresário-parceiro” e formada por uma equipe de colaboradores concentrada naquela determinada tarefa. As pequenas empresas reunidas constituem as grandes empresas ou “negócios”. Cada “negócio” tem seu “líder empresarial” que, com sua equipe de colaboradores, coordena o conjunto das pequenas empresas que o integram. Cabe acrescentar que, em 2013, havia cerca de 500 pequenas empresas na Organização Odebrecht, distribuídas nos 15 negócios existentes naquele ano (ODEBRECHT S.A, 2013a p. 7).

O Grupo Odebrecht tem uma concepção específica de gestão que se caracteriza pela “descentralização”, “delegação planejada” e a “parceria”. Existem os acionistas, os membros da família Odebrecht e os colaboradores. Os acionistas são os investidores, aqueles que permitem, com seus capitais, o desenvolvimento de toda

¹⁴² Segundo Chesnais (1996, p. 56), para a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma firma constitui uma *holding* quando “sua função consiste em deter investimentos ou créditos de outras firmas, no mesmo ou num terceiro país”.

a Organização. Alguns membros da família Odebrecht, seguindo a tendência de uma empresa familiar que se tornou sociedade anônima, assume importantes cargos respeitando a vontade dos acionistas. Já os colaboradores, a depender da posição no nível decisório, tanto podem assumir o posto de “líder” quanto de “liderado”. As diretrizes da Organização indicam que os colaboradores se vinculam a uma “estrutura horizontal” na qual as “decisões e os resultados” devem basear-se somente na “satisfação permanente do Acionista e do Cliente” (OEBRECHT, 1991, p. 247; 251).

Cabe ressaltar, que cada pequena empresa que compõe o Grupo Odebrecht se constitui como um “espaço de formação” para os colaboradores (ODEBRECHT S.A., 2013a, p. 7). Isso ratifica a existência do “Sistema Educacional Odebrecht” baseado na conexão de saberes entre pessoas de diferentes gerações ou idades: a) “jovens de talento” (primeira idade), recém-saídos da educação familiar e que assumem a função “empresarial-operacional”; b) “pessoas amadurecidas” (segunda idade), que ocupam posição de liderança e são responsáveis pelo segmento “estratégico-empresarial”; c) “seres humanos experimentados pela vida” (terceira idade), que detém “sabedoria prática” para transmitir aos demais e assume o papel “político-estratégico” (ODEBRECHT, 1991; REVISTA ODEBRECHT INFORMA, 2004).

A descrição da gestão empresarial do Grupo Odebrecht (posição e qualificação dos executivos, denominações nos postos ocupados na empresa, princípios de descentralização e de autonomia) deriva de sua adesão às tendências do discurso empresarial, em voga a partir de 1960 e em curso desde os anos 90. Tais características são inerentes as mudanças do capitalismo, ou, conforme expressão de Boltanski & Chiapello (2009), corresponde a um segundo espírito do capitalismo no qual entra em cena uma transformação da antiga organização (*reengineering*) com a introdução de novos dispositivos.

Esse tipo de gestão está em consonância com os dispositivos da atual fase do capitalismo mundial e que se caracteriza pelo desmonte da hierarquia, pela adesão aos princípios de flexibilização, inovação e evolução tecnológica. Os trabalhadores são organizados em equipes pluridisciplinares nas quais o “patrão é o cliente” e a figura do chefe é substituída pela de um “coordenador” e do “líder”. Cabe ao “líder”, implantar sua visão que, em consonância com o espírito do capitalismo, deve garantir o “engajamento dos trabalhadores sem recorrer à força, mas dando sentido ao trabalho de cada um”. Nada é imposto, e é justamente a visão do “líder” que conduz

e obtém adesão dos outros mediante “competências”, “carisma” e “rede de relações pessoais” (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p. 104-107).

A trajetória do Grupo Odebrecht também está em consonância com o que Chesnais (1996) considerou fundamental para caracterizar os grupos que compõem a estrutura oligopolista no plano mundial. A constituição desse tipo de grupo remete a existência anterior de uma grande empresa no plano nacional, o que implica que ela é resultado de um complexo processo de concentração e centralização do capital que se diversificou antes de começar a se internacionalizar. Para o economista francês, nesse processo, a ajuda do Estado é um componente indispensável para a competitividade e para a atualização desses grupos em sua forma jurídica contemporânea, a de *holding* internacional.

Em 2015, a Organização Odebrecht estava territorializada no Brasil e em outros 25 países¹⁴³ (ODEBRECHT S.A., 2016; ORGANIZAÇÃO ODEBRECHT, 2015). Isso significa que a Organização Odebrecht é uma “organização global”, como consta nos relatórios anuais do Grupo (ODEBRECHT S.A., 2012-2015). Essa expansão se caracteriza como “produto necessário para o processo de acumulação” (HARVEY, 2005, p. 48), pois, na fase atual da mundialização do capital, o futuro dos oligopólios nacionais depende de sua capacidade de manejar a rivalidade num contexto mundial (CHESNAIS, 1996).

Ao mesmo tempo em que realizou a expansão geográfica, a Odebrecht se diversificou, adentrando em setores como: Energia; Engenharia Ambiental; Engenharia Industrial; Química e Petroquímica; Infraestrutura; Etanol e Açúcar; Óleo e Gás; Realizações Imobiliárias; Participações e Investimentos; Transporte e Logística; Defesa e Tecnologia; e Instituições Auxiliares (ODEBRECHT AGROINDUSTRIAL, 2015b). Esses setores assumem concretude através de 22 segmentos distribuídos em três fundos de investimentos, cinco empresas auxiliares e

¹⁴³ Em toda a sua trajetória, o Grupo Odebrecht já esteve presente em 36 países. É importante mencionar que esse processo de internacionalização ampliou-se a partir da gestão do PT no governo federal. Até o ano de 2002, a Odebrecht só havia se territorializado por 11 países (30,6%). Entre 2003-2014, o Grupo avançou para mais 25 países (69,4%). Esses dados confirmam as colocações de Gonçalves (2003), para quem a área de atuação da Odebrecht S.A., tem como critério a geopolítica, ou melhor, tem como base os países e mercados com os quais o Brasil tem uma influência geopolítica significativa, o que demonstra claramente a articulação que se estabelece entre os processos transnacionais realizados pelo Grupo e o Estado-Nação. Territorialização do Grupo Odebrecht na escala mundial 2006-2015, Apêndice L. Territorialização do Grupo Odebrecht por gestão presidencial 1979-2014, Apêndice M.

14 negócios, além da Fundação Odebrecht, “braço” social da Organização¹⁴⁴ (ODEBRECHT S.A., 2015, p. 5; ORGANIZAÇÃO ODEBRECHT, 2016).

É válido reforçar que a trajetória da Organização Odebrecht esteve atrelada, inicialmente, a construção de obras em médias e grandes cidades¹⁴⁵. Ao longo dos anos, a Organização se consolidou, expandiu e diversificou seus investimentos. De acordo com os indicadores econômico-financeiros da Organização, os negócios mais rentáveis estão concentrados na área “química e petroquímica” seguida pela “engenharia e construção”¹⁴⁶. Mas, a corporação tem operado, também, em fundos de pensão e fundos de investimentos¹⁴⁷.

Com base em Chesnais (1996, p. 275), é possível deduzir que a Organização Odebrecht vem realizando uma “imbricação entre as dimensões produtiva e financeira da mundialização do capital” como “elemento inerente ao seu funcionamento

¹⁴⁴ É importante acrescentar que todos esses segmentos são controlados por uma “*holding* familiar”, a “Kieppe Patrimonial”. Essa “*holding* familiar”, além de controlar a Odebrecht S.A., realiza a mesma função à frente da Presidência de Honra da Odebrecht S.A., da Presidência do Conselho Curador da Fundação Odebrecht e assume a liderança da Fazenda Reunidas Vale do Juliana (ODEBRECHT, 2004, p. 6). Relação dos negócios, fundos de investimentos, empresas auxiliares e ação social da Odebrecht S.A., Apêndice N. Organograma da Organização Odebrecht, Apêndice O.

¹⁴⁵ Até março de 2015, a trajetória de 70 anos da Odebrecht no setor de engenharia e construção no Brasil e no exterior podia ser evidenciada nos seguintes números: 83 usinas hidrelétricas; 17 usinas térmicas; 2 usinas nucleares; 75 linhas de transmissão compreendendo 5.728 km de extensão; 750 obras de edificações; 311 rodovias totalizando 13.495 km de extensão; 1.505 pontes e viadutos; 367 túneis; 23 linhas de metrô e trens urbanos; 34 ferrovias somando 2.781 km; 41 aeroportos; 52 portos; 439 obras industriais; 73 estruturas *offshore* para plataformas; 19 obras de gasodutos e oleodutos; 200 estações de tratamento, bombeamento e elevatórias; 174 obras de tubulações para saneamento que somam 4.980 km; 36 projetos de irrigação; e três linhas de teleférico (ORGANIZAÇÃO ODEBRECHT, 2015).

¹⁴⁶ Receita bruta dos negócios da Odebrecht S.A. e número integrantes da Odebrecht S.A. no Brasil e no exterior, Apêndice P.

¹⁴⁷ No âmbito do Grupo Odebrecht, o primeiro fundo de pensão foi criado, em 1994, através da “Odeprev Odebrecht Previdência” cujo funcionamento se deu a partir de julho de 1995 (BRASIL, 1994; ODEBRECHT S.A., 2005). Trata-se de um plano de previdência complementar para os integrantes da Organização instituído pela Odebrecht S.A. e aprovado pelo então “Ministério da Previdência Social” (BRASIL, 1994). Vale lembrar que, para François Chesnais, os fundos de pensão são qualificados como “ninhos de acumulação de lucros financeiros” cujos administradores personificam o ‘novo capitalismo’ de fins do século XX obcecados pela rentabilidade e liquidez (CHESNAIS 1996, p. 246). Os fundos que administram investimentos, por sua vez foram criados em 2012, e tem atuação na América Latina, África e no Brasil em diversos setores (ORGANIZAÇÃO ODEBRECHT, 2016). Segundo o Banco Central, um fundo de investimento compreende “uma comunhão de recursos, constituída sob forma de condomínio, destinado à aplicação em ativos financeiros no mercado financeiro e de capitais. O valor da cota do fundo de investimento é recalculado periodicamente. A remuneração varia de acordo com os rendimentos dos ativos financeiros que compõem o fundo. Não há, geralmente, garantia de que o valor resgatado será superior ao valor aplicado. Todas as características de um fundo devem constar de seu regulamento. O funcionamento dos fundos de investimento depende de prévia autorização da Comissão de Valores Mobiliários” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016).

cotidiano”. Ou seja, a empresa enquadra-se nas novas formas de centralização do capital sob o jugo dos fundos de investimentos, fundos mútuos e fundos de pensão.

A esfera financeira tem representado o posto avançado do movimento de mundialização do capital. Essa situação é possível graças às condições que permitiram ao capital concentrado atuar praticamente a seu bel-prazer, com poucos controles ou freios. Contribuiu para isso a morosidade dos governos no sentido de criar um conjunto de regras enquadrando a atividade financeira e estabelecendo estrito controle sobre ela. A liberdade alcançada pelo movimento da mundialização financeira permitiu que se forjasse uma concepção das finanças como indústria (CHESNAIS, 1996).

Esse tipo de reflexão pode levar a interpretações como aquela que atribui ao capital monetário uma capacidade intrínseca de valorização autônoma. Ou seja, na medida em que a esfera financeira é um dos campos de valorização do capital ela deve gerar lucros como em qualquer outro setor. Mas, em concordância com François Chesnais, é na esfera da produção onde são criados o valor e os rendimentos fundamentais, pois, a “esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela mesma não cria nada” (CHESNAIS, 1996, p. 241).

A abrangência dos negócios da Odebrecht em fundos de pensão (previdência complementar) e fundos de investimentos se apoia, também, no que Luc Boltanski e Éve Chiapello tratam sobre o estágio em que se encontra o capitalismo. Estes sociólogos franceses defendem a ideia de um capitalismo regenerado *pari passu* a uma situação social degenerada. Contrariando a ideia de uma “crise” do capitalismo desde 1973, os autores asseguram que, na verdade, há um capitalismo florescente. Embora o crescimento tenha se mantido desacelerado, os rendimentos do capital se elevaram. Houve muitos ganhos para as multinacionais com a reestruturação do capitalismo mundial, ou seja, com a possibilidade de fazer o capital frutificar por meio do investimento, da aplicação econômica e das fusões e aquisições realizadas no mundo inteiro. Tomando o Grupo Odebrecht como exemplo, nota-se a possibilidade de lucros puramente especulativos através do Boltanski & Chiapello (2009, p. 20-22) chamam como “desregulamentação dos mercados financeiros” e criação de “novos produtos financeiros”.

Cumprе salientar que, em meio à diversidade de investimentos, a receita gerada e a territorialização em quase três dezenas de países de quatro continentes,

o Grupo Odebrecht demonstrou interesse pelo espaço rural desde suas origens. O diferencial é a forma como o conteúdo rural foi sendo apropriado por essa fração do capital.

Essa hipótese pode soar anacrônica diante de um contexto que – como diria Chesnais (1996 p. 244-245), ao comparar o crescimento dos fluxos comerciais em determinados países – “comporta transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira”. Mas, o fato é que a consolidação como “homem de sucesso” e “empresário autêntico” (ODEBRECHT, 1991, p. 131) levaram Norberto Odebrecht a investir, também, no campo.

Nesse caso, investir no campo significa tanto imobilizar capital na aquisição de terras como incursionar na esfera da produção. Mas, essa empreita também tem outros significados. Pois, o capital deseja “absoluta liberdade de movimento e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado” (CHESNAIS, 1996, p. 25).

As intervenções do Grupo Odebrecht no espaço rural são de duas ordens. Ora se efetiva na forma de uma típica empresa capitalista cujo objetivo é somente o lucro (*holding* Odebrecht S.A.). Ora como projetos educacionais e de geração de trabalho e renda (Fundação Odebrecht), que também almeja o lucro, mas resguarda outras intencionalidades. Os exemplos mais ilustrativos do primeiro caso são a criação da Odebrecht Agroindustrial (2007) e da Odebrecht Terras S.A. (2010) – não obstante, a experiência já relatada sobre a AGRISA e Agrícola Contendas S.A. na década de 1940-50 no Baixo Sul baiano¹⁴⁸.

A Odebrecht Agroindustrial atua no setor sucroenergético, desde 2007. Nesse mesmo ano (coincidentemente), são criadas as primeiras empresas que atuam no mercado de terras no Brasil. Esse processo tem início com a abertura do capital da SLC Agrícola e com a criação de sua empresa especializada na comercialização de terras, a LandCo. Outras empresas com características parecidas foram sendo criadas, como: Agrifirma, Adecoagro, Radar Propriedades Agrícolas, Calys Agro,

¹⁴⁸ Apesar da importância que a Odebrecht Terras S.A. assume nessa Tese pela centralidade na questão agrária, a mesma não aparece no organograma da Odebrecht S.A. Isso ocorre porque a *holding* adquire concretude, como já indicado, a partir dos negócios, fundos de investimentos e empresas auxiliares. Cada um dos 14 negócios da *holding* Odebrecht S.A. congrega uma série de pequenas empresas. Esse é o caso da Odebrecht Terras S.A. que é parceira do negócio Odebrecht Agroindustrial (ODEBRECHT AGROINDUSTRIAL, 2016, p. 22).

Vision Brazil Investments, Tiba Agro, Sollus Capital, LG Agro, BrasilAgro e Cantagalo General Grains (OLIVEIRA, 2012).

Para Mitidiero Júnior (2016, p. 17-19), o avanço do capital sobre a natureza (especialmente nas áreas rurais), é reflexo da crise do capital global. Para o autor, desde 2008, “a crise do mercado imobiliário e do mercado de créditos norte-americano alastra-se como um efeito dominó (...) o capital aplicado na esfera financeira quase cessa suas possibilidades de reprodução ampliada”. Uma das consequências dessa crise seria a compra de terras ou, como diz o autor, “a apropriação da natureza de forma privada e mercadológica pode ser um dos refúgios (...) para esse capital sem possibilidades de lucro em outras esferas do econômico”.

Os negócios em torno da Odebrecht Agroindustrial, possui 15 mil integrantes e está territorializado em nove unidades espalhadas pelos estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Estas unidades produzem e comercializam etanol e açúcar com plantio e colheita totalmente mecanizados, além de co-gerar energia elétrica a partir de biomassa¹⁴⁹ (ODEBRECHT AGROINDUSTRIAL, 2015b). Já a Odebrecht Terras S.A., foi criada em 2010 para atuar como intermediária, ou seja, “parceira” da Odebrecht Agroindustrial nos arrendamentos de terras. Porém, essa empresa passou por mudanças na denominação e no objetivo social ampliando o leque de atividades¹⁵⁰ (ODEBRECHT AGROINDUSTRIAL, 2015b; SÃO PAULO, 2015).

¹⁴⁹ Em 2013, a Odebrecht Agroindustrial encerrou a safra com 100 mil hectares de cana-de-açúcar, o que possibilitou uma exportação de 458 mil toneladas de açúcar para trinta países e a exportação de 96,6 mil m³ de etanol para seis países. Tudo isso gerou uma receita bruta no valor de R\$ 2.824 milhões (ODEBRECHT S.A., 2014, p. 72-73). Já em 2014, a Odebrecht Agroindustrial exportou 517,5 mil toneladas de açúcar para 24 países e 33,3 mil m³ de etanol para um único país, a Coréia do Sul, o que gerou uma receita bruta no valor de R\$ 3.328 milhões (ODEBRECHT S.A., 2015, p. 66-67). Apesar desse crescimento, o jornal “Correio do Estado”, da cidade de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, veiculou, em março de 2015, uma notícia sobre o atraso de pagamento pela parceria agrícola de 80 mil hectares de terras arrendadas por 50 produtores rurais para a Odebrecht Agroindustrial (USINA DA ODEBRECHT..., 2015).

¹⁵⁰ A “Hattiesburg Participações Ltda.”, foi constituída, em maio de 2010, com sede na cidade de São Paulo, com “objetivo social de participação em outras sociedades como sócia, acionista, quotista e administração de bens, e a representação de sociedades nacionais e estrangeiras por conta própria ou de terceiros”. Em março de 2011, a “companhia alterou sua razão social para ETH Bioeletricidade S.A., passando de sociedade limitada para sociedade anônima”. Em janeiro de 2015, a companhia alterou sua razão social para Odebrecht Terras S.A., bem como seu objetivo social (SÃO PAULO, 2015). Segundo o Relatório Anual da Odebrecht Agroindustrial Safra 2014/2015, a Odebrecht Terras S.A., era “uma diretoria da Odebrecht Agroindustrial”. Ao se tornar uma empresa, a Odebrecht Terras S.A., ficou “responsável pelo melhor aproveitamento das fazendas mantidas pela Odebrecht Agroindustrial, trazendo segurança empresarial ao Negócio por meio de aquisição de terras para plantio de cana e ampliação do volume adquirido de Fornecedores. Também está sob seu escopo gerir as áreas de Reservas Legal e Áreas de Proteção Permanente (APPs), além de buscar novos parceiros” (ODEBRECHT AGROINDUSTRIAL, 2015a, p. 26).

Todos esses princípios e estratégias fizeram o Grupo Odebrecht diversificar sua produção, expandir geograficamente e acumular capital, tanto no Brasil quanto no exterior. Os resultados positivos estimularam formas de intervenção que desembocaram em novas possibilidades de lucro. Tais condições permitiram a institucionalização de projetos educacionais e de geração de trabalho e renda em comunidades rurais do Baixo Sul. Em outras palavras, como afirmaram Jackson Ornelas e Marcel Bursztyn, na apresentação de uma das obras publicadas por Norberto Odebrecht, o engenheiro-empresário, trilhava em direção a sua “utopia” ao implantar os princípios da Tecnologia Empresarial Odebrecht nos “negócios e em seus experimentos” “a serviço do desenvolvimento dos municípios daquela região pobre do Estado” (ODEBRECHT, 2004, p. 15-23).

4.3.1 A territorialização dos projetos educacionais e de geração de trabalho e renda da Fundação Odebrecht no campo baiano: Serra da Pipoca e Baixo Sul

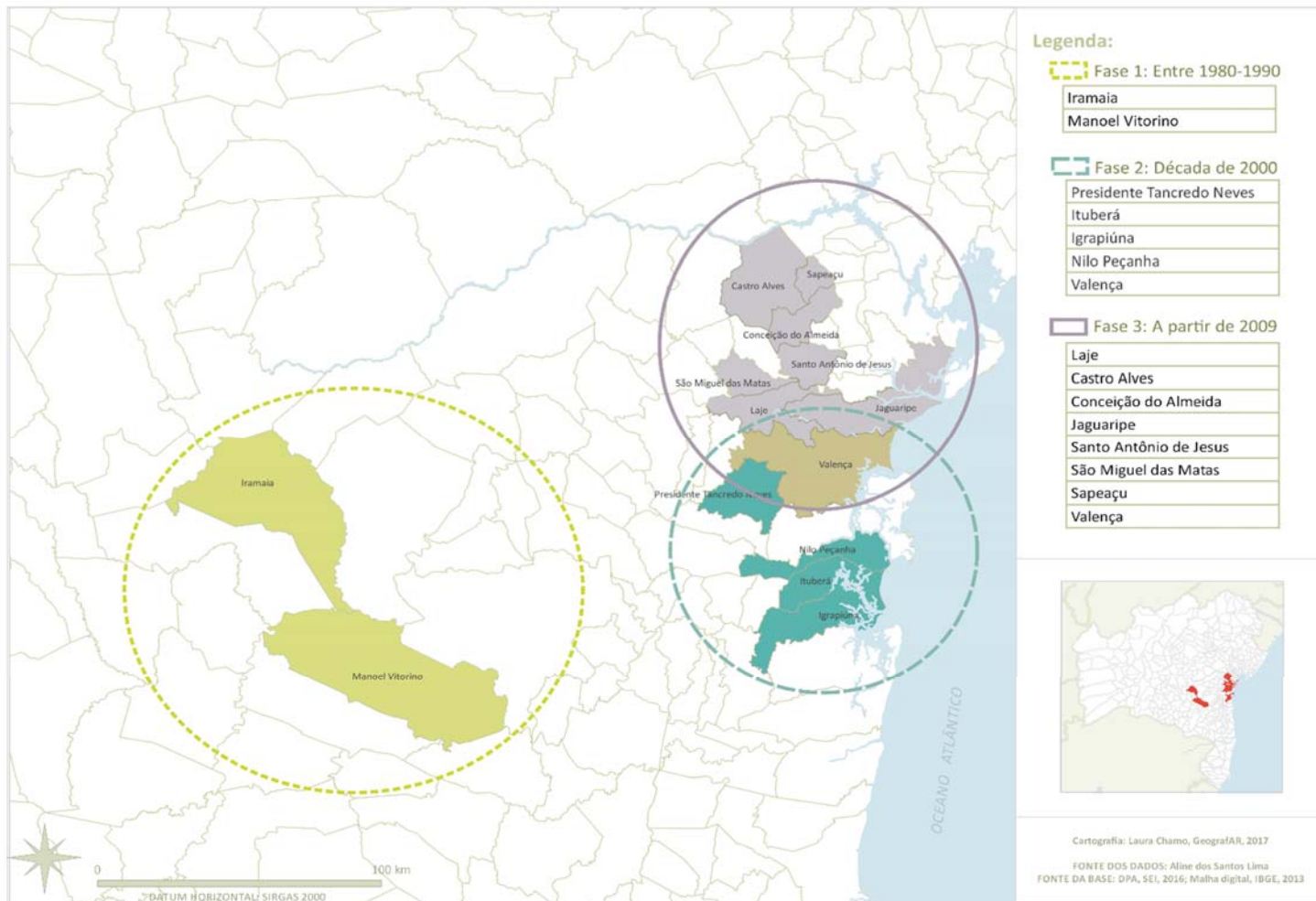
Os projetos educacionais e de geração de trabalho e renda são voltados para comunidades rurais. Esta modalidade, que só existe na Bahia, foi materializada em contextos espaço-temporais distintos, conforme Figura 14.

A representação cartográfica permite identificar os três momentos da territorialização dos projetos educacionais e de geração de trabalho e renda na Bahia. A primeira experiência ocorreu entre as décadas de 1980-1990, através da aquisição de terras para a criação e o funcionamento de um complexo agroindustrial nos municípios de Iramaia e de Manuel Vitorino, sob o comando da então Fundação Emílio Odebrecht (PRATA, 1994).

Na década de 2000, a Fundação Odebrecht aperfeiçoou a experiência e a replicou de modo mais elaborado nos municípios de Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves e Valença (SILVA, 2002; ODEBRECHT, 2004; MARTINS, 2008; PORTO, 2016). Em 2009, a Fundação ampliou o projeto para outros municípios baianos que estavam “fora do eixo” já consolidado no Baixo Sul. Nesse sentido, há um avanço para o município de Laje com ações que atingem Castro Alves, Conceição do Almeida, Jaguaripe, Santo Antônio de Jesus, São Miguel das Matas, Sapeaçu e Valença. O papel exercido pela Fundação torna indispensável conhecê-la um pouco mais.

Figura 14

Territorialização dos projetos educacionais e de geração de trabalho e renda da Fundação Odebrecht na Bahia, 2017



4.3.1.1 O papel da Fundação Odebrecht na execução da educação pelo trabalho no campo baiano

A Fundação Emílio Odebrecht na qualidade de pessoa jurídica criada por “um ato de doação de certo patrimônio para fins específicos” (SILVA, 2002, p. 34) passou a existir em dezembro de 1965. Em seus primeiros 23 anos, entre 1965-1988, as ações da Fundação eram restritas aos integrantes da Construtora Norberto Odebrecht. A entidade prestava alguns benefícios que a previdência social não abrangia ou cobria inadequadamente, como a assistência médico-hospitalar, ambulatorial, odontológica, farmacêutica, educacional e recreativa (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2013; ORGANIZAÇÃO ODEBRECHT, 2015).

Essa iniciativa inseriu a Fundação Odebrecht no rol das “pioneiras no Brasil na promoção de ações sociais” (ODEBRECHT S.A., 2003a, 2004). Porém, como seus objetivos estatutários eram de uma “instituição fechada que presta serviços sociais relevantes aos beneficiários associados e seus familiares” (BRASIL, 1999b) a Fundação só foi certificada como “entidade de fins filantrópicos” em fevereiro de 2000, após apresentar as demonstrações contábeis atestando a gratuidade das suas ações (BRASIL, 2000).

Em 1988, a Fundação muda de nome e de foco. Passa a se chamar Fundação Odebrecht e “redireciona o foco de sua atuação para a educação de jovens”¹⁵¹ (ODEBRECHT S.A., 2014, p. 14). Contudo, os documentos oficiais não informam a origem desse público-alvo, ou seja, se esses jovens seriam do espaço rural ou do espaço urbano e de que município/estado. Uma década depois, a Fundação construiu uma parceria, chamada oficialmente de “união estratégica”, com o Instituto Ayrton Senna, a Fundação *Kellogg* e a Área Social do BNDES. Essa parceria, que resultou, posteriormente, na criação do Instituto Aliança, tinha o objetivo de “promover a participação juvenil na implementação de uma ação de mudança estrutural” em regiões do nordeste brasileiro onde o índice de desenvolvimento humano “encontrava-se em níveis abaixo da média nacional e ocupando ainda o 74º lugar no *ranking* internacional” (INSTITUTO ALIANÇA, 2015).

¹⁵¹ Com a mudança no foco da Fundação, a responsabilidade pelos benefícios até então ofertados aos integrantes do Grupo, são assumidos por empresas auxiliares que compõem a própria Organização. As questões previdenciárias passam a ser uma atribuição da “Odeprev Odebrecht Previdência”, criada em 1994. Por sua vez, a “Odebrecht Corretora de Seguros”, criada em 1978, passa a assumir os programas de saúde, segurança no trabalho e meio ambiente, além de se responsabilizar pela administração de todas as apólices de vida e saúde dos integrantes da Organização (ODEBRECHT S.A., 2008; 2013).

Foram selecionados 18 municípios “com o mesmo quadro de involução econômica, empobrecimento e exclusão dos eixos dinâmicos da economia” e que estavam localizados na Bacia do Goitá (Pernambuco), Baixo Sul (Bahia) e Médio Jaguaribe (Ceará) (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2011a, p. 8). Entre 1999-2004, a população daqueles municípios foram alvo das ações do “Projeto Aliança com o Adolescente pelo Desenvolvimento Sustentável do Nordeste”, sob a coordenação do Instituto Aliança¹⁵² (SILVA, 2002; FISCHER, 2007; CNPMF, 2010b).

Com a conclusão do “Projeto Aliança com o Adolescente”, o Conselho de Curadores da Fundação Odebrecht decidiu pela permanência na Bahia e delimitou o Baixo Sul como escopo para as ações de um novo projeto que previa o “desenvolvimento integrado e sustentável”¹⁵³ (CNPMF, 2010b, p. 4; FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2011a, p. 8). Mas, antes mesmo que o “Projeto” fosse concluído, as ações no Baixo Sul já estavam sendo organizadas. Segundo Juscelino Macedo, ex-beneficiário do “Projeto Aliança com o Adolescente”, egresso da Casa Familiar Rural em Presidente Tancredo Neves (CFR-PTN) e líder da Aliança Estratégica da Mandioca

O modelo de aliança surgiu recentemente como estrutura administrativa. Mas a união, a ideia central, já vem desde 2000. Em nove municípios, o programa Aliança com Adolescentes selecionou quatro jovens em cada um para iniciar o projeto. E eu, na época com 15 anos, fui um dos voluntários de Presidente Tancredo Neves. Participamos de vários programas e começamos a discutir a criação de uma escola técnica. Então, o modelo Casa Familiar Rural foi proposto pela Fundação, e nós aceitamos (CNPMF, 2010b, p. 5).

¹⁵² O Instituto Aliança foi criado oficialmente na cidade de Salvador, em 2002 (INSTITUTO ALIANÇA, 2015). Esse Instituto é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), o que lhe confere o reconhecimento oficial como organização não governamental e garante maior facilidade no acesso a fundos públicos (BRASIL, 1999a; SILVA, 2002).

¹⁵³ Os membros do Conselho de Curadores da Fundação não são seus funcionários, eles fazem parte da Organização Odebrecht. Esse fato demonstra se tratar de uma Fundação empresarial originada no seio desta Organização (MARTINS, 2008). Entre 2008-2014, a Organização Odebrecht lançou e disponibilizou *on line* seus relatórios anuais. Nestes, foram apresentados à relação dos membros do Conselho de Curadores da Fundação Odebrecht. Naquele período, fizeram parte do Conselho as seguintes pessoas: Norberto Odebrecht (presidente); Maurício José Soares Medeiros (presidente executivo); Emílio Odebrecht; Geraldo Dannemann; Gilberto Sá; Luiz Almeida; Luiz Villar; Pedro Mariani; Pedro Novis; Renato Baiardi; Rubens Ricupero; e Sérgio Foguel. Fizeram parte, também, Victor Gradin (2008-2010) e Aluizio Rebello de Araújo (2009-2014). Com exceção de Geraldo Dannemann e de Maurício José Soares Medeiros todos faziam parte, também, do Conselho de Administração da Odebrecht S.A. (ODEBRECHT, S.A., 2009-2015).

Nesse interim, o público-alvo da Fundação deixa de ser apenas o indivíduo (jovem ou adolescente) e passa a englobar todo o núcleo familiar, ou melhor, a unidade-família, conforme Quadro 18.

Quadro 18 – Mudanças no perfil das intervenções da Fundação Odebrecht:

Quando	Quem	O que	Onde
1965-1988	Familiares, funcionários e diretores da CNO	-Assistência à saúde, educacional e recreativa	--
1980-1997	Lavradores da comunidade de Ilha Grande em Iramaia	-Formação dos lavradores	-Iramaia e Manoel Vitorino (BA)
1988-1998	Jovens	Educação	--
1999-2004	Adolescentes	Projeto Aliança com o Adolescente pelo Desenvolvimento Sustentável do Nordeste	-Bacia do Goitá (PE) -Baixo Sul (BA) -Médio Jaguaribe (CE)
2000-atual	Unidade-família	-Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Mosaico de Áreas de Proteção Ambiental do Baixo Sul da Bahia	-Comunidades rurais do Baixo Sul (BA) -Avanço para o Território de Identidade Vale do Jiquiriçá

FONTE: Trabalho de campo (2013-2016).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

É esse o contexto que antecede a implementação dos projetos educacionais e de geração de trabalho e renda da Fundação Odebrecht. A partir desses projetos, a Fundação passa a propor ajuda e apoio às unidades-família “na busca de soluções para problemas de cunho social” visando “formar empresários dos seus próprios conhecimentos e agentes do seu próprio destino” (ODEBRECHT, 2004, p. 6). Desse modo, tem chamado para si a responsabilidade de promover trabalho e renda (capital produtivo), acesso à educação (capital humano), conservação do meio ambiente (capital ambiental) e construção de uma sociedade mais justa e solidária (capital social) (ODEBRECHT S.A., 2003a). Mas, toda essa ação resultou de um processo iniciado ainda na década de 1980 até ser aprimorada no Território Baixo Sul e difundida para o Território Vale do Jiquiriçá.

4.3.1.2 Fazenda Serra da Pipoca e Indústria Kieps: o começo da educação pelo trabalho no campo baiano

O “protótipo” dos conhecidos projetos educacionais e de geração de trabalho e renda da Fundação Odebrecht datam dos anos 1980-1990. As primeiras nuances desse processo ocorreram com a criação de um complexo agroindustrial envolvendo a comunidade de Ilha Grande e a Fazenda Serra da Pipoca, no município de Iramaia, e a Indústria Kieps, no município de Manoel Vitorino¹⁵⁴.

A comunidade de Ilha Grande, situada à beira do Rio das Contas, foi objeto de três intervenções externas. Na primeira, em 1964, houve a relocação do povoado pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco por conta da construção da chamada Barragem da Pedra (PRATA, 1994), obra que foi construída pela Construtora Norberto Odebrecht¹⁵⁵ (GONÇALVES 2003). Na segunda intervenção, nos anos 1980, houve a instalação do complexo agroindustrial de propriedade da família Odebrecht na Fazenda Serra da Pipoca em frente ao povoado (do outro lado do rio). Na terceira intervenção, na década de 1990, a comunidade de Ilha Grande foi contemplada com um projeto de irrigação público-privado firmado entre o Governo do Estado da Bahia e a então Fundação Emílio Odebrecht com financiamento do Banco Mundial¹⁵⁶ (PRATA, 1994).

¹⁵⁴ Pouco tempo antes de executar essa experiência, mais especificamente, em 1987, o Grupo Odebrecht, através da Fundação, lançou o “Prêmio Fundação Emílio Odebrecht – Organização das forças no meio rural nordestino para a produção”. Tratava-se de um concurso de “monografias com o objetivo de desenvolver a discussão de como promover a integração do capital com o trabalho, nas suas mais variadas formas, na busca da produtividade” e tinha como parceiros o Jornal A Tarde, o Jornal do Brasil e o Jornal O Estado de São Paulo (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2015). Essa é apenas uma das diversas intervenções que o Grupo tem no campo.

¹⁵⁵ Gonçalves (2003, p.116), ao discutir a expansão da CNO em direção a novos mercados, na década de 1960, apresenta um trecho do depoimento de Roberto Campos, que atuou como diretor na Construtora Norberto Odebrecht desde as suas origens. Segundo Campos, em depoimento presatado ao Núcleo de Memória Odebrecht, ‘em 63 nós contratamos uma barragem de contenção do rio, a Barragem de Pedras, foi a maior obra naquela época já executada no Nordeste. No Rio de Contas, perto de Jequié, uma obra de 330 mil metros cúbicos de concreto com 45 metros de altura no coroamento, então um *canyon* de um rio de pedras, era uma barragem de contenção que depois foi feita uma usina lá, usina geradora já por outra empresa’ (GONÇALVES, 2003, p.116).

¹⁵⁶ Segundo Prata (1994), para a criação do Projeto de Irrigação, Norberto Odebrecht propôs uma articulação entre sua empresa, a então Secretaria de Reforma Agrária e Irrigação da Bahia e a CAR. Na época, quem estava à frente do governo baiano, entre 1987-1989, era Francisco Waldir Pires de Souza (1926-) ao passo que a Secretaria era chefiada por Euclides José Teixeira Neto (1925-2000) e a CAR dirigida por João Saturnino da Silva. O objetivo era discutir e apresentar ideias sobre o desenvolvimento da região e as possibilidades de integração do setor público nessas ações. Como desdobramento, foi criado o “Programa de Desenvolvimento do Baixo e Médio Rio de Contas” através de “convênio tripartite” entre a Fundação Emílio Odebrecht, o Governo do Estado e a Organização dos Estados Americanos. Com a mudança de governo – após a renúncia de Waldir Pires o vice-governador Nilo Augusto Moraes Coelho assume a gestão do estado (1989-1991) – a proposta é inserida no “Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural” com recursos do Banco Mundial e é articulada com convênios capitaneados pela “Empresa Odebrecht” através da “Legião Brasileira de Assistência”, da

O complexo agroindustrial da família Odebrecht fazia a integração entre agropecuária e indústria através do plantio e do processamento de vários produtos cultivados na região, como aspargo, beterraba, cenoura, maxixe, milho verde, pepino, dentre outros. Essa produção integrada começou a demandar mão de obra e a assalariar camponeses do povoado de Ilha Grande. O projeto de irrigação foi pensado para contribuir com as atividades desse complexo através de um sistema com “novas” e “modernas” tecnologias. Apesar de levar água para um “cenário típico de semi-árido”, a irrigação provocou uma diferenciação entre as 72 famílias do povoado de Ilha Grande (Iramaia), formando um grupo de irrigantes e outro que só possuía terras de sequeiro para produzir¹⁵⁷ (PRATA, 1994).

Além dessa diferenciação interna, a comunidade de Ilha Grande tinha outros problemas. A população sofria com a comercialização instável de seus produtos, cujos preços eram determinados pelos intermediários; não tinham acesso a serviços de saúde e educação; e, ocasionalmente, tinha prejuízos com a safra pela enchente do rio. Com a instalação e o funcionamento do complexo agroindustrial abriram-se possibilidades para que a atividade agrícola local tivesse a garantia de um mercado cativo (PRATA, 1994).

A relação de trabalho entre os moradores de Ilha Grande e o complexo agroindustrial era realizada nas terras dos próprios lavradores. Porém, como apenas uma parte do solo da região teve potencial para irrigação, somente 56 dos 72 agricultores foram selecionados. Entre os 56, apenas 19 tinham suas propriedades na área que seria irrigada. Com a mediação de uma associação criada para esse fim – Associação Pró-Lago – a solução encontrada foi a instituição do contrato de comodato. Assim, os 19 lavradores cujas terras estavam na área irrigada concederam parte da sua propriedade para os outros 37 lavradores, que passaram a ser chamados de “convidados”. Ou seja, os “convidados” eram os lavradores que se tornavam parceiros do projeto e que não tinham terra na área que passou a ser beneficiada com a irrigação (PRATA, 1994).

Foi preciso formar os lavradores para o trato com as novas tecnologias e as exigências do capital, o que foi assumido pela Fundação Emílio Odebrecht e sua rede

“Secretaria Nacional de Irrigação” e da SUDENE. Essas articulações permitiram o apoio ao processo produtivo inicial e a compra de equipamentos (PRATA, 1994).

¹⁵⁷ Tanto Iramaia quanto Manuel Vitoriano, fazem parte da região conhecida como “polígono das secas” (BRASIL, 2005, p. 105-106).

de apoiadores. Essas articulações foram fundamentais para o “sistema de treinamento” que qualificaria os lavradores para lidar com técnicas mais modernas¹⁵⁸. Era necessário modificar a base material. Ou seja, era preciso substituir as relações centradas em “técnicas mais primitivas” e temporalidade sazonais – nas quais o lavrador ia à roça duas vezes por semana durante apenas parte do ano – para um ritmo de trabalho intensivo (PRATA, 1994).

Toda produção dos lavradores era entregue a Indústria Kieps com o intermédio da Associação Pró-Lago¹⁵⁹. Essa entidade assumia, ainda, outras funções, como, por exemplo, orientar e monitorar os lavradores no cumprimento das regras do “Manual de Operações de Sistema de Irrigação”. O documento previa que o “produtor ‘convidado’” e o “produtor proprietário” deveriam seguir o plano de produção que, dentre outros, definia: “não construir obras de infra-estrutura, nem residência na área de comodato”; “não plantar culturas perenes, sem autorização por escrito do proprietário”; “assumir todas as responsabilidades financeiras que envolva o processo produtivo”; “pagar a quota de energia elétrica correspondente ao consumo da área”; “pagar a taxa de serviço da Associação Pró-Lago”; “não ceder, emprestar, alugar nem transferir para terceiros, seja a que título for, o uso da gleba, salvo por autorização

¹⁵⁸ Os lavradores foram treinados durante seis meses por especialistas contratados pela Fundação Emílio Odebrecht. Foi criado um sistema de “monitoria” através do qual aqueles lavradores que já havia trabalhado/trabalhavam na Fazenda Serra da Pipoca orientavam os demais na parte prática (PRATA, 1994).

¹⁵⁹ É importante colocar que o nome Quiepe, Kiep, Kieps e/ou Kieppe tem algum significado especial para a família Odebrecht. Essa expressão aparece no nome da indústria criada no município de Manoel Vitorino; é o nome da sociedade controladora da Organização Odebrecht; e é o nome de uma ilha localizada na Península de Maraú, supostamente, concedida pela União à família Odebrecht. Buscou-se identificar o significado da expressão Kieppe. Foi feita uma consulta com uma brasileira que vive na Alemanha para saber se essa expressão é conhecida naquele país de onde partiram os primeiros membros da família Odebrecht no século XIX, mas a informante não tem conhecimento sobre o mesmo. É possível que a grafia da palavra seja de matriz indígena (Quiepe) e a família Odebrecht tenha reescrito como Kieppe para denominar suas empresas. Essa assertiva se baseia em um trecho da tese de doutorado de Fabricio Lyrio Santos. Ao estudar o impacto do processo de abolição do sistema dos jesuítas sobre os índios na capitania da Bahia, o autor traz à baila o papel assumido por “agentes civis e militares” como “civilizadores dos índios”. Consta que o “principal ‘civilizador de índios’ na Bahia no período colonial” fora Domingos Alves Branco Muniz Barreto (1748-1831). Domingos teria redigido um manuscrito sobre suas viagens nas vilas e aldeias “das Comarcas dos Ilheos, e Norte da Capitania da Bahia”, no qual afirmara “que havia sido indicado por uma junta reunida em Salvador para tratar da sublevação dos índios das povoações de Ilhéus, que haviam se refugiado na Ilha de Quiepe, próxima à barra do Camamu, e estavam causando distúrbios na região” (SANTOS, 2012, p. 220).

Situação semelhante ocorre com o nome Novo Horizonte. Apenas na Aliança Estratégica do Amido foram identificadas 3 fazendas com o mesmo nome: a Fazenda Novo Horizonte Sede, a Fazenda Novo Horizonte I e a Fazenda Novo Horizonte II. Fazenda Novo Horizonte também é o nome da propriedade onde funciona Aliança Estratégica da Mandioca. Essa última, está localizada na Rodovia Governador Mário Covas, na altura do Km 315, num trecho que corresponde ao município de Presidente Tancredo Neves. Esse imóvel “pertence à União e foi cedida para a CFR por 20 anos” (CNPMF, 2010b, p. 6).

escrita do proprietário”¹⁶⁰ (PRATA, 1994, p. 48-49). Portanto, o contrato de comodato não explicita o pagamento de renda em produto, trabalho ou espécie por parte do “convidado” ao dono da terra irrigada.

Na pesquisa realizada com a comunidade de Ilha Grande, a socióloga Maria del Carmen López Prata identificou que a integração ao complexo agroindustrial trouxe vantagens para os integrados e para a comunidade. O processo de capacitação e de reciclagem contínua foi um dos pontos mais significativos para os lavradores, o que também vem sendo apreciado positivamente no município de Laje. A produção de excedentes permitiu que os lavradores abrissem uma conta poupança. Por isso, foi instalado em Ilha Grande um posto avançado do Banco do Brasil com funcionamento uma vez por semana. A comunidade foi beneficiada, também, com a infraestrutura exigida para a operacionalização do complexo como, por exemplo, a instalação de água e de energia elétrica, embora a eletricidade não tenha abarcado todo o povoado (PRATA, 1994).

Entretanto, o Projeto de Irrigação “transformou” a “qualidade” e o “ritmo do trabalho” na comunidade, vez que foi preciso modificá-lo para atender às exigências de uma agricultura irrigada nos ditames da agroindústria provocando o assalariamento e novas exigências e significados ao trabalho. Esse quadro, avaliado como de perda de autonomia, era necessário para que o complexo agroindustrial garantisse a disponibilidade de matéria-prima na própria região e com boa qualidade, sem custos de produção e trabalhistas (PRATA, 1994).

Em 1997, a Fazenda Serra da Pipoca e a Indústria Kieps foram transformadas nas Fazendas Reunidas Rio de Contas Ltda. (RIOCON). De modo semelhante ao ocorrido nas Fazendas Reunidas Vale do Juliana (em 1993), a RIOCON (em 1997) teve a forma de gestão e as atividades produtivas modificadas, com destaque para a adesão aos princípios filosóficos da TEO, o que foi motivado pela “inquietação

¹⁶⁰ É interessante observar que nos projetos implementados pela Fundação Odebrecht, a partir da década de 2000, cada cadeia produtiva dispõe de uma instituição de ensino (casa familiar ou instituto) e a dimensão do trabalho é assumido por uma “Cooperativa”. Na experiência pioneira, realizada em Iramaia e Manoel Vitorino, o cooperativismo não havia sido definido como forma de gestão. Na época, a Associação Pró-Lago representava os lavradores nas transações comerciais realizadas com a Indústria Kieps e intermediava os contratos de comodato entre o proprietário da terra cedida e o “convidado”. Outra diferença importante se refere às normatizações, enquanto nas década de 1980-90 os técnicos e os lavradores seguiam as orientações do Manual de Operações de Sistema de Irrigação, no projeto educacional e de geração de trabalho e renda voltado ao cultivo de mandioca para produção de amido se recorre ao Regimento Interno e ao Estatuto Social da COOPAMIDO.

permanente de estar sempre aprendendo e pesquisando novas possibilidades de enriquecimento para a região” (RIOCON, 2014).

Após a criação da RIOCON os produtos anteriores (milho verde, pepino, aspargo, cenoura, beterraba, maxixe) saem da pauta. A Fazenda passou a se dedicar a criação de equinos (manga larga marchador) e a exploração das cadeias produtivas da algaroba (usada na produção de carvão vegetal para uso doméstico e na fabricação de ração animal e farinha para alimentação humana), do feno irrigado (à base de alfafa e gramíneas) e da caprinovinocultura (cria, cria e engorda). Desde 2011, os produtos cultivados na propriedade agrícola do município de Iramaia passaram a ser processados na unidade industrial de Manoel Vitoriano e distribuídos pela unidade comercial da Pratigi Alimentos no município de Castro Alves, no atual Território de Identidade do Recôncavo¹⁶¹ (RIOCON, 2014).

A experiência inicial na Fazenda Serra da Pipoca e na Indústria Kieps, posteriormente transformadas em Fazenda RIOCON, traça as primeiras normas que caracterizariam as futuras intervenções da Fundação Odebrecht no campo baiano. Ainda na década de 1990, os camponeses (chamados de lavradores) foram convidados a participar de um processo de qualificação (educação) com vistas a se integrar ao sistema de parceria agrícola articulado por uma associação (trabalho). As atribuições desse processo foram assumidas, a partir de 2006, pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (IDAN) com o apoio do Estado¹⁶².

Deduz-se, portanto, que esse “ensaio de integração” rascunhou as relações que seriam aperfeiçoadas pela Fundação Odebrecht ao longo da década de 2000. A experiência nos municípios do Território de Identidade Chapada Diamantina e do Território de Identidade Médio Rio das Contas se constituíram como o início de um modelo de intervenção construído pelo capital, com a anuência do poder público, para o campo baiano.

¹⁶¹ A unidade comercial da Pratigi Alimentos, que está localizada no município de Castro Alves, foi inaugurada em 2011. Essa unidade é responsável por regular a comercialização e a distribuição dos produtos RIOCON da linha de nutrição animal para distribuidores e clientes (RIOCON, 2014).

¹⁶² Uma mostra da relação entre a antiga Fazenda Serra da Pipoca e o Estado pode ser observada a partir da parceria, firmada por volta de 1983, com a EMBRAPA para o plantio de algaroba (RIOCON, 2014). Mais recentemente, a RIOCON também estabeleceu parceria com a EMBRAPA Caprinos e Ovinos, com o objetivo de realizar ações no “âmbito da agricultura, pecuária, silvicultura e demais áreas afins” entre 2013-2018 (BRASIL, 2013a). Outra informação interessante é que o IDAN tem parcerias firmadas com as seguintes instituições: ADAB, Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil, Banco do Nordeste, EBDA, Prefeitura Municipal de Manoel Vitorino, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e Universidade Estadual de Santa Cruz (IDAN, 2015).

4.3.1.3 Baixo Sul: a consolidação educação pelo trabalho no campo baiano

Grandes empresas como a Odebrecht não circunscrevem seus investimentos sociais aos locais onde estão fisicamente instaladas. Segundo Peliano (2001), em muitos casos, essas escolhas têm relação com o conhecimento que a empresa possui sobre os problemas da comunidade, sendo o critério pobreza o eixo norteador da maior parte das ações. De fato, a relação histórica com o Baixo Sul e o critério pobreza foram usados como justificativa para a ação social promovida pela Fundação Odebrecht (CNPMPF, 2010b; FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2011a; INSTITUTO ALIANÇA, 2015; PORTO, 2016). Segundo Porto (2016, p. 252), a “associação entre ‘desenvolvimento sustentável’ e ‘pobreza’” foi utilizada pela Fundação como “dispositivo de justificação e autorização” para suas intervenções.

É preciso rememorar que, na visão de Norberto Odebrecht, a falência da SAICI e de outras empresas, a exemplo da *Matarazzo*, provocou uma crise no Baixo Sul na segunda metade do século XX. Daí, tal como ocorreu na década de 1940 – quando a CNO conseguiu que o governo federal autorizasse a construção de diversas obras – o Baixo Sul se tornou, novamente, alvo de investimentos (ODEBRECHT, 2004).

Porém, dessa vez, Norberto Odebrecht adotou um discurso diferente. Difundiuse, então, que a “liquidação da SAICI” teve “efeito multiplicador”. Seu fim provocou a “desaceleração do crescimento econômico da região” e “milhares de pessoas, antes beneficiadas com os empreendimentos empresariais e com o comércio” optaram por migrar para o sul do país. Com as mudanças na economia nacional, o deslocamento foi aos poucos deixando de ser viável. Muitas famílias, então, passaram a “investir seu tempo e dinheiro na agricultura e na pesca”. Essas práticas eram “essencialmente artesanais”, “desprovidas de qualquer critério ambiental” e realizadas sem “consciência ecológica”. O resultado, na opinião do empresário, foi a “degradação ambiental e a degradação da qualidade de vida” (ODEBRECHT, 2004, p. 78-88).

É nesse contexto que Norberto Odebrecht intervém pela segunda vez no chamado Território de Identidade Baixo Sul. Nessa segunda intervenção, ao invés de produzir apenas um território material – como fez nas décadas de 1940-50 ao se apropriar de terras públicas, construir e atrair empresas e doar terras para a criação de um núcleo de colonização –, o engenheiro-empresário também fomentou a produção de um território imaterial. Isso acontece através da criação de associações, cooperativas, casas familiares, institutos e de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Outra mudança se refere às parcerias firmadas pelo Grupo Odebrecht para a conformação desse território imaterial. Nos anos 1950, essas relações eram apoiadas por outros capitalistas (*Standard Oil*, *Matarazzo* e *Firestone* e os sócios da SAICI) e por governantes das três instâncias do poder público. Nessa segunda fase, a relação fica mais complexa na medida em que Norberto Odebrecht adota o discurso da governança participativa envolvendo iniciativa privada, Estado e sociedade civil¹⁶³.

Ignorando a devastação florestal causada pela SAICI (SILVA, 2003; GONÇALVES, 2014; PORTO, 2016) e atribuindo à população local a responsabilidade pela destruição dos recursos naturais, Norberto Odebrecht requalifica seu discurso de “empresário autêntico” (ODEBRECHT, 1991). Por conseguinte, o Grupo Odebrecht se posiciona como uma empresa preocupada com as “exigências do mundo globalizado” e consciente da “exigência moral” de se criar estratégias inovadoras diante dos prejuízos que os “processos produtivos” geram ao meio ambiente (ODEBRECHT, 2004).

A dimensão ambiental é o eixo estruturante do discurso de Norberto Odebrecht nessa fase. Para tanto, a Fundação Odebrecht criou o Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade do Mosaico de Áreas de Proteção Ambiental do Baixo Sul da Bahia¹⁶⁴ (PDCIS). Em relação a prioridade à dimensão ambiental, são bem pertinentes as colocações de Rodrigo Simão Camacho. Para esse autor, o meio ambiente passa ser fundamental na busca por competitividade diante do problema da degradação ambiental em determinadas regiões¹⁶⁵. Nesse sentido

¹⁶³ Para Georges Benko, o conceito de *gouvernance* (inglês) ou *governança* (francês) se refere às formas de regulação que não são mercantis, nem estatais. Trata-se “de formas de conduta de uma organização humana”. Ou melhor, é a “sociedade civil menos o mercado... mais, cumpre acrescentar, a sociedade política local, os notáveis, as municipalidades!” (BENKO, 1999, p. 62). Para a corrente do novo institucionalismo, a *governança* ou *gouvernance* define-se como “forma de organização humana, padrões de gestão pública que surgem da articulação de atores sociais, políticos e administrativos; é um referencial da ação coletiva”, ou seja, se apoia “em estruturas formadas pela sociedade civil, associações, organizações não governamentais lideranças e redes que se complementam para atingir objetivos de interesses comuns (...) Trata-se de definir formas de atuação conjunta de diversos agentes públicos, privados, governamentais e não governamentais” (SILVA, 2002, p. 19).

¹⁶⁴ O PDCIS, foi criado, em 2003, com o nome de “Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Mosaico de Áreas de Proteção Ambiental do Baixo Sul da Bahia”. Em 2007, ele passou por reformulações e passa a ser chamado de PDCIS (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2011a, p. 12).

¹⁶⁵ No Território de Identidade Baixo Sul, o discurso em favor da dimensão ambiental contou com um fato de que praticamente toda a região é “coberta” com alguma Área de Proteção Ambiental (APA) ou Reserva Ecológica (FISCHER, 2007). Vale lembrar, que a criação das APAs aparecem no discurso empresarial como estratégia para controlar os impactos ambientais negativos dos vários empreendimentos construídos em seu redor. Contudo, alguns estudiosos consideram que as APAs são criadas como uma proposta de valorização econômica da natureza e das tradições, transformando-as em mercadorias. Essa avaliação é reforçada pelo fato de que a maior parte das APAs criadas no estado da Bahia, na década de 1990, foram iniciativas do órgão responsável pelo turismo (SOUZA, 2009).

O patrimônio natural passa a ser um trunfo para o desenvolvimento, principalmente, no que se refere às práticas do turismo ecológico, da biotecnologia, do extrativismo de princípios ativos dos remédios etc. A apropriação da natureza de maneira sustentável passa a fazer parte do discurso do capitalismo no debate de desenvolvimento territorial, e este é apropriado pela Educação do Campo no PCA (...) o patrimônio natural passa a ser uma característica de atração de investimentos por parte de empresas (CAMACHO, 2013, p. 716; 717).

Porém, as ações da Fundação Odebrecht estão para além do discurso da sustentabilidade. Basta observar que os projetos educacionais e de geração de trabalho e renda, abarcam as dimensões ambiental, produtiva, social e humana, conforme Quadro 19.

Quadro 19 – Instituições criadas para territorialização da Fundação Odebrecht no Baixo Sul da Bahia:

Capitais	Instituições criadas
Ambiental – econômico – humano – social	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul
Ambiental	Organização Conservação de Terras (2001)
Econômico ou produtivo	COOPATAN (2000)
	Cooperativa Mista de Marisqueiros, Pescadores e Aquicultores do Baixo Sul da Bahia (COOPEMAR) (2003)
	Cooperativa dos Produtores de Palmito do Baixo Sul (COOPALM) (2004)
	Cooperativa das Produtoras e Produtores Rurais da Área de Proteção Ambiental do Pratigi (COOPRAP) (2005)
	Cooperativa dos Aquicultores de Águas Continentais (COOPECON) (2010)
	Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos da Construção Civil do Baixo Sul da Bahia (2010)
Humano	Casa Familiar Agroflorestal (2005)
	Casa Familiar Rural (2002 e 2007)
	Casa Familiar das Águas (2004)
	Centro de Formação Profissional Construir Melhor (2011)
Social	Instituto Direito e Cidadania (2004)

FONTE: Odebrecht (2004) (adaptado).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Constata-se que cada dimensão tem uma instituição correspondente, seja instituto, “Cooperativa” ou unidade de ensino/escolarização¹⁶⁶. É importante registrar

¹⁶⁶ As quatro dimensões, ou capitais, foram incorporados na seguinte ordem: “capital ambiental, berço de tudo, vem primeiro; o capital produtivo, capaz de transformar os ativos ambientais, vem em seguida;

que entre as instituições criadas, existe uma com o perfil agregador, ou seja, é responsável por acomodar as dimensões ambiental, produtiva, social e humana. Esse foi o caso do Instituto de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Juliana, criado em 1997, como resultado da “união estratégica” entre a Fundação Odebrecht, o Instituto Ayrton Senna, a Fundação *Kellogg* e o BNDES. Em junho de 2000, o Instituto adquire o *status* de OSCIP e passa a se chamar Instituto Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul¹⁶⁷ (IDES). Isso demonstra que mesmo antes de finalizar o “Projeto Aliança com o Adolescente” o Baixo Sul já era uma prioridade. Comprova também que houve uma intencionalidade explicitada, mas só viável depois dele já ter sua base territorial garantida.

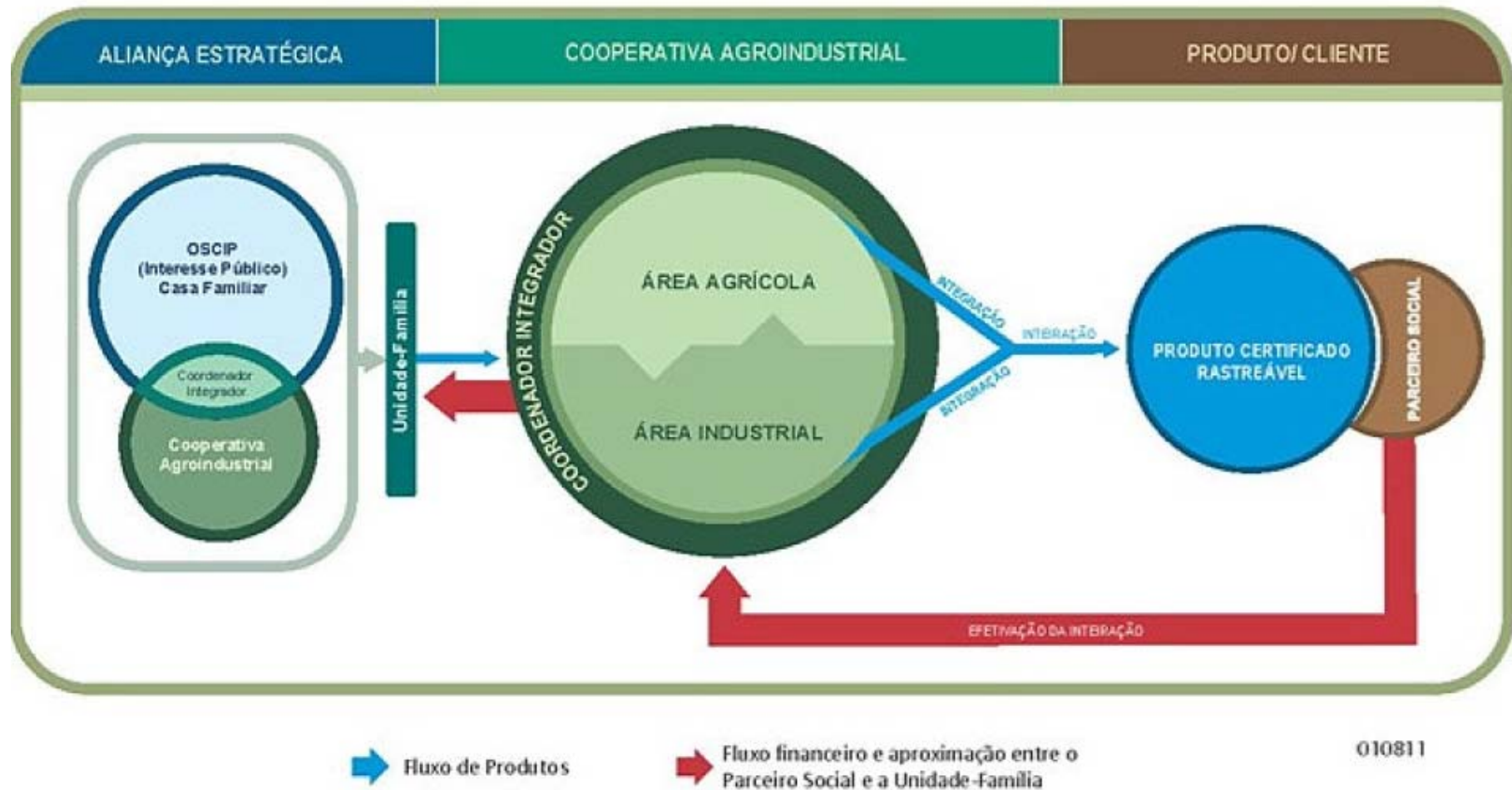
Desde então, coube ao IDES coordenar a dimensão: a) ambiental, através da Organização Conservação de Terras; b) econômica ou produtiva, através das “cooperativas” COOPATAN, COOPEMAR, COOPALM, COOPRAP, COOPECON e Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos da Construção Civil do Baixo Sul da Bahia; c) humana, através das instituições de ensino Casa Familiar Agroflorestal, Casa Familiar Rural, Casa Familiar das Águas e Centro de Formação Profissional Construir Melhor; e) social através do Instituto Direito e Cidadania.

O funcionamento dessas 13 instituições se sustenta na TEO. Mas isso, só foi possível a partir da transposição da experiência empresarial de Norberto Odebrecht. Na medida em que essa adaptação foi feita, Norberto Odebrecht teve o cuidado de elaborar um modelo que representasse a forma como sua filosofia educacional funcionaria no campo baiano, conforme Figura 15.

logo depois, o capital humano, responsável pela atividade produtiva; finalmente, o capital social, que são as pessoas atuando de forma organizada” (ODEBRECHT, 2004, p. 163).

¹⁶⁷ De acordo com Silva (2002, p. 93;133), o IDES foi criado originalmente com o “enfoque estritamente ambientalista” e, aos poucos, foi assumindo o foco no “setor produtivo” em cadeias produtivas como a da mandioca e da maricultura. Por outro lado, a ênfase no social, era atribuição de outras instituições criadas para esse fim, tal como o Instituto da Juventude e a Associação dos Municípios do Baixo Sul da Bahia. Segundo o próprio Norberto Odebrecht, o IDES foi criado com o propósito de coordenar e de integrar as demais instituições que seriam criadas no Baixo Sul. Ou seja, visava atender a “complexidade” do modelo de governança instituído pela Fundação Odebrecht – em aliar poder público, sociedade e iniciativa privada – e a necessidade de “cimentar” uma “cultura única” na região com o objetivo de conferir “cidadania e dignidade”. Desse modo, o IDES “nutria-se” doutrinariamente das seguintes premissas: desenvolvimento sustentável; visão regionalizada; quebra dos ciclos de pobreza; e percepção do homem como a gente de seu próprio destino (ODEBRECHT, 2004, p. 165; 185).

Figura 15 – Modelo da filosofia educacional da Fundação Odebrecht para o campo baiano:



FONTE: Fundação Odebrecht (2011a, p. 22).

Isso significa que existe um padrão no funcionamento das intervenções feitas pela Fundação Odebrecht no campo baiano, o que está atrelado ao conceito de Aliança Estratégica¹⁶⁸. A Aliança Estratégica é uma filosofia, um conceito, que dinamiza o concreto, no caso cada projeto educacional e de geração de trabalho e renda e sua respectiva cadeia produtiva. Em outras palavras, independentemente, da cadeia produtiva ou da localização onde o projeto educacional e de geração de trabalho e renda está/será construído ele seguirá as mesmas regras: haverá uma instituição voltada para o ensino e uma instituição voltada para a organização produtiva.

Essas instituições ofertarão seus serviços para as unidades-família que se qualificarão e produzirão matérias-primas que serão beneficiadas e comercializadas. O esquema é o seguinte:

- a) ingresso de unidades-famílias pobres e excluídas no processo formativo (educação) e produtivo (trabalho). Os adultos, normalmente os chefes da unidade-família, e os adolescentes/jovens são inseridos em ações educativas: os primeiros em programas complementares de formação e os últimos em unidades escolares regulares através das OSCIPs (casas familiares);
- b) o adulto que representa a unidade-família, ingressa numa cooperativa agroindustrial. Nas cooperativas, cada unidade-família é responsável por entregar as matérias-primas produzidas, “em quantidade e com qualidade pactuadas” para serem comercializadas. O fluxo desse sistema tem o objetivo de qualificar as unidade-família através da educação pelo trabalho e retroalimentar o “círculo virtuoso”: filhos de agricultores pobres emergem para a classe média rural (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2011a, p.23).

¹⁶⁸ O conceito de aliança estratégica proposto por Norberto Odebrecht está em conformidade com as estratégias adotadas por grandes grupos no contexto de competitividade da atual fase de mundialização do capital. Segundo Chesnais (1996), cada vez mais as grandes empresas precisam investir para inovar e, assim, minar a concorrência. Com esses investimentos, as companhias adquirem vantagens diferenciadas e ligadas, sobretudo, ao aprendizado tecnológico, o que lhes permite colocar no mercado produtos relacionados a um saber tecnológico novo. Para enfrentar essas transformações, algumas empresas optam por firmar alianças estratégicas ou acordos de cooperação com vistas ao aperfeiçoamento acelerado de tecnologias e, principalmente, a repartição dos custos astronômicos de pesquisa e desenvolvimento. Um complemento à noção de aliança estratégica é apresentado pelos sociólogos Luc Boltanski e Evé Chiapello. Contudo, diferentemente de François Chesnais – que entende uma aliança estratégica como aquela articulação voltada, especificamente, para a troca de tecnologias entre grandes grupos – esses autores tratam essa espécie de acordo colaborativo de forma mais genérica. Esses sociólogos entendem a aliança estratégica como a forma pela qual empresas modernas priorizam o enxugamento (*entreprise maigre*) e adotam novos métodos de produção com princípios organizacionais que reduzem escalões hierárquicos e realizam a terceirização (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009).

Atualmente, existem cinco projetos educacionais e de geração de trabalho e renda da Fundação Odebrecht no Território de Identidade Baixo Sul, conforme Quadro 20.

Quadro 20 – Alianças Estratégicas da Fundação Odebrecht no Baixo Sul da Bahia:

Aliança Estratégica	Cooperativa Agroindustrial	Programa Educacional
Aliança Estratégica da Mandioca	COOPATAN, em Presidente Tancredo Neves (2000)	Casa Familiar Rural Presidente Tancredo, em Presidente Tancredo Neves (2002)
Aliança Estratégica da Aquicultura	COOPERMAR, em Ituberá (2003)	Casa Familiar das Águas do Baixo Sul da Bahia, em Ituberá (2004)
	COOPECON, em Ituberá (2010)	
Aliança Estratégica do Palmito	COOPALM, em Ituberá (2004)	Casa Familiar Rural de Igrapiúna, em Igrapiúna (2007)
Aliança Estratégica da Piaçava	COOPRAP, em Nilo Peçanha (2005)	Casa Familiar Agroflorestal do Baixo Sul da Bahia, em Nilo Peçanha (2005)
Aliança Estratégica da Construção Civil	Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos da Construção Civil do Baixo Sul da Bahia, em Ituberá (2010)	Centro de Formação Profissional Construir Melhor, em Valença (2011)

FONTE: Trabalho de campo (2013).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Deduz-se que a dimensão produtiva e humana são preponderantes nos projetos educacionais e de geração de trabalho e renda, não obstante as dimensões ambiental e social perpassa por todas elas. Existem, então, seis instituições (“cooperativas”) representando o capital ou dimensão produtiva no Território de Identidade Baixo Sul para as quais existe outras cinco instituições que representam o capital ou dimensão humana.

Essas cinco alianças estratégicas têm relação direta com o campo baiano, pois sua criação e funcionamento significam mudanças que afetam as comunidades rurais. Cada aliança foi criada para atender determinada potencialidade, ou seja, corresponde a uma “cooperativa” e uma instituição de ensino (casa familiar e centro de formação) voltada para determinada “cadeia” produtiva. Nesse plano, o modelo educativo forjado pelo capital “prepara, separa, direciona e instrumentaliza os indivíduos para funções correspondentes da divisão social do trabalho” ao passo que a família é a “unidade primordial para a sustentação das mínimas condições

existenciais do trabalhador e, ainda, a reprodução geracional da própria força de trabalho” (MASCARO, 2013, p. 69).

Esse quadro não se limitou ao Território de Identidade Baixo Sul. Desde 2009, o modelo de aliança estratégica vem se territorializando em outros municípios, tal qual vem ocorrendo no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, mais precisamente no município de Laje. Nesse processo, a Fundação Odebrecht, se territorializa e monopoliza o território ao explorar a lavoura de mandioca através da Aliança Estratégica do Amido materializada na Cooperativa Estratégica do Amido através de três pessoas jurídicas, a COOPAMIDO (2009), a BAHIAMIDO S.A. (2010) e o IPHA (2013), como será apresentado no próximo capítulo.

5. A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NA LAVOURA DE MANDIOCA: A COOPERATIVA ESTRATÉGICA DO AMIDO

O complexo agroindustrial que atende pelo nome fantasia de Cooperativa Estratégica do Amido está instalado na Fazenda Novo Horizonte Sede, uma propriedade rural com 332,5 hectares, localizada no município de Laje (BA)¹⁶⁹. A Cooperativa Estratégica do Amido fica às margens da Rodovia Governador Mário Covas, mais especificamente na altura do quilômetro 279, e entre as comunidades de Entroncamento de Laje e Cruzeiro, conforme Figura 16.

Figura 16 – Cooperativa Estratégica do Amido no município de Laje (BA):



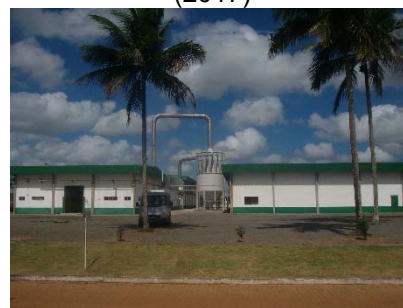
16a – Cooperativa Estratégica do Amido (2013)



16b – Cooperativa Estratégica do Amido (2017)



16c – COOPAMIDO



16d – BAHIAMIDO S.A.

FONTE: Trabalho de campo (2013-2017).
AUTORIA: Aline dos Santos Lima.

Embora a sede da Cooperativa Estratégica do Amido esteja localizada em Laje, sua territorialização extrapola os limites político-administrativos desse município (Figura 1). Isso ocorre porque a área de abrangência da CEA consiste nos municípios onde reside à força de trabalho responsável pela produção da mandioca e onde estão localizadas as fazendas nas quais esses cooperados realizam a produção no campo, conforme Figura 17.

¹⁶⁹ A Fazenda Nova Horizonte Sede, oficialmente, pertence a Kieppe Participações e Administração Ltda (COOPAMIDO, 2011a; ODEBRECHT INFORMA ON LINE, 2016). A construção do complexo agroindustrial, que iniciou em setembro de 2009 e foi concluída em dezembro de 2012, após 1.232 dias de trabalho, foi orçado em cerca de R\$ 30 milhões de reais (SEMANA ECO MANI, 2014).

Figura 17



Constata-se que a COOPAMIDO possui fazendas parceiras nos municípios de Laje, Jaguaripe, São Miguel das Matas e Valença. É importante reforçar que algumas propriedades são do próprio Grupo Odebrecht, como Fazenda Novo Horizonte Sede, Fazenda Novo Horizonte I, Fazenda Novo Horizonte II e Fazenda Novo Rumo. Mas, outras propriedades são arrendadas, como é o caso da Fazenda Capela Alto do Jaguaripe, Fazenda Cavalo Preto, Fazenda Floresta, Fazenda Gavião, Fazenda Rio de Areia, Fazenda São Jorge e Fazenda Sombra Verde¹⁷⁰. Também existe parceria em sítios em Conceição do Almeida e Laje e fazendas arrendadas em Sapeaçu, além da fazenda Catuana de São Miguel das Matas, sobre essas não foi possível georeferenciar.

Toda essa estrutura funciona sob a responsabilidade de um líder empresarial que conta com o apoio da presidência da COOPAMIDO, da diretoria da BAHIAMIDO S.A. e da presidência do IPHA. Em 2012, esses líderes contavam com o envolvimento de 150 colaboradores. Entre esses, 72 colaboradores (48%) exerciam suas atividades na indústria, 43 na condição de prestadores de serviço (terceirizados) (28,7%) e 35 na “Cooperativa” (23,3%)¹⁷¹ (TRABALHO DE CAMPO, OUTUBRO DE 2012).

A dinâmica, o funcionamento e a gestão da Cooperativa Estratégica do Amido segue algumas orientações, chamadas de premissas estratégicas¹⁷² (BAHIAMIDO S.A., 2014). As premissas estratégicas indicam que a Cooperativa Estratégica do Amido propõe:

- a) Fixar as famílias no campo, unindo alta tecnologia à agricultura familiar*;
- b) Incluir socialmente as unidades-família, através de cooperativas, tornando-as parte de uma nova classe média rural*;

¹⁷⁰ A Fazenda Rio de Areia foi identificada a partir das entrevistas com a comunidade que participou das assembleias do SINTRAF. Portanto, ela não aparece na lista “oficial” adquirida durante a realização da III Eco Mani, como será apresentado ao longo do capítulo.

¹⁷¹ A jornada diária dos colaboradores inicia às 7hs e encerra às 17hs com intervalo de 1h para almoço. As refeições acontecem num refeitório, montado na Fazenda Novo Horizonte Sede, mediante uma contribuição mensal. Durante a cesta, os colaboradores permanecem na “área de lazer”, onde podem interagir, jogar ou assistir televisão (TRABALHO DE CAMPO, JUNHO DE 2013).

¹⁷² A CEA possui 17 premissas estratégicas e a COOPAMIDO 9. Há equivalência entre as 4 premissas marcadas com o símbolo (*) e há semelhança entre outras 4 marcadas com o símbolo (**), aparentemente, se trata de mudanças na digitação mas que não afetam o conteúdo. Além disso, a “Cooperativa” tem uma outra premissa que não tem correspondência na relação da CEA, trata-se daquela que propõe “Identificar as necessidades da comunidade e promover melhoria da qualidade de vida”.

- c) Proteger o meio ambiente é essencial à alta produtividade das lavouras de mandioca**;
- d) Distribuir renda por trabalho formal e produtividade**;
- e) Aumentar a produção de mandioca para utilização em outros derivados, além da farinha**;
- f) Transformar terras degradadas e improdutivas, tornando-as propícias ao cultivo*;
- g) Satisfazer plenamente os cooperados, clientes parceiros e colaboradores*;
- h) Atingir os oito objetivos do milênio propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU)**.
- i) Aplicar os princípios, conceitos e critérios da Tecnologia Empresarial Odebrecht;
- j) Não provocar concorrência de preços e de oportunidades de entrega entre produtores;
- k) Não concorrer com o mercado local de farinha de mandioca;
- l) Não possuir atravessadores no processo de comercialização;
- m) Manejo correto do solo e respeito ao meio ambiente seguindo os preceitos científicos da EMBRAPA;
- n) Recuperação e utilização racional de terras degradadas e improdutivas;
- o) Proteção ambiental intrínseca às altas produtividades de mandioca (planta nativa);
- p) Promover acesso ao crédito para os cooperados com administração de recursos sob responsabilidade das cooperativas;
- q) Promover a sustentabilidade através do desenvolvimento simultâneo dos quatro capitais: ambiental, social, produtivo e humano.

São essas normas, ou premissas, que sustentam a racionalidade e norteiam as ações da Cooperativa Estratégica do Amido no campo lajista. Porém, para que isso ocorra o capital não age só. Há uma gama de parceiros que apoiam e auxiliam as pessoas jurídicas que compõem a CEA. Estes parceiros, no geral, são instâncias ou órgãos públicos que atuam contribuindo com o crédito, a capacitação, a certificação e a documentação necessárias para o desenvolvimento das atividades do complexo agroindustrial, conforme Figura 18.

Figura 18 – Parceiros da Cooperativa Estratégica do Amido:



FONTE: Semana Eco Mani (2014).
ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

O formato circular da figura que representa os parceiros da Cooperativa Estratégica do Amido já indica que o Estado (MDA, UFRB, CEPLAC, SEAGRI, EBDA, EMBRAPA, Banco do Brasil, BNDES) é o êmbolo que move o complexo agroindustrial¹⁷³. Dito de outro modo, são essas relações interinstitucionais que garantem o funcionamento da Cooperativa Estratégica do Amido, o que pode ser observado de modo mais completo e com mais detalhes no Quadro 21.

Constata-se que os três níveis de governo, assim como distintos órgãos de natureza pública, contribuíram de algum modo com o funcionamento da Cooperativa Estratégica do Amido, especialmente com a COOPAMIDO. Isso demonstra claramente que as colocações feitas por Marx & Engels (1980, p. 10), ainda no século XIX, se mantém atuais, pois é notório que “o governo do estado moderno não é senão um comitê para gerir negócios comuns de toda a classe burguesa”.

¹⁷³ O apoio do Estado à CEA demonstra que há um dinamismo diferenciado entre as formas familiar e industrial de plantar mandioca. Essa observação remete as colocações de Schneider (1981, p. 31), para quem as diferenças entre a agricultura “tradicional” e “comercial” decorrem de uma “espécie de divisão interna do trabalho imposto pelo modelo de acumulação vigente”, o que é garantido através de uma “política de modernização seletiva, que priva o setor tradicional dos estímulos de preços, de crédito e assistência técnica”.

Quadro 21 – Formas de apoio das instâncias e órgãos públicos às atividades da Cooperativa Estratégica do Amido:

Instância	Ministério /Secretária	Órgão	Tipo de apoio
Federal	MAPA	CEPLAC	Emissão de DAP na sede da COOPAMIDO
		CNPMF	Diagnóstico para selecionar o município que “receberia” a sede da CEA
		CNPMF	Instalação de campo de experimentação de mudas em fazendas parceiras da COOPAMIDO
		CNPMF	Lobby para tornar a mandioca uma <i>commodity</i>
		CNPMF	Pesquisas sobre variedades de mandioca em favor da COOPAMIDO
		EMBRAPA	Lobby para criação do Projeto Reniva
		MAPA	Criação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca e Derivados
		Secretaria Executiva	Agenda Estratégica da Mandioca 2010-2015
	MDA	SAF	Concessão de recursos do PRONAF para os cooperados
		SAF	Emissão do Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar para a COOPAMIDO (SIPAF)
	MDIC	BNDES	Recursos para a aquisição de máquinas e equipamentos da BAHIAMIDO
	MDS	Plano Brasil Sem Miséria	Alinhamento com o Projeto Reniva
	MEC	IF Baiano	Estágio de estudantes dos cursos técnicos na Fazenda Novo Horizonte Sede
		UFRB	Estágio de graduandos na Fazenda Novo Horizonte Sede
		UFRB	Parceira para treinamento de recursos humanos, desenvolvimento e difusão de tecnologia
		UFRB	Pesquisa sobre a viabilidade do cultivo de oleaginosas nas glebas dos cooperados
	Ministério da Fazenda	Banco do Brasil	Abertura de conta corrente dos cooperados
		Banco do Brasil	Operacionalização do crédito rural
		Superintendência do Banco do Brasil	Presença de servidores na COOPAMIDO para esclarecer questões relacionadas ao PRONAF
	Ministério da Integração	Ministério da Integração	Descentralização de recursos para o Projeto Reniva
Programa Vida Melhor		Alinhamento com o Projeto Reniva	
MME	Petrobras	Pesquisa sobre a viabilidade do cultivo de oleaginosas nas glebas dos cooperados	
MTPS	INSS	Presença de servidores na COOPAMIDO para esclarecer questões sobre contribuição sindical e aposentadoria rural	
Estadual	SEAGRI	EBDA	Supervisão dos campos de multiplicação de manivas-semente do Projeto Reniva nas fazendas parceiras da COOPAMIDO
	SEAGRI	Programa Inclusão Produtiva Vida Melhor	Alinhamento com o Projeto Reniva
	SEAGRI	SEAGRI	Criação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca
	Secretária de Saúde	DIRES	Realização de feira de saúde promovida pela COOPAMIDO
Municipal	Prefeitura Municipal de Laje	Prefeito Luiz Hamilton de Couto Júnior (2009-2012)	Projeto de Lei Complementar para redução do ISS para a cadeia produtiva do amido de mandioca
		Prefeito José Emiran Carvalho Feitosa (2013-2016)	Concessão de Título de Utilidade Pública ao IPHA

FONTE: Trabalho de campo (2013-2017).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

5.1 AS PESSOAS JURÍDICAS DA COOPERATIVA ESTRATÉGICA DO AMIDO: COOPAMIDO, BAHIAMIDO E IPHA

Seguindo a lógica temporal, a primeira pessoa jurídica criada no âmbito da CEA, foi a COOPAMIDO. Simbolicamente sua criação ocorreu em abril de 2009, com as primeiras mobilizações nas comunidades (BAHIAMIDO S.A., 2014), mas seu registro formal no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) somente ocorreu em junho de 2009 (JUCEB, 2014) e as atividades do setor agrícola, só tiveram início entre agosto e outubro de 2010, com a produção de cooperados alocados na Fazenda Novo Horizonte Sede.

Nessa Tese, a “Cooperativa” é a pessoa jurídica central, pois é a partir dela que as ações do projeto educacional e de geração de trabalho e renda se conformam. Ou seja, é a partir do chamado setor primário que se espera compreender a totalidade do processo de territorialização do capital no campo lajista e identificar quem é explorado, quem explora, como explora e se existem conflitualidades nessa exploração. Por isso, a discussão sobre a COOPAMIDO, com as novas relações que ela promove e o velhos problemas que ela acirra, serão tratadas em uma seção específica deste capítulo.

Por sua vez, a BAHIAMIDO Serviços Agroindustriais S.A. é uma sociedade anônima fundada, em março de 2010, pelo empresário Norberto Odebrecht e pela investidora Kieppe Participações e Administração Ltda., para compor o chamado setor secundário da Cooperativa Estratégica do Amido¹⁷⁴ (BAHIA, 2014a, 2012b, 2013). Quando foi criada, essa indústria era a primeira do tipo no Nordeste e tinha a capacidade de processar 200 toneladas de raiz da mandioca por dia para extrair fécula e produzir amido modificado¹⁷⁵.

¹⁷⁴ Em seu registro na Junta Comercial do Estado da Bahia, em março de 2010, consta que a BAHIAMIDO S.A. foi criada com um capital social/integralizado no valor de R\$ 43.216.695,00. A Junta Comercial apresenta, ainda, o “objeto social” dessa indústria, qual seja: produção de mandioca para obtenção de fécula, industrialização e processamento; transformação de derivados da mandioca especialmente fécula para produção de amido e subprodutos; participação em outras sociedades, especialmente em cooperativas de produtores de amido de mandioca; venda e intermediação para venda de amido modificado a compradores localizados no Brasil e, ou no exterior; compra e venda, importação e exportação de produtos relacionados às suas atividades especialmente máquinas e insumos, pesquisa e desenvolvimento de processos, equipamentos e produtos relacionados a cadeia produtiva da mandioca inclusive mediante obtenção de patentes e registro de marcas; prestação de serviços agroindustriais a terceiros; produção e a comercialização de bens agrícolas de natureza vegetal, florestal e animal; geração e venda de crédito de carbono no mercado nacional e internacional; criação, reprodução e comercialização de peixes de água doce inteiros ou beneficiados; e a prestação de outros serviços agrícolas e de apoio à agricultura (JUCEB, 2015). Em uma nova consulta a página eletrônica da Junta Comercial, em setembro de 2016, observou-se que a BAHIAMIDO S.A. tem, atualmente, um capital social/integralizado no valor de R\$ 73.376.843,00 (JUCEB, 2016).

¹⁷⁵ No Brasil, o surgimento das primeiras fecularias ocorreu em São Paulo e em Santa Catarina em contextos espaço-temporais distintos. Em São Paulo, na segunda metade do século XIX, foram

Deduz-se que a capacidade inicial de processamento da BAHIAMIDO S.A. (200 ton/dia) já se constituía em ameaça para a continuidade do funcionamento das casas de farinha em Laje. Calcula-se que, caso a fecularia processasse 200 ton de raiz de mandioca trabalhando 300 dias no ano, ela seria capaz de absorver toda a mandioca produzida no município, já que em 2015 a produção anual foi de 61.507 toneladas (PAM-IBGE, 2017). Talvez, por isso, quando “chegou” em Laje, a CEA garantiu que só produziria mandioca para produção de amido, assim evitava maiores conflitos com a comunidade local, exímia plantadora de mandioca para fazer farinha. Na medida em que o projeto consegue se territorializar se constrói uma farinheira industrial para tentar fazer farinha.

Apesar de criada em 2010, o setor secundário somente foi inaugurado em abril de 2011. A cerimônia, aberta à comunidade, contou com a participação de várias autoridades, como prefeitos e representantes do Banco do Brasil, BNDES e UFRB, além do Secretário de Agricultura da Bahia, na época Eduardo Salles (BAHIAMIDO S.A., 2013). A presença de lideranças e autoridades ratifica os estreitos laços entre a Fundação Odebrecht e o Estado em todos os níveis hierárquicos.

Porém, as atividades da indústria, só começam em janeiro de 2012, quando ocorre a primeira colheita da COOPAMIDO, na Fazenda Floresta, localizada no município de São Miguel das Matas¹⁷⁶ (BAHIAMIDO S.A., 2013). Desde então, a COOPAMIDO vem repassando a produção dos cooperados, muito embora em quantidade inferior a capacidade máxima da fecularia.

Os relatórios da administração do BAHIAMIDO S.A., dos exercícios 2011-2013, confirmam a ociosidade da companhia. As notas explicativas dos relatórios salientam que, em 2011, “a Sociedade estava em fase final de implantação e ajustes de seus processos industriais”. No exercício de 2012, “a Companhia beneficiou, produziu e revendeu produtos, ainda bem abaixo de sua capacidade de produção, estimada em 200 toneladas/dia de raiz de mandioca, motivando a Companhia a desenvolver meios para fomentar a produção de mandioca com parceira da Coopamido”. Já no exercício de 2013, ressaltou-se que a Companhia “tem capacidade de processamento de 200

construídos os primeiros estabelecimentos destinados à produção de polvilho. O objetivo era fornecer matéria-prima para o polimento e a *engomação* de fios dos tecidos na indústria têxtil (COSTA, 2012). A outra experiência, ocorreu no Vale do Itajaí (Blumenau, Itajaí, Brusque, Rio do Sul), em Santa Catarina, com a criação da primeira indústria de fécula da “Companhia Lorenz” na segunda década do século XX (CMB, 1990; VIBRANS, 2003; COSTA, 2012).

¹⁷⁶ Também em 2012, mais especificamente no mês de janeiro, é que foi registrado o Estatuto Social da BAHIAMIDO, após realização de Assembleia Geral Extraordinária (JUCEB, 2016).

Ton/dia raiz de mandioca e sua produção vem trabalhando com apenas 60 Ton/dia”. Essa situação ocorria “devido à falta de matéria prima, pois a COOPAMIDO, instituição criada para compor o setor primário da Aliança como fornecedora da matéria prima também está se estabelecendo”¹⁷⁷ (BAHIA, 2012b; 2013; 2014a).

Vale lembrar, que cada aliança estratégica da Fundação Odebrecht dispõe de uma unidade de ensino responsável pela formação do território imaterial do capital. Para a Aliança Estratégica do Amido, havia a proposta de criar a Casa Familiar Rural do Amido, que funcionaria a partir de 2012 (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2011b). Mas, ao invés disso, foi criado o Instituto de Promoção Humana do Amido, em fevereiro de 2013 (BAHIAMIDO S.A., 2014).

Com essa mudança, a oferta de educação formal para as unidades-família envolvidas na Aliança Estratégica do Amido, foi assumida pela Aliança Estratégica da Mandioca. Nesse caso, os adolescentes e os jovens foram convidados a cursar a Educação Profissional de Técnico em Agropecuária, em regime de alternância, na Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves. Inclusive, para a campanha de matrícula do ano letivo 2014, uma equipe com colaboradores da CFR-PTN e do IPHA passou a visitar as escolas que ofertavam a última série do Ensino Fundamental nos municípios de Jaguaripe, Laje e São Miguel das Matas, em setembro de 2013. Fruto desse trabalho colaborativo foram contabilizadas 52 inscrições de jovens dos três municípios (BAHIAMIDO S.A., 2014).

O objetivo do IPHA era promover, coordenar e integrar o desenvolvimento e a implementação de ações de interesse público que visam o desenvolvimento dos capitais humano e social e ambiental (BAHIAMIDO S.A., 2014). Sua criação determinou a inserção da Cooperativa Estratégica do Amido no chamado “Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade do Mosaico de Áreas de Proteção Ambiental do Baixo Sul da Bahia”. Em outras palavras, a CEA se tornou o primeiro projeto educacional e de geração de trabalho e renda da Fundação Odebrecht que “segue o modelo PDCIS” fora do Território de Identidade Baixo Sul (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2011b, p. 24).

Devido à importância adquirida pelo IPHA em Laje e região, o então prefeito José Emiran Carvalho Feitosa (2013-2016), concedeu ao Instituto o Título de Utilidade

¹⁷⁷ Em entrevista ao presidente da COOPAMIDO, foi informado que a “Cooperativa” somente atenderia a capacidade máxima da BAHIAMIDO a partir de 2015 (TRABALHO DE CAMPO, JUNHO DE 2013).

Pública¹⁷⁸ (LAJE, 2014). Nas publicações da Cooperativa Estratégica do Amido, constam que o IPHA recebeu essa titulação como forma de reconhecimento e como atestado de relevantes serviços prestados à sociedade lajista (CEA, 2014; BAHIAMIDO, S.A., 2014). Uma das notas aponta que

A titulação, caracterizada como o maior reconhecimento oficial municipal de serviço prestado, atribui credibilidade ao trabalho realizado e o reconhece como essencial para o desenvolvimento do município. 'Além de legitimar a idoneidade da instituição, o título nos concede o aval do poder público local para continuar executando nossas atividades, com foco nos objetivos em contribuir para a fixação do homem no campo com qualidade de vida', afirma Magnólia Santos, diretora executiva do IPHA (CEA, 2014, p. 3).

Entretanto, a dinâmica da Cooperativa Estratégica do Amido vem passando por mudanças. Desde 2015, a BAHIAMIDO S.A. passou a ser uma “empresa controlada pela Organização Odebrecht” fazendo parte do “conglomerado da Odebrecht Agroindustrial”. Isso pode ser observado, por exemplo, na modificação da fachada (Figura 16a e 16b) que dá acesso a Fazenda Novo Horizonte Sede, através da substituição do nome Aliança Cooperativa do Amido por BAHIAMIDO S.A. (ODEBRECHT AGROINDUSTRIAL, 2015; ODEBRECHT S.A., 2015; BAHIAMIDO S.A., 2017).

5.2 A COOPAMIDO E AS NOVAS RELAÇÕES DA FORMA DE ALTA TECNOLOGIA

A COOPAMIDO foi criada em 2009 com 26 sócios. Alguns desses fundadores, eram camponeses que exerciam o papel de liderança em suas comunidades e não se adequaram à visão empreendedora da forma de alta tecnologia. Mas, a maioria era composta por grandes e médios produtores rurais que, na condição de fração da classe dominante local, ingressou na “Cooperativa” para dar credibilidade à instituição recém-criada. O vínculo de proprietários fundiários em cooperativas não é algo novo (NOVAES, 1981), embora, no caso da COOPAMIDO, essa situação tenha sido transitória e simbólica. Esses sujeitos, na condição de sócios-fundadores, permitiram que se atualizasse aquilo que Gilvando Sá Leitão Rios, ainda na década de 1970, chamou de “corporativismo de associação”, ou seja, quando uma “Cooperativa” é

¹⁷⁸ Declaração de Utilidade Pública ao IPHA, Anexo E.

criada por interesses autônomos e, em alguns casos, mediada pelo próprio capital (RIOS, 1973).

Uma vez que a “Cooperativa” alcançou notoriedade na região, esses sócios foram desligando-se, muito embora se mantenham presentes sempre que é conveniente legitimar o processo de “implantação cooperativista” (PINHO, 1973). Tanto é que, em dezembro de 2013, os sócios-fundadores foram homenageados numa cerimônia que contou com a entrega de placas como forma de agradecimento pelo empenho na criação da “Cooperativa”, além de um café da manhã preparado especialmente para os convidados (BAHIAMIDO S.A., 2014). Desde então, a composição social da COOPAMIDO teve variações, conforme Quadro 22.

Quadro 22 – Número de cooperados da COOPAMIDO, 2009-2014:

Período	Quantidade
Junho de 2009	26
Junho de 2011	72
Junho de 2012	200
Junho de 2013	162
Junho de 2014	109

FONTE: Trabalho de campo (2013-2015).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

O levantamento desses dados baseou-se nos documentos impressos e nas notas veiculadas na página eletrônica da Cooperativa Estratégica do Amido, uma tarefa complicada devido a imprecisão e sobreposição das informações. Mesmo assim, constata-se que dos 26 sócios-fundadores, em 2009, o número de cooperados atingiu 200, em 2012, passando para 109 em 2014¹⁷⁹.

¹⁷⁹ Ao longo do trabalho de campo, foram identificados 60 cooperados. Desse total, 26 cooperados (43,3%) eram os sócios-fundadores. Os nomes dos sócios-fundadores foi identificado nas listas de assinaturas do Regimento Interno e do Estatuto Social da COOPAMIDO. A identificação dos outros 34 cooperados (56,7%) foi resultado da sistematização das notas veiculadas na página eletrônica da CEA. Relação dos cooperados vinculados a COOPAMIDO, Apêndice A.

Esse quadro social, composto por pouco mais de uma centena se pessoas, é considerado na literatura cooperativista como pequeno. Para Schneider (1981, p. 33), o tamanho do quadro social pode ser um “indicador do grau de integração e complexidade da organização Cooperativa”. Nesse sentido, um quadro social pequeno é aquele composto por 20 a 500 associados; médio entre 501 a 2.000; e grande com 2.001 a mais. Esse quadro é irrisório se se levar em conta, também, que mais de 800 milhões de pessoas no mundo estão organizadas em cooperativas realizando atividades econômicas diversas. Na Finlândia, as cooperativas são responsáveis por 96% da produção de lácteos, 50% dos ovos e 34% dos produtos florestais; na França, elas controlam mais de 40% da produção de alimentos agrícolas; no Uruguai, produzem 90% do leite e 30% do trigo. Além disso, em 2007, as cooperativas geraram 22% do PIB da Nova Zelândia e, em 2009, contribuíram com 5,4% do PIB brasileiro (REYES & HARNECKER, 2012, p. 31).

Uma explicação para essa variação seguida de redução no quadro social poderia ser atribuída ao que Porto-Gonçalves (2001), definira como a hierarquização do conhecimento científico *versus* os saberes que não são disciplinares e pertencem a outras matrizes de racionalidade, pois, no caso da COOPAMIDO, tem-se a imposição da cultura das corporações multinacionais que, comandada pelo dinheiro, descaracteriza outras matrizes de racionalidade.

Entretanto, para a presidência da “Cooperativa”, a diminuição no número de cooperados passou a ser uma inversão de prioridades. Ao invés de priorizar o quantitativo, a COOPAMIDO passou a primar pela qualidade. Esse ponto de vista se concretizaria na medida em que a “Cooperativa” abandonaria uma das metas pré-estabelecida: ampliar o quadro social de 26 (em 2009) para 400 cooperados (em 2011). A desistência do cumprimento da meta favoreceria o processo de profissionalização dos cooperados e sua inserção na nova classe média rural, pois um número menor de membros facilitaria o controle na adaptação a forma alta tecnologia (TRABALHO DE CAMPO, JUNHO DE 2013).

Até a criação do IPHA, a dimensão humana da COOPAMIDO era assumida pelo chamado Núcleo de Apoio ao Cooperado (NAC). O NAC, realizou duas pesquisas com os integrantes da COOPAMIDO. A primeira, em agosto de 2011, apresenta dados como sexo, idade e escolaridade dos cooperados, bem como a opinião dos mesmos sobre a “Cooperativa”. O que resultou no documento “Pesquisa de Satisfação dos Cooperados”. A segunda, realizada em abril de 2012, além de apresentar os dados pessoais, reúne informações sobre a forma como vivem os cooperados e suas unidades-famílias. O que deu origem ao “Relatório entrevista UF-unidade-família do cooperado” (NAC, 2011, 2012).

As informações coletadas nas duas pesquisas são importantes. Entretanto, cabe fazer duas observações. A primeira, é que não menciona qualquer tipo de informação acerca das propriedades rurais e o tamanho da área onde vive as famílias dos cooperados. No máximo, informa a “média de área cedida em hectare” para cada cooperado. A segunda observação, é que as informações da “Pesquisa” e do “Relatório”, supostamente produzidas pelo NAC, possivelmente são um recorte da base de dados do SIAB que é “alimentado” pelos Agentes Comunitários de Saúde.

O levantamento realizado em 2011, envolveu 65 cooperados. Do total de 65 cooperados, 59 cooperados (91%) eram do sexo masculino e 6 cooperados (9%) do sexo feminino. Já o levantamento realizado em 2012, apresentou informações sobre

78 cooperados. Desse total, 70 cooperados (90%) eram do sexo masculino e 8 cooperados (10%) do sexo feminino (NAC, 2011, 2012).

Outro comparativo pode ser feito em relação à faixa etária dos cooperados. Em agosto de 2011, a maior parte, dos cooperados pesquisados, ou seja, 35 eram pessoas (54%) que tinham entre 25 a 40 anos. Já no levantamento de abril de 2012, a faixa entre 25 a 40 anos, correspondeu ao menor percentual de cooperados, ou seja, 22 cooperados (28%); seguido por 26 cooperados (33%) acima de 40 anos; o maior percentual dos cooperados, 30 estavam entre aqueles que tinham 18 a 25 anos (39%) (NAC, 2011, 2012).

Uma checagem entre os dados do nível de escolaridade indica que a mais da metade dos cooperados não havia concluído o ensino fundamental. Em agosto de 2011, esse dado era comum para 41 cooperados (63%), passado para 54 (69%) em abril de 2012. Um indicador positivo foi o aumento do percentual entre aqueles que concluíram o ensino médio. Em agosto de 2011, apenas 7 cooperados (11%) haviam concluído a educação básica, ao passo que, em abril de 2012, essa situação passou a ser comum para 15 cooperados (19%). Por outro lado, em agosto de 2011, 41 cooperados (63%) não tinham concluído o ensino fundamental, situação que piora, em abril de 2012, quando 54 cooperados (69%) faziam parte do grupo que tinha apenas o ensino fundamental incompleto¹⁸⁰ (NAC, 2011, 2012).

O levantamento produzido em abril de 2012, apresentou, também, aspectos relacionados ao modo de vida das unidades-famílias dos 78 cooperados entrevistados. Inclusive, no documento há um anexo com fotografias das casas de oito cooperados. Dos 78 cooperados pesquisados, 47 cooperados (60%) viviam com 3 ou 4 pessoas num mesmo domicílio. Esse dado é muito interessante, pois demonstra duas prováveis situações: a) o número de filhos tem diminuído entre as famílias camponesas; b) a migração ainda prevalece como uma estratégia de sobrevivência. Nesse universo de 78 cooperados, 49 cooperados (63%) tinham uma renda mensal familiar de até 1 salário mínimo; enquanto 23 (29%) recebiam entre 1 a 2 salários; e apenas 6 (8%) tinham renda acima de 2 salários mínimos¹⁸¹ (NAC, 2012).

¹⁸⁰ Perfil dos cooperados, Apêndice Q.

¹⁸¹ Características das unidades-família dos cooperados, Apêndice R.

A informação da renda do cooperado é muito importante, pois a partir da renda poderia se avaliar se os cooperados conseguiram “evoluir” no plano de carreira do cooperado. No plano de carreira, o ápice é alcançar o estágio de perpetuidade que tem como de suas características a renda de 7 salários mínimos. Porém, esse cruzamento não é possível já que não se sabe qual a renda do cooperado quando ele entrou na “Cooperativa” e qual sua renda após ter colhido sua lavoura.

Esse é o perfil do cooperado que precisa de profissionalizar¹⁸². Para se compreender melhor a profissionalização dos cooperados, optou-se por expor como esse processo se efetivou na prática.

5.2.1 As novas relações da forma de alta tecnologia: a formação do camponês-cooperado

O ingresso dos camponeses na COOPAMIDO por si só não os torna familiarizados com a educação pelo trabalho, tampouco com a forma alta tecnologia. O entendimento do Grupo Odebrecht é o de que o cooperado é um agricultor formado numa cultura assistencialista, um excluído. Portanto, esse sujeito precisa ser profissionalizado, ou melhor, precisa ter acesso a uma cultura empresarial que lhe garanta as condições de um agricultor profissional (SEMANA ECO MANI, 2014).

Armando Bartra Vergés, analisando a situação do camponês mexicano, ajuda a entender esse processo de transição do camponês de uma condição de explorado para marginalizado ao longo das últimas décadas do século XX. Segundo o autor, do pós-guerra até a década de 1970, os trabalhadores rurais, através de um modelo integrado, foram “orgulhosos produtores de alimentos vitais para a urbanização”, ou melhor, constituíram-se como produtores de “comida barata” para “sustentar uma acumulação industrial que dependia de baixos salários”. Mas, o século XXI, marcou uma “bifurcação histórica” na qual os camponeses já não são mais relevantes para agroindústria de exportação comandada pelo grande capital assumindo uma condição de excluídos (VERGÉS, 2011, p. 98-99).

A passagem da condição de excluído para a posição de um investidor social ou um agricultor profissional está atrelada ao plano de vida e carreira dos cooperados.

¹⁸² Outro dado interessante é o comparativo das condições socioeconômicas dos cooperados em relação à população rural do município de Laje. Os dados sistematizados permitem, ainda, comparar condições de atenção básica dos cooperados com o universo da população lajista. Em 2012, metade dos cooperados entrevistados, ou seja, 39 cooperados (50%), tinham acesso à rede pública de abastecimento de água, não divergindo tanto da população rural como um todo, já que, em 2014, 68,82% da população que vivia no campo em Laje também acessava esse serviço. Por outro lado, os cooperados estavam mais bem servidos em relação à destinação do lixo, se comparado ao universo total da população rural. Em 2012, 36 cooperados (46%) tinham acesso à coleta de lixo, ao passo que a proporção da população rural em relação a esse serviço era de apenas 16,53%, em 2014. Por fim, destaca-se 49 cooperados (63%) eram beneficiários do Programa Bolsa Família, em 2012. Em 2014, apenas 25,67% das pessoas da zona rural estavam inscritas no CadÚnico e 23,58% recebiam o Bolsa Família (NAC, 2012; SIAB, 2014). Comparativo das condições socioeconômicas dos cooperados em relação à população rural de Laje, Apêndice S.

Este consiste na passagem pelas seguintes fases: exclusão, passando pelo estágio de sobrevivência e pelo estágio de crescimento, até atingir a perpetuidade como um agricultor profissional¹⁸³.

Nota-se, que o plano de vida e carreira dos cooperados está em consonância com o Paradigma do Capitalismo Agrário que propõe a conversão do camponês (excluído) ao capitalismo, ou, nas palavras de Fernandes (2008a, p.188), “a adequação por meio da conversão do campesinato ao capitalismo é a condição para a sua existência. É isso ou a morte”. Em complemento a essa análise, Camacho (2013, p. 278), afirma que no território teórico do PCA, a continuidade do camponês só é possível “enquanto relação familiar moderna de produção”.

É justamente a inserção do camponês nessa relação moderna de produção o almejado pela COOPAMIDO. Ou melhor, a expectativa é a de que a situação de exclusão deixe de existir. A situação de exclusão, por sua vez, se caracteriza pelos seguintes aspectos: não dispõe de assistência técnica; suas lavouras não ultrapassam 5 hectares; tem renda de até 1 salário mínimo; tem restrição ao acesso ao crédito; não recolhe previdência; participa de programas de assistência social; utiliza tecnologia agrícola básica; não utiliza equipamentos de proteção individual no processo de produção; não possui sanitário na residência; não tem noções básicas de associativismo e cooperativismo (SEMANA ECO MANI, 2014).

Seguindo o caminho traçado no plano de carreira do cooperado, o estágio de exclusão precisa ser superado. A capacitação do camponês é uma parte desse percurso, pois ele precisa migrar da condição de excluído e alcançar o estágio de agricultor profissional a partir da produção industrial de mandioca. Essa trajetória, inicialmente, esteve a cargo do NAC (2009-2013) até ser assumida pelo IPHA (2013-2015). Os primeiros passos nesse sentido, foram dados a partir de 2011, quando a COOPAMIDO aprovou seu Regimento Interno, fez a segunda alteração do Estatuto Social e passou a investir na formação dos cooperados¹⁸⁴.

¹⁸³ O plano de vida e carreira dos cooperados está em acordo com os preceitos da Tecnologia Empresarial Odebrecht que prevê “plano de vida e do plano de carreira” para os membros da Organização Odebrecht (ODEBRECHT, 1991, p; 64-65).

¹⁸⁴ Relação dos cursos de formação para o camponês-cooperado, Apêndice T. A COOPAMIDO já promovia a formação dos cooperados, desde 2010, muito embora essa formação fosse de cunho mais genérico, como, por exemplo, a promoção de atividades ou o estímulo a participação em eventos externos. É a partir de 2011, quando os cooperados passam a aplicar o fluxograma agrícola da “Cooperativa”, que a formação teórica vai sendo costurada com a prática realizada nas glebas. Relação das atividades e dos eventos promovidos pela COOPAMIDO, Apêndice U.

Até o início de 2013, a integração à COOPAMIDO era franqueada aos camponeses interessados, desde que atendessem as exigências previstas no Regimento e no Estatuto Social. Um aspecto velado, mas muito importante, era que o interessado não tivesse vinculação com movimento social e/ou com o sindicalismo rural. Com a mediação da Secretaria de Agricultura, os colaboradores da COOPAMIDO, faziam uma palestra-convite apresentando o “Projeto Aliança “Cooperativa” do Amido”.

Na medida que os camponeses iam ingressando na COOPAMIDO, o NAC cuidava de prepará-los para a produção industrial de mandioca. Essa qualificação ia sendo ofertada na medida em que as demandas iam surgindo: se era preciso plantar, ensinavam a selecionar as manivas; se era preciso fazer os tratos culturais, ensinavam a aplicar o herbicida; se era preciso preparar a terra, ensinavam a usar o trator. Mas, desde esse período, havia uma preocupação em formar os sujeitos para o cooperativismo¹⁸⁵.

Após a criação do IPHA, em fevereiro de 2013, esse processo passou por mudanças. A capacitação do camponês começou a ser feita antes da integração formal à COOPAMIDO. Desse modo, somente os aprovados num curso básico sobre a produção industrial de mandioca, é que teriam a opção de se vincular a “Cooperativa”. Por isso, os cursos de formação passaram a ser ofertados não apenas para quem já era um cooperado, mas para a comunidade da área de atuação da CEA¹⁸⁶.

Essa mudança no processo de ingresso/capacitação requer duas observações. Em primeiro lugar, com essa formação antecipada, a COOPAMIDO tinha mais garantia de que os futuros cooperados cumpririam as normas da “Cooperativa” (Estatuto Social, premissas estratégicas e Regimento Interno) e seguiriam à risca a

¹⁸⁵ As noções sobre o cooperativismo, além terem sido promovidas nos cursos de formação, foram tratadas em atividades, como: comemoração do “Dia Internacional do Cooperativismo”, em julho de 2011; discussão sobre o “Ano Internacional das Cooperativas”, em julho de 2012; promoção de ações sócioeducacionais com ênfase em cultura cooperativista, em agosto de 2012. Além disso, o sistema cooperativista era tratado nas reuniões de apresentação do Projeto Aliança do Amido nas comunidades (TRABALHO DE CAMPO, 2014).

¹⁸⁶ O primeiro curso de formação ofertado para cooperados e não cooperados foi o “Projeto Incubadora” também denominado como “Inovação na Produção de Mandioca”. Esse curso, que tinha duração de 24 meses, com início em março de 2014, tinha o objetivo de preparar os futuros cooperados para seguir as fases do fluxograma agrícola da COOPAMIDO na lavoura da mandioca. Para tanto, cada cursista passou a ter acesso a uma gleba, com 1 hectare, na Fazenda Novo Horizonte Sede. Após o término do curso, aqueles que obtivessem rendimento satisfatório, teriam a oportunidade de se tornar um cooperado.

forma de alta tecnologia. Isso porque havia sido detectado que alguns cooperados não estavam seguindo à risca os preceitos da alta tecnologia. Em parte, isso estava ocorrendo por negligência, mas, principalmente, por desconhecimento e “pouca base” dos “agricultores” que se tornavam cooperados e não tinham os conhecimentos técnicos, administrativos e logísticos, características fundamentais para a ascensão à condição de membro na nova classe média rural (TRABALHO DE CAMPO, JUNHO DE 2013).

Em segundo lugar, a oferta dos cursos para a comunidade no entorno da CEA não foi uma decisão restrita à COOPAMIDO, houve pressão externa. O Banco do Brasil, parceiro da Cooperativa Estratégica do Amido, passou a exigir a extensão das atividades formativas para não-cooperados. De igual modo, o SINTRAF passou a reivindicar que os processos formativos atendessem a comunidade rural lajista de forma ampla.

Outro ponto fundamental para a “evolução” do camponês segundo o plano de carreira do cooperado, é o contato direto e constante com os colaboradores da COOPAMIDO, pois são esses profissionais que supervisionam e assessoram a produção industrial de mandioca nas glebas¹⁸⁷. Alguns desses colaboradores são formados nas casas familiares das outras Alianças Estratégicas. Outra parte, são estudantes e/ou egressos dos cursos técnicos do IF Baiano e das graduações da UFRB¹⁸⁸. Nesse caso, na condição de estudantes, esses sujeitos estagiaram na Fazenda Novo Horizonte Sede e foram contratados para trabalhar na “Cooperativa”¹⁸⁹.

Cabe reforçar que a formação do camponês-cooperado tem como propósito uma educação do campo empreendedora. Isso significa uma qualificação, como diria Camacho (2013, p. 116; 710), direcionada às “vantagens competitivas necessárias

¹⁸⁷ As fazendas parceiras da COOPAMIDO, ficam sob a supervisão de um colaborador que tem, no mínimo, a formação de técnico agrícola. Esse colaborador tem a responsabilidade de fazer o monitoramento de pragas e supervisionar o plano de atividade das fazendas. Para isso, deve visitar as glebas uma ou duas vezes por semana. Nessa visita, o colaborador deve emitir laudos observando o estágio em que se encontra a lavoura e apontando suas recomendações. Além disso, a atividade desse técnico agrícola é supervisionada por outro colaborador que tem formação universitária, em Agronomia ou afins (SEMANA ECO MANI, JUNHO DE 2014). Inclusive, o laudo técnico também é usado para atestar a necessidade recursos financeiros para pagar os diaristas contratados para “ajudar” na produção dos cooperados (COOPAMIDO, 2011b/Regimento Interno: Capítulo IV, Artigo 13º, Parágrafo 2º).

¹⁸⁸ A capacitação dos colaboradores da COOPAMIDO também foi uma estratégia adotada no âmbito da CEA. Esse processo formativo tanto foi voltado para a produção, quanto para conhecer as concepções filosóficas da Odebrecht. Relação dos cursos de capacitação para os colaboradores da COOPAMIDO, Apêndice V.

¹⁸⁹ Identificou-se quatro egressos do IF Baiano *Campus* Uruçuca atuando da Cooperativa Estratégica do Amido, dentre os quais o presidente da COOPAMIDO (BAHIAMIDO S.A. 2013-2014).

para garantir a expansão do capital”, pois ao se integrar a COOPAMIDO é preciso pensar a “propriedade como uma pequena empresa familiar, ao invés de um território de uma classe e um modo de vida que disputa/resiste ao capital territorializado no campo”.

Por sinal, o “aprendizado” adquirido nos cursos, foi lembrado pela ex-cooperada que concedeu a Entrevista 14 como a principal vantagem da COOPAMIDO (TRABALHO DE CAMPO, MAIO DE 2014). O mesmo se observa na fala do colaborador que concedeu a Entrevista 12. Para ele

Você vai vendo lá que os que entra não tem conhecimento de nada, não sabe nada de tecnologia não usa tecnologia (...) eles não tem resistência não, eles tem vergonha de não sabe mexer na máquina ainda, é... trabalhar com as tecnologias, mas a gente passa pra eles, aprende e aceita depois que sabe trabalhar não quer mais voltar pro trabalho duro. Ele vai deixar de passar um trator pra fazer na enxada, não vai! Então ele prefere o trator. Ele vai querer ficar capinando? Ele bate o veneno, se pode, e é rápido. Ganha dinheiro, ele vai querer ficar ganhando diária, por exemplo, no Cruzeiro a R\$ 20,00 R\$ 25,00? Não! Ele vai querer ter uma renda fixa de R\$ 1.500,00 por mês, aí aceita (TRABALHO DE CAMPO, OUTUBRO DE 2013).

Mas, o processo formativo foi muito mais amplo do que a oferta de cursos para o cooperado, as pessoas da comunidade ou para os colaboradores. Na verdade, abrangeu o acesso a direitos sociais inacessíveis a maioria das populações rurais, ou seja, envolveu a comemoração de datas cívicas, a promoção de eventos e de confraternizações; a organização de feiras de saúde, com a realização de procedimentos, como aferição de pressão arterial, verificação da taxa de glicemia e vacinação; o incentivo à prática de esportes; estímulo à participação em atividades/eventos em Laje, cidades circunvizinhas e em outros estados; o apoio em questões bancárias e previdenciárias; a emissão/troca de documentos pessoais, como carteira de trabalho e carteira de identidade¹⁹⁰ (BAHIAMIDO S.A., 2013, 2014).

A oferta desses serviços demonstra como a Fundação Odebrecht se apropria do Estado e viabiliza a inserção social do campesinato com a vantagem de realizar

¹⁹⁰ Além de ter realizado eventos e cursos e ter estimulado a participação dos colaboradores e cooperados em diversas atividades, a Cooperativa Estratégica do Amido se tornou alvo de possibilidades de trabalho, de pesquisa e de transações. Seu poder de atração pode ser verificado nas relações que manteve com instituições, empresas e pessoas nas diversas escalas, especialmente nas visitas interessadas em conhecer o complexo agroindustrial. Relação das visitas recebidas na Cooperativa Estratégica do Amido, Apêndice W.

suas intervenções onde melhor aprouver, ao contrário do poder público, pois esse se vê limitado pelas exigências burocráticas e pela centralização das decisões¹⁹¹ (PELIANO, 2001).

5.2.2 O fluxograma agrícola da COOPAMIDO: novas relações, novos problemas

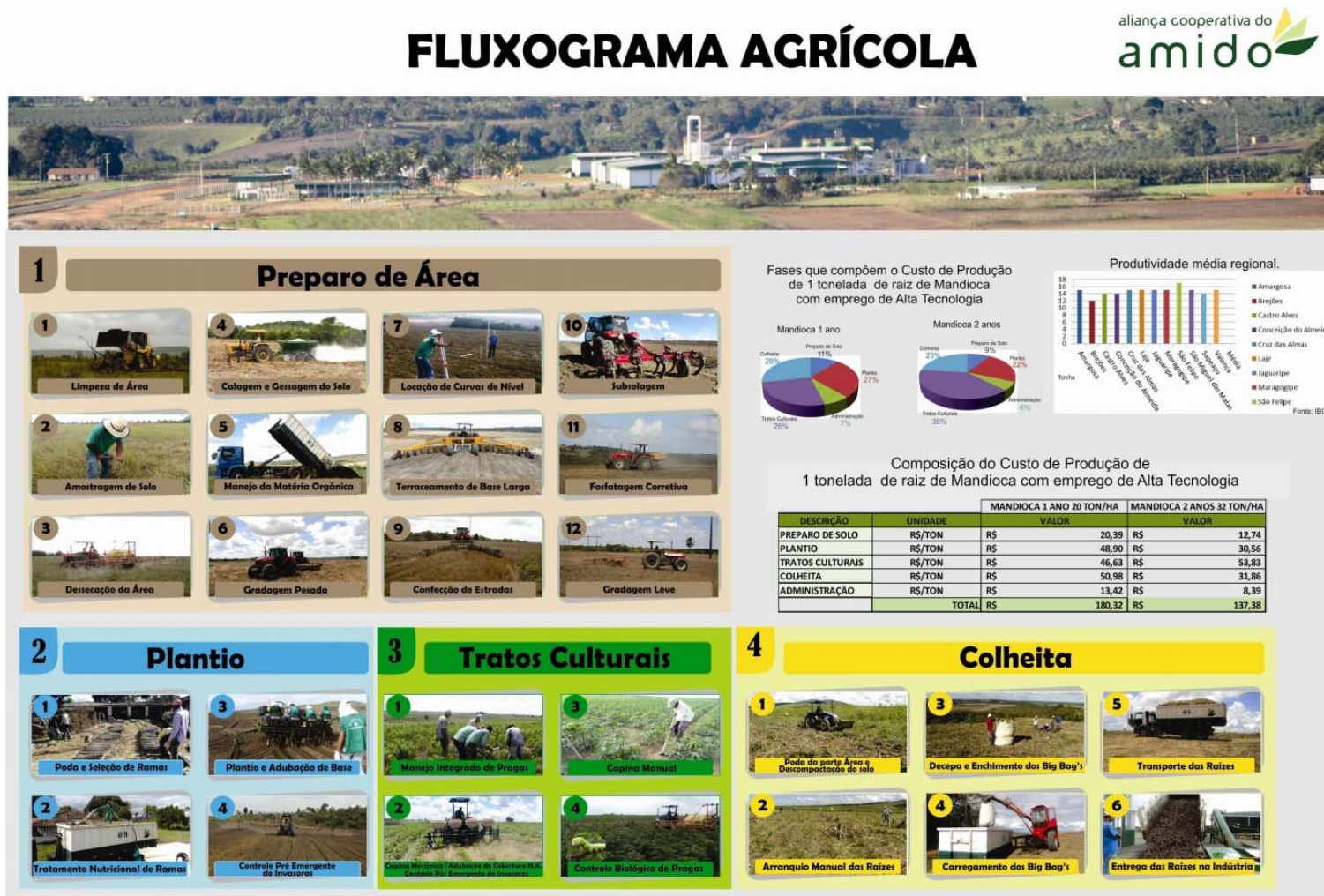
As experiências teóricas de capacitação dos cooperados adquirem materialidade com a execução da produção industrial de mandioca. Quer dizer, ocorre com a operacionalização do fluxograma agrícola da COOPAMIDO, conforme Figura 19. O fluxograma é um ponto crucial no projeto de sociedade almejado pela Fundação Odebrecht, pois ele nega a importância de elementos fundamentais para o modo de vida camponês, como, por exemplo, os ensinamentos passados de geração a geração que são típicos de uma economia moral baseada na defesa dos costumes (PRATA, 1994; THOMPSON, 1998) no qual são os camponeses que decidem sobre o trabalho.

O fluxograma agrícola da COOPAMIDO é autoexplicativo e demonstra didaticamente cada etapa a ser seguida: a) preparo de área; b) plantio; c) tratamentos culturais; d) e colheita. Isso quer dizer que a produção industrial de mandioca deve seguir rigidamente um padrão que se completa com a utilização de manivas geneticamente modificadas, agroquímicos e mecanização¹⁹².

¹⁹¹ Em abril de 2013, a CEA fez um balanço oficial em comemoração pelos 4 anos de existência da COOPAMIDO. Na ocasião, contabilizou-se “162 cooperados, em uma área de 1.142,16 hectares, em 20 propriedades, sendo elas próprias e de parceiros; a preservação de 84 nascentes nas propriedades de atuação; de 878 hectares de reserva legal e área de preservação permanente; a liberação de mais de um milhão de reais por meio da parceria com o Banco do Brasil, via Pronaf; e a realização de 20 ações, entre capacitações técnicas, oficinas e dias de campo, com a participação de mais de 1.700 pessoas” (BAHIAMIDO S.A., 2014). Identificou-se, ainda, que entre abril de 2010 e março de 2014, a COOPAMIDO realizou 239 atividades envolvendo 4.925 pessoas na Fazenda Novo Horizonte, sede da “Cooperativa” (TRABALHO DE CAMPO, MARÇO DE 2014).

¹⁹² O uso de maquinários é uma obrigação “Cooperativa”, pois para atender seus objetivos deverá, dentre outros, “comprar e fornecer bens, máquinas, equipamentos, produtos e insumos necessários ao desenvolvimento das suas atividades e dos seus associados” (COOPAMIDO, 2011a/ Estatuto Social: Capítulo II, Artigo 2º, Parágrafo 2º, Inciso IX). Vale lembrar, que para a Organização Odebrecht, a automação é vista como um “aliado” em prol da “humanização” e do aumento da qualidade de vida, pois através dela “tenderão a ser eliminados os postos de trabalho extremamente perigosos e as tarefas enfadonhas ou que exigem pouca ou nenhuma qualificação” (ODEBRECHT, 1991, p. 451). Relação de equipamentos usados na produção de mandioca com alta tecnologia, Apêndice X.

Figura 19 – Fluxograma agrícola da COOPAMIDO:



FONTE: Semana Eco Mani (2014).

De acordo com a Entrevista 5, com um agricultor da comunidade de Ceasa, a forma industrial de plantar mandioca no município de Laje compreende as seguintes etapas

Aí eles pega essa 10 tarefa, o, o cooperado financia o dinheiro e vai plantar. Olha o cooperado ele, financia os R\$ 20 mil, financia Os R\$ 20 mil fica lá no banco. A ele trabalha, na semana ele bota aí 10 ou 15 ou 20 de trabalhador, aí quando chega no fim da semana ele presta conta: eu gastei x com Sumirec, com trabalhador. Aí planta aquela roça ali. Arou com trator, tudo é na máquina, só, só na segunda limpa em diante que eles faz manual porque não tem como a máquina entrar dentro da roça, a mandioca já tá grande. Aí quando a mandioca tá madura, ranca, leva lá pra fábrica, lá se retira o amido, vende. O lucro, o dinheiro que de, primeiro se paga o banco, aquele financiamento que o cooperado tomou e aí se sobrar ele fica com uma pontinha, né? um lucrozinho, se não sobrar ele fica devendo e tem que trabalhar pra pagar. Então isso aí quer dizer, gera um empego dessa foram, né?, mais fica a pessoa presa. Ele fica preso, o cooperado se ele não paga tudo, fica devendo ele tem que fazer o quê? Trabalhar mais pra pagar, sem poder sair (TRABALHO DE CAMPO, MARÇO DE 2014).

Constata-se, em parte da Entrevista 5, que o processo de trabalho na COOPAMIDO, se aproxima daquilo que Santos (1998, p. 45) qualificou como os “afazeres cotidianos do campo modernizado”. Isso quer dizer que ciência, tecnologia e informação fazem parte desse contexto, no qual há uma “superimposição de um calendário agrícola inteiramente novo” e “fundado na informação”. Ou seja, que exige o uso de “sementes especializadas, da correção e fertilização do solo, da proteção às plantas pelos inseticidas”. A adoção de todas essas características faz com que a produção industrial de mandioca proposta pela “Cooperativa” se aproxime da “agricultura científica globalizada” (SANTOS, 2002b, p. 88).

Verifica-se assim, como tão bem colocou Vergés (2011, p. 95), que o “sonho do capitalismo” de “tornar a agricultura uma fábrica” se concretizou e o “capital está em festa”. As inovações revolucionaram o campo: os inumeráveis agrotóxicos, as sementes híbridas, o maquinário agrícola vinculado a técnicas de programação e a biotecnologia libertou os trabalhadores dos “caprichos da natureza”. Com isso, o setor agropecuário pode se livrar da “ditadura da fertilidade, das chuvas e do clima”.

Na medida em que essa lógica de organização taylorista chega à agricultura, o trabalho no campo também se torna alienado. Essa alienação é reproduzida em todas as formas de produção, entre os que tem a posse da terra e o que não tem, entre os camponeses-cooperados e não-cooperados, pois se perde o controle dos processos de trabalho. Isso se traduz na perda da “capacidade de interpretar a relação agricultura e natureza”, já que há o “domínio do processo de produção, gerando dependência quase total dos agentes externos: sementes, insumos, crédito para comprá-los, assistência técnica para produzir com estas sementes, esses insumos” (FONEC, 2012, p. 19).

Essas relações, que são novas para a maioria dos camponeses lajistas, passam a fazer parte do cotidiano no campo. Porém, essas novas relações também fazem emergir novos problemas relacionados ao pacote de alta tecnologia imposto pela forma industrial de produzir mandioca. Também reforçam velhos problemas na medida em que acirram a questão agrária. Sem contar nas contradições e incoerências que essas novas relações promovem, aspectos que serão tratados a seguir.

5.2.2.1 O preparo da terra e o uso “correto” de agroquímicos

Pode integrar o quadro social da “Cooperativa” qualquer pessoa, física ou jurídica, que seja maior, produtor rural e pratique ou tenha projetos de atividade agrícola com cultivo de mandioca. Não é preciso ter a posse da terra. Nos casos em que o cooperado não possui terra, ou sua terra não atende aos requisitos exigidos pela forma de alta tecnologia, a COOPAMIDO se encarrega de firmar um contrato de arrendamento com fazendeiros da região, os chamados parceiros agrícolas¹⁹³ (COOPAMIDO, 2011a; 2011b).

Na COOPAMIDO, prevalecem os cooperados que trabalham nas terras arrendadas. Nesse caso, a produção funciona do seguinte modo: a propriedade é dividida em lotes, as glebas. Nestas glebas, serão plantadas as lavouras dos cooperados que vivem na proximidade. A distribuição das glebas é feita por um sorteio

¹⁹³ Para que a propriedade possa ser parceira da COOPAMIDO é preciso que ela atenda algumas exigências, como: esteja numa área que tenha um nível pluviométrico favorável ao cultivo, tenha vias de acesso que permitam a passagem de caminhão carregado com produção e estejam relativamente próximas de comunidades rurais cujos agricultores tem interesse em se cooperar.

conduzido pelo mesmo técnico agrícola que será encarregado de fazer o acompanhamento da lavoura. Na gleba, a produção deve ser feita pelo cooperado e a sua unidade-família, seguindo as fases do fluxograma agrícola¹⁹⁴. Além disso, a propriedade parceira dispõe de uma área coletiva, cujos rendimentos são repartidos entre todos aqueles que estão alocados na propriedade.

As glebas, no geral, não excedem 10 hectares. Na pesquisa feita pelo NAC, em abril de 2012, identificou-se que dos 78 cooperados entrevistados, 59 cooperados (76%) tinham acesso a uma gleba que variava entre 5 a 6 ha; ao passo que para 17 cooperados (22%) foi disponibilizado entre 7 a 8 ha; e apenas 2 cooperados (2%) ficaram com uma gleba entre 8 a 9 ha (NAC, 2012). A extensão das glebas destoa do tamanho das roças dos camponeses lajistas que não ultrapassa, em média, 1,52 ha.

Com sua gleba definida, o cooperado pode iniciar o preparo de área. Essa primeira fase, que se desdobra em doze subetapas, tem duração média de 15 dias. O primeiro passo consiste na retirada de árvores, cercas e outros materiais (limpeza da área Figura 19 1.1). Em seguida, é realizada a averiguação da necessidade de “correção do solo” (amostragem do solo Figura 19 1.2). Esse tipo de teste, assim como a adoção de substâncias químicas, não é totalmente adotado na forma familiar de plantar mandioca, já que os camponeses se baseiam na intuição e no conhecimento popular transmitido de geração a geração.

Ainda que em alguma medida os camponeses utilizem agroquímicos, sua adoção não é orientada por profissionais habilitados em sua plenitude. Malmente, seguem as instruções do vendedor dos produtos nas lojas especializadas ou de agrônomos que, por ventura, prestam serviço nesse tipo de comércio e, talvez, pelos técnicos agrícolas que, eventualmente, atendem pelo Sindicato e/ou Prefeitura. Na forma de alta tecnologia, ao contrário, esses insumos são usados pelos cooperados com a supervisão de profissionais habilitados.

Após a amostragem do solo, é feita a retirada de matos (dessecação da área Figura 19 1.3). Os técnicos orientam que esse procedimento seja realizado com a

¹⁹⁴ Para a realização da produção industrial de mandioca, o cooperado deverá “executar tratos necessários a sua produção agrícola, de acordo com as orientações técnicas da Cooperativa, com qualidade e em tempo para a obtenção dos resultados desejados” (COOPAMIDO, 2011b/Regimento Interno: Capítulo IV, Artigo 13º, Parágrafo 2º). Para tanto, os cuidados devem seguir as indicações do calendário agrícola definido pelos técnicos responsáveis pela Extensão Rural da Cooperativa. Sendo assim, é preciso “observar e cumprir o planejamento global das lavouras e seu respectivo cronograma, bem como as ações comuns de plantio, tratos da lavoura e colheita, estabelecidos pela Cooperativa” (COOPAMIDO, 2011a/Estatuto Social: Capítulo III, Artigo 7º, Inciso III).

aplicação de herbicidas. Recomenda-se a adoção do *Roundup*. A escolha por essa marca deve-se ao custo/benefício, pois se trata das mais baratas e eficientes no mercado¹⁹⁵.

Caso a amostragem do solo não tenha indicado a necessidade de aplicar substâncias químicas, basta jogar esterco (manejo de matéria orgânica Figura 19 1.5). Porém, se o solo estiver muito ácido ou degradado, é preciso aplicar algum tipo de “corretivo” (calagem e gessagem do solo Figura 19 1.4). Segundo Conceição (1981, p. 122), para muitas pessoas, a mandioca é “planta de terra fraca”. É justamente essa característica que faz com que a planta seja produzida em qualquer tipo de solo, com diferentes tipos de adubação e formas de produção, ou seja, tanto pode ser um cultivo de subsistência quanto industrial com eficiência para produção de amido. Mas, esse predicado também é usado como justificativa para a não aplicação de nutrientes na lavoura. Contudo, a planta pode produzir muito mais raízes e teor de amido se receber grandes quantidades de nutrientes como, por exemplo, o calcário¹⁹⁶.

Como já sinalizado, os camponeses também utilizam insumos na lavoura da forma familiar. Contudo, os químicos são adotados em apenas duas situações: na cova antes de plantar a raiz ou após o florescimento da planta. Os cooperados, ao contrário, utilizam diferentes produtos (herbicida, calcário, fósforo, bloqueador de sementes, fertilizantes), mas sempre seguindo as orientações dos técnicos agrícolas que prescrevem o tipo, a marca e a quantidade a depender do tipo de solo. A assistência técnica da “Cooperativa” é bem interessante e, inclusive, o Estado deveria prestar esse tipo de apoio na extensão rural para o campesinato.

Segundo a Entrevista 12, com um dos colaboradores da COOPAMIDO, existem diferenças na aplicação de agroquímicos entre a forma familiar e a forma de alta tecnologia

¹⁹⁵ Assim como a Monsanto, outras empresas possuem produtos à base de glifosato registrados no MAPA, como a *Bayer*, *Basf*, *Dow* e a *Syngenta*. Essa última, inclusive, já mandou representantes para uma visita na sede da Cooperativa Estratégia do Amido com objetivo de realizar pesquisas para o desenvolvimento da lavoura de mandioca (BAHIAMIDO, S.A., 2014).

¹⁹⁶ A técnica de usar calcário nas lavouras foi considerada uma renovação na agricultura inglesa durante a Revolução Agrícola (1700-1750). Nesse período, o primeiro país a romper com o feudalismo, adotou novas técnicas para o preparo da terra, como a correção do solo com calcário argiloso; o uso de sementes selecionadas; o abandono do sistema de afolhamentos (em que as terras permaneciam longo tempo em pousio) e a adoção da rotação de culturas. Foi fundamental, também, a engenhosidade de agricultores como Jethro Tull que inventou a semeadeira mecânica e renovou os métodos de cultivo (GUIMARÃES, 1979, p. 28-32).

O pessoal [camponeses] utiliza avulso, sem conhecimento. A gente aqui é o seguinte: a gente faz análise de solo, aí vem pedindo adubo com isso. A gente pede para fazer o adubo, às vezes, do jeito que a gente quer, do que precisa. Aí vem a formulação que a gente precisa. Um exemplo 0008. Aí leva pra Forq... pra Folin, Folin é aonde? Acho que é Santa Catarina e vem certinho. Eles usa [camponeses], eles fala o 10-10. É três dez: 10-10-10. Aí chama de 10-10. É um adubo que vem uma mistura: 10 de nitrogênio, 10 de fósforo e 10 de potássio. Só que eles não sabem isso, fala 10-10. Aí coloca três dez: 10-10-10. Fica três de cada um, né? (TRABALHO DE CAMPO, JUNHO DE 2014).

Essas observações indicam que existem distintos modos de fazer na lavoura da mandioca, conforme Quadro 23. Se o camponês está trabalhando em sua roça ele produz um com “ritmo muito lento”. Se o camponês está trabalhando como cooperado na gleba da COOPAMIDO ele produz com um ritmo acelerado. Essas diferenças evidenciam “diferentes objetivações cotidianas” e “distintas percepções dos processos e fenômenos”, pois o “território é o conteúdo da relação e a relação mesma do homem com seu-ser-outro, que é ele mesmo (próprio), ou seja, é resultado e condição das territorialidades e temporalidades efetivadas entre os sujeitos sociais e destes com sua natureza exterior em cada relação espaço-tempo-território” (SAQUET, 2015b, p. 110-111).

Quadro 23 – Técnicas empregadas no plantio de mandioca em Laje (BA):

Atividade	Prática antiga	Prática atual	
		Camponeses	COOPAMIDO
Preparo do solo	-sem uso de insumos	-com adubo	-herbicidas e outros
Aquisição manivas	-troca entre parentes e amigos	-troca entre parentes e amigos -compra (ocasional)	-compra de material geneticamente modificado
Plantio	-manual	-manual	-mecanizado
Limpeza	-manual (com enxada)	-manual (com enxada) -aplicação de insumos	-aplicação de veneno intercalado com trabalho manual
Arranque das raízes	-manual	-manual	-mecanizado e manual
Transporte raízes	-panacum no lombo de animal	-panacum no lombo de animal -panacum acoplado a motocicleta	-mecanizado (<i>bag's</i> e caminhão)

FONTE: Trabalho de campo (2013-2015).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Nota-se, como a mandioca era plantada pelos camponeses há cerca de 30 anos atrás e como ela é plantada hoje em suas roças e nas glebas da “Cooperativa”. Na forma de alta tecnologia, fica perceptível como a força do capital recorre as inovações¹⁹⁷ (manivas compradas, diversos agroquímicos e mecanização). Ou seja, o COOPAMIDO adota uma técnica com datação diferente da usada pelos camponeses em suas roças na medida em que estabelece a passagem daquele funcionamento herdeiro “da natureza circundante, ou um prolongamento do corpo” para uma “tecnicidade a partir dos objetos fabricados além do corpo” (SANTOS, 1999, p. 8). Isso não significa que as técnicas sejam tão novas assim. No que se refere à produção e ao beneficiamento da mandioca convivem, no mesmo território nacional, subsistemas técnicos diferentemente datados, isto é, elementos técnicos provenientes de épocas diversas (SANTOS, 1997). O fato é que processo de difusão e de implantação das técnicas é seletiva sobre o espaço. Ou, como diria Saquet (2015b, p. 82), os tempos são desiguais no espaço e no território e o “novo não chega a todos os lugares no mesmo momento temporal”.

Diante de todas essas questões, vale dizer que as técnicas são a principal forma de relação entre o homem e o meio (natureza), ou seja, é um conjunto de instrumentos com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço (SANTOS, 1997, p. 25). Por outro lado, a técnica tem uma datação, inclui tempo. Como o trabalho realizado em cada época supõe um conjunto historicamente determinado de técnicas, é factível que em Laje a “noção de trabalho” na lavoura de mandioca tenha passado por modificações a partir da territorialização da Cooperativa Estratégica do Amido. A CEA detém objetos técnicos que permitem a celeridade na realização da vida e na criação do espaço, pois as “técnicas são uma medida do tempo: o tempo do processo de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação” (SANTOS, 1997, p. 45).

Após a correção do solo exige-se que seja feito o nivelamento do terreno e o rompimento dos blocos de terra através do uso de uma grade aradora acoplada a um trator. Essa grade, dispõe de discos que servem para misturar a matéria orgânica (gradagem pesada Figura 19 1.6). De modo geral, nas pequenas propriedades dos agricultores que plantam mandioca com a finalidade de fazer farinha, a gradagem

¹⁹⁷ Para Santos (1997, p. 117), a inovação é o aporte de um dado que “renova um modo de fazer, de organizar ou de entender a realidade”.

adotada costuma ser a mais simples com a intenção de, apenas, revolver a camada do solo. E, embora os camponeses tenham acesso a esse tipo de equipamento, seu sistema técnico tem uma temporalidade distinta daqueles que estão à disposição dos cooperados.

Além disso, as propriedades da forma familiar têm pequena extensão, basta observar que a o Índice de Gini do município de Laje foi historicamente elevado, atingindo a classificação “média a forte” e “forte a muito forte” na maior parte dos anos pesquisados na série 1920-2006. Há que lembrar, também, que entre 1940-1996, a área média das pequenas propriedades com extensão de até 5 hectares não ultrapassou os 3,67 ha. Agrava essa situação, o fato de que essas pequenas propriedades se localizam em terrenos acidentados dificultando, por exemplo, o tráfego de veículos longos e dos equipamentos usados na forma de alta tecnologia.

Esses aspectos, inclusive, foram usados como justificativa para a COOPAMIDO não arrendar as terras dos camponeses. Ademais, o desgaste do solo durante anos de plantio sem práticas conservacionistas contribuiu para acirrar essa situação. Não obstante, as iniciativas conjuntas do SINTRAF e da FASE no sentido de contribuir com a sustentabilidade socioambiental em Laje e região (REVISTA DE SISTEMATIZAÇÃO FASE, 2015).

O passo seguinte é calcular a declividade do terreno. Caso o declive não seja tão elevado utiliza-se a grade niveladora. Essa grade, como indica seu próprio nome, é usada para uniformizar o solo e quebrar os torrões formados pelos equipamentos usados nas subfases anteriores. Mas, se o terreno for muito inclinado, é preciso fazer curvas de nível para não provocar sua erosão em decorrência das chuvas (locação de curva de nível Figura 19 1.7). Um terreno irregular significa mais custos, pois a construção das curvas aumenta as despesas com as horas de aluguel do terraceador que se abre de acordo com a extensão da área. Caso seja preciso, são construídos terraços para minimizar os efeitos da erosão pluvial (terraceamento de base larga Figura 19 1.8). Simultaneamente, se procede a abertura de vias para passagem de veículos (confecção de estradas Figura 19 1.9).

Para evitar quaisquer tipos de privilégios em relação a renda diferencial I, a distribuição das glebas dos cooperados ocorre por sorteio¹⁹⁸. Cada propriedade é

¹⁹⁸ Segundo Oliveira (2007, p. 45), a renda diferencial I é “causada pela diferença da fertilidade natural dos solos existentes no país”.

dividia de acordo com o número correspondente de cooperados alocados. Procedese, então, a um sorteio com a presença dos interessados. Segundo a ex-cooperada da Entrevista 14, “tem área que é melhor do que a outra, minha área foi toda plana não teve curva de nível, curva de nível que eles fala... é, é, minha área foi toda plana” (TRABALHO DE CAMPO, MAIO DE 2014). Observação semelhante foi apontada pela cooperada da Entrevista 11 ao acrescentar

Prepara o solo, a terra primeiro. Esse ano eu plantei minha roça é o número 3, aí dessa vez eu não sei mais se vai ser a 3 ou a 4 ou a 5 eles conta a roça toda e divide a roça. Na hora tem o sorteio e a minha roça eu pego e corro a mão lá: número 10 é minha, aí eu vou coloca a plaquinha número 10 [e o nome do cooperado]. É sorteado. Por que tem isso? Por exemplo, por que às vezes a gente vai dá um pedaço que é mais ruim a um, a outro pra não ter confusão (TRABALHO DE CAMPO, JULHO DE 2014).

Vale acrescentar que cada gleba significa a territorialização do capital na lavoura, pois a produção ali estabelecida é regida por um contrato que indica um novo modo de fazer. Essas regras (território imaterial), funcionam para subordinar e apropriar parcela do sobretrabalho incorporado durante a produção do amido. Esse processo adquire uma demarcação territorial através das placas colocadas em cada gleba, conforme Figura 20.

Figura 20 – Placa de parceria agrícola na Fazenda Gavião em Laje (BA):



FONTE: Trabalho de campo (2013).
AUTORIA: Aline dos Santos Lima.

As placas indicam que ali foi firmado um contrato (assimétrico) entre a Cooperativa Estratégica do Amido e os camponeses-cooperados. O contrato e as placas podem ser avaliada a partir das colocações feitas por Saquet (2015b, p. 109), ao tomar como exemplo a integração entre agricultores e a Sadia para a criação de

aves, “parece-nos que apropriação e dominação se substantivam (i)material e concomitantemente”.

Depois de todos esses procedimentos é preciso deixar a terra fofa, ou melhor, afofar as camadas do solo (subsolagem Figura 19 1.10). Para isso, se recorre ao uso do subsolador, equipamento que possui “unhas” ou “garras” que “rasgam” o solo facilitando a percolação da água e o desenvolvimento das raízes. A depender do tamanho da propriedade a subsolagem pode durar até três dias¹⁹⁹. Em seguida, aplica-se fósforo no solo (fosfatagem corretiva Figura 19 1.11)²⁰⁰. Por fim, eliminam-se os restos e as sobras de material orgânico (gradagem leve Figura 19 1.12). Está concluído o preparo de área podendo iniciar o plantio. Mas, é sabido que antes de o plantio ser realizado, precisa se providenciar a maniva.

5.2.2.2 O plantio mecanizado das manivas de laboratório

Nas primeiras safras, os cooperados plantavam em suas glebas apenas as manivas-sementes da própria região ou dos campos experimentais que o CNPMF possuía nas fazendas da COOPAMIDO. As preferidas eram a cigana, corrente, poti-branca e formosa (TRABALHO DE CAMPO, NOVEMBRO DE 2015). Mas, após um intercâmbio ao estado do Paraná, a “Cooperativa” passou a comprar a IAC-90 (BAHIAMIDO, S.A., 2014). Essa variedade apresentou um elevado grau de produtividade. Além de ser resistente a muitas pragas, tinha viscosidade e um tempo de maturação satisfatório, podendo ser colhida, em média, com 12 meses (TRABALHO DE CAMPO, JUNHO DE 2014).

Embora já não seja mais assim, quando a IAC-90 “chegou” a região de Laje, a COOPAMIDO construiu um esquema de vigilância para evitar que ela fosse subtraída pelos cooperados. Segundo a Entrevista 14, com uma ex-cooperada, “Quando o trator tava passando que a gente se intrometesse indo pegar uma raiz eles: tira, tira a mão, tinha até segurança” (TRABALHO DE CAMPO, MAIO DE 2014). A cooperada que

¹⁹⁹ Três dias foi o tempo necessário para concluir a subsolagem nas terras da Fazenda Gavião no município de Laje (BAHIAMIDO, S.A., 2014)

²⁰⁰ De modo geral, os solos brasileiros carecem de fósforo. Por isso, sua aplicação, em “doses equilibradas, atua diretamente sobre o aumento da produção de raízes e do teor de amido” (CONCEIÇÃO, 1981, p. 126). Ademais, o fósforo não fica disponível continuamente no solo, pois este é “transferido para os espécimes cultivados” (GONÇALVES, 2014, p. 17).

concedeu a Entrevista 11 confirmou os cuidados para evitar qualquer possibilidade de extravio

Eles não quer que a gente corte nem um pedaço assim e traga pra casa (...) Tá pensando que essa firma é pouco enjoada, é enjoada, viu? Tem regra, né? Não pode quebrar a regra, o que vale pra um vale pra todos (...) Eles não gosta que a gente pegue não” (TRABALHO DE CAMPO, JULHO DE 2014).

A fiscalização no controle a IAC-90 surpreendeu, pois, o acesso as manivas em Laje e região, compreendia uma troca solidária entre os camponeses. Apesar do comércio de manivas em Laje ser ativo, ele está, de certo modo, restrito em algumas comunidades. Por isso, causou estranheza o fato do campesinato ter que comprar as manivas para o plantio nas glebas, o que ocorreu, por exemplo, quando a cooperada que concedeu a Entrevista 11 soube que havia comprado cerca de 7 mt³ de “semente-maniva” por R\$ 308,70 (TRABALHO DE CAMPO, JUNHO DE 2014). Isso demonstra que na forma de alta tecnologia a formação da renda da terra diferencial II não se restringe a “melhoria nas condições de fertilidade do solo”, mas, também a “melhoria das condições genéticas das sementes empregadas” (OLIVEIRA, 2007, p. 55).

Seguindo as etapas do fluxograma da COOPAMIDO, o procedimento é o seguinte: em cada ciclo agrícola, em torno de um ano após o plantio, há um retardo na fase de colheita. Antes da raiz ser colhida, a parte área da planta é podada. As ramas com má aparência e/ou “doentes” são descartadas (poda e seleção de ramas Figura 19 2.1). As ramas classificadas como saudáveis passam por um tratamento nutricional (tratamento nutricional de rama Figura 19 2.2). Feito isso, a “Cooperativa” vende essas manivas para o replantio na gleba de algum cooperado que esteja iniciando o ciclo, conforme Figura 21.

Na última semana de junho de 2014, a cooperada que concedeu a Entrevista 11 realizou a poda de sua gleba e vendeu todo o material propagativo para a “Cooperativa”. A transação com a venda das “ramas”, suficiente para encher o caçambão da “Cooperativa”, gerou o crédito de R\$ 900,00 para a cooperada abater das despesas no final do ciclo (TRABALHO DE CAMPO, JULHO DE 2014).

Figura 21 – Poda e seleção de ramas de mandioca na Fazenda Gavião, Laje (BA):



FONTE: Trabalho de campo (2014).
AUTORIA: Aline dos Santos Lima.

Ao contrário da forma familiar, na qual a mandioca é plantada na “bistunta”, os cooperados realizam um plantio mecanizado. Um trator conduz a plantadeira que realiza múltiplas funções: aduba, abre a cova com sulcador, corta maniva e joga a maniva no sulco (plantio e adubação de base Figura 19 2.3). Enquanto a máquina vai à frente fazendo esse processo um grupo de trabalhadores vem atrás fechando as covas, ou sulcos como é preferido entre os colaboradores da COOPAMIDO.

Normalmente, numa propriedade com 10 hectares, a duração da etapa de plantio é finalizada num único dia de trabalho. Segundo um dos colaboradores da COOPAMIDO, que concedeu a Entrevista 12, a situação do plantio é a seguinte

Antes dessa plantadeira aí era tudo manual, porque essa plantadeira, a plantadeira é da Cooperativa, é iniciativa da Fundação Odebrecht, criou o projeto e mantém a Cooperativa. O que uma plantadeira dessa faz em um dia, uma pessoa dessa aí, manual, vai levar mais de mês e não faz, e ela faz em um dia. Tá feito e não volta (TRABALHO DE CAMPO, OUTUBRO DE 2013).

O cooperado que concedeu a Entrevista 6, confirmou as colocações do colaborador. Segundo o cooperado, na COOPAMIDO “o trabalho fica mais fácil e aumenta. Por que as vezes, uns... 6 hectares de, de roça é o que? 15 tarefa de terra? Aí, lá a gente planta num dia na máquina. E se for plantar aqui manual, vai levar, aí meu Deus, uns 30 dias. A diferença é essa” (TRABALHO DE CAMPO, JULHO DE 2014). A informação de ambos procede. Se os camponeses resolvessem fazer o plantio de mandioca em uma propriedade com 2 ha, seria necessário que dois homens trabalhassem entre 18 e 24 dias (TRABALHO DE CAMPO, AGOSTO DE 2016).

A plantadeira tem suporte para carregar quatro pessoas sentadas. Na medida em que o trator realiza seu trajeto os trabalhadores vão “alimentando” os canais por onde a maniva chega até o sulco. A descrição da cooperada que concedeu a Entrevista 11 ilustra bem esse processo

Vai com a máquina e vai jogando a manaíba [manivas] dentro, as manaíba vai caindo os pedacinhos de dentro e aí a pessoa vai atrás com a enxada tampando. Aí tenho que tá lá, ou eu ou o meu marido... fica olhando, trabalhando e ganhando dinheiro. Na minha roça eu fiquei em cima da máquina jogando manaíba e o meu marido cobrindo a manaíba e o besouro [trator] andando. O besouro dirige, o homem dirige o besouro. Eu fico botando a manaíba dentro, aí já cai os pedacinhos e meu marido com a enxada atrás, mas não é só meu marido não, tem mais gente também. Tudo trabalha, por que é muito. É muito trabalho. Essas pessoas na minha roça é (...) eu que pago, é 11 pessoas trabalham comigo, mas é em dois dias acaba tudo. Não é que coisa que leva muito tempo não, é rápido. Por exemplo, hoje dois dias na minha, amanhã dois dias no outro e no outro. Ainda oferece emprego, pra você ver. Eles lá que contrata. Esses pessoal já é contratado por eles direto. Quando tá na minha eu que pago, quando tá na dele ele que paga, cada um que paga. Hoje mesmo, por exemplo, tão rancando na minha roça, eu pago. Amanhã tão rancando na de meu irmão, ele paga R\$ 40,00 o dia (TRABALHO DE CAMPO, JULHO DE 2014).

Num segundo momento, outro operador de trator aplica um produto chamado “bloqueador de semente” ou “pré-emergente” em toda plantação para evitar, ou melhor, bloquear o nascimento de mato (controle pré-emergente de invasoras Figura 19 2.4). Quando aplicado, o bloqueador de sementes inibe o nascimento de mato entre 4 e 6 meses. Não se pode furtar de admitir que os produtos químicos proporcionem certa facilidade no trabalho, pois segundo um dos colaboradores da COOPAMIDO que concedeu a Entrevista 12 “O cooperado que passa a fazer parte da “Cooperativa” (...) gosta por que facilita e ainda aumenta a produtividade” (TRABALHO DE CAMPO, OUTUBRO DE 2013).

Entretanto, alguns agricultores camponeses da região questionam sobre o uso dos bloqueadores de semente, sobretudo por causa das implicações na saúde humana e, principalmente, para quem faz as aplicações desse tipo de produto. Por outro lado, a COOPAMIDO, que tem um corpo de colaboradores qualificado, defende que não existe problema em usar esse tipo de substância, além de ter promovido curso sobre a manipulação desse tipo de produto.

5.2.2.3 Os tratos culturais da forma de alta tecnologia

Concluído o plantio tem início a terceira fase do ciclo agrícola: os tratos culturais. Essa etapa, que é feita pelo cooperado com o apoio do técnico agrícola, é considerada a mais complicada, pois é preciso evitar tanto os matos quanto a incidência de pragas (TRABALHO DE CAMPO, OUTUBRO DE 2013). Essas questões são fundamentais, pois a produção do cooperado deve ser condizente com as metas de produtividade, sendo que baixo rendimento pode ser considerado infração e, até mesmo, culminar em sua expulsão (COOPAMIDO, 2011b/Regimento Interno: Capítulo III, Artigo 8º, Inciso III).

Enquanto a maioria dos camponeses que plantam mandioca na forma familiar fazem as limpas com a enxada, a COOPAMIDO orienta o uso de agroquímicos e maquinários. Ou melhor, os cooperados fazem a primeira e a segunda limpa com a pulverização de insumos químicos (capina mecânica/adubação de cobertura N.K. controle pós-emergente de invasoras Figura 19 3.2). Na terceira limpa, quando a plantação já está crescida, dificultando o trânsito dos maquinários, aí sim os cooperados fazem um trabalho manual (capina manual Figura 19 3.3).

O monitoramento da lavoura compreende, também, a observação da incidência de pragas. Em caso positivo, recorre-se ao uso de bioinseticidas (controle biológico de pragas Figura 19 3.4). Se o problema não for sanado, apela-se ao uso de produtos químicos²⁰¹ (manejo integrado de pragas) (Figura 19 3.1). Os tratos culturais somente se encerram com a colheita, ou seja, no “momento em que” se efetivava “a conversão do trabalho em mercadoria” (MARTINS, 1979, p. 89). Esta pode ocorrer no final de um ou de dois ciclos agrícolas, cada ciclo compreendendo 12 meses.

²⁰¹ Uma das pragas que acomete a lavoura de mandioca é o inseto mandarvorá. Este tem uma elevada capacidade de consumo foliar e pode causar o completo desfolhamento e redução na produção. Para combatê-lo, muitos entomologistas – profissionais que se dedicam ao estudo dos insetos –, defendam a adoção de “bioinseticidas” ao invés de químicos, a exemplo das lagartas do vírus *Baculovirus erinnyis*. Durante o XV CBM, realizado em outubro de 2013, na cidade de Salvador, um dos técnicos agrícolas da COOPAMIDO fazia apresentação dos tratos culturais da lavoura no *stand* da “Cooperativa” e orientava os presentes a usar insumos químicos para combater as pragas. Na ocasião, foi surpreendido por uma pesquisadora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná *Campus* Marechal Cândido Rondon que defende o uso de bioinseticidas. A citada doutora em Entomologia, inclusive, realizou experimento na COOPAMIDO, em 2011, com o objetivo contribuir com táticas de manejo que pudessem reduzir o impacto das pragas através de um experimento para controle natural (BAHIAMIDO S.A., 2013; CBM, 2013). Ao que tudo indica os experimentos realizados não tiveram continuidade, pois o uso de bioinseticida é mais demorado e mais caro, o que pode não ser viável para a COOPAMIDO a ponto de se optar pelo uso de veneno que é mais prático e mais simples.

Até junho de 2014, o rendimento na lavoura de mandioca da COOPAMIDO com ciclo de 12 meses era 20 toneladas de raiz por hectare²⁰². Dois ciclos, que corresponde a 24 meses, rende 32 toneladas de raiz por hectare (SEMANA ECO MANI, JUNHO DE 2014). Ou seja, quanto mais tempo à raiz permanecer sob a terra mais ela engrossa. Mas, o momento “certo” para a colheita depende dos testes que avaliam o teor de amido existente na plantação. Uma raiz de mandioca é retirada da gleba e levada para a indústria. No laboratório, é feito um procedimento que indica a quantidade de amido. Se for o bastante para uma lavoura rentável, esse é o momento de colher.

5.2.2.4 A colheita de mandioca na forma de alta tecnologia: a contratação de diaristas e os conflitos em torno da remuneração

A colheita da mandioca na forma de alta tecnologia é semi-mecanizada. Primeiramente, as plantas são podadas e o solo é descompactado (poda da parte aérea e descompactação do solo Figura 19 4.1). Para tanto, utilizam um equipamento, chamado afrouxador de solo, que afofa o solo facilitando a retirada manual da raiz.

Na medida em que um grupo de trabalhadores arranca a raiz (arranquio manual das raízes Figura 19 4.2) e a coloca no chão (decepa e enchimento dos *big bag's* Figura 19 4.3), outra equipe corta, separa e coloca as raízes em sacolões chamados de *big bag's* (carregamento dos *big bag's* Figura 19 4.4). Os *big bag's* são grandes sacos feitos de polipropileno com a capacidade para armazenar 660 kg de raiz. Os *bag's* são acoplados a guinchos presos em uma espécie de trator, chamado pelos colaboradores da COOPAMIDO como “moto-mani”. Ao mover-se, o guincho transporta os sacolões até uma espécie de carroceria vazada chamada de transbordo. Quando está cheio, o transbordo é revirado e as raízes são depositadas num contêiner acoplado a carroceria de um caminhão (transporte das raízes Figura 19 4.5). Esse veículo leva a produção do campo para a indústria em, no máximo, 24 horas após a colheita (entrega das raízes na indústria Figura 19 4.6). Cumpre salientar que toda a produção dos cooperados, obrigatoriamente, fica a cargo da própria COOPAMIDO

²⁰² Como já mencionado, essa produtividade já foi superada, alcançando 24 toneladas de mandioca por hectares ao ano (BAHIAMIDO S.A., 2017).

(COOPAMIDO, 2011a/ Estatuto Social: Capítulo III, Seção I, Artigo 7º, Inciso II, Parágrafo 1º).

Como a fase da colheita não interfere na produtividade das raízes, há queixas por parte dos cooperados de que nessa etapa os colaboradores já não se portam de modo atencioso como nas fases anteriores. Na Entrevista 14, a ex-cooperada afirmou que recebeu um intenso apoio dos técnicos agrícolas durante o plantio e os tratos culturais. Contudo, no momento da colheita foi abandonada à própria sorte. Transcrevendo suas palavras

Como eu te falei a partir da, do momento que a gente tá ali plantando, que a gente tá ali limpando tão tudo parecendo umas formigas em cima da gente. E quando acontece que a gente tá precisando de algum apoio na colheita, uma ajuda: o fia a gente vai fazer isso aqui como? Como é que eu vou anotar os *bag* dela? Que os *bag* é uns sacos que eles faz pro produção lá. Como é que eu vou fazer isso aqui? Como é que eu vou anotar aqui? Fiquei perdida meu dinheiro praticamente foi todo na colheita, meu dinheiro foi todo na colheita. Na colheita eu saia da roça 11:30 da noite, sozinha. Sozinha! (TRABALHO DE CAMPO, MAIO DE 2014).

Essa falta de acompanhamento durante a colheita possibilitou a ocorrência de fraudes. Como não havia controle nem a supervisão, alguns cooperados informavam a quantidade de *bag*'s com raízes que foram arrancadas ao seu bel prazer. Essa situação foi bem detalhada na Entrevista 14 com uma ex-cooperada. Segundo a mesma

Tem uma, aconteceu isso em outras gleba, você fazer 1 e ele bota logo 3, o dono da roça, bota logo 3 *bag*'s. Se você fazer 2 eles bota 5, 6, pra poder ficar o dinheiro pra eles entendeu? O cooperado fazia isso (...) A galera tava tirando o dinheiro todo [ela ri] Era pra eu fazer isso (...) Eles perceberam e agora já calculou tudo certinho. Se passar um *bag* ele sabe. Foi! (TRABALHO DE CAMPO, MAIO DE 2014).

Outro ponto importante na fase da colheita é o envolvimento da família, ou seja, existe uma apropriação das estratégias de reprodução do campesinato por parte do capital. Entre as premissas estratégicas da COOPAMIDO está a que propõe “fixar as famílias no campo, unindo alta tecnologia à agricultura familiar”. Porém, nem sempre isso é possível, seja por conta da migração dos adultos, porque não há pessoas em idade ativa para contribuir na lavoura ou porque os jovens não tem interesse no

trabalho do campo. Lembrando que, em abril de 2012, 60% dos cooperados entrevistados tinham entre 3 a 4 membros na residência (NAC, 2012).

Como a unidade-família não dá conta do trabalho na gleba, a COOPAMIDO se encarrega da contratação de diaristas. Existe uma equipe de trabalhadores volantes que se deslocam entre as fazendas parceiras realizando as tarefas exigidas no fluxograma agrícola. Diferentemente, dessa situação de contratação contínua, na forma familiar de plantar mandioca, a ocorrência de trabalho acessório somente acontece quando se esgota a “capacidade de trabalho” da família e do complemento da ajuda mútua entre os vizinhos, parentes e amigos (SANTOS, 1978, 34-36).

Fazem parte desse grupo de diaristas os cinco filhos da “dona” da casa de farinha comunitária da comunidade de Jacaré e os camponeses da comunidade de Deus Dará, como abordado na Parte I. Vale lembrar, que como a remuneração da COOPAMIDO é acima da média local, os irmãos da comunidade de Jacaré preferem deixar a casa de farinha fechada e colher mandioca na gleba dos cooperados. De modo semelhante, os camponeses de Deus Dará acham que é mais vantajoso terceirizar sua produção a meia na roça do Sr. P. e se vincular ao grupo de diaristas volantes.

Antes de se associar a COOPAMIDO, a ex-cooperada que concedeu a Entrevista 14, também prestou serviço para a “Cooperativa” como diarista. Em sua opinião

Antes de eu ser cooperada e trabalhava lá a diária (...) Eles contrata, eles contrata. Eles contrata topic [carro modelo van] de longe aí vem de longe, do Capão, de Laje, de, de Riacho da Lama. Aí vem, aí trabalha (...). Eu trabalhava a diária, porque meu cunhado dizia bora [diz seu nome], tá rancando, tá tendo colheita e aí vai. Eu ia antes de ser cooperada pra outros cooperados lá. Aí eu... quando comecei a trabalhar lá a diária era R\$ 30,00. Eles deixava pra pagar a quinzena (...) Era assim, aumentou pra R\$ 35,00 aí a gente ficava é (...) a diária era assim a gente entrava 7, saía 5, saía 4 horas... A gente, se a gente fizesse hora-extra ganhava R\$ 4,00 a hora-extra. Lá dentro é R\$ 4,00 a hora-extra, mais assim (...) era sempre bom trabalhar pra cooperado entendeu? Que a gente chegava, a gente sabia que ia receber o dinheiro, tranquilo. A gente, já tinha certeza que aquele cooperado, já tava com o dinheiro na conta e ia pagar a gente, ne? Parava, 12 horas a gente parava pra comer, voltava 1. A comida a gente que levava (TRABALHO DE CAMPO, MAIO DE 2014).

Outro ponto importante da contratação dos diaristas é a remuneração. Inicialmente, o pagamento feito pela COOPAMIDO pelo trabalho temporário era por

diária. O valor da diária, acima da média regional, e a certeza do pagamento, imediatamente após a realização do serviço, atraiu muitos trabalhadores interessados em vender o dia na roça dos cooperados. Conseqüentemente, essa relação provocou o desinteresse pelas relações de trabalho na forma convencional de produção de mandioca (forma familiar e comercial).

Tanto a produção a meia nas lavouras, quanto os parques rendimentos nas casas de farinha se mostraram pouco atrativos após a territorialização da “Cooperativa”. Piorava a situação o baixo preço da farinha de mandioca, o que desestimulava a fabricação desse importante gênero alimentício. Muitas pessoas que trabalhavam a meia ou “davam” o dia na roça passaram a ter outra opção que remunera melhor. Essa possibilidade de geração de postos de trabalho é interpretada por um agricultor da comunidade de Ceasa e que concedeu a Entrevista 5. Para ele

Empregou gente, mas desmantelou os pessoal das casas de farinha. Por que hoje quanto tá custando uma diária pra mulher raspar mandioca? R\$ 20,00. Quanto tá custando uma diária pra mulher capinar mandioca lá na roça? R\$ 35,00 R\$ 40,00. Então a mulher não vai ganhar R\$ 20,00 ela vai querer os R\$ 40,00 dela, então eu já perdi aquela mulher que vinha raspar mandioca pra mim. Eu já perdi aquela, aquele trabalhador (TRABALHO DE CAMPO, MARÇO DE 2014).

Relato semelhante foi feito por uma agricultora da comunidade de Rio de Areia que concedeu a Entrevista 15. Segundo ela

Tá todo mundo saindo da roça... Sabe o que ele me falou? Olha fulana, eu empreitei a minha roça por R\$ 300,00 pra eu ir ganhar dinheiro enchendo esse *bag* que eu faço R\$ 400 R\$ 500 por semana. Não acha trabalhador, meu irmão fechou a casa de farinha por causa disso, falta de mão de obra. Esses *bag* até mulher vai encher (TRABALHO DE CAMPO, JULHO DE 2014).

Entretanto, os gestores da COOPAMIDO, ao avaliar os indicadores de rendimento, constataram que a remuneração por diária tornava a colheita a etapa mais cara do processo produtivo. E, após um intercâmbio no estado do Paraná, a remuneração por diária foi substituída pelo pagamento por produtividade.

Em média, cada diarista que vende o dia para a COOPAMIDO colhe 3,9 toneladas de raiz por dia. Essa quantidade corresponde a 6 *bag*'s. O preço varia conforme a incidência de mato na roça de mandioca: “no sujo”, quando tem muito mato e a colheita fica mais difícil, ou no “limpo”, quando tem pouco mato e a colheita

é menos cansativa. Em maio de 2014, a remuneração pela colheita 1 *bag* com mandioca no “sujo” equivalia R\$ 25,00, enquanto “no limpo” era R\$ 20,00. Com base nesses valores, cada um dos membros da equipe de colheita recebia até R\$ 120,00 por dia para arrancar e encher as sacolas com as raízes de mandioca (TRABALHO DE CAMPO, MAIO DE 2014).

Outro aspecto que está relacionado a remuneração dos diaristas da COOPAMIDO, é a equidade de gênero. Ou seja, há uma padronização no valor pago pelo mesmo serviço independente de quem o executa, se um homem ou uma mulher. Essa situação tem provocado um descontentamento, especialmente entre os homens que tem se recusado a receber o mesmo que uma mulher. Quem detalha essa situação é o agricultor que concedeu a Entrevista 5. Segundo ele

A mesma diária que, por exemplo, ele pagava pra mim, você for trabalhar paga pra você também. A firma não aceita, por exemplo, o homem ganhar R\$ 35,00 e a mulher ganhar R\$ 20,00 a firma não aceita. Aqui na região tinha essa, essa... tinha essa desigualdade. A firma não aceita, ela diz que tem que ser tudo nivelado. O que muitas vezes o pessoal achou ruim, foi isso aí, diz que igualou a diária, diz que... tem muitos pessoal que chamava pra trabalhar aí dizia ah, não vou não, eu não vou trabalhar pra receber o mesmo preço de uma mulher?!. Aí ficou muita gente sem querer trabalhar por causa disso. Tinha roça aí que você ia e só tinha de homem o dono da roça, só ia mulher, que disse que não ia trabalhar pra receber o mesmo valor (TRABALHO DE CAMPO, MARÇO DE 2014).

5.2.3 O velho problema da questão agrária na nova forma de alta tecnologia

Ter a posse da terra não é uma prerrogativa para ingressar na COOPAMIDO. O mais importante é garantir a afinidade de plantar a mandioca e a “Cooperativa” uso isto. Este processo é a chave da exploração: a Fundação Odebrecht viabiliza plantar em qualquer lugar, ou seja, possibilita a realização do trabalho (da produção) e é através disso que o capital poderá realizar a exploração. Em junho de 2012, a COOPAMIDO possuía 200 cooperados. Na época, segundo o NAC, apenas 12 cooperados trabalhavam na sua própria terra. Os outros 188 cooperados trabalhavam em fazendas arrendadas nos município de Jaguaripe, Laje, São Miguel das Matas, Sapeaçu e Valença (TRABALHO DE CAMPO, JUNHO DE 2012).

Outro ponto importante é que os colaboradores da COOPAMIDO não facilitam a divulgação dos nomes das fazendas arrendadas, tampouco o nome dos parceiros

agrícolas. A justificativa é que os proprietários solicitaram sigilo por receio de manifestações em defesa da reforma agrária (TRABALHO DE CAMPO, JUNHO DE 2012). Apesar disso, identificou-se 22 propriedades rurais onde se realiza a produção agrícola de mandioca da COOPAMIDO no município de Laje e adjacências, conforme Quadro 24.

Quadro 24 – Propriedades onde se realiza a produção agrícola de mandioca da COOPAMIDO:

Município	Nome do propriedade	Nome do proprietário	Área total (ha)	Área agrícola (ha)	Distância indústria (km)
Conceição do Almeida	Sítio de AC	AC	16,6	16,6	50
	Sítio de CM	CM	14,34	14,34	50
	Sítio de E	E1	10,3	10,3	50
	Sítio de E	E2	3,4	3,4	50
	Sítio de J	J	13,6	13,6	50
	Sítio de JB	JB	3,3	3,3	50
	Sítio de R	R	0,76	0,76	50
Jaguaripe	Fazenda Capela Alto do Jaguaripe	VSFF	393,33	210	*
Laje	Fazenda Gavião	ENA	184,54	88,8	17,5
	Fazenda Novo Horizonte Sede	Cooperativa Estratégica do Amido	332,5	125,19	6
	Fazenda Novo Horizonte I	Cooperativa Estratégica do Amido	280	135,5	6
	Fazenda Novo Rumo	Cooperativa Estratégica do Amido	815	368	29
	Fazenda São Jorge	IBS	288,9	110	6
	Sítio de AC	AC	5,4	5,4	5,4
	Sítio de E	E	5,64	5,64	7,2
São Miguel das Matas	Fazenda Catuana	*	30,7	0	5,4
	Fazenda Cavalo Preto	*	43,1	30	12,4
	Fazenda Floresta	*	133,6	60	12
Sapeaçu	Fazenda Palmeira	TL	148	80	54
	Fazenda Palmeira II	*	66	0	55
Valença	Fazenda Novo Horizonte II	Cooperativa Estratégica do Amido	436,5	125	17
	Fazenda Sombra Verde	LRB	217,6	88,54	18

* Sem informação.

FONTE: Semana Eco Mani (2014).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Constata-se, a partir do Quadro 24, a localização das propriedades onde se realiza a produção agrícola de mandioca da COOPAMIDO, assim como o nome dessas propriedades e a identificação dos seus respectivos donos. Nota-se, também, a extensão dessas propriedades e a área destinada a produção agrícola. Outra informação relevante, é a distância entre essas propriedades e o módulo agroindustrial. Observa-se que as propriedades mais distantes estão situadas nos municípios de Sapeaçu e de Conceição do Almeida. Mas, em média, a distância entre as propriedades e a Fazenda Novo Horizonte Sede não ultrapassa 28,6 km.

Outro elemento que pode ser observado a partir do Quadro 24 é a tipologia usada pela COOPAMIDO para caracterizar as propriedades rurais. Entre as 22 propriedades, 13 são fazendas (59%) e 9 são sítios (41%). Isso significa que as 13 fazendas se qualificam como propriedades parcerias, ou seja, aquelas onde estão as glebas com a produção dos cooperados. Uma parte dessas fazendas são de parceiros agrícolas. A outra parte, pertence ao próprio Grupo Odebrecht. Já os 9 sítios, corresponde aos casos em que os cooperados realizam a produção industrial de mandioca em sua própria terra. Esse dado existe para os municípios de Conceição do Almeida e de Laje e seus proprietários foram identificados, mas não foram localizados²⁰³.

Um maior detalhamento das propriedades onde se realiza a produção agrícola de mandioca da COOPAMIDO pode ser apreendida na Tabela 19. Constata-se que as 22 propriedades identificadas abarcam 3.443,11 hectares distribuídos por seis municípios, são eles Conceição do Almeida, Laje, São Miguel das Matas, Sapeaçu, Valença e Jaguaripe. Das 22 propriedades identificadas, a maior quantidade está concentrada nos municípios de Conceição do Almeida e Laje, cada um possui 7 estabelecimentos (31,8%). Em seguida vem São Miguel das Matas com 3 estabelecimentos (13,6%). Na sequência, estão Sapeaçu e Valença que se igualam em termos de quantidade, cada município tem 2 estabelecimentos (9,1%). Na última posição, está Jaguaripe com apenas 1 estabelecimento (4,6%).

²⁰³ O primeiro nome dos nove cooperados que, supostamente, realizam a produção industrial de mandioca em sua própria terra, ou seja, nos sítios localizados em Conceição do Almeida e Laje foram identificados durante o evento chamado III Semana Eco Mani. Porém, não foi possível localizar esses sujeitos. Os nomes não constam nas listas de assinaturas do Estatuto Social e Regimento Interno. Também não aparecem nas notas veiculadas na página eletrônica da CEA, tampouco nos jornais impressos e nas legendas das diversas fotografias disponíveis no *site* da empresa. Por isso, optou-se por não fazer a divulgação dos mesmos e adotar apenas a letra inicial de cada nome (TRABALHO DE CAMPO, 2013-2015).

Tabela 19 – Propriedades onde se realiza a produção industrial de mandioca da COOPAMIDO:

Municípios	Estabelecimentos		Área	
	(unidades)	(%)	(ha)	(%)
Conceição do Almeida	7	31,8	62,3	1,8
Jaguaripe	1	4,6	393,33	11,4
Laje	7	31,8	1.911,98	55,5
São Miguel das Matas	3	13,6	207,4	6,1
Sapeaçu	2	9,1	214	6,2
Valença	2	9,1	654,1	19
TOTAL	22	100,00	3.443,11	100,00

FONTE: Semana Eco Mani (2014).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Em termos de domínio territorial, como já se imaginava, o destaque é dado para Laje. Este município concentra mais da metade de toda a área onde se realiza o plantio de mandioca com alta tecnologia, ou seja, detém 1.911,98 ha (55,5%). Em seguida, está o município de Valença que detém 654,1 ha (19%). O município de Jaguaripe ocupa a terceira posição com 393,33 ha (11,4%), seguido por Sapeaçu com 214 ha (6,2%), São Miguel das Matas com 207,4 ha (6,1%) e Conceição do Almeida com apenas 62,3 ha (1,8%), abarcando predominantemente sítios camponeses.

Outro aspecto relevante diz respeito a posse das propriedades onde se realiza a produção mandioca com alta tecnologia, conforme Tabela 20. Das 22 propriedades, 4 delas (18,2%) são do próprio grupo Odebrecht e 18 são propriedades arrendadas (81,8%). Os 4 estabelecimentos da Odebrecht compreendem uma área de 1.864 hectares, o que corresponde a 54% da área total. Já as 18 propriedades arrendadas compreendem uma área de 1.579,11 ha, o que corresponde a 46% da área total.

Tabela 20 – Domínialidade dos estabelecimentos onde se realiza a produção industrial de mandioca da COOPAMIDO:

Modalidade	Estabelecimentos		Área	
	(unidades)	(%)	(há)	(%)
Estabelecimentos próprios	4	18,2	1.864,00	54
Estabelecimentos arrendados	18	81,8	1.579,11	46
TOTAL	22	100,00	3.443,11	100,00

FONTE: Semana Eco Mani (2014).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Vale ressaltar, que as 22 propriedades rurais onde se realiza a produção agrícola de mandioca da COOPAMIDO totalizam 3.443,11 ha. Porém, nem toda área

é agricultável. A produção de mandioca acontece em 1.494,37 ha (43,4%), nos outros 1.948,74 ha não se produz mandioca (56,6%), conforme Tabela 21.

Tabela 21 – Extensão agrícola e não agrícola das propriedades onde se realiza a produção industrial de mandioca da COOPAMIDO:

Municípios	Área total (ha)	Área agrícola		Área não agrícola	
		(ha)	(%)	(ha)	(%)
Conceição do Almeida	62,3	62,3	0,42	--	--
Jaguaripe	393,33	210	14,1	183,33	9,4
Laje	1.911,98	838,53	56	1.073,45	55,2
São Miguel das Matas	207,4	90	6	117,4	6
Sapeaçu	214	80	5,4	134	6,9
Valença	654,1	213,54	14,3	440,56	22,5
TOTAL	3.443,11	1.494,37	100,00	1.948,74	100,00

FONTES: Semana Eco Mani (2014).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Nota-se, que a maior parte da área agrícola se concentra em Laje, o que equivale a 832,89 ha (56%). Em seguida, está Valença com 213,54 ha (14,3%), Jaguaripe com 210 ha (14,1%), São Miguel das Matas com 90 ha (6%), Sapeaçu com 80 ha (5,4%) e Conceição do Almeida com 62,3 ha (4,2%). Observa-se, ainda, que a maior parte da área não agrícola também se concentra em Laje. Neste município, estão localizados os 1.079,09 ha (55,2%) de área não agrícola. Em seguida, está Valença com 440,56 ha (22,5%), Jaguaripe com 183,33 ha (9,4%), Sapeaçu com 134 ha (6,9%) e São Miguel das Matas com 117,4 ha (6%).

Em parte dessas terras não agricultáveis, estão os 394,24 ha de Área de Preservação Permanente (APP) existentes nas fazendas Floresta, Novo Horizonte Sede, Novo Horizonte I, Novo Horizonte II e Novo Rumo, conforme Tabela 22.

Tabela 22 – Área de preservação permanente das propriedades onde se realiza a produção industrial de mandioca da COOPAMIDO:

Município	Nome da fazenda	Área de preservação permanente (ha)
Laje	Novo Horizonte Sede	58
	Novo Horizonte I	64,7
	Novo Rumo	120
São Miguel das Matas	Floresta	60,94
Valença	Novo Horizonte II	90,6
TOTAL		394,24

FONTES: Semana Eco Mani (2014).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Existe, ainda, 471 ha de reserva legal nas fazendas Novo Horizonte Sede, Novo Horizonte I, Novo Horizonte II e Novo Rumo, conforme Tabela 23.

Tabela 23 – Reserva legal das propriedades onde se realiza a produção industrial de mandioca da COOPAMIDO:

Município	Nome da fazenda	Reserva legal (ha)
Laje	Novo Horizonte Sede	65
	Novo Horizonte I	65
	Novo Rumo	165
Valença	Novo Horizonte II	176
TOTAL		471

FONTE: Semana Eco Mani (2014).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

A existência de APP e de reserva legal nas propriedades onde se realiza a produção industrial de mandioca é deveras significativo. Esses elementos são utilizados para reforçar a adesão da Aliança Estratégica do Amido à proteção ambiental, tal como defendido nas premissas estratégicas. Na verdade, o discurso adotado é o que de essas propriedades, antes da “chegada” da CEA, eram degradadas e improdutivas e foram recuperadas tornando-se propícias ao cultivo²⁰⁴ (COOPAMIDO, 2011a/Estatuto Social: Capítulo II, Artigo 2º, Parágrafo 4º).

Por falar em dados ambientais não se pode esquecer de mencionar as 82 nascentes que se espalham pelas fazendas Gavião, Floresta, Novo Horizonte Sede, Novo Horizonte I, Novo Horizonte II, Novo Rumo, Palmeira, São Jorge e Sombra Verde, conforme Tabela 24. Nota-se, que dos 82 “olhos d’água”, a maior parte, ou seja, 62 (75,6%) estão concentrados em quatro fazendas que pertencem ao Grupo Odebrecht (Novo Horizonte Sede, Novo Horizonte I, Novo Rumo e Novo Horizonte II). As outras 20 nascentes (24,4%) estão em cinco fazendas arrendadas (Gavião, Floresta, Palmeira, São Jorge e Sombra Verde).

²⁰⁴ Antes do funcionamento do “Projeto Aliança “Cooperativa” do Amido”, a propriedade era usada para a pecuária e se encontrava com os rios e lagos assoreado e eutrofizados devido à ausência de áreas de preservação permanente. Com a criação do “Projeto”, a propriedade foi zoneada em área industrial, área de estudos e banco de germoplasma, unidade ambiental, área proteção permanente, reserva legal, unidade ambiental, pomar e área de plantio com amendoim forrageiro, araruta, eucalipto, feijão, melancia e milho (SEMANA ECO MANI, 2014).

Tabela 24 – Nascentes existentes nas propriedades onde se realiza a produção industrial de mandioca da COOPAMIDO:

Município	Nome da fazenda	Nascentes (quantidade)
Laje	Gavião	4
	Novo Horizonte Sede	19
	Novo Horizonte I	9
	Novo Rumo	25
	São Jorge	3
São Miguel das Matas	Floresta	2
Sapeaçu	Palmeira	4
Valença	Novo Horizonte II	9
	Sombra Verde	7
TOTAL		82

FONTE: Semana Eco Mani (2014).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Com isso é possível afirmar que o capital vem se apropriando da terra – através do arrendamento e da compra. Por outro lado, os dados expostos na Tabela 24 indicam que o capital também vem se apropriando do recurso água. Isso significa que a Cooperativa Estratégica do Amido vem exercendo um paulatino domínio sobre o território terra e água no campo baiano, o que afeta a reprodução do campesinato.

O processo de territorialização na terra e na água é bem comum entre os sujeitos que se reproduzem econômica, social e culturalmente articulando atividades de agricultura, extrativismo vegetal e pesca. As comunidades negras rurais quilombolas e os pescadores artesanais representam muito bem essa territorialidade articulada (KUHN, 2009; RIOS, 2012). Na Bahia, essa especificidade territorial constantemente é ameaçada pelos processos conflitantes de apropriação e ocupação do espaço. Porém, a formação dos territórios articulados (terra e água) não são restritos aos pescadores e quilombolas. Os dados da Tabela 24, apontam que o acesso à água está relacionado com o acesso à terra. Esse aspecto se constitui em uma ameaça à reprodução social dos camponeses lajistas, na medida em que o Grupo Odebrecht vem se apropriando das melhores terras (arrendamento e compra), ou seja, daquelas terras que são mais planas e concentram as nascentes dos principais rios e riachos da região.

Com tais dados, é possível verificar, ainda, que entre os cooperados predominam aqueles que se submetem ao regime de arrendamento, por não ter terra ou por ter uma terra que não condiz com as exigências do capital, ou seja, que seja plana e tenha água. Nesta relação, cooperado-terra-fazendeiro, surge uma das

principais estratégias do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

As terras, até então improdutivas ou ocupadas com a pecuária, e, não raro degradadas, são cultivadas sem custos para seu proprietário. Caso o parceiro agrícola possua rebanho, poderá receber massa de mandioca para alimentar os seus animais, desde que ceda parte das terras sem custo (TRABALHO DE CAMPO, JUNHO DE 2012). Assim, os fazendeiros são beneficiados e tem seus bens exercendo a função social mediante o trabalho de cooperados que não dispõem sequer de um lote para fazer uma roça de mandioca e, quando têm, suas áreas não são viáveis para a exploração na forma de alta tecnologia.

O fazendeiro conta, ainda, com a presença de agricultores cultivando sua propriedade sem se preocupar com responsabilidades trabalhistas ou despesas, já que entrega a terra “nua” e todos os investimentos/benfeitorias (capina, insumos, infraestrutura, terraplanagem das vias de acesso, etc.) são custeadas pelo cooperado via “Cooperativa”, sendo os recursos oriundos de financiamentos do PRONAF.

Outra vantagem, não menos importante, é que os parceiros agrícolas ficam com a renda da terra, ou seja, têm benefício mediante a licença para a exploração capitalista da terra, devido à porcentagem que recebem proporcional a produção do cooperado²⁰⁵. A “Cooperativa”, a serviço do capital, tem acesso à terra, tanto através da compra, quanto via arrendamento. Quando a COOPAMIDO arrenda as fazendas ela paga uma renda, tal pagamento é a forma que o capital utiliza para circular e dominar livremente, uma vez que sua tendência é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção (MARTINS, 1983). Ou seja, verifica-se a concretude da mundialização do capital no campo de modo irrestrito. Como disse François Chesnais, o “capitalismo parece ter triunfado e parece dominar todo o planeta” ao mesmo tempo em que a gentes hegemônicas se apresentam como “portadores de uma missão histórica de progresso social’ com a promessa de uma vida decente para todos (CHESNAIS, 1996, p. 14).

Uma nota publicada na página eletrônica da Cooperativa Estratégica do Amido ilustra esse fato ao pontuar que no ciclo agrícola “o cooperado tem receita de 90% a

²⁰⁵ Não foi possível obter informações consistentes sobre o valor do arrendamento, pois os cooperados não tem noção alguma sobre os custos da forma de alta tecnologia. Além disso, essa informação jamais foi divulgada pelos colaboradores. Especula-se que os parceiros agrícolas recebem, em média, R\$ 5 mil por ha arrendado ao ano (TRABALHO DE CAMPO, ABRIL DE 2017).

95% em cima da produção e o fazendeiro fica com 5% a 10%”. A nota expõe ainda a opinião de um fazendeiros que estaria formalizando sua condição de parceiro agrícola junto a COOPAMIDO. Segundo esse proprietário, “Com a fábrica, existe um diferencial de preço que compensa ceder a terra para a produção da mandioca. Além disso, contribuímos para que a cadeia se organize de modo justo, onde todos ganham”. Portanto, se verifica que o capital (Odebrecht) em Laje não age sozinho. A articulação entre frações de classe capitalista e proprietários fundiários subordina formalmente as relações de produção camponesa por meio da cobrança da renda pela cessão da terra²⁰⁶ (MARTINS, 1979, 1983; FERNANDES, 1999).

Não se pode esquecer que o cooperado não é um assalariado. Numa relação típica de assalariamento, quando a mercadoria é vendida ela converte o fruto do trabalho em dinheiro que se tornará capital na medida em que for usado para adquirir mais instrumentos e matérias-primas para explorar outros trabalhadores (MARTINS, 1983; OLIVEIRA, 2002). O capital se apropria da força de trabalho do trabalhador livre através da sua troca pelo salário. Porém, nem sempre a estratégia adotada é a sujeição real (trabalho assalariado).

Em muitos casos, o capitalista instaura e subordina de modo formal outras relações de trabalho e de produção (FERNANDES, 1999). Essa tem sido a opção da Odebrecht via cooperativismo. Em teoria, o cooperado é um produtor. Entretanto, o capitalista (Odebrecht) é capaz e explorar esses sujeitos mantendo a subordinação via relação de trabalho familiar, para não investir no assalariamento. O capital, então, utiliza essa mão de obra sem remunerá-la, e ainda recebe o fruto do trabalho convertendo-o em mercadoria (amido). Na verdade, a sujeição ainda é mais cruel, pois o capitalista tem se tornando, também, um proprietário fundiário, pois 54% das terras onde estão as glebas pertencem a Kieppe Participações e Administrações Ltda. Essas relações demonstram tanto a territorialização do monopólio quanto a monopolização do território (OLIVEIRA, 2002, 2012).

Dito de outro modo, o Grupo Odebrecht monopoliza o território ao adquirir a mandioca que necessita proveniente dos sítios de alguns cooperados. Quando a

²⁰⁶ A sujeição formal ocorre na medida que o capital se consolida “controlando a comercialização dos produtos agrícolas, controlando até os insumos empregados na produção” e está “originalmente relacionada à expropriação dos trabalhadores, que se veriam assim obrigados a oferecer a sua força de trabalho ao capitalista”. Porém, nessa situação, “o trabalhador, ao menos teoricamente, podia recuperar a sua condição de artesão; não havia perdido o conhecimento e a habilidade necessários à produção de determinado objeto” (MARTINS, 1983, p. 173-174).

monopolização do território ocorre, o capital “cria, recria, redefine relações de produção camponesa, portanto familiar. Ele abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O campo continua povoado e a população rural pode até se expandir” (OLIVEIRA, 2002, p. 105-106).

Mas, simultaneamente, o Grupo Odebrecht se territorializa na medida em que compra terra e as arrenda para os cooperados. Isso significa que além de converter seu capital em renda capitalizada (compra de terras), também concentra a exploração capitalista através do aluguel de parcelas de terra aos camponeses, ou seja, o proprietário de terra e o capitalistas estão “unificados numa única figura”, a do “proprietário de terra que também é proprietário e capital” (MARTINS, 1983, p. 166).

Em outras palavras, o capital “atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária” (OLIVEIRA, 2012, p. 8). Quando a territorialização do monopólio ocorre o “capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (...) e a renda da terra gerada por esta atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo” (OLIVEIRA, 2002, p. 106).

A proposta inicial da Aliança Estratégica do Amido era arrendar pequenas propriedades dos camponeses. Vale lembrar, que os contratos de parceria agrícola somente são firmados após avaliação das técnicas da área. São poucos os minifúndios que atendem os requisitos. Como já foi dito, dos 22 estabelecimentos onde se realiza a produção agrícola da mandioca da COOPAMIDO, apenas 9 são sítios camponeses. Ademais, essas 9 propriedades tem apenas 73,34 hectares, o corresponde a apenas 2,1% das propriedades rurais onde se realiza a produção agrícola de mandioca da COOPAMIDO.

Na prática, foi priorizado o arrendamento junto aos fazendeiros, ou melhor, proprietários de médios e grandes estabelecimentos que tem a posse da terra enquanto reserva de valor, conforme Quadro 25.

Quadro 25 – Classificação das propriedades onde se realiza a produção agrícola de mandioca da COOPAMIDO:

Município	Estabelecimento	Área total (ha)	Situação da propriedade
Conceição do Almeida (módulo fiscal 30 hectares)	Sítio de AC	16,6	Minifúndio
	Sítio de CM	14,34	
	Sítio de E1	10,3	
	Sítio de E2	3,4	
	Sítio de J	13,6	
	Sítio de JB	3,3	
	Sítio de R	0,76	
Laje (módulo fiscal 35 hectares)	Fazenda Gavião	184,54	Média
	Fazenda Novo Horizonte Sede	332,5	
	Fazenda Novo Horizonte I	280	
	Fazenda Novo Rumo	815	Grande
	Fazenda São Jorge	288,9	Média
	Sítio AC	5,4	Minifúndio
	Sítio E	5,64	
São Miguel das Matas (módulo fiscal 35 hectares)	Fazenda Catuana	30,7	Minifúndio
	Fazenda Cavalo Preto	43,1	Pequena
	Fazenda Floresta	133,6	
Sapeaçu (módulo fiscal 30 hectares)	Fazenda Palmeira	148	Média
	Fazenda Palmeira II	66	Pequena
Valença (módulo fiscal 20 hectares)	Fazenda Novo Horizonte II	436,5	Grande
	Fazenda Sombra Verde	217,6	Média

FONTE: Trabalho de campo (2014).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Em Laje, o capital envolveu os imóveis com área inferior a 1 módulo fiscal (sítio de AC e de E) e outros com área superior a 4 e até 15 módulos fiscais (Fazenda São Jorge e Fazenda), ao passo que as propriedades próprias da CEA compreende tanto médias propriedades (Fazenda Novo Horizonte Sede e Fazenda Novo Horizonte I) quanto imóveis com mais de 15 módulos fiscais, como é o caso da grande propriedade chamada Fazenda Novo Rumo.

Entretanto, está em curso um terceiro movimento na relação terra-Cooperativa Estratégia do Amido. Nessa fase, o capital vem adquirindo propriedades rurais no município de Laje e adjacências. Mencionar a intervenção do Grupo Odebrecht na compra de terras e na criação de empresas que exploram o espaço rural nos leva a observar as alianças de classe da burguesia capitalista em nível mundial (CHESNAIS,

1996; OLIVEIRA, 2012). Esse processo integrou o capital em escala mundial, criando as empresas mundiais e provocando a mundialização da agricultura. Assim, a agricultura estrutura-se através da produção de *commodities*, bolsas de mercadorias e de futuro e monopólios mundiais. Um dos desdobramentos de todo esse processo tem sido a territorialização dos monopólios, especialmente, no controle da propriedade privada da terra através da criação de empresas especializada nesse comércio (OLIVEIRA, 2012).

Esse movimento de compra de terras já é percebido nas comunidades rurais lajista. Segundo a Entrevista 16, concedida por um plantador de mandioca e de cacau da comunidade de Gameleira

Na verdade, na verdade, eu participei muito dessa reunião da Odebrecht quando eu era presidente da associação lá na prefeitura, logo quando tava no início. Aí eles conversa, é lá na reunião o representante da Odebrecht ele falava que essa, esse projeto que vinha pra aqui, essa COOPAMIDO, era pra melhorar os pequeno, né? O pequeno produtor quem tivesse terra pequena de duas ou três tarefas que eles ia arrendar, sim, de todos. Aí vieram nas comunidade só que eles depois mudou de ideia, invés de pegar os pequenos, não pegou os pequenos. Eles já pegou as pessoas né... os grande, já que tinha mais terra. Mudaram de ideia, disseram que até duas tarefas que fosse de 30km da fábrica que pegava. Aí mudaram de ideia já veio com essa de até 5 anos se a gente gostassem arrendava de novo mais 5 se não quisesse parava por aí. Mas voltou tudo diferente. Ele já começou já pegar as fazenda grande, alugando, agora já tão comprando, já tão usando outra sabedoria, já tão comprando as terra dos grandes e aí usou, os pequenos pra trabalhar pra eles. Na minha visão, os pessoal tá trabalhando tipo escravo pra eles, que pega seu nome, seu CPF, eu que não fui numa dessa que Deus não me deixa entrar assim, nessa, nessas, né? Por que a pessoa tem que ter sabedoria. Pega os pequenos, pega o CPF e eu creio eu que esse dinheiro não é do governo é deles mesmo, esse dinheiro é dá empresa que eles são rico (...).

Então eles pegou as pessoas ali, quero seu CPF, seu nome e acabou. Ali você tem que cobrir esses R\$ 20 mil, se não cobrir você fica sendo pendente dele, devedor. E creio eu que aquele dinheiro não é do governo. Só que ele pega aquilo ali pra você ter um compromisso, com o CPF eu sou o cabeça, né eu pego 20 tarefa eu tenho que esquentar minha cabeça. Pegar mais 4 trabalhador pra trabalhar junto comigo, paga mil, paga aqueles 4 trabalhador. Então a gente fica sendo escravizado dele, escravo do seu. Entendeu? A gente fica sendo escravo e eles que tão se lucrando com isso que os pequenos tão pra traz (...) (TRABALHO DE CAMPO, FEVEREIRO DE 2014).

A opinião do agricultor que concedeu a Entrevista 5, da comunidade de Ceasa, não diverge do que foi colocado anteriormente. De acordo com esse último

A COOPAMIDO quando chegou pra Laje ele veio com uma forma bonita, depois foi modificando. Na primeira vez que eles vieram aqui não foi o pessoal da COOPAMIDO foi o pessoal da Prefeitura e me procurando duas coisa: é (...) uma fazenda pra comprar e os associado pra participar da reunião. Lá o que a gente ouviu da reunião foi o seguinte: que essa fábrica vinha pra o município trabalhar com as associação e a gente ia ser cooperado, se a gente tivesse uma tarefa ou meia tarefa ia ser arrendado, a gente ia ganhar x pelo aquele arrendamento e x pelo aquilo que produzisse, inda ia ganhar o dinheiro pra gente zelar da roça, fazer o plantio. Depois, modificaram tudo. Começaram-se a arrendar as grandes fazendas e agora já estão comprando. As associação não participa de nada, não participa de nada. Os associados, os cooperados como ele chama, que vão pra lá, não são sindicalizado, não tem nenhuma proteção com o trabalhador rural (...) o cara, acontece um acidente lá, por exemplo esse cidadão tá seguro ni quê? Ele não tem associação, ele não tem sindicato e eles não tão preocupado (TRABALHO DE CAMPO, MARÇO DE 2014).

A ex-cooperada que concedeu a Entrevista 14 ratifica a compra de terras pela COOPAMIDO ao afirmar que “Eles compra. Eles tão comprando as terras. Aqui mesmo ele comprou a terra... o dono da terra era [diz o nome], dono da Brahma (...) Ele é (...) de Santo Antônio, dono da Brahma que é a terra onde eu tava cooperada, que eu tava cooperada”.

Cabe reforçar, que as novas relações da forma de alta tecnologia não significaram uma modificação na estrutura fundiária local. O velho problema da questão agrária permanece. O pior é existe indícios de que a questão agrária poderá se acirrar ainda mais no futuro próximo a partir das diferentes formas que o capital vem se territorializando e monopolizando o território. Importa reforçar que o “grau elevado de concentração da propriedade da terra e as relações de poder que daí decorrem constituem um dos “maiores obstáculos à cooperação” e a “realização dos princípios básicos em que se apóia o sistema cooperativista” (SCHNEIDER, 1981, p. 34).

Ainda mais se tratando de uma “Cooperativa” como a COOPAMIDO que distorce o conceito de cooperativismo. Sabe-se que existem diversos tipos de cooperativas (BULGARELLI, 1973; PINHO, 1973; MULLER, 1981; RECH, 1995; FABRINI, 2002; SINGER, 2002; REYES & HARNECKER, 2012; SAN VICENTE, 2012) e que muitas se transformam praticamente em empresas com o apoio do Estado (SANTOS, 1978; CAVENDISH, 1981; LOUREIRO, 1981; MULLER, 1981; NOVAES, 1981; SCHNEIDER, 1981; DELGADO, 1985; FABRINI, 2002; PAULINO, 2003; FAJARDO, 2007) e compartilham os pressupostos do capitalismo agrário, mas no

caso em questão, a ideia de formar uma cooperativa foi totalmente imposta de cima para baixo. Nesse caso, o cooperativismo que seria uma solução entra como um instrumento controlado e imposto. Não tem a mínima legitimidade.

5.2.4 As incoerências das novas relações da forma de alta tecnologia

Por tudo que já foi tratado até aqui, constata-se que o projeto educacional e de geração de trabalho e renda da Fundação Odebrecht tem o propósito de consolidar a produção industrial de mandioca através da forma de alta tecnologia. Para isso, recorreu-se ao discurso de responsabilidade social e da cidadania empresarial ao fomentar a formação do campesinato na educação pelo trabalho. Isso significa que os sujeitos-camponeses, que trabalhavam com a forma convencional de plantar mandioca para fazer farinha, tiveram a chance de alcançar uma nova condição: tornar-se um agricultor profissional parte da nova classe média rural.

Nesse contexto, os camponeses-cooperados foram envolvidos em novas relações. Estas, apesar de significativas, projetaram e até mesmo fortaleceram velhos problemas. Há que se enfatizar também outros aspectos, como aqueles que demonstram as incoerências dessas novas relações da forma de alta tecnologia, por exemplo, a apropriação das estratégias de reprodução camponesa, as limitações no discurso de ambientalmente correto e socialmente justo, a formação política do capital e a participação dos cooperados nos processos decisórios da “Cooperativa” e o financiamento da COOPAMIDO com recursos públicos.

5.2.4.1 A apropriação das estratégias de reprodução camponesa

Já foi explicado que cabe a cada cooperado tomar conta da gleba que lhe foi destinada com o apoio de sua unidade-família. É preciso fazer dois esclarecimentos sobre essa questão. Em primeiro lugar, o uso da expressão gleba é bem sugestiva, pois vemos que desde o feudalismo até o padrão de alta tecnologia, são recriadas formas de subordinação do trabalho através da exclusão da posse da terra. O uso desse termo e de todo esse significado provoca inquietações. Para o agricultor que concedeu a Entrevista 1, uma das lideranças sindicais de Laje, a interpretação é a seguinte

Você sabe o que é que tá chegando aqui pra gente? O feudalismo voltou (...) O senhor feudal, ele era dono das terras, entre aspas, né? Todos os povos daquela região tinha uma gleba, né? do tamanho disso aqui que ele tinha que produzir, entregar ao senhor feudal que por sua vez só dava jeito no que ele queria. Não é diferente de jeito nenhum. Os cooperados da COOPAMIDO recebe o quê? Como é o nome? Como é o nome? Não é uma gleba de terra não? Alguém não ouviu falar não? É uma gleba de terra que ele recebe. Toma um dinheiro emprestado na mão do governo, coloca o seu CPF lá e quem tomam conta desse dinheiro é a “Cooperativa”, né? Se ele for bom e desenvolver ele vai ganhar dinheiro mesmo, ele no meio de 15 mil trabalhadores rurais que a gente temos em nosso município beneficia 140 pessoas e diz que beneficiou o município e a gente vai crescendo vendo aquele rapaz crescendo lá e dizendo: rapaz é bom! Sim é bom pra uma família ou duas, todas as famílias estão sendo beneficiadas? Não! (TRABALHO DE CAMPO, FEVEREIRO DE 2014).

Outro ponto interessante, é o fato de que a COOPAMIDO impõe a forma de alta tecnologia ao mesmo tempo em que incentiva estratégias de reprodução camponesa, tais como o mutirão e o uso coletivo da terra. A situação da mutirão na COOPAMIDO foi tratada durante a Entrevista 11, na qual uma cooperada da comunidade de Sobradinho explicou como essa prática funciona

A gente lá, tudo trabalha unido no grupo da gente. Por exemplo, quando eu tô na roça com ele tem sete pessoas, sete não, 12 pessoas na roça. Por exemplo, eu tenho 15 tarefa [6 hectares]. É um grupo a gente trabalha tudo junto, não é isso? Agora mesmo tá rancando, tá rancando. Ranca de um, depois ranca de outro, depois de outro. Entendeu, é assim. É uma cooperativa. E depois que eu entrei lá graças a Deus eu tô me dando bem (TRABALHO DE CAMPO, JULHO DE 2014).

Evidentemente que a solidariedade é importante. Mas é preciso, como bem colocou Saquet (2015b, p. 127-128), ao refletir sobre uma concepção de geografia voltada para o desenvolvimento territorial, que a solidariedade signifique “reciprocidade, ajuda mútua, espontaneidade, diretamente vinculada à conquista da autonomia decisória (...) A solidariedade precisa ser construída entre as pessoas, historicamente, nas conversas, nos debates, nas decisões, na vizinhança, enfim, na práxis cotidiana”.

O mutirão na gleba dos cooperados não foi construída na práxis cotidiana tratada por Saquet (2015b), tampouco semelhante as práticas de sociabilidade

abordadas por outros autores²⁰⁷ (PINHO, 1966, 1973, 2004; QUEIROZ, 1976; FERNANDES, 1999; FABRINI, 2002; CANDIDO, 2009; LORENZO, 2012), muito menos parecido ao que ocorre na forma familiar de plantar mandioca para fazer farinha. A proposta de mutirão da “Cooperativa”, ao invés de construída pelos cooperados, está prevista no Estatuto Social da entidade. Ora, para COOPAMIDO atingir seu objetivo – obter amido de mandioca modificado e seus subprodutos – ela lança mão de vários artifícios, dentre os quais “estimular entre os associados o trabalho em regime de mutirão” (COOPAMIDO, 2011a/Estatuto Social: Capítulo II, Artigo 2º, Parágrafo 2º, Inciso XII).

Por sua vez, o uso coletivo da terra acontece porque uma parte da fazenda arrendada pela “Cooperativa” deve ser gerida coletivamente entre todos os cooperados que ali estão alocados. Cria-se, então, a gleba coletiva. Essa modalidade não é compatível com as demandas revolucionárias, requeridas por marxistas, anarquistas e sindicalistas que refletiam sobre a organização da produção na agricultura no século XIX (FABRINI, 2002; FABRINI & MARCOS, 2010). Nem de longe ela se aproxima dos diversos níveis de cooperação experimentados pelos trabalhadores organizados em luta pela terra no Brasil desde as três últimas décadas do século XX (FABRINI, 2002).

Em outros termos, a adoção do mutirão e do uso coletivo da terra é uma das formas encontradas pelo capital para envolver os camponeses em seu projeto educacional e de geração de trabalho e renda voltado ao cultivo de mandioca para produção de amido, mesmo que para isso o capital tenha que disputar as bandeiras defendidas pelos movimentos sociais. Com isso a CEA não quer promover a reciprocidade, a ajuda mútua e tampouco a autonomia. O objetivo é se apropriar ainda mais do trabalho e aumentar a produção.

²⁰⁷ De acordo com Pinho (2004), desde a colonização portuguesa os mutirões se difundiram através da criação de uma cultura da cooperação. Porém, se trata de uma forma da cooperação informal, pois não se constituem como uma estratégia de organização, já que se caracterizam por ser uma “forma de cooperação espontânea, de duração efêmera ou aparecimento esporádico ou precário” e que “não pode servir de base a uma atividade econômica complexa e contínua” (PINHO, 1973, p. 45). Para Queiroz (1976, p. 51; 56), o mutirão é o “trabalho coletivo que cada lavrador em geral se vê compelido a utilizar”. Além de permitir um trabalho agrícola mais rápido tem como função de reforçar a coesão social. Para Candido (2009, p. 193-194), o mutirão “consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho”. Geralmente, os vizinhos “são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa”. Não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a “obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram”, aquilo que o autor chamou de “obrigação bilateral”.

Vale lembrar, também, sobre o uso do termo parceiro agrícola e propriedade parceria. Essas expressões podem remeter a ideia de “igual, semelhante, parêlo, par” (FERREIRA, 1999, p. 1499). Contudo, no primeiro caso, se refere ao fazendeiro que recebe renda em espécie e em produto (massa de mandioca) para arrendar parte de sua fazenda de gado, quiçá improdutiva e degradada. O segundo termo, é justamente o imóvel arrendado onde ocorre a produção industrial de mandioca. Em resumo, as expressões usadas pela COOPAMIDO encontram correspondência nos sistemas de produção em que o camponês sempre precisou pagar para ter a licença de produzir na terra (QUEIROZ, 1976; MARTINS, 2002) e que vem se reproduzindo historicamente de distintas formas (OLIVEIRA, 2007).

5.2.4.2 As limitações do ambientalmente correto e do socialmente justo

Outra narrativa adotada pela Cooperativa Estratégica do Amido, comum para todas Alianças Estratégicas da Fundação Odebrecht, é a de que a cadeia produtiva da mandioca produz um amido “qualificado e Certificado como socialmente justo, econômico, ambientalmente correto e rastreável” (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2011a, p. 23). Está implícito nesse discurso, que a CEA, não explora o trabalho infantil, não degrada o meio ambiente e ainda faz inclusão social, dá emprego e gera renda.

O discurso ecológico, que mercantiliza a ideia de volta a natureza, vem sendo adotado por muitas empresas com o intuito de realizar o processo de valorização do capital (CARLOS, 1994). Nesses termos, as riquezas naturais passam a ser considerados como bem comum da humanidade. Por isso, todos devem ser responsáveis pelos seus cuidados. Essa lógica mascara as reais intencionalidades, já que não há de fato preocupação com a sociedade, o território, as riquezas naturais, e sim com os recursos naturais e com a perpetuação do uso de riquezas por alguns (RODRIGUES, 2009,). É justamente assim que o discurso de proteção do meio ambiente adotado pela Cooperativa Estratégica do Amido é avaliado.

As quatro fazendas que pertencem a sociedade controladora da Organização Odebrecht, possuem uma área total de 1.864 ha²⁰⁸. Nesta área, estão concentradas 62 nascentes, sem falar nos 333,3 ha de APP e nos 471 ha de reserva legal. Além

²⁰⁸ É importante informar que uma sociedade controladora é aquela responsável por acompanhar os processos de crédito e administração de um patrimônio, portanto a “cabeça do conglomerado e o centro das decisões de investir” (DELGADO, 1985, p. 146).

disso, a Fazenda Novo Horizonte Sede já promoveu três edições do evento “Semana Eco Mani”, em comemoração ao dia do meio ambiente (5 de junho), envolvendo a comunidade e os estudantes da região (BAHIAMIDO, S.A., 2013; SEMANA ECO MANI, JUNHO DE 2014).

Na mesma proporção que se autopromove, a Cooperativa Estratégica do Amido acumula denúncias negativas. Essa contradição já é notada pela comunidade. Segundo o agricultor que concedeu a Entrevista 5, da comunidade de Ceasa, apesar da COOPAMIDO aparentar “tanta coisa bonita (...) coisa de primeiro mundo, coisa da gente ficar, eu fiquei besta, eu fui lá dentro e fiquei besta (...) isso é só o miolo” (TRABALHO DE CAMPO, MARÇO DE 2013).

Uma das acusações está relacionada a aquisição da antiga Fazenda Santa Rosa, atual Fazenda Novo Horizonte II. Consta que os antigos proprietários deixaram benfeitorias, matas e pomar. Tudo foi substituído por mandioca e eucalipto. Mas, entre a retirada da vegetação, o preparo do solo e o novo plantio, foram aplicadas altas doses de agroquímicos. A dosagem “dos remédios” foi tão alta que atingiu as lavouras das propriedades vizinhas e fez com que algumas frutas adquirissem um tom esbranquiçado, além disso um “trecho bom” da cobertura vegetal anterior foi enterrada para não ser vista, como relatou o agricultor que concedeu a Entrevista 5 e que vive relativamente próximo da fazenda citada (TRABALHO DE CAMPO, MARÇO DE 2014).

Esse fato, inclusive, levou alguns camponeses a cogitar vender suas roças em decorrência da “chegada do veneno”. Mas, a socialização desse problema não atingiu somente os camponeses. O agricultor que concedeu a Entrevista 5 relatou os prejuízos causados pelo uso de “bloqueador de sementes” na propriedade de um fazendeiro que produz laranja. Segundo o entrevistado, a plantação ficou com as “folhas assim branquecenta (...), a laranja ficava dura (...) a laranja pecando e ficando madura sem água”. Após reclamação do fazendeiro, a “Cooperativa” assumiu os custos com a aquisição de outro “remédio” para “melhorar esse retardamento da planta” (TRABALHO DE CAMPO, MARÇO DE 2013).

Além desses prejuízos imediatos, os agroquímicos permanecem no solo e, em épocas de chuva, avançam para os lençóis freáticos. Isso afeta toda a cadeia alimentar. Pelas estradas vicinais do município de Laje tem sido comum encontrar carcaça de “tatu-peba”, animal que após se alimentar com folha de mandioca, dendê ou formiga, tem morrido contaminado pelos efeitos do “bloqueador de sementes”

como se refere o agricultor que concedeu a Entrevista 5 (TRABALHO DE CAMPO, MARÇO DE 2014).

Uma situação semelhante foi relatada na comunidade de Rio de Areia, como resultado da aplicação de agroquímicos na Fazenda São Jorge, arrendada pela COOPAMIDO. Segundo o pronunciamento de uma professora que concedeu a Entrevista 18 durante a oficina realizada na comunidade

Aqui perto da São Jorge [Fazenda São Jorge], o pessoal que tem os primeiros sitiozinhos não tá podendo colher feijão. Não tão podendo colher nada, porque quando eles batem lá, aí prejudica. E se você come... o feijão, o feijão não cozinha. Bota na panela além de não cozinhar ele fica margando (TRABALHO DE CAMPO, JULHO DE 2014).

Por sua vez, o discurso do socialmente justo ocorre desde que a Fundação Odebrecht propõe formar a nova classe média rural. Mas, ao fim e ao cabo, o que se formou efetivamente foi um pequeno número de cooperados modelos. Existe, na COOPAMIDO, um grupo restrito de cooperados que se diferenciam, ou foram diferenciados dos demais, e são um modelo a ser seguido. Esse é o caso de dois cooperados que fizeram o curso de tratorista, compraram seus próprios tratores e passaram a alugar seus equipamentos para outros cooperados, o que tem lhes permitido uma renda mensal de R\$ 5.000²⁰⁹ (TRABALHO DE CAMPO, JUNHO DE 2013).

O primeiro a comprar o trator, no segundo semestre de 2012, foi HDN, 34 anos, alocado numa gleba de 12 hectares na Fazenda Novo Horizonte Sede. O segundo a fazer a aquisição desse objeto técnico, foi RP, em abril de 2013. RP, que se vinculou a COOPAMIDO, em janeiro de 2011, afirma o seguinte, “o incentivo para comprar o trator veio dos colaboradores da “Cooperativa”, o pessoal da Coopamido me

²⁰⁹ É importante registrar, que quando a então Fundação Emílio Odebrecht criou o complexo agroindustrial em Iramaia e Manoel Vitorino, o acesso à energia elétrica permitiu que três lavradores-produtores adquirissem aparelho televisão e dois deles comprassem antena parabólica. Além disso, possibilitou que a Prefeitura Municipal de Iramaia doasse um aparelho de televisão para ser instalado no Centro Comunitário de Ilha Grande (PRATA, 1994, p. 53). No Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, o ingresso na COOPAMIDO tem permitido, pontualmente, a aquisição de implementos agrícolas pelos cooperados. O principal equipamento é o trator, fundamental para a realização da forma de alta tecnologia, além de conferir uma diferenciação entre os próprios cooperados. É interessante observar como as necessidades do consumo são modificadas no intervalo de três décadas. Na década de 1980 o televisão era o objeto de desejo das pessoas que viviam no espaço rural. Em em 2009, como a televisão já se tornou acessível, o objeto de consumo passou a ser o trator.

assessorou. Gostei muito da ideia, resolvi adquirir, deu tudo certo e estou feliz”²¹⁰ (BAHIAMIDO S.A., 2014).

Para JSS, presidente da COOPAMIDO, a compra do trator tem um significado especial “Esse processo evolutivo é importante porque ele mostra que estamos no caminho certo. Nós estamos alcançando nosso propósito maior que é essa migração da cultura assistencialista para a cultura empresarial” (BAHIAMIDO S.A., 2014). A fala do presidente está em consonância com o plano de carreira do cooperado, ou seja, HDN e RP estão cumprindo as etapas necessárias para atingir o estágio de perpetuidade como agricultores profissionais.

Outro ponto importante para a “criação” de um modelo de cooperado foi o prêmio recebido por HDN: “Os Destaques do Agronegócio da Bahia – Prêmio 2013”, na categoria mandiocultura²¹¹. Durante a premiação, HDN concedeu entrevista ao Jornal A Tarde e afirmou “Este ano, a nossa produção foi de 24 toneladas por hectare, enquanto que a média no município é de 12 a 15 hectares. Então, posso dizer que com as novas formas técnicas utilizadas, tivemos um ótimo resultado”²¹² (LESSA & RAMOS, 2013).

O cooperado HDN é um caso interessante de ser observado. Fez o curso de tratorista (2012-2013). Foi o primeiro a comprar um trator (2012). Foi “eleito” Diretor Técnico da COOPAMIDO (2013-2017). Recebeu a premiação de principal produtor de mandioca da Bahia (2013). Além disso, está entre os cooperados que dobraram a produtividade na lavoura da mandioca em Laje. Em nota publicada na página eletrônica da CEA ele comenta sua experiência do seguinte modo

Apreendi muitas formas de cultivo. Na região não tínhamos acesso a essas técnicas. Vizinhos se tornaram cooperados com o meu exemplo. Quando não estou na roça, estou no trator. A colheita mecanizada facilita, pois não é preciso força para retirar a mandioca

²¹⁰ Registra-se, portanto, que a “Cooperativa” tem uma estreita relação com a Tratormaster, o que se estende para outras empresas que fornecem o pacote de alta tecnologia, como Asa Implementos, Forquímica, Monsanto e Syngenta. Não é exagero afirmar que a COOPAMIDO, como diria Novaes (1981, p. 42), atua como “canal de penetração de insumos de grandes empresas”.

²¹¹ O prêmio “Destaques do Agronegócio”, criado em 2009, tem o objetivo de motivar os produtores e empresas a produzirem com qualidade, competitividade, produtividade, equilíbrio ambiental e responsabilidade social. Em 2013, a premiação que estava na quinta edição, fez parte da programação da 26ª Feira Nacional de Agropecuária, realizada Parque de Exposição em Salvador (LESSA & RAMOS, 2013).

²¹² A produtividade pode aumentar ainda mais, basta notar que, em 2008, os alunos da CFR-PTN já produziam 25 ton/ha, chegando a picos de 45 ton/ha. Esse aumento só foi possível graças aos projetos da Fundação Odebrecht, pois em 2004, a produção na forma convencional naquele município era de 8 ton/ha (BAHIA, 2008).

da terra. Minha vida mudou. Para o futuro, espero melhorar cada vez mais. Tenho o sonho de ampliar a área e continuar plantando mandioca para entregar à Cooperativa (BAHIAMIDO S.A., 2014)

As colocações de HDN são pontos-chave. Está em seus planos permanecer na COOPAMIDO e ampliar sua gleba, que já é de 12 ha. Enquanto isso, em abril de 2012, a área destinada para 76% dos cooperados variava entre 5 a 6 ha (NAC, 2012). Outrossim para o cooperado que, é uma referência, não é preciso ter a posse da terra. O mais importante é o acesso a técnica e a tecnologia.

Além disso, HDN reconhece sua capacidade de atrair outros cooperados. Se cooperaram por influência de HDN, o seu irmão (PDN), a sua cunhada, que nos concedeu a Entrevista 11, e o irmão dela (ASS), os três da comunidade de Sobradinho (TRABALHO DE CAMPO, JULHO DE 2014). HDN vive em Cruzeiro, comunidade que melhor representa a forma de alta tecnologia. São da comunidade de Cruzeiro, o presidente da COOPAMIDO, JSS, e o cooperado RP (BAHIAMIDO S.A., 2014).

Também são da comunidade de Cruzeiro os cooperados RJA, RJJS e RS. Para RJA, alocado na Fazenda Novo Horizonte Sede e membro do Conselho Fiscal da “Cooperativa” em 2012, o ingresso na COOPAMIDO mudou sua vida. Segundo o jovem, que tem apenas 22 anos, “Antes trabalhava nas poucas terras existentes como meeiro e ganhava muito pouco. Era difícil conseguir a feira do final de semana. Hoje temos a vantagem de trabalhar para nós mesmos e garantir boa produção e aumento do lucro” (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2013; BAHIAMIDO, S.A., 2014).

Já para RJJS, associado à “Cooperativa” desde 2010, “Quero trabalhar na minha terra, tornar-me um empresário rural. Meu sonho sempre esteve aqui (...) Nunca pensei que fosse possível o plantio de mandioca com o uso de máquinas” (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2011b). Enquanto isso, as expectativas de RS, que se associou em 2011, é “continuar trabalhando para comprar um trator” (BAHIAMIDO S.A., 2014).

A partir desses relatos identifica-se que os cooperados reproduzem o discurso dominante de mecanização (RS), mas deixam claro a importância da questão agrária. Seja pelo reconhecimento de que a terra é aquilo que Porto-Goncalves (2001) chamou de “bem oligárquico”, ou seja, é para poucos (RJA) ou através do desejo de ter a posse desse meio de produção (RJJS).

Como Elmo Schneider, já havia alertado, quando uma cooperativa é criada “são as condições estruturais concretas que determinam, na sua maior parte, a natureza e

do seu funcionamento”. Isso ajuda a entender o motivo pelo qual HDN se tornou um modelo a ser seguido e Cruzeiro a comunidade que mais se aproxima da forma de alta tecnologia. A COOPAMIDO acabou reproduzindo, e até reforçando, seu papel de liderança naquela comunidade na medida em que acabou fazendo uma “intervenção claramente seletiva (...) e carreando os benéficos da mudança para os segmentos mais bem situados dentro do sistema de estratificação social rural” (SCHNEIDER, 1981, p. 26; 28).

Essa relação assimétrica (RIOS, 1973; SCHNEIDER, 1981) entre os cooperados também é fruto do modo como a COOPAMIDO foi criada: de cima para baixo, o que tem total relação com a forma como o cooperativismo foi implantado no país, ou seja, atrelada à existência de uma pessoa que comanda, o “dono da Cooperativa” (RIOS, 1973).

É com cautela que a comunidade observa os casos de sucesso, como o de HDN. Na opinião da liderança que concedeu a Entrevista 19, e que fazia parte do Colegiado do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, o sucesso dos cooperados vinculados ao “Projeto Aliança Cooperativa do Amido” é algo misterioso

Tem, tem algumas pessoas, nem todo mundo, mas tem algumas pessoas, acho que eles escolhem. Pra mim é como aquele negócio de Sílvio Santos: quem quer dinheiro? Quem quer dinheiro? O *big brother* quando você entra não tá escolhido quem vai ganhar? Quem vai ganhar, por que cada pessoa do *big brother* aquilo que acontece já foi: você é pra ser isso, você vai ser aquilo, você vai ser aquilo. Aí já tá cada um já sabe, o seu papel lá dentro já existe e a gente fica cá se acabando achando que tudo aquilo é por acaso, não é. Pra mim lá entre eles já tem a escolha, 4 ou 5 dessas pessoas eu vou melhorar a vida e os outros vai se lascar pra melhorar a vida de 4 ou 5. Eu acho que é assim. Eu acho que é assim, pra mim já tá escolhido a dedo as pessoas (TRABALHO DE CAMPO, MARÇO DE 2014).

Em complemento a essa discussão sobre o sucesso dos cooperados, vale apresentar a opinião do agricultor que concedeu a Entrevista 5 e que é da comunidade de Ceasa. Para o agricultor, tem muita gente se cooperando na COOPAMIDO, mas ele desconhece os casos de cooperados que contem alguma vantagem em termos financeiros

Eu não vi ninguém dizer: eu ganhei dinheiro no fim da produção. O dinheiro que ele ganha é a diária. Aí quando é no fim da produção eles tira o amido, vende, deu x aí vai pagar o banco, se deu lucro, beleza,

mas até aqui eu nunca vi ninguém contar vantagem, eu só vi dizer: fiquei devendo, vou plantar outra roça, viu? Eu só vi falar isso: fiquei devendo (TRABALHO DE CAMPO, MARÇO DE 2014).

Muito pior do que a falta de lucro no final do ciclo agrícola é ficar devendo para o Banco, o que já começa a acontecer. Essa é a mensagem passada na Entrevista 23 com um agricultor da comunidade de Outeiro. Para ele, a COOPAMIDO

(...) fez foi tipo um golpe porque mostraram que era fácil ganhar dinheiro. Com os prejuízos, muitos cooperados resolveram sair da Cooperativa. Os funcionários da COOPAMIDO então disseram que quitariam a dívida com o Banco. Mais o Banco tá é procurando saber quem é os cooperado que tem débito no PRONAF (TRABALHO DE CAMPO, ABRIL DE 2017).

A falta de sucesso de alguns cooperados remete a discussão sobre a “visão apologética do cooperativismo” (LOUREIRO, 1981) ou o mito do cooperativismo (FABRINI, 2002). O fato de existir uma “Cooperativa” dos produtores de mandioca não significa automaticamente melhorias nas condições de vida nem a solução para todos os problemas. No caso em apreço demonstra, também, os limites do discurso de inclusão social.

5.2.4.3 A formação política do capital e a participação dos cooperados nos processos decisórios

Os cooperados foram formados, concomitantemente, para lidar com a produção industrial de mandioca e para incorporar a ideologia do capital. Nesse sentido, a formação deveria ser muito mais profunda do que, simplesmente, ter acesso e aprender a operar objetos técnicos, como um trator, ou aplicar agroquímicos. Este objetivo se efetivou em duas frentes: a sindicalização e a promoção de reuniões e assembleias.

No momento da integração à COOPAMIDO, os camponeses eram orientados a realizar a filiação sindical²¹³. Como em Laje só existe o Sindicato da Agricultura Familiar, a solução foi orientar os cooperados a filiare-se no Sindicato dos

²¹³ É importante registrar que os membros de uma cooperativa não têm obrigação de realizar contribuição sindical “pelo fato de a natureza organizacional cooperativa ter caráter civil” e, por isso, “permitir que o associado contribua para a Previdência Social como pessoa física, conforme o Art. 4 do decreto 611/92 da Regulamentação da Contribuição Previdenciária de Autônomos” (SILVA, 2007, p. 84).

Produtores e Empregadores Rurais de Santo Antônio de Jesus²¹⁴. Na medida em que ingressavam neste Sindicato Patronal, os cooperados fortaleciam os vínculos com a ideologia política do capitalismo agrário, seja pela filiação em si ou pela participação nos cursos organizados pelo mesmo em parceria com a CNA e o SENAR²¹⁵.

Isso ajuda a explicar, por exemplo, o baixo percentual de cooperados filiados ao SINTRAF. Em pesquisa realizada pelo NAC, dos 78 cooperados consultados, apenas 5 cooperados (6%) eram filiados ao Sindicato da Agricultura Familiar de Laje. Enquanto isso, 38 cooperados (49%) não participavam de nenhuma organização e 35 cooperados (45%) participavam apenas de associação comunitária (NAC, 2012).

A falta de identificação entre a COOPAMIDO e o movimento sindical da agricultura familiar foi notado pela comunidade lajista. Segundo o agricultor que concedeu a Entrevista 5, quando a “Cooperativa” “chegou” ao município, o contato foi feito com a Prefeitura e com Associações, o Sindicato não foi “chamado”

Eles quando vieram eles procuraram prefeitura e associação, não o sindicato, quando ele se apoiou, começaram a andar sozinho... começaram com um aqui outro ali, convidando, a prefeitura que dava apoio a eles... o prefeito disse que foi ele que trouxe... e depois a gente viu que não tinha nada a ver com a prefeitura (...) O que eu conheço aqui, o que eu conheço aqui é que ninguém, que tá trabalhando lá, alguns são sindicalizados, outros não, ele não orienta. Inclusive, tem gente que diz: precisa de Sindicato pra que? né, pra que Sindicato? Então quando acontece um acidente com essas pessoas, que é que vai se fazer? né? Tão trabalhando lá clandestinamente, na verdade é isso aí e eles não têm vínculo nenhum com o cooperado. O cooperado só faz tomar o dinheiro no banco (TRABALHO DE CAMPO, MARÇO DE 2014).

Outro aspecto fundamental se refere a participação e ao engajamento dos cooperados nos processos decisórios. A COOPAMIDO sempre promoveu diversas reuniões e assembleias. Nas reuniões, de modo geral, são discutidas questões relacionadas ao crédito, procedimentos no plantio, planejamento e período da colheita, avaliação da safra, etc. (TRABALHO DE CAMPO, JUNHO DE 2013). Já nas

²¹⁴ Sua criação se deu com a formação de uma “Junta Governativa” presidida por ZMFM. Este lançou o edital de convocação para assembleia geral em julho de 2011 (BRASIL, 2011a).

²¹⁵ Não é demasiado lembrar que a CNA é uma entidade de representação do sistema sindical do patronato rural. Portanto, é uma “multiorganização” que reúne as frações da classe dominante no campo. Ela agrega “os empregadores rurais e todos os proprietários de terras que estejam acima da dimensão do módulo rural estabelecido para a sua região” (BRUNO, 2010, p. 521-524). O SENAR, por sua vez, é considerado o operador de “políticas públicas de formação dos camponeses” (CAMACHO, 2013, p. 349) na perspectiva político-ideológico do capitalismo agrário.

assembleias, são tomadas decisões referentes a aprovação dos relatórios financeiros, emissão de notas fiscais, expansão/redução da área de produção, envolvimento das unidades-família, compra de insumos, remuneração da diretoria, fundo de reserva, eleições da diretoria e do conselho fiscal, aprovação do regimento interno e reforma do estatuto, dentre outros (BAHIAMIDO, S.A., 2013, 2014).

Com base no trabalho de campo, e na apreciação das notas publicadas na página eletrônica da Cooperativa Estratégica do Amido, verifica-se que tanto nas assembleias quanto nas reuniões da COOPAMIDO, sempre prevalecia o consenso. Os cooperados apenas aprovavam sem ressalvas aquilo que, como diria Singer (2002, p. 20), os “círculos seletos de responsáveis” (leia-se técnicos agrícolas e a Diretoria) estavam sugerindo. Esse tipo de situação não é uma novidade (LOUREIRO, 1981; PRATA, 1994). Pesquisadores, como Loureiro (1981, p. 148), já concluíram que em outras cooperativas os associados tomavam as decisões, mas efetivamente as pautas eram “decididas pela diretoria e apenas referendadas por aquela Assembleia”.

É importante ilustrar, por exemplo, o envolvimento dos lavradores do complexo agroindustrial da família Odebrecht, na Serra da Pipoca, com a Associação Pró-Lago. Esta Associação, que assumia o mesmo papel atualmente exercido pela COOPAMIDO, foi uma organização criada “pelas necessidades de gerenciamento e administração do Projeto, que, embora tivesse sido discutida a sua criação com a comunidade envolvida, não nasceu por iniciativa destes últimos, sendo, portanto residual a sua participação até o momento”. Ainda segundo o autora, “após dois anos de funcionamento do projeto (...) apenas figuram no Conselho de Administração alguns produtores que têm tido uma atuação mais dinâmica no projeto e maior entrosamento com os técnicos. Os que de fato gerenciam a Pró-Lago são estes últimos” (PRATA, 1994, p. 47-48).

A situação relatada por Prata (1994), acerca da primeira fase de territorialização dos projetos da Fundação Odebrecht no campo baiano, não diverge do que sempre ocorreu na CEA. Além da centralização das decisões pelo grupo (diretoria) dominante, é importante registrar a falta de compreensão de alguns cooperados sobre a Aliança Estratégica do Amido²¹⁶. A entrevista com uma cooperada

²¹⁶ Observa-se, ainda, a permanência de um mesmo grupo na Diretoria da COOPAMIDO. O primeiro presidente da COOPAMIDO foi JG (2009-2010), cujo mandato encerraria em 2013. Em 2010, não se sabe ao certo por qual motivo, esse senhor “acabou se desligando” da “Cooperativa”. O sucessor foi JSS (2010-2013), escolhido como segundo presidente da “Cooperativa” durante uma Assembleia na qual o “pessoal achou por consenso” que ele deveria “assumir” a “Cooperativa” até ser realizada a

e uma ex-cooperada, que se consideravam muito ativas, ratificam essas observações e demonstram a fragilidade da formação para o cooperativismo promovida pela COOPAMIDO. Segundo a ex-cooperada que concedeu a Entrevista 14

Eu não saía de dentro da COOPAMIDO não. Todo dia eu tava lá. Todo dia eu tava lá, e aí? Reunião direto uma coisa que não tinha nada a ver eu ia. Debate do SEBRAE, tudo eu participava lá. Era um dia de reunião eu almoçava lá, até curso de tratorista eu tomei lá. Reunião, ah, se tinha! Tinha toda semana [ao ser questionada sobre a postura dos demais cooperados ela disse] Nada! (...). Eu perguntava algumas coisa, resmungavam lá e não respondia (...). Parece que (...) eles botam um negócio na boca da gente e parece que quando a gente chega lá fica lerdo, se beber uma água lá fica lerdo, fica lerdo que eu mesmo... nem me dei conta. Fui cooperada um ano ali com mais de 600 reunião que a gente ia nunca me responderam quanto é que era o preço do amido ali dentro (TRABALHO DE CAMPO, MAIO DE 2014).

Apesar da postura participativa, a ex-cooperada que concedeu a Entrevista 14 não sabia acerca de várias questões que lhe foram propostas. A ex-cooperada desconhecia o “relatório de acompanhamento das raízes”, referente a sua produção individual; o “Programa de Ação do Cooperado”, formulário onde cada cooperado poderia acompanhar e controlar, junto com a assistência técnica, os recursos destinados ao cultivo da lavoura; não teve acesso ao Estatuto Social e o Regimento da “Cooperativa”; não sabia o que era o fundo de reserva, o que era o NAC tampouco o IPHA (TRABALHO DE CAMPO, MAIO DE 2014). Não obstante, o Regimento Interno da COOPAMIDO determine que “o associado será esclarecido, à época de sua admissão, do Estatuto da “Cooperativa” e do Regimento Interno, devendo estar consciente de seus direitos e deveres” (COOPAMIDO, 2011b/Regimento Interno: Capítulo IV, Artigo 13º, Parágrafo 1º).

Outro indício de que a participação é mais para “cumprir tabela” do que para formar, fica perceptível nas colocações da cooperada que concedeu a Entrevista 11. A entrevistada enfatizou “Se eu vou pra reunião. Pode perguntar. Eu tô lá dentro, eu sei das coisas!”. Questionada sobre o que seria a Aliança “Cooperativa” do Amido, ela responde: “Aliança como? Eu quero que te me explique direito, Aliança? É que eu vou pra reunião, agora esse nome ele não fala não. Eu sou cooperada de lá, é

eleição (TRABALHO DE CAMPO, JUNHO DE 2013). Atualmente, a COOPAMIDO está sendo gerida por JSS (presidente), JS (Diretor Comercial ou Financeiro) e HDN (Diretor Técnico). Essa diretoria (2013-2017) foi eleita “sem ressalvas” após apresentação da chapa única pela comissão eleitoral (TRABALHO DE CAMPO, JUNHO DE 2013).

COOPAMIDO. Lá, a gente em uma, uma, que nem tu falou aí? Como é o nome? Uma “Cooperativa”, né é isso? (TRABALHO DE CAMPO, JULHO DE 2014).

As entrevistas são mais um indicativo de que a COOPAMIDO não atende a contento os princípios cooperativistas de “gestão democrática pelos associados” e de “autonomia e independência” (PINHO, 1973; FABRINI, 2002; OCB, 2015) originalmente propostos pela Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, considerada a “mãe” de todas as cooperativas (PINHO, 1966, 1973; SCHNEIDER, 1981; FABRINI, 2002; SINGER, 2002; PAULINO, 2003; LORENZO, 2012; REYES & HARNECKER, 2012).

Embora disfarçada de uma “Cooperativa” autogestionária, já que tem promovido a formação, a sindicalização, o diálogo e a participação dos seus membros em reuniões e assembleias, a COOPAMIDO é gerida pela heterogestão²¹⁷. Para Singer (2002, p. 16-17), a heterogestão ocorre quando há uma “administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre as quais informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo” (SINGER, 2002, p. 16-17).

Uma evidência de que na COOPAMIDO “as ordens e instruções [fluem] de cima para baixo”, se refere ao desconhecimento das despesas dos cooperados durante o ciclo agrícola. Nas reuniões, até se apresenta a composição dos custos de produção de mandioca. Mas, isso é feito de modo genérico. Basicamente são informados os valores de cada etapa do fluxograma e quão rentável será a lavoura se colhida com 12 ou 24 meses. Porém, as despesas individuais somente são apresentadas após o fim do ciclo. Resta aos cooperados a sorte de obter um saldo positivo.

Isso demonstra a falta de autonomia dos cooperados, o que está na contramão do sistema cooperativista no sentido de que uma cooperativa deve assegurar a eliminação da relação empregado-empregador, visto que o cooperado é o “próprio dono da associação” o que permite que os “próprios associados exerçam a direção e a fiscalização da “Cooperativa” (SILVA, 2007, 81).

²¹⁷ A autogestão ocorre quando uma instituição é administrada democraticamente. Na prática, significa que as decisões são tomadas por assembleia ou por representantes (delegados) eleitos para deliberar em nome de todos. Isso não quer dizer que não exista hierarquia. Na verdade, “as ordens e instruções devem fluir baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo” (SINGER, 2002, p. 18).

A contabilidade das despesas (financiamento PRONAF + aluguel da terra + agroquímicos + aluguel maquinários + compra de manivas + trabalhadores subcontratados + fretes para o transporte das raízes + assistência técnica + taxa de administração da “Cooperativa”) só é divulgada após a entrega da raiz à BAHIAMIDO. É, portanto, nesse momento que a “Cooperativa” retira, por mecanismos formais, como diria Cavendish (1981), todo o excedente produzido pelo cooperado, o que não se constitui como uma novidade no processo de expropriação camponesa.

Deduzidos os custos, o cooperado saberá do lucro ou do prejuízo. Segundo a ex-cooperada que concedeu a Entrevista 14, da comunidade de Outeiro, ao ingressar na “Cooperativa” ela foi instruída sobre como lidar com a gleba, mas não sabia acerca dos custos. Na medida em que ia trabalhando ela ia assinando os laudos técnicos sem se dá conta do montante dos gastos até a prestação de contas. Como ela mesmo relata

Ela falou você vai pegar 5 ha de terra que dá 11,5 ou é 12 tarefa, né? Aí eu digo certo. E aí você vai a partir disso aí, essa roça que a gente vai lhe dá é sua. Você vai cuidar e você vai, no final do... você vai chegar e vai ter seus, seus trabalhadores, você vai ir na roça todos os, quer dizer, toda semana, no mês. Toda semana você tem que cuidar da roça como se fosse... no seu terreno. Tudo bem e eu naquela empolgação menina (...). Diziam assim: a [fulana] tu não precisa trabalhar não tu só vai rancar uma folhinha aqui, outra ali, só mandando todo mundo trabalhar (...). Então seu nome já tá ali e aí você que vai pagar pra fazer aquela terra toda, é dos 18 mil que você paga ali tudo. Quando você... e você não vai ficar sabendo, você só fica sabendo no final: aqui foi a preparação do solo. E a gente: que solo? Ah, aonde você plantou a roça (...) Dos 18 mil lá eles usaram trator, usaram hora-extra, usaram tudo, maniva. Usaram tudo que eles quis usar (TRABALHO DE CAMPO, MAIO DE 2014).

Ao fim e ao cabo, a Entrevistada 14 trabalhou 18 meses e obteve o saldo de R\$ 345,00. Por isso, ela sintetiza seu ingresso na “Cooperativa” do seguinte modo “Eu me enforquei com 18, me enforquei com 18 anos”. Além do saldo irrisório, outro inconveniente foi a forma como o resultado foi dado. Normalmente, o contato entre os cooperados, a Diretoria e os colaboradores ocorre em espaços coletivos como as reuniões e assembleias. Mas, o momento da prestação de contas é feito individualmente. A ex-cooperada que concedeu a Entrevista 14 relatou, o momento em que ela e os demais 18 cooperados alocados na Fazenda Novo Horizonte I foram saber o resultado da lavoura

Foi um de cada vez, é naquela sala que eles faz reunião. Toda hora um! 19... e fechava a porta. Aí eles dois lá dentro, M..., J... não tava não. Foi M...e esse S... Aí ele falou assim [ela baixa o tom da voz] você ficou com num sei que, num sei que, baixinho com a gente: Isso aqui seu foi gasto (...) Fiquei com R\$ 345,00 (...). Aí ela fez mesmo assim ó: pegue esses R\$ 345,00 e faça um churrasco pra gente agora de noite. Falou mesmo assim! Eu disse: ainda vocês faz resenha de mim, né? Eu falei assim, peguei, o, o, papel que eles me deram (...) Mas assim, eu não entendo...ninguém, 19 cooperado... eu conversei com 18... ninguém ficou com nada (...).

Aí eu fiquei decepcionada. Hoje mesmo se alguém (...) dissesse ó fulana eu quero que tu, hoje venha pra ser o melhor cargo na COOPAMIDO eu não quero. Eu não quero que eu me decepcionei... porque a gente viu pessoas ficar com menos tonelada ficar com R\$ 6 mil e eu que fiquei com 114 tonelada fiquei com R\$ 345,00. Um ano de trabalho. Aí eu não, eu me decepcionei. E de 19 cooperado eu que fiquei com R\$ 345,00 e o resto ficou com R\$ 2,00, ficou com R\$ 4,00, ficou com R\$ 50,00 e outros ficou devendo. Foi!

Um menino saiu dizendo assim eu fiquei devendo R\$ 5 mil que ele mora lá na minha região. Ele disse assim: o fulana, eu vou me cooperar de novo. Eu digo é mesmo? Ele diz: é! Agora eu vou ser mais esperto. Eu digo então vá lá. Aí ele falou que ele, ele ia pagar esse dinheiro, R\$ 5 mil... ele ia pagar em parcelas que ele ia ficar (...) E eu te falo, se eu fosse, se eu ficasse com R\$ 50 mil de lucro eu não ficaria cooperada... porque é horrível (TRABALHO DE CAMPO, MAIO DE 2014).

Existe um ponto de vista que explica a falta de sucesso ao fim do ciclo agrícola. Para os técnicos agrícolas da COOPAMIDO, assim como, para alguns cooperados, o saldo negativo no final da produção deriva da falta de cuidados com a lavoura. A cooperada que concedeu a Entrevista 11 compartilha esse ponto de vista e emite sua opinião

Tem gente que pega, gasta o dinheiro todo, não cuida da roça aí elas toma. Elas toma a roça, fica pra elas cuidar. Por que como é a que a pessoa faz de tudo pela pessoa, a pessoa vai lá: ah eu trabalhei 5 dias 10 dias e nunca foi na roça, só comendo dinheiro, comendo dinheiro. E aí? Quando chega cá a roça perdida no mato, vai ter como? Não tem resultado. Esse G... [cooperado que vive próximo à sua casa, na comunidade de Sobradinho] aí, esse daí é um desses que já vieram tomar a roça várias vezes e tudo. Ele tá cooperado ainda (...) Aí é direto reclamando, as meninas dá em cima pra ele cuidar da roça (TRABALHO DE CAMPO, JULHO DE 2014).

De todo modo foi possível ter uma noção de quanto custa a produção na forma de alta tecnologia. No *folder* distribuído com o fluxograma agrícola da COOPAMIDO existe uma tabela com a “composição do custo de produção de 1 tonelada de raiz de mandioca com emprego de alta tecnologia”. Porém, as informações aparecem em

tonelada. Observando que em Laje, na safra 2015, o rendimento foi de 16,2 t/ha foi feito o cálculo das despesas, conforme Tabela 25.

Tabela 25 – Custos da forma de alta tecnologia de plantar mandioca em 1 hectare:

Fase	Custo 1 tonelada (R\$)	Custo 1 hectare* (R\$)
Preparo de solo	20,39	330,31
Plantio	48,90	792,18
Tratos culturais	46,63	755,40
Colheita	50,98	825,87
Administração	13,42	217,40
Total	180,32	2.921,16

*Calculado com base no rendimento médio da safra 2015.

FONTE: Semana Eco Mani (2014) (adaptado).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Constata-se que na composição do custo não “aparece” o financiamento do PRONAF e o arrendamento. Também não fica claro a natureza das despesas em cada fase, ou seja, se está embutido o aluguel dos maquinários, o uso de insumos, a compra de manivas, a remuneração dos diaristas e dos outros profissionais responsáveis pela lavoura, o transporte das raízes e a assistência técnica. Do que foi explicitado é possível comparar as despesas com o plantio de mandioca da forma de alta tecnologia com as formas convencionais existentes em Laje, conforme Tabela 26.

Tabela 26 – Comparativo das despesas na produção de mandioca para 1 hectare de área cultivada:

Fase	Forma Familiar	Forma comercial	Forma de alta tecnologia
Preparo de solo	600,00	570,00	330,31
Plantio	1.070,00	1.800,00	792,18
Tratos culturais	--	1.874,00	755,40
Colheita	--	750,00	825,87
Administração	--	--	217,40
Total	1.670,00	4.994,00	2.921,16

FONTE: Semana Eco Mani (2014); Trabalho de campo (2017).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Constata-se que as despesas na produção de mandioca para 1 hectare de área cultivada, tem menor custo na forma familiar (R\$ 1.670,00). Mas, como já foi abordado, essa forma não costuma contabilizar a força de trabalho nas fases do plantio, já que essas tarefas são assumidas família ou, em alguns casos, pela ajuda dos parentes e vizinhos. Já a forma de alta tecnologia, tem-se um valor de R\$ 2.921,16, mas não se sabe ao certo quais os componentes desse custo, além disso, não se sabe a margem

de lucro dos cooperados, nem eles sabem. Já a forma comercial apresenta praticamente o dobro das despesas se comprado as outras formas (R\$ 4.994,00). Contudo, nessa forma comercial parte dos custos estão superestimados, mas, ao menos, se tem uma noção dessa especificidade, enquanto a forma de alta tecnologia é uma incógnita. Ademais, não se pode esquecer que as formas de produção têm objetivos e finalidades distintas (Quaro 13). Além disso, o lucro advindo da realização da mercadoria também é diferenciado, sem contar que o amido tem um valor agregado incompatível com a produção das formas convencionais.

5.2.4.4 PRONAF, o financiador da COOPAMIDO

A dinâmica da COOPAMIDO só é possível graças aos seus apoiadores, especialmente os órgãos e as três instâncias do Estado. A COOPAMIDO é responsável por tudo que for necessário para a lavoura do cooperado. Desse modo, a “Cooperativa” se encarrega de:

- a) Promover reunião com cooperados, membros da Superintendência do Banco do Brasil e gerentes das agências bancárias dos municípios da área de atuação da CEA, para providenciar a abertura da conta corrente e a captar recursos para viabilizar a produção;
- b) Solicitar a presença de servidor da CEPLAC na sede da COOPAMIDO para emitir a Declaração de Aptidão ao PRONAF dos cooperados;
- c) Convidar representantes do Instituto Direito e Cidadania para emitir documentos pessoais dos cooperados, como a carteira de identidade;
- d) Providenciar o arrendamento da terra, o ingresso do cooperado em entidade de classe, fornece agroquímicos, maquinários, assistência técnica e veículos. Por todos esses serviços, a COOPAMIDO cobra uma taxa de administração²¹⁸.

²¹⁸ Segundo um dos colaboradores da COOPAMIDO que concedeu a Entrevista 12 “A gente cobra o serviço, tipo ele usou a máquina a hora da máquina é R\$ 20,00 ele vai pagar, ele cobre a máquina, mas o lucro é dele. Ele só entra mesmo com a mão de obra dele e o pouquinho que precisa o resto quem dá tudo é a gente, as máquinas e os insumos. Aí a gente que coloca e eles pagam a “Cooperativa”. Plantadeira, caminhão que carrega, o trator que faz subsolagem, que corta a terra, cada um varia preço, varia de implemento, a plantadeira é um valor o que faz subsolagem pode ser outro (...) aí ele paga isso por hora, varia. Varia de trator também, viu? (...)” (TRABALHO DE CAMPO, OUTUBRO DE 2013).

Essa situação fica mais complexa na medida em que o capital de giro da COOPAMIDO é oriundo do PRONAF. Isso significa que a “Cooperativa” está fomentando indiretamente a produção dos camponeses com um recurso público. Mas, esse fomento é para viabilizar sua própria produção e, se não fosse assim, a produção industrial de mandioca ficaria muito cara e, provavelmente, o projeto de geração de trabalho e renda não existiria. Por outro lado, ao invés do camponês pegar o recurso para plantar do seu jeito, ele está plantando como manda a “Cooperativa”²¹⁹. Isso é um desvio de função.

O valor do financiamento do PRONAF é proporcional ao tamanho da gleba, sempre seguindo a seguinte relação: R\$ 3 mil por cada hectare de terra destinada ao cooperado. De modo geral, a concessão dos recursos não ultrapassa R\$ 20 mil, ou seja, cada gleba tem entre 5 e 6 ha (TRABALHO DE CAMPO, JUNHO DE 2012). Como o recurso fica sob os cuidados da “Cooperativa”, o cooperado, que possui um cartão magnético da conta, só retira algum montante com a ordem de serviço emitida pelo técnico agrícola que supervisiona sua gleba. Há evidências do aumento no repasse do PRONAF em Laje após a chegada da “Cooperativa”. Entre 2000-2010, em média, foram feitos 761 contratos do PRONAF por ano num valor de R\$ 1.392,00. Entre 2011-2014, em média, foram feitos 1.307 contratos do PRONAF num valor de R\$ 8.032,67 (SAF-MDA *apud* e-SIC, 2014).

Para acessar a política pública, os cooperados precisam da DAP, instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas. Esse ponto é interessante, pois na perspectiva da COOPAMIDO, o camponês ao se cooperar se torna um produtor, ou melhor, um agricultor profissional. Mas, quando é conveniente para a “Cooperativa” o cooperado pode se qualificar como um agricultor familiar e usufruir das ações asseguradas na Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais como, por exemplo, o PRONAF e o SIPAF.

Contudo, os cooperados já identificaram um inconveniente no acesso ao PRONAF. Para financiar os valores compatíveis com o tamanho médio das glebas (em torno de R\$ 20 mil), alguns cooperados declaram uma renda fantasiosa²²⁰. Alguns, inclusive, não tem uma moradia com padrões mínimos de sustentabilidade,

²¹⁹ O cooperado que desviar os recursos do PRONAF, para atividades produtivas que não sejam da “Cooperativa” está passível de “eliminação” (COOPAMIDO, 2011a; 2011b).

²²⁰ É importante recordar que quando o camponês ingressa na COOPAMIDO ele é um excluído e, como tal, tem “renda de até 1 salário mínimo” e “tem restrição ao acesso ao crédito” (SEMANA ECO MANI, 2014).

segurança e habitabilidade, itens considerados uma prioridade na política habitacional. Por isso, alguns cooperados recorreram ao Programa Nacional de Habitação Rural através do SINTRAF. O PNHR é destinado aos agricultores familiares, desde que com renda familiar bruta anual máxima de R\$ 15 mil. Quando um cooperado declara na DAP que sua renda é de R\$ 20 mil ele não pode pleitear o PNHR. Diante dessa situação, JNB, coordenadora do SINTRAF à época (2009-2016), comentou o seguinte

Esses empréstimos que os agricultores fazem, os cooperados..., pra pegar um empréstimo coloca uma renda alta quando na verdade a pessoa não tem. A gente tem casos de agricultor, ele necessitava de uma casa, acabou... não entrou no projeto de habitação rural porque a renda dele estava superior a 15 mil reais e a gente sabe, né? Pra tá dentro do projeto de habitação rural a renda é até 15 mil. Ele não tinha essa renda, mas, aí... já tava registrado, ele fez empréstimo e tudo e não pôde. Perdeu a casa por conta de uma mentira, né? (TRABALHO DE CAMPO, FEVEREIRO DE 2014).

Dentre os cooperados que declararam uma renda “fictícia”, estava a Entrevistada 14. Aos 18 anos a jovem ingressou na “Cooperativa” como diarista. Posteriormente, se tornou uma cooperada. Como já mencionado, desiludida com o saldo de R\$ 345,00 após 18 meses de trabalho, a jovem resolveu abandonar a COOPAMIDO. Como ela se casou, não tinha casa própria e era sindicalizada, resolveu pleitear uma unidade habitacional do PNHR via FETRAF-SINTRAF Laje. Ela só não lembrava de um detalhe: sua DAP era de R\$ 3 mil e aumentou para R\$ 18 mil quando entrou na “Cooperativa”. A Entrevistada 14 relata sua situação do seguinte modo

Eu tinha uma DAP que eu fiz com, com D..., fiz com D.... Foi de R\$ 3 mil que eu ia tirar ainda esse dinheiro pra minha avó criar galinha que, o, a gente faz pra isso, né? (...) Quando chega, quando a gente chegou na COOPAMIDO, D... tava lá. Ele falou: quem fez essa DAP foi eu, não foi? Eu disse: foi! Não serve mais não, que agora tem que ser de R\$ 18 mil. Tava lá dentro, fez lá de todo mundo, de todo mundo (...). Aconteceu que eu ganhei a casa do Sindicato e, eu tô com medo de não vim por causa dos 18 mil, viu? Dos 18 mil, viu? Porque se encrencar os 18 mil lá, eu tenho que ir na COOPAMIDO. Eu tô esperando porque assim, aí gente, se eu perder essa casa [em tom de raiva] por causa daquela... olha eu não sei não (...) Não sei nem o que eu faço naquela COOPAMIDO não (...) Eu vou lá sabe porque eu tenho medo de perder minha casa, minha casa no valor de R\$ 30 mil ou mais (TRABALHO DE CAMPO, MAIO DE 2014).

Durante a entrevista, já havia fortes indícios de que a ex-cooperada não poderia ser beneficiada. Com o *impeachment* da Presidenta Dilma Vana Rousseff (2011-2014 e 2015-2016), as políticas sociais deixaram de ser prioridade para o novo governante, inclusive as políticas de habitação rural e a jovem ex-cooperada não recebeu sua casa.

O relato de que em alguns casos (para não dizer na maioria) a renda dos agricultores foi fraudada para ter acesso aos R\$ 20 mil, representa claramente uma irregularidade, e quem assinou a DAP, deveria responder. É possível que uma vez que estejam dentro do projeto da Fundação Odebrecht a renda sim seja alta e tenham direito a esses R\$ 20 mil, dado que o PRONAF trabalha com renda bruta e não com renda líquida.

Outra questão é sobre a utilização de um programa que visaria fortalecer o produtor familiar para servir de capital de giro a um projeto agroindustrial de uma grande empresa. Nesse caso, o crédito deixaria o agricultor mais dependente e aumentaria sua vulnerabilidade. Há uma clara distorção na utilização do PRONAF para essa finalidade. O custo do crédito é muito baixo, mas o agricultor familiar não tem a lógica de trabalhar com esses volumes de investimento. Isso é imposição da empresa. Outra irregularidade seria o fato de que os agricultores são impedidos de administrar o crédito que tomaram e que isso corresponda a COOPAMIDO.

Todo esse processo demonstra uma contínua descaracterização e perda da autonomia do campesinato. Para os idealizadores do projeto de geração de renda, o êxito do processo de consolidação da produção industrial de mandioca através da forma de alta tecnologia será alcançado se e quando os cooperados realizarem sua produção como um agricultor profissional. Esse processo deu resultados e transformou agricultores familiares camponeses em produtores. Mas, isso não significa que o capital trouxe mudanças para os 16.121 agricultores ou agricultores em potencial que moram em uma das 46 comunidades rurais de Laje. Antes acirrou a correlação de forças ao tentar “beneficiar” pouco mais de uma centena de cooperados ao ano – já que a média do quadro social da COOPAMIDO é de 114 cooperados. Entre esses, a disputa não é menos acirrada, já que as diferenciações internas são inerentes ao modelo de competitividade do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito da Geografia Agrária, tem sido comum associar a territorialização do capital e a monopolização do território pelo capital como uma estratégia que visa o lucro, especialmente nas pesquisas que apontam a integração do campesinato à produção agrícola destinada ao beneficiamento industrial (SANTOS, 1978; SANDRONI, 1980; SORJ *et al.*, 1982; WANDERLEY, 1985; ETGES, 1991; PAULINO, 2003; CONCEIÇÃO, 2007; PERTILE, 2008; BELUSSO, 2011). Não menos importante é a conclusão de outros estudos indicando que a territorialização do capital em lavouras acessórias (como é o caso da mandiocultura) não é a regra (SCHNEIDER, 1981; MARTINS, 1983; CAMACHO, 2013).

A Tese em apreço complementa estas pesquisas e estes estudos, pois aponta outras dinâmicas. O projeto educacional e de geração de trabalho e renda é uma forma simbólica de territorialização do capital que vai além de outros casos de expansão através da integração vertical e da agroindustrialização. Nesse sentido, ele parece até mais ameaçador, por tratar de “colonizar” mentes através de ações socioeducativas. Ademais, confirmou que a territorialização do capital é possível em “lavouras secundárias”, como fez a Odebrecht na lavoura de mandioca no município de Laje, a bem da verdade que em um processo conduzido por uma Fundação.

O fato é que, além do lucro, o projeto educacional e de geração de trabalho e renda, buscava implementar uma concepção de sociedade e de campo através da consolidação da produção industrial de mandioca. Defende-se que o projeto educacional e de geração de trabalho e renda, voltado para o campesinato lajista, transformou o *hobby* e a visão de mundo do engenheiro-empresário Norberto Odebrecht em uma estratégia de *marketing* “gratuita” para as Organizações Odebrecht. Ou melh(pi)or, “sustentada” pelo Estado em suas três instâncias. Ademais, as empresas que compõem os negócios da *holding* Odebrecht S.A. vem se apropriando de terra, de água, de matérias-primas (amido) e do trabalho camponês ainda mais subordinado, porém um pouco mais qualificado no sentido de atender a lógica do capital.

Ficou evidente que para a Odebrecht não basta adentrar na esfera da produção e da reprodução do capital. É preciso controlar muito mais que isso, é preciso controlar o modo de fazer (trabalho) e o modo de pensar (educação). Tanto assim que essa multinacional consolidada no ramo da construção civil e com reconhecida “tecnologia empresarial” antecipou no país a ideia de responsabilidade social. Assim, o processo

de territorialização promovido pela Fundação no campo baiano, especialmente no campo lajista, adotou estratégias bem peculiares.

A Fundação Odebrecht – travestida de um nome fantasia, Cooperativa Estratégica do Amido, e de uma pessoa jurídica, COOPAMIDO – cooptou o campesinato e se apropriou de suas estratégias de reprodução socioespacial. A bem da verdade promovendo um conjunto relações, novas para a comunidade lajista, que podem ser consideradas como positivas, mas que, também, trouxeram novos problemas e reforçaram problemas antigos. Uma síntese desses processos é demonstrada a seguir:

- a) possibilitou que os camponeses tivessem acesso ao saber científico, estimulou a sindicalização (patronal) e promoveu a participação dos cooperados em espaços comunicativos (ainda que sempre buscando o consenso);
- b) envolveu a tríade terra-trabalho-família (unidades-família). O que foi insuficiente e exigiu a contratação de diaristas;
- c) determinou a prática do mutirão e do coletivo da terra (gleba) na produção agrícola de mandioca;
- d) encareceu o valor da diária (o que repercutiu negativamente nas casas de farinha);
- e) equiparou a remuneração dos homens e mulheres que trabalhavam como diaristas (o que provocou um conflito de gênero);
- f) construiu a imagem de cooperados-modelo (com renda alta para consumir e premiações), quando muitos não conseguiram um saldo positivo no fim do ciclo agrícola;
- g) usou o PRONAF como capital de giro para o projeto e determinou como esse recurso deveria ser usado. A renda declarada pelos cooperados no ato do financiamento, incompatível com seu modo de vida, lhes impediu de acessar outras políticas públicas, como o PAA, PNAE e PNRH. Além disso, a adesão da “Cooperativa” é uma contradição, pois ela arroga formar agricultores profissionais (leia-se produtores) e, ao mesmo tempo, recorre a políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, como o PRONAF e/ou a “permissão de uso” do Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar pelo reconhecimento no trabalho com um empreendimento da agricultura familiar.

Além do mais, o capital criou e difundiu uma utopia: a nova classe média rural. Não há nenhum mal em querer que o camponês saia da condição de excluído e ascenda a nova classe média rural como um agricultor profissional. Não há nenhum mal em si. O mal é que se aumenta a taxa de exploração, pois esse projeto para o campo não garante autonomia e aumenta a subordinação. Como diria o escritor Eduardo Galeano, a utopia está no horizonte, “*me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. ¿Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar*” (GALEANO, 2001, p. 230).

Na utopia odebrechtiana, o camponês *se acerca* do projeto educacional e de geração de trabalho e renda voltado ao cultivo de mandioca para produção de amido. *Se acerca dos pasos* ao obedecer às normas do Estatuto Social e do Regimento Interno da COOPAMIDO. *Camina diez pasos* ao seguir as orientações do fluxograma agrícola. *Por mucho que lo camine, nunca alcanzaré* cumprir todas as etapas do plano de vida e do plano de carreira, definidos pelo capital para o camponês alcançar a *utopía* da nova classe média rural.

Nesse *caminhar*, o capital consegue o mais precioso: se apropriar do trabalho camponês. Essa apropriação se dá em termos bem particulares. Através da educação pelo trabalho, o camponês adquiriu habilidades e competências para administrar a [“sua”] lavoura de mandioca usando máquinas e equipamentos, ainda que para isso ele precise recorrer ao plantio de manivas modificadas geneticamente que são (obrigatoriamente) compradas a cada ciclo (desconsiderando-se toda relação histórica de sociabilidade local). A terra, ou melhor, a garantia da conquista ou manutenção do seu espaço de vida não faz parte dessa equação. A utopia camponesa não está contemplada na utopia oferecida pelo capital, *por mucho que lo campesino camine, nunca la alcanzaré* a terra. A utopia da nova classe média rural, oferecida pelo capital, até garante o acesso à terra, desde que se pague renda em espécie e até em produto.

Mas, o capital oferece outras possibilidades aos camponeses, como trabalhar na [“sua”] lavoura com uso de maquinários e agroquímicos (bioestimulante, bloqueador de sementes, calcário, herbicida, fertilizante, fósforo) que, ao fim e ao cabo, faz cair por terra o discurso de sustentabilidade ambiental do projeto; e renda mensal de até 7 salários mínimos, o que lhe permitirá contribuir com a previdência

particular e ter um plano de saúde. Estão dadas as condições para a “melhoria na qualidade de vida” do excluído (SEMANA ECO MANI, 2014).

Vale lembrar, que a região em que Laje está situado tem as condições históricas e objetivas para demandar a reforma agrária. Ou seja, o município de Laje tem uma estrutura agrária concentrada, o que tolhia o campesinato de autonomia e favorecia que se integrassem em projetos que oferecessem trabalho constante e renda; tem uma população majoritariamente rural que se dedica ou tem potencialidade para se dedicar as atividades agrícolas, especialmente a mandiocultura; é um dos principais produtores de mandioca do estado da Bahia (e do país) com uma força de trabalho conhecedora do modo de fazer convencional nessa lavoura. Mas, ao fim e ao cabo, capital e Estado formam um conluio em prol da implementação de projeto educacional e de geração de trabalho e renda voltado ao cultivo de mandioca para produção de amido.

Esse quadro fez com que o ingresso na COOPAMIDO fosse uma das poucas oportunidades que os camponeses tinham para ter acesso a formação, a informação e ao conhecimento, não obstante o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Laje também promovesse atividades de geração de renda e de formação política. Mas, não se pode esquecer que muitos camponeses do município não partilham dos ideais e das bandeiras defendidas pelo sindicalismo rural. Esse espaço vazio de formação política foi o cenário ideal para a Fundação Odebrecht.

Por outro lado, como partidário de uma posição reformista, o SINTRAF não concebe a Cooperativa Estratégica do Amido como inimigo, mas como aliado que pode recorrer a depender das demandas. Por isso, a relação mantida com esse opositor não se dá pela busca da sua destruição, mas pela negociação, troca e barganha. Neste sentido, na posição teórica-política-ideológica do SINTRAF, assim como no discurso da Cooperativa Estratégica do Amido, prevalece uma leitura de mundo baseada no diálogo, na evolução rumo a harmonia dos opostos, ou seja, distante do conflito e da contradição.

Mas, essa posição de diálogo harmonioso está em ebulição. Algumas lideranças do SINTRAF-Laje estão mais atentas a compreensão da conflitualidade desde que ingressaram como graduandos no Curso Especial de Educação do Campo ofertado na UFRB *Campus* Amargosa. Isso significa que essas lideranças estão se familiarizando com concepções que defendem a transformação da realidade vigente,

ou, como diria Marcos Aurélio Saquet capazes de transformar o cotidiano nos seus “lugares-territórios de vida cotidiana” (SAQUET, 2015b).

É imprescindível pontuar que a intencionalidade do capital, em consolidar a produção industrial de mandioca através da forma de alta tecnologia teve limites. Nem mesmo as frações da classe dominante, que tão bem representam o capital, conseguem determinar a realidade e condicioná-la ao seu bel prazer. Esse descolamento se deve ao movimento da realidade, seja porque nem sempre os camponeses se sujeitam totalmente a subordinação, mas o fazem como estratégia de reprodução social, seja porque a própria dinâmica do capital criou empecilhos para a concretização de sua intenção.

A crise política e econômica que vem acometendo o Estado brasileiro repercutiu enormemente no Grupo Odebrecht, já que essa corporação protagoniza escândalos de corrupção e pagamento de propinas. Consequentemente, todo o aparato que sustentava os projetos educacionais e de geração de trabalho e renda se enfraqueceram. Contribuiu para essa ruptura a morte do idealizador das Alianças Estratégicas. Sem a presença de Norberto Odebrecht, seus sucessores já não dispõem tanto esforço para o funcionamento do projeto educacional e de geração de trabalho e renda voltado ao cultivo de mandioca para produção de amido.

A derrocada da Fundação Odebrecht é sinalizada na mídia. O jornalista Levi Vasconcelos, na coluna Opinião do Jornal Tarde, dá o tom ao intitular a matéria como “Ladeira abaixo”. Segundo o jornalista, a Fundação “já vinha sendo desativada desde que o velho Norberto morreu, em julho de 2014. A crise da Lava Jato assinou a sentença de morte”. Assim, o “projeto na Serra da Papua, Ibirapitanga, por exemplo, já teve 60 funcionários. Só tem 10” (VASCONCELOS, 2016).

Consequentemente, a dimensão ambiental, humana e social do projeto educacional e de geração de trabalho e renda de amido de mandioca vem perdendo o fôlego. Quer dizer, a dimensão produtiva ou econômica é que vem preponderando. Tanto é que a Fundação Odebrecht deixa de conduzir a Cooperativa Estratégica do Amido. Nesse processo, novos arranjos ganham espaço e a Odebrecht Agroindustrial assume o controle do complexo agroindustrial que agora responde, tanto com o nome fantasia quanto com a pessoa jurídica, como BAHIAMIDO S.A.

Todo esse processo já abre uma série de perspectivas para futuras análises: a “quantas anda” a Fundação Odebrecht e os seus projetos na Serra da Pipoca e Baixo Sul? Como ficam os cooperados da COOPAMIDO, atualmente alocados em duas

únicas fazendas parceiras (Gavião e São Jorge)? E a COOPAMIDO, vai deixar de funcionar? Como é a relação da BAHIAMIDO S.A. com os trabalhadores que estão sendo contratados como diaristas para assumir os 1.900 hectares de área plantada com mandioca nas “unidades agrícolas”? Quais são e onde estão as “unidades agrícolas” distribuídas “em cinco municípios de três Territórios de Identidade do estado da Bahia”? Será que a BAHIAMIDO S.A. deixou de arrendar as fazendas da região, uma vez que alega que as “áreas destinadas à produção agrícola são compostas por áreas próprias e áreas de cooperados”? O que esperar do “Parque Industrial da BAHIAMIDO”? Será que a BRASKEM irá instalar uma “fábrica de papel” na Fazenda Novo Horizonte Sede, como “soltou” uma das colaboradoras da COOPAMIDO durante o trabalho de campo? Qual a relação do IF Baiano com a BAHIAMIDO S.A., já que seu nome aparece na página eletrônica da empresa como um dos “principais parceiros”? Como fica a estrutura fundiária de Laje, a produção de farinha e as unidades produtivas do campesinato? E o SINTRAF como se posiciona diante de tudo isso?

São questões para se pensar em meio ao cotidiano de Golpes, mas repleto utopias...

REFERÊNCIAS

ABAM. Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca. Disponível em: <<http://www.abam.com.br/>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

_____. **Raiz do sucesso de sua empresa**. Salvador: XV CBM, 2013. (*folder* distribuído durante XV CBM na cidade de Salvador em comemoração aos 20 anos da ABAM).

AGUIAR, Manoel Pinto de. **Mandioca: pão do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (Coleção Retratos do Brasil, v. 166).

AGUIAR, Durval Vieira de. **Descrições Práticas da Província da Bahia**. 2a edição. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

ALCÂNTRA, Denílson Moreira de. **Entre a forma espacial e a racionalidade jurídica: comunidade de fundo de pasto da Fazenda Caldeirãozinho – Uauá-BA**. Salvador: UFBA, 2011. (Mestrado em Geografia)

ALMEIDA, Luciene Santos de. **O Vale do Jiquiriçá no contexto do circuito espacial produtivo do cacau**. Salvador: UFBA, 2008. (Mestrado em Geografia).

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano XI, n. 19, p. 82-101, jan., 2009 [1952].

ALMEIDA, Sérgio Ricardo Matos; MOTTA, Joselito da Silva. **Mandioca, a raiz do Brasil**. Cruz das Almas-BA: UFRB, 2012. (Série Pedagogia da Rima).

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000.

_____. **Agricultura & capitalismo**. São Paulo: LECH, 1979. (Brasil ontem e hoje n°. 9).

_____. **A terra e o homem no Nordeste**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos n°. 12 de 24/07/1978**. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/anvisalegis/resol/12_78.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2016.

ARAÚJO, Wodis Kleber Oliveira. **A (re)produção da pequena propriedade rural no município de Feira de Santana-BA**. Salvador: UFBA, 2002. (Mestrado em Geografia).

ASSARÉ, Patativa do. **Cante lá que eu canto cá: filosofia de um trovador nordestino**. 17. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

ATHAYDE, Eduardo. Nova economia da mandioca. **Jornal a Tarde**, Salvador, 29 abr. 2011. Editoria Opinião, p. A3.

BAHIA (Estado). Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – resumo dos convênios. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador-BA, 4 nov. 2014b. Seção 1, p. 30.

BAHIA (Estado). Relatório da administração 2013 – Bahiamido Serviços Agroindustriais S.A. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador-BA, 6 mai. 2014a. Seção 4, p. 1.

BAHIA (Estado). Relatório da administração 2012 – Bahiamido Serviços Agroindustriais S.A. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador-BA, 15 mai. 2013. Seção 4, p. 2.

BAHIA (Estado). Relatório da administração 2011 – Bahiamido Serviços Agroindustriais S.A. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador-BA, 23 ago. 2012b. Seção 4, p. 2.

BAHIA (Estado). Vida melhor: oportunidade para que mais precisa. Salvador-BA: Governo da Bahia, 2012a.

BAHIA (Estado). Decreto nº. 13.167, de 11 de agosto de 2011. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador-BA, 12 ago. 2011. Seção 1, p. 7.

BAHIA (Estado). Presidente Tancredo Neves é referência internacional em desenvolvimento sustentável. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador-BA, 8 abr. 2008. Caderno 6, Municípios, p. 1.

BAHIAMIDO S.A. Disponível em: <<http://www.bahiamido.com.br>>. Acesso: 6 fev. 2017.

BAHIAMIDO S.A. Disponível em: <<http://www.bahiamido.com.br>>. Acesso: 10 mai. 2015.

BAHIAMIDO S.A. Disponível em: <<http://www.bahiamido.com.br>>. Acesso: 2 abr. 2014.

BAHIAMIDO S.A. Disponível em: <<http://www.bahiamido.com.br>>. Acesso: 28 ago. 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

BARICKMAN, Ber Jud. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BELUSSO, Diane. **A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no oeste do Paraná**. Presidente Prudente-SP: UNESP, 2011. (Doutorado em Geografia).

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. Tradução Antônio de Pádua Danesi. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BEZERRA, Valéria Saldanha. **Farinha de mandioca seca e mista**. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2006.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

BOLTANSKI, Luc. CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução livre Ivone C. Beneditti; revisão técnica Basílio Sallum Jr. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BRASIL. Lei n°. 13.341, de 29 de setembro de 2016. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 30 set. 2016b. Seção 1, p. 2-8.

BRASIL. Medida Provisória n°. 726, de 12 de maio de 2016. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 12 mai. 2016a. Edição Extra, Seção 1, p. 1-6.

BRASIL. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Laje-Ba: edital de convocação assembleia geral extraordinária de ratificação de fundação e alteração estatutária. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 7 jul. 2014. Seção 3, p. 101.

BRASIL. Decreto n°. 8.166, de 23 de dezembro de 2013. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 24 dez. 2013c. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Termo de cooperação para descentralização n°. 21**. Brasília-DF: 24 jul. 2013b. (Termo firmando entre a EMBRAPA e o Ministério da Integração para execução do Projeto RENIVA).

BRASIL. Extrato Termo de Cooperação EMBRAPA-RIOCON-SENAR. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 26 fev. 2013a. Seção 3, p. 8.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agenda Estratégica Mandioca 2010-2015**. Brasília-DF: MAPA/ACS, 2011b.

BRASIL. Comissão pró-fundação do Sindicato dos Produtores e Empregadores Rurais de Santo Antônio de Jesus. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 1 jul. 2011a. Seção 3, p. 175.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **As Câmaras do Mapa: um instrumento democrático e transparente de interlocução com a sociedade**. Brasília-DF: MAPA/ACS, 2009.

BRASIL. Decreto n°. 6.135, de 26 de junho de 2007. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 27 jun. 2007. Seção 3, p. 3-4.

BRASIL. Lei n°. 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 25 jul. 2006b. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Portaria n° 67, de 16 de março de 2006. **Diário Oficial da União**, MAPA, Brasília-DF, 20 mar. 2006a. Seção 2, p. 3.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Relatório final Grupo de Trabalho Interministerial para Redelimitação do Semi-árido Nordeste e do Polígono das Secas**. Brasília-DF: MI 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília-DF: MDA/INCRA, 2003.

BRASIL. Lei n°. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 11 jan. 2002. Seção 1, p. 90-91.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação nas Escolas do Campo**. Parecer n. 36/2001 aprovado em 04 de dezembro de 2001. Brasília-DF, 2001.

BRASIL. Resolução n°. 7, de 15 de fevereiro de 2000. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 17 fev. 2000. Seção 1, p. 10-11.

BRASIL. Resolução n°. 277, de 18 de outubro de 1999. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 21 out. 1999b. Seção 1, p. 17.

BRASIL. Lei n°. 9.790, de 23 de março de 1999. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 24 mar. 1999a. Seção 1, p. 94.

BRASIL. Portaria n°. 1.719, de 23 de dezembro de 1994. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 26 dez. 1994. Seção 1, p. 20.530.

BRASIL. Lei n°. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 17 dez. 1976.

BRASIL. Decreto n°. 45.849, de 22 de abril de 1959. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro-RJ, 24 abr. 1959. Seção 1, p. 9.469.

BRASIL. Decreto n°. 29.971, de 10 de setembro de 1951. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro-RJ, 24 out. 1951. Seção 1, p. 15.747.

BRITO, Juliana. Após alta histórica, expectativa é de queda no preço da mandioca. **Jornal a Tarde**, Salvador-Ba, 10 fev. 2014. Editoria Agronegócios, p. B6.

BRUNO, Regina Landim. LACERDA, Elaine. CARNEIRO, Olavo Brandão. Organizações da classe dominante no campo. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org). **Educação do Campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília: MDA/MEC, 2010. p. 521-533. (Série NEAD Debate 20).

BUAINAIN, Antônio Márcio. *et al.* **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: EMBRAPA, 2014.

_____. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília-DF, ano XXII, n. 2, p. 105-121, abr./jun. 2013.

BULGARELLI, Waldírio. A nova legislação cooperativista brasileira. In: PINHO, Diva Benevides de. *et al.* **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico**. São Paulo: Fundação Friedrich Nauman, 1973. p. 133-165.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org). **Educação do Campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília: MDA/MEC, 2010. p. 103-126. (Série NEAD Debate 20).

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na Educação do Campo**. Presidente Prudente-SP: UNESP, 2013. (Doutorado Geografia).

CÂMARA, Lourival. A concentração da propriedade agrária no Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro-RJ, v. 7, n.77, p. 516-528, ago.1949.

CANDIDO, Antônio. As formas de solidariedade. In: WELCH, Clifford Andrew. *et al.* (Org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v. 1. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p.193-201.

CARDOSO, Carlos Estevão Leite. **Competitividade e inovação tecnológica na cadeia agroindustrial de fécula de mandioca no Brasil**. Piracicaba-SP: ESALq-USP, 2003. (Doutorado em Ciências).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O meio ambiente e o discurso ecológico. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 8, p. 75-78, 1994.

CARVALHO, Edmilson. **A produção dialética do conhecimento**. São Paulo: Xamã, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Global, 2011.

CASTRO, Moacir Werneck de. Missão na selva: a aventura brasileira de Emil Odebrecht. 2. ed. Rio de Janeiro: Versal, 2003.

CAVENDISH, Suely. Cooperativismo e dominação. In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981. p. 75-95. (Coleção Teoria e Prática Sociais).

CBM. Congresso Brasileiro de Mandioca, 16., 2015, Foz do Iguaçu. Anais 1º Congresso Latino-americano e Caribenho de Mandioca e 16º Congresso Brasileiro de Mandioca. Foz do Iguaçu: [s.n.], 9 a 13 de novembro de 2015.

_____. 15., 2013, Salvador. Anais XV CBM. Salvador: [s.n.], 21 a 26 de outubro de 2013.

_____. 13., 2009, Botucatu. Anais XIII CBM. Botucatu: [s.n.], 14 a 16 de julho de 2009.

_____. 10., 1999, Manaus. Anais X CBM. Manaus: [s.n.], 11 a 15 de outubro de 1999.

_____. 9., 1996, São Paulo. Anais I Congresso Latino-americano de Raízes Tropicais e IX CBM. São Paulo: [s.n.], 7 a 10 de outubro de 1996.

_____. 8., 1994, Salvador. Anais VIII CBM. Salvador: [s.n.], 9 a 12 de Novembro de 1994.

_____. 7., 1992, Recife. Anais VII CBM. Recife: [s.n.], 21 a 25 de Setembro de 1992.

_____. 6., 1990, Londrina. Anais VI CBM. Londrina: [s.n.], 16 a 21 de Julho de 1990.

_____. 5., 1988, Fortaleza. Anais V CBM. Fortaleza: [s.n.], 16 a 21 de Maio de 1988.

_____. 4., 1986, Balneário Camboriú. Anais IV CBM. Balneário Camboriú: [s.n.], 28 de abril a 2 de Maio de 1986.

_____. 3., 1983, Brasília. Anais 3° CBM. Brasília: [s.n.], 7 a 11 de Novembro de 1983.

_____. 2., 1981, Vitória. Anais 2° CBM. Vitória: [s.n.], 29 de novembro a 4 de Dezembro de 1981.

_____. 1., 1979, Salvador. Anais 1° CBM. Salvador: [s.n.], 25 a 30 de Novembro de 1979.

CEA. Cooperativa Estratégica do Amido. **Info Amido**, Laje-BA, 7º edição, jul./dez. 2014.

CEPEA/ESALQ/USP. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. [S.l.: s.n.], 1980.

CHAYANOV, Alexander Vasilevich. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Org.). **A questão agrária**. Tradução Edgard Afonso Malgodi; Sandra Brizolla; José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CNPMF. Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura Tropical. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/mandioca-e-fruticultura>>. Acesso em: 31 ago. 2013.

_____. **Informativo Raiz & Fruto**, Cruz das Almas-BA, ano 24, n. 69, mai./dez. 2012b.

_____. **Informativo Raiz & Fruto**, Cruz das Almas-BA, ano 23, n. 68, jan./abr. 2012a.

_____. **Informativo Raiz & Fruto**, Cruz das Almas-BA, ano 23, n. 67, set./dez. 2011c.

_____. **Informativo Raiz & Fruto**, Cruz das Almas-BA, ano 23, n. 66, mai./ago. 2011b.

_____. **Informativo Raiz & Fruto**, Cruz das Almas-BA, ano 22, n. 65, jan./abr. 2011a.

_____. **Informativo Raiz & Fruto**, Cruz das Almas-BA, ano 22, n. 64, out./dez. 2010b.

_____. **Informativo Raiz & Fruto**, Cruz das Almas-BA, ano 22, n.63, jul./set. 2010a.

CONCEIÇÃO, Antônio José da. **A mandioca**. 3.ed. São Paulo: Nobel, 1981.

_____. Pesquisadores em mandioca. **Jornal a Tarde**, Salvador-Ba, 21 set. 1974. Editoria Agrícola, p. 13.

CONCEIÇÃO, Edney. **Territorialidade da avicultura de corte na Bahia**: o sistema integrado de produção avícola nos municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira – BA. Salvador: UFBA, 2007. (Mestrado em Geografia).

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **As lutas camponesas no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981. (Coleção Novos Dias, v. 1).

COOPAMIDO. Cooperativa de Produtores de Amido de Mandioca do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.bahiamido.com.br>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

_____. **Informe COOPAMIDO**, Laje-BA, 4º edição, jan./jul. 2013.

_____. **Informe COOPAMIDO**, Laje-BA, 3º edição, retrospectiva 2012.

_____. **Estatuto Social**. Laje-BA, 2011a.

_____. **Regimento interno**. Laje-BA, 2011b.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: em exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território**: globalização e fragmentação. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 251-256.

COSTA, Ucleber Gomes. **Industrialização e relações de trabalho nas fecularias de Mato Grosso do Sul**. Dourados-MS: UFGD, 2012. (Mestrado em Geografia).

CPT. Comissão pastoral da terra: Cadernos Conflitos no Campo. Goiânia-GO: CPT, 1985-2014.

CUNHA, Léa Ângela Assis. Prosa Rural: produtos alternativos produzidos com fécula de mandioca. Brasília: EMBRAPA, 2007. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

DE LÉRY, Jean. **Viagem à terra do Brasil**. Tradução Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Livraria Martins, 1967.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil 1965-1985**. Campinas-SP: EdUnicamp, 1985.

DIEDER, Felipe. Fábricas de fécula impulsionarão produção de mandioca no Estado. **Jornal a Tarde**, Salvador-Ba, 5 set. 2010.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <<https://www.embrapa.br>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

_____. **Rede de multiplicação e transferência de manivas-semente de mandioca com qualidade genética e fitossanitária**. Brasília: EMBRAPA, out. 2013. (folder distribuído durante XV Congresso Brasileiro da Mandioca).

e-SIC. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. Disponível em: <<http://www.acessoinformacao.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2104

ETGES, Virginia Elisabeta. **Sujeição e resistência**: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Santa Cruz do Sul-RS: Editora da FISC, 1991.

FABRINI, João Edmilson. **Os Assentamentos de trabalhadores rurais em terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. Presidente Prudente-SP: UNESP, 2002. (Doutorado em Geografia).

FABRINI, João Edmilson; MARCOS, Valéria de. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular/UNESP/Programa de Pós-graduação em Geografia, 2010. (Geografia em movimento).

FAJARDO, Sérgio. **Estratégias e territorialidades das cooperativas agropecuárias e das empresas globais do setor agroindustrial no Paraná**. Presidente Prudente-SP: UNESP, 2007. (Doutorado em Geografia).

FAZENDAS REUNIDAS VALE DO JULIANA. Disponível em: <<http://valedojuliana.com.br/wp/>>. Acesso em: 16 set. 2015.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. Presidente Prudente: UNESP, 2011. (Doutorado em Geografia).

FELIPE, Fábio Isaias; ALVES, Lucilio Rogerio Aparecido; VIEIRA, Rafaela Moretti. Fécula de mandioca: produção na Tailândia versus Brasil. **Revista Agroanalysis**, São Paulo-SP, n. 3, v. 33, p. 28, mar. 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI João Edmilson (Org.). **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular; Unesp. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2008c. p. 273-301.

_____. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. **Por uma educação do campo**: campo, políticas públicas, educação. Brasília: INCRA/MDA, 2008b. p. 39-66. (NEAD Especial; 10).

_____. Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. In: BAUINAIN, Antônio Márcio. *et al.* (Coord.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2008a. p. 173-230.

_____. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: MDA, 2006. p.27-39.

_____. **Questão agrária atual, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da nossa época, v. 92).

_____. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. (Geografia: teoria e realidade).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FETRAF. Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://www.fetrafa.org.br>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

FISCHER, Fernando (Org.). **Baixo Sul da Bahia: uma proposta de desenvolvimento territorial**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2007. (Coleção Gestão Social – Série Editorial CIAGS).

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Evolução histórica do Baixo Sul na formação da economia do Recôncavo Sul da Bahia. In: ODEBRECHT, Norberto. **Desenvolvimento sustentável: a visão e a ação de um empresário: o caso do Baixo Sul da Bahia**. Salvador: CRA, 2004. p. 30-69. (Série construindo os recursos do amanhã, v. 5).

FONEC. Fórum Nacional de Educação do Campo. **Notas para a análise do momento atual da Educação do Campo**. Brasília-DF: Seminário Nacional FONEC, ago, 2012.

FREITAS, Hingryd Inácio de. **A questão (da Reforma) Agrária e a Política de Desenvolvimento Territorial Rural no Litoral Sul da Bahia**. Salvador: UFBA, 2009. (Mestrado em Geografia).

FUNDAÇÃO ODEBRECHT. Disponível em: <<http://www.fundacaoodebrecht.org.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

_____. Disponível em: <<http://www.fundacaoodebrecht.org.br/>>. Acesso em: 9 nov. 2015.

_____. Disponível em: <<http://www.fundacaoodebrecht.org.br/>>. Acesso em: 24 ago.2013.

_____. **Educação pelo trabalho**, v. 2. Salvador: Fundação Odebrecht; PDIS, 2011b.

_____. **Bases conceituais do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Baixo Sul da Bahia**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2011a.

GALEANO, Eduardo. **Las palabras andantes**. 5. ed. Buenos Aires-AR: Catálogos, 2001.

GAMEIRO, Augusto Hauber. *et al.* **A indústria de amido de mandioca**. Brasília: EMBRAPA, 2003. (Documentos Secretaria de Gestão e Estratégia).

GeografAR. Roda de conversa sobre cartografia, 1., 2016, Salvador, 19 de agosto de 2016.

_____. Leitura Geográfica da Estrutura Fundiária da Bahia. **Banco de Dados**. Salvador, 2011. Disponível em: <www.geografar.ufba.br>. Acesso em: 5 mai. 2012.

GERMANI, Guiomar Inez. *et al.* A implantação dos programas orientados pelo modelo de reforma agrária de mercado no estado da Bahia. In: SAUER, Sérgio. PEREIRA, João Márcio Mendes (Orgs.). **Capturando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 229-258.

GERMANI, Guiomar Inez. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, Agripino Souza; SANTOS, Ednusia Moreira Carneiro; SILVA, Onildo Araújo da (Orgs.). **(Geo)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana-BA: UEFS Editora, 2010. p. 269-304.

_____. A questão agrária na Bahia: permanências e mudanças. In: MENDONÇA, Franciso de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da (Orgs.). **Espaço e Tempo**: complexidade e desafios do pensar e fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p.348-370.

_____. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 115-148, dez. 2005.

_____. **Cuestión agraria y asentamineto de población em el área rural**: la nueva cara de la lucha por la tierra. Bahia, Brasil (1964 -1990). Barcelona: Universidade de Barcelona, 1993. (Doutorado em Geografia).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. **Cultura & mercado no contexto transnacional**: uma etnografia da Tecnologia Empresarial Odebrecht. São Paulo: UNICAMP, 2003 (Doutorado em Ciências Sociais).

GONÇALVES, Rafaela Sousa. **História ambiental da APA Pratigi – Bahia**. Feira de Santana-Ba: UEFS, 2014. (Mestrado em Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente).

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA UNIDOS DE VILA ISABEL. Disponível em: <<http://www.unidosdevilaisabel.com.br/>>. Acesso em: 6 mai. 2013.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção O mundo, hoje, v. 29).

_____. **Quatro séculos de latifúndio**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. (Série estudos brasileiros, v. 3).

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais do X EGAL**, São Paulo: USP, 2005, p. 6774-6792.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 6. ed. Tradução Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola 2012.

_____. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. 2.ed.São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

HOFFMANN, Rodolfo. NEY, Marlon Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: MDA, 2010.

IAC. Instituto Agrônomo de Campinas. Disponível em: <<http://www.iac.sp.gov.br/>>. Acesso em: 3 mai. 2014.

IANNI, Octávio. A utopia camponesa. In: WELCH, Clifford Andrew. *et al.* (Orgs.) **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v. 1. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 135-144.

_____. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 7 set. 2013.

_____. **Comitê de Estatísticas Sociais**. Disponível em: <<http://ces.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

_____. **Censo Agropecuário**, 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Tendências demográficas: uma análise dos resultados da sinopse preliminar do censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. v. 20, Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

IDAN. Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido. Disponível em: <<http://www.idan.org.br/>>. Acesso em: 27 set. 2015.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 2 jun. 2015.

INSTITUTO ALIANÇA. Disponível em: <<http://www.institutoalianca.org.br/>>. Acesso em: 22 set. 2015.

JACOBINA, Ronaldo. O empresário que foi longe. **Revista Muito**, Salvador-Ba, p.12-19, 5 out. 2008.

JESUS, Elenildo Café de. **Mudanças na paisagem física e social associadas à Ferrovia Estrada de ferro de Nazaré no Vale do Jiquiriçá, Bahia**. Ilhéus-BA: UESC, 2007. (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente).

JUCEB. Junta Comercial do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.juceb.ba.gov.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. Disponível em: <<http://www.juceb.ba.gov.br/>>. Acesso em: 18 mai. 2015.

_____. Disponível em: <<http://www.juceb.ba.gov.br/>>. Acesso em: 13 set. 2016.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

KUHN, Ednázia Ribeiro Araújo. **Análise da Política de Educação do Campo no Brasil: meandros do PRONERA e do PRONACAMPO**. Salvador: UFBA, 2015. (Doutorado em Geografia).

_____. **Terra e água: territórios dos pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu-Bahia**. Salvador: UFBA, 2009. (Mestrado em Geografia).

LAJE (Município). Lei nº 380, de 22 de abril de 2013. **Diário Oficial do Município de Laje**, Poder Executivo, Laje-BA, 23 de abr. 2014. Ano II, nº. 87, p. 9.

LAJE (Município). Projeto de Lei Complementar nº 001 de 16 de maio de 2011. **Prefeitura Municipal de Laje**, Poder Executivo, Laje-BA, 16 de mai. 2011.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LESSA, Claudia. RAMOS, Marília. Prêmio 2013: os destaques do Agronegócio da Bahia. **Jornal a Tarde**, Salvador-BA, 16 dez. 2013. Projeto Especial de *Marketing*.

LIMA, Aline dos Santos. Cooperativismo e as Formas de Produção e Comercialização em Cuba. **Revista Perspectiva Geográfica**, Marechal Cândido Rondon-PR, v. 10, n. 13, p. 119-133, jul./dez., 2015.

LIMA, Aline dos Santos. GERMANI, Guiomar Inez. Cooperativismo e reprodução do capital no espaço rural brasileiro. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 15., 2015, La Habana-Cuba. **Programa Científico XV EGAL**. La Habana-Cuba: Palacio de Convenciones de La Habana, 2015. p. 1-14.

LIMA, Aline dos Santos. GERMANI, Guiomar Inez. REYES, Jesús Cruz. Panorama da política agrícola em Cuba: entre o coletivismo e a cooperação. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7., 2015, Goiânia-GO. **Anais VII SINGA**. Goiânia-GO: UFG, 2015. p. 55-67.

LIMA, Aline dos Santos. et. al. Estratégias de reprodução social no Assentamento Palestina em Cravolândia-Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia-MG. **Anais XXI ENGA**. Uberlândia-MG: UFU, 2012. p. 1-12.

LIMA, Aline dos Santos. Dinâmica sócio-espacial do Território Vale do Jiquiriçá: estrutura fundiária e formas de acesso a terra. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DOS ESPAÇOS DE FRONTEIRA, 1., 2011, Marechal Cândido Rondon-PR. **Anais I GEOFRONTEIRAS**. Marechal Cândido Rondon-PR: UNIOESTE, 2011. p. 1-8.

LIMA, Aline dos Santos. **O PETI em Retirolândia-BA**: implicações e impasses (1997-2007). Santo Antônio de Jesus-BA: UNEB, 2008. (Mestrado em Cultura Memória e Desenvolvimento Regional).

LINS, Robson Oliveira. **A Região de Amargosa**: transformações e dinâmica atual (Recuperando uma contribuição de Milton Santos). Salvador: UFBA, 2007. (Mestrado em Geografia).

LOPO, Joana. Copos de fécula de mandioca devem ser usados na Copa 2014. **Jornal a Tarde**, Salvador-Ba, 4 nov. 2013. Editoria Agronegócios, p. B6.

LORENZO, Humberto Miranda. Cooperativismo y autogestión em las visiones de Marx, Engels y Lenin. In: HARNECKER, Camila Piñeiro (Org.). **Cooperativas y socialismo**: una mirada desde Cuba. La Habana: Editorial Caminos, 2012. p. 71-102.

LOUREIRO, Maria Rita. Cooperativismo e reprodução camponesa. In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981. p. 133-155. (Coleção teoria e prática sociais).

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**: estudos sobre a interpretação econômica do imperialismo. Tradução Maoniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MACHADO, Priscila. DUARTE, Fernando. Homenagens marcam despedida ao empresário Norberto Odebrecht. **Jornal a Tarde**, Salvador-Ba, 21 jul. 2014. Caderno B, p.3.

MARCENA. Adriano. **Mexendo o pirão**: importância sociocultural da farinha de mandioca no Brasil holandês (1637-1646). Recife: Funcultura, 2012.

MARTINS, Daiane Dantas. **Um flagelo no sertão baiano: cotidiano, migração e sobrevivência na seca de 1932 (Vila de Canabrava do Gonçalo/Xique-Xique)**. Santo Antônio de Jesus-BA: UNEB, 2010. (Mestrado em História Regional e Local).

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

_____. **O poder do atraso: ensaios de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1983.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editoria Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, Kelly Sampaio. **Responsabilidade social corporativa: o caso Fundação Odebrecht**. Salvador: Fundação Visconde de Cairu, 2008. (Mestrado Profissional Multidisciplinar em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social).

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro 1: o processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. Tradução, introdução Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos).

_____. **Manifesto comunista**. Tradução Maria Arsênio da Silva. 6. ed. São Paulo: CHED, 1980 (Coleção polêmicas operárias: Série documentos).

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e reforma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **O Brasil desconcentrando as terras: índice de Gini**. Brasília: INCRA/MDA, 2001.

_____. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. Crise do capital global, natureza e agronegócio. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. SANTOS, Laiany Rose Souza (Orgs.). **Questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 17-35. (Coleção Território e Questão Agrária).

_____. **A ação territorial de uma igreja radical:** teologia da libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba. São Paulo: USP, 2008. (Doutorado em Geografia).

MONSANTO. Disponível em: <<http://www.monsanto.com.br>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil:** constituição e problemas de relação. São Paulo: Contexto, 2011.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

MULLER, Geraldo. Cotrijuí: tentativa de criação de um conglomerado de capital. In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981. p. 97-131. (Coleção teoria e prática sociais).

NAC. Núcleo de Apoio ao Cooperado da COOPAMIDO: Pesquisa de Satisfação dos Cooperados. Laje (BA), 2011.

_____. Relatório entrevista UF-unidade-família do cooperado. Laje (BA), 2012.

NOVAES, José Roberto Pereira. Cooperativismo: acumulação e mudança social. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981. p. 41-74. (Coleção teoria e prática sociais).

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

ODEBRECHT AGROINDUSTRIAL. **Relatório Anual da Odebrecht Agroindustrial Safra 2015/2016.** São Paulo: Odebrecht Agroindustrial, 2016.

_____. Disponível: <<http://www.odebrechtagroindustrial.com/>>. Acesso em: 27 set. 2015b.

_____. **Relatório Anual da Odebrecht Agroindustrial Safra 2014/2015.** São Paulo: Odebrecht Agroindustrial, 2015a.

ODEBRECHT, Norberto. O que se conserva na memória: o compromisso entre o passado, o presente e o futuro. In: BINA, Eliene Dourado (Org.). **Museu Eugênio Teixeira Leal. Memória da Bahia:** palestras. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2011b. p.147-173. (Série Memória da Bahia, v.3).

_____. **O essencial em pontos de referência.** Salvador: Odebrecht, 2011a.

_____. **Desenvolvimento sustentável:** a visão e a ação de um empresário: o caso do Baixo Sul da Bahia. Salvador: CRA, 2004. (Série construindo os recursos do amanhã, v. 5).

_____. **Influenciar e Ser Influenciado.** Salvador: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

_____. **Educação pelo trabalho: Tecnologia Empresarial** Odebrecht. Salvador: Odebrecht, 1991.

_____. **Sobreviver, crescer e perpetuar: tecnologia empresarial** Odebrecht. 2.ed. Salvador: Odebrecht, 1987.

_____. **Boletim Odebrecht Informa**. Salvador, n. 4, jan., 1974.

ODEBRECHT INFORMA ON LINE. Disponível: <<http://www.odebrechtonline.com.br>>. Acesso em: 04 set. 2016.

ODEBRECHT S.A. **Relatório Anual da Odebrecht S.A.** 2015. Salvador: Odebrecht, 2016.

_____. **Relatório Anual da Odebrecht S.A. 2014**. Salvador: Odebrecht, 2015.

_____. **Relatório Anual da Odebrecht S.A. 2013**. Salvador: Odebrecht, 2014.

_____. **Código de Conduta da Organização Odebrecht**. [S. I.]: Odebrecht, 2013b.

_____. **Relatório Anual da Odebrecht S.A. 2012**. Salvador: Odebrecht, 2013a.

_____. **Relatório Anual da Odebrecht S.A. 2011**. Salvador: Odebrecht, 2012.

_____. **Relatório Anual da Odebrecht S.A. 2010**. Salvador: Odebrecht, 2011.

_____. **Relatório Anual da Odebrecht S.A. 2009**. Salvador: Odebrecht, 2010.

_____. **Relatório Anual da Odebrecht S.A. 2008**. Salvador: Odebrecht, 2009.

_____. **Relatório Anual da Odebrecht S.A. 2007**. Salvador: Odebrecht, 2008.

_____. **Relatório Anual da Odebrecht S.A. 2006**. Salvador: Odebrecht, 2007.

_____. **Relatório Anual da Odebrecht S.A. 2005**. Salvador: Odebrecht, 2005.

_____. **Relatório Anual da Odebrecht S.A. 2004**. Salvador: Odebrecht, 2004.

_____. **Código de Ética Odebrecht**. [S. I.]: Odebrecht, 2003b.

_____. **Relatório Anual da Odebrecht S.A. 2003**. Salvador: Odebrecht, 2003a.

_____. **Relatório Anual da Odebrecht S.A. 2002**. Salvador: Odebrecht, 2002.

OLALDE, Alicia RUIZ. *et al.* **Dinâmicas Rurais Territoriais no Vale de Jiquiriçá, Bahia, Brasil**: Resultados da 1ª fase de pesquisa. Universidade Federal da Bahia/Projeto Geografar, 2009.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul**: terra, homens economia e poder no século XIX. Salvador: UFBA, 2000. (Mestrado em História).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. In: XII COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA: Las independências y construcción de estados nacionales; poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX, 12., 2012, Bogotá-Colômbia. **Anais XII Coloquio Internacional de Geocrítica**. Bogotá-Colômbia: UNC/Facultad de Ciencias Humanas-Departamento de Geografia, 2012. p. 1-15.

_____. Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo Lula. In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 13., 2011, San José-Costa Rica. **Programa Científico XIII EGAL**. San José-Costa Rica: UCR-UNA, 2011. p. 1-19.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. "Não Reforma Agrária" do MDA/INCRA no governo Lula. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo-SP, v. 33, n. 2, p. 165-201, ago./dez. 2006.

_____. A geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 63-110. (Caminhos da Geografia).

_____. A agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições. In: BECKER, Berta. *et al.* (Org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 280-306.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986b. (Série Princípios).

_____. A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista. **Revista Terra Livre**, São Paulo-SP, ano 1, n. 1, p. 26-38, 1986a.

O PIB DA MANDIOCA: agropecuária expandiu 3,2%, o único grande setor que teve alta. **O Globo**, [São Paulo], dez. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/o-pib-da-mandioca-3395947>>. Acesso em: 5 jan. 2014.

ORGANIZAÇÃO ODEBRECHT. Disponível em: <<http://odebrecht.com/>>. Acesso em: 27 set. 2015.

_____. Disponível em: <<http://odebrecht.com/>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

PALACIOS, Guillermo. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil: 1700-1875. In: WELCH, Clifford Andrew. *et al.* (Org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v. 1. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 145-178.

PAM-IBGE. Produção Agrícola Municipal do Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida: a Geografia dos camponeses no norte do Paraná.** Presidente Prudente-SP: UNESP, 2003. (Doutorado em Geografia).

PELIANO, Anna Maria T. Medeiros (Coord.). **Bondade ou interesse?** Como e por que as empresas atuam na área social. Brasília: IPEA, 2001.

PERTILE, Noeli. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no oeste catarinense.** Florianópolis: UFSC, 2008. (Doutorado em Geografia).

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária.** São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. A doutrina “Cooperativa” e a problemática do desenvolvimento econômico. In: PINHO, Diva Benevides de. et. al. **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico.** São Paulo: Fundação Frierich Nauman, 1973. p.15-47.

_____. **Que é cooperativismo.** São Paulo: Burity, 1966.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** [S.l], 2010. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

POF-IBGE. Produção de Orçamentos Familiares do Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 3 jan. 2016.

POLÍCIA FEDERAL. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

PORTO, José Renato Sant’Anna. **Poder e território no Baixo Sul da Bahia os discursos e os arranjos políticos de desenvolvimento.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2016. (Doutorado em Ciências).

PORTO-GONCALVES, Carlos Walter. Meio ambiente, ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade. In: SPOSATI, Adalgisa. et al. (Org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade.** São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p. 135-161.

PPM-IBGE. Produção da Pecuária Municipal do Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

PRATA, Maria del Carmen López. **A vida e a lida: estudos sobre trajetórias e projetos de vida de famílias de lavradores no interior do Estado da Bahia.** Salvador: UFBA, 1994. (Mestrado em Sociologia).

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia.** Tradução Liliana Lagana Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Geografia e Sociedade, v. 1).

QUEIROZ GALVÃO. Disponível em: <<http://portal.queirozgalvao.com>>. Acesso em: 29 mai. 2014.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil.** 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1976.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. (Série Temas Geografia Política, v. 29).

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de Reforma Agrária e Reforma Agrária de Mercado (2003 – 2006).** Presidente Prudente-SP: UNESP, 2008. (Doutorado em Geografia).

REBOUÇAS, Helena Pires. **Mutuípe, pioneiros e descendentes.** Salvador: Editora Universitária Americana, 1992.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular.** Rio de Janeiro: FASE, 1995.

REINHARDT, Domingo Haroldo. Mandioca – a raiz do Brasil: “o pão do Brasil”, um símbolo da identidade cultural brasileira. In: AUDIÊNCIA PÚBLICA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA DISCUTIR A COMERCIALIZAÇÃO, CULTIVO, TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E USOS DE INSUMOS DA MANDIOCA E SEUS DERIVADOS, 2013, Brasília. **Anais Audiência Pública Câmara dos Deputados.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

REIS, João José; AGUIAR, Maria Gabriela D. de. “Carne sem osso e farinha sem caroço”: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. **Revista de História**, São Paulo-SP, n. 135, p. 133-161, 2 sem. 1996.

REUNIÃO CÂMARA SETORIAL DA CADEIA PRODUTIVA DA MANDIOCA E DERIVADOS, 25., 2013, Brasília-DF. Ata da 25ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca e Derivados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília-DF: MAPA, março de 2012.

REVISTA ADITIVOS E INGREDIENTES. Amidos: fontes, estruturas e propriedades funcionais. São Paulo-SP, n. 63, jul./ago. 2009.

REVISTA DE SISTEMATIZAÇÃO FASE. Jovens gerando renda na Agricultura Familiar, Salvador-BA, 2015.

_____. Projeto territorial de geração de ocupação e renda para jovens agricultores familiares na Bahia, Salvador-BA, 2012.

REVISTA ODEBRECHT INFORMA. [S. l.]: Odebrecht S.A., 2004. Edição Histórica.

REYES, Jesús Cruz; HARNECKER, Camila Piñeiro. Una introducción a las cooperativas. In: HARNECKER, Camila Piñeiro (Org.). **Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba**. La Habana: Editorial Caminos, 2012. p. 31-54.

RIBAS, André Luiz Santos et. al. **Projeto Casa-de-farinha: equipamentos para rede elétrica monofásica com sustentabilidade socioambiental**. Aracaju: Secretaria de Estado do Planejamento, Habitação e do Desenvolvimento Urbano de Sergipe, 2010.

RIBEIRO, Ellen Melo dos Santos. **Abastecimento de farinha da cidade do Salvador – 1850-1870 aspetos históricos**. Salvador: UFBA, 1982. (Mestrado em Ciências Sociais).

RICHARDSON, Roberto Jarry. Observação. In: RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. Colaboração José Augusto de Souza Peres. et al. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 259-264.

RIOCON. Fazendas Reunidas Rio de Contas Ltda. Disponível em: <<http://riocon.com.br>>. Acesso em: 3 jun. 2014.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. Pré-cooperativismo: etapa queimada. In: PINHO, Diva Benevides de. et al. **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico**. São Paulo: Fundação Friedrich Nauman, 1973. p. 315-347.

RIOS, Kássia Aguiar Norberto. **Da produção do espaço a construção dos territórios pesqueiros: pescadores artesanais e carcinicultores no Distrito de Acupe-Santo Amaro (BA)**. Salvador: UFBA, 2012. (Mestrado em Geografia).

RODRIGUES, Arlete Moysés. A abordagem ambiental: questões para reflexão. **GeoTextos**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 183-201, jul. 2009.

RODRIGUES, Luana Gabriela Silva. **Dúvidas dados RAIS** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <aline.lima@si.ifbainao.edu.br> em 7 jul. 2014.

ROSÁRIO, Adalgisa Maria Vieira do. A Constituição de 1823 e a Constituição de 1824. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 set. 1986. Suplemento Correio Braziliense, p. 2.

SANDRONI, Paulo. **Questão agrária e campesinato: a funcionalidade da pequena produção mercantil**. São Paulo: Caramuru, 1980. (Coleção Teoria e História, v. 9).

SANTA INEZ. Antônio Leal de. **As estradas da esperança**. São Paulo: Clube do Livro, 1982.

_____. **Serra do Meio**. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

SANTOS, Fabricio Lyrio. O militar ilustrado e civilizador dos índios Domingos Barreto. In: SANTOS, Fabricio Lyrio. **Da catequese à civilização**: colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800). Salvador: UFBA, 2012). p. 217-225. (Doutorado em História Social).

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton (Coord.). **A Região de Amargosa**. Salvador: Comissão de Planejamento Econômico, 1963.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: EdUSP, 2008. (Coleção Milton Santos, v. 12).

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 9.ed. São Paulo: Record, 2002b.

_____. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: EdUSP, 2002a. (Coleção Milton Santos, v. 2).

_____. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, Niterói-RJ, ano 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo; razão e emoção. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Alguns problemas atuais da contribuição marxista à Geografia. In: SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 131-139.

_____. **Zona do cacau**: introdução ao estudo geográfico. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. (Série 5º Brasileira, v. 296).

SANTOS, Tiago Rodrigues. Introdução. In: SANTOS, Tiago Rodrigues. **Entre terras e territórios**: luta na/pela terra, dinâmica e (re)configurações territoriais em Bom Jesus da Lapa (BA). Campinas: UNICAMP, 2017. p. 15-46. (Doutorado em Ciências Sociais).

SAN VICENTE, Iñaki Gil de. Cooperativismo socialista y emancipación humana. El legado de Lenin. In: HARNECKER, Camila Piñeiro (Org.). **Cooperativas y socialismo**: una mirada desde Cuba. La Habana: Editorial Caminos, 2012. p. 103-131.

SÃO PAULO (Estado). Demonstrações financeiras da Odebrecht Terras S.A. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo-SP, 25 jul. 2015. Seção Empresarial 125(136), p. 11.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015b.

_____. **Abordagens e concepções de território**. 4. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015a.

_____. Estudos territoriais: os conceitos de território e territorialidades como orientações para uma pesquisa científica. In: FRAGA, Nilson Cesar (Org.). **Territórios e fronteiras – (re)arranjos e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 33-50.

SBM. SOCIEDADE BRASILEIRA DE MANDIOCA. **Estatuto Social consolidado Sociedade Brasileira da Mandioca**. Botucatu-SP: SBM, 2009. Disponível em: <<http://www.sbmandioca.org>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981. p. 11-40. (Coleção teoria e prática sociais).

SEAGRI. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura. **As Câmaras Setoriais da Bahia**. Salvador: SEAGRI, 2010.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

_____. **Estatísticas dos Municípios Baianos**: Território de Identidade n°. 9 Vale do Jiquiriçá. Salvador: SEI, 2012. v. 4. n. 2.

SEMANA ECO MANI, 3., 2014, Laje-BA, 11 de junho de 2014.

SEPLAN. Secretaria do Planejamento da Bahia. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

_____. **Projeto padrão casa de farinha com um forno unidade elétrica**. Salvador: SEPLAN/CAR, 2005.

SHANIN, Teodor. A definição de Camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente-SP, ano 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005.

SIAB. Sistema de Informação de Atenção Básica: ficha para cadastramento das famílias (Ficha A). Laje (BA), 2014.

SILVA, Amenair Moreira. **Autonomia e potencial transformador das ONGs: três casos no espaço rural**. Salvador-BA: UFBA, 2002. (Mestrado em Geografia).

SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e. Uma medida do crescimento urbano e rural no estado da Bahia: 1940/80. In: SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e. **Cidade e região no estado da Bahia**. Salvador-BA: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1991. p. 33-43.

SILVA, Egnaldo Rocha da. **Comunidade negra rural de Lagoa Santa**: história, memória e luta pelo acesso e permanência na terra (1950-2011). São Paulo: PUC, 2013. (Mestrado em História Social).

SILVA, Jerson Joaquim da. **Cooperativismo e redes sociais**: a organização do trabalho na COOPERLIX de Presidente Prudente. Presidente Prudente-SP: UNESP, 2007. (Doutorado em Geografia).

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINTRAF. Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar. **Relatório de sócios quites até 01/12/2016**. Laje, 2017.

SOARES. Marisa Oliveira Santos. **Sistema de Produção em Casas de Farinha**: Uma leitura descritiva na Comunidade de Campinhos – Vitória da Conquista (BA). Ilhéus-BA: UESC, 2007. (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente).

SORJ, Bernardo; PMPERMAYER, Malori J.; CORADINI, Odacir Luiz. **Camponeses e agroindústria**: transformação e representação política na avicultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SOUZA, Elane Bastos de. **Terra, território, quilombo**: à luz do povoado de Matinha dos Pretos (BA). Salvador: UFBA, 2010. (Mestrado em Geografia).

SOUZA, Maria de Lourdes Costa. **Interesses na produção do espaço no Litoral Norte da Bahia**: Massarandupió e seu entorno. Salvador: UFBA, 2009. (Mestrado em Geografia).

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o pensamento geográfico. São Paulo: EdUNESP, 2004.

STEDILE. João Pedro (Org.) **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional – 1500-1960. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. (p. 15-31).

SUFRAMA. Superintendência da Zona Franca de Manaus. **Potencialidades regionais estudo de viabilidade econômica**: Amido de mandioca (sumário executivo). Manaus: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2003.

TIRADENTES, Aparecida. Educação corporativa. In: CALDART, Roseli Salete et. al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 247-252.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. rev. tec. Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TER-BA. Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. Disponível em: <<http://www.tre-ba.jus.br/>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UFRB. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/portal/a-ufrb/historia>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

_____. **Relatório de gestão do exercício de 2012**. Cruz das Almas-BA: UFRB; MEC, 2013.

VASCONCELOS, Levi. Ladeira abaixo. **Jornal a Tarde**, Salvador-Ba, 15 mai. 2016. Coluna Opinião, p. A2.

VERGÉS, Armando Bartra. **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. Tradução Maria Angélica Pandolfi. São Paulo: Cultura Acadêmica/Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

VIBRANS, Alexander Christian. A ocupação no período após 1940. In: VIBRANS, Alexander Christian. **A cobertura florestal da Bacia do Rio Itajaí – elementos para uma análise histórica**. Florianópolis-SC: UFSC, 2003. p. 38-42.

VILHENA, Luís dos Santos **A Bahia no século XVIII**. Bahia: Itapuã, 1969.

VOTORANTIM. Disponível em: <<http://www.votorantim.com.br>>. Acesso em: 30 set. 2014.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização europeia no sul do Brasil. In: WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. p. 225-277.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Braudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 20., 1996, Caxambu-MG. **Anais XX ANPOCS**. Caxambu-MG: Hotel Glória, 1996, p. 1-18.

_____. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília-DF, v. 2, n. 1, p. 13-78, jan./abr. 1985.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, Parentes e Compadres**: colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: EdUNB, 1995.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se neguceia**: o campesinato como ordem moral. Brasília: Editora Universitária de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

ZORZO, Francisco Antônio. Retornando à história da rede viária baiana: o estudo dos efeitos do desenvolvimento ferroviário na expansão da rede rodoviária da Bahia (1850-1950). **Revista Sitientibus**, Feira de Santana-BA, n. 22, p. 99-115, jan./jun. 2000.

GLOSSÁRIO²²¹

- Agricultor profissional: qualificação do cooperado que teve êxito no projeto educacional e de geração de trabalho e renda.
- Aliança estratégica: conceito difundido por Norberto Odebrecht para territorializar sua concepção filosófica de educação pelo trabalho.
- Alta tecnologia: modelo agrícola que consiste no uso de agroquímicos, mecanização e manivas geneticamente modificada
- Cadeia produtiva: conjunto de etapas sequenciadas que vão da extração da matéria-prima (mandioca) passando por sua transformação (amido) até sua comercialização.
- Colaboradores: funcionários dos arranjos institucionais da Fundação Odebrecht.
- Complexo agroindustrial: fixo que abarca as atividades agrícolas (setor primário) e industriais (setor secundário) da Fundação Odebrecht.
- Concepção filosófica: expressão que designa a visão de mundo de Norberto Odebrecht.
- Educação pelo trabalho: modelo adotado Fundação Odebrecht para aliar escolarização e organização produtiva em seus projetos educacionais e de geração de trabalho e renda.
- Fazenda parceria: propriedade onde é realizada a produção agrícola dos cooperados.
- Fluxograma agrícola: esquema que sintetiza a produção industrial de mandioca.
- Gleba: área de terra que abriga a produção dos cooperados.
- Líder empresarial: dirigente de uma das empresas vinculadas ao Grupo e a Fundação Odebrecht.
- Módulo agroindustrial: idem complexo agroindustrial.
- Nova classe média rural: contexto almejado pela Fundação Odebrecht como resultado dos seus projetos de geração educacionais e de geração de trabalho e renda.
- Parceiro agrícola: proprietário das terras arrendadas para os cooperados.
- Premissas estratégicas: são as normas que orientam as ações dos arranjos institucionais da Fundação Odebrecht.
- Projeto educacional e de geração de trabalho e renda: forma de territorialização da Fundação Odebrecht no campo baiano.
- Setor primário: esfera que responde pelas atividades agrícolas no campo.
- Setor secundário: esfera que responde pelas atividades de beneficiamento industrial da mandioca e extração de amido.
- Setor terciário: esfera que responde pela comercialização dos produtos do setor primário e secundário.
- União estratégica: parceria entre a Fundação Odebrecht e outras entidades com o objetivo de promover a ação social.
- Unidades-família: expressão usada para denominar a família camponesa que integra o projeto educacional e de geração de trabalho e renda.

²²¹ Construído devido a necessidade de explicar as diversas expressões usadas para o projeto educacional e de geração de trabalho e renda da Fundação Odebrecht no município de Laje. As expressões foram criadas por Norberto Odebrecht com o objetivo de construir um “sistema de comunicação” que expressasse suas “concepções filosóficas” (ODEBRECHT, 1991, 2004).

Apêndice A – Relação dos cooperados da COOPAMIDO:

N	Iniciais do nome completo*	Sexo	Local residência	Gleba onde está alocado
1	AJ**	Masculino	Rio de Areia em Laje (BA)	--
2	ACS**	Masculino	Km 22 em Laje (BA)	Fazenda São Jorge em Laje (BA)
3	AJS	Masculino	Rio de Areia em Laje (BA)	--
4	AP 1	Masculino	KM 37 em Valença (BA)	Fazenda Sombra Verde em Valença (BA)
5	AN	Masculino	--	--
6	AS	Masculino	Conceição do Almeida (BA)	--
7	ASS	Masculino	Sobradinho em Laje (BA)	--
8	AP 2	Masculino	--	Fazenda São Jorge em Laje (BA)
9	BLSS**	Masculino	Cruzeiro em Laje (BA)	--
10	CSP	Masculino	Riacho da Lama em Laje (BA)	--
11	CV	Masculino	Km 22 em Laje (BA)	--
12	DSS**	Masculino	Cruzeiro em Laje (BA)	--
13	DJA**	Masculino	Cruzeiro em Laje (BA)	Fazenda Novo Horizonte Laje (BA)
14	ESC**	Masculino	Rio de Areia em Laje (BA)	--
15	EJS**	Masculino	Km 17 em Laje (BA)	Fazenda Sombra Verde em Valença (BA)
16	EL	Masculino	Km 17 em Laje (BA)	--
17	EB	Masculino	Serra do Frio em Laje (BA)	--
18	FC	Masculino	Cruzeiro em Laje (BA)	--
19	GDS**	Masculino	Sobradinho em Laje (BA)	--
20	GSS**	Masculino	Cruzeiro em Laje (BA)	--
21	GJS**	Feminino	Cruzeiro em Laje (BA)	--
22	HSTA**	Masculino	Muquiba em São Miguel das Matas (BA)	Fazenda Floresta em São Miguel das Matas (BA)
23	HDN**	Masculino	Cruzeiro em Laje (BA)	--
24	IP	Masculino	Riacho da Lama em Laje (BA)	--
25	JS 1	Masculino	--	Fazenda Novo Horizonte II em Valença (BA)
26	JSS**	Masculino	Cruzeiro em Laje (BA)	--
27	JJS**	Masculino	Cruzeiro em Laje (BA)	Fazenda Floresta em São Miguel das Matas (BA)
28	JP**	Masculino	Rio de Areia (BA)	--
29	JBS**	Masculino	Cruzeiro em Laje (BA)	--
30	JDS**	Masculino	--	--
31	JHO	Masculino	--	--

32	JOS**	Masculino	--	--
33	JS 2	Masculino	Sapeaçu (BA)	--
34	J	Masculino	Areia Fina em Laje (BA)	Fazenda Floresta em São Miguel das Matas (BA)
35	JHS	Masculino	--	Fazenda Capela em Jaguaripe (BA)
36	JS 3	Masculino	--	--
37	L	Feminino	Cruzeiro em Laje (BA)	Fazenda Sombra Verde em Valença (BA)
38	MF	Feminino	Cruzeiro em Laje (BA)	--
39	MPS**	Masculino	--	--
40	MA	Feminino	Cruzeiro em Laje (BA)	--
41	MSJ**	Feminino	Cruzeiro em Laje (BA)	--
42	MHSS	Feminino	Sobradinho em Laje (BA)	--
43	MBR	Feminino	--	--
44	MLNC	Feminino	Sapeaçu (BA)	Fazenda Palmeira II em Sapeaçu (BA)
45	MF	Feminino	Cruzeiro em Laje (BA)	--
46	NBS	Masculino	Rio de Areia em Laje (BA)	Fazenda Floresta em São Miguel das Matas (BA)
47	OJC 1**	Masculino	Areia Fina em Laje (BA)	Fazenda Floresta em São Miguel das Matas (BA)
48	OJC 2**	Masculino	Cruzeiro em Laje (BA)	--
49	PDN	Masculino	Sobradinho em Laje (BA)	--
50	RC	Masculino	Sapeaçu (BA)	Fazenda Palmeira I em Sapeaçu (BA)
51	RN	Feminino	Outeiro em Laje (BA)	--
52	RJA**	Masculino	Cruzeiro em Laje (BA)	--
53	RJJS**	Masculino	Cruzeiro em Laje (BA)	--
54	RS 1	Masculino	--	--
55	RMJ	Masculino	--	--
56	RCJS**	Masculino	Cruzeiro em Laje (BA)	--
57	RS 2	Feminino	Sapeaçu (BA)	Fazenda Palmeira I em Sapeaçu (BA)
58	RP	Masculino	Cruzeiro em Laje (BA)	Fazenda São Jorge em Laje (BA)
59	RFS	Masculino	Areia Fina em Laje (BA)	--
60	VJS**	Masculino	Cruzeiro em Laje (BA)	--

* A ordem é a alfabética e segue o padrão do nome completo dos cooperados.

** São os sócios-fundadores.

FONTE: COOPAMIDO (2011a, 2011b); Trabalho de campo (2013-2017).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice B – Perfil das pessoas entrevistadas no trabalho de campo da Tese:

Identificação	Gênero	Idade	Comunidade	Ocupação	Data
Entrevista 1	Masculino	51	Outeiro	Agricultor	24/02/2014
Entrevista 2	Feminino	51	Gameleira	Plantar mandioca	24/02/2014
Entrevista 3	Masculino	26	Rio de Areia	Cabelereiro	16/08/2016
Entrevista 4	Masculino	56	Gameleira	Dono casa de farinha	24/02/2014
Entrevista 5	Masculino	39	Ceasa	Agricultor e sindicalista	14/03/2014
Entrevista 6	Masculino	45	Sobradinho	Cooperado	06/07/2014
Entrevista 7	Masculino	59	Gameleira	Agricultor	16/05/2015
Entrevista 8	Masculino	58	Ribeirão	Agricultor e sindicalista	19/06/2015
Entrevista 9	Feminino	57	Capão	Aposentada	14/03/2014
Entrevista 10	Feminino	39	Ceasa	Agricultora	14/03/2014
Entrevista 11	Feminino	39	Sobradinho	Cooperada	01/07/2014
Entrevista 12	Masculino	Não informado	Cruzeiro	Colaborador CEA	21/10/2013 05/06/2014
Entrevista 13	Feminino	Não informado	Mutuípe	Colaboradora CEA	01/10/2012
Entrevista 14	Feminino	20	Outeiro	Ex-cooperada	06/05/2014
Entrevista 15	Feminino	Não informado	Rio de Areia	Agricultora	06/07/2014
Entrevista 16	Masculino	Não informado	Entroncamento de Laje	Plantador de mandioca e cacau	24/02/2014
Entrevista 17	Feminino	Não informado	Gameleira	Agricultora	24/02/2014
Entrevista 18	Feminino	43	Rio de Areia	Professora	06/07/2014
Entrevista 19	Feminino	48	Engenheiro Pontes	Agricultora e sindicalista	11/03/2014
Entrevista 20	Feminino	57	Engenheiro Pontes	Raspa mandioca	01/05/2014
Entrevista 21	Masculino	41	Cutia	Cooperado	19/07/2014
Entrevista 22	Masculino	33	Riacho da Lama	Cooperado	19/07/2014
Entrevista 23	Masculino	--	Outeiro	Agricultor	20/04/2017

FONTE: Trabalho de campo (2013-2017).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima

Apêndice C 1 – Estrutura fundiária do município de Laje, Bahia, 1920:

Grupo de área	Estabelecimento (n°)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
até 41 ha	47	20	20,89	0,4
41 a menos de 100 ha	67	65	29,78	1,1
101 a menos de 200 ha	16	134	7,11	2,3
201 a menos de 400 ha	32	252	14,22	4,3
401 a menos de 1000 ha	42	617	18,66	10,6
1001 a menos de 2000 ha	20	1.248	8,9	21,4
2001 a menos de 5000 ha	1	3.485	0,44	59,9
5001 a menos de 10000 ha	--	--	--	--
10001 a menos 25000	--	--	--	--
25001 a mais	--	--	--	--
TOTAL	225	5.821	100	100

FONTE: IBGE. Censo Agrícola 1920 *apud* GeografAR (2011).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice C 2a – Evolução da estrutura fundiária de Laje (BA): estabelecimentos e área ocupada em valores absolutos, 1940-1960:

Grupo de área	1940		1950		1960	
	Estabelecimento (unidade)	Área (ha)	Estabelecimento (unidade)	Área (ha)	Estabelecimento (unidade)	Área (ha)
< 1	1	0	--	--	1	1
1 < 2	3	0	--	--	4	7
2 < 5	18	73	44	146	64	225
5 < 10	62	443	98	656	173	1.264
10 < 20	194	2.654	212	3.017	189	2.523
20 < 50	236	7.017	216	5.855	271	7.978
50 < 100	80	5.097	56	3.445	86	5.913
100 < 200	33	4.213	29	3.562	34	4.453
200 < 500	14	0	19	4.991	29	7.980
500 < 1000	--	--	4	2.050	9	5.370
+ de 1000	--	--	--	--	--	--
TOTAL	641	19.497	678	23.722	860	35.714

FONTE: IBGE. Censo Agrícola 1940-1960 *apud* GeografAR (2011).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice C 2b – Evolução da estrutura fundiária de Laje (BA): estabelecimentos e área ocupada em valores relativos, 1940-1960:

Grupo de área	1940		1950		1960	
	Estabelecimento (%)	Área (%)	Estabelecimento (%)	Área (%)	Estabelecimento (%)	Área (%)
< 1	0,16	0,00	--	--	0,12	
1 < 2	0,47	0,00	--	--	0,47	0,02
2 < 5	2,81	0,37	6,49	0,62	7,44	0,63
5 < 10	9,67	2,27	14,45	2,77	20,12	3,54
10 < 20	30,27	13,61	31,27	12,72	21,98	7,06
20 < 50	36,82	35,99	31,86	24,68	31,51	22,34
50 < 100	12,48	26,14	8,26	14,52	10,00	16,56
100 < 200	5,15	21,61	4,28	15,02	3,95	12,47
200 < 500	2,18		2,80	21,04	3,37	22,34
500 < 1000	--	--	0,59	8,64	1,05	15,04
+ de 1000	--	--	--	--	--	--
TOTAL	100	100	100	100	100	100

FONTE: IBGE. Censo Agrícola 1940-1960 *apud* GeografAR (2011).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice C 3a – Evolução da estrutura fundiária de Laje (BA): estabelecimentos e área ocupada em valores absolutos, 1970-1985:

Grupo de área	1970		1975		1980		1985	
	Estabelecimento (unidade)	Área (ha)	Estabelecimento (unidade)	Área (ha)	Estabelecimento (unidade)	Área (ha)	Estabelecimento (unidade)	Área (ha)
< 1	1	1			22	17	124	90
1 < 2	21	30	5	8	65	99	236	355
2 < 5	166	587	94	355	347	1.192	487	1.584
5 < 10	232	1.692	151	1.185	257	1.854	264	1.927
10 < 20	257	3.609	226	3.264	212	2.887	266	3.765
20 < 50	302	9.459	293	9.360	281	8.534	294	8.886
50 < 100	126	9.201	123	8.604	104	7.225	101	7.044
100 < 200	53	7.204	44	5.864	49	6.479	35	4.833
200 < 500	32	9.695	50	14.972	23	6.929	28	8.083
500 < 1000	2	1.389	7	4.454	2	1.462	4	3.049
1000 < 2500	1	1.089	1	1.063	--	--	2	2.515
+ de 2500	1	4.356	--	--	--	--	--	--
TOTAL	1.194	48.312	994	49.129	1.362	36.678	1.841	42.131

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário 1970-1985 *apud* GeografAR (2011). ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice C 3b – Evolução da estrutura fundiária de Laje (BA): estabelecimentos e área ocupada em valores relativos, 1970-1985:

Grupo de área	1970		1975		1980		1985	
	Estabelecimento (%)	Área (%)	Estabelecimento (%)	Área (%)	Estabelecimento (%)	Área (%)	Estabelecimento (%)	Área (%)
< 1	0,08				1,62	0,05	6,74	0,21
1 < 2	1,76	0,06	0,50	0,02	4,77	0,27	12,82	0,84
2 < 5	13,90	1,22	9,46	0,72	25,48	3,25	26,45	3,76
5 < 10	19,43	3,50	15,19	2,41	18,87	5,05	14,34	4,57
10 < 20	21,52	7,47	22,74	6,64	15,57	7,87	14,45	8,94
20 < 50	25,29	19,58	29,48	19,05	20,63	23,27	15,97	21,09
50 < 100	10,55	19,04	12,37	17,51	7,64	19,70	5,49	16,72
100 < 200	4,44	14,91	4,43	11,94	3,60	17,66	1,90	11,47
200 < 500	2,68	20,07	5,03	30,47	1,69	18,89	1,52	19,19
500 < 1000	0,17	2,88	0,70	9,07	0,15	3,99	0,22	7,24
1000 < 2500	0,08	2,25	0,10	2,16	--	--	0,11	5,97
+ de 2500	0,08	9,02	--	--	--	--	--	--
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário 1970-1985 *apud* GeografAR (2011). ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

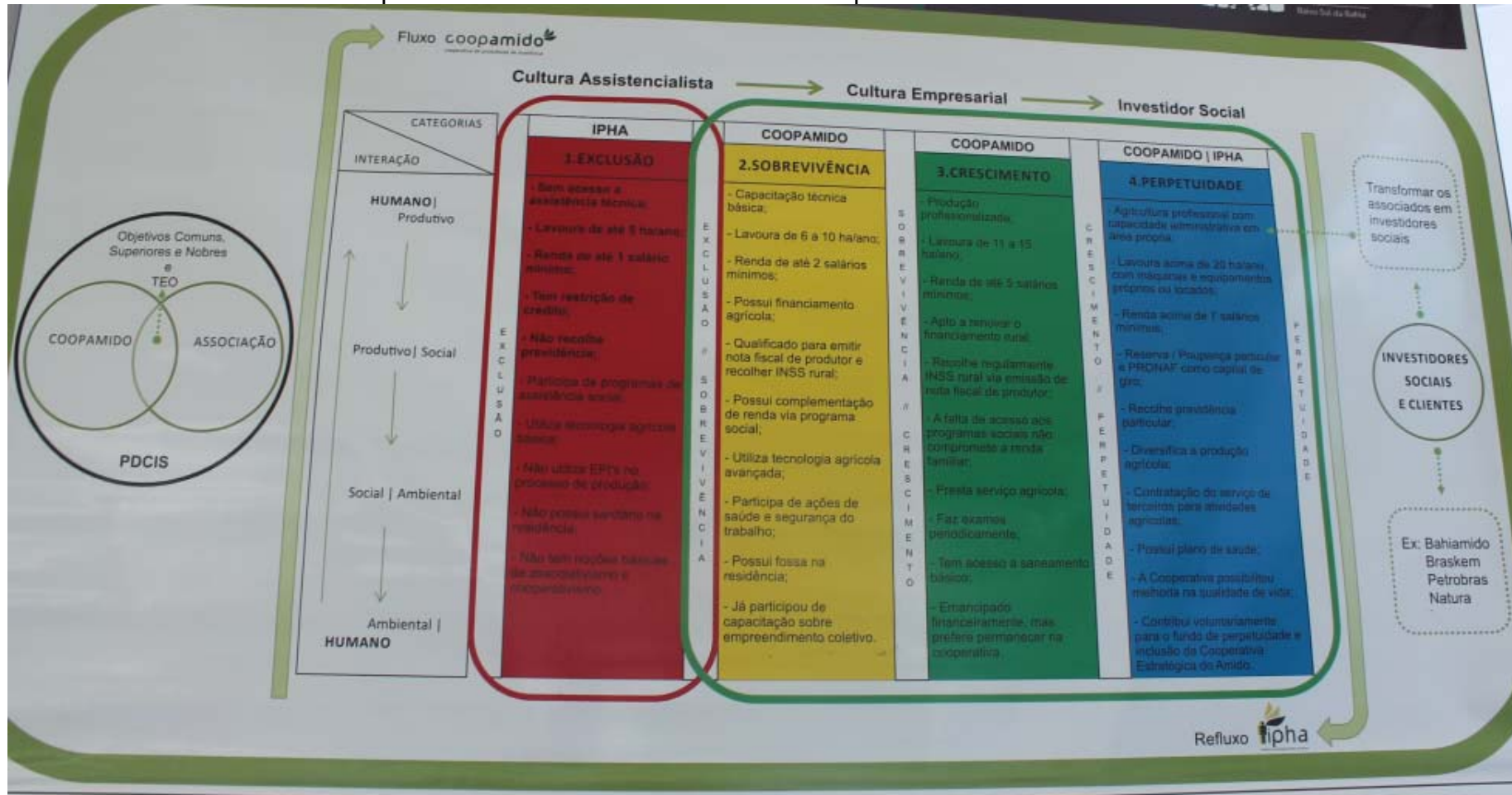
Apêndice C 4 – Estrutura fundiária do município de Laje, Bahia, 1995/1996:

Grupo de área	Estabelecimento (n°)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
até 2 ha	590	609	26,59	1,62
2 a menos de 5 ha	613	1792	27,63	4,79
5 a menos de 10 ha	388	2612	17,49	6,98
10 a menos de 20 ha	287	3891	12,93	10,40
20 a menos de 50 ha	199	5935	8,97	15,86
50 a menos de 100 ha	81	5495	3,65	14,68
100 a menos de 200 ha	30	4175	1,35	11,16
200 a menos de 500 ha	24	7372	1,08	19,70
500 a menos de 1000 ha	6	3847	0,27	10,28
1.000 a mais	1	1700	0,05	4,54
TOTAL	2.219	37.428	100	100

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário 1996 *apud* GeografAR (2011).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice D 1 – Plano de carreira dos cooperados da COOPAMIDO:



FONTE: Semana Eco Mani (2014).
 ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice D 2 – Plano de carreira dos cooperados da COOPAMIDO:

IPHA	COOPAMIDO	COOPAMIDO	COOPAMIDO/IPHA
1 Exclusão	2 Sobrevivência	3 Crescimento	4 Perpetuidade
Sem acesso a assistência técnica	Capacitação técnica básica	Produção profissionalizada	Agricultura profissional com capacidade administrativa em área própria
Lavoura de até 5ha/ano	Lavoura de 6 a 10ha/ano	Lavoura de 11 a 15ha/ano	Lavoura acima de 20ha/ano, com máquinas e equipamentos próprios ou locados
Renda de até 1 salário mínimo	Renda de até 2 salários mínimos	Renda de até 5 salários mínimos	Renda de até 7 salários mínimos
Tem restrição de crédito	Possui financiamento agrícola	Apto a renovar o financiamento rural	Reserva/poupança particular e PRONAF como capital de giro
Não recolhe previdência	Qualificado para emitir nota fiscal de produtor e recolher INSS rural	Recolhe regularmente INSS rural via emissão de nota fiscal do produtor	Recolhe previdência particular
Participa de programas de assistência social	Possui complementação de renda via programa social	A falta de acesso aos programas sociais não compromete a renda familiar	Diversifica a produção agrícola
Utiliza tecnologia agrícola básica	Utiliza tecnologia agrícola avançada	Presta serviço agrícola	Contratação do serviço de terceiros para atividades agrícolas
Não utiliza EPI's no processo de produção	Participa de ações de saúde e segurança do trabalho	Faz exames periodicamente	Possui plano de saúde
Não possui sanitário na residência	Possui fossa na residência	Tem acesso a saneamento básico	A "Cooperativa" possibilitou a melhoria na qualidade de vida
Não tem noções básicas de associativismo e cooperativismo	Já participou de capacitação sobre empreendimento coletivo	Emancipado financeiramente, mas prefere permanecer na "Cooperativa"	Contribui voluntariamente para o futuro de perpetuidade e inclusão da Cooperativa Estratégica do Amido

FONTE: Semana Eco Mani (2014).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice E – Sócios do SINTRAF-Laje por comunidade e por categoria de acesso à terra, dezembro de 2016:

N	Comunidade	Quantidade de sócios	Quantidade de sócios com terra própria	Quantidade de sócios com comodato
1	Água vermelha	3	1	2
2	Areia Fina	19	2	17
3	Baixa de Areia	6	1	5
4	Barro	2	--	2
5	Beira do Rio	7	--	7
6	Boa Vista	6	1	5
7	Bom Jardim	5	--	5
8	Borges	14	4	10
9	Capão	7	2	5
10	Cariri	7	2	5
11	Ceasa	2	--	2
12	Corta Mão	5	--	5
13	Cruzeiro	28	5	23
14	Cutia	6	1	5
15	Dendezeiro	2	--	2
16	Deus Dará	7	2	5
17	Engenheiro Pontes	37	1	36
18	Entroncamento Laje	17	1	16
19	Esconça	4	--	4
20	Funil	4	--	4
21	Gameleira	3	--	3
22	Itaparica	14	4	10
23	Jacaré	1	--	1
24	Jubeba	2	--	2
25	KM 17	45	11	34
26	KM 22	8	3	5
27	Nova Luz	1	--	1
28	Outeiro	22	4	18
29	Pimenteira	8	--	8
30	Pindoba	7	--	7
31	Ponte de Ferro	5	--	5
32	Quilombo	13	1	12
33	Rampa	8	--	8
34	Riachão	13	3	10
35	Riacho Alegre	8	1	7
36	Riacho da Lama	18	6	12
37	Ribeirão	11	3	8
38	Rio de Areia	53	11	42
39	Ronco d'água	12	3	9
40	Samambaia	6	1	5
41	Serra do Frio	17	1	16
42	Sete Voltas	17	4	13
43	Sobradinho	15	3	12
44	Terra Seca	16	2	14
45	Torre	3	--	3
46	Tourinho	8	--	8
Sede		7	--	7
Total		529	84	445

FONTE: SINTRAF-Laje (2016).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice F – Associações comunitárias do município de Laje, Bahia, janeiro de 2013:

N	Nome das Associações Rurais	Iniciais do nome
1	Assoc. Benef. Cul. Rec. e Com. de Laje	RMS
2	Assoc. Benef. dos Peq. Agricultores do Jacaré	JSS
3	Assoc. Benef. Mor. e Agric. do Cruzeiro	JDJ
4	Assoc. C R. Ambientalista e Médio Agr. E. Pontes e Região	JHOS
5	Assoc. Com. Benef. dos Peq. Prod. Rurais da Samambaia	RMSC
6	Assoc. Com. dos Amig. e Mor. da Ponte Jiquiriçá	JJP
7	Assoc. Com. dos Mor. e Agricultores do Riachão	JMS
8	Assoc. Com. dos Peq. Prod. R. de Itaparica	DS
9	Assoc. Com. dos Peq. Prod. R. de Sobradinho	BFJ
10	Assoc. Com. Dos Peq. Prod. Rur. De Areia Fina	FLS
11	Assoc. Com. dos Peq. Prod. Rurais de Beira do Rio	AJS
12	Assoc. Com. dos Peq. Prod. Rurais do Km 22	MCS
13	Assoc. Com. dos Pr. R. de B. J. da Água Vermelha	IGS
14	Assoc. Com. E Benef. De Mor. E Agric. Do Capão	N
15	Assoc. Com. e Benef. dos Mor. e Agric. da Pindoba	LSJ
16	Assoc. Com. e de Peq. Prod. R. do Funil	MP
17	Assoc. Com. Peq. Prod. R. Prot. Mat. Inf. Adol. Pimenteira	FMS
18	Assoc. Comum. e Benef. dos Peq. Agric. do Quilombo	OBS
19	Assoc. Cult. e Com. Pion. do Pov. Marcolina	C
20	Assoc. Desenv. Com. Benf. Eng ^o Pontes	GSN
21	Assoc. dos Artesões do Entroncamento de Laje	ESSF
22	Assoc. dos Moradores da Serra do Frio	VRP
23	Assoc. dos Moradores e Agric. do Km 17	DL
24	Assoc. dos Peq. Agric. da Terra Seca	O
25	Assoc. dos Peq. Agric. R. de Baixa de Areia	MJB
26	Assoc. dos Peq. Prod. R. da Com. de Sto Ant ^o . do Outeiro	MDJS
27	Assoc. dos Peq. Prod. R. do Rio de Areia	EP
28	Assoc. dos Peq. Prod. R. do Ronco Dágua	ARN
29	Assoc. dos Peq. Prod. R. do Tourinho	LRJ
30	Assoc. dos Peq. Prod. Rurais do Barro	VS
31	Assoc. dos Peq. Prod. Rurais da Gameleira	CSJ
32	Assoc. dos Peq. Prod. Rurais de Boa Vista	AS
33	Assoc. dos Peq. Prod. Rurais de Sete Voltas	NPA
34	Assoc. dos Peq. Prod. Rurais do Ceasa	CMJ
35	Assoc. dos Peq. Prod. Rurais do Torre	ACS
36	Assoc. Peq. Prod. Rurais de Dendezeiros	RPS
37	Associação Comunitária Produtores Rurais Rio de Areia	ES
38	Associação Desportiva Real Ponte (Eng ^o . P.)	MJS
39	Associação dos Agricultores Familiares do Borges	VMP
40	Associação dos Pequenos Produtores Rurais Deus Dará	NSJ
41	Associação Moradores e dos Prod. Rurais Eng ^o . Pontes	LCAS
N	Nome das Associações Urbanas	Presidente
1	Assoc. Comum. Moradores da Rua da Linha do Calabar	GM
2	Assoc. Comunitária, Benef. e Cult. de Mor. do Arco-íris	GJC
3	Assoc. Cultural Comun Bairro da Ladeira	SAS
4	Assoc. de Peq. Prod. R. da Nova Luz	ES
5	Assoc. dos Feirantes do Município de Laje	ADSF
6	Associação de Transporte Alternativo	NSS
7	Associação dos A gentes Comunitário de Saúde	JBS
8	Associação dos Moradores do Penedo	ISS
9	Associação Esporte Clube Quarenta	JBSF
10	Associação Lajista de Mototaxista União	OSM
11	Associação Lajista dos Moto-Taxista	EJS

FONTE: Trabalho de campo (2014).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice G – Levantamento parcial do tamanho das propriedades identificadas no município de Laje (BA), 2014-2015:

PROPRIEDADES ATÉ 5 HECTARES IDENTIFICADAS POR COMUNIDADE										
N	Iniciais do nome	Comunidade	Ocupação	Sexo	Idade	Imóvel (ha)*	Escolaridade	SINTRAF	Associação	Data
1	VSS	Areia Fina	Raspadeira	F	26	1,6	Médio Incompleto	Sim	Sim	11/04/14
2	PLM	Baixa de Areia	Estudante	F	19	0,8	Médio Completo	Não	Sim	10/09/14
3	LSC	Baixa de Areia	Ajuda na roça	M	19	1,2	Médio Completo	Não	Sim	10/09/14
4	DSM	Baixa de Areia	Agricultora	F	18	1,6	Médio Completo	Não	Sim	10/09/14
5	LBS	Baixa de Areia	Estudante	F	17	1,6	Médio Completo	--	--	10/09/14
6	MSC	Baixa de Areia	Estudante	M	17	3,6	Médio Completo	Não	Sim	10/09/14
7	ASC	Beira do Rio	Estudante	F	19	0,8	Superior Incompleto	Sim	Sim	10/09/14
8	NRFS	Beira do Rio	Agricultor	M	23	2	Médio Completo	Não	Sim	10/09/14
9	RSS	Boa Vista	Estudante	F	20	0,8	Médio Completo	Não	Sim	10/09/14
10	TSS	Boa Vista	Estudante	F	17	0,8	Médio Completo	Não	Sim	10/09/14
11	JPS	Boa Vista	Estudante	F	17	1,2	Médio Completo	Não	Sim	10/09/14
12	DSS	Borges	Agricultora	F	19	1,2	Médio Completo	Não	Sim	10/09/14
13	JJS	Cutia	Estudante	F	16	1,2	Médio Incompleto	Não	Sim	11/04/14
14	JAS	Cutia	Estudante	F	16	1,6	Médio Incompleto	Não	Sim	11/04/14
15	AS	Eng. Pontes	Estudante	M	19	0,8	Médio Incompleto	Não	Sim	10/09/14
16	KS	Eng. Pontes	Estudante	F	17	0,8	Médio Completo	Não	Sim	10/09/14
17	MNBN	Eng. Pontes	Raspadeira	F	57	0,4	--	--	--	01/05/14
18	NJC	Ent. Laje	Agricultor	M	--	1,2	Fundamental Incompleto	Sim	Sim	24/02/14
19	CSJ	Ent. Laje	Cabelereiro e agricultor	M	33	1,4	Médio Incompleto	Não	Sim	24/02/14
20	JJJ	Ent. Laje	Agricultor	M	--	1,4	Fundamental Incompleto	Sim	Sim	24/02/14
21	F	Funil	Agricultora	F	53	0,8	--	--	--	14/10/15
22	DCS	Gameleira	Lavrador	M	52	0,8	Não estudou	Sim	Sim	24/02/14
23	VS	Gameleira	Trabalhador rural	M	--	1,2	--	--	--	16/10/15
24	EMS	Gameleira	Lavadora	F	48	1,6	Não estudou	Sim	Sim	24/02/14
25	MA	Gameleira	Dono casa farinha	M	51	1,6	--	--	--	14/10/15
26	MJCS	Gameleira	Agricultora	F	--	1,6	Fundamental Incompleto	Sim	Sim	24/02/14
27	IJ	Gameleira	Aposentado	M	--	2	--	--	--	24/02/14
28	IB	Gameleira	Dono casa farinha	M	56	2	--	--	--	14/10/15
29	MGJS	Gameleira	Trabalha na roça	F	51	2	Fundamental Incompleto	Sim	Sim	24/02/14
30	MCSO	Jacaré	Dono casa farinha	F	--	4	--	--	--	14/10/15
31	RSNS	Outeiro	Ex-cooperada	F	20	1,6	Médio Completo	Sim	Não	06/05/14
32	SSS	Outeiro	Agricultor	M	17	1,6	Médio Completo	Não	Sim	10/09/14
33	JM	Riachão	Agricultor	M	21	0,8	Médio Completo	--	--	10/09/14
34	ASMS	Riachão	Agricultora	F	22	1,6	Médio Completo	Sim	Sim	11/04/14
35	JC	Riachão	Lavrador	M	42	2,8	Fundamental Incompleto	Sim	Sim	11/07/14
36	CSP	Riacho Lama	Cooperado	M	41	3,2	Fundamental Incompleto	Sim	Não	19/07/14
37	MAC	Ribeirão	Agricultor	M	58	0,8	Não estudou	Sim	Sim	11/04/14
38	RSJ	Rio de Areia	Estudante	F	15	0,6	Médio Incompleto	Não	Sim	11/04/14

39	SSS	Rio de Areia	Estudante	F	16	0,8	Médio Incompleto	Não	Sim	11/04/14
40	USP	Rio de Areia	Professor	M	23	2	Superior Completo	Não	Sim	30/12/15
41	VNS	Ronco d'água	Diretora SINTRAF	F	28	0,8	Médio Completo	Sim	Sim	11/04/14
42	VJS	Ronco d'água	Estudante	M	17	2,8	Fundamental Incompleto	Não	Sim	11/04/14
43	TCS	Serra do Frio	Estudante	F	18	0,8	Médio Completo	Sim	Não	10/09/14
44	ASS	Sobradinho	Cooperado	M	45	0,8	Fundamental Incompleto	Sim	Sim	05/07/14
45	MHSS	Sobradinho	Cooperada	F	39	4	Fundamental Incompleto	Sim	Não	01/07/14
46	RSS	Tourinho	Estudante	F	24	1,4	Médio Completo	--	--	11/04/14

Tamanho médio das 46 propriedades identificadas com até 5 hectares: 1,52

Moda das propriedades identificadas com menos de 5 hectares: 0,8

PROPRIEDADES COM MAIS 5 HECTARES IDENTIFICADAS POR COMUNIDADE

N	Nome	Comunidade	Ocupação	Sexo	Idade	Imóvel (ha)	Escolaridade	SINTRAF	Associação	Data
1	MN	Beira do Rio	Aposentado	M	75	7,2	--	--	--	15/10/15
2	A	Beira do Rio	Dona casa farinha	F	--	20	--	--	--	15/10/15
3	MM	Funil	Aposentada	F	70	24	--	--	--	14/10/15
4	GCS	Jacaré	Dono casa farinha	M	--	7,2	--	--	--	14/10/15
5	APS	Jacaré	Dona casa farinha	F	60	12	--	--	--	14/10/15
6	S	Pimenteira	Dono casa farinha	M	--	8	--	--	--	15/10/15
7	LJB	Riachão	Trabalha zona rural	F	24	5,6	Médio Incompleto	Sim	Sim	11/07/14
8	IP	Riacho Lama	Cooperado	M	32	5,2	Fundamental Incompleto	Não	Não	19/07/14
9	MMJ	Serra do frio	Agricultor	M	28	6	Médio Completo	Não	Não	10/09/14
10	EB	Serra do Frio	Produtor ex-vereador	M	--	180	--	--	--	16/10/15
11	CSB	Tourinho	Diretoria SINTRAF	F	18	6	Médio Completo	Sim	Sim	11/04/14
12	CSB	Tourinho	--	F	17	6	Médio Completo	Sim	Sim	11/04/14
13	RSB	Tourinho	Agricultora	M	22	6	Médio Completo	Sim	Sim	10/09/14
14	RSB	Tourinho	Agricultora	F	19	6	Médio Incompleto	Sim	Sim	10/09/14
15	A	Tourinho	Dono casa farinha	M	--	8	--	--	--	16/10/15
16	ASS	Tourinho	Dono casa farinha	M	--	8,8	--	--	--	16/10/15
17	AJS	Tourinho	Dona casa farinha	F	58	12	--	--	--	15/10/15

TAMANHO MÉDIO DAS 17 PROPRIEDADES IDENTIFICADAS COM MAIS DE 5 HECATRES: 18,9

MODA DAS PROPRIEDADES IDENTIFICADAS COM MAIS DE 5 HECATRES: 6

TAMANHO MÉDIO DAS 63 PROPRIEDADES IDENTIFICADAS: 6,3

MODA DAS 63 PROPRIEDADES IDENTIFICADAS: 0,8

* Para os cálculos 1 hectare equivale a 2,5 tarefas.

FONTE: Trabalho de campo (2014-2015).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice H 1 – Relação das casas de farinha identificadas e georeferenciadas em Laje por comunidade (BA):

N	Comunidade	Inicial do proprietário	Situação
1	Água vermelha	B	Casa farinha particular em funcionamento
2	Água vermelha	D	Casa farinha particular em funcionamento
3	Água vermelha	F	Casa farinha particular em funcionamento
4	Água vermelha	T	Casa farinha particular em funcionamento
5	Água vermelha	Z	Casa farinha particular em funcionamento
6	Areia Fina	T	Casa farinha particular em funcionamento
7	Barro	L	Casa farinha particular desativada
8	Barro	MJ ou V	Casa farinha particular desativada
9	Barro	G	Casa farinha particular em funcionamento
10	Barro	F	Casa farinha particular em funcionamento
11	Beira do Rio	Comunitária	Casa farinha comunitária em funcionamento
12	Beira do Rio	A	Casa farinha particular em funcionamento
13	Beira do Rio	A	Casa farinha particular em funcionamento
14	Borges	H	Casa farinha particular desativada
15	Borges	Z	Casa farinha particular desativada
16	Borges	Sem identificação proprietário BO 2	Casa farinha particular desativada
17	Borges	APS	Casa farinha particular em funcionamento
18	Borges	B	Casa farinha particular em funcionamento
19	Borges	Sem identificação proprietário BO 1	Casa farinha particular em funcionamento
20	Borges	Sem identificação proprietário BO 3	Casa farinha particular em funcionamento
21	Borges	S	Casa farinha particular em funcionamento
22	Capão	A	Casa farinha particular em funcionamento
23	Capão	M	Casa farinha particular em funcionamento
24	Cariri	E	Casa farinha particular desativada
25	Ceasa	A	Casa farinha particular desativada
26	Cruzeiro	C	Casa farinha particular desativada
27	Cruzeiro	J	Casa farinha particular desativada
28	Cruzeiro	A	Casa farinha particular em funcionamento
29	Cruzeiro	C	Casa farinha particular em funcionamento
30	Cruzeiro	G	Casa farinha particular em funcionamento
31	Cruzeiro	M	Casa farinha particular em funcionamento
32	Cruzeiro	R	Casa farinha particular em funcionamento
33	Cutia	JB	Casa farinha particular em funcionamento
34	Dendezeiro	Comunitária	Casa farinha comunitária desativada
35	Deus Dará	L	Casa farinha particular desativada
36	Deus Dará	D	Casa farinha particular em funcionamento
37	Engenheiro Pontes	Ruínas de W	Casa farinha particular desativada
38	Engenheiro Pontes	D	Casa farinha particular em funcionamento
39	Engenheiro Pontes	G	Casa farinha particular em funcionamento
40	Engenheiro Pontes	GB	Casa farinha particular em funcionamento
41	Engenheiro Pontes	J	Casa farinha particular em funcionamento
42	Engenheiro Pontes	M	Casa farinha particular em funcionamento
43	Engenheiro Pontes	N	Casa farinha particular em funcionamento
44	Engenheiro Pontes	N	Casa farinha particular em funcionamento
45	Engenheiro Pontes	P	Casa farinha particular em funcionamento
46	Engenheiro Pontes	R	Casa farinha particular em funcionamento
47	Engenheiro Pontes	R	Casa farinha particular em funcionamento
48	Engenheiro Pontes	Sem identificação EP 1	Casa farinha particular em funcionamento
49	Engenheiro Pontes	Sem identificação EP 2	Casa farinha particular em funcionamento
50	Engenheiro Pontes	Sem identificação EP 3	Casa farinha particular em funcionamento
51	Engenheiro Pontes	TV	Casa farinha particular em funcionamento
52	Esconça	B	Casa farinha particular desativada
53	Esconça	S	Casa farinha particular desativada
54	Funil	Comunitária	Casa farinha comunitária em funcionamento
55	Funil	F	Casa farinha particular em funcionamento
56	Funil	Z	Casa farinha particular em funcionamento
57	Gameleira	Comunitária	Casa farinha comunitária em funcionamento
58	Gameleira	AL	Casa farinha particular em funcionamento
59	Gameleira	G	Casa farinha particular em funcionamento
60	Gameleira	MA	Casa farinha particular em funcionamento
61	Gameleira	MBM	Casa farinha particular em funcionamento
62	Gameleira	ZH	Casa farinha particular em funcionamento
63	Jacaré	Comunitária	Casa farinha comunitária em funcionamento
64	Jacaré	APS	Casa farinha particular em funcionamento
65	Jacaré	B	Casa farinha particular em funcionamento
66	Jacaré	G	Casa farinha particular em funcionamento
67	Jacaré	L	Casa farinha particular em funcionamento

68	Km 17	Comunitária KM 17*	Casa farinha comunitária em funcionamento
69	Km 17	Ruínas de J	Casa farinha particular desativada
70	Km 17	A	Casa farinha particular em funcionamento
71	Km 17	T	Casa farinha particular em funcionamento
72	KM 17	M	Casa farinha particular em funcionamento
73	Km 22	GLS	Casa farinha particular em funcionamento
74	Outeiro	Comunitária	Casa farinha comunitária em funcionamento
75	Pimenteira	Comunitária	Casa farinha comunitária desativada
76	Pimenteira	E	Casa farinha particular em funcionamento
77	Pimenteira	P	Casa farinha particular em funcionamento
78	Pindoba	Comunitária	Casa farinha comunitária em funcionamento
79	Pindoba	D	Casa farinha particular em funcionamento
80	Pindoba	G	Casa farinha particular em funcionamento
81	Pindoba	J	Casa farinha particular em funcionamento
82	Pindoba	J	Casa farinha particular em funcionamento
83	Pindoba	M	Casa farinha particular em funcionamento
84	Rampa	F	Casa farinha particular em funcionamento
85	Riachão	Comunitária	Casa farinha comunitária desativada
86	Riachão	D	Casa farinha particular desativada
87	Riachão	Sem identificação proprietário RI 2	Casa farinha particular desativada
88	Riachão	AC	Casa farinha particular em funcionamento
89	Riachão	D	Casa farinha particular em funcionamento
90	Riachão	J	Casa farinha particular em funcionamento
91	Riachão	P	Casa farinha particular em funcionamento
92	Riachão	R	Casa farinha particular em funcionamento
93	Riachão	Sem identificação proprietário RI 1	Casa farinha particular em funcionamento
94	Riachão	V	Casa farinha particular em funcionamento
95	Rio de Areia	Comunitária	Casa farinha comunitária em funcionamento
96	Rio de Areia	M	Casa farinha particular desativada
97	Rio de Areia	ACAA	Casa farinha particular desativada
98	Rio de Areia	SJS	Casa farinha particular desativada
99	Rio de Areia	ES	Casa farinha particular em funcionamento
100	Rio de Areia	FJS	Casa farinha particular em funcionamento
101	Rio de Areia	RJP	Casa farinha particular em funcionamento
102	Rio de Areia	Sem identificação proprietário RA 1	Casa farinha particular em funcionamento
103	Rio de Areia	Sem identificação proprietário RA 2	Casa farinha particular em funcionamento
104	Rio de Areia	Z	Casa farinha particular em funcionamento
105	Samambaia	Comunitária	Casa farinha comunitária desativada
106	Serra do Frio	Comunitária	Casa farinha comunitária em funcionamento
107	Serra do Frio	B	Casa farinha particular desativada
108	Serra do Frio	EB	Casa farinha particular em funcionamento
109	Serra do Frio	JTS	Casa farinha particular em funcionamento
110	Serra do Frio	M	Casa farinha particular em funcionamento
111	Serra do Frio	R	Casa farinha particular em funcionamento
112	Sete Voltas	N	Casa farinha particular desativada
113	Sete Voltas	A	Casa farinha particular em funcionamento
114	Sete Voltas	Sem identificação ST1	Casa farinha particular em funcionamento
115	Sobradinho	ACO	Casa farinha particular em funcionamento
116	Sobradinho	C	Casa farinha particular em funcionamento
117	Terra Seca	MJS	Casa farinha particular em funcionamento
118	Terra Seca	MPR	Casa farinha particular em funcionamento
119	Terra Seca	RSA	Casa farinha particular em funcionamento
120	Terra Seca	SAS	Casa farinha particular em funcionamento
121	Tourinho	Comunitária	Casa farinha comunitária em funcionamento
122	Tourinho	A	Casa farinha particular desativada
123	Tourinho	A	Casa farinha particular desativada
124	Tourinho	M	Casa farinha particular desativada
125	Tourinho	EQB	Casa farinha particular desativada
126	Tourinho	A	Casa farinha particular em funcionamento
127	Tourinho	AJS	Casa farinha particular em funcionamento

* Não consta na relação de bens da Prefeitura Municipal de Laje.
FONTE: TRABALHO DE CAMPO, 2014-2017).
ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice H 2 – Relação das casas de farinha identificadas em Laje por comunidade (BA):

N	Comunidade	Proprietário	Situação
1	Água vermelha	Comunitária	Casa farinha comunitária sem informação
2	Areia Fina	Comunitária	Casa farinha comunitária sem informação
3	Areia Fina	B	Casa farinha particular sem informação
4	Areia Fina	O	Casa farinha particular sem informação
5	Ceasa	B	Casa farinha particular em funcionamento
6	Ceasa	B	Casa farinha particular em funcionamento
7	Ceasa	C	Casa farinha particular em funcionamento
8	Ceasa	E	Casa farinha particular desativada
9	Ceasa	G casa I	Casa farinha particular desativada
10	Ceasa	G casa II	Casa farinha particular desativada
11	Ceasa	L	Casa farinha particular desativada
12	Ceasa	MB	Casa farinha particular desativada
13	Ceasa	M	Casa farinha particular desativada
14	Ceasa	M	Casa farinha particular em funcionamento
15	Ceasa	T	Casa farinha particular em funcionamento
16	Ceasa	Z	Casa farinha particular em funcionamento
17	Cruzeiro	Comunitária	Casa farinha comunitária sem informação
18	Cruzeiro	A	Casa farinha particular em funcionamento
19	Cruzeiro	J	Casa farinha particular em funcionamento
20	Cutia	Comunitária	Casa farinha comunitária sem informação
21	Cutia	J	Casa farinha particular sem informação
22	Deus Dará	Comunitária	Casa farinha comunitária sem informação
23	Engenheiro Pontes	ACSS	Casa farinha particular sem informação
24	Engenheiro Pontes	D	Casa farinha particular em funcionamento
25	Engenheiro Pontes	EPA	Casa farinha particular sem informação
26	Engenheiro Pontes	J	Casa farinha particular em funcionamento
27	Engenheiro Pontes	J	Casa farinha particular sem informação
28	Engenheiro Pontes	LAS	Casa farinha particular sem informação
29	Engenheiro Pontes	MSS	Casa farinha particular sem informação
30	Engenheiro Pontes	N	Casa farinha particular em funcionamento
31	Engenheiro Pontes	N	Casa farinha particular em funcionamento
32	Engenheiro Pontes	VS	Casa farinha particular em funcionamento
33	Engenheiro Pontes	VRS	Casa farinha particular sem informação
34	Entroncamento Laje	Comunitária	Casa farinha comunitária sem informação
35	Gameleira	E	Casa farinha particular desativada
36	Gameleira	MJ	Casa farinha particular em funcionamento
37	Gameleira	N	Casa farinha particular em funcionamento
38	Quilombo	Comunitária	Casa farinha comunitária sem informação
39	Riachão	L	Casa farinha particular sem informação
40	Riacho da Lama	ACS	Casa farinha particular sem informação
41	Riacho da Lama	ERS	Casa farinha particular sem informação
42	Riacho da Lama	EPS	Casa farinha particular sem informação
43	Rio de Areia	D	Casa farinha particular em funcionamento
44	Rio de Areia	T	Casa farinha particular em funcionamento
45	Ronco d'água	N	Casa farinha particular sem informação
46	Ronco d'água	ZB	Casa farinha particular sem informação
47	Sede - Faz Poço Óleo	Comunitária	Casa farinha comunitária sem informação
48	Sede - Pça ACM	Comunitária	Casa farinha comunitária sem informação
49	Serra do Frio	L	Casa farinha particular em funcionamento
50	Sete Voltas	A	Casa farinha particular desativada
51	Sobradinho	Comunitária	Casa farinha comunitária sem informação
52	Sobradinho	A	Casa farinha particular sem informação
53	Sobradinho	C	Casa farinha particular sem informação
54	Sobradinho	L	Casa farinha particular sem informação
55	Sobradinho	S	Casa farinha particular sem informação
56	Sobradinho	T	Casa farinha particular sem informação
57	Terra Seca	ECS	Casa farinha particular sem informação
58	Torre	Comunitária	Casa farinha comunitária sem informação
59	Torre	Comunitária	Casa farinha comunitária sem informação
60	Tourinho	EFS	Casa farinha particular sem informação
61	Tourinho	H	Casa farinha particular sem informação
62	Tourinho	I	Casa farinha particular sem informação
63	Tourinho	RS	Casa farinha particular sem informação

FONTE: TRABALHO DE CAMPO, (2014-2017).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice I – Relação entre o rebanho bovino e a lavoura da mandioca no município de Laje (BA), 1974-2015:

Ano	Rebanho Bovino	Área Plantada Mandioca (ha)	Produção Mandioca (t)	Produtividade (t/ha)
1974	7.183	920	18.400	20
1975	12.746	1.000	20.000	20
1976	14.624	1.273	25.478	20
1977	14.559	1.000	20.000	20
1978	13.200	904	16.695	18,4
1979	16.650	1.106	21.670	19,5
1980	13.245	1.048	20.256	19,3
1981	13.907	1.100	22.000	20
1982	15.297	1.194	17.138	14,3
1983	15.940	1.250	18.750	15
1984	16.562	1.300	19.500	15
1985	18.629	1.200	18.000	15
1986	19.123	1.200	18.000	15
1987	19.685	1.200	18.000	15
1988	19.550	1.205	18.075	15
1989	20.000	1.080	12.960	12
1990	21.700	1.100	13.200	12
1991	23.000	5.760	63.360	11
1992	26.634	6.000	66.000	11
1993	29.830	5.760	63.360	11
1994	33.409	5.650	65.800	11,6
1995	37.140	1.546	19.325	12,5
1996	35.284	1.758	21.096	12
1997	36.356	1.792	22.508	12,5
1998	40.718	1.815	27.225	15
1999	33.412	5.587	83.805	15
2000	27.598	6.564	78.893	12
2001	25.785	6.565	78.780	12
2002	24.824	4.595	54.738	12,5
2003	25.250	4.520	54.240	12
2004	24.925	4.200	50.400	12
2005	15.258	4.250	51.000	12
2006	15.120	4.300	51.600	12
2007	14.236	4.725	56.700	12
2008	14.250	4.750	61.490	13
2009	13.852	3.900	50.700	13
2010	17.834	3.800	57.000	15
2011	20.270	3.600	54.000	15
2012	19.500	3.000	39.000	13
2013	21.000	3.000	39.000	13
2014	18.465	2.500	50.000	20
2015	19.132	3.778	61.507	16,2

FONTE: PAM-IBGE *apud* e-Sic (2014); PAM-IBGE (2017); PPM-IBGE (2017).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice J1 – Produção de amido de mandioca por estado no Brasil, 2003-2012:

Estados	Produção total (toneladas)	Média (toneladas)
Paraná	3.484.977,29	348.497,72
Mato Grosso do Sul	966.045,19	96.604,51
São Paulo	585.928,87	58.592,88
Santa Catarina	131.977,72	13.197,77
Goiás	36.595,00	3.659,50
Pará	9.150,00	915
Minas Gerais	6.341,00	634,10
Bahia	1.300,00	130
Ceará	1.000,00	100
TOTAL	5.223.315,07	522.331,48

FONTE: ABAM (2013).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice J2 – Produção de amido de mandioca no Brasil, 1990-2011:

Ano	Produção (mil toneladas)
1990	170
1991	185
1992	200
1993	240
1994	290
1995	220
1996	235
1997	300
1998	328
1999	368
2000	400
2001	575
2002	667
2003	428,10
2004	410,13
2005	592,70
2006	595,05
2007	545,01
2008	565,11
2009	582,93
2010	542,20
2011	517,71

FONTE: ABAM (2013).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice K – Genealogia da família Odebrecht:

1. Emil Odebrecht (1836-1912) + Bertha Bichels. Tiveram 15 filhos:
 - 1.1 Edmundo Odebrecht (1864)
 - 1.2 Mathilde Odebrecht (1866) + Gustav Baumgart
 - 1.3 August Odebrecht (1868)
 - 1.4 Oswaldo Odebrecht (1869)
 - 1.5 Rudolf Odebrecht (1871)
 - 1.6 Helene Odebrecht (1872)
 - 1.7 Clara Odebrecht (1874)
 - 1.8 Auguste Odebrecht (1878)
 - 1.9 Woldemar Odebrecht (1879)
 - 1.10 Edgard Odebrecht (1881)
 - 1.11 Anne Marie Odebrecht (1884)
 - 1.12 Hedwig Odebrecht (1886)
 - 1.13 (?)
 - 1.14 (?)
 - 1.15 Adolf
2. Edmundo Odebrecht + Cecília Altenburg. Tiveram:
 - 2.1 (?)
 - 2.2 Emílio Odebrecht (1894-1962)
 - 2.3 (?)
 - 2.4 (?)
 - 2.5 (?)
 - 2.6 (?)
 - 2.7 (?)
 - 2.8 (?)
 - 2.9 (?)
 - 2.10 (?)
 - 2.11 (?)
3. Emílio Odebrecht + Hertha Hinsch. Tiveram:
 - 3.1 Gerda Odebrecht
 - 3.2 Erika Odebrecht
 - 3.3 Norberto Odebrecht (1920-2014)
4. Norberto Odebrecht + Yolanda Valladares Alves. Tiveram:
 - 4.1 Norberto Odebrecht Júnior
 - 4.2 Emílio Alves Odebrecht + Regina Bahia Odebrecht
 - 4.2.1 Marcelo Bahia Odebrecht
 - 4.2.2 Maurício Bahia Odebrecht
 - 4.2.3 Mônica Bahia Odebrecht
 - 4.2.4 Márcia Bahia Odebrecht Oliveira
 - 4.3 Ilka Odebrecht + Francisco Peltier de Queiroz
 - 4.3.1 Francisco Peltier de Queiroz Filho
 - 4.3.2 Iolanda Peltier de Queiroz + Neves da Rocha
 - 4.3.3 Emílio Peltier de Queiroz
 - 4.4 Martha Alves Odebrecht + Paulo Bastos de Queiroz
 - 4.4.1 Paulo Odebrecht de Queiroz
 - 4.4.2 Cristina Odebrecht de Queiroz Cidreira
 - 4.4.3 Alexandre Odebrecht de Queiroz
 - 4.4.4 Eduardo Odebrecht de Queiroz
 - 4.5 Eduardo Alves Odebrecht + Maria da Glória Novis
 - 4.5.1 Solange Novis Odebrecht
 - 4.5.2 Juliana Novis Odebrecht Levita
 - 4.5.3 Veronica Novis Odebrecht
 - 4.5.4 Norberto Odebrecht Neto

Apêndice L – Territorialização do Grupo Odebrecht na escala mundial, 2006-2015:

N	País e ano de territorialização	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1	África do Sul (2014)										
2	Alemanha (1991)										
3	Angola (1984)										
4	Argentina (1987)										
5	Áustria (2011)										
6	Bolívia (2006)										
7	C. do Sul (2008)										
8	Chile (2011)										
9	China (2014)										
10	Cingapura (2011)										
11	Colômbia (1992)										
12	Cuba (2010)										
13	Djibuti (2006)										
14	E. Árabes Unidos (2003)										
15	Equador (1987)										
16	Espanha (2014)										
17	EUA (1991)										
18	Gana (2012)										
19	Guatemala (2012)										
20	Guiné Equatorial (2013)										
21	Guiné-Conacri (2012)										
22	Holanda (2011)										
23	Libéria (2007)										
24	Líbia (2007)										
25	Luxemburgo (2014)										
26	México (1992)										
27	Moçambique (1997)										
28	Panamá (2006)										
29	Paraguai (2012)										
30	Peru (1979)										
31	Portugal (1988)										
32	Reino Unido (1991)										
33	República Dominicana (2006)										
34	Uruguai (2012)										
35	Venezuela (1992)										
Total de países por ano		12	17	17	10	17	22	25	22	27	25

FONTE: Relatório Anual Odebrecht (2006-2015).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice M – Territorialização do Grupo Odebrecht por gestão presidencial, 1979-2014:

Antes 1985	Sarney 1985-1990	Collor 1990-1992	Itamar 1992-1995	FHC 1995-2003	LULA 2003-2007	LULA 2007-2011	DILMA 2011-2015
Peru (1979)	Argentina (1987)	Alemanha (1991)	Colômbia (1992)	Moçambique (1997)	Emirados Árabes Unidos (2003)	Libéria (2007)	Chile (2011)
Angola (1984)	Equador (1987)	EUA (1991)	México (1992)		Bolívia (2006)	Líbia (2007)	Cingapura (2011)
	Portugal (1988)	Reino Unido (1991)	Venezuela (1992)		Djibuti (2006)	Coréia do Sul (2008)	Holanda (2011)
					Panamá (2006)	Cuba (2010)	Gana (2012)
					República Dominicana (2006)	Áustria (2011)	Guatemala (2012)
						Chile (2011)	Guiné-Conacri (2012)
							Guiné Equatorial (2013)
							Paraguai (2012)
							Uruguai (2012)
							Guiné Equatorial (2013)
							África do Sul (2014)
							China (2014)
							Espanha (2014)
							Luxemburgo (2014)
1	3	3	3	1	5	6	14

FONTE: Relatório Anual Odebrecht (2006-2015); Organização Odebrecht (2015).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

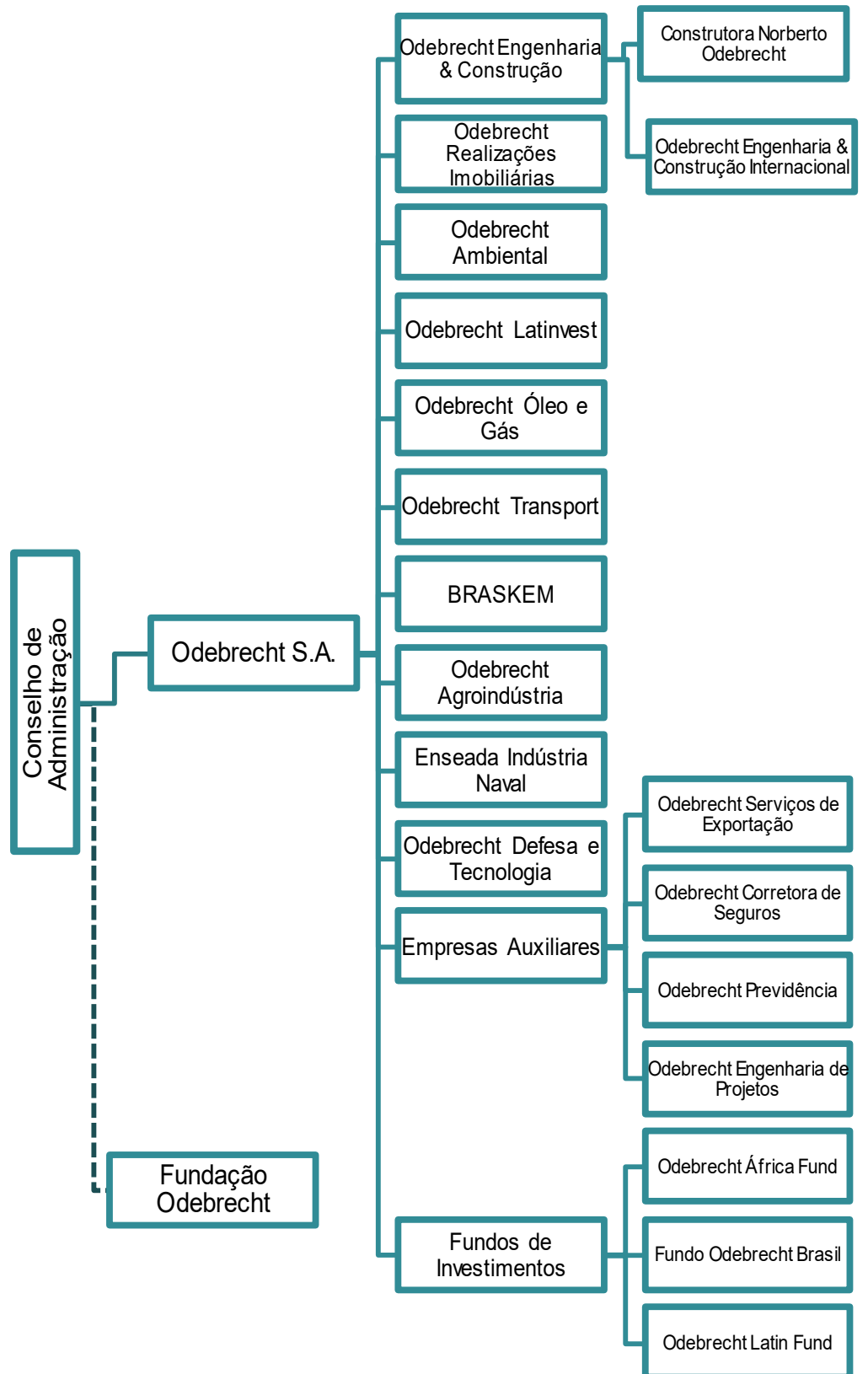
Apêndice N – Odebrecht S.A.: negócios, fundos de investimentos, empresas auxiliares e ação social, 2015:

Segmento	Instituição e ano de criação	Função
Negócios	Construtora Norberto Odebrecht (1944)	Construção nas áreas de transporte e logística, energia, saneamento, desenvolvimento urbano e edificações
	Odebrecht Engenharia & Construção Internacional – África, Emirados Árabes e Portugal (2008)	Serviços de engenharia, saneamento, habitação, energia, agroindústria e mineração
	Odebrecht Engenharia & Construção Internacional – América Latina (1997)	Projetos de engenharia e construção
	Odebrecht Engenharia & Construção Internacional – Estados Unidos (2008)	Serviços de engenharia e construção com foco nos setores de rodovias, pontes, aeroportos, portos e metrô
	Odebrecht Engenharia & Construção Internacional – Engenharia Industrial (2010)	Elabora e implanta projetos no exterior para indústrias de base de diversos setores
	Odebrecht Realizações Imobiliárias (2009)	Projetos residenciais, empresariais, comerciais e de uso misto
	Odebrecht Ambiental (2007)	Universalização dos serviços de água e esgoto e do uso racional dos recursos naturais
	Odebrecht Latinvest (2012)	Investimentos em logística e infraestrutura na América Latina, voltados para a mobilidade urbana
	Odebrecht Óleo e Gás (2007)	Atua na fase de investimentos e de operações
	Odebrecht TransPort (2010)	Desenvolve e opera serviços de mobilidade urbana, rodovias, portos, aeroportos e sistemas integrados de logística no Brasil
	Braskem (2002)	Produtora de resinas termoplásticas
	Odebrecht Agroindustrial (2007)	Produz e comercializa etanol, açúcar e energia elétrica originada da biomassa (Brasil e exterior)
	Enseada Indústria Naval (2011)	Atua na exploração de petróleo em alto-mar e investe na construção e reforma de estaleiros no Brasil
	Odebrecht Defesa e Tecnologia (2011)	Soluções inovadoras e de alta tecnologia para o desenvolvimento da indústria brasileira de defesa
Fundos de Investimentos	Odebrecht África Fund (2012)	Administra investimentos nos setores de varejo, mineração e energia
	Fundo Odebrecht Brasil (2012)	Administra ativos no setor de energia elétrica e investe em projetos de engenharia e construção no país
	Odebrecht Latin Fund (2012)	Administra negócios de infraestrutura na América Latina, centrada nos segmentos de energia e irrigação
Empresas Auxiliares	Odebrecht Serviços de Exportação (2013)	Exportadora de bens e serviços do Brasil, apoia a importação e exportação dos Negócios
	Odebrecht Corretora de Seguros (1978)	Protege e promove a segurança empresarial nacional e internacional
	Odebrecht Previdência (1994)	Apoia os Integrantes da Organização na construção de um patrimônio para o período pós-carreira
	Odebrecht Engenharia de Projetos (2012)	Desenvolve soluções inovadoras aplicáveis aos diversos estágios de um empreendimento
	Odebrecht Comercializadora de Energia (2012)	Apoia os Negócios da Organização na compra e venda de energia elétrica no Brasil.
Ação Social	Fundação Odebrecht (1965)	Promove educação de jovens para a vida, pelo trabalho e para valores

FONTE: Odebrecht S.A. (2015); Organização Odebrecht (2016).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice O – Organograma da Organização Odebrecht:



FONTE: Odebrecht S.A. (2015, p. 5) (adaptado).

APÊNDICE P 1 – Comparação da receita bruta das áreas de “engenharia e construção” e “química e petroquímica” com a receita bruta total da Organização Odebrecht, 2001-2015:

Ano	Total receita bruta Organização Odebrecht (R\$ milhões)	Receita bruta engenharia e construção (R\$ milhões) (1)	Receita bruta química e petroquímica (R\$ milhões) (2)	Receita bruta 1 + 2 (R\$ milhões)	Percentual 1 + 2 em relação ao total da receita bruta da Organização Odebrecht
2001	8.349	--	--	--	--
2002	13.241	4.326	8.701	13.027	98,38%
2003	17.336	4.552	12.545	17.097	98,62%
2004	21.829	5.850	15.955	21.805	99,89%
2005	23.437	6.394	17.043	23.437	100,0%
2006	24.031	7.425	16.545	23.970	99,7%
2007	31.406	8.867	22.463	31.330	99,75%
2008	40.954	16.925	23.020	39.945	97,53%
2009	40.640	18.721	19.466	38.187	93,96%
2010	53.860	16.663	31.547	48.210	89,50%
2011	71.009	22.200	39.816	62.016	87,33%
2012	84.431	29.229	42.114	71.343	84,49%
2013	96.930	32.928	47.770	80.698	83,25%
2014	107.679*	33.140	53.082	86.222	80,07%
2015	132,5**	--	--	--	--

* Existem divergências nos montantes referentes a receita bruta da Organização Odebrecht. Enquanto o relatório anual indica que o valores se refere a milhões de reais um *release* na página eletrônica da Organização informa que se trata de uma receita bruta equivalente a bilhões de reais. Em novembro de 2016, foi encaminhada uma mensagem eletrônica para três funcionárias do setor de Comunicação Corporativa da Odebrecht questionando a divergência. Porém, não obtivemos resposta.

** Receita em bilhões de reais no relatório.

FONTE: Odebrecht S.A., (2002-2016).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

APÊNDICE P 2 – Número integrantes da Odebrecht S.A. no Brasil e no exterior 2002-2015:

Ano	Integrantes*		
	Brasil	Exterior	Total
2002	21.566	7.040	28.606
2003	18.644	6.250	24.894
2004	19.265	6.259	25.524
2005	22.498	9.145	31.643
2006	18.823	16.389	35.212
2007	34.129	24.867	58.996
2008	36.453	45.706	82.159
2009	45.061	42.601	87.662
2010	78.569	40.248	118.817
2011	111.045	134.595	245.640
2012	127.166	47.865	175.031
2013	118.108	63.448	181.556
2014	106.087	62.062	168.149
2015	77.983	50.503	128.486

* Exceto os terceirizados.

FONTE: Odebrecht S.A. (2002-2016).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice Q – Perfil dos cooperados da COOPAMIDO, 2011-2012:

Sexo	Agosto de 2011		Abril de 2012	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Feminino	6	9%	8	10%
Masculino	59	91%	70	90%
Total	65	100%	78	100%
Faixa etária	Agosto de 2011		Abril de 2012	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
18 a 25 anos	15	23%	30	39%
25 a 40 anos	35	54%	22	28%
Acima 40 anos	15	23%	26	33%
Total	65	100%	78	100%
Escolaridade	Agosto de 2011		Abril de 2012	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Não alfabetizado	2	3%	1	1%
Fundamental incompleto	41	63%	54	69%
Fundamental	9	14%	5	7%
Médio incompleto	6	9%	3	4%
Médio	7	11%	15	19%
Total	65	100%	78	100%

FONTE: NAC (2011, 2012).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice R – Características das unidades-família dos cooperados da COOPAMIDO, abril de 2012:

Questões		Quantidade	Porcentagem
Abastecimento de água	Rede pública	39	50%
	Cisterna/poço	32	41%
	Rio	7	9%
	Total	78	100%
Beneficiárias do Programa Bolsa Família	Sim	49	63%
	Não	29	37%
	Total	78	100%
Destinação do lixo	Queima	40	51%
	Coleta	36	46%
	Enterra	2	3%
	Total	78	100%
Disponibilidade de água na propriedade	Nascente	44	56%
	Represa	34	44%
	TOTAL	78	100%
Disponibilidade de energia elétrica	Sim	77	99%
	Não	1	1%
	Total	78	100%
Instalações sanitárias	Fossa negra	68	87%
	Não possui	10	13%
	Total	78	100%
Número de pessoas na mesma residência	De 3 a 4 membros	47	60%
	De 5 a 6 membros	19	24%
	De 1 a 2 membros	10	13%
	Mais de 6 membros	2	3%
	Total	78	100%
Renda média mensal familiar	Até 1 salário mínimo	49	63%
	De 1 a 2 salários	23	29%
	Acima de 2 salários	6	8%
	Total	78	100%
Tratamento de água para consumo	Nenhum	23	29%
	Filtrada	21	27%
	Clorada	16	20%
	Coadada	16	21%
	Fervida	2	3%
	Total	78	100%

FONTE: NAC (2011, 2012).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice S – Comparação das condições socioeconômicas dos cooperados da COOPAMIDO em relação à população rural de Laje:

Questões		Cooperados 2012	População rural 2014
Abastecimento de água	Rede pública	50%	68,82%
	Cisterna/poço	41%	28,86%
	Rio	9%	2,32%
	Total	100%	100%
Destinação do lixo	Queima/enterra	54%	39,71%
	Coleta	46%	16,53%
	Céu aberto	--	43,76%
	Total	100%	100%
Instalações sanitárias	Fossa negra	87%	43,48%
	Não possui	13%	50,56%
	Sistema de esgoto	--	5,96%
	Total		
Tratamento de água para consumo	Nenhum	29%	33,76%
	Filtrada	27%	58,91%
	Coadada	21%	6,73%
	Clorada	20%	--
	Fervida	3%	0,60%
	Total	100%	100%

FONTE: NAC (2012); SIAB (2014).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice T – Relação dos cursos de formação para o camponês-cooperado:

Curso	Período	Ministrante	Público
Seleção de Manivas	09/2011	NAC/COOPAMIDO	cooperados
Despertando para o Associativismo	10 e 11/2011	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)	cooperados
Inovações na Mandiocultura	03/2012	NAC/COOPAMIDO	cooperados
<i>Workshop</i> sobre Cooperativismo	04/2012	CEPLAC	cooperados
Aplicação agrotóxico (norma de segurança NR-31)	04/2012	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	cooperados
Tratorista	11/2012	SENAR	cooperados
	05/2013		cooperados e comunidade
Negócio Certo Rural	05/2013 a 01/2014	SENAR	cooperados e comunidade
Manejo integrado de pragas da cultura da mandioca	11/2013	COOPAMIDO	cooperados
Programa PRO-MANDIOCA	05/2013 a 05/2015	SENAR	cooperados e comunidade
Inovação na Produção de Mandioca (Projeto Incubadora)	03/2014 a 03/2016	IPHA	comunidade
<i>Workshop</i> de Relacionamento Interpessoal	07/2014	COOPAMIDO	cooperados e colaboradores
Curso de Empreendedorismo com foco em Cooperativismo	11/2014	COOPAMIDO	cooperados

FONTE: BAHIAMIDO S. A. (2014).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice U – Relação das atividades e dos eventos promovidos pela COOPAMIDO, 2010-2014:

Atividade	Data	Local
Confraternização	04/2010	Fazenda Santa Fé- Santo Antônio de Jesus
Reunião com representantes do Banco do Brasil	06/2010	CEA/Laje
15° Corrida do Bel	08/2010	Rio de Areia-Laje
Doação alimentos arrecadados 15° Corrida do Bel para Creche Frei Manoel	08/2010	Santo Antônio de Jesus
Reunião para fazer parceria com o Programa Desenvolvimento Regional Sustentável no município	09/2010	Conceição do Almeida
Apresentação projeto Aliança Cooperativa do Amido	09/2010	Muquiba-São Miguel das Matas
Apresentação projeto Aliança Cooperativa do Amido	02/2011	Areia Fina-Laje
Apresentação projeto Aliança Cooperativa do Amido	02/2011	Cruzeiro-Laje
Dia Internacional da Mulher	03/2011	CEA/Laje
Manhã de Agronegócios e Tarde de Campo	04/2011	CEA/Laje
I Semana Eco Mani	06/2011	CEA/Laje
1ª Ação de Saúde, Meio Ambiente e Segurança no Trabalho	07/2011	CEA/Laje
Apresentação projeto Aliança Cooperativa do Amido	07/2011	Brejões
Dia de Campo	08/2011	Sapeaçu
2ª Ação de Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho no Campo	10/2011	CEA/Laje
Manhã de Cooperação	10/2011	Sapeaçu
1ª Integração Coletiva de Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho	10 e 11/2011	CEA/Laje
Mutirão de Saúde Povoado do Arco-íris	11/2011	Laje
3ª Ação de Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho no Campo	02/2012	CEA/Laje
Curso Fabricação de Licores para esposas dos cooperados e cooperadas	05/2012	--
II Semana Eco Mani	06/2012	CEA/Laje
Comemoração do Dia do Produtor Rural	07/2012	CEA/Laje
4ª Ação de Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho no Campo	08/2012	Sapeaçu
Apresentação projeto Aliança Cooperativa do Amido	09/2012	Capão-Laje
Apresentação projeto Aliança Cooperativa do Amido	10/2012	Rio de Areia-Laje
Ação Outubro Rosa	10/2012	CEA/Laje
Reunião prefeito eleito de Laje	11/2012	CEA/Laje
Confraternização final de ano	12/2012	CEA/Laje
5ª Ação de Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho no Campo	04/2013	CEA/Laje
Sedia Reunião da Câmara Setorial da Mandioca	04/2013	CEA/Laje
Oficina Tecnologia Empresarial Odebrecht	06/2013	CEA/Laje
Confraternização homenagem aos sócios-fundadores	12/2013	CEA/Laje
Apresentação proposta do IPHA ao Secretário Agricultura de Laje	01/2014	CEA/Laje
Apresentação "Projeto Incubadora"	01/2014	Rio de Areia-Laje
III Semana Eco Mani	06/2014	CEA/Laje

FONTES: BAHIAMIDO S.A. (2014).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice V – Relação dos cursos de capacitação para os colaboradores da COOPAMIDO, 2011-2013:

Curso	Período	Ministrante/Local
Segurança do trabalho	10 e 11/2011	Prudente SMS na sede da CEA em Laje-BA
Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável	02 e 03/2012	Banco do Brasil
II <i>Workshop</i> das Secretárias do Sistema Cooperativo Baiano	10/2012	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado da Bahia (SESCOOP)
Intercâmbio entre os setores administrativo e agrícola	01/2013	--
Curso de metodologia do SENAR	03/2013	SENAR
Visita dos colaboradores ao Núcleo de Cultura Odebrecht	05/2013	Sede da Odebrecht em Salvador-BA
Oficina sobre a Tecnologia Empresarial Odebrecht	06/2013	Sede da CEA em Laje-BA
Intercâmbio novo método de colheita	09/2013	Alto Paraná e Terra Rica-PR
Manejo integrado de pragas da cultura da mandioca	10/2013	CNPMPF-EMBRAPA em Cruz das Almas-BA
<i>Workshop</i> de Relacionamento Interpessoal	07/2014	SESCOOP na sede da CEA em Laje-BA
Intercâmbio “Cooperativa”s Agropecuárias	11/2014	SESCOOP na “Cooperativa” Agropecuária do Noroeste do Mato Grosso Ltda em Araputanga/MT

FONTE: BAHIAMIDO S.A., (2014, 2015, 2017).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice W – Relação das visitas recebidas na Cooperativa Estratégica do Amido, 2011-2014:

Atividade/visitante	Data	Origem
Comitiva Sergipe	04/2010	Sergipe
DA	06/2010	CEPLAC-Laje
Membros da OCB-Bahia e do SESCOOP	06/2010	--
Comitiva SEBRAE	10/2010	Alagoas
DA	10/2010	CEPLAC-Laje
Professor e alunos da UFRB	11/2010	--
Comitiva INSS	12/2010	Santo Antônio de Jesus
VP	01/2011	Doutora em Entomologia e professora da UNIOESTE <i>Campus</i> Marechal Cândido Rondon
ZP	02/2011	Superintendência do Banco do Brasil
IS	02/2011	Núcleo de Parcerias Sociais da Fundação Odebrecht
ESS	04/2011	Gestor SEAGRI (2010-2014)
Prefeito de Brejões e comitiva	05/2011	Brejões
Alunos da Faculdade de Ciências Empresariais	05/2011	Santo Antônio de Jesus
Alunos da UFRB	05/2011	Cruz das Almas
Técnicos Agrícolas da África	06/2011	Instituto Togolês de Pesquisa Agrícola de Togo-África
GL	06/2011	Consultor na Área de Biocombustível da Petrobras
MS	06/2011	Professor UFRB/Cruz das Almas
Alunos do Programa de Formação de Jovens Lideranças Cooperativistas	06/2011	Maragojipe
Alunos Casa Familiar Rural	11/2011	Presidente Tancredo Neves
Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano)	03/2012	Santa Inês
Servidores da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA)	03/2012	Santa Inês
Líderes da Braskem	09/2012	--
Representantes da Fundação Odebrecht	09/2012	--
PM	11/2012	Pesquisadora Natura
DA	01/2013	CEPLAC
RR	01/2013	Embaixador Especial para Cooperativismo da ONU-FAO e Coordenador do Centro de Agronegócios da FGV
PA	01/2013	Projeto Algodão (amidos)/Natura-SP
MB	01/2013	Projeto Algodão (amidos)/Natura-AM
FB	01/2013	Projeto Algodão (amidos)/Natura-PA
FK	01/2013	Gerente de ingredientes/Natura-SP
AP	01/2013	Projeto Etanol (derivado mandioca)/Natura-SP
MR	04/2013	Diretores do Grupo Syngenta-SP
TA	04/2013	Diretores do Grupo Syngenta-SP
Estudantes UFRB	04/2013	Cruz das Almas-BA
Técnicos EBDA	03/2013	--
EO	04/2013	Pesquisador do CNPMF-EMBRAPA
Técnicos agrícolas e produtores rurais tocaninenses	06/2013	Tocantins
Alunos do curso técnico em Agropecuária	07/2013	Presidente Tancredo Neves
Cursistas Negócio Certo Rural	08/2013	Nazaré das Farinhas
Alunos Escola Madre Maria do Rosário Almeida	08/2013	Entroncamento de Laje-Laje
RC	08/2013	Líder da IQ Tecnologia
MC	09/2013	Presidente da Alstom Brasil
MM	09/2013	Presidente Fundação Odebrecht
Alunos Colégio Estadual José Ruy de Almeida	09/2013	Laje
LB	11/2013	Projetos sociais da Odebrecht Infraestrutura
Alunos do Colégio Estadual Francisco da Conceição Menezes	01/2014	Santo Antônio de Jesus

FONTE: BAHIAMIDO S.A. (2014).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Apêndice X – Conjunto de equipamentos usados na plantação de mandioca da COOPAMIDO:



Trator



Espalhador de calcário



Grade aradora



Grade niveladora



Terraceador



Subsolador



Plantadeira



Cultivador



Afrouxador de solo



Moto-mani




Big-bag



Transbordo

FONTE: Semana Eco Mani (2014).
ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Anexo A – Ficha de inscrição do associado ao SINTRAF no município de Laje (BA):

SIND. DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE LAJE-BA.			
	Endereço.: LOTEAMENTO SANTANA	Bairro.....: CENTRO	
	Cidade.....: LAJE	UF.....: BA	
	CNPJ.....: 42.242.842/0001-08	Fundação...: 24/01/1988	
Data Adm: 18/11/2016	Data Adm Ant: 18/11/2016	Código: 11808	Código Antigo: 11808
FICHA DE INSCRIÇÃO DO ASSOCIADO			
Nome.....: ANTONIO DE JESUS SANTOS FILHO	Apelido.....:	D.N: 18/06/1983	
Endereço.....: CRUZEIRO	Nº S/N	BairroDist.: ZONA RUAL	CEP: 45490-000
Cidade.....: LAJE	UF: BA	LocTrab.....:	Tel.:
Filiação/Pai.....: ANTONIO DE JESUS SANTOS		Mãe.....:	
Naturalidade.: LAJE		Nacional.....: BRASILEIRO(A)	Título:
Estado Civil...: SOLTEIRO(A)	Alfabetizado: SIM	Profissao....: LAVRADOR(A)	NIT/CNIS:
Empregador...:		CPF.....:	PIS:
RG.....:	SSP: BA Exp	CTPS.....:	Série: Exp
Reg C/Livro...:	FL: Nº Ter:	Incra.....:	NIRF.: 00000000 NIS: 00000000000
CATEGORIA PROPRIETARIO	DELEGACIA SEDE		
Nome:	DEPENDENTES	Data de Nasc:	Parentesco:

LAJE - BA, SEGUNDA-FEIRA, 9 DE JANEIRO DE 2017

Anexo B 1 – Ficha de matrícula/cadastral da Associação Beneficente dos Moradores e Agricultores do Cruzeiro, município de Laje (BA):



FICHA DE MATRICULA/CADASTRAL

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS MORADORES E AGRICULTORES DO
CRUZEIRO – ABMAC - CNPJ 03493647/0001-90



END. BR 101 – KM 278 – CRUZEIRO LAJE – BAHIA



Nome do associado: _____

Apelido: _____

RG: _____ CPF: _____

Profissão: _____ Data de nascimento: __/__/__

Endereço: _____

Nome da mãe: _____

Nome do pai: _____

Estado civil: _____

Contato: _____

Assinatura do associado

Assinatura do Presidente

Filiado (a) em: __/__/__

Nº _____

Associação Beneficente dos Moradores e Agricultores do Cruzeiro – ABMAC
CNPJ: 03493647/0001-90 BR 101 – km 278 – Povoado do Cruzeiro – Zona Rural 45495-000
Laje BA



Anexo B 2 – Ficha de inscrição da Associação de Desenvolvimento Comunitária e Beneficente de Engenheiro Pontes, município de Laje (BA):

Associação de Desenvolvimento Comunitário e Beneficente de Engenheiro Pontes

Zona Rural, Distrito da Sede - Município de Laje - Estado da Bahia
Data de Fundação: 02/1990 / CNPJ: 13.460.365/0001-40

Ficha de Inscrição do Associado

DATA DE INSCRIÇÃO:			Nº. DEINSCRIÇÃO:		
NOME DO ASSOCIADO:					
APELIDO:					
ENDERECO:					
ESTADO CIVIL:					
RG: Nº .			CPF: Nº .		
DATA DE NASCIMENTO:					

CONTROLE DAS MENSALIDADES DO ASSOCIADO

ANO: /MÊS:	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2014												
2015												
2016												
2017												
2018												

OBSERVAÇÃO: _____

ASSINATURA DO ASSOCIADO

Anexo B 3 – Ficha de inscrição da Associação Comunitária dos Moradoras e Agricultores do Riachão, município de Laje (BA):

ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MOR. E AGRICULTORES DO RIACHÃO.

FICHA DE INSCRIÇÃO

DATA DE INSCRIÇÃO:

Nº DE INSCRIÇÃO:

NOME DO SOCIO:

ENDEREÇO:

ESTADO CIVIL: AREA PROPRIEDADE RURAL: Tar.

RG. Nº CPF Nº:

DATA DE NASCIMENTO:

PARTICIPAÇÃO NAS ASSEMBLÉIAS

ASSINATURA DO SOCIO:

CONTROLE DE MENSALIDADE

ANO MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2006												
2007												
2008												
2009												
2010												
2011												
2012												
2013												
2014												
2015												

OBSERVAÇÕES:

Anexo C – Possibilidades de utilização da mandioca:

PARTE ÁREA	Folhas	Alimentação animal e humana			
	Hastes	Material de plantio			
RAIZ	Alimentação humana	Alimentação animal (silagens, feno e in natura)			
	Alimentação animal	Cozidas, fritas, farinhas, bolos, biscoitos, pães, tortas, sopas, mingaus, beijus, purês, suflês, empadas, cuscuz, roscas, cremes, pudins, nhoques, etc.			
		Cruas			
		Cozidas			
	Indústria	Desidratadas	Amido (fécula)	Farinhas	
				Raspas	
				Pallets	
		Uso Alimentício (amido nativo e amido modificados)		Glucose	
				Maltose	
				Fermentos	
				Gelatinas	
				Féculas (amido nativo)	
				Dextrina	
				Uso industrial (amido nativo e amido modificado)	Adesivos
					Têxtil
					Papel e celulose
					Farmacêutica
					Explosivos
					Calçados
		Tintas			
		Embutidos (carnes)			
		Uso alimentício		Cervejeira	
				Petrolífera	
				Confeitarias	
				Padarias	
		Amido fermentado (polvilho azedo)		Indústria de biscoitos	Indústria de pão de queijo
Alimentação animal		Farinhas de mesa			
		Raspas		Alimentação animal	Farinha panificável
Rações balanceadas					
Farinhas de raspas				Rações balanceadas	
	Alimentação animal				
Álcool	Alimentação humana	Alimentação animal			
		Alimentação humana			
	Uso industrial	Alimentação animal			
		Uso industrial			
Álcool	Combustível				
	Desinfetante				
	Bebidas				
	Perfumarias				
	Farmacêutica				

FONTE: Sampaio *et al.* (1994) *apud* Cardoso (2003, p. 170).
 ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Anexo D – Projeto lei complementar do poder executivo de Laje (BA) para alterar a alíquota do ISS:



**ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE LAJE
Prefeitura Municipal**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 001, DE 16 DE MAIO DE 2011.

"Altera dispositivos do artigo 9º Lei Complementar n.º 010, de 30/12/2003, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJE, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal Decreta e ele sanciona, a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterado o parágrafo único do artigo 9º da Lei Complementar Municipal nº 010/2003, e acrescido o Parágrafo Segundo ao citado artigo, passando a ter a seguinte redação:

"Art. 9º.....

Parágrafo Primeiro - Fica estabelecida a alíquota de 5% (cinco por cento) para todos os serviços cujas alíquotas não se encontram especificadas na anexa tabela de alíquotas e serviços e sejam realizados na sede do Município.

Parágrafo Segundo - Fica estabelecida a alíquota de 2% (dois por cento) para os serviços constantes dos seguintes itens da lista anexa à Lei Complementar nº 010, de 30 de dezembro de 2003, desde que prestados para implantação, apoio ou desenvolvimento de cadeia produtiva de amido a partir da mandioca:

(a) 2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza;

(b) 7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres;

(c) 7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo

**CÂMARA MUNICIPAL DE LAJE
PROTOCOLO
DE PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Nº
0086/031

DATA
16/05/11

RESPONSÁVEL

Abelardo Soares Santos



ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE LAJE
Prefeitura Municipal

prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS);

(d) 10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios;

(e) 14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS);

(f) 14.02 – Assistência técnica;

(g) 14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido;

(h) 17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares;

(i) 17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa;

(j) 17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra;

(k) 17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou

8



ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE LAJE
Prefeitura Municipal

temporários, contratados pelo prestador de serviço;

(l) 17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres;

(m) 17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros;

(n) 17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira; e

(o) 17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO-LAJE-BAHIA, EM 16 DE MAIO DE 2011.


LUIZ HAMILTON DE COUTO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo E – Declaração de Utilidade Pública concedida pela Prefeitura Municipal de Laje (BA) ao IPHA:



ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE LAJE
Prefeitura Municipal

LEI Nº 380/2013 DE 22 DE ABRIL DE 2014.

*“Declara de Utilidade Pública o
Instituto Promoção Humana
Aliança do Amido.”*

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJE, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Declara de utilidade pública o INSTITUTO DE PROMOÇÃO HUMANA ALIANÇA DO AMIDO, com sede na BR 101, Km 279, na Comunidade do Cruzeiro, Laje - BA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF de nº 17.662.301/0001-83.

Art. 2º A entidade desenvolve atividade de relevante interesse social, com ações que elevam o associativismo na região e em especial nos limites da Municipalidade.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE LAJE, EM 22 DE ABRIL DE 2014

JOSÉ EMIRAN CARVALHO FEITOSA
PREFEITO MUNICIPAL

Pça Raimundo José de Almeida, 01 – Centro - Laje-Bahia-CEP 45.490.000-CNPJ 13.825.492/0001-04 Tel:(75) 3662.2112-3662-2222.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: 0ZZYDFY99EU557T1MZEZTW

Esta edição encontra-se no site: www.laje.ba.io.org.br em servidor certificado ICP-BRASIL